



ALEXANDRA MARQUES

SEGREDOS DA DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA

*Toda a verdade sobre
o maior tabu da presença
portuguesa em África*



ED. QUIXOTE

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Ficha Técnica

Título: Segredos da descolonização de Angola

Autor: Alexandra Marques

Capa: Joana Tordo

Imagem da capa: Arquivo DN

Extratexto: © Getty Images; fotografias das pp. 5 e 7 © Corbis/VMI;
todas as restantes fotografias têm direitos reservados

Revisão: Rita Bento

ISBN: 9789722052344

Publicações Dom Quixote

uma editora do grupo Leya

Rua Cidade de Córdoba, n.º 2
2610-038 Alfragide – Portugal

Tel. (+351) 21 427 22 00

Fax. (+351) 21 427 22 01

© 2013, Alexandra Marques

e Publicações Dom Quixote

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

www.dquixote.leya.com

www.leya.pt

Índice

- [CAPA](#)
- [Ficha Técnica](#)
- [SIGLAS E ABREVIATURAS](#)
- [NOMES PORTUGUESES E ACTUAIS DE LOCALIDADES ANGOLANAS:](#)
- [INTRODUÇÃO](#)
- [1ª PARTE](#)
 - [1. A REVOLUÇÃO EM ANGOLA](#)
 - [2. OUTUBRO VERMELHO](#)
 - [3. ENTRE INIMIGOS](#)
 - [4. PROCESSO EM CURSO](#)
 - [5. DENTRO DO ALVOR](#)
 - [6. O PODER PELAS ARMAS](#)
- [2ª PARTE](#)
 - [1. ANGOLA É VOSSA](#)
 - [2. ACTIVAMENTE PARCIAIS](#)
 - [3. NA CAIXA DE PANDORA](#)
 - [4. A MURALHA DE AÇO À FNLA](#)
 - [5. AO LADO DO MPLA](#)
 - [6. DE NOVO EM GUERRA](#)
- [BIBLIOGRAFIA](#)
- [EXTRA TEXTO](#)

SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Alto-Comissário
ACNUR – Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ANI – Agência Noticiosa de Informação (Portugal - antecessora da ANOP/LUSA)
BCP 21 – Batalhão de Caçadores Pára-quedistas 21 (Luanda)
CAC – Comitês de Acção Clandestina (MPLA)
CCFAA – Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola
CCPA (a) – Comissão Coordenadora do Programa (do MFA) para Angola
CCPA (o) – Conselho Coordenador do Programa (do MFA) para Angola (incluía a CCPA e o Estado-Maior de Angola)
CE – Conselho de Estado (Portugal)
CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CFB – Caminho-de-Ferro de Benguela (Angola)
CIA – Central Intelligence Agency
CIC – Centro de Instrução de Comandos (em Luanda)
CIR – Centro de Instrução Revolução (do MPLA)
CIM – Centro de Instrução Militar (da FNLA)
CML – Câmara Municipal de Luanda
COPLAD – Comando Operacional de Luanda
COPCON – Comando Operacional do Continente (Portugal)
COTI 1 – Comando Operacional de Tropas de Intervenção 1 (Luanda)
CND – Comissão Nacional de Defesa (de Angola)
CNS – Conselho Nacional de Segurança (dos EUA)
CFB – Caminho de-Ferro de Benguela
CPA – Corpo de Polícia de Angola
CR – Conselho da Revolução (Portugal – criado em 12 de Março de 1975)
CT – Comando Territorial (Angola)
CVI – Cruz Vermelha Internacional
DIAMANG – Companhia de Diamantes de Angola
ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola (FNLA)
EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas (Portugal)
EREC 401 – Esquadrão de Reconhecimento (Luanda – “Dragões”)
EMU – Estado-Maior Unificado (Angola)
EUA – Estados Unidos da América
FAA – Forças Armadas Angolanas
FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola (UNITA)
FAPLA – Forças Armadas Para a Libertação de Angola (MPLA)

FA – Força Aérea
FAP – Forças Armadas Portuguesas
FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FI – Forças Integradas (Angola)
FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola
FMM – Forças Militares Mistas
FP – Forças de Prevenção (Angola)
FRA – Frente de Resistência Angolana
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
FRESDA – Frente Socialista Democrática de Angola
FUA – Frente de Unidade Angolana
GABANG – Gabinete de Angola (da Presidência da República)
GAP – Gabinete de Apoio Português (Angola)
GE – Grupos Especiais (Angola)
GEI – Grupo Especial de Informações (Angola)
GMAC – Gabinete Militar do Alto-Comissário (Angola)
GMM – Gabinete Militar Misto (Angola)
GNR – Guarda Nacional Republicana (Portugal)
JGA – Junta Governativa de Angola
JSN – Junta de Salvação Nacional (Portugal)
LFG – Lancha de Fiscalização Grande
LGF – Lança Granadas Foguete
MD – Ministro da Defesa
MDA – Movimento Democrático de Angola
MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (Portugal)
MDIA – Movimento de Defesa dos Interesses de Angola
MCI – Ministro da Coordenação Interterritorial (Portugal)
MFA – Movimento das Forças Armadas (Portugal)
ML – Movimentos de Libertação (Angola)
MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (Portugal)
NATO (OTAN) – Organização do Tratado do Atlântico Norte
NF – Nossas Forças
NT – Nossas Tropas
OMA – Organização das Mulheres Angolas (MPLA)
OPVDCA – Organização Provincial para a Defesa Civil de Angola
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização de Unidade Africana
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCDA – Partido Cristão Democrático de Angola
PCP – Partido Comunista Português
PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (a partir de 24 Novembro de 1969 passou a chamar-se Direcção-Geral de Segurança)
PIM – Polícia de Informação Militar
PM – Polícia Militar

PJ – Polícia Judiciária
PR – Presidência da República
PS – Partido Socialista
PPD – Partido Popular Democrático
PSPA – Polícia de Segurança Pública de Angola
PREC – Processo Revolucionário em Curso
RALIS – Regimento de Artilharia de Lisboa
RDA – República Democrática Alemã
RI – Relatório de Informação
RFA – República Federal Alemã
RMA – Região Militar de Angola
RMA 2ª – Segunda Região Militar Aérea (Angola e São Tomé e Príncipe)
RPC – República Popular do Congo
RPM 1ª – Primeira Região Político-Militar (do MPLA)
RTP – Rádio Televisão Portuguesa
SITREP – Situation Report
TAP – Transportadora Aérea Portuguesa
TE – Tropas Especiais
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UNIMOG – do alemão UNIversal-MOTor-Gerät é um camião todo-o-terreno
UPA – União dos Povos de Angola (antecessora da FNLA)
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
SWAPO – South-West Africa People’s Organization (independentistas da Namíbia)
ZM – Zona Militar
ZML – Zona Militar Leste
ZMN – Zona Militar Norte
ZMS – Zona Militar Sul

NOMES PORTUGUESES E ACTUAIS DE LOCALIDADES ANGOLANAS:

Aljustrel: Cangamba
Ambrizete: N'Zeto
Andrada: N'Zagi
Arriaga: Bibala
Asseiceira: Catumbela
Carmona: Uíge
Bela Vista: Catchiungo
Buçaco: Camanongue
Duque de Bragança: Calandula
Forte República: Massango
Forte Roçadas: Xangongo
Gabela: Amboim
Gago Coutinho: Lumbala Nguimbo
General Machado: Camacupa
Henrique de Carvalho: Saurimo
João de Almeida: Chibia
Lumege: Cameia
Luso: Luena
Mariano Machado: Ganda
Moçâmedes: Namibe
Neves Ferreira: Cuemba
Nova Chaves: Muconda
Nova Gaia: Cambundi-Catembo
Nova Lisboa: Huambo
Novo Redondo: Sumbe
Nova Sintra: Catabola
Pereira de Eça: Ondjiva
Ponte: Cuvango
Porto Alexandre: Tômbua
Quilombo dos Dembos: Gonguembo
Robert Williams: Caála
Sá da Bandeira: Lubango
Salazar: Dalatando
Santa Clara: Ombadja
Santa Comba Dão: Uacu Cungo
Santo António do Zaire: Soio
São Salvador do Congo: M'Banza Congo

Serpa Pinto: Menongue

Silva Porto: Cuíto

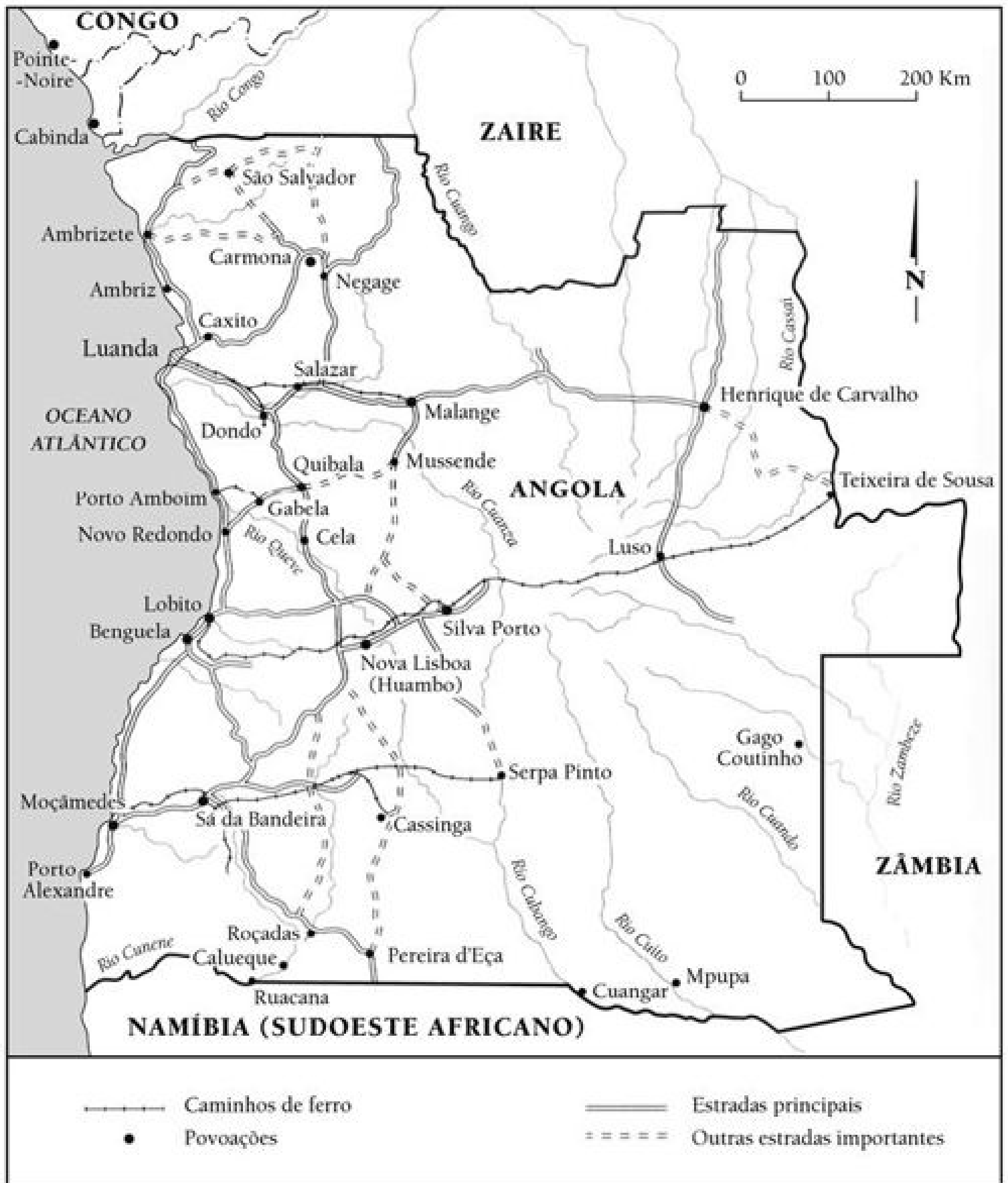
Teixeira de Sousa: Luau

Teixeira da Silva: Bailundo

Veríssimo Sarmento: Camissombo

Vila Flor: Ecunha

Vila Nova de Seles: Ucu



INTRODUÇÃO

Que segredos sobre a descolonização de Angola não foram revelados ao público decorridos quase 40 anos após a independência da que era a maior e a mais rica colónia africana do império português? A questão surgiu durante a pesquisa realizada para a elaboração da minha tese quando, nos arquivos militares nacionais, deparei com documentos secretos, muitos dos quais nunca publicados – relatórios, memorandos, telegramas, actas e outros relatos institucionais – que continham informações inéditas sobre aspectos ainda obscuros deste processo. As minuciosas descrições de certos textos e a acutilância de algumas análises redigidas sobre a situação político-militar em Angola durante a transição para a independência, por aqueles que nela participaram, deram origem a este livro.

A consulta destas fontes primárias e as declarações de vários agentes envolvidos, proferidas à época ou no presente, permitiram diferenciar as posições assumidas pelos principais decisores e como estas foram determinantes na evolução do processo. Havia, contudo, situações mais delicadas do ponto vista político-militar – como a exoneração compulsiva de alguns oficiais, a acção directa da tropa portuguesa em favor de um dos Movimentos nacionalistas ou a existência de portugueses em cárceres de Angola – sobre as quais os documentos eram omissos ou insuficientemente explícitos. Para tentar aferir o que se passara nesses momentos-tabu, recorri a participantes ou testemunhas oculares, confiando nas suas palavras como confiei em todas as fontes discursivas consultadas. Ciente que todas reflectem interesses e pontos de vista (de índole pessoal, corporativa ou ideológica) associados à conjuntura da época.

O cruzamento da informação obtida possibilitou a esta narrativa histórica revelar certos momentos que poderão melindrar alguns dos seus protagonistas individuais ou colectivos. Deverão, contudo, ter em consideração que os documentos explanam o que pensavam, o que disseram e as posições que defenderam naquele dado momento. Não obstante o cuidadoso expurgo a que está sujeito qualquer espólio arquivístico antes de ser disponibilizado ao público, os fundos consultados exprimem com tal frontalidade as opiniões manifestadas em reuniões sigilosas e reproduzem, de modo aparentemente tão espontâneo, acaloradas discussões – em especial nos encontros do Alvor e nas reuniões da Comissão Nacional de Defesa de Angola –, que é quase possível percepção os diferentes estados de ânimo de cada interveniente: nas interjeições de impaciência, nos desabafos mais íntimos, na ironia que empregavam.

A transcrição de partes de muitos documentos permite-nos entrar no reservado mundo dos códigos militares, sobretudo o discursivo e o ético. A linguagem castrense encontra-se plasmada em inúmeros relatos sobre as situações dramáticas a que a população de Angola esteve sujeita durante os meses que precederam a independência, nos comentários à actuação dos decisores da Metrópole ou dos graduados de Luanda, revelando realidades chocantes que estavam na ordem do dia, não podendo ser ignoradas ou escamoteadas. Sem esquecer que os textos em arquivo apenas revelam o que sobre essas realidades foi escrito (não reproduzindo sequer tudo o que acerca delas foi dito), as actas produzidas ao longo de dias ou meses consecutivos ajudam a delinear o temperamento de alguns interlocutores, a destreza mental ou a fragilidade argumentativa de outros e até o grau de irritação, de desalento ou de exaustão, de cada uma das partes sentadas à mesa. Assim como se entende a intensidade do ódio recíproco cultivado entre

os dirigentes do MPLA e da FNLA quando se «escutam» as invectivas acusações que trocavam quando se reuniam na mesma sala.

Cada investigador transporta-se para as realidades que estuda e procurei que o leitor também pudesse estar na sala do Hotel do Alvor, onde no último dia da Cimeira, a parte portuguesa insistiu para que o protocolo-anexo ao Acordo fosse mantido secreto. Tentei também responder a perguntas que se mantinham em aberto: Se Almeida Santos insiste (na sua autobiografia *Quase Memórias*) que o Acordo do Alvor foi esboçado pelo ministro sem pasta major Melo Antunes e pelo presidente do MPLA Agostinho Neto em Argel (em Novembro de 1974) porque não comparar as respectivas actas para cada leitor aferir da insistência do ex-ministro socialista neste aspecto?

Outras questões continuavam por explorar. Para se declarar peremptoriamente que o almirante Rosa Coutinho favoreceu o MPLA enquanto presidente da Junta Governativa de Angola e como membro do Conselho da Revolução, será necessário apresentar provas de tal actuação: se o fez, de que forma? E que compromissos foram assumidos com Agostinho Neto antes da Cimeira do Alvor que permitiram seis meses depois o MPLA expulsar os Movimentos rivais de Luanda? Em que momento os cubanos chegaram a Angola? Antes ou depois da entrada dos sul-africanos? Qual o papel de Washington na inesperada retirada da artilharia sul-africana no auge da batalha do Quifangondo ao lado da FNLA, no dia 10 de Novembro de 1975, rumando a sul para junto da UNITA e das tropas de Daniel Chipenda? Em que se distinguiu a proposta de Spínola para Angola da que foi seguida pelo MFA imediatamente após a renúncia presidencial do general do monóculo? Existiam divergências de fundo entre os vários negociadores portugueses? Em que matérias? Estavam os Movimentos armados a preparar-se para a guerra quando subscreveram o Acordo do Alvor? Estes são alguns exemplos aleatórios de questões que foram surgindo como peças soltas de um *puzzle* que, nalguns casos, só começou a adquirir contornos depois de encontradas e encaixadas outras partes no respectivo lugar. Ainda assim não ficou completo. Ficam clareiras em aberto, espaços vazios para serem preenchidos no futuro.

Se no conteúdo foi propositadamente seguida a abordagem da história por dentro (recorrendo ao discurso directo como instrumento privilegiado da exposição escrita), na forma, este livro divide-se em duas partes: de 25 de Abril de 1974 a Janeiro de 1975 e da independência de Angola no dia 11 de Novembro. Na primeira parte, três assuntos merecem particular destaque: a eventual fórmula negociada por Spínola com Mobutu na ilha do Sal para que os portugueses ficassem em Angola depois da independência; o encontro de Argel que traçou aspectos decisivos sobre a transição e as reuniões do Alvor, em que o protocolo-anexo (nunca revelado) se destaca não tanto pelo seu teor, mas pelas razões evocadas pela parte portuguesa para que fosse mantido secreto. Este documento possui a importância inerente ao secretismo de que foi imputado, mas são, na verdade, as actas que elucidam sobre os pontos mais difíceis de consensualizar, aqueles em que os líderes angolanos se revelaram mais intransigentes; as sugestões dos interlocutores portugueses e as que acabaram por ser inscritas nos documentos, reflectindo o interesse dos futuros governantes e, quase em exclusivo, apenas destes.

Na primeira parte veremos ainda as diferenças entre o projecto idealizado por Spínola (aprovado pela Junta de Salvação Nacional em Agosto de 1974) e de que forma as diligências do ministro sem pasta, major Melo Antunes se sobrepuseram aos contactos iniciais efectuados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) Mário Soares. O projecto de Spínola previa uma transição faseada e a possibilidade de a ONU fiscalizar as eleições antes da independência, em contraste com o breve período transitório defendido pelo MPLA, durante o qual a governação seria exercida por ambas as partes, como em Moçambique. Coube a Melo Antunes imprimir à transferência do Poder em Angola maior celeridade e semelhança com o guião negociado com a Frelimo, do qual o presidente Spínola discordava, mas que promulgou. A missão da Comissão Nacional de Descolonização, por si criada,

previa uma transição de dois anos, a realização de eleições para a Assembleia Constituinte, como o MFA propunha para Portugal, nas quais participassem todos os partidos e não apenas os Movimentos armados, e a criação de comissões mistas negociais para a resolução do contencioso entre os dois Estados. A sua renúncia à Presidência da República ditou a negociação exclusiva com os Movimentos e a aceitação de um prazo menos dilatado, mas as etapas previstas foram seguidas por Costa Gomes e transferidas na íntegra para o Gabinete Coordenador para a Cooperação.

É também abordada na primeira parte a acção de Rosa Coutinho em Angola. Negando ter favorecido o MPLA enquanto comandante-chefe, o Almirante admitiu, diversas vezes, ter-se oposto à marginalização de Agostinho Neto. Declarações e actos elucidam que tentou isolar a FNLA, tentando que Lisboa aceitasse uma transferência de poderes para o MPLA em aliança com a UNITA, como aliás foi sendo tentado até ao final de Agosto de 1975. Desta forma, anularia a supremacia militar da FNLA e do seu líder Holden Roberto – manietado pelo cunhado, o presidente zaireense. Um objectivo ditado em grande parte (como reconheceu) pelo desprezo nutrido pela FNLA, devido às humilhações e inomináveis sevícias a que esteve sujeito durante os quatro meses de cativo no Zaire, quando foi capturado pela UPA na bacia hidrográfica do Cuanza, em 9 de Agosto de 1961. Em entrevistas, o Almirante reconheceu ter auxiliado o MPLA depois de Janeiro de 1975, e ao longo desse ano, quando ainda era membro do Conselho da Revolução, como se verificará em vários capítulos da segunda parte.

Tecidas, por alguns intervenientes, as análises imediatas e posteriores ao que falhou no Acordo da Penina – e assumidos por Melo Antunes os erros que nele foram cometidos –, a primeira parte deste livro termina com o ataque desferido pelo MPLA contra as instalações da facção Chipenda, em Luanda, e os tumultos populares ocorridos na capital, quando o governo de transição angolano e a Comissão Nacional de Defesa, já se encontrava em funções. A partir desse momento, Angola já não era gerida por um grupo de graduados portugueses, mas por um Executivo quadripartido que deveria assegurar o normal funcionamento dos sectores administrativos, competindo às Forças Armadas Portuguesas a manutenção da ordem pública num território, onde às armas possuídas pelos ex-colonos se juntaram as que os nacionalistas angolanos importavam do exterior, em desmesuráveis quantidades.

A corrida aos quartéis deixados devolutos (e aos que ainda não estavam), as invasões de imóveis do Estado e de habitações particulares, os assaltos permanentes e as prisões arbitrárias, entre outros actos de apropriação ilícita e de ofensa à integridade física dos cidadãos relatada na segunda parte deste livro elucidam sobre as condições vigentes num território em colapso, sob uma grave crise de autoridade imputada pelos dirigentes angolanos à fraca capacidade de resposta dos militares portugueses, e por estes, à sucessiva violação pelos Movimentos dos Acordos firmados. Se do ponto de vista militar os primeiros meses de 1975 foram marcados pela retracção do contingente português e pela crescente entrada de soldados nacionalistas e de armamento de elevado calibre em Angola que culminaram nos sangrentos confrontos de Março, do ponto de vista político, a viragem de Portugal à Esquerda reflectiu-se no reforço da pressão exercida pela Coordenadora do MFA de Angola para Lisboa e os comandos militares de Luanda aplicarem o Processo Revolucionário Em Curso (PREC) no território, rasgando o Acordo da Penina (que legitimava os três Movimentos angolanos) e ajudando, de forma activa, o MPLA a destruir o imperialismo simbolizado, em especial, pela FNLA.

A exclusão deste Movimento de uma solução governativa em Angola foi assumida officiosamente em 12 de Maio de 1975, quando foi aprovado pelo Conselho da Revolução o conceito de neutralidade activa – definido um mês antes no estudo de situação da Comissão Coordenadora do Programa (do MFA) em Angola (CCPA) – que visava apoiar militarmente o MPLA através de uma união tácita com a UNITA. Classificada como «segredo de Estado», a ordem emanada de Lisboa autorizava a entrega do armamento português aos dois Movimentos; a permissão aos desembarques na orla costeira de material

bélico para o MPLA e o aliciamento a Jonas Savimbi com um lugar na hierarquia angolana, para que aceitasse partilhar a chefia do governo com Agostinho Neto e, desse modo, fosse possível entregar-lhes a soberania no dia 11 de Novembro de 1975.

Se os ministros dos primeiros seis governos provisórios divergiam em relação à fórmula de transferência do Poder, entre os militares de Angola também não havia consenso. Desde o exercício de funções de Rosa Coutinho que foram sendo afastados faseadamente os oficiais que não seguiam a linha «progressista» anti-FNLA. Com Silva Cardoso no cargo de Alto-Comissário e o beneplácito do então MNE Melo Antunes houve uma tentativa gorada de reforçar a UNITA, como forma de travar «o triunfalismo do MPLA» que, no Verão de 1975, expulsou a FNLA e a UNITA de Luanda, ficando sozinho no Governo. Embora se tenha queixado da «arrogância» com que foi tratado pelo núcleo-duro de Neto em Julho, Melo Antunes em sintonia com o Conselho da Revolução tentou (e conseguiu, segundo o próprio) que as tropas portuguesas fizessem «o jogo do MPLA» impedindo o exército da FNLA de reentrar na capital angolana. O bloqueio ordenado por Lisboa (com o aval do presidente da República Costa Gomes) ditou a demissão de Silva Cardoso, que não foi provocada por questões de saúde, como reza a versão oficial. Sucedeu-lhe como Alto-Comissário interino, durante todo o mês de Agosto, o general Ernesto Ferreira de Macedo, preferido para o cargo pela CCPA e por Rosa Coutinho desde o Alvor.

Os relatórios militares redigidos entre Fevereiro e Novembro de 1975 mostram (na segunda parte deste livro) como a FNLA e o MPLA massacraram dezenas de jovens militares e militantes rivais: a FNLA fê-lo no Caxito; o MPLA contra a sede da UNITA em Luanda (no que ficou conhecido como massacre do Pica-Pau). Em todo o território, ocorriam confrontos sangrentos suscitados por motivos raciais ou pela simples suspeita de militância ou simpatia pelo partido adversário fosse irmão ou camarada. Em Agosto (quando o MPLA monopolizava a cidade) o envio de soldados cubanos para Angola preparava-se em Havana, em reuniões de conselheiros da Revolução e dirigentes do MPLA. Nesse mês, as remessas de armas despachadas para Angola, via Kinshasa ou Brazzaville, intensificaram-se. Em Setembro, sul-africanos e cubanos já se encontravam às centenas no território e o armamento russo para o MPLA passou a ser descarregado em portos angolanos e nas pistas aéreas do Leste (vindo da Zâmbia e do Congo), sem qualquer controlo de entradas e saídas devido à substancial retracção do dispositivo militar português. As informações dos arquivos cubanos e soviéticos, cruzadas com as dos fundos nacionais, revelam que as autoridades portuguesas sabiam onde desembarcavam os arsenais oriundos do Leste europeu destinado ao MPLA. Mas também das incursões do Zaire e da África do Sul e da posição das forças da FNLA no Quifangondo. As fotografias aéreas (realizadas diariamente pelas aeronaves de reconhecimento visual) chegavam rapidamente à posse do MPLA que, assim, conhecia as posições do inimigo. Nos dois últimos meses anteriores à independência, o MPLA já não tinha de recorrer ao porto congolês de Ponta Negra para receber o material enviado da Cortina de Ferro: era desembarcado em Porto Amboim e no Lobito, enquanto militares e conselheiros estrangeiros, principalmente cubanos, desembarcavam no aeroporto de Luanda.

São também as fontes militares que permitem descrever (nos últimos capítulos) as situações de terror e de total desprotecção a que ficou sujeita a população de Angola, que levou à ânsia desesperada de deixar o território. As autoridades portuguesas sabiam de raptos e desaparecimentos e de centenas de cidadãos nacionais que se encontravam presos e submetidos a tortura no quartel da Praça de Touros, onde estava sediado o Estado-Maior das forças armadas do MPLA, em Luanda. A partir de Fevereiro de 1975 verificaram-se ataques localizados e retaliações em cadeia nos maiores centros urbanos, onde residia a maioria da população colona. Os soldados portugueses eram alvejados, mesmo desarmados, em meras operações de vigilância aos depósitos de água ou de escolta às caravanas-automóveis de

cidadãos em fuga. Enviados aos locais de confronto, os militares reproduziram o que viram e ouviram: casos individuais de crueldade e morticínio gratuito, mas também situações de amargura colectiva, em que milhares de pessoas (não forçosamente de etnia branca) se refugiavam nos quartéis, onde cobertores e camaratas, rações de combate e enlatados, chuveiros e latrinas, eram partilhados pelos soldados com homens civis, mas também mulheres e crianças. O que os documentos relatam sobre o que se passou, a partir de meados de 1975 em Angola, ajuda a entender o êxodo em massa dos portugueses e porque milhares deles deixaram o território muito antes da ponte aérea Luanda-Lisboa se iniciar, em Setembro.

Enquanto no terreno proliferavam os ataques contínuos com artilharia pesada (altamente potente e raramente utilizada durante a guerra colonial), nos corredores do Poder, discutia-se ainda se Portugal deveria manter-se fiel ao Acordo do Alvor (nunca cumprido pela parte angolana) ou desvincular-se do compromisso assumido e apoiar oficialmente o MPLA. Existia ainda a questão repetidas vezes sublinhada pelo último Alto-Comissário Leonel Cardoso: A quem entregar o Poder? Para resolver o imbróglio da passagem da soberania foi encomendado um estudo jurídico para se escolher a opção que constituísse a menor afronta a cada Movimento e aos países africanos vizinhos, enquanto Costa Gomes pedia encarecidamente a Moscovo e a Washington auxílio para através da ponte aérea resgatar de Angola os compatriotas nacionais.

Portugal não desejava criar incompatibilidades que pusessem em perigo as relações com o futuro Estado angolano e não defendeu os seus cidadãos ou os bens que possuíam, por se tratar de um legado do regime deposto em 25 de Abril de 1974. Ao fazê-lo colocou-se numa posição de enorme vulnerabilidade, sem meios humanos nem bélicos que permitissem proteger os seus militares e a população. Nas últimas semanas (pelos desabafos do almirante Leonel Cardoso) percebe-se a responsabilidade de cada parte em actos e omissões: nunca recebeu o reforço militar que pedira: a “Marreta” ou “Bigorna”, como na gíria militar lhe chamaram. O MFA encontrava-se cada vez mais dividido (desde a saída de Melo Antunes do governo e da divulgação do Documento dos Nove no início de Agosto) entre os que pretendiam entregar o Poder em exclusivo ao MPLA e os que ainda tentavam que Savimbi e Agostinho Neto aparecessem juntos em Luanda para Portugal puder honrar (ainda que apenas parcialmente) o compromisso assumido na Penina. Não afrontando, assim, Washington, que só ajudaria a evacuar os desalojados de Angola se Vasco Goncalves fosse demitido em Portugal e o Poder não fosse entregue a Neto, em Angola.

Nos últimos capítulos se fala das razões que levaram os governantes portugueses a suspender (e apenas provisoriamente e parcialmente) o Acordo do Alvor, não adiando a data da independência (como Leonel Cardoso chegou a admitir), recorrendo a uma extraordinária habilidade jurídica, pela qual apenas a parte relativa ao governo angolano era denunciada quando quase todas as outras normas do Acordo da Penina e de Nakuru (realizado em Junho, apenas entre os líderes nacionalistas) tinham sido incumpridas ou violadas. Os líderes angolanos, alguns estadistas africanos (como Samora Machel) opuseram-se à denúncia integral do Acordo de Alvor e Portugal manteve como válido um acordo que nunca se concretizou: por um inconsciente complexo de colonizador ou por estar ciente que não seria por adiar a data da independência que resolveria o quer que fosse. Também uma eventual intervenção directa da ONU ou da OUA foi sempre rejeitada: antes e depois do Alvor. Sempre que os Movimentos armados infringiam o Acordo do Alvor (o que era uma constante), os altos-comissários portugueses insistiam que, a continuarem assim, teriam de apelar às Nações Unidas, sabendo os dirigentes nacionalistas ser uma ameaça vã, pois Portugal não queria passar pelo embaraço de não ser capaz de assegurar uma transição pacífica em Angola. A intervenção da ONU não foi solicitada, mas transferiu-se a resolução do conflito para os estadistas africanos e a OUA. O Estado português preferiu recusar

qualquer ajuda externa ocidental até ser forçado a pedir *in extremis* o auxílio da Europa e dos Estados Unidos para retirar de Angola as centenas de milhares de portugueses que, para fugirem a guerra, queriam embarcar para Portugal.

Na convulsão e anarquia que grassava em Angola nos quatro meses que antecederam a independência, mesmo os que deveriam primar por uma conduta isenta cometeram excessos e vilanias, o que provocou subsequentes represálias por parte dos Movimentos lesados, como sucedeu ao famigerado «Batalhão em cuecas» que acabou por pagar pelas atitudes desleais de outros camaradas de caserna. Nalguns casos, a tropa portuguesa «também não se portou bem»; a resposta à referida expressão encontra-se documentada como exceções à regra, cujos protagonistas não honraram a farda que vestiam. Assim como o governo do MPLA, em funções desde Julho de 1975, não respeitou os condicionalismos inerentes a um executivo de gestão, procedendo à publicação de leis que coarctaram os direitos de muitos portugueses de Angola.

Não obstante as condicionantes mencionadas, as actas das reuniões da Cimeira do Alvor permitem admitir que, além dos constrangimentos impostos, o processo negocial (antes e durante esse encontro) foi pautado pela vontade de Portugal satisfazer as pretensões dos líderes angolanos, podendo, por isso, atribuir-lhes posteriormente, a responsabilidade pelo resultado final. Os três Movimentos conceberam em Mombaça o plano para levar à cimeira do Algarve nos dias seguintes. Lisboa esperou que os três líderes traçassem um esquema de transição célere, pacífico e exequível, considerando que Portugal se deveria abster de o fazer, sob pena de ser acusado de qualquer tipo de ingerência neocolonial no futuro Estado independente. Ao crer ser esta a atitude mais sensata e consentânea, o Estado português possibilitou que os dirigentes angolanos decidissem em prol dos seus interesses e ajudou-os nessa tarefa. Sem ter proposto no Alvor soluções mais protectoras aos interesses das comunidades residentes (cidadãos de ascendência portuguesa, cabo-verdiana, santomense, goesa) na questão da nacionalidade e dos bens particulares: o governo de Luanda pôde, assim, criar legislação lesiva dos direitos das minorias em causa. No Alvor, Portugal não se bateu pela permanência dos portugueses em Angola, após a independência, como fez para conseguir deter tantas pastas ministeriais quantas as que eram tuteladas por cada Movimento. E os ministros indicados por Lisboa também não o fizeram, pois não era sua missão defender os interesses dos portugueses que depois do dia 11 de Novembro de 1975 seriam apenas estrangeiros.

Convém ainda esclarecer que, embora a expressão descolonização (usada no título deste livro) seja recorrente para descrever as transições para as independências, o termo é inapropriado para definir o que foi uma mera transferência de poderes para os Movimentos armados, num processo que (como refere Pedro Pezarat Correia) não envolveu «exclusivamente nem sequer predominantemente o país colonizador». Justifica quem coordenou o MFA em Angola até Janeiro de 1975 (participante na maioria das rondas negociais) que a «imperativa necessidade de negociar previamente um cessar-fogo» implicou «imediatas cedências políticas» num drama em vários actos, em que o Estado português não foi «o único actor, nem sequer o protagonista». Acabou, desta forma, por ser «fortemente condicionado» pelos angolanos e pela comunidade internacional, confrontando-se no final com um desfecho que escapou «totalmente ao seu controlo».¹ A documentação consultada corrobora esta análise, mas demonstra também a responsabilidade de cada um dos decisores individualmente e dos colectivos envolvidos. Conclusões que decorrem das consultas feitas e da liberdade de cogitação da autora perante as fontes dissecadas. Lamentando, no entanto, não ter sido ainda disponibilizada (por quem certamente a detém) a lista sequencial das actas das reuniões da Comissão Nacional da Descolonização, parcialmente dispersas em diferentes fundos, o que muito contribuiria para os estudos em curso sobre esta temática.

Por fim, os agradecimentos: à forma abnegada e profissional como técnicos e funcionários dos acervos estatais e municipais, onde passei muitas horas durante os últimos 18 meses, me ajudaram²; aos protagonistas que aceitaram ser entrevistados, e à família de Melo Antunes pelo acesso às poucas pastas do espólio que se encontravam, em 2012, acessíveis ao público. Ao editor Duarte Bárbara, uma palavra de profunda gratidão pela confiança depositada neste livro quando ainda estava em estado embrionário, e pelos meses de paciente espera até ser concluído. De igual modo, quero agradecer a António José da Cruz Belo, secretário da Comissão Coordenadora do Programa [do MFA] em Angola, que pessoalmente me alertou para o Fundo Privado homónimo que (louvavelmente) doou ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra e à enorme generosidade do general António Silva Cardoso que, na primeira visita, me confiou o seu arquivo pessoal relativo ao período em que exerceu funções em Angola.

¹ Pedro Pezarat Correia (1991) *Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português*, Lisboa, Editorial Inquérito, pp. 13-14.

² Agradeço especialmente aos arquivistas do Arquivo Histórico Militar; do Arquivo de Defesa Nacional, do Arquivo Histórico da Presidência da República; do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da Hemeroteca de Lisboa e da Biblioteca-Museu da República e da Resistência, ambas municipais, e às funcionárias da biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, e em particular a Rita Carvalho.

1ª PARTE

1. A REVOLUÇÃO EM ANGOLA

Sem política definida

Em Angola, «a notícia do golpe de Estado de 25 de Abril surgiu em pleno cacimbo, na estação má, no tempo das nuvens e do calor húmido» quando «o céu mostra-se indeciso: não chove, mas também o Sol não aparece». Para os luandenses o clima caracterizava também a situação política desde o derrube do regime³. Vivia-se um tempo de incerteza e expectativa. Certezas nem os novos decisores militares e políticos da Metrópole tinham quanto ao modelo de descolonização a adoptar no mais complexo caso ultramarino de transferência do Poder, reclamado por três Movimentos armados. As populações ultramarinas (que só conheciam a realidade colonial) não foram efusivas nas reacções. O 25 de Abril «foi um acontecimento inesperado, distante do que eram as suas preocupações habituais» e foi, por isso, recebido «com moderada satisfação»⁴. «Se é certo que a notícia da mudança de regime provocou uma enorme surpresa, tanto entre os europeus como entre os africanos, não é menos verdade que não desencadeou a agitação febril vista nas manifestações na Metrópole», escrevia o enviado especial da *France Presse*⁵.

O governador-geral foi exonerado na noite de 26 de Abril ficando o tenente-coronel Soares Carneiro como interino, mas nenhuma instrução foi recebida sobre a missão das FAP em Angola⁶. Em Maio, o comandante-chefe foi substituído pelo general Franco Pinheiro. Somente com as primeiras declarações políticas em Lisboa foi perceptível «a diferença de posições entre os órgãos de Estado: a Junta de Salvação Nacional (JSN), a Coordenadora do MFA e o governo»⁷. «Não existia uma visão política homogénea no seio do governo provisório. Na ausência de coordenação, cada um fazia mais ou menos aquilo que entendia», diria Mário Soares⁸. Como Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) pretendia «assinar rapidamente um cessar-fogo nos territórios em guerra», mas não era essa a vontade do presidente da República que «tinha de respeitar». A exigência na Metrópole do regresso dos soldados e a confraternização das tropas portuguesas com os nacionalistas tornavam «irrealista» a solução Commonwealth lusófona que Spínola defendera em *Portugal e o Futuro*, publicado em Fevereiro. Na conversa com o chefe de Estado, após ter chegado de Paris, o MNE percebeu que Spínola distinguia autodeterminação de independência, não querendo, porém, que se fizesse um «cavalo de batalha» sobre a questão: o essencial seria negociar a paz. Acreditava ser possível convencê-lo «a ir mais longe» na solução para os territórios africanos. «O importante era avançar» e depois se veria se era preciso convencê-lo ou «vencê-lo»⁹. O plano spinolista era apenas um dos modelos defendidos. Uma «descolonização negociada» como pretendia Melo Antunes aproximava-se da de Mário Soares «sem ser exactamente a mesma». «Cada um começou a trabalhar para seu lado e os dirigentes africanos compreenderam então que cada um de nós conduzia uma política própria, o que lhes abria possibilidades de negociação.»¹⁰

Os líderes angolanos ignoravam de que forma o novo regime iria resolver a questão ultramarina e não se manifestaram de imediato. A prudência dos Movimentos armados era um aspecto realçado por Washington em 29 de Abril: não tinham reagido publicamente, talvez por Spínola ter aludido a uma solução política, quando exigiam a independência total, da qual não desistiriam facilmente¹¹. Embora, militarmente, não tenham saído vitoriosos do conflito colonial: o MPLA encontrava-se enfraquecido desde a cisão de Chipenda (a Revolta do Leste, ocorrida em 1973) e dos intelectuais da Revolta Activa. Reduzida a focos de resistência «nas zonas fronteiriças e nas áreas tradicionais», a FNLA atacava e fugia para as suas bases no Zaire, e a UNITA mantinha-se, desde a sua fundação em 1966, acantonada no Leste e no Sudeste, sem ser reconhecida pelos outros Movimentos que a acusavam de ter colaborado com o Exército português¹². Em suma, «a situação militar em Angola era francamente mais favorável às forças portuguesas do que em Moçambique ou na Guiné»¹³.

Para Melo Antunes parecia óbvio que o fim do Estado Novo teria de implicar o fim do império, mas «este pensamento estratégico» não era comungado por todo o MFA nem por todos os generais que tinham aderido à causa. Teve de «abrir caminho» por entre os que «consideravam “precipitado”» reconhecer a independência¹⁴, o que causou desde o início uma «tensão latente» entre o MFA e a JSN¹⁵. Como foi evidente na visita a Angola do CEMGFA. Numa conversa privada, Costa Gomes disse a Soares Carneiro que «em Angola iríamos ficar». Nenhum dos membros da comitiva¹⁶ assistira à reunião. No final, Charais revelou o seu desagrado: «*Tinha ficado combinado que um de nós estaria sempre presente nas conversas do general*» (nós o MFA). Quando o governador interino referiu que em caso de referendo ter-se-ia de começar a recensear a população¹⁷, Charais disse já serem «soluções ultrapassadas». Costa Gomes ainda acreditava na viabilidade do plebiscito e que «Angola ia optar por continuar portuguesa»¹⁸. Em Luanda exortara os Movimentos à deposição das armas e ao início de negociações e confirmara que os quadros da extinta DGS seriam transferidos para a Polícia de Segurança Pública de Angola (PSPA) e para a Polícia de Informação Militar (PIM), mantendo-se a Organização Provincial de Voluntários para a Defesa Civil de Angola (OPVDCA)¹⁹.

Se Costa Gomes evitara dizer se a independência seria concedida, quando e como, alguns políticos expressavam a sua opinião revelando a disparidade de pontos de vista e «as diferenças de fundo» sobre o modelo a seguir. Para Almeida Santos dever-se-ia escolher «como interlocutores preferenciais os dirigentes dos Movimentos de Libertação», mas deixar de combater sem que o inimigo depusesse as armas deixaria Portugal sob uma pressão insustentável²⁰. Foi o que fizeram. Já Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares voltou a reunir-se com Neto: «*Os Movimentos rejeitavam a ideia de um cessar-fogo sem um acordo político prévio.*» O que considerava «perfeitamente compreensível: não queriam correr o risco de desarmar e desmobilizar as suas tropas antes de terem obtido sérias garantias»²¹. Em Abril, tinham morrido 22 soldados portugueses em Angola²². Em meados de Maio Portugal suspendeu todas as operações militares no território: o cessar-fogo era «um acto de boa vontade» e não uma rendição, garantia o comandante-chefe.²³ Mas a trégua não teve efeito imediato: em Maio, o número de baixas «foi semelhante ao do mês anterior»: 21 mortos e feridos e a FNLA e o MPLA endureceram posições para cada um se apresentar «como o interlocutor mais válido em possíveis conversações»²⁴. Na segunda metade do mês de Maio os ataques aumentaram²⁵. O apelo do CEMGFA foi rejeitado: sem a garantia formal que a independência seria aprazada os Movimentos não dariam por finda a guerra.

Uma semana depois do I Governo Provisório ser empossado, o Ministro da Coordenação Interterritorial (MCI) Almeida Santos foi a Angola auscultar as «forças vivas» para nomear o novo governador. Reuniu-se com Franco Pinheiro, deslocou-se a Nova Lisboa e a Benguela e regressou a Luanda em 26 de Maio. Nesse domingo decorreu em frente ao Palácio uma «grande manifestação

claramente influenciada pelo MPLA, com palavras de ordem que apontavam para a exigência da independência total». Almeida Santos e o futuro ministro da Justiça (do MPLA) Diógenes Boavida, seu colega na Universidade de Coimbra, falaram da janela à multidão²⁶. No final ocorreram tumultos: «*Algumas montras partidas, carros amolgados, taxistas agredidos.*»²⁷ «*Vários automóveis foram virados, europeus molestados e a Polícia posta em debandada. Só depois do Exército ter disparado para o ar é que o conflito acabou.*»²⁸ De seguida, apareceram os brancos: encheram o largo fronteiro «e não arredavam pé: vaias, insultos, nomes» em vernáculo ouviram-se do exterior. Como se retirava o ministro do Palácio para ir apanhar o avião? Fazendo aterrar um helicóptero nos jardins ou saindo pelas traseiras foram as hipóteses colocadas. Para entreter a multidão, Soares Carneiro falou do gradeamento aos manifestantes enquanto o automóvel se preparava para sair: o general entrou no veículo que transpôs os portões sob «algumas punhadas valentes em cima do *capot*», antes de os batedores arrancarem a toda a velocidade²⁹. No dia seguinte eram proibidas as manifestações públicas não previamente autorizadas.

Ao cônsul-geral americano Everett Briggs o ministro disse que, ao invés de Moçambique, onde tinha sido fácil encontrar um nome consensual, em Angola tinham-lhe sugerido mais de 40 nomes, a maior parte dos quais inaceitável, «pelo menos, para uma considerável minoria»³⁰. A personalidade «mais esmagadoramente desejada» foi Silvino Silvério Marques (governador de Angola entre 1962-1966)³¹. Para o cônsul americano a independência seria uma realidade, mas como não havia «raízes democráticas» em Angola (nem tempo para as implantar) e as diferenças entre os Movimentos eram abissais, seria irrealista crer na sobrevivência de um governo representativo, considerando ainda que se a situação política se deteriorasse rapidamente, como a maioria dos quase 600.000 brancos de Angola acreditava, a retirada da tropa portuguesa poderia causar um banho de sangue racial no território³².

A saída da tropa portuguesa era o maior receio da população branca. O CEME, general Jaime Silvério Marques, emitira uma circular sobre o dever da tropa se manter em Angola em «defesa da vida das populações»: «*Estamos em negociações. Temos de manter uma posição de força para que o adversário as respeite.*» Os soldados que estavam a terminar as comissões teriam de ser rendidos, mas tratava-se «mais de uma missão de paz do que de guerra»³³. E, contudo, a paz ainda não tinha chegado a muitos pontos do território. Em Luanda, a morte de um soldado desfardado no Bairro Marçal (numa rixa que envolveu alguns taxistas) suscitara uma marcha automóvel de protesto pela cidade ao som de um incessante buzinao³⁴. Para o líder da Revolta Activa, Mário Pinto de Andrade, «os extremismos» gerados pelo medo, a preocupação e a ignorância da maioria da população (tanto negra como branca) eram a causa do «ódio recíproco» que varria a capital. «O esfaqueamento de um soldado, os recontros de populares ao jeito nítido de ajuste de contas e o rebentamento de uma bomba num bairro de Luanda» indiciavam que os problemas raciais iriam começar³⁵. O mais mediático ocorreu no dia 6 de Junho quando foi conhecida a morte de um enfermeiro negro de 39 anos, apoiante do MPLA, baleado na véspera num bar de um muceque após uma discussão com um simpatizante branco da UNITA³⁶. O Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA) «exortou a população de Luanda a apresentar-se nos dias seguintes de gravata preta, a abster-se de frequentar bares e a assistir às cerimónias religiosas» de João Pedro Bengue. Muitas centenas de negros e algumas dezenas de brancos incorporaram o cortejo fúnebre, que ao longo de uma hora percorreu silenciosamente os dois quilómetros até ao cemitério³⁷.

Em Nova Iorque, o enviado do governo português à ONU, Jorge Sampaio, revelava a sua «satisfação e surpresa por nenhum representante africano (incluindo os argelinos com os quais falou) ter exigido a independência imediata dos territórios africanos»³⁸. A pretensão de Spínola talvez pudesse ser bem acolhida, mas seria preciso convencer os estadistas reunidos em Mogadíscio, na cimeira da OUA, aos quais o chefe de Estado fez saber que não haveria «a entrega imediata da soberania em qualquer território africano, mas uma fase com vista à autodeterminação, implementada num período relativamente extenso»³⁹. Para Spínola negociar o cessar-fogo significava passar da «confrontação armada a uma solução política» e, numa fase posterior, realizar uma consulta popular. Realçava o embaixador americano em Lisboa Stuart Scott que, ao evitar a palavra referendo, Spínola deixara em aberto que pudessem ser eleições. Em Mogadíscio, o discurso causou indubitavelmente um coro de protestos⁴⁰.

A UNITA suspendera a guerrilha na parte ocidental do distrito do Moxico, depois de Savimbi se reunir, em 28 de Abril, com o padre António de Araújo Oliveira da missão de São Pedro e São Paulo, a quem o líder da UNITA enviara uma carta com as condições para um encontro com representantes portugueses⁴¹. Porque estivera cinco anos no Leste, Passos Ramos foi escolhido para chefiar a delegação portuguesa que se deslocou ao Alto do Cangumbe, perto do Luso. Pezarat Correia e Moreira Dias do MFA de Angola acompanharam-no. Foram de comboio e a pé. Nessa reunião de 14 de Junho, Savimbi defendeu uma transição de sete anos, por Angola não dispor de quadros nem os Movimentos estarem preparados para governar a curto prazo. O Coronel informou Costa Gomes do prazo sugerido. «*E recordo-me perfeitamente do desabafo do general Costa Gomes: “Se fossem cinco, já ficava contente. Até dois anos era tão bom.”*»⁴² O cessar-fogo foi brindado com vinho tinto de um garrafão que os combatentes foram buscar, mas ainda teria de «ser sujeito à aprovação do *Bureau* Político da UNITA»⁴³; foi o único, circunscrito ao Leste. Noutras partes de Angola a guerra continuava: no Norte de Cabinda fora encontrada «a fuselagem destruída de um helicóptero da Força Aérea» desaparecido há seis dias. Não havia vestígios dos tripulantes que, na última mensagem-rádio, tinham comunicado que o aparelho fora atingido. Aquela zona era «cenário de frequentes combates entre as tropas portuguesas e os guerrilheiros do MPLA cujo *modus operandi* era conhecido: «*flagelam e fogem, em seguida, para as suas bases no Congo.*»⁴⁴ O MPLA intensificara a luta desde Março: utilizava novos tipos de armamento; actuava com grupos de efectivos «muito elevados e agressivos» e abusava do uso «de minas e armadilhas de forma isolada e/ou conjugadas com acções violentas». No plano psicológico procurava, «em certos casos com êxito, dissociar a tropa branca da preta, quebrar a vontade de combater das forças militares e obter o apoio das Tropas Especiais, levando-as à deserção». Para Franco Pinheiro era evidente que o MPLA (de Neto) pretendia «alcançar posição relevante no plano militar», que lhe propiciasse «vantagens políticas no plano interno e internacional em relação aos outros partidos». A indisciplina nos quartéis portugueses manifestava-se «de forma acentuada, no comportamento negativo» dos militares, que exploravam «as perspectivas de paz para justificar as recusas em participar em acções de combate». E existia uma «autêntica demissão da responsabilidade de comando», sobretudo, em Belize e no Dingo. No princípio de Junho, «os militares das subunidades exigiram ao comandante a cessação das operações, recusando-se a sair dos seus aquartelamentos, com o argumento que era contrário aos princípios de paz estabelecidos pelo MFA, além de que não havia qualquer razão para que se continuasse a morrer ou ficar estropeado. Pretenderam impor também a sua saída imediata por rendição por outra unidade ou pelo abandono puro e simples daquela parte do território.» De um modo geral, anotava o general, «*todo o pessoal manifesta a intenção de não participar em acções de combate [...], pretende recusar-se a cumprir missões fora da sua Zona de Actuação que não tem, aliás, actividade violenta*»⁴⁵.

Além de Savimbi, apenas a facção Chipenda (antigo futebolista da primeira divisão em Portugal) deixara de combater a leste do Moxico e a sul do Cazombo⁴⁶, «em aparente contradição com as instruções emanadas do Comando Central [do MPLA] em Brazzaville». Para Luanda começaram a convergir em Junho os activistas libertados e os foragidos dos presídios: «*Desta vez, fugiram 200 reclusos através de um buraco feito na parede da cozinha com martelos e picaretas.*» A fuga ocorreu no dia 22, de manhã. Uma outra fuga organizada ocorrera em 12 de Junho, na qual, durante um comício de protesto, escaparam 100 detidos, estando ainda 40 a monte. «*Os que não se evadiram ocuparam as instalações da penitenciária, exigindo justiça.*»⁴⁷

A evasão ocorrera após a amnistia decretada às infracções de delito comum cometidas até ao dia 15 de Junho⁴⁸. Em 24 de Junho, quando a portaria foi publicada, foram libertados 400 reclusos da Cadeia Civil de Luanda e outros tantos de diversas penitenciárias⁴⁹. Muitos foram de imediato integrados nas milícias populares do MPLA. Era uma das suas fontes de recrutamento; alguns que tinham experiência de guerrilha, como: «o Sandokan e o Sabata apareceram fardados com os seus gangues armados»⁵⁰. «*O incremento da actividade clandestina do MPLA em Luanda tem em vista a conseguir agregar os Comités de Acção Clandestina, de forma a discipliná-los e a permitir a sua utilização de acordo com as necessidades da sua 1.ª Região Político-Militar.*»⁵¹ Para o órgão oficial do Poder Popular era «estúpida a exigência do general Costa Gomes para que os ML» depusessem incondicionalmente as armas e «neocolonialistas» as propostas de Spínola: votações para os africanos dizerem se queriam ser independentes ou continuarem portugueses eram ridículas porque a independência não era «uma mercadoria para se negociar». Só havia uma resposta: «prosseguir o combate» fora dos teatros de operações convencionais: «*A tarefa táctica principal que se impõe a todos os nacionalistas revolucionários angolanos das zonas urbanas é [...] sair da fase defensiva estratégica em que nos encontramos nas zonas urbanas e passar à ofensiva. Isto só será possível através de propaganda e agitação política.*» A nomeação de Silvino Silvério Marques era considerada, por estas milícias, uma «fantochada neocolonialista»⁵² e Savimbi atacado por cair «na ratoeira» do referendo: «*Referendo agora? O colonialista é esperto que nem um rato; mas a esperteza agora não lhe vale nada. O camarada Samora Machel, presidente da Frelimo disse e muito bem que essa consulta deveria ter sido feita quando começou a luta armada. Não agora!*»⁵³

No dia seguinte ao encontro de Spínola com Nixon, Almeida Santos argumentava que «evoluções de tipo federativo, confederativo ou comunitário» figuravam «teoricamente entre as opções possíveis». Era uma ideia menos viável do que nos anos anteriores, mas não a diria «impossível», devendo Portugal negociar «com quem nos faz a guerra».⁵⁴ Não se encontrando desclassificados os memorandos americanos sobre a reunião, a única versão conhecida é a do relatório-resumo divulgado pelo antigo presidente, cuja reprodução poderá não ser isenta de acréscimos ou omissões. Nas Lajes, Spínola opôs-se ao «reconhecimento imediato da independência dos territórios africanos» porque significaria «uma vitória estratégica da União Soviética em África»⁵⁵. «Nixon prometeu apoiar a estratégia de autodeterminação de Spínola. Ambos concordavam que o presidente Mobutu “poderia ser útil”», mas pareceu ao chefe de Estado português que o homólogo americano estava «pouco informado sobre a descolonização em África e apenas preocupado em estancar o comunismo»⁵⁶. Uma semana depois (em 28 de Junho) Spínola nomeou Veiga Simão para a Missão Permanente da ONU, onde Portugal integrava o Grupo da Europa Ocidental com os EUA e Canadá. Por decisão do MNE, a delegação incluía um representante de cada partido do governo: Ramos Costa (PS), Patrício Gouveia (PSD) Maria de Lurdes Soares (PCP), que reportavam às direcções partidárias o que ocorria no areópago⁵⁷.

Em Angola, na sequência da trégua unilateral, o MFA exortava ao direito dos nacionalistas se instalarem onde quisessem⁵⁸. O programa de duas horas diárias *A Voz das Forças Armadas* emitia uma

hora de informação em dialecto, e tinham sido distribuídos quatro panfletos, num total de 350.000 exemplares, defendendo «o direito de todos os elementos dos Movimentos e o povo da mata escolherem livremente o local onde se fixar e viver»⁵⁹. Desde a nomeação do novo governador (em 11 de Junho) decorriam na capital movimentações de massas e anúncios de greves. «*Em cada exemplar do jornal Diário de Luanda foi até colocada uma folha a dizer: “Não. Fascista. Não vás ao aeroporto”.*»⁶⁰ Quando, no dia 16, saiu do avião, Silvino Silvério Marques foi alvo de «manifestações diversas: uns saudavam-no; outros apupavam-no». Num cartaz lia-se: «Vai-te embora, Silvino!»⁶¹ Dois dias depois, Luanda acordou sem as 50 carreiras urbanas devido à paralisação de motoristas e cobradores dos 150 autocarros da concessionária⁶². Os estivadores e bancários de Luanda, Benguela e Lobito também estavam em greve: os autocarros não circulavam e as dependências bancárias não abriram as portas. Para Rosa Coutinho, a missão do general estava condenada «à nascença». Charais chegou a dizer-lhe que «o Silvério Marques já estava arrumado. “Temos de correr com ele”»⁶³.

«A causa imediata do litígio com o MFA» foi a reunião do Conselho de Defesa de Angola (composto pelo governador, o comandante-chefe e os três chefes dos três ramos das FAP), a que compareceram os três delegados do MFA, embora não tivessem assento naquele órgão. Pezarat Correia falara previamente com Franco Pinheiro que expôs a questão aos três chefes dos ramos, mas mal Silvino Silvério Marques entrou na sala disse que só «por delicadeza para com os oficiais gerais presentes» é que não exigia a saída imediata dos delegados. Era «um Conselho restrito», a que não tinham de assistir elementos «estranhos». Os três chefes dos ramos apoiaram-no⁶⁴. «Enquanto o Silvério Marques aqui estiver não há hipótese nenhuma de se avançar», disse Pezarat Correia no plenário do MFA⁶⁵. Era «uma personalidade comprometida com o regime anterior» e no Conselho de Defesa opusera-se «aberta e calorosamente contra a presença de elementos do MFA que, de facto, a constituição do Conselho não prevê, mas que compareceram» por Franco Pinheiro ter julgado «conveniente», escreveu à Coordenadora em Lisboa. «*Nessa reunião, deixou bem vincado que não admitia a interferência do MFA nos seus actos, quer como limitação do Poder quer como fiscal, convidando as Forças Armadas a remeterem-se às suas funções específicas.*» Também rejeitara em «termos insultuosos» a criação de «um órgão que passaria a trabalhar junto de si». Apenas o aceitaria se fosse imposto pelo «próprio MFA», mas fazia as considerações que achasse «pertinentes»⁶⁶. O CEMGFA tinha sido «muito receptivo aos pontos de vista apresentados» e iria dar uma «orientação concreta», informava uma semana depois a Coordenadora. Haveria, porém, uma «dificuldade legal» em impor o referido órgão ao governador⁶⁷. O MFA de Angola fez então um ultimato para o governador ser exonerado no prazo de 72 horas. Lisboa tinha até às 20h00 de 19 de Julho para responder⁶⁸, senão empreenderiam uma «acção militar» para o destituir⁶⁹. Spínola soube pelo CEMGFA que estavam dispostos a colocar Silvério Marques à força num avião⁷⁰, por isso, cedeu. Em 19 de Julho (um dia após a posse do II Governo Provisório chefiado pelo general Vasco Gonçalves), o governador foi chamado a Belém. Deveria sair de Luanda logo que chegasse a comissão de inquérito presidida pelo coronel piloto Silva Cardoso⁷¹. Antes de partir, o Coronel (que com Altino de Magalhães representava o MFA na Força Aérea) partilhou com Rosa Coutinho (de quem era amigo) as suas dúvidas quanto à missão que lhe fora confiada. O Almirante tranquilizou-o: que fosse descansado que dentro de dias também lá estaria⁷².

Tumultos raciais

Um mês depois de Silvino Silvério Marques ter sido empossado ocorreu um dos episódios que mais viria contribuir para a sua substituição: o assassinato, na madrugada de 11 de Julho, de um taxista no Bairro de Santo António desencadeou a primeira vaga de violência racial em Luanda que, associada à

marcha de protesto dos soldados africanos do Exército e à demissão do comandante-chefe, precipitou a sua saída. O motorista foi estrangulado e deixado junto ao seu táxi, sem lhe terem sido roubados documentos ou dinheiro. «*O incidente provocou a fúria dos motoristas e comerciantes, vítimas dos assaltos quase diários nas zonas suburbanas, desprovidas de eficiente policiamento.*»⁷³ Nesse dia, taxistas, camionistas e comerciantes dos subúrbios protestaram junto ao Palácio, assaltando de seguida as instalações dos Estúdios Norte e da EOA, onde exigiram a suspensão imediata dos programas que incitavam à expulsão dos brancos. Formaram grupos para vingar a morte do colega e, nessa noite, começou a “caça” ao negro. No Cazenga, um grupo de radicais brancos armados de cassetetes, pistolas, caçadeiras e punhais mandaram parar todas as viaturas que transportassem negros: forçavam-nas a parar «amassando-as à paulada, o mesmo acontecendo aos seus ocupantes» e, no Bairro da Cuca, agrediram selvaticamente os passageiros de uma carreira⁷⁴. Balanço oficial: seis mortos africanos⁷⁵ e 27 feridos, 12 dos quais em estado grave. Na manhã seguinte, «numerosos negros assaltaram o hospital de onde levaram três cadáveres que passearam pelas ruas, enquanto uma multidão reunida em frente ao Palácio clamava que os brancos os queriam matar. Deu-se logo a seguir a intervenção da Polícia que recuperou os cadáveres e dispersou a multidão com granadas de gás lacrimogéneo, tendo sido presos oito indivíduos de raça branca acusados de estarem na origem dos motins»⁷⁶.

Proibida a circulação automóvel das 20h00 ao amanhecer, durante o fim-de-semana na zona periférica, a cidade serenara sob a vigilância dos militares colocados em pontos sensíveis à entrada dos subúrbios. Durante a tarde, a rádio difundiu os apelos à entrega de armas e munições pelos taxistas no Comando de Polícia: seria feita «uma severa fiscalização» e «aplicadas pesadas sanções» aos infractores. Na tarde de dia 14, «um helicóptero sobrevoou os muceques, lançando milhares de panfletos de apelo à calma», mas os ânimos mantiveram-se exacerbados. Reunidos na sede da Liga Nacional Africana, os familiares das vítimas repudiaram a oferta do governo de lhes pagar indemnizações e os funerais⁷⁷. Deveriam aceitar a esmola, recomendava o MPLA de Luanda num panfleto: «*Vós familiares dos chacinados (o morto é morto), deixem que o assassino do Silvério Marques e seus capangas enterrem ou comam os seus mortos. Não gastem o vosso dinheiro em funerais. Nem que eles os deixem apodrecer nas ruas.*»⁷⁸ Tinha sido detida uma funcionária pública por afixar e distribuir panfletos que incitavam os africanos a vingar «as vítimas da repressão colonialista»⁷⁹ e docentes, alunos e funcionários da Universidade de Luanda condenavam em comunicado a «barbárie racista tolerada pelas autoridades portuguesas», exigindo o desmantelamento da administração colonial, a demissão imediata do governo-geral e do comando-chefe «bem como o saneamento dos altos comandos militares e policiais, dos elementos com ligações directas ou indirectas aos racistas brancos», a expulsão de Angola dos PIM e a dissolução da OPVDCA⁸⁰.

O Poder Popular exortava directamente à violência: «a frente da espingarda» pusera «o inimigo em debandada» e arrasara «o moral das tropas portuguesas». Era agora preciso agitar as massas para as levar «ao confronto com as forças de repressão». Os «burgueses colonialistas» incutiam «medo no Povo pelos seus organismos de repressão, PIDE, OPVDCA, PSP; tropa, bufos e outros assassinos» e ainda o embruteciam «com coisas inventadas na Europa como o vinho, o futebol e a Bíblia»⁸¹. No mesmo tom o comité director do MPLA (sediado em Brazzaville) aludia a «mais uma chacina» cometida por «“taxeiros” e comerciantes fubeiros ajudados pelo já conhecido fascista Silvério Marques». O episódio tornara ainda mais difícil a desejada trégua por parte dos nacionalistas: «*É assim que todos os dias dizem que os nossos ML devem depor as armas?*» Os angolanos eram exortados a não entrarem «em nenhuma loja para fazer compras, nem mesmo para beber», pois os brancos estavam dispostos a envenená-los. O “mito urbano” do envenenamento era espalhado para boicotar o consumo nas lojas dos brancos nos muceques: «*Façam as vossas compras nos*

minimercados, mas compram tudo fechado e só em quilos». A FNLA propalava a mesma acusação: 24 jovens «sobreviventes das chacinas perpetradas pelos colonos portugueses em Angola», recém-chegados a Kinshasa, tinham contado que «os comerciantes brancos envenenam a água e os géneros alimentícios vendidos às populações negras»⁸². Os negros do Exército português eram também vilipendiados por terem armas e não se revoltarem: «*Cobardes. Traidores. Se não tomam medidas imediatas serão julgados. Desertem em massa. Incendeiem tudo.*»⁸³ «A instigação constante do MPLA e da FNLA à deserção armada dos militares pretos, e à tomada de uma posição de força para apressar o processo de descolonização», criara nesta tropa uma «forte instabilidade emocional» por se encontrarem divididos entre «o dever de obediência ao Exército e o medo angustiante das consequências a que futuramente» estariam sujeitos⁸⁴. No dia 15, na Companhia aquartelada na Rua da Misericórdia, um militar negro (que participara no patrulhamento ao Bairro Lixeira) disparou da janela da casa de banho uma rajada de arma automática sobre os camaradas que se encontravam na parada: matou quatro e feriu outros tantos, antes de ser abatido por um carro blindado⁸⁵.

Nesse dia, os militares negros responderam em massa à marcha de protesto convocada pelo MPLA até ao Quartel-General português na Fortaleza de São Miguel: «*Quase todos os militares africanos da guarnição de Luanda, uns milhares, juntaram-se nas zonas dos quartéis e, desarmados, formaram e marcharam sobre a fortaleza a exigir a sua participação no patrulhamento dos muceques, porque os irmãos negros que estavam a ser massacrados todos os dias.*»⁸⁶ Seriam cerca de 2.000 militares da guarnição de Luanda e arredores, que (entre outras reivindicações) exigiam patrulhar os muceques⁸⁷. Desfilaram e pararam em frente da Fortaleza: queriam ser recebidos⁸⁸. Como disse Franco Pinheiro ao Ministro da Defesa: «*Exigiram que a segurança nos muceques fosse confiada apenas às Nossas Tropas, incluindo os próprios que deveriam zelar pela segurança dos seus irmãos de cor. Por a PSP não dar garantias de isenção. [...] Mais referiram que ou participavam directamente na segurança dos muceques ou pediam a passagem à disponibilidade.*»⁸⁹ Na audiência, o general prometeu que «iriam começar a participar com maior intensidade» nos patrulhamentos⁹⁰.

Como o cortejo de civis (que seguia a coluna militar) assumiu «proporções que tornavam difícil o seu controlo», a Polícia Militar montou uma barreira que foi forçada: dois soldados foram momentaneamente desarmados, na luta pela sua posse as armas dispararam e da amurada foi aberto fogo⁹¹. «*Ouviram-se gritos ao longe e à porta do Quartel apareceu um militar a berrar: “Estão a matar os nossos irmãos!”*»⁹² Do ponto de vista militar, a marcha negra teria «necessariamente ser olhada como um puro acto de insubordinação colectiva» e ocorriam «atitudes inconvenientes noutras unidades» resultantes «do clima de desconfiança» que nelas se instalara⁹³. Após a audiência, Franco Pinheiro informou o CEMGFA que não tinha condições para se manter no cargo. A situação em Luanda continuava «a deteriorar-se»; graduados e praças africanas tinham-lhe exposto «reclamações sobre a discriminação racial» a que eram sujeitos e uma «sondagem de opinião muito discreta» indicava que estava «desacreditado». Por considerar que a sua «substituição ajudaria a acalmar a população e os militares africanos» solicitava «sancionamento urgente» à sua retirada⁹⁴.

Em Lisboa encontrava-se há dias uma delegação pró-MPLA (chefiada por Diógenes Boavida), que expusera a Costa Gomes e a Almeida Santos a sua versão dos factos. Mas, segundo os serviços de informação, não teriam certamente apresentado, «de forma isenta, um relatório idóneo», pois alguns dos membros tinham instigado os incidentes: «*Excitam os ânimos e incitam à violência os incautos e desprevenidos e, no preciso momento, retiram-se para irem denunciar as desgraças que provocaram.*»⁹⁵

Ouvida a Comissão, Lisboa enviou uma duríssima repreensão a Franco Pinheiro e Silvério Marques, questionando se teriam «tomado as medidas preventivas, oportunas e eficientes»; se o saneamento do

pessoal da ex-DGS tinha sido «exaustivamente feito» e se a reacção da PSPA reflectira o «novo espírito democrático». Era «ainda negativa na sua maior parte», foi a resposta. Era perceptível que os dois generais tinham os dias contados em Angola: em breve chegaria a Luanda uma comissão mista designada pelo CEMGFA e pelo MCI para analisar «o ambiente social angolano». Era ordenada a imediata prisão «de todos os presumidos delinquentes de assassinio ou fogo posto, depredações ou outros crimes», bem como a detenção ou expulsão do território de «todos os agitadores, extremistas e dos incapazes de se integrarem no novo espírito». Deveriam ainda ser presos os ex-DGS envolvidos nos distúrbios ou «suspeitos de abuso de autoridade, violências ou outras acções» no passado, e suspensos, na PSPA, de «oficiais a guardas, os que activa ou passivamente» tivessem contribuído para os mesmos. Aos restantes seria ministrado «um plano de mentalização anti-racista».

Nenhuma das queixas expostas pela «Comissão Diógenes» foi esquecida: a PIM deveria ser imediatamente extinta, assim como «os serviços de coordenação e centralização de informações de Angola» – o que deixaria o Exército «às escuras» nas frentes de combate, pois a guerra não terminara. Era ainda ordenado o saneamento de todos os funcionários «da administração civil que não se adaptaram à nova situação política» e «uma campanha de esclarecimento público» para preparar os brancos «para o novo espírito que não é, genericamente, sentido». Em tom sarcástico, Lisboa perguntava se a proibição das manifestações não se aplicava «aos motoristas de táxi e a brancos, exibindo armas de fogo». Luanda respondeu que a proibição era logicamente «para todos», mas tinha havido «um certo afrouxamento da PSPA relativamente aos taxistas, permitindo que o ajuntamento de protesto» se tornasse «uma densa manifestação»⁹⁶.

Depois da marcha negra, cerca de 30.000 pessoas participaram nos funerais dos africanos mortos, incluindo «um número surpreendente de brancos» e militantes da FNLA e do MPLA que, juntos, bradaram palavras de ordem contra as FAP e a favor da independência imediata⁹⁷. As manifestações ocorriam em simultâneo com «greves e violências contra os brancos que ainda residiam ou circulavam» nos muceques, dos quais foram expulsos⁹⁸. «Boa parte da população africana de Luanda aderiu à greve, ao mesmo tempo que procurou impedir pela força que alguns elementos saíssem dos muceques e se dirigissem para as suas ocupações. Desde cedo, começou a desenvolver-se grande agitação nos bairros da Lixeira e Cazenga, onde tinham sido instalados os piquetes de greve.»⁹⁹ Os piquetes tentavam «impedir que qualquer habitante fosse trabalhar» e nalguns casos «espancaram e feriram quem tencionava não acatar a ordem de greve». Pelas 21h00 de dia 16, os incidentes já «tinham causado 12 mortos e 60 feridos»¹⁰⁰. Nessa noite começou a «caça» ao cantineiro branco: foram «atacados alguns estabelecimentos comerciais nos muceques assim como alguns militares que ali se encontravam em serviço»¹⁰¹. O número de vítimas oficiais aumentou no dia seguinte para 16 mortos e 63 feridos. A restrição à circulação rodoviária nos subúrbios estendeu-se a toda a cidade, estando a zona do Cazenga (onde tinham «ocorrido os incidentes de maior gravidade) completamente cercada pelas forças militares». Tinham sido «assaltadas e totalmente saqueadas seis lojas: uma no Bairro Sambizanga; duas no Rangel e três no Mota»¹⁰². No Rangel, onde a loja de um europeu foi apedrejada e incendiada, foram capturados nessa madrugada 25 indivíduos «por se entregarem a actos de vandalismo, deitando fogo a estabelecimentos comerciais»¹⁰³. «Ao longo do dia, as patrulhas militares em serviço nos bairros suburbanos foram alvejadas a tiro em alguns locais.» Aos habitantes era recomendado que permanecessem em suas casas durante a noite. Os cinemas tinham encerrado e há dois dias que as emissoras difundiam «um programa único com música clássica, noticiários e apelos à calma»¹⁰⁴. As autoridades militares mantinham-se em alerta máximo: «Toda a zona dos muceques continuava sob um cerrado dispositivo de segurança, sem que ninguém pudesse entrar ou sair sem ser revistado, de modo a garantir que não fossem transportadas para dentro das zonas nevrálgicas qualquer espécie

*de armas de fogo e outras.»*¹⁰⁵

Mulheres e crianças tinham fugido e enchiam as carreiras rodoviárias em direcção a Nova Lisboa; cerca de 1200 pessoas seguiram de comboio para Malange (o que obrigou a efectuar uma carreira extra¹⁰⁶) e muitas famílias negras refugiaram-se em casas de europeus¹⁰⁷. Fechadas as cantinas não havia lojas nem padarias abertas, por as panificadoras as terem encerrado¹⁰⁸. Na ronda aérea que realizou Rosa Coutinho viu muitas casas em chamas: «*Luanda estava a arder.*» Os cantineiros tinham sido «expulsos pelos próprios angolanos mas, depois, toda a gente se queixava»¹⁰⁹. A Junta optou por contratar os serviços da maior superfície comercial de Luanda, que em postos volantes abastecia as populações dos bairros mais afectados¹¹⁰. Na noite de 17 de Julho ainda foram incendiadas quatro casas no Lixeira, ouvidos «disparos esporádicos no Cazenga» e tiroteios no Prenda, Palanca, Calemba, Golfe e Mota. No dia seguinte confirmavam-se 35 mortos e 123 feridos¹¹¹.

Para o cônsul americano, os acontecimentos ilustravam «como não gerir uma crise»: as autoridades tinham sido «inacreditavelmente inaptas a lidar com a situação». A Polícia tinha sido lenta a actuar e apenas o fez depois de seis pessoas terem morrido. Quanto ao Governo, limitara-se a prometer reforçar a segurança dos taxistas, a aumentar o número de efectivos africanos nos patrulhamentos e a autorizar licenças de táxi para os negros. Os brancos também estavam cada vez mais receosos e indignados por o Exército não intervir e o governador se manter em silêncio dentro do Palácio¹¹². Os incidentes tinham obrigado a concentrar na capital 11 companhias: sete de Caçadores normais, duas de Comandos e duas de Pára-quedistas.¹¹³

Para Lisboa, Franco Pinheiro informava ter pedido «a apresentação de queixas concretas contra elementos da ex-DGS»; ter sido criada «uma comissão de investigação para esses mesmos casos» e outra «para averiguar ligações de guardas com taxistas e comerciantes dos muceques». Mais de 200 funcionários da PIM foram colocados a mais de 200 quilómetros da capital e repatriados «os ex-agentes implicados na morte do general Delgado». Apesar do clima «de subversão violenta», a PIM foi extinta, ficando os funcionários na dependência da 2.^a Repartição.¹¹⁴ Com a criação da PIM (em meados de Maio) foi decretada «a prisão do pessoal implicado em crimes, abuso de autoridade e crimes menores», tendo os que revelaram um «comportamento impecável» sido transferidos para outros postos. Com a partida de Passos Ramos, em Julho de 1974, Trovão passou a comandante interino, sendo pressionado (na sequência dos incidentes em Luanda) a assinar «o saneamento dos funcionários que não interessavam aos quadros de serviço, embora sobre os mesmos não incidissem queixas». A PIM foi extinta em 18 de Julho, dois dias antes do decreto-lei que estendia ao Ultramar a demissão dos funcionários da ex-DGS da Função Pública. Em Agosto foram enviados para Lisboa «todos os processos arquivados na ex-DGS de Angola». Iniciadas em Novembro as reuniões com os Movimentos, em 27 de Dezembro foi definida a missão do Gabinete de Apoio Português (GAP), oficializado em 5 de Fevereiro de 1975, que funcionou até à ordem de expulsão a todos os funcionários em Maio desse ano¹¹⁵.

O risco de a guerrilha alastrar às cidades intermédias – Dondo, Salazar (Dalatando), Nova Lisboa, Benguela, Lobito e Sá da Bandeira – era exponencial. «*Em Luanda, MPLA e FNLA empenham-se em aliciar e subverter as populações, ao mesmo tempo que procuram fazer alastrar a subversão a todos os centros urbanos de Angola. Se não forem tomadas as medidas de prevenção, estamos, a curto prazo, perante uma situação de subversão generalizada e de violência incontrolláveis.*»¹¹⁶ Não estavam «dispostos a renunciar à luta armada»¹¹⁷. E havia problemas com o único Movimento que o fizera. Depois de serem enviadas à revista *Afrique-Asie* as cartas trocadas em 1973 entre Savimbi e o Exército – Passos Ramos diz ter sido Aquino de Bragança, conselheiro de Samora Machel quem as endereçou – MPLA e FNLA declararam a exclusão da UNITA das negociações com Portugal, e Mário

Soares afirmou que só estes dois Movimentos seriam reconhecidos. Savimbi avisou: ou Lisboa esclarecia a sua posição ou o papel assinado de nada valia, retomando as hostilidades. «A UNITA já nos rodeava por todo o lado», afirmou Passos Ramos, que foi chamado para ir a Cangumbe resolver o imbróglio: «*Rasguei a guia de marcha e disse que me recusava a vender peixe podre à UNITA*». Só lá iria com um membro do MFA e outro do MCI, para os vincular. Foi com Charais (que estava desde o dia 11 em Luanda) e com um juiz do Bié (de apelido Albuquerque) que trabalhava com Almeida Santos. Na primeira ida a Cangumbe, Savimbi não estava. Na segunda, a clareira onde aterraram estava rodeada por armamento chinês. Foi-lhes dito que o *Bureau* Político estava reunido, talvez a reunião pudesse realizar-se no dia seguinte. No domingo, por precaução, o helicóptero desceu a 100 metros do recinto, mas já não havia arsenal à vista. O diálogo não foi fácil: Savimbi estava desconfiado e só cedeu quando «Charais lhe disse que a UNITA tinha de ajudar o MFA porque ainda havia muita reacção em Portugal (referia-se a Spínola, mas eu na altura nem percebi) que queria voltar ao antigamente e, por isso, o MFA precisava de todos os angolanos»¹¹⁸.

O presidente da Junta Governativa chegou a Luanda no dia 25 de Julho. Empossado na véspera, Rosa Coutinho contava com o apoio do MFA, de Vasco Gonçalves e do CEMGFA, mas não dos portugueses de Angola, como o próprio disse: a reacção «da população branca foi bastante hostil». «*Quando entrei em Angola até já [estava] escrito: “Fora Coutinho, não queremos cá comunistas”*». Constituída a Junta, o Almirante deu ordem de saída aos chefes dos três ramos: «*Vieram para Lisboa com mais dois governadores de distrito: o meu arqui-inimigo Santos e Castro, que era governador do Cuanza Norte, e o governador de Moçâmedes*»¹¹⁹. Demitido foi também Mariz Fernandes, substituído uma semana depois por Correia Jesuino que, como director-geral de Informação, se instalou no Palácio junto do Almirante¹²⁰.

O discurso que fizera à chegada – no qual sublinhara que Angola já não recebia ordens do Terreiro do Paço – deixou claro que pretendia levar «o espírito do 25 de Abril» para Angola, referia Briggs, para quem Washington teria muito a perder se continuasse de costas voltadas para o MPLA, por existirem outras potências interessadas em o ajudar¹²¹. Como Belgrado (que continuara a apoiá-lo entre 1972 e 1974, quando Moscovo lhe suspendeu a ajuda militar) e Cuba, para onde, no dia seguinte à chegada de Rosa Coutinho seguiu uma delegação do MPLA com o pedido de Neto de ajuda económica, treino militar e armas¹²².

O plano de Spínola

Quando no dia 27 de Julho Spínola anunciou o direito à independência (consagrado pela Lei 7/74 promulgada na véspera) confessou as pressões sofridas para que o tivesse declarado muito tempo antes. No Palácio em Luanda, os membros da Junta Governativa festejaram: «O homem sempre vai pelo caminho que a gente quer», terá comentado o Almirante. Uma semana depois, foi chamado a Lisboa. O chefe de Estado tencionava, a partir daquele momento, segurar as rédeas do processo em Angola¹²³. Mais do que às pressões «dos apressados manipuladores de opinião», Spínola cedia às exigências das instâncias internacionais, mas mantinha a intenção de as independências africanas só serem concedidas ao fim de dois anos. No documento que encomendou a Veiga Simão lia-se que a interpretação constitucional do Conselho de Estado de 17 de Julho do programa do MFA sobre a descolonização se identificava com a que «muitos países, especialmente os do Terceiro Mundo e do bloco comunista», faziam da resolução 1514 aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a em 14 de Dezembro de 1960: a independência como «consequência forçada e única da autodeterminação»¹²⁴.

O documento defendia que Portugal estava agora em inequívoca convergência com a posição da

ONU: aceitava iniciar negociações, propunha tréguas imediatas, amnistiara e libertara os presos políticos, extinguiria o aparelho policial ultramarino e convidava órgãos internacionais a observarem a descolonização em curso. A independência deveria «ser legitimada pelas populações», mas antes seriam criados governos autónomos em que os Movimentos participariam «em função da sua representatividade», cabendo-lhes eleger uma Assembleia Constituinte «na base de um homem, um voto». Para o plano resultar era «essencial» o apoio dos EUA, das democracias ocidentais e da URSS, «ou, pelo menos, a sua neutralidade mesmo que aparentemente não revelada», além do apoio do Brasil, da América Latina, da OUA (ou de alguns países membros), do Vaticano e da ONU. Em relação a Moscovo, «para além de se poder explorar directamente a boa vontade demonstrada com o estabelecimento de relações diplomáticas, o seu apoio poderia obter-se através da influência de terceiros países». Também não se deveria afrontar Pretória – devido aos interesses partilhados nas barragens do Ruacaná (Angola) e de Cahora Bassa (Moçambique) –, ainda que o seu regime de *apartheid* fosse condenado pela ONU: deveria «proceder-se com o maior cuidado por forma a não hostilizar a República da África do Sul, dada a projecção e influência deste país na vida económica da África Austral»¹²⁵.

Portugal reconheceria oficialmente a independência da Guiné-Bissau na sessão plenária de 17 de Setembro. Em contrapartida, a ONU poderia ser observadora dos processos em Angola e Moçambique, com a anuência dos respectivos governos, existindo uma transição por fases e com prazos diferentes para as independências. Era ainda recomendado aos decisores na Metrópole que não fossem tão profícuos nas declarações sobre eventuais cenários futuros: «*Não devemos cair num sistema contínuo de fornecimento de dados e de hipóteses emanados de fontes portuguesas heterogéneas, o que permitiria aos movimentos nacionalistas fazerem exigências em escalada, dificultando-se mesmo a possibilidade de instituir qualquer responsabilidade internacional.*» Porque «qualquer imagem de descoordenação de iniciativa ou de fragilidade de Poder» teria «graves consequências» na permanência «dos homens de origem portuguesa nos novos países». Era também «urgente criar uma Comissão Nacional» para a Descolonização e substituir, em 1976, o MCI pelo da Cooperação. Para Spínola, a intervenção da ONU seria a alternativa a uma entrega imediata da soberania e a única forma de se poder acalantar esperanças na edificação de «uma comunidade lusíada» em África. Ao chefe de Estado caberia a responsabilidade de decidir, depois de ouvidos a JSN, o Conselho de Estado e o governo provisório. Foi, portanto, em 17 de Julho, que Spínola anunciou que conduziria os processos em Angola e Moçambique. Após esta reunião do Conselho de Estado, o ministro Melo Antunes acertou com Samora Machel os termos do Acordo de Lusaca¹²⁶.

Em Luanda Briggs traçava o perfil dos membros da Junta Governativa: Altino de Magalhães e Silva Cardoso gozavam da simpatia dos EUA: o primeiro era «sensível, inteligente e liberal» e era possivelmente o general mais popular em Angola. O segundo frequentava o curso de generais, interrompido pelo 25 de Abril, momento em se juntou ao MFA. Era casado com uma luso-descendente de Nova Jérсия e amigo dos americanos. Leonel Cardoso tinha sido recentemente promovido a número dois do Comando Naval de Angola, mas pouco mais sabia sobre ele. Segundo numerosos locais (alguns dos quais moderados e não comprometidos com o regime anterior) Rosa Coutinho era «comunista» e quando jovem pertencera ao PCP. Na breve reunião que tiveram (em 29 de Julho) o Almirante declinara discutir esse assunto, mas dissera estar preocupado com os problemas que alguns extremistas de Direita poderiam provocar¹²⁷.

Desmobilizar todos os recrutas locais foi uma das primeiras decisões do Almirante, «o que representou uma quebra muito significativa» no número de efectivos em Angola¹²⁸. Muitos militares negros ingressaram nas fileiras dos Movimentos e os soldados brancos nascidos em Angola juntaram-se

aos braços armados dos partidos contrários à entrega do Poder aos Movimentos armados¹²⁹. Em 1 de Agosto o MPLA anunciou a criação do seu exército: as Forças Armadas Para a Libertação de Angola (FAPLA), cujo chefe do Estado-Maior era João Luís Neto, o respeitado comandante Xyieto¹³⁰. O MPLA não assinara ainda um cessar-fogo, mas ocorriam propostas a nível local. Em 6 de Agosto, em Nhamboma, no Moxico, o MPLA propôs tréguas. Na negociação em Lumbala Nova, o comandante angolano disse ter ordens superiores para findar as hostilidades porque depois do «discurso do presidente Spínola não havia mais razão para lutar». O acordo celebrado com os 10 combatentes permitia que os 150 efectivos do MPLA circulassem na zona e pudessem ir ao quartel conversar com a tropa portuguesa «sempre que quisessem». O encontro findara «com vivas às FAP, ao MPLA, ao presidente da República e a Angola»¹³¹.

Em Luanda, os distúrbios prosseguiram: na noite e madrugada de 8 de Agosto tinham ocorrido incidentes em 13 pontos da cidade: no Prenda tinham sido «incendiadas duas casas desabitadas»; no Cemitério Novo registaram-se «ameaças de destruição e de assalto a residências»; no Popular, onde tinha havido «cenas de tiroteio», foram lançados *cocktails* Molotov para as ruas; no Calemba foram reportados tiros e incêndios; no Marçal arrombadas as entradas dos serviços municipalizados de água e electricidade; no Lixeira e no Precol havia mortos a lamentar; na Estrada da Brigada, um casal europeu tinha sido morto pelo rebentamento de uma granada de mão, e no Cazenga e na estrada da Cuca encontravam-se «vários carros a arder»¹³². Durante o dia, num cruzamento da cidade, um grupo africano atacara uma viatura civil, deixando três ocupantes gravemente feridos e várias viaturas tinham sido destruídas no troço final da Rua Francisco Newton. O balanço final era de nove mortos (cinco negros, três brancos e um mestiço) e 45 feridos, a maioria dos quais africanos¹³³.

No dia 8, Bruce Porter (do consulado americano) assinalava que, nos muceques, a noite anterior tinha sido a pior de todas: as mortes, os saques, os incêndios e os tumultos continuavam a um ritmo vertiginoso, sem o Exército ter tido capacidade ou vontade de os travar. Não se perspectivava uma melhoria, a menos que os motins fossem extintos até 15 de Agosto, dia em que estava previsto os negros saírem dos seus bairros para atacar os brancos. O Comando reconhecia ser incapaz de impor a ordem, admitindo decretar o estado de sítio nos dois dias seguintes se a calma não voltasse¹³⁴. Para tal, seria necessário realizar «rusgas com forças militares nos bairros onde a violência era maior, como no Golfe (perto do aeroporto) e no Cazenga», e reabrir o Campo de São Nicolau para lá colocar os criminosos de delito comum, porque os tiroteios não findavam¹³⁵. No dia 9 de Agosto foi criado o Comando Operacional de Luanda (COPLAD) e decretada a reabertura do «antigo campo prisional de São Nicolau, para onde «um grupo de 200 detidos» seguiu no dia seguinte¹³⁶.

Foi também restringida a circulação nocturna automóvel para evitar os cortejos de protesto e foi vedado ao público o acesso ao edifício do aeroporto, excepto para os portadores de bilhete de embarque¹³⁷. Nessa noite, as FAP foram alvejadas a tiro nos bairros Prenda e Mota, e no Calemba tinha sido assaltada uma Missão, cuja mobília foi «roubada e levada para as redondezas». Houve tiroteio no cinema do Bairro de São Paulo; no Marçal, junto à estação de tratamento de água, e no Cazenga. Na Avenida Norton de Matos, um indivíduo «fez vários tiros de pistola e foram ouvidos tiros nas zonas dos quartéis»¹³⁸. No dia seguinte, o Palácio foi invadido por centenas de brancos irados com a inércia dos militares que não os protegiam: tinham percebido que «as Forças Armadas não estavam ali para defender os interesses exclusivos da minoria branca»¹³⁹. Eram essencialmente camionistas e comerciantes que protestavam contra o desarmamento dos brancos, a sua expulsão dos subúrbios e a insegurança provocada pelos constantes tiroteios. Entraram de rompante no gabinete de Rosa Coutinho que, em cima do tampo da sua secretária, «perorava, tentando-se fazer ouvir» perante as queixas e as acusações que lhe eram dirigidas¹⁴⁰. Correia Jesuíno teve de intervir: «*Vi que o Almirante estava*

*ensanduichado entre uma multidão completamente des governada a poucos metros de o linchar.»*¹⁴¹

Foi decretado o recolher obrigatório a partir das 21h00, que a população branca se recusou a cumprir: centenas de automobilistas saíram à rua, protestando ao som das buzinas até de madrugada¹⁴². Os números oficiais indicavam terem morrido em Luanda durante o mês de Julho 52 pessoas e sido feridas mais de 200. Nas primeiras duas semanas de Agosto, havia a acrescentar mais 30 mortos e para cima de 300 feridos¹⁴³. Os incitamentos tinham sido lançados «de modo a coincidirem com o feriado» municipal de 15 de Agosto (data da reconquista de Luanda aos holandeses em 1648). Uns dias antes circularam rumores que, nesse dia, os negros sairiam dos muceques para maltratar os brancos como estes lhes costumavam fazer¹⁴⁴. As festividades foram proibidas, mas ocorreram acções de intimidação com armas de fogo e assaltos a residências. Em Porto Alexandre, os pescadores de 70 traineiras recusaram fazer a faina em protesto pela transferência do destacamento militar para a colónia prisional de São Nicolau, onde já tinham chegado mais de 200 implicados nos incidentes de Luanda¹⁴⁵. No dia 15 de Agosto, o Bar *Campino* no Calemba foi incendiado e no Cazenga foram apreendidas cerca de 600 bandeiras da FNLA e material de impressão¹⁴⁶. Segundo o comandante-chefe, no dia 18 tinham ocorrido mais assaltos a moradias, obstrução de estradas para roubo de condutores e apedrejamento de viaturas civis, além de incêndios, um dos quais numa serração no Bairro Rangel, onde as FAP tinham sido atingidas por duas granadas de mão ofensivas e disparos quando protegiam a actuação dos bombeiros¹⁴⁷.

O primeiro êxodo

Alguns portugueses começaram a partir no início das férias escolares. Devido à insegurança – muitos africanos eram impedidos de comparecer ao trabalho, viaturas das empresas que transportavam pessoal eram apedrejadas e eram frequentes as ameaças de morte aos funcionários –, muitas firmas concederam férias ou encerraram provisoriamente. Em Luanda começava «a notar-se falta de bananas nos mercados, o fruto mais abundante e acessível a todas as camadas da população», a inflação disparara e o Orçamento do Estado foi reforçado em 500.000 contos para a despesa ordinária das FAP de Angola¹⁴⁸. Também os cabo-verdianos expulsos dos muceques queriam regressar à pátria. Largas centenas acamparam em frente ao Palácio do Governo. Rosa Coutinho decidiu repatriá-los, mas como Cabo Verde não os queria receber teve «de mandar um ou dois navios de milho para ver se os calava»¹⁴⁹. Na mensagem enviada ao MCI, o Almirante dizia: «*Após a evacuação dos primeiros 800 desalojados cabo-verdianos, continuo a enfrentar graves problemas com os restantes naturais que, em número de cerca de 3.000 (incluindo mulheres e crianças), pretendem a todo o custo regressar à sua terra. Como V. Exa conhece, trata-se de gente emocionalmente muito instável, que uma vez feita a ideia de regressar não atende a lógica nem razões. Em virtude da tensão emocional crescente, temo erupção de distúrbios que serei obrigado a reprimir por acção militar com prováveis consequências desagradáveis.*»¹⁵⁰

Os Movimentos armados agiam como se Portugal ainda fosse o «inimigo» e era também assim que o MFA os tratava: o inimigo explorara «com habilidade o apoio que lhe foi dado pela ONU e pela OUA» para «dinamizar a acção contra o nosso país»¹⁵¹. Em Angola, «o inimigo» procurara «ampliar a luta, criar linhas de fractura, desmoralizar as nossas forças» e «atingir de forma agressiva um número crescente de grupos-alvo raciais, sociais, profissionais, religiosos, militares, etc.», adoptando ainda «uma linha mais dura» para «manter o moral e a coesão nas suas fileiras». Se a FNLA atacava as FAP e os portugueses através da *Rádio Angola Livre*, o MPLA recorria à *Rádio Angola Combatente* com o mesmo propósito: exigir a imediata independência, o fim da exploração pelos brancos, «o incitamento à

deserção em massa e com armas dos soldados pretos angolanos. e à tomada de posições de força». Cada qual reclamava ser o único e verdadeiro representante do povo. A mensagem do MPLA centrava-se no «apelo à intensificação da luta como único meio de alcançar a independência, e na necessidade de levar a guerrilha aos meios urbanos e às principais vias de comunicação». Entre as tropas (deficientemente esclarecidas sobre o programa do MFA, pouco motivadas e com um fraco desempenho), a quebra do espírito de missão era «evidente» e tendia «rapidamente a deteriorar-se», dada a «relutância que manifestavam no confronto directo com os guerrilheiros». «*Chegam a Angola imbuídas de um espírito de missão voltado apenas para a paz, o que, infelizmente, não se coaduna com a situação real.*»¹⁵² O cessar-fogo com o MPLA só tinha sido efectivado no Leste e em Cabinda, mas em Julho as baixas diminuíram: morreram 13 militares, alguns em acidentes. Desde 4 de Fevereiro de 1961, a guerra em Angola causara 3.423 mortos – menos de metade dos quais em combate e, entre estes, a maioria por rebentamento de minas¹⁵³. Mas «entre Maio e Agosto de 1974, morreram mais soldados portugueses do que durante todo o ano de 1973.»¹⁵⁴

Nos meios militares de Luanda havia a sensação que a guerra estava a chegar ao fim sem que se conhecesse o desfecho do congresso do MPLA, que decorreu durante praticamente todo o mês de Agosto¹⁵⁵. Em Lusaca, os três dirigentes não se entenderam desde o início e, em 3 de Agosto, o conflito entre Neto e Chipenda era já «irreparável». A facção Chipenda exigira a apresentação de contas e que fosse votada uma moção de confiança à liderança, que Neto recusou. Os delegados dividiram-se e os membros da OUA decidiram submeter a escrutínio as duas questões. Segundo as duas fontes do consular americano Tom Killoran (que sucedeu a Everett Briggs) Neto perdera com 265 votos contra e 135 a favor e ainda foi censurado pela ordem de execução dos emissários de Chipenda a Brazzaville, em 1973. O resultado não satisfazia as pretensões da Junta Governativa¹⁵⁶. Rosa Coutinho «precisava de um interlocutor para o MPLA, [que] nem sequer falava em cessar-fogo», e estava esperançado que Lusaca produzisse um vencedor incontestado. Enviou até «dois espíões ao congresso: o advogado Teixeira da Silva e um oficial da Força Aérea, Conceição Santos»¹⁵⁷. Os enviados tinham de reportar o que acontecia nas sessões e convencer Neto a não abdicar da presidência, para que Chipenda (como líder do MPLA) não se aliasse à UNITA e à FNLA, como desejava Spínola. A deslocação do jurista mestiço a Lusaca, «para tentar estabelecer conversações com Neto», foi confirmada a Killoran por um dirigente do MPLA e pelo Comando português¹⁵⁸.

Da reunião não saiu qualquer solução. Após várias tentativas falhadas de reconciliação, Neto abandonou o conclave com os seus delegados e Chipenda autoproclamou-se presidente. «A bola estava do lado deles», disse o Almirante ao adjunto de Killoran. Quando é que haveria negociações? Estava lá «para acabar o trabalho», mas não conseguia prever quanto tempo levaria¹⁵⁹. Para já, apenas assumia o fracasso de os Movimentos não terem integrado o governo provisório. A Junta contactara o MPLA e a UNITA, mas não a FNLA. Para Porter era evidente a preferência das autoridades de Luanda pelo MPLA: «*Os três Movimentos angolanos tinham qualidades e fraquezas específicas, mas nenhum tinha os requisitos necessários para alcançar o Poder sem o derramamento de sangue. O MPLA detinha a simpatia da maioria dos negros de Luanda e o apoio de alguns comandos militares brancos. Era considerado pela Junta como “o primeiro entre iguais” numa coligação governamental.*»¹⁶⁰ A organização do MPLA fora de Luanda era rudimentar. Detinha somente alguma força militar no Leste e nas fronteiras de Cabinda, além de as bases do Congo e da Zâmbia estarem demasiado distantes para poderem intervir no território sem meios aéreos. Sozinho não conseguiria governar, mas poderia dominar a capital e contava ter a ajuda da Junta para chegar ao Poder. A FNLA possuía cerca de 4.000 homens a 75 quilómetros da capital, capazes de pouco mais do que garantirem a sua sobrevivência. «*Embora tivesse o apoio de Mobutu, a FNLA era odiada pelos outros dois*

Movimentos, pelos negros do Sul, pelos brancos e pelo Exército português. Tinha poucos seguidores em Luanda e não se lhe conheciam outros apoios, no resto de Angola, fora da tribo bacongô». A UNITA era militarmente fraca: dispunha apenas de 500 efectivos isolados no Leste, não tinha apoios estrangeiros, mas gozava da simpatia da população europeia. Seria provavelmente «a força vencedora do referendo, caso se realizasse, por ter o apoio dos brancos contra um golpe da «Junta comunista» para entregar o Poder ao MPLA», mas a possibilidade de haver uma consulta popular em Angola já nem era mencionada pelo Comando. A Junta torcia pelo MPLA, sabendo ser impossível juntá-lo à FNLA no governo se Neto continuasse na liderança. «Mesmo que concordassem num “casamento de conveniência”, não duraria. Os ódios eram tão antigos e profundos e as suas raízes tão díspares que nenhum confiaria no outro.» Prognosticava, por isso, uma guerra civil em que nenhum Movimento seria dominante sem a ajuda activa do Exército português que não tinha grande escolha: ou ficava ao lado do MPLA (o que levaria à reacção dos outros Movimentos) ou lavava as mãos e haveria na mesma uma guerra civil¹⁶¹.

Uma semana após Spínola anunciar o direito às independências, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, chegou a Lisboa. No final da visita de dois dias (em 4 de Agosto), Portugal comprometeu-se a negociar com a Frelimo em Moçambique – solução inevitável depois de Melo Antunes negociar em Dar-es-Salam (de 29 de Julho a 1 de Agosto) os termos essenciais do Acordo de Lusaca. Segundo Almeida e Costa (que acompanhou o ministro sem pasta) Spínola dera indicações para um governo constituído apenas por 25 por cento de ministros da Frelimo e se «negociar um período de transição de quatro a cinco anos», com findos os quais se faria a transferência definitiva do Poder. Partiram ambos de Roma para a capital da Tanzânia¹⁶². Mário Soares afirma não ter sabido deste encontro¹⁶³. Tratava-se de «uma reunião oficiosa e secreta». Ao fim dos três dias de conversações, o Ministro deixou Dar-es-Salam com um resultado bem diferente do desejado por Spínola: a proposta moçambicana previa «um período de transição de nove meses e um governo com três quartos da Frelimo e um quarto português». Era previsível que o presidente ficasse irado, mas quando Melo Antunes lhe mostrou o documento ficou simplesmente imóvel: «O general pôs o papel de lado e não disse nada. Leu e não disse nada.» A proposta foi redigida pelos dirigentes da Frelimo (Joaquim Chissano e Óscar Monteiro) e por Almeida Costa, na última noite, no seu quarto de hotel com uma garrafa de conhaque. O ministro «estava bastante cansado» e delegou-lhe a tarefa de passar a escrito o que verbalmente fora acordado nas reuniões. O documento era uma simples «folha dactilografada», na qual as FAP aceitavam as três condições basilares para Machel aceitar um cessar-fogo: a transferência de poderes para a Frelimo, uma transição de nove meses (que foi cumprido: de 7 de Setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975), sem referendo nem eleições prévias, a que todos os partidos pudessem concorrer, como defendia Spínola. O calendário da Frelimo coincidia com o desejado pelo MFA local, como revelara o tenente-coronel Lousada: «Era indispensável obter com urgência um acordo de cessar-fogo, mesmo que se tivesse de ceder no plano político», e conseguir nove a 12 meses para se retirar as FAP de Moçambique: «menos de nove meses, não era aceitável.»¹⁶⁴

Acertadas na primeira ronda as directrizes do Acordo, quando, em meados de Agosto, Mário Soares e Almeida Santos foram com Melo Antunes à capital tanzaniana, o MNE percebeu que seriam meros espectadores. Segundo Almeida Santos, souberam do documento negociado por Melo Antunes «com surpresa e algum agastamento». Perguntaram até se valeria a pena ir negociar o que, no essencial, já estava negociado. Não discordavam do conteúdo, mas do «sigilo mantido».¹⁶⁵ Soares desconfiou que Melo Antunes tivesse reunido sozinho com Nyerere, embora soubesse que o Major não precisava deles para negociar: «Melo Antunes tinha a sua própria política que procurava executar com autonomia, nem sempre nos dando conhecimento do que fazia. Essa reunião, em Dar-es-Salam, confirmou-me a

ideia de que queria dirigir, sem partilhar com os políticos civis, a política de descolonização.»¹⁶⁶ Por isso, quando lhe foi perguntado porque fora a Dar-es-Salam, Mário Soares respondeu lá ter ido comprar esculturas maconde¹⁶⁷.

Retirar Angola ao MFA

Relativamente a Angola, o Estado português comprometeu-se perante a ONU a estabelecer contactos com os nacionalistas para rapidamente começarem as negociações formais¹⁶⁸. Depois de Waldheim deixar Lisboa, o Presidente chamou Rosa Coutinho a Belém, onde o Almirante expôs a sua ideia: «Congregar os brancos, o MPLA e a UNITA contra a FNLA», evitando que Mobutu interferisse em Angola. «A resposta que me deu foi típica: “Com o MPLA não se pode contar porque só recebe ordens de Moscovo.” Mais tarde houve um telefonema em que me disse: “Diga ao Agostinho Neto que se quiser entrar no processo de descolonização tem de vir a Lisboa nos próximos três dias”».¹⁶⁹ O presidente da Junta ripostou não ter um canal privilegiado para falar com Neto e percebeu que o plano pró-MPLA contaria sempre com a oposição do chefe de Estado¹⁷⁰.

Junto de Costa Gomes, Spínola verberou «asperamente o comprometimento político do Almirante e da delegação local do MFA», dizendo-lhe que tencionava, a partir daquele momento, conduzir o processo angolano¹⁷¹. Pretendia evitar que Angola também ficasse para um partido marxista. «A ideia do general Spínola era ter um MPLA de Chipenda e convencer a UNITA» a aceitar firmar uma aliança tácita, em que a FNLA entrasse e a comunidade branca não fosse excluída. Segundo o seu chefe de gabinete Dias de Lima, «pretendia negociar com os três Movimentos, expurgando o MPLA da componente comunista que, para ele, era a facção Neto»¹⁷². Spínola desejava uma transição mais lenta em Angola e que houvesse eleições, ao contrário do que aconteceria em Moçambique. Mas era o único a desejá-lo. Nem Mário Soares nem Melo Antunes subscreviam tal linha de actuação e os líderes angolanos perceberam que seria uma questão de tempo até Spínola ceder às pressões. O Presidente ainda trocou a sua teoria federalista por um modelo semelhante ao que o MFA tinha em mente para Portugal. Uma evolução que, segundo Almeida Santos, foi imposta por ter «deixado de ter suporte militar para a via que preconizava»¹⁷¹¹⁷³. Pezarat Correia escreveria que o discurso de 27 de Julho foi «a mais acentuada evolução de Spínola face ao problema colonial» e também «o abandono definitivo das suas teses federalistas»¹⁷⁴.

O plano para Angola aprovado em 9 de Agosto pela JSN (da qual Rosa Coutinho fazia parte) previa que após o cessar-fogo fosse formado um governo de coligação com os três Movimentos e «os agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola», o que obviamente incluiria os brancos, (sublinhava-se) o qual deveria eleger em dois anos uma Assembleia Constituinte, redigir uma Constituição e realizar eleições legislativas, momento em que o Poder seria transferido para o legítimo presidente: o mesmo plano de transição que Portugal seguiria. O delegado do MFA, comandante Brandão e o ajudante de campo de Rosa Coutinho, tenente Cavaleiro «não estavam muito optimistas»: adiar por dois anos a independência era um enorme erro que tinha de ser rapidamente corrigido. Os africanos iriam certamente reagir negativamente, reportava Porter após conversar com ambos¹⁷⁵.

A FNLA foi a primeira a fazê-lo: rejeitava categoricamente que «grupúsculos tribais» tivessem lugar nas negociações¹⁷⁶ – de Abril a Agosto tinham surgido mais de 40 agrupamentos ou partidos políticos no território¹⁷⁷. Em 17 de Agosto era conhecida a recusa do MPLA em aceitar um governo provisório durante dois anos¹⁷⁸. Com a recusa do plano da JSN, Spínola tinha cada vez menos condições para contornar as múltiplas forças (externas e internas) que pretendiam a passagem do Poder num curto espaço de tempo. A Junta não tentara obter um cessar-fogo junto do MPLA nem da FNLA, por não

reconhecer Chipenda como seu líder nem querer negociar com Holden Roberto. Apenas a UNITA suspendera as hostilidades e por sua iniciativa. A prossecução da guerra em Angola constituía uma eficaz forma de pressão sobre Spínola. Para poder agir à vontade, o Presidente refugiou-se no Buçaco e através de Fragoso Alas – um ex-DGS que estivera na Guiné com Spínola, mas que por colaborar com o MFA foi colocado na embaixada brasileira em Kinshasa¹⁷⁹ – combinou um encontro com Mobutu, mantendo-se na antiga serra de Alcoba até dia 7 de Setembro. Dois dias antes tinha sido criada (por despacho presidencial) a Comissão Nacional de Descolonização¹⁸⁰, que detinha 17 incumbências, incluindo a cooperação com os futuros Estados africanos. Embora tenha sido Costa Gomes a reclamar a sua paternidade: «A primeira coisa que fiz foi nomear a Comissão de Descolonização, de que faziam parte vários ministros e alguns militares que conheciam os territórios. As directivas já estavam dadas», o que era verdade¹⁸¹. Pelo despacho de Spínola, a Comissão deveria «analisar e emitir parecer sobre os problemas inerentes ao processo de descolonização dos territórios ultramarinos que o presidente da República e o governo» submetessem à sua apreciação. O decreto-lei n.º 792/74 de 31 de Dezembro (que oficializou a Comissão) reproduzia o parágrafo, mas apenas Belém poderia apresentar propostas. As demais funções foram-lhe expurgadas e delegadas no Gabinete da Cooperação, criado em Novembro de 1974 e, posteriormente, no Ministério da Cooperação, instituído em Março de 1975.

No dia 1 de Setembro, Rosa Coutinho reagia ao seu afastamento do Conselho de Estado e da JSN: não encontrava «grande inconveniente» na sua substituição, desde que se divulgasse que era «uma nomeação interina» e que o lugar continuaria a ser seu. Porque a sua saída seria entendida como a antecâmara da sua destituição em Angola advertia: «*Uma declaração simultânea da JSN de confiança no trabalho efectuado pela Junta Governativa ajudaria a evitar especulações que poderiam ser muito prejudiciais à vossa actuação.*» Sugeria que esta fosse proferida quando anunciasse, em breve, a criação do governo provisório de Angola¹⁸². Fracassada a unificação do MPLA em Lusaca, o Almirante esperava que as três facções reunidas em Brazzaville (sob o patrocínio do presidente congolês, Marien Ngouabi) aceitassem Neto como presidente, ficando os outros dois dirigentes como vices. «Tive o pretexto de que precisava: só falava com o líder do MPLA», diria anos mais tarde o Almirante¹⁸³. Assim evitou a marginalização de Neto. O MPLA devia-lhe «isso»¹⁸⁴.

Em Lourenço Marques, no dia em que o Acordo de Lusaca foi assinado (7 de Setembro), parte da comunidade portuguesa apoiada por alguns militares saiu à rua em protesto, ocupando durante três dias a Rádio Clube de Moçambique. Receando que os protestos se propagassem a Angola, no dia 9 o Almirante declarou à Imprensa que, em Angola, o caminho para a independência seria «feito por via democrática, com inteiro respeito pelos direitos de todos os sectores da população»¹⁸⁵. Spínola fora forçado a assinar o convénio, mas no discurso à Nação (proferido na RTP) condenou o acordo com a Frelimo, revelando que se oporia a que o mesmo modelo fosse seguido em Angola: «*O processo de descolonização não consiste, como alguns levianamente pensam, em transferir pura e simplesmente o Poder para organizações partidárias que sustentaram a luta armada contra o anterior regime português.*»¹⁸⁶ Defender «a liberdade de opção política» através de eleições significava lutar por uma «democracia pluripartidária» no antigo Ultramar, embora a opção fosse pouco apoiada por muitos decisores portugueses. O que estava «verdadeiramente em causa», afirmou, era a «apropriação do Poder por certas ideologias e os seus correspondentes regimes totalitários». Uma descolonização autêntica não era o «apressado abandono à satelização por terceiros», entregando-se os territórios africanos a «novas ditaduras»¹⁸⁷. A descolonização de Angola só estaria concluída quando nela funcionassem «instituições democráticas». Assim o entenderam os constitucionalistas nacionais ao definirem que, até às eleições legislativas e presidenciais de 1976, Portugal ainda não era um regime democrático: estava em transição para a democracia.

Spínola queria incluir outras forças políticas nas negociações; o MFA só negociava com os que tinham lutado contra Portugal. Porque «os Movimentos armados jamais aceitariam, como não aceitaram», a inclusão de outros grupos partidários, diria Melo Antunes¹⁸⁸. Afrontar o projecto de descolonização do MFA e desautorizar o seu protagonista foi o primeiro «pecado capital» do chefe de Estado. O MFA estava alerta: qualquer diligência tentada por Belém deveria ser acompanhada. Se fosse enviado um emissário presidencial a Angola para estabelecer algum contacto, Pezarat Correia seria a sua «sombra». Spínola iria tentar convencer Savimbi a aliar-se a Chipenda a Holden Roberto. Com esse intuito, chamou a Belém os dois oficiais que em Julho tinham falado com o líder da UNITA: Passos Ramos e Franco Charais. Ainda chegaram a entrar no Palácio mas não foram recebidos. Pertenciam ambos ao MFA e Spínola não arriscou: escolheu Engrácia Antunes. Quando o tenente-coronel apareceu no Luso, Pezarat Correia colou-se-lhe¹⁸⁹. Ferreira de Macedo, comandante da Zona Militar Leste que «estava a colaborar bem connosco» (referiu o coordenador do MFA em Angola), tinha-o avisado que o emissário queria um helicóptero para ir a Cangumbe. Pediu-lhe que “aguentasse” o homem até ele chegar, pois iria com ele à referida audiência no dia seguinte¹⁹⁰.

O líder da UNITA reunira-se duas vezes nesse ano com militares portugueses: primeiro para firmar o cessar-fogo com Portugal; depois para não o anular. No último encontro falaram-lhe numa aliança estratégica com Agostinho Neto e, dois meses depois, queriam que fizesse exactamente o contrário: «A UNITA deveria unir-se à FNLA e a Chipenda contra o MPLA de Neto.»¹⁹¹ Engrácia Antunes tinha ido a Angola e o chefe de gabinete de Spínola, Dias de Lima a Kinshasa, falar com Chipenda. Ao sabê-lo, Rosa Coutinho informou o CEMGFA das duas missões secretas para as denunciar: «*Após missão do tenente-coronel Engrácia Antunes, Dr. Savimbi solicitou que o seu contacto com o enviado especial do presidente da República seja tornado público, tal como a missão do tenente-coronel Dias de Lima a Kinshasa, a fim de manter a igualdade de posições. Considero que o problema deve ser submetido à apreciação superior.*»¹⁹²

Depois do encontro, em Junho, com Richard Nixon e, em Julho com o presidente senegalês, Léopold Senghor, Spínola poderia jogar a cartada zaireense para excluir Neto da governação. Já não confiava nos ministros nem nos militares do MFA e, por isso, em 14 de Setembro, encontrou-se com Mobutu na ilha do Sal «num hotel chamado *Taverna da Coragem*», não permitindo que nenhum membro da comitiva assistisse à conversa, nem a qualquer um deles «referiu o que nesse encontro se havia passado»¹⁹³. Os cerca de 60 jovens cabo-verdianos apoiantes do PAIGC que se manifestarem à porta do hotel contra a presença dos dois chefes de Estado sabiam da hora e local da reunião, mas não Rosa Coutinho¹⁹⁴ que soube da reunião do Sal, num domingo. «*Estava na praia quando me deram o jornal. Regressei ao Palácio, mandei um telex para a Presidência da República dizendo: “Face à reunião do Sal, siga para Lisboa para saber o que foi tratado.” A resposta de Spínola chegou uma hora depois: “Não considero oportuna a sua vinda. Deve esperar pelo regresso de Almeida Santos de Cabo Verde para saber o que foi tratado.” Três dias depois, Almeida Santos tinha chegado a Lisboa. Disse-me que não sabia de nada porque mal chegou do Sal foi mandado para a cidade da Praia [...] e, por isso, não sabia o que se tinha passado. Mais tarde, ao tentar saber o teor da sigilosa conversa junto de Firmino Miguel, o general respondeu-lhe que “só se tinham discutido problemas dos catangueses.”*» Não acreditou.¹⁹⁵ Não lhes ter sido comunicado nem uma ínfima parte do que foi discutido indispondo ainda mais Costa Gomes, Rosa Coutinho e os dois ministros socialistas. Todos confessaram posteriormente terem tentado, em vão, saber o que se passara nas Lajes e no Sal: as diversas diligências esbarraram num impenetrável muro de silêncio, pois nenhum dos seus colaboradores estivera presente. Para dessa forma garantir que não haveria fugas de informação. Como Spínola só contou a sua versão quatro anos depois¹⁹⁶, foram suscitadas muitas suspeições e uma indignação partilhada pelos que foram

deliberadamente ignorados. Costa Gomes chegou a dizer que nenhum chefe de Estado deveria «ir para uma reunião dessas sem se fazer acompanhar por alguém» que pudesse «confirmar ou desmentir as afirmações feitas pela parte contrária»¹⁹⁷.

Spínola era a «pedra no sapato» que seria necessário remover para o MFA tomar as rédeas da descolonização. Seria o MFA (e não o chefe de Estado ou qualquer ministro) a definir o projecto descolonizador. Em Luanda, em 19 de Setembro, antes de assistir em Lourenço Marques à posse do governo, quando um repórter estranhou que Mário Soares (quem «mais tem trabalhado para a descolonização», afirmou) não integrasse a comitiva, o ministro sem pasta respondeu: «*Começo por pôr as minhas dúvidas sobre se tem sido o MNE a pessoa que mais tem estado activa no processo de descolonização. A maior actividade desenvolvida é da responsabilidade do MFA. Foi o MFA que tomou posições perfeitamente claras em matéria de descolonização e da democratização, nenhuma personalidade política teve qualquer espécie de relevo nesse processo.*»¹⁹⁸ Mais tarde, Melo Antunes reafirmou: «A capacidade de negociação de Mário Soares era muito limitada» no processo moçambicano¹⁹⁹ e na questão angolana também não tinha liberdade para negociar com os líderes nacionalistas qualquer fórmula dissonante da que Spínola traçara. De qualquer modo, o MNE não integrava a delegação por se encontrar nos EUA, justificou²⁰⁰. Estava em Nova Iorque para discursar na Assembleia Geral da ONU. A sua visita de quatro dias terminaria em Washington no dia 21 de Setembro, depois de na véspera ter tomado o pequeno-almoço com Henry Kissinger.

Golpes e renúncia

Há 50 dias sem governo, em Luanda continuavam a ocorrer «alguns saques e espancamentos a comerciantes brancos» e prosseguiam «as agressões a automóveis civis e o apedrejamento de viaturas portuguesas»²⁰¹. Em Chinguar (a 80 quilómetros de Nova Lisboa, no sentido de Silva Porto) a fazenda Cata fora assaltada no dia 27 de Agosto. O proprietário de 46 anos, nascido em Angola, estava em casa com mais 15 pessoas (mulher e crianças) quando bateram à porta das traseiras. «*Disseram que queriam beber.*» Enquanto foi ao quarto «buscar a arma, os forasteiros dispararam contra a porta principal». «*Pilharam a casa e incendiaram a mercadoria e a colheita.*» Tinha sido a primeira vez que acontecera na zona²⁰². Em Nova Lisboa (nos dias 28 e 29 de Agosto), algumas unidades tinham-se amotinado. Num dos aquartelamentos, os militares abriram a porta da prisão, num outro houve uma greve de rancho seguida de uma concentração na parada, onde a bandeira nacional foi desrespeitada e os instruídos da Escola de Aplicação Militar tinham recusado continuar a formação: ficaram todos de licença registada até 9 de Setembro²⁰³. Os insurrectos eram tropas de recrutamento local africanas que pretendiam desvincular-se do Exército para poderem integrar as fileiras nacionalistas. Não desejavam «assumir, mesmo para manter a ordem, uma posição definida» que os pudesse «colocar em confrontação com algum dos Movimentos. O partidarismo variava em função das afinidades étnicas, mas havia uma tendência clara das praças e dos instruídos para o MPLA, por influência dos quadros superiores»²⁰⁴.

Em 12 de Setembro tomou posse o executivo escolhido pelo Almirante, que incluía Fernando Falcão, fundador da Frente de Unidade Angolana (FUA) como «representante dos brancos e adjunto». Os progressistas detinham «60 por cento» das pastas²⁰⁵. Os três lugares destinados aos Movimentos que deveriam ser «preenchidos depois dos acordos de cessar-fogo», nunca o foram²⁰⁶. No dia seguinte (dia 13) era anunciado que, a partir de domingo, o Banco de Portugal, o Banco Nacional Ultramarino e o Banco de Angola seriam propriedade exclusiva do Estado. Os accionistas seriam «indemnizados no valor das acções transmitidas para o Estado mediante a entrega de títulos de obrigação emitidos». Se em Luanda eram registados «diversos casos de assaltos com maquinaria armada e o apedrejamento de

viaturas, com particular incidência nos bairros Rangel e Marçal», nos distritos do Uíge e Cuanza Norte prosseguiram as emboscadas da FNLA (na de 20 de Setembro, nos Dembos, morreram 10 soldados portugueses²⁰⁷) e os ataques a fazendas, um dos quais «com um lança-granadas de foguete». Um grupo da FNLA raptara dois trabalhadores africanos (bailundos) da fazenda Maria da Luz: um apresentara-se no posto «muito mal tratado»; o outro tinha sido «morto». Porque a FNLA estava a obrigar os contratados a abandonarem a zona da serra de Mucaba, cerca de 1.000 trabalhadores refugiaram-se junto da administração do Songo²⁰⁸. Cerca de 3.300 bailundos no Uíge e 4.750 no Cuanza Norte já tinham abandonado definitivamente o trabalho. Os fazendeiros do Uíge protestavam junto do Comando Militar.²⁰⁹

Nos bastidores do Poder prosseguia a guerra de protagonismos. As relações de Rosa Coutinho com Spínola, que «foram agrestes durante todo o tempo»²¹⁰, agravaram-se quando foi chamado a Lisboa para ser destituído. Em 20 de Setembro, Mário Soares revelava (em Washington) a Kissinger as suas suspeitas sobre um inevitável confronto de posições entre os militares spinolistas e os do MFA²¹¹. Quando no dia seguinte entrou em Belém, o Almirante sabia da intenção do chefe de Estado em o demitir e apresentou-se escudado por um forte apoio dos correligionários de Angola. Na noite de 19 de Setembro (em que Melo Antunes esteve em Luanda), decorrera um plenário com «os oficiais de todos os ramos das FAP em Angola», no qual foi aprovada «uma moção de apoio completo à Junta e à sua política»²¹². Segundo Vasco Gonçalves, nessa reunião «500 oficiais do MFA reclamaram que a descolonização fosse negociada de imediato e apenas com os Movimentos»²¹³. Nas *Notas sobre Angola* (escritas após 11 de Março de 1975), Spínola confirmou a sua intenção em exonerar Rosa Coutinho nesse dia: «Dando já indícios da sua filiação pró-comunista, em benefício exclusivo do MPLA, mandei-o apresentar-se em Lisboa com a intenção de o substituir.» Não o pôde fazer porque «apresentou-lhe uma «moção» em que as FAP de Angola, «dominadas pelo MFA local, ameaçavam com uma revolta, não aceitando a substituição do Almirante». No fim do encontro pensou que o Almirante percebera que estava, a partir daquele momento, «inibido de continuar a intrometer-se nas negociações»²¹⁴. Ao chegar a Luanda, Rosa Coutinho anunciou que o chefe de Estado iria «tomar directamente em suas mãos as negociações internacionais» sobre Angola e que nessas conversações estariam «representantes de Angola»²¹⁵. Dias depois, Spínola convocou vários representantes angolanos para uma reunião em Lisboa: membros da sociedade civil angolana, mas não o MFA nem o presidente da Junta ou os Movimentos armados. Em reacção, o Almirante publicou o seu agradecimento aos oficiais das FAP que uma semana antes lhe tinham manifestado total apoio²¹⁶. A partir desse dia o futuro de Angola ficou irremediavelmente ligado ao destes protagonistas: o afastamento de um deles ditaria o rumo do processo.

Foram 26 as personalidades angolanas chamadas a Lisboa²¹⁷. «Entre as “forças vivas” não fora incluído nenhum dos ML, nem nenhum dos grupos políticos com passado de oposição à ditadura, o Movimento Democrático de Angola (MDA) e a FUA», escreveu Pezarat Correia²¹⁸. Em 28 de Setembro, o Poder Popular do MPLA criticava Spínola por querer «impor como interlocutores válidos, grupúsculos constituídos por colonos reaccionários e lacaios africanos a soldo do colonialismo»²¹⁹. Para Almeida Santos, a reunião com as chamadas “forças vivas” de Angola foi o grande pecado de Spínola que detonou os nervos «da ala esquerda do MFA»²²⁰. No discurso à comitiva, Spínola criticou qualquer transição para a independência sem eleições. Outras soluções seriam «profundamente antidemocráticas e inaceitáveis». Se democracia era a «preponderância da vontade das maiorias», os governantes deveriam ser eleitos «por mandato inequívoco das maiorias africanas» de Angola. Seria, aliás, «muito discutível» que «a legitimidade do recurso à luta armada» fosse evocada para implantar «um regime pré-determinado». O direito à independência conquistado pelas armas não pressupunha o

«imediato acesso ao Poder dos chefes desses partidos, em regime de exclusividade»; se assim fosse, seria difícil distinguir «entre libertação e usurpação». O governo provisório deveria incluir várias correntes de opinião e realizar até Outubro de 1976 eleições supervisionadas pela ONU. Este modelo era tão semelhante ao que o MFA defendia para a Metrópole que «toda a crítica» que lhe fosse feita seria extensível ao esquema pré-constitucional previsto para Portugal: «*Não vemos como poderá aplaudir-se um e rejeitar-se o outro.*»²²¹ O discurso presidencial foi publicado na íntegra na Imprensa de Luanda e deu origem, nesse mesmo dia, à implantação do primeiro período de censura à liberdade de informação em Angola.

Em 30 de Setembro Spínola resignou. No discurso lido perante os conselheiros de Estado (transmitido pela RTP) afirmou que a política e o processo de descolonização tinham sido «deturpados, numa intenção deliberada de os substituir por medidas antidemocráticas e lesivas dos reais interesses das populações africanas»²²². Da longa alocução presidencial, esta foi a frase que Rosa Coutinho não queria que os portugueses de Angola escutassem. No dia seguinte (1 de Outubro) Killoran confessava ter imensa dificuldade em analisar as repercussões do acontecimento devido à censura imposta à Imprensa angolana na sexta-feira anterior, 27 de Setembro²²³.

O «regime provisório de censura prévia» (como o próprio Almirante o designou) visava impedir qualquer notícia acerca da “maioria silenciosa” ou do discurso. Justificara-o «para evitar especulações» que pudessem «desorientar a opinião pública»²²⁴. «*O discurso de Spínola tinha sido apanhado pela rádio e, como havia proibição de reproduzir jornais, as fotocopiadoras preparavam-se para no dia seguinte inundar Luanda com esse discurso, [que] ia-me pôr os brancos de Luanda, e de Angola toda, em plena efervescência. Não tinha outra alternativa. Fui obrigado a estabelecer a censura.*» Como o discurso foi transmitido na rádio precisava de um “antídoto” que o anulasse. Telefonou a Costa Gomes e pediu-lhe que «fizesse uma declaração para ser publicada nos jornais». O novo chefe de Estado «compreendeu e fez»²²⁵. Entendia-o, se estivesse no seu lugar teria feito o mesmo. Spínola garantia-lhe que «o discurso de renúncia seria inócuo», mas se soubesse que «seria daquele teor, não teria ido para o ar. De certeza absoluta»²²⁶. A mensagem “encomendada” a Costa Gomes (publicada em 1 de Outubro) referia que tudo se faria «para respeitar os legítimos interesses das populações locais», além da JSN já ter definido para Angola «as coordenadas fundamentais» do processo, com as quais Costa Gomes afirmou identificar-se «plenamente»²²⁷. Dois anos mais tarde, Mário Soares dizia que, ao resignar precipitadamente ao cargo, Spínola cometera um «erro de estratégia»: «*Caiu em todas as armadilhas que lhe prepararam. Lançado numa guerra contra os comunistas acabou, afinal de contas, por só lhes facilitar a vida.*» Para o então primeiro-ministro, a ameaça da “maioria silenciosa” tinha sido exagerada pelos esquerdistas: a Direita manobrou, mas o «impulso reaccionário» tinha sido «inflacionado com fins partidários»²²⁸. Segundo Manuel Monge, a Esquerda precisava de um motivo para afastar Spínola e mudar o plano de descolonização previsto para Angola: «*Era obrigatório que o 28 de Setembro se desse, era imperioso afastar o general Spínola para que a aliança MFA-PCP pudesse, em Angola, descolonizar a seu modo.*»²²⁹ Do outro lado da barricada, Rosa Coutinho defendeu que o 28 de Setembro tinha «como objectivo a alteração do sentido da descolonização»²³⁰.

Para Ramalho Eanes, se o 28 de Setembro tivesse sido bem-sucedido poderia ter-se adoptado outro modelo descolonizador mais prolongado, sem a entrega imediata dos territórios africanos²³¹. Melo Antunes diria (anos depois) que «teria preferido prazos mais extensos, nomeadamente nos casos de Angola e Moçambique»²³². Mas, segundo Eanes, as questões ideológicas foram determinantes. No final de 1974, parte dos novos governantes impôs a sua perspectiva aos que se abstiveram de tomar posição, celebrenemente designados por Adelino da Palma Carlos como uma imensa «maioria silenciosa»: «O

“Portugal progressista”, extrema-esquerda, PCP, parte do PS, da Juventude Universitária, jovens quadros e MFA, impõe ao “Portugal tradicional” esta descolonização muitas vezes apodada de “exemplar”. Os primeiros aplaudem a descolonização que o Estado faz sem se preocupar em consultar a Sociedade Civil. Os segundos silenciam-se por hábito, medo ou conveniência.»²³³

³ ADN.SIPFA.C.5946. Pierre Zanin, France Presse. Publicado em *O Século*, 10 Junho 1974, p. 6.

⁴ Rui Antunes Tomás nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 Agosto 1995. ICS.AHS.FDP, p. 85.

⁵ ADN.SIPFA.C.5946. Pierre Zanin. France Presse. Publicado em *O Século*, 10 Junho 1974, p. 6.

⁶ Gonçalves Ribeiro, *A Vertigem da Descolonização: da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, Lisboa, Editorial Inquérito, pp. 47-50.

⁷ Rui Antunes Tomás nos Estudos Gerais da Arrábida. *Idem*, pp. 87-88.

⁸ Mário Soares (2003), *Memória viva*. Vila Nova de Famalicão, Quasi, pp. 97-98.

⁹ Mário Soares (1976), *Portugal, Que Revolução?* Lisboa, Perspectivas e Realidades, pp. 25-27.

¹⁰ Mário Soares (2003) *Memória Viva*. Vila Nova de Famalicão, Quasi, pp. 97-98.

¹¹ “Portuguese Africa” in *Foreign Relations*, 1969-1976. Volume XXVIII, p.228. Washington, April 29, 1974. Secret.

¹² Soares Carneiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, pp. 2-3.

¹³ Pezarat Correia. *Idem*, pp. 56 e 62.

¹⁴ Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 8.

¹⁵ Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, p. 64.

¹⁶ A comitiva era composta pelo general Diogo Neto, o major Otelo Saraiva de Carvalho, o capitão Macedo, o major Hugo dos Santos e o tenente-coronel Franco Charais.

¹⁷ Segundo o recenseamento geral de Angola de 1970, existiam no território 5150 milhões de negros, 400.000 brancos e 130.000 mestiços.

¹⁸ Pezarat Correia. *Idem*, p. 67.

¹⁹ «Luanda, 0275, May 6, 1974.» Soares Carneiro e Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida. *Idem*, pp. 5-6. O aparelho securitário do Estado angolano era constituído pelos cerca de 40.000 membros da OPVDCA – formada em 1968 para a autodefesa de povoações, fazendas e comércio – as milícias das regedorias e as diversas polícias: mineira, alfandegária, etc. O Exército português contava com as Tropas e Grupos Especiais criados entre 1966 e 1968 no Norte e no Leste, com os Flechas, Fiéis Estrangeiros (catangueses refugiados em Angola desde a ascensão de Mobutu), alguns comandos negros e um pequeno contingente de zambianos, opositores de Kaunda, num total de cerca de 8500 efectivos.

²⁰ Entrevista a *O Século*, em Almeida Santos (1975), *Quinze meses no Governo ao Serviço da Descolonização*, Lisboa, Representações Literárias Asa, pp. 41-46.

²¹ Mário Soares (1976), *Portugal, Que Revolução?* Lisboa, Perspectivas e Realidades, pp. 37-38.

²² ADN.SIPFA.C.6022.3. Proc.103.141. Comunicado. CCFAA interino, coronel José Lopes Alves.

²³ *Idem*. Agência Reuters. 18 de Maio de 1974.

²⁴ ADN.SIPFA.C.6022.3. Proc.103.141. Comunicado. CCFAA. 5 de Junho de 1974.

²⁵ Soares Carneiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, p. 139.

²⁶ Pezarat Correia, *ibidem*, p.77.

- [27](#) Soares Carneiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, pp. 165-166.
- [28](#) ADN.SIPFA.C.5946. Pierre Zanin. Agence France-Presse. Publicado em *O Século*. 10 de Junho de 1974, p.6.
- [29](#) Soares Carneiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, pp. 165-166.
- [30](#) «Luanda, 0378, May 28, 1974.»
- [31](#) Almeida Santos (2006), *Quase Memórias*, 2.º volume, Cruz Quebrada, Casa das Letras, p. 150. Ver António de Spínola (1978), *País sem Rumor*, p. 313.
- [32](#) «Luanda, 0379, May 28, 1974».
- [33](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1.CCPA. 28 de Maio de 1974. Circular n.º 1703.
- [34](#) ADN.SIPFA.C.5932.Proc.103.148. UNITA. *Notícias*. 31 de Maio de 1974.
- [35](#) *Idem*. C.5946. *Diário de Notícias*, 3 de Junho de 1974, pp. 1 e 7.
- [36](#) Marques Rocha (2002), *Angola. Os Mensageiros da Guerra*. Braga, Grafibraga, p. 138.
- [37](#) ADN.SIPFA.C.5946. *O Século*, 6 de Junho de 1974, p. 5 e 7 de Junho de 1974, p. 7.
- [38](#) «New York, 02096, June 8, 1974. Confidential.»
- [39](#) «Lisbon, 2416, June 12, 1974. Confidential.»
- [40](#) «Lisbon, 2416, June 12, 1974. Confidential.»
- [41](#) ADN.SIPFA.C.5932.UNITA. *O Século*, 6 de Junho de 1974, p. 9.
- [42](#) Passos Ramos nos Estudos Gerais da Arrábida, 28 de Agosto de 1996. ICS. AHS. FDP, pp. 24.-25.
- [43](#) Entrevista a Passos Ramos. Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.
- [44](#) *Idem*. *O Século*, 18 de Junho de 1974, p. 7.
- [45](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16. Secreto. Relatório de Franco Pinheiro sobre Cabinda. 8 de Junho de 1974, pp. 1-2, 4-5.
- [46](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.8.CCFAA.5.ª Repartição. Confidencial. Relatório Semestral de Acção Psicológica, n.º1. Agosto de 1974, p. 10.
- [47](#) *Idem*.C.6005. *Diário de Notícias*, 24 de Junho de 1974, p. 7.
- [48](#) ADN.SPIFA.C.6005. *A Capital*, 24 de Junho de 1974, p. 3.
- [49](#) *Idem*. *O Século*, 25 de Junho de 1974, p. 6.
- [50](#) Gonçalves Ribeiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 25.
- [51](#) ADN.F.3.S.19.C.40.14. MPLA. 25 de Junho de 1974, pp. 1-2.
- [52](#) *Idem*. MPLA. *Luta do Povo*, n.º 1, Junho de 1974, pp. 1-4.
- [53](#) *Idem*. MPLA. Documento sobre CAC: «Compatriotas!»
- [54](#) Entrevista ao jornal argelino *Achabe*. 20 de Junho de 1974, em Almeida Santos (1975), *Quinze Meses no Governo ao Serviço da Descolonização*, Lisboa, Representações Literárias Asa, pp. 108 e 111.
- [55](#) António de Spínola (1978), *País sem Rumor*, Scire, p. 160. Sobre este encontro, ver Luís Nuno Rodrigues (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- [56](#) Witney Schneidman (2005), *Confronto em África. Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna, p. 253.

Entrevista a Spínola, em 31 de Outubro de 1983.

[57](#) Entrevista a Veiga Simão. Lisboa, em 22 de Março 2011.

[58](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.8. 3 de Setembro de 1974.

[59](#) *Idem*. CCFAA. 5.ª Repartição. Confidencial. Relatório Semestral de Acção Psicológica n.º 1. Agosto de 1974, pp. 10-11.

[60](#) Soares Carneiro. *Idem*, p. 121.

[61](#) ADN.SIPFA.C.5946. *O Século*, 17 de Junho de 1974, p. 7.

[62](#) *Idem*.C.5932. UNITA. *A Capital*, 18 de Junho de 1974, p. 3.

[63](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 42-43.

[64](#) Pezarat Correia. *Idem*. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, pp. 154-155.

[65](#) *Idem*, pp. 38-39.

[66](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16. Carta de Pezarat Correia. 1 de Julho de 1974, pp. 1-2.

[67](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1.CCPA. Secreto. Tenente Vintém para major Pezarat Correia. 8 de Julho de 1974.

[68](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.PIDE-DGS. Do MFA para EMGFA. 19 de Julho de 1974.

[69](#) Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 96.

[70](#) António Spínola, obra citada, pp.316-317

[71](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1.CCPA. 22 de Julho de 1974. A Comissão incluía ainda o capitão-de-mar-e-guerra, Alfredo Ramos Rocha, o major Adérito Figueira do Exército e o juiz José Gouveia, indicado pelo MCI.

[72](#) Silva Cardoso nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 92-93.

[73](#) ADN.SIPFA.C.5946. *O Século*. 11 de Julho de 1974, p. 6.

[74](#) *Idem*, *Diário de Lisboa*, 12 de Julho de 1974, p. 18.

[75](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16.CCFAA. 12 de Julho de 1974.

[76](#) ADN.SIPFA.C.5946. *A Capital*. 15 de Julho de 1974, p. 6.

[77](#) ADN.SIPFA.C.5946. *O Século*, 15 de Julho de 1974, p. 6.

[78](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.14.MPLA. *Povo Angolano*. Julho de 1974.

[79](#) *Idem*. *O Século*. 15 de Julho de 1974, p. 6.

[80](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.14.MPLA. Comunicado da Universidade de Luanda. 15 de Julho de 1974, p. 3.

[81](#) *Idem*. *O Combate. Órgão da Revolução Popular*, pp. 3-6, 8-11.

[82](#) ADN.SIPFA.C.5932. *A Capital*, 16 de Agosto de 1974, p. 2.

[83](#) ADN.F.3.S19.C.40.P.14.MPLA. Comunicado do MPLA. Julho de 1974.

[84](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.8.CCFAA.5.ª Repartição. Relatório Semestral de Acção Psicológica, n.º 1. Agosto de 1974, p. 8.

[85](#) ADN.SIPFA.C.5932. *Diário Popular*, 17 de Julho de 1974, p. 11.

[86](#) Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 147-148.

- [87](#) ADN.F.3.S19.C.40.P.14.MPLA. Comunicado do MPLA. Julho de 1974.
- [88](#) Gonçalves Ribeiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 46-48.
- [89](#) ADN.SIPFA.6022. Confidencial. Do CCFAA para MDN. 15 de Junho de 1974.
- [90](#) Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 146-147.
- [91](#) ADN.SIPFA.C.6022.3 Do CCFAA para Defesa Nacional. 16 de Julho de 1974.
- [92](#) Gonçalves Ribeiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 47.
- [93](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.8.CCFAA. 5.ª Repartição. Relatório Semestral Acção Psicológica, n.º 1. Agosto de 1974, p. 8.
- [94](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16 Do CCFAA para CEMGFA. Secreto/Exclusivo. 15 de Julho de 1974.
- [95](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.14.MPLA. 18 de Julho de 1974. A delegação era composta por Diógenes Boavida, dirigente do MPLA, que mantinha ligações com o Comité Director, em Brazzaville; Carlos Alberto Van-Dúnem, activista do MPLA; Luís Soares da Silva, militante do MPLA; Mesquita Brehm, fundador depois do 25 de Abril e com a sua mulher Lisete Antas da Frente Socialista Democrática de Angola (Fresda), partido ligado ao MPLA, além de Francisco Furtado d'Antas; Aníbal Correia Mendes e José Luís Faria. Em Lisboa, juntou-se-lhes, o jornalista radiofónico Sebastião Coelho.
- [96](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16. Secreto. Do EMGFA e MCI para governador-geral e CCFAA. 15 de Julho de 1974.
- [97](#) ADN.SIPFA.C5946. *Diário de Lisboa*, 16 de Julho de 1974, p. 13.
- [98](#) Pedro Pezarat Correia (1991), *ibidem*, p. 80.
- [99](#) ADN.SIPFA.C5946. Comunicado do CCFAA. 15 de Julho de 1974. *Diário de Lisboa*, 16 de Julho de 1974, p. 13.
- [100](#) *Idem*. Agência Reuters. 19 de Julho de 1974.
- [101](#) ADN.SIPFA.C5946. *Diário de Lisboa*, 16 de Julho de 1974, p. 13.
- [102](#) *Idem*. *Diário de Notícias*, 17 de Julho de 1974, pp. 1 e 8.
- [103](#) *Idem*. *O Século*, 17 de Julho de 1974, p. 6.
- [104](#) ADN.SIPFA.C5946. *Diário de Notícias*, 17 de Julho de 1974, pp. 1 e 8.
- [105](#) *Idem*. *Diário Popular*, 17 de Julho de 1974, p. 11.
- [106](#) *Idem*. *O Século*, 18 de Julho de 1974, p. 7.
- [107](#) *Idem*. *Diário Popular*, 17 de Julho de 1974, p. 11.
- [108](#) ADN.SIPFA.C5946. *O Século*, 18 de Julho de 1974, p. 7.
- [109](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 120.
- [110](#) ADN.SIPFA.C.6022.3.Comunicado do gabinete de Imprensa. *Diário de Notícias*, 19 de Agosto de 1974, p. 8.
- [111](#) *Idem*.C.5946. *O Século*, 18 de Julho de 1974, p. 7.
- [112](#) «Luanda, 0552, July 17, 1974. Confidential.»
- [113](#) ADN.SIPFA.C.6022. Confidencial. Do CCFAA para MDN. 15 Julho de 1974.
- [114](#) ADN.F.3.S19.C.40.P.16. Do CCFAA para EMGFA. 19 de Julho de 1974.
- [115](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.PIDE-DGS.Doc.31. 9 de Julho de 1975.

- [116](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P16. Secreto. Anexo à informação 33/74. Major Trovão. 22 de Julho de 1974, pp. 1-6.
- [117](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.14. Secreto. Distúrbios em Luanda. 20 de Julho 1974, p. 2.
- [118](#) Entrevista ao general Passos Ramos. Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.
- [119](#) A Junta Governativa era constituída pelo comandante-chefe, almirante Rosa Coutinho; os três novos chefes dos ramos: Leonel Cardoso (Marinha), Altino de Magalhães (Exército), António Silva Cardoso (Força Aérea), José Emílio da Silva do MFA de Angola e o secretário-geral, Gonçalves Ribeiro.
- [120](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 53.
- [121](#) «Luanda, 0610, 0611, July 25, 1974.»
- [122](#) Piero Gleijeses (2002), *Conflicting Missions. Havana, Washington and Africa 1959-1976*, Berkeley, University of North Carolina Press, pp. 243-245.
- [123](#) Silva Cardoso nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 99.
- [124](#) Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. Documento apresentado ao PR, PM, ao CEMGFA, MCI, MNE e Ministro da Defesa, Firmino Miguel, em reunião ocorrida em Belém. Julho de 1974, pp. 1-3.
- [125](#) *Idem*, pp. 4-10.
- [126](#) Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas. Julho de 1974, pp. 10-18.
- [127](#) «Luanda, 0637, July 30, 1974.»
- [128](#) Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 145.
- [129](#) ADN.SIPFA.C.6022.3. *A Capital*, 1 de Agosto de 1974, p. 13.
- [130](#) Iko Carreira (1996), *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa, Dom Quixote, p. 134.
- [131](#) AHM.F.43.S.19.C.40.P.16. Proposta de tréguas no Moxico. 24 de Agosto de 1974.
- [132](#) ADN.SIPFA.C.6022. Comunicado matinal do CCFAA. *O Século*, 9 de Agosto de 1974, p. 6.
- [133](#) *Idem*. Comunicado vespertino do CCFAA. *O Século*, 9 de Agosto de 1974, p. 6.
- [134](#) «Luanda, 0691, August 8, 1974. Confidential.»
- [135](#) Rui Antunes Tomás nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, pp. 94-95.
- [136](#) ADN.SIPFA.C.6022.3. *A Capital*, 9 de Agosto de 1974, p. 1.
- [137](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 74-75.
- [138](#) ADN.SIPFA.C.6022.3. *O Século*, 10 de Agosto de 1974, p. 7.
- [139](#) Pezarat Correia, em João Paulo Guerra, *ibidem*, p. 124.
- [140](#) Gonçalves Ribeiro, *ibidem*, p. 98.
- [141](#) Correia Jesuino nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 113.
- [142](#) Gonçalves Ribeiro, *ibidem*, p. 99.
- [143](#) ADN.SIPFA.C.6022.3. *Diário de Notícias*, 19 de Agosto de 1974, p. 8.
- [144](#) «Luanda, 0691, August 8, 1974. Confidential.»

- [145](#) Idem. *O Século*, 16 de Agosto de 1974, p. 6.
- [146](#) ADN.SIPFA.C.6022.3. *Diário de Notícias*, 15 de Agosto de 1974, p. 5.
- [147](#) Idem. *Diário de Notícias*, 19 de Agosto de 1974, p. 8.
- [148](#) ADN.SIPFA.C.6022.3. *Diário Popular*, 21 de Agosto de 1974, última página.
- [149](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 120-121.
- [150](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16.Secret. Do CCFAA para MCI. 23 de Agosto de 1974.
- [151](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.8.CCFAA. 5.ª Repartição. Confidencial. Relatório Semestral de Acção Psicológica, n.º 1, Agosto de 1974, pp. 5-7.
- [152](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.8.CCFAA.5.ª Repartição. Relatório Semestral de Acção Psicológica, n.º 1, Agosto de 1974, pp. 5-7.
- [153](#) ADN.SIPFA.C.6005. Bernard Ullmann, France-Press, 20 de Agosto de 1974.
- [154](#) David Martelo (2001), *1974, Cessar-Fogo em África*, Lisboa, Europa-América, p. 139.
- [155](#) ADN.SIPFA.C.6005. Bernard Ullmann, France-Press, 20 de Agosto de 1974.
- [156](#) «Luanda, 0765, August 3, 1974. Confidential.»
- [157](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 103.
- [158](#) «Luanda, 0691, August 8, 1974. Confidential.»
- [159](#) «Luanda, 0665, August 5, 1974.»
- [160](#) «Luanda, 0691, August 8, 1974. Confidential.»
- [161](#) «Luanda, 0691, August 8, 1974. Confidential.»
- [162](#) Almeida e Costa nos Estudos Gerais da Arrábida. Moçambique. 29 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 26.
- [163](#) Maria João Avillez (1996), *Soares. Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 311.
- [164](#) Almeida e Costa nos Estudos Gerais da Arrábida. 29 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 27-30 e 53.
- [165](#) Almeida Santos (2006), *Quase Memórias*, 2.º volume, Cruz Quebrada, Casa das Letras, pp. 85-87.
- [166](#) Maria João Avillez, *ibidem*, p. 311.
- [167](#) ADN.SIPFA.C.5992.P.4. *O Século*, 19 de Agosto de 1974, p. 9.
- [168](#) «Lisbon, 03315, August 5, 1974.»
- [169](#) Witney Schneidman, *ibidem*, p. 258.
- [170](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 49-50.
- [171](#) António de Spínola (1978), *ibidem*, 318-319.
- [172](#) Passos Ramos nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 69, 87.
- [173](#) António Almeida Santos (2006), *Quase Memórias*, 2.º volume, Cruz Quebrada, Casa das Letras, p. 157.
- [174](#) Pezarat Correia, *ibidem*, pp. 66-67.
- [175](#) «Luanda, 0714, August 8, 1974.»

[176](#) ADN.SIPFA.C.5932.FNLA. Comunicado da FNLA. *Diário de Lisboa*, 12 de Agosto de 1974, p. 2.

[177](#) Marques Rocha, *ibidem*, p. 165.

[178](#) Luís Nuno Rodrigues (2010) *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 460

[179](#) Passos Ramos nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 73-74.

[180](#) Na Comissão Nacional de Descolonização tinham assento o presidente, o primeiro-ministro, o CEMGFA, três ministros (Defesa, Negócios Estrangeiros e Coordenação Interterritorial) e o embaixador português na ONU.

[181](#) Costa Gomes, em João Paulo Guerra, *ibidem*, p. 84.

[182](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16. Muito secreto. Do CCFAA para PR. 1 de Setembro de 1974.

[183](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 104.

[184](#) Rosa Coutinho entrevistado em 14 Dezembro de 1997, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 101.

[185](#) *Idem*. 10 de Setembro de 1974, p. 3.

[186](#) *Diário de Luanda*, 11 de Setembro de 1974, p. 2.

[187](#) *Diário de Luanda*, 11 de Setembro de 1974, p. 2.

[188](#) Melo Antunes, em João Paulo Guerra, *ibidem*, p. 136.

[189](#) Entrevista a Passos Ramos, Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.

[190](#) Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida, 28 de Agosto de 1996. ICS, AHS, FDP, p. 92.

[191](#) Jonas Savimbi (1979), *Angola: A Resistência em Busca de uma Nação*, Lisboa, APR, p. 45.

[192](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16. Exclusivo/Secreto. Do CCFAA para CEMGFA. 14 de Setembro de 1974.

[193](#) Acompanharam Spínola à ilha do Sal o Ministro da Defesa, Firmino Miguel, o coronel Robin de Andrade, o tenente-coronel Almeida Bruno e o chefe de gabinete Dias de Lima.

[194](#) *Diário de Luanda*, 16 de Setembro de 1974, p. 2.

[195](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida, 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 68-70.

[196](#) Em *País sem Rumo*, p. 322, Spínola refere que Mobutu se comprometeu a não invadir Cabinda, a promover em breve um encontro com Holden Roberto e a assinatura do cessar-fogo com a FNLA.

[197](#) Maria Manuela Cruzeiro (1998), *Costa Gomes, o Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 246.

[198](#) *Diário de Luanda*, 20 de Setembro de 1974, p. 3.

[199](#) Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida, 30 de Agosto de 1997. ICS, AHS, FDP, p. 15.

[200](#) *Diário de Luanda*, 20 de Setembro de 1974, p. 3.

[201](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15 Confidencial. Do CCFAA para MDN, 29 de Agosto de 1974.

[202](#) *Diário de Luanda*, 3 de Setembro de 1974, p. 8.

[203](#) ADN.SIPFA.C.6022. Diário de Lisboa, 2 de Setembro de 1974, p. 10.

[204](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16. 17 de Setembro de 1974.

[205](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 54-55.

- [206](#) Pezarat Correia. *Idem*, p. 102.
- [207](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P16.Secreto. Do CCFAA para CEMGFA. 20 de Setembro de 1974.
- [208](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P16. 15 de Setembro de 1974.
- [209](#) *Idem*. 24 de Setembro de 1974.
- [210](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida, 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS, FDP, p. 49.
- [211](#) Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá (2008), *Carlucci versus Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Alfragide, Dom Quixote, p. 92.
- [212](#) *Diário de Luanda*. 21 de Setembro de 1974, p. 3.
- [213](#) Vasco Gonçalves em João Paulo Guerra, *ibidem*, p. 81.
- [214](#) Luís Nuno Rodrigues (2010), *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 467.
- [215](#) *Diário de Luanda*, 23 de Setembro de 1974, p. 2.
- [216](#) *Idem*, 26 de Setembro de 1974, p. 8.
- [217](#) *Diário de Luanda*, 26 de Setembro de 1974, p. 7. Angelino Alberto, presidente da União Nacionalista Angolana (UNA) que em Outubro declarou apoio a Neto, Pedro Teca, do antigo Movimento Democrático dos Interesses de Angola (MDIA), e o líder protestante Simão Toco – recém-chegado dos Açores, onde estava exilado, e que reactivara semanas antes o seu partido de cariz social-religioso Estrela Vermelha. João Pedro M’Bala, líder da Aliança dos Povos de Angola (APA), António Ferronha, líder do PCDA e Fernandes Vieira, presidente da Associação Comercial de Angola. Estes dois últimos receberiam ordem de prisão e de expulsão de Angola, na semana seguinte. A lista incluía ainda «o engenheiro Cardoso e Cunha, Teófilo José da Costa, do jornal do Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA), e Rui Correia de Freitas, director do *Província de Angola*
- [218](#) Pezarat Correia, *ibidem*, pp. 88-89.
- [219](#) *Diário de Luanda*, 28 de Setembro de 1974, pp. 2 e 7.
- [220](#) Almeida Santos (1998), *Por favor, Preocupem-se*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 396.
- [221](#) *Diário de Luanda*, 27 de Setembro de 1974, p. 20.
- [222](#) António de Spínola (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Bertrand, pp. 212-213.
- [223](#) «Luanda, 00842, October 1, 1974. Confidential.»
- [224](#) *Diário de Luanda*, 2 de Outubro de 1974, p. 9.
- [225](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida, 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 117-118.
- [226](#) Francisco Costa Gomes (1979), *Diálogos com Alexandre Manuel*, Lisboa, Regra do Jogo, pp. 59-60.
- [227](#) *Diário de Luanda*, 1 de Outubro de 1974, p. 8.
- [228](#) Mário Soares (1976), *ibidem*, pp. 56, 106
- [229](#) Maria João Avillez (1994), *Do Fundo da Revolução*, Lisboa, Público, p. 249.
- [230](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida, 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 61.
- [231](#) António Ramalho Eanes (2006), *Sociedade Civil e Poder Político*. Tese de doutoramento em Filosofia Política. Universidade de Navarra, 2006, capítulo 3, p. 42.
- [232](#) Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 63-64.

2. OUTUBRO VERMELHO

Parceiros armados

Para Melo Antunes, «o embate permanente» entre o projecto de Spínola e os militares do MFA que protagonizaram a «ruptura revolucionária» marcou a história da descolonização portuguesa entre 25 de Abril e 30 de Setembro de 1974»²³⁴. Removido o «estorvo» que Spínola representara, poderia ser finalmente iniciada o que entendiam ser «uma descolonização autêntica»²³⁵. A tese maniqueísta fez doutrina, mas em que diferia o esquema seguido pelo MFA do que defendia o ex-chefe de Estado? A proposta apresentada pelos negociadores nacionais aos três Movimentos após a renúncia presidencial, incluía as etapas do projecto spinolista: garantir a independência, obter um cessar-fogo geral, formar um governo de transição e promover eleições para uma Assembleia Constituinte. O guião levado em Outubro e Novembro às reuniões com os nacionalistas previa todas as fases do plano aprovado em Agosto pela JSN. O MFA apenas abdicou de duas premissas essenciais: o prazo de dois anos para a transição e as negociações com todos os grupos angolanos, incluindo de brancos, apenas aceitando sentar-se à mesa com os que «nos tinham combatido».

Os exemplos descolonizadores datavam de décadas anteriores, e o mais recente (o argelino) não era propriamente um modelo exemplar embora fosse encarado como uma possibilidade, não obstante os custos sociais e políticos que implicaria. A entrega ao Movimento armado que forçara a saída do colonizador tinha sido a opção das potências coloniais europeias, como frisou Mário Soares: «*Foi o que fez De Gaulle na Argélia; foi o caminho que seguiram os franceses e os ingleses em toda a África. Porque é que nós, portugueses, havíamos de seguir outro caminho, se esse é o mais realista e pragmático?*»²³⁶ Em Outubro de 1974, Soares defendia essa via, mas Angola era um caso à parte por nenhum Movimento armado ter tido capacidade suficiente para impor uma derrota militar nem deter uma superioridade em apoio popular ou poderio bélico que justificasse negociar apenas com um deles. Criticava também abertamente a realização de um sufrágio em Angola como Spínola defendera: duvidava da sua exequibilidade no continente africano, onde a esmagadora maioria dos Estados descolonizados era governada por uma única força política. Nele dominavam os regimes «musculados» sustentados por fortes aparelhos militares, sem oposição interna, logo, não democráticos. Para Soares, a intenção de realizar eleições livres em Angola vigiadas pela ONU era uma utopia: «*Seria possível, como preconizava Spínola, adoptar um procedimento soi-disant democrático: “Um homem, um voto”? Era ignorar a realidade africana.*»²³⁷ Melo Antunes concordava: existia uma «aparente inadequação ou dificuldades de adaptação [...] da democracia representativa às sociedades africanas pós-coloniais»²³⁸.

Para a Administração Ford, a renúncia de Spínola significou um inesperado revés e um acrescido motivo de preocupação. Era preciso aferir se o novo chefe de Estado seria condescendente ou mesmo conivente com o governo gonçalvista ou permeável às recomendações de Washington. As relações de proximidade com o MFA remontavam à formação do Movimento dos Capitães em 1973, e consolidaram-se nos meses em que foi CEMGFA durante a presidência spinolista, ao defender desde a primeira hora toda «a legitimidade» da Coordenadora e da sua assembleia geral na condução do

processo político desde o derrube do Estado Novo²³⁹. Aliás, no discurso de tomada de posse (numa clara demarcação do seu antecessor) fez questão de enaltecer «a inteligência, dedicação e talento» dos negociadores portugueses envolvidos na descolonização²⁴⁰. Washington possuía indícios de sobra para temer que Costa Gomes permitisse uma viragem de Portugal à Esquerda. Scott esperava, por isso, que a ida do novo presidente à Casa Branca fosse proveitosa²⁴¹, depois de Costa Gomes discursar na abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque²⁴². A deslocação aos EUA ocorreu entre os dias 16 e 19 de Outubro. No segundo dia, perante o hemiciclo da ONU, Costa Gomes garantiu que em cada ex-colónia africana seria seguido um modelo diferente. Como Spínola dissera²⁴³. No dia 18, Costa Gomes e Gerald Ford conversaram durante 40 minutos na Casa Branca, encontro a que assistiu Kissinger. No perfil de seis páginas redigido pelos serviços de informação, o novo presidente português era descrito como «amigo próximo do general Vasco Gonçalves» e intermediário entre o MFA e Spínola durante as funções presidenciais deste último. Quanto à África colonial, «presumivelmente», Costa Gomes concordaria «com a rápida descolonização inscrita no programa do MFA, mas as suas posições sobre o assunto são desconhecidas», registava-se²⁴⁴. Logo no início do encontro, Costa Gomes disse ser «um grande admirador dos EUA», tinha aliás estado dois anos em Norfolk²⁴⁵, e descreveu a situação política em Portugal, onde apesar de algumas perturbações se conseguira evitar a violência. A descolonização era «o maior problema» que se deparava aos novos governantes e «Angola o mais difícil» de resolver. Portugal tentaria criar um governo provisório em que os três Movimentos tivessem assento.

Ford ouviu atentamente, disse apoiar a descolonização e que os EUA gostariam de ajudar, mas antes precisaria de ter a certeza que Portugal não integraria o Pacto de Varsóvia ou o bloco dos não-alinhados: «O Congresso e, eu próprio, temos de ter a garantia de que Portugal continua a fazer parte da mesma equipa, como tem sido desde 1951, e que não vai mudar de rumo em direcção a uma aliança diferente.»²⁴⁶ No final, Kissinger disse a Costa Gomes «para lhe telefonar directamente sempre que tivesse algum problema em Portugal». O Presidente declinou a oferta; se precisasse falaria pessoalmente com o embaixador nomeado para Lisboa²⁴⁷: Frank Carlucci, que seria oficialmente nomeado em 16 de Novembro de 1974²⁴⁸. Kissinger não terá ficado confortável com a recusa de Costa Gomes (ainda que elegantemente manifestada) à possibilidade de manter uma ligação directa a Washington²⁴⁹. Segundo Almeida Santos, a partir do momento que Costa Gomes entrou em Belém, era possível «encarar finalmente a descolonização de Angola em moldes semelhantes aos da Guiné-Bissau e de Moçambique»²⁵⁰. Como Melo Antunes defendia: «A questão colonial era uma questão única para a qual deveria haver uma estratégia uniforme também. [...] Nem, francamente, vejo que houvesse necessidade de pensar em modelos diferentes consoante os territórios.»²⁵¹ Para Ferreira da Cunha (chefe de gabinete de Costa Gomes), a principal questão com que o chefe de Estado se deparou foi com quem negociar: com os que tinham combatido Portugal era a tese «defendida por muita gente, inclusivamente pelo Melo Antunes: os ML que estiveram de armas na mão e que fizeram a guerra contra o Exército português tinham direito a imediatamente tomar conta do poder e não seria necessário um prazo de espera»²⁵². Como disse Melo Antunes: «A opção fundamental que se fez, e não creio que pudesse ter havido outra, era que as negociações eram feitas com os Movimentos que tinham assumido a responsabilidade de pegar em armas contra a dominação colonial.»²⁵³

Incluir os portugueses de Angola nas negociações não era uma hipótese sequer concebível para o MFA, para o qual «a esmagadora maioria dos colonos brancos» defendia «processos de autonomia à rodesiana». Mais de 30 anos após a transição, Melo Antunes continuava convicto: «O que se passou em Angola e em Moçambique (em pleno processo de negociações) foram tentativas separatistas, que fizessem tábua-rasa dos conceitos fundamentais da descolonização, para se apoderarem do Poder político de uma forma unívoca, quer dizer, de uma forma que afastasse definitivamente os negros do

processo descolonizador.» Enquanto militar que fizera «três vezes a guerra em Angola» sabia que, «para eles, o que era importante» era seguir «o caminho rodesiano»²⁵⁴. Em Junho de 1988, Rosa Coutinho defendia a mesma ideia: os colonos de Angola apenas «queriam uma independência branca». «*A independência não era problema, todos a queriam. A questão era como? De que tipo? Nunca me perdoaram eu ter travado a ideia de uma independência branca.*»²⁵⁵

A primeira reacção dos portugueses de Angola à ascensão de Costa Gomes foi «desfavorável», pois receavam que o novo presidente «avançasse rapidamente e não salvaguardasse os interesses dos brancos». No dia em que Spínola proferiu o discurso de despedida, Killoran referia-se ao «significativo número de brancos em Angola» apreensivos com o futuro: «*Estão preocupados com a sua sobrevivência se um autêntico governo nacionalista negro chegar ao Poder. A menos que os seus receios sejam amenizados pelo governo de Lisboa, os extremistas brancos e os negros seus aliados em Angola podem fazer um golpe para evitar que os ML assumam o Poder.*» Para o diplomata seria «pouco provável» que tal acontecesse porque os partidos que se opunham à negociação exclusiva com os Movimentos armados não estavam unidos, podendo fazê-lo apenas em desespero de causa por um razoável número de brancos acreditar que a Junta de Angola era «insensível» às suas reivindicações. A manutenção dos laços com a Metrópole apenas era defendida por uma fatia muito fina da comunidade branca: a camada mais privilegiada. Os menos abastados apenas desejavam ficar após a independência e não tinham qualquer propósito em tomar o Poder: «*Uma curiosa mistura de brancos de classes baixas e de endinheirados parece constituir a base da ala direitista branca, e esta gente quer um regime negro fantoche em que os portugueses detenham verdadeiramente o Poder. Os trabalhadores brancos, contudo, mostram uma enorme disposição em aceitar um verdadeiro domínio negro, por considerarem ser o único caminho justo.*»²⁵⁶ Entendia o diplomata que um movimento rebelde ou um eventual golpe só poderiam ser concretizados pelos três partidos de colonos influentes com ligações a banqueiros na Metrópole: a Frente de Unidade Angolana (FUA), o Partido Cristão Democrata de Angola, (PCDA) e a Frente de Resistência Angolana (FRA). «*A base de apoio dos três é basicamente a mesma: brancos, negros do Sul e a UNITA», e apenas teriam «o apoio maioritário de uma pequena minoria de brancos e de um punhado de negros renegados*»²⁵⁷. A possibilidade de uma secessão branca com o apoio das Tropas Especiais e dos catangueses não era viável devido ao choque de interesses e, sobretudo, por essas forças se encontrarem no Leste. Estavam geograficamente tão distantes de Luanda que seria difícil intervirem na capital com a rapidez exigida num golpe militar²⁵⁸. Não era de crer que os extremistas avançassem: não tinham meios nem estavam suficientemente coesos ou preparados para ser bem-sucedidos. Tratava-se, segundo Killoran, de um perigo meramente potencial. Um golpe branco só seria uma ameaça séria se contasse com o apoio dos militares, o que não era provável, pois eram frequentemente criticados pela sua «relutância» em disparar e por deixarem «sozinhos os compatriotas brancos que estão a lutar para proteger as suas casas e as suas famílias». Embora Lisboa e a Junta de Angola tentassem «tranquilizar os brancos», garantindo que os protegeriam e que teriam «uma voz no processo de descolonização», desconfiavam que poderiam ser excluídos do processo e expulsos de Angola: «*Os brancos estão receosos e cada vez mais acreditam que a Junta e os militares, em geral, são-lhes insensíveis, senão mesmo contrários, aos seus desejos de segurança [antes e depois] da independência de Angola.*»²⁵⁹

A Junta prendera alguns alegados extremistas em 30 de Setembro, por suspeita de conluio com os de Portugal, sem ter divulgado «as suas identidades»²⁶⁰. Na semana seguinte, a FRA distribuiu um folheto em Luanda «ameaçando com resistência armada o regime português», caso a Junta não aceitasse quatro pontos do seu programa. «*A FRA considera que Angola deve ter um governo de maioria negra, mas insiste que os brancos têm o seu lugar e um papel importante a desempenhar. Aceita a participação*

dos ML no futuro de Angola, mas crê que não devem ser os únicos a ser consultados sobre o processo de descolonização.»²⁶¹ Embora não datado, o comunicado teria sido escrito após a resignação de Spínola e era «o documento mais belicoso distribuído pela FRA»²⁶². No dia 8 de Outubro, o Comando de Huíla das FAP assinalava que até àquele momento não havia «quaisquer indícios de grupos armados na Zona», mas Luanda deveria estar particularmente atenta «ao descontentamento bem evidenciado» pelos portugueses quanto à descolonização em Moçambique. A indignação traduzia-se nos impropérios verbais dirigidos aos militares: «As Forças Armadas e membros do governo provisório são repetidas vezes insultados e apelidados de “traidores” e acusados de “estarem a vender Portugal”.»²⁶³ A população branca estava também revoltada pela suspensão das transferências de dinheiro para fora de Angola, anunciada pelo governo de Rosa Coutinho²⁶⁴.

Nas duas primeiras semanas de Outubro, a FNLA proibira os contratados sulistas do Uíge de trabalhar nas fazendas cafeeiras. A maioria era «homens da tribo bailundo do Sul de Angola, muitos partidários da UNITA». Cerca de 1.000 destes trabalhadores e famílias apinhavam-se junto aos terminais rodoviários para rumar a sul, onde já se verificava «uma severa crise de acomodações e alimentos»²⁶⁵. «Nas semanas anteriores ao cessar-fogo oficial, quadros da FNLA» tinham sido «autorizados, em várias cidades do Norte, a contactarem com brancos e negros, incluindo os trabalhadores bailundos a contrato nas fazendas de café e de sisal do Norte de Angola». «Através de um misto de ameaças e de persuasão, os bailundos decidiram regressar ao Sul. O governo distrital tem tentado providenciar camiões de transporte e encorajar os fazendeiros a não evocar a cláusula do contrato, pela qual os trabalhadores são obrigados a pagar uma multa de cinco dias de salário por cada mês de contrato não cumprido.» Um comandante da FNLA no Songo dissera a um jornalista que a expulsão dos trabalhadores bailundos era «necessária para paralisar a economia colonial no Norte e apressar o fim da dominação portuguesa». Os brancos poderiam ficar com algumas terras depois da independência, mas teriam de trabalhar nelas. «Apesar dos argumentos dos fazendeiros e comerciantes brancos no Norte, o Exército português nada fez para parar a FNLA», registava Killoran²⁶⁶.

Luanda enfrentava novos sobressaltos. Na noite de 2 Outubro tinham deflagrado «dois engenhos explosivos no Bairro do Samba que causaram quatro feridos. O mesmo grupo actuara na zona do aeroporto cerca das 23h00, com três deflagrações de morteiro de 60 milímetros junto à Avenida de Lisboa», tendo sido «feitos disparos sobre as pistas do aeroporto com uma arma tipo lança-granadas foguete». Da violência nocturna resultara «um morto e danos materiais em duas viaturas civis. Um dos projecteis lançados sobre o aeroporto caíra perto de um avião que se dirigia para a pista de descolagem», obrigando a que os passageiros fossem «rapidamente evacuados»²⁶⁷. O rebentamento de «granadas e explosões de roquetes em duas noites sucessivas» na primeira semana de Outubro tinham causado «um pouco de tensão» na cidade²⁶⁸.

A proposta do Sal

No dia 2 de Outubro, após a posse de Costa Gomes, Rosa Coutinho rumou a Lisboa e no dia seguinte foi eleita a Comissão Coordenadora para o Programa do MFA em Angola (CCPA)²⁶⁹. Ia a Lisboa «“picar” um bocadinho a burocracia» institucional, ou seja, tentar convencer o ministro Almeida Santos a dissolver a Junta (para não estar refém da aprovação por maioria dos seus cinco membros) e Costa Gomes a confiar no seu estrategema para sentar à mesma mesa Neto e Holden. Só admitiria a inclusão da UNITA se, entretanto, fosse reconhecida pela OUA.

Em Kinshasa, Mobutu culpabilizava Nyerere e Kaunda (respectivamente presidentes da Tanzânia e da Zâmbia) pelo fracasso do congresso do MPLA, em 5 de Outubro em Lusaca. As três facções tinham-se

desentendido de novo rompendo o compromisso firmado um mês antes em Brazzaville, que «obrigara Neto a aceitar» como vice-presidentes Joaquim Pinto de Andrade e Daniel Chipenda. Depois de Brazzaville, Mobutu tentou juntar Neto e Holden na localidade zairense de Bucavu, mas Neto (apoiado por Nyerere) recusara a aliança²⁷⁰ e convocou todos os seus dirigentes para «uma reunião alargada» entre 12 e 21 de Setembro no Moxico (na margem direita do rio Lunhamege, no saliente de Cazombo), onde foi eleito um novo Comité Central²⁷¹. «As divergências tornaram-se tão graves e profundas que não era mais possível passar uma esponja sobre elas», escreveu Iko Carreira.²⁷² A ruptura estava consumada. Mobutu apostava agora numa frente militar Chipenda/Holden. Para o observador que o presidente zairense enviara em Outubro a Lusaca, as diferenças entre Chipenda e Neto eram «inultrapassáveis»: estavam ambos convencidos que um queria assassinar o outro. Com Spínola afastado de Belém, Neto rejeitou em definitivo partilhar a direcção com os dissidentes. Rosa Coutinho congratulou-se com a decisão porque se recusava «a falar com os outros». Não era cunhado de Agostinho Neto como diziam em Angola, mas a sintonia entre ambos era provavelmente mais forte do que um hipotético parentesco²⁷³. O que lhe importava era ter, a partir dessa data, um argumento válido para dialogar apenas com Neto e negociar o cessar-fogo com a FNLA. A saída de Spínola permitia «acelerar a descolonização» e substituir o governo provisório, que «nunca teve verdadeiras responsabilidades políticas», assinalava Killoran, por um de transição igual ao moçambicano²⁷⁴.

A comitiva portuguesa mandatada por Costa Gomes para firmar o cessar-fogo com a FNLA chegou a Kinshasa no dia 10 de Outubro²⁷⁵, ficando «instalada no luxuoso novo Palácio de Mármore, destinado às representações estrangeiras»²⁷⁶. Tratava-se «da prossecução das conversações» de Spínola com Mobutu no Sal, disse o chefe da delegação general Fontes Pereira de Melo, antes de a comitiva ser «transportada pela limusina presidencial ao Monte Ngaliema, onde se realizaram as duas reuniões e o almoço com Mobutu»²⁷⁷. O presidente zairense começou por sugerir que Portugal escolhesse para parceiros nas negociações a FNLA e o MPLA de Chipenda por serem «os mais representativos» em «forças de armas em Angola». «Na sequência do pedido feito pelo general Spínola» três semanas antes, adiantou ter «a anuência de Holden Roberto para negociar um cessar-fogo imediato» com Portugal, deixando a questão que mais lhe interessava para o fim: quando poderiam os «mais de um milhão de refugiados angolanos» que estavam no Zaire voltar a Angola? Após a formação do governo ou só depois da independência?²⁷⁸ As actas não revelam a resposta. Discutidas as questões preliminares, as tréguas com a FNLA foram abordadas no dia seguinte na luxuosa embarcação de recreio²⁷⁹. Antes do encontro, Fontes Pereira de Melo telefonou a Costa Gomes que «concordou com a formalização de um cessar-fogo imediato com a FNLA». Assumindo a condução dos trabalhos, a Leonel Cardoso bastou «uma leitura rápida» do projecto da FNLA para o Estatuto de Angola para o considerar «totalmente inaceitável». Pretender que Portugal formasse um governo sem o MPLA nem a UNITA, no qual a FNLA deteria 80 por cento das pastas e dos efectivos militares representava «um acto de capitulação das FAP» inadmissível. As duas delegações tiveram de reunir «separadamente para preparar um novo texto». Conhecida a pretensão de Spínola em afastar Agostinho Neto da governação de Angola, as condições expostas no documento (principalmente as relativas à permanência dos portugueses em Angola após a independência) permitem extrapolar que tivesse sido esta a proposta apresentada por Mobutu na ilha do Sal: os portugueses poderiam ficar se Portugal entregasse o Poder à FNLA e a Chipenda como representante do MPLA. Não obstante a inexequibilidade de um tal plano (a OUA opor-se-ia à exclusão de Neto), as premissas propostas evidenciavam que o documento não se limitava a plasmar os interesses da parte angolana. Mobutu deixava de apoiar a FLEC e a secessão de Cabinda na OUA. A FNLA ficava no governo de Luanda e com o controlo do Exército nacional. Em contrapartida, os portugueses poderiam ficar em Angola, desenvolver actividades económicas e manter alguns postos

de trabalho na administração pública. A explícita permissão de permanência aos cidadãos que mantivessem a nacionalidade portuguesa não teria certamente sido uma preocupação da FNLA ou do presidente zaireense. Esta cláusula deverá ter sido inscrita a pedido do ex-chefe de Estado português ou (não o tendo sido) partiu de Mobutu como moeda de troca apresentada para Portugal beneficiar a FNLA. Para além da salvaguarda da «integridade territorial de Angola» (como defendiam os outros Movimentos), a proposta previa que a FNLA detivesse uma presença de quatro quintos das pastas ministeriais do governo, sendo sustentado por um Exército baseado «em forças especiais da ordem» com a mesma proporção do executivo, ou seja, com apenas 20 por cento de militares portugueses. Os órgãos policiais seriam «suspensos durante o período transitório» e todos os africanos incorporados no Exército português (além das Forças Auxiliares, Flechas e Fiéis) não poderiam «de modo algum» incluir essas «forças especiais da ordem». Os restantes soldados portugueses «recolheriam à caserna desde o primeiro dia da proclamação da independência e regressariam a Portugal logo na primeira ocasião». Para Leonel Cardoso, tal cenário não só abriria um conflito militar imediato com os outros Movimentos como significaria que a parte portuguesa ficaria totalmente refém da FNLA, ou seja, do Zaire²⁸⁰. A FNLA comprometia-se a garantir a segurança dos portugueses que quisessem ficar em Angola e dos seus bens e a atribuir a cidadania aos «angolanos portugueses nascidos em Angola». Aos que mantivessem a nacionalidade portuguesa ser-lhes-ia «concedido, por disposições legais especiais, o acesso ao exercício de profissões livres como o comércio, a indústria, a agricultura, etc.». Poderiam também aceder a cargos públicos «em determinadas administrações municipais e centros ou regiões com forte densidade demográfica portuguesa». Seria posteriormente «estabelecido o critério de selecção pelo Estado independente». Rejeitada esta proposta, Holden Roberto acabou por avaliar o projecto português que sofreu «pequenas alterações de forma», cujo texto do protocolo não foi divulgado por ambas as delegações terem acordado que «seria mantido confidencial»²⁸¹.

Relevante para entender o que viria a ser dois meses e meio depois a plataforma de Mombaça firmada entre os três Movimentos e parte substantiva do Acordo do Alvor é conhecer o acordo de cessar-fogo subscrito com a FNLA. Da mesma forma que o protocolo de cessação das hostilidades (assinado com o MPLA no dia 21 de Outubro) contém os pressupostos-base dos mesmos acordos: em relação ao prazo-limite para a independência e para a saída do dispositivo militar português de Angola. Portugal retiraria a sua tropa «das zonas operacionais», concentrando-a «nos principais centros urbanos de Angola». Desprovia assim as localidades rurais de menor dimensão bem como as numerosas zonas de fronteira, permitindo a subsequente «instalação progressiva das forças do ELNA nos centros evacuados pelas FAP». A mesma premissa constava no acordo subscrito com o MPLA e a UNITA, o que significava que, à medida que a tropa portuguesa saísse, os aquartelamentos poderiam ser ocupados pelo Movimento dominante na zona. O acordo estabelecia ainda que, a partir da sua vigência, a FNLA teria total «liberdade» para se movimentar, agir e estabelecer-se em Angola, de modo a poder «enquadrar e politizar os seus militantes». Seriam dissolvidos todos os corpos militarizados ou paramilitares como a OPVDCA» (mais de 40.000 cidadãos armados com treino em defesa civil disseminados por Angola) e dos «Flechas, Forças Auxiliares (FA), Grupos Especiais (GE), Tropas Especiais (TE), etc.». Sumariamente era referido que se procuraria «uma solução humana para o problema dos africanos membros desses corpos»²⁸². A desmobilização destas forças iniciar-se-ia no último trimestre de 1974, começando pela dispensa dos soldados recrutados no território.

Portugal comprometia-se a não conceder a mesma liberdade de acção aos grupos ou partidos políticos não armados e a proceder à «neutralização imediata e dissolução de todos os grupúsculos criados ou enxertados em Angola depois de 25 de Abril de 1974, cuja existência e proliferação» gerava «a confusão e a desordem». As autoridades de Luanda deveriam ainda pedir a «toda a população» que

aderisse a um dos três Movimentos e, com efeito imediato, Portugal libertaria «todos os militantes da FNLA prisioneiros de guerra, fardados ou politizados» bem como «todos os patriotas angolanos presos por razões políticas». Uma comissão mista faria o desarmamento das populações residentes com vista à recolha de caçadeiras, revólveres ou outras armas brancas de uso pessoal: por ser «lógico e evidente que a cessação dos combates» por parte da FNLA só poderia realizar-se «depois do desarmamento de todos os colonos». Por último, Portugal estabeleceria «um calendário para o acesso à independência, num período não superior a 12 meses» e criaria logo que possível um executivo provisório. O Acordo perderia «automaticamente o seu efeito no caso de não respeito pela parte portuguesa». Não era, contudo, contemplada igual prerrogativa se fosse a parte angolana a quebrar os compromissos assumidos. Tal como viria a suceder no Acordo do Alvor.

A equipa negocial portuguesa parecia satisfeita com o clausulado. Registava o relator nacional que o encontro no iate de Mobutu terminara «em franca cordialidade, após se ter iniciado em ambiente de uma certa frieza e expectativa»²⁸³. Foi também a bordo do palácio flutuante de Mobutu que decorreu a reunião com o líder da Revolta do Leste²⁸⁴. As dissidências internas do MPLA estavam a retardar o processo de descolonização, afirmou a parte portuguesa. Chipenda negou ser o responsável: Neto é que era «um caso patológico de autoritarismo». Aceitaria reunir-se com Neto, mas não em Lusaca, pois os dois telegramas interceptados ao MPLA pelos seus homens revelavam bem «a intenção da facção de Neto em o liquidar fisicamente». A delegação regressou a Luanda a bordo de um avião DC-10 «posto à disposição pelo general Mobutu» e a comitiva de honra embarcou num voo da companhia aérea zairense rumo a Luanda, para se encontrar com Rosa Coutinho e o inteirar do resultado das conversações²⁸⁵.

Para Pezarat Correia, as conversações com a FNLA foram as «mais difíceis» por terem sido feitas entre emissários de Belém e do Zaire, sem a interferência do MFA²⁸⁶. Mobutu e Holden Roberto só aceitavam negociar com representantes de Lisboa por não confiarem na CCPA nem em Rosa Coutinho que, do mesmo modo, recusava deslocar-se ao país vizinho: «*Recusei-me a ir fazer contactos ao Zaire. Quem quisesse falar comigo, tinha de falar dentro do território de Angola.*»²⁸⁷ Em 1961 tinha sido preso pela UPA (liderada por Holden Roberto) e sujeito às mais ignominiosas sevícias. Almeida Santos justifica a «simpatia» do Almirante pelo MPLA não só devido às «afinidades ideológicas» com Agostinho Neto mas pelo profundo desdém que nutria pela FNLA: «*Tinha sido aprisionado por soldados de Mobutu e tratado sem o mínimo respeito pelas leis da guerra que protegem os prisioneiros.*»²⁸⁸ Capturado durante uma operação em curso na bacia hidrográfica no rio Zaire, foi passeado completamente despido pelas ruas. Dentro de uma jaula ou nu com uma corda ao pescoço – os entrevistados referem ambas as situações. A humilhação pública dos prisioneiros nativos capturados (despidos, de pulsos amarrados e atrelados por uma corda) era uma prática habitual das autoridades coloniais no Quênia e no Congo belga. Os combatentes nacionalistas faziam, por isso, o mesmo aos seus prisioneiros. Preso por suspeita de espionagem ao entrar no Zaire sem visto, foi durante o cárcere sujeito a constrangedoras flagelações corporais. «*Estive, quatro meses, preso. É claro que por vezes tive receio porque a minha vida esteve ameaçada. Fui exibido quase como uma presa de guerra pelas ruas... Foi humilhante e também foi uma lição que até teve consequências psicológicas.*»²⁸⁹ Esta experiência justificaria (segundo Almeida Santos) que Rosa Coutinho sempre tenha aceitado «mal o risco de uma Angola sob a égide de Holden Roberto, cunhado do ditador Mobutu»²⁹⁰. Orgulhava-se «de ter tirado Angola das garras de Mobutu»²⁹¹. Segundo Killoran, «alguns oficiais portugueses em Luanda gostariam de afastar Neto e negociar com Chipenda, respaldado por Mobutu». Admitiam, porém, não ser uma via «realista» porque, embora diminuído militarmente, Neto continuava «a ter o apoio das massas» e era fervorosamente apoiado por «alguns oficiais do MFA e da Junta Governativa»²⁹²

Puxando por Agostinho Neto

Na Comissão Nacional de Descolonização, o relatório da visita a Kinshasa foi distribuído a todos os participantes; tinha sido «bem-sucedida», disse Costa Gomes, mas também seria «indispensável estabelecer novos contactos com Neto» porque sem ele não poderia «haver uma verdadeira paz em Angola». Melo Antunes concordou e leu o telegrama do Alto-Comissário de Moçambique Vítor Crespo, sobre a proposta de Mark Chona (secretário do presidente Kaunda) em se realizar «um contacto urgente e secreto com Agostinho Neto» em Argel para evitar «toda e qualquer influência da Zâmbia e da Tanzânia»²⁹³. Poderia «ser inoportuno» quando Kaunda, Nyerere e Mobutu tentavam reunificar o MPLA, apontou o Presidente. A reunião seria «preparatória, só com Neto e de carácter totalmente secreto», explicou Melo Antunes. Kaunda certamente não ficaria melindrado «tanto mais que as suas relações com Neto são excelentes, graças aos bons ofícios de Samora Machel», declarou. Costa Gomes anuiu: o encontro seria tratado através de Paulo Jorge (que estava em Lisboa), como o ministro sem pasta sugerira. Como no encontro deveria estar presente «um representante de Angola», Pezarat Correia foi o escolhido.

Para Melo Antunes, Neto deveria reintegrar Pinto de Andrade e não o revoltoso do Leste. Não se poderia «ignorar Chipenda» quando já era próximo da FNLA, contrapôs Costa Gomes. Seria difícil convencê-lo a falar com Chipenda e Savimbi, por causa da sua «teimosia» em não perdoar ao dissidente e da «sua intransigência em relação à UNITA», apontou o ministro. Talvez «uma intervenção nossa junto de Neto» o obrigasse «a ceder», aventou Mário Soares. Melo Antunes concordou: o MPLA estava «aberto a conselhos da parte portuguesa quanto ao melhor caminho a seguir». A pergunta de Vasco Gonçalves, se Mobutu não tentara separar Neto de Chipenda, ficou sem resposta. Como o comentário do tenente-coronel Firmo Miguel: «*Foram os portugueses que criaram o mito de Agostinho Neto que não tem força, mas simplesmente apoios internacionais.*» Seria aceite «a representação da população branca» nas negociações?, insistiu o primeiro-ministro. Fontes Pereira de Melo julgava sensata a posição de Mobutu: os brancos filiam-se nos Movimentos «evitando-se a criação de partidos baseados em etnias». A pergunta não era essa, mas sim qual «o papel dos brancos na negociação global?» Foi também o que Neto quis saber em Argel no mês seguinte. A derradeira negociação «deverá ser conduzida por Portugal», disse Costa Gomes, mas não pelos colonos portugueses, subentendeu-se²⁹⁴.

Assinado o cessar-fogo com a FNLA, Neto não tinha como recusar-se a assinar a cessação das hostilidades. A versão da CCPA (confidenciada por um oficial português a Killoran) era que «o último confronto entre as tropas portuguesas e o MPLA ocorrera em 29 de Julho quando alguns efectivos se puderam fixar a sul e a leste de Lumbala, onde «o clima de entendimento» com os militares portugueses era tão cordial que «até jogavam regularmente futebol juntos e praticavam outros desportos»²⁹⁵. Correia Jesuino dissera a Killoran que «o governo português e a Junta estavam em contacto directo com Neto e que o cessar-fogo seria assinado num curtíssimo prazo». O líder do MPLA iria fazê-lo para não ser ultrapassado, referia o diplomata. Desde que Chipenda se passara para a FNLA não lhe restava alternativa senão assinar as tréguas e aceitar o apoio da Junta para se opor à coligação patrocinada por Mobutu. Fontes portuguesas que tinham contactos nos muceques tinham-lhe dito que os africanos de Luanda «estavam contra Chipenda» por se ter vendido aos EUA. A indignação por se ter colocado debaixo da «asa» de Mobutu era ainda maior por ter sido o comandante que mais vitórias dera ao MPLA durante a guerra colonial: passara-se para o inimigo e levava consigo os seus homens. Em 19 de Outubro, Chipenda disse a Easum ter sido «forçado por Nyerere a assinar o comunicado de Brazzaville» para ser vice-presidente, «mas de nada valera». Recrutara 3.000 soldados no Zaire e

planeava abrir uma segunda delegação na terra natal de Mobutu: Lubumbashi. O seu objectivo era organizar em Angola um MPLA com «políticas que reflectissem mais as preocupações populares do que ideologias estrangeiras» porque Neto, ao ser «ideologicamente orientado, falhara na compreensão e condução das massas angolanas». Assinalava Hinton que Chipenda estava cada vez mais próximo de Holden Roberto: ambos se tratavam «agora em termos fraternos» e até se visitavam amiúde. Savimbi também era esperado em Kinshasa, para parlamentar com os outros dois dirigentes²⁹⁶.

O acordo com o MPLA foi firmado em 21 de Outubro, na Chana do Lunhamege, para onde Leonel Cardoso viajou com os dirigentes do MPLA Carlos Rocha Dilolwa e Hermínio Escórcio, em helicópteros da Força Aérea²⁹⁷. Neto anunciou ter assinado o cessar-fogo e que nessa semana seria inaugurada uma delegação do MPLA em Luanda. À semelhança do convénio celebrado com a FNLA, o acordo concedia liberdade de movimentação às tropas do MPLA²⁹⁸. No dia seguinte, Rosa Coutinho contou a Killoran que a abertura de delegações em Luanda era «o pré-requisito» para os Movimentos integrarem o governo. O MPLA abriria a representação na cidade nessa semana e a FNLA deveria fazê-lo uma ou duas semanas depois. Os acontecimentos da véspera (dia 21 de Outubro) em Moçambique pareciam ter contribuído para a «mudança na estratégia do Almirante»: pretendia agora equilibrar os três Movimentos para nenhum se intitular «a suprema força armada angolana». Como o MPLA era o menos forte militarmente dever-se-ia ajudar a facção de Neto a reforçar-se, impedindo ao mesmo tempo que a FNLA pusesse mais efectivos em Angola. Killoran percebeu a ideia e perguntou-lhe se sabia o que sobre ele diziam os «homens da rua». Julgavam-no comunista. «Respondeu com ironia que esse era um legado do general Spínola, do qual discordara em muitas ocasiões quando era membro da JSN e que, nessas alturas, o General invariavelmente o insultava, chamando-lhe o «Rosa Vermelha». Fê-lo vezes suficientes em frente de suficientes pessoas», que fizeram «transpirar a alcunha, passando a carregar com essa conotação». Reconhecia, no entanto, que «a natureza da sua missão tornava inevitável que muitos brancos o considerassem um esquerdista». Por último, Killoran comunicou-lhe que Donald Easum tencionava deslocar-se a Angola, em 22 de Novembro²⁹⁹. No dia seguinte, o Comandante Naval (que dois dias antes estivera com Neto) revelou a Killoran que, apesar do que a Imprensa noticiava, apenas fora acordada uma trégua temporária: nenhum acordo formal de cessar-fogo fora assinado com os Movimentos. Com o MPLA tinha «apenas sido discutido o calendário para a cessação das hostilidades». Quanto às facções de Chipenda e Pinto de Andrade, não havia «qualquer intenção em negociar com eles»: «*Neto tinha sido reconhecido como presidente do MPLA, a Junta tinha um acordo com ele e ponto final. Os dirigentes do MPLA teriam de superar as diferenças entre eles por eles mesmos.*» O que realmente o preocupava eram as «ambições presidenciais de cada um dos líderes». Acreditava que, com a abertura das sedes em Luanda, as coisas deveriam «andar mais depressa» mas haveria «novos problemas»: «*Uma vez sentados à mesma mesa em Luanda, quererão sobrepor-se uns aos outros e a Junta terá de os arbitrar.*»³⁰⁰

Na Comissão Nacional de Descolonização discutia-se a mensagem de Samora Machel (levada por Aquino de Bragança) «propondo um encontro com Agostinho Neto na Tanzânia, com Nyerere e Kaunda». Os três estadistas estavam «muito preocupados, principalmente após o acordo celebrado com a FNLA». Receavam uma excessiva aproximação de Lisboa a Kinshasa e que o MPLA não fosse considerado «o Movimento mais representativo». «A reunião com Neto em Argel era prioritária», depois se faria «uma reunião secreta com Nyerere e Kaunda.» «Não se pode dar relevância maior ao MPLA do que aos outros Movimentos», lembrou Costa Gomes ao dar-se conta da tendência que se perfilava no conciliábulo. As tentações expansionistas de Mobutu e «o seu jogo» em Angola eram uma realidade, mas não se poderia ignorar a sua influência. Era conveniente que o governo provisório fosse «formado com urgência, mas sem dar maior relevância a um dos partidos» e conviria que Rosa

Coutinho relatasse «o ponto de vista de Angola e o estado de espírito da população branca», insistiu o Presidente³⁰¹.

Holden Roberto dissera a Easum que a FNLA estaria disposta a manter a suspensão das hostilidades por dois meses, retomando os ataques se findo esse prazo não houvesse «progresso» nas negociações para a independência. Se desconfiava dos portugueses, Savimbi não lhe merecia maior crédito: «*Não era de fiar*». Era «um oportunista» que até se aliara ao Exército português, mas aceitaria constituir «com ele uma frente comum negociada»³⁰². Nesse dia 22 de Outubro, Easum reuniu-se em Lubumbashi com Mobutu, que lhe pediu 10 milhões de dólares para modernizar os 60.000 soldados do Exército zaireense e mais um tanto para prover às necessidades dos «15.000 militares do ELNA e dos seus três campos de treino naquele país». Segundo disse, tanto Holden Roberto como Chipenda consideravam Savimbi «um traidor», mas também ambos concordavam que não poderia ser menosprezado. Neto era «demasiado teimoso» e «demasiado controlado pelos soviéticos, via Brazzaville» e teria com Mário Soares uma ligação «de um socialismo difuso», embora daí não adviesse qualquer perigo porque «felizmente o MNE não teria qualquer papel na descolonização de Angola». O governante americano seguiu para a Tanzânia, onde Nyerere o alertou para o perigo de um conflito entre os três Movimentos angolanos poder potencialmente «conduzir à repetição do que ocorrera no Congo no início da década de 1960». Um cenário bastante plausível: a fuga em massa dos ex-colonos; a retirada das tropas europeias e a eclosão de um conflito generalizado pela disputa do Poder³⁰³.

Ódios libertados

Em Outubro, do norte e do leste de Angola eram diariamente reportados incidentes com vítimas mortais, actos de vingança sumária contra capatazes, gerentes ou outros ex-colonos. Os atentados contra a vida e os bens dos portugueses sucediam-se. Em Carmona (capital do Uíge), os residentes queixavam-se por os soldados da FNLA andarem aos tiros e aparecerem na cidade «fardados e armados de espingardas automáticas». Ao longo da estrada de Quissesse para o Songo avistavam-se «centenas de famílias de bailundos escorraçados das fazendas de café ocupadas pelos soldados do ELNA»³⁰⁴, que tinham ateado fogo a 15 fazendas. Um grupo não identificado desferira «um ataque contra madeireiros da zona, causando nove mortos que ficaram irreconhecíveis». E dias antes cinco indivíduos tinham incendiado os armazéns da fazenda Quifuane, também no Uíge³⁰⁵. Na área de Duque de Bragança (em Cacusó) duas fazendas tinham sido assaltadas por indivíduos que diziam ser do MPLA. As incursões dos bandos armados de catanas, de espingardas G-3 ou mesmo Kalashnikov visavam, muitas vezes, a vandalização e destruição das fontes de riqueza dos colonos. Durante a primeira quinzena tinham sido registados assaltos a duas fazendas, «com roubo e ferimento de gado à catanada» numa delas e «dispersão de gado e depredação de instalações» numa outra. Os saques tinham por finalidade afugentar os proprietários rurais que, em defesa própria ou para se vingarem, disparavam a matar. No dia 15 de Outubro, um grupo africano incendiou com petróleo dez toneladas de batatas³⁰⁶; de seguida, «um grupo de brancos da fazenda Carianga» dirigiu-se a uma sanzala da área, onde incendiou várias cubatas, matando vários africanos³⁰⁷.

No Cuanza Norte, mais de 30 indivíduos tinham saqueado o povoado de Capoto e outros 20 ameaçaram atacar a sanzala de Molungo, onde estavam instalados os funcionários da OPVDCA. Dois dias depois, 30 indivíduos espancaram o empregado europeu de uma fazenda e dois passageiros europeus morreram no ataque ao seu automóvel na estrada Quitexe-Caipemba. Um africano e um europeu tinham também sido abatidos num assalto por um bando armado. As barragens nas estradas e as entradas furtivas em residências habitadas (sempre com armas de fogo) eram ocorrências frequentes. Os

veículos em circulação eram interceptados por grupos armados que exigiam aos ocupantes dinheiro, cerveja e tabaco; outras vezes, pretendiam apenas roubar o que houvesse no interior das viaturas. E quando as patrulhas militares ou os agentes da PSPA os tentavam impedir eram recebidos a tiro, como acontecera em Cacuso. Em 22 de Outubro, parte da população africana de Bumba Andondo escorraçou os comerciantes de etnia branca. No dia seguinte, a Pecuária Santos Dinis foi saqueada por elementos armados. Comerciantes estabelecidos nas zonas mais longínquas dos centros urbanos, fazendeiros, camionistas, vigilantes das milícias civis e angolanos acusados de colaboracionismo eram alvos preferenciais dos agressores. Um ataque à fazenda Muria levou à debandada dos trabalhadores e a sanzala de Bango Azongo (onde dois comerciantes foram espancados) também tinha sido parcialmente saqueada e destruída por residentes de sanzalas vizinhas.

De Malange chegavam notícias de fazendas incendiadas, ataques a automobilistas e de uma mulher branca violada. Segundo Killoran, «um empregado que visitara uma fazenda na região» confirmara o ocorrido e o porta-voz do Comando português dissera-lhe «haver alguma consistência naquelas histórias». No distrito eram conhecidos alguns actos de barbárie: «*Numa pequena localidade, um grupo de negros forçaram todos os angolanos a sair da povoação e queimaram tudo, incluindo três comerciantes brancos. Os automóveis transportando brancos que circulavam na via rápida Luanda-Malange e na estrada de Malange até Duque de Bragança têm sido emboscados e os ocupantes mortos.*» «Como o Exército se queixa que não tem tropas», escrevia Killoran, um bando de brancos decidira fazer justiça pelas próprias mãos. «*Nos dias 26 e 27 de Outubro, brancos com uniformes do Exército entraram na cidade e mataram várias pessoas. Vestidos de camuflados, os civis entregaram-se à vingança, tendo os trabalhadores negros de Malange decretado uma greve geral. Em 28 de Outubro, em protesto contra os assassinatos.*»³⁰⁸

Em Luanda (onde residiam cerca de 500.000 pessoas), as ocorrências assumiam maior gravidade por envolverem armas de fogo automáticas. Para além dos rebentamentos fortuitos de granadas em plena rua ou nos areais, alguns militantes passeavam pela cidade com cintos de munições e espingarda ao ombro. As explosões poderiam deflagrar inadvertidamente por ignorância, descuido ou negligência do manuseador, ou serem intencionais. No primeiro dia de Outubro, o rebentamento de uma granada lançada para dentro de uma casa atingira gravemente um cidadão branco. No Rio Seco (junto à Cruz Verde e ao Cinema Tivoli) explosões de granada e morteiro tinham ferido quatro transeuntes³⁰⁹. Os automóveis (que a maioria dos africanos não possuía) eram alvejados, apedrejados, quando não incendiados à porta de casa ou do trabalho dos respectivos proprietários. Segundo o então coronel Rui Antunes Tomás, «os actos de banditismo, roubos, assaltos e tiroteios aumentavam o receio de circular nas proximidades dos muceques e estavam cada dia mais presentes na vida da cidade. Eu circulava na estrada de Catete e, quando chegava ali à zona do cemitério, pensava sempre quando é que ia ser alvejado a tiro. Porque à noite, as pessoas eram alvejadas»³¹⁰. O presidente da Junta estava a par dos ataques a que os brancos e os seus bens eram sujeitos, mas desvalorizava-os por considerar que se tratava de actos ocasionais e sem a gravidade que os visados diziam: «*Havia era muita barba.*»³¹¹ Ou seja, muita invenção. A expressão é inequívoca da pouca credibilidade que atribuía aos relatos que escutava. Para muitos portugueses de Angola, a frase emblemática do Almirante quando confrontado com «crimes mais do que evidentes», costumava ser que isso era «boato»³¹².

Para não causar alarmismo, a Imprensa não noticiava as atrocidades perpetradas nos bairros suburbanos que os relatórios militares registavam: pilhagens e tiroteios esporádicos eram constantes. Os moradores reagiam com hostilidade à presença das patrulhas, atacando-as quando efectuavam rusgas ou perseguiram um patrício tendo, muitas vezes, de disparar para o ar para os repelir³¹³. Os relatórios de situação³¹⁴ revelavam a enorme dificuldade em controlar os vários focos de perturbação: «*Assaltos e*

agressões em vários locais suburbanos: dia 13, na ilha do Cabo, um guarda da PSP, ao tentar aprisionar crianças que colocavam paus na estrada, foi rodeado por um grupo de civis africanos armados com faca. Puxou da pistola e causou um ferido. Foi desarmado e arrastado para o muceque onde foi espancado, ficando irreconhecível. Vítima e principal agressor foram conduzidos ao hospital, onde chegaram já mortos.»

Elementos de uma patrulha militar trajados à civil tinham sido assaltados e agredidos e um guarda-nocturno fora intencionalmente atropelado para lhe ser roubada a pistola. Pistolas, revólveres e caçadeiras estavam agora nas mãos dos populares, muitas delas roubadas aos agentes policiais³¹⁵. Nessa semana vários brancos foram assaltados e um taxista que se encontrava estacionado foi esfaqueado³¹⁶. Nas ocorrências menos graves (cada vez mais frequentes) incluíam-se os assaltos a locais de venda de tabaco e bebidas e o furto de viaturas que eram encontradas algumas horas depois totalmente danificadas. Centenas de trabalhadores africanos continuavam a manifestar «cansaço e desejo» de regressar às terras de origem; os que ficavam trancavam-se em casa, numa «atitude defensiva»³¹⁷.

Dentro do Comando de Luanda, a conflitualidade evidenciou-se com a invasão da Câmara Municipal e a subsequente destituição compulsiva de todos os vereadores. Os vários relatórios produzidos traduzem de forma clara a guerra intestina entre alguns comandantes e o presidente da Junta. Na versão da CCPA, pelas 17h00 do dia 16 de Outubro, «foi pedida a comparência de oficiais do EMGFA» na Câmara, por a sala de audiências ter sido «invadida por muitos populares» na sessão presidida nesse dia pelo tenente-coronel Abellard Martins, em substituição do camarada com a mesma patente, Albuquerque Ferreira, delegado das FAP junto da edilidade. No exterior estava «uma concentração numerosa» de pessoas, com «cartazes reivindicativos de melhores condições de vida para os muceques», exibindo algumas «pequenas bandeiras em papel do MPLA» ao peito. Convidados a entrar na sala, «fizeram-no ordeiramente, sentando-se no chão». Expuseram as suas reivindicações e entregaram um texto a exigir «a imediata demissão da vereação e a nomeação de uma comissão administrativa da confiança da população». Caso contrário, manteriam a Câmara ocupada. «*Depois de lida a moção foram gritados “vivas” e slogans do MPLA e cantado o hino deste Movimento. Tudo na melhor ordem e sem a mínima provocação ou violência.*»

«Foi proposto aos presentes que elegessem de imediato uma comissão» que fosse falar com o Almirante ao Palácio, «o que foi aceite e feito». A população manteve-se «na mais perfeita ordem, aguardando a Comissão» que, ao regressar, verificou que «a PSP e a PM tinham actuado, obrigando violentamente os presentes a abandonarem as instalações e continuando a utilizar da violência no exterior, o que foi relatado por muitos dos agredidos». A intervenção ocorrera «por terem sido recebidas notícias que indicavam estar hasteada no mastro a bandeira do MPLA» e por à porta «se encontrarem piquetes para ocupação da Câmara», justificara Altino de Magalhães, o que, contrapunha a CCPA, não tinha sido constatado «por nenhum dos oficiais presentes»³¹⁸.

No dia seguinte, o comandante do COPLAD coronel Correia Dinis relatou a sua versão dos factos: na véspera, cerca das 18h20, um grupo de africanos com alguns brancos «ocupara as instalações da CML colocando cartazes nas janelas e varandas». Uma testemunha (um «branco nascido na metrópole») vira um africano arrancar a bandeira nacional que estava içada na fachada e levá-la embrulhada num cartaz para fora do edifício, fugindo de seguida³¹⁹. Na noite de 17 de Outubro, o programa do MPLA na *Rádio Voz de Angola* considerava um momento histórico o seu hino ter sido cantado dentro da Câmara. Conseguira-se o que há muito queriam: «*Pôr aquela gente na rua. Esta última vereação, esta não, todas as vereações que conhecemos era isso mesmo que mereciam. O dedo apontado para o olho da rua. [...] Só gastavam as verbas da Câmara com a cidade do asfalto, ignorando completamente os*

*muceques. [...] Que sirva de lição aos outros que andam por aí e são restos de fascismo.»*³²⁰

No dia 18, o Comando-Chefe condenava o excesso de zelo da PSPA e o comportamento atentatório à liberdade de expressão dos civis. «*A actuação da PM e da PSP parece ter-se revestido de certa impetuosidade não aconselhável.*» Reconhecendo, contudo, que a iniciativa tinha nitidamente propósitos políticos: «*A filiação no MPLA, claramente patenteada pelos manifestantes leva a crer que o seu objectivo, embora identificando-se com uma reivindicação da população, é mais aparente que real.*»³²¹ Embora os manifestantes clamassem por melhores condições de vida para os munícipes nativos, o assalto à Câmara destinara-se a «vincar» as posições do MPLA depois do cessar-fogo da FNLA. O Quartel-General confirmava a existência de piquetes em frente da Câmara que eram revezados em cada quatro horas «por elementos dos bairros Golfe, Cazenga, Rangel, Sambizanga», tendo-se aí mantido até serem ratificadas as decisões da Junta. Pezarat Correia (que sugerira a comissão de manifestantes) tinha ido ao Palácio falar com o Almirante e regressado com a hora do encontro. Às 19h00, a comissão³²² reuniu com Rosa Coutinho que exarou o despacho de exoneração do executivo camarário: seria criada uma comissão militar provisória até ser nomeada uma outra comissão administrativa³²³. Descontente pela repreensão à actuação da Polícia Militar e da PSPA, o general Altino de Magalhães reiterava que estas forças estavam de parabéns: «*A manifestação teve um cariz bem vincado e, pode afirmar-se, único de exibição do MPLA. Tudo quanto se fez foi bem feito para a reprimir.*»

O General mandara redigir «um relatório da acção desenvolvida»: assumia ter ordenado que fosse «arreada a bandeira do MPLA (que se afirmava hasteada na CML) e disperso o piquete concentrado em frente do edifício conforme notícias recebidas»³²⁴. O Comando de Defesa de Luanda dizia ter sido informado, às 18h15 de dia 16, da ocupação da Câmara por elementos do MPLA, onde tinha sido içada a bandeira do Movimento, estando 50 pessoas no exterior. A PM deparou com os manifestantes, «a maioria brancos e alguns portadores de pequenas bandeiras de papel do MPLA» dentro do salão nobre. «*Foram avisados que deveriam abandonar o local em dois minutos.*» Depois do pedido feito ao microfone, em vez de saírem, sentaram-se no chão. O salão foi evacuado e montado um cordão de segurança no exterior para evitar reentradas. «*Os manifestantes concentrados no exterior gritavam às forças de segurança: “Assassinos, criminosos, fascistas, filhos da puta, canalhas e racistas.”*» Foi então que um tenente-coronel (Abellard Martins), «em termos bastante alterosos, disse: “Quero saber quem deu a ordem”», ordenando à PM que «desaparecesse imediatamente do local com toda a tropa». O comandante da PM, Moreira Dias, contou o sucedido ao comandante do COPLAD, que não sabia estar uma comissão reunida com Rosa Coutinho. Após a retirada das forças, os manifestantes entraram novamente na Câmara, tendo sido «as ordens de evacuação imediata ostensivamente ignoradas pelos presentes» e «um orador exortado a que continuassem no local, sem arredar pé». Os presentes sentaram-se no chão e insultaram a Polícia Militar³²⁵.

Não tinha sido «efectivamente comprovado que a bandeira do MPLA estivesse hasteada no mastro da Câmara», mas a das Quinas tinha sido «retirada e humilhada». Era também óbvio que a acção fora «preparada pelo MPLA e transformada em manifestação de carácter essencialmente político», o que, juntamente com a greve «nos serviços da Fazenda (Finanças) e no porto de Luanda, apontava para «uma “ofensiva” política do MPLA, intensificada desde o cessar-fogo da FNLA». O Comando acrescentava saber (por «notícia de origem reservada») que «o capitão Solano de Almeida, há cerca de dez dias, já havia referido que ia ser nomeado para a CML», o que indiciava que a CCPA já contava substituir a vereação luandense³²⁶.

No dia 23, o Comando-Chefe produziu outra pormenorizada descrição dos acontecimentos: militantes da facção Neto tinham realizado uma manifestação política na CML que se caracterizara pela «invasão

e ocupação das instalações camarárias, incluindo o salão nobre, por um grupo composto por homens, mulheres e crianças em grande número». Em dado momento, «Troufa Real apoderou-se do microfone e bradou: “Fora com a vereação. Abaixo os fascistas. Camaradas venham para aqui! Isto é nosso! O povo é quem manda! Viva o MPLA! Viva o Dr. Agostinho Neto!” Enquanto os manifestantes agitavam bandeiras do MPLA, retiravam da parede da sala uma moldura com a foto do general Spínola e colocavam no mesmo local a fotografia de Agostinho Neto»³²⁷.

Os vereadores presentes abandonaram imediatamente a sala e Abellard Martins «tentou serenar os ânimos, dizendo aos manifestantes que as suas reivindicações estavam já a ser apreciadas, mas foi fortemente vaiado por aqueles». Quando a Polícia actuou para os dispersar ouviram-se os seguintes comentários: «*Isto é só o princípio do que vai acontecer. Agora, é a nossa vez de fazer mulatos. Ter carros e morar na cidade.*» A manifestação tinha sido organizada por dois partidos próximos do MPLA – a FRESDA e o MDA. Os dois partidos tinham convocado para a véspera «um comício em frente ao Palácio de apoio ao MPLA» que cancelaram, marcando-o para o Largo da Câmara, dando-lhe «um carácter reivindicativo» de cariz social³²⁸. Dias depois, o major Pezarat Correia, o capitão-tenente Martins e Silva e o capitão Moreira Dias escolheram as novas vereações para as câmaras de Malange, Benguela e Luanda³²⁹. Quanto ao governo provisório, embora «o elenco técnico» tivesse ficado «concluído em 5 de Setembro» e sido empossado em 12 de Setembro, «a demora da FNLA e da UNITA em indicarem os nomes» fez que só começasse a funcionar em 21 de Outubro. Era composto por 15 elementos, três dos quais sem pelouros atribuídos (Fernando Falcão, António Augusto de Almeida e Teixeira da Silva) e por 12 secretários de Estado³³⁰.

Oficiais sob suspeita

O episódio da ocupação da Câmara aumentara a críspação entre os membros da Junta levando a Coordenadora dar mais credibilidade às suspeitas em torno do golpe planeado para 24 de Outubro de 1974 para destituir Rosa Coutinho: «o comunista fardado de Luanda» como era chamado num panfleto da FRA posto a circular³³¹. A CCPA sabia que os conspiradores tinham procurado apoio militar, mas só começou a ficar realmente apreensiva com a probabilidade de estarem «pretensamente envolvidos volumes de tropa com algum significado» quando «vários oficiais, independentes uns dos outros», mencionaram ter sido sondados «por um grupo de indivíduos». «*Era o comandante da unidade das autometralhadoras de Luanda; oficiais dos Comandos e ligados aos catangueses.*» Diziam terem sido contactados «para participar num golpe» previsto para breve, cujos organizadores asseguravam ter «a colaboração» de outros comandantes. As informações coincidiam na data e nas acções previstas, sendo transmitidas por oficiais que não se conheciam entre si. A preocupação com um eventual êxito do golpe aumentou quando a CCPA soube das diligências para «aliciarem os catangueses», uma tropa que continuava a deter uma «capacidade operacional importante»³³². Havia a indicação de estar a ser preparado o transporte dos catangueses das suas bases da Lunda e do Moxico para Luanda. Para Pezarat Correia, o contacto com o capitão Figueiredo foi o primeiro erro da FRA. O segundo, os contactos prévios com oficiais que contaram terem sido abordados. Como medida preventiva na noite de 23 para 24 de Outubro, em que o golpe estaria previsto, «entre as medidas que o MFA planeou para o fazer abortar contava-se a neutralização dos “oficiais comprometidos” e a sua recolha a instalações militares até à desarticulação da manobra golpista»³³³.

A operação relâmpago (destinada a erradicar a ameaça) previa a detenção dos oficiais portugueses suspeitos de conluio com os golpistas. O coronel piloto Alcino Roque foi «preso e metido nas instalações da Marinha. Outros oficiais, como Correia Dinis e Cerqueira Rocha, ficaram retidos no

Palácio do Governo»³³⁴. Para Rui Antunes Tomás, este foi um acontecimento difícil de «digerir» devido às suspeitas sobre o seu superior, o coronel Correia Dinis (falecido em 1995). Enquanto oficial de Infantaria coube-lhe ir buscar um oficial da sua unidade, o capitão Robles. *«Não o prendi, enganei-o. Disse-lhe: “Anda cá (era mais antigo do que ele), anda cá que precisam de ti, ali.”»*³³⁵ O desmantelamento do pretense golpe foi posto em marcha em menos de 24 horas: a CCPA reuniu com Rosa Coutinho e «alguns oficiais operacionais dos Comandos, Pará-quedaistas, etc.» e actuou nessa noite para poder surpreender os alegados golpistas. *«Decidiu-se que todos esses oficiais indicados como estando já aliciados tinham de ser neutralizados; tínhamos de ir a casa buscá-los e trazê-los para o Comando-Chefe, e de prender os cabecilhas que se apresentavam como tais, da FRA e da ESINA [Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola], etc.»*³³⁶ Conta Alves Ribeiro, então chefe da repartição de informações do COPLAD, que nessa noite foram detidos para averiguações «o major Pinho Bandeira, o major Sérgio Carvalhais, comandante da Casa da Reclusão em Luanda, e muitos outros». *«Foram “agarrados” por alferes milicianos médicos e do SAM à paisana e transportados em jipes pela Polícia Militar, para o Palácio do Governador» onde foram interrogados. «Depois, foram levados por Fuzileiros para o quartel da Marinha, na ilha de Luanda.»*³³⁷

Rui Antunes Tomás recorda a ordem de prisão dada por Rosa Coutinho para «reter ou prender alguns desses oficiais». Durante algumas horas, as altas patentes foram «chamadas ao presidente da Junta Governativa e as de escalão mais baixo tinham sido induzidas em erro ou presas para irem para determinado local». Acreditava ter-se tratado de «uma manobra deliberada para comprometer» e afastar quem tentava evitar que em Luanda «se instaurasse completamente a perturbação»³³⁸.

Quando começaram a interrogar os oficiais em separado verificaram ter «caído num logro total»: *«Os nomes de oficiais que já tinham aderido ao golpe eram perfeitamente fictícios, não havia adesões nenhumas.»* Perante a evidência de que se tratara de uma mera maquinação, «devolvemos os camaradas todos a casa e pedimos-lhes desculpa. A maior parte compreendeu», disse Pezarat Correia. Afinal, tinha havido «uma tentativa de golpe, mas era mais do que incipiente»³³⁹. No livro que publicou em 1991, refere que quase todos os visados «compreenderam a detenção temporária» motivada pelas suspeitas que, «após horas de interrogatório no Palácio do Governo, se revelaram infundadas». Com «uma significativa excepção». Um deles nunca lhe perdoou. «Por sinal, exactamente aquele que deixou mais dúvidas sobre o seu real comprometimento com a FRA»:³⁴⁰ Alcino Roque³⁴¹.

A Junta apanhara «os dois líderes dos grupos extremistas brancos (do PCDA e da FRA) e forçara outros a fugirem ou a esconderem-se, por acreditar que os brancos pretendiam levar a cabo um golpe, embora sem meios para que fosse bem-sucedido». Os dois líderes partidários (que tinham estado com Spínola em Lisboa no fim-de-semana anterior à sua resignação) regressaram «apressadamente a Angola» sem ter sido localizado o seu paradeiro. Tinha sido emitido um mandado de captura a António Ferronha e no início de Outubro tropas portuguesas invadiram as sedes do PCDA. A operação tinha sido espoletada pelo aparecimento de «uma lista com o nome de 200 militares» que pretensamente tinham aderido ao golpe. As armas seriam transportadas até Luanda por um cargueiro. Alguns dos implicados (como Rui Correia de Freitas) foram avisados por simpatizantes, militares e membros do governo e fugiram para a África do Sul ou refugiaram-se em parte incerta. O porta-voz do Comando admitira que muitos dos cabecilhas do golpe tinham escapado, mas se voltassem a tentar pô-lo em marcha iriam falhar porque os Movimentos armados já estavam a cooperar com a Junta para os impedir³⁴².

A contestação ao rumo que Rosa Coutinho estava a imprimir à descolonização de Angola não terminou em Outubro. No mês seguinte, em Serpa Pinto, o jornal clandestino *A Verdade* acusava a Junta

de fazer «o jogo do MPLA (de Neto)» e que «o aparente entendimento com os outros Movimentos» era uma «cortina de fumo» para o esconder. Num pequeno artigo de rodapé intitulado *Atenção Angolanos* pedia-se aos que não perfilhavam o ideário comunista que tivessem cuidado por alguns cidadãos já terem sido raptados «ao bom estilo da Gestapo». No final, em letras maiúsculas, exortava-se: «*Se já leu, passe a outro. A bem da Democracia*» Na periferia de Luanda, o panorama era praticamente o mesmo: continuavam os «actos criminosos praticados por bandoleiros» e não havia militares suficientes para os enfrentar³⁴³. Porque as deserções continuavam foi decretado um perdão geral para atrair os refractários às casernas. Na Imprensa foi feito o apelo à «apresentação imediata de todos os militares na situação de desertores em qualquer unidade, a fim de beneficiarem da amnistia concedida»³⁴⁴.

No encontro em Cangumbe, Savimbi reafirmara que a coexistência de três Movimentos era incompatível com a transferência imediata da soberania: o período de transição deveria ser «da ordem dos três a cinco anos». Segundo Silva Cardoso (que integrou a comitiva juntamente com Ferreira de Macedo, Altino de Magalhães, Pezarat Correia e José Emílio da Silva), o líder da UNITA sabia que «difícilmente» os outros dois Movimentos o «iriam aceitar». A parte portuguesa colocara «sérias reservas» por não se poder ir «muito mais além do já acordado para os outros territórios: um ano ou menos»³⁴⁵. Além disso, MPLA e FNLA tinham deixado bem claro na assinatura do cessar-fogo que apenas toleravam um prazo inferior a 12 meses até à independência.

Por terem decorrido 25 dias desde a última vez que estivera na Comissão Nacional de Descolonização, a reunião foi preenchida quase exclusivamente com a exposição de Rosa Coutinho. No encontro realizado «a 50 quilómetros do Luso» (Savimbi declinou ir a Luanda, por razões de segurança), o líder da UNITA aludira à intenção de Mobutu patrocinar «uma aliança da FNLA com a facção Chipenda e a UNITA, para isolar Neto». Sobre a formação de um exército angolano, respondeu ser utópico pensar que os Movimentos abdicariam dos seus homens antes da independência, pois temiam um recuo por parte de Lisboa e não confiavam uns nos outros. Só «uma visão europeia» sobre a realidade angolana explicaria que a Junta quisesse formar «um exército não político» durante o período de transição. Nenhum Movimento abdicaria das suas tropas (que sempre se combateram) para, de repente, se unirem fraternalmente num Exército único. Os soldados não cumpririam as ordens de um chefe que não fosse do seu partido. Para um exército desses ser minimamente eficaz, somente «sob controlo português até à data da independência»³⁴⁶.

O Almirante aproveitou para introduzir a questão da representatividade dos brancos de Angola: os angolanos não veriam «com bons olhos» que houvesse ministros que fossem também líderes partidários brancos pois poderiam ser tentados «a proclamar a independência unilateralmente». Seria aconselhável os partidos minoritários não integrarem o executivo. Se Costa Gomes consentisse, já tinha uma solução: um governo formado apenas por representantes dos três Movimentos e alguns portugueses indicados pela Metrópole – esquema que seria adoptado no Alvor. Rosa Coutinho «vendeu» a ideia ao Presidente: um executivo «chefiado pelo Alto-Comissário, mas sem outros partidos que não sejam os Movimentos». Desta forma Portugal bania do panorama político angolano os partidos criados em 1974³⁴⁷.

Cabinda para o MPLA

Em Belém foi também apresentada outra questão incómoda: os confrontos com a FLEC em Cabinda. Os três líderes angolanos concordavam que o enclave era parte integrante de Angola e queriam fixar-se no distrito, mas defrontavam-se com a resistência dos separatistas. «Do ponto de vista étnico e jurídico, Cabinda está separada de Angola, logo a ideia de independência ou autonomia é justa», referiu Costa Gomes. O Presidente defender a desanexação da «mina de ouro» do território, da qual nenhum

Movimento armado angolano queria abdicar, terá soado a muitos presentes como uma abominável «blasfémia». Nem Portugal na fase agonizante do período colonial nem os Movimentos depois do 25 de Abril a tinham admitido. Portugal equacionar o direito à autonomia de Cabinda seria um precedente demasiado perigoso. A seguir ao enclave outras regiões de Angola o reclamariam, num desfecho impossível de prever. Até porque, em Cangumbe, Savimbi dissera ser desejo dos cuanhamas – tribo pastora dos ovambos da Namíbia, designados em Angola como cuanhamas – «formarem um Estado ao sul ou ao norte do Cunene» tão justo quanto o dos cabindas. Era «um problema diferente», recuou o Presidente. Por essa ordem de ideias, todas as etnias do território se sentiriam impelidas a reclamar os seus ancestrais territórios e Angola seria desmembrada como uma carcaça animal. Melo Antunes pôs cobro ao debate: «*É necessário manter as fronteiras coloniais, custe o que custar.*»

Já decidida a exclusão dos brancos angolanos do governo e a não separação de Cabinda, Rosa Coutinho aludiu à possibilidade de uma revolta branca em Angola: o perigo já tinha sido «maior», mas existia «ainda de forma latente». «Qualquer incidente» poderia facilmente generalizar-se se não fossem tomadas precauções. Fora «obrigado a ordenar a interferência nas emissões do Rádio Clube de Moçambique e a cortar as notícias da Marconi» e, mesmo assim, tinham ocorrido «manifestações de solidariedade em Nova Lisboa» e «estavam outras preparadas». Era preciso ver que Santos e Castro e Costa e Campos tinham «andado a aliciar tropas em Angola». Costa Gomes reagiu: conviria «mandar apresentar esses oficiais»; se não o fizessem seriam «considerados refractários». Encorajado pela interjeição presidencial, o Almirante prosseguiu: em Angola, as «células da reacção» não estavam «inteiramente ligadas», mas era preciso estar vigilante, senão estaria «tudo perdido». Por isso, mandara «retirar oficiais de cargos importantes, em especial, os que tinham feito várias comissões em Angola» e estavam a ela ligados por «laços familiares»³⁴⁸. Sobre o encontro com Neto quase nada revelou. Faltava apenas «juntar os três à mesa das negociações», concluiu Costa Gomes.

Em Cabinda estava prestes a rebentar o primeiro confronto entre o MPLA e a FLEC. Depois do 25 de Abril, o governador de Cabinda, João António Pinheiro foi substituído pelo brigadeiro Themudo Barata. O líder da FLEC N’Zita era um dos presos políticos libertados em Maio e abrira uma dependência em Cabinda. O MPLA apenas dominava a região do Maiombe. Em Agosto, num comício da FLEC, no Estádio Municipal foi dito que todos os portugueses teriam lugar numa Cabinda independente e o governador até poderia ajudar na formação do futuro exército nacional. Em «marcha ordeira», os manifestantes dirigiram-se ao Palácio, onde Themudo Barata prometeu colaborar com os activistas «dentro dos condicionalismos impostos pelas suas obrigações»³⁴⁹. N’Zita julgou ter “carta-branca” das autoridades locais e «começou a formar um exército. As Tropas Especiais, embora ainda dependentes das FAP, integravam-no». Em resposta, os angolanos de Cabinda do MPLA manifestaram-se pelo integralismo territorial de Angola: «*Encontravam-se apenas a 120 quilómetros de distância e se decidissem fazer uma incursão até à cidade, haveria problemas.*» Foi o que fizeram nos dias 29 e 30 de Agosto quando entraram em Cabinda 199 elementos do MPLA para «conquistar a parte nordeste de Cabinda e nela instalar no interior o seu Estado-Maior»³⁵⁰. Em 2 de Setembro, «a FLEC apelou à população para não os deixar entrar: estabeleceu postos de controlo nas entradas da cidade e as TE saíram arbitrariamente dos quartéis, percorrendo as ruas da cidade» em jipes, que N’Zita dizia terem sido oferecidos por Mobutu. Duas semanas depois, na reunião com Easum, Mobutu defendeu que a desanexação «seria a solução lógica». O Ruanda e o Burundi também se tinham tornado «países autónomos» com o fim do império belga: eram dois «maus exemplos» pois tinham incentivado a guerrilha secessionista no Catanga. Para Easum, Mobutu referiu-se-lhes «como dois precedentes relevantes»: se estes dois países se tornaram independentes com a saída dos belgas, era legítimo que o mesmo sucedesse a Cabinda, com a partida dos portugueses. Apesar de «só existirem cerca de 85.000

cabindas no enclave», a sua reduzida dimensão geográfica e populacional não deveria constituir impedimento à autodeterminação pois existiam muitos outros microestados em várias partes do mundo: as Seychelles, o Luxemburgo, o Mónaco, etc.³⁵¹

No final de Outubro, as FAPLA sitiaram a cidade perante a resistência oferecida pela FLEC. No dia 31, civis e Tropas Especiais da FLEC manifestaram-se em protesto contra «a eventual concessão de maiores facilidades ao MPLA». No dia seguinte foram montadas barricadas, o aeroporto foi ocupado e ocorreram confrontos.³⁵² Colocado em Cabinda em Outubro de 1973, Manuel Figueiras recordou que um ano depois coube à sua Companhia «receber todo o pessoal do MPLA que, por determinação de Luanda, passou a bivacar no Dinge e a receber inclusive alimentação do nosso rancho». Por ter travado amizade com soldados do MPLA passou a saber o que fazia N'Dozi, comandante dos quase 200 angolanos que lá estavam. Quando em finais de Outubro constou que N'Dozi ia a Luanda, disse ao governador que «algo estranho parecia preparar-se». O comandante das FAPLA poderia ir buscar armas ou mais homens; Themudo Barata ordenou que dois grupos de combate avançassem para a cidade de Cabinda. No dia 29 de Outubro soube que a FLEC estava a ser atacada por «uma coluna mista de militares portugueses e guerrilheiros do MPLA comandados por capitães do Batalhão do Dinge»³⁵³. Segundo o director da Gulf Oil, nos confrontos da noite de 31 de Outubro tinham rebentado «granadas e morteiros». «Na manhã seguinte, os manifestantes cujo número atingia já algumas centenas, bloquearam as principais entradas da cidade, revistaram automóveis em busca de armas e impediram os negros de entrarem ou saírem da cidade, o que teve o efeito de uma greve geral.»³⁵⁴

Oficiais e subalternos da guarnição militar de Belize tinham-se sublevado contra o Comando por «facilitar a actividade política da FLEC». Uma companhia de infantaria das FAPLA e outra de artilharia tinham ocupado a PSP e os acessos ao Congo³⁵⁵. «Em 2 de Novembro, uma força do MPLA em colaboração com efectivos do Exército (metropolitanos) ocupou as posições-chave. O governador e comandante militar e alguns oficiais superiores ficaram detidos.»³⁵⁶ O Comando do Sector Militar foi assumido pelo tenente-coronel Oliveira, comandante do Batalhão do Belize, enquanto o capitão Castro informava que o Estado-Maior e o brigadeiro Themudo Barata tinham sido depositos «do Comando, por vontade dos sublevados»³⁵⁷. Foi quando o capitão Maneta «colocou todas as viaturas da Companhia da Intendência à disposição dos civis que pretendessem deslocar-se para as áreas libertadas do MPLA».

Luanda foi contactada «através dos meios da capitania do porto de Cabinda, por todas as comunicações rádio militares terem sido cortadas». Foram pedidos «meios aéreos para evacuar de Cabinda todos os oficiais detidos e seus familiares, já que a situação se apresentava explosiva». Todos os oficiais portugueses, incluindo o governador, estavam «sob ameaça de elementos armados do MPLA»³⁵⁸. Como Rosa Coutinho corroborou: «Houve a tomada do Poder em Cabinda por elementos das FAP, aliados ao MPLA, destituindo e fazendo prisioneiro o governador e o capitão do porto.»³⁵⁹ Segundo outro relato, «uma companhia do Exército português e um grupo do MPLA foram de Maiombe a Cabinda dispostos a semearem a confusão. Tomaram o Comando do Sector Militar de assalto»; o governador foi «maltratado e preso por um furriel». «O comandante dos serviços da Marinha foi preso por dois elementos do MPLA» que cortaram «as comunicações com o exterior» e ocuparam os correios enquanto a sede da FLEC era «assaltada, a mobília partida e colocada na rua»³⁶⁰.

Rosa Coutinho dirigiu-se ao Comando Naval para contactar com Cabinda: os revoltosos «só aceitavam negociar com o presidente da República». Silva Cardoso, Pezarat Correia e Soares Rodrigues seguiriam para o enclave, onde as reuniões se prolongaram durante a tarde e a noite até Pezarat Correia os convencer que «não havia condições para continuarem no comando»³⁶¹. Requisitado um avião Nord Atlas, os três regressaram nessa noite a Luanda. A operação fora «planeada e accionada pelo MPLA, queterá conseguido aliciar as Nossas Tropas (dos escalões inferiores até ao nível de

capitão) pela exploração de algumas motivações»³⁶². Como castigo, Rosa Coutinho destituiu todos os sequestrados, incluindo o governador e o coronel Lopes Alves foi nomeado provisoriamente para o cargo: «*Aos que tinham chegado presos a Luanda, recambiei-os para Lisboa. O Themudo Barata nunca mais me perdoou, nem os outros. Não havia solução. Não tinham sabido controlar a tropa que tinham debaixo das suas ordens e não tinham cumprido sequer as instruções que lhes dei.*»³⁶³

Com «uma população de cerca de 120.000 habitantes e uma produção diária de 200.000 barris de petróleo», Cabinda era cobiçada por todos os Movimentos. No dia 10 de Novembro, a FLEC ripostou atacando, a partir do Congo, o posto fronteiriço do Morro de Sala Benge, um aquartelamento do Exército português de Massabi, no Norte de Cabinda. No assalto ao posto foram mortos dois militares e feitos alguns reféns³⁶⁴. «*Um grupo de combate de cerca de 30 Tropas Especiais tomou, no dia 11, em Massabi, o morro onde se encontram os canhões SRC das Nossas Tropas, tendo feito (para manter posições), 39 reféns entre comerciantes, autoridades policiais e militares. Segundo informações locais, as forças militares terão sofrido ainda dois mortos e quatro feridos, dois dos quais graves.*»³⁶⁵

As tropas portuguesas tomaram posições, mas estavam «impossibilitadas de contra-atacar», por «os rebeldes se escudarem com os reféns e devido à posição mais baixa do seu quartel em relação ao morro». Rosa Coutinho ordenou a recuperação de Massabi pelo 2.º comandante militar, mas, «ao fim de três dias, o problema não estava resolvido por não terem conseguido 2.000 homens para atacar o posto. De maneira que fui eu próprio a Cabinda»³⁶⁶. Levando Vasco Lourenço que estava nessa ocasião em Angola³⁶⁷. Por ter sido chamado de urgência a Luanda, o Almirante não assistiu à reconquista do posto, recuperado sem os reféns que foram levados para o Congo³⁶⁸. Uma semana depois eclodiram novos confrontos e as FAP começaram a retirar de Cabinda, cujos aquartelamentos foram ocupados pelas FAPLA. «*Tinha sido destacado um batalhão para cada uma das cidades de Dinge, Buco-Zau e Belize no Norte de Cabinda, que estão agora também ocupadas pelo MPLA. O Alto Comando decidiu reduzir a guarnição a uma companhia cada, deixando apenas um batalhão no Norte, e deslocou os outros dois para a área de influência da FLEC no Noroeste e Sul de Cabinda.*»³⁶⁹

²³⁴ Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 14.

²³⁵ Mário Soares (1976), *Portugal, Que Revolução?* Lisboa, Perspectivas e Realidades, p. 38.

²³⁶ Mário Soares (1975), *Democratização e Descolonização. Dez Meses no Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 150-151.

²³⁷ Mário Soares (1976), *Portugal, Que Revolução?* Lisboa, Perspectivas e Realidades, p. 42.

²³⁸ Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 28-29.

²³⁹ Maria Manuela Cruzeiro (1998), *Costa Gomes, o Último Marechal*, Lisboa Editorial Notícias, p. 191

²⁴⁰ Francisco Costa Gomes (1976), *Discursos Políticos*, Lisboa, Ministério da Comunicação Social, p. 14

²⁴¹ «Lisbon, 4425, October 15, 1974. Confidential.»

²⁴² Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá (2008) *Carlucci versus Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*, 2.ª edição, Alfragide, Dom Quixote, p. 92.

²⁴³ Francisco Costa Gomes (1976), *Discursos Políticos*, Lisboa, Ministério da Comunicação Social, p.28

²⁴⁴ Memoranda of Conversations, 1973-1977. Box 6. Biography of Costa Gomes. October 10, 1974, p.2-4 e 6. <http://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1552735.pdf>

²⁴⁵ Primeiro e único Comando Supremo das Forças Aliadas da NATO nos EUA, criado em 1953 no Estado da Virgínia.

[246](#) Memoranda of Conversations, 1973-1977. Box 6. Biography of Costa Gomes. October 10, 1974, p. 4, <http://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1552735.pdf>

[247](#) Maria Manuela Cruzeiro (1998), *Costa Gomes, o Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 225.

[248](#) Witney Schneidman, *ibidem*, pp. 213-214.

[249](#) «New York, 3608, October, 2, 1974.»

[250](#) Almeida Santos (1998), *Por favor, Preocupem-se*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 397.

[251](#) Maria João Avillez (1994), *ibidem*, p. 18.

[252](#) Luís Ferreira da Cunha. *Idem*, pp. 78-79.

[253](#) João Paulo Guerra, *ibidem*, p. 136.

[254](#) Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida, 30 de Agosto de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 3-34.

[255](#) Entrevista a Rosa Coutinho, Junho de 1988. *Washington Times*, July 15, 1988. Hoover Institution Archives of Stanford University. «Interviews and Sources for Guerrilla Prince, 1984-1989.» Register of the Georgie Anne Geyer Papers, 1944-1996. Collection 91037. Folder 47, p. 3.

[256](#) «Luanda, 834, September, 30, 1974. Confidential.»

[257](#) *Idem*.

[258](#) ??????

[259](#) «Luanda, 834, September, 30, 1974. Confidential.»

[260](#) «Luanda, 862, October, 4, 1974. Confidential.»

[261](#) «Luanda, 871, October, 9, 1974.»

[262](#) Luanda, 871, October, 9, 1974.»

[263](#) AHM.F.43.S.1.C.838.P.15. 8 de Outubro de 1974. Sector de Comando da Huíla.

[264](#) ADN.SIPFA.C.5932. *Diário de Notícias*, 16 de Outubro de 1974, p.11.

[265](#) *Idem*. *A Capital*, 8 de Outubro de 1974, p. 4.

[266](#) Luanda, 887, October,16, 1974. Confidencial.»

[267](#) ADN.SIPFA.C.5932. *Diário de Notícias*, 16 de Outubro de 1974, p. 3.

[268](#) «*Dar-es-Salam*, 3366, October, 3, 1974.»

[269](#) Josep Sánchez Cervelló (1993), *A Revolução Portuguesa e a Sua nfluência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio e Alvim, pp. 271-272.

[270](#) «Kinshasa, 8517, October, 8, 1974. Confidential.»

[271](#) Iko Carreira (1996), *ibidem*, p. 167.

[272](#) *Idem*, *ibidem*, p. 162.

[273](#) Entrevista a Rosa Coutinho, Junho de 1988. *Washington Times*, July 15, 1988. Hoover Institution Archives of Stanford University. *Interviews and Sources for Guerrilla Prince, 1984-1989*. Register of the Georgie Anne Geyer Papers, 1944-1996. Collection 91037.Folder 47, p. 4.

[274](#) «Luanda, 875, October, 11, 1974. Confidential.»

[275](#) A delegação portuguesa foi chefiada pelo vice-chefe do Estado-Maior do Exército, general Fontes Pereira de Melo, pelo tenente-coronel Firmino Miguel em representação do presidente da República; Fernando Reino do MNE e os representantes de Luanda: o comandante naval Leonel Cardoso, o tenente-coronel Gonçalves Ribeiro e o membro da CCPA, o major Manuel Duarte Cabarrão.

[276](#) «Luanda, 877, October, 11, 1974. Confidential.»

[277](#) «Kinshasa, 8635, October, 12, 1974.»

[278](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.4. Visita a Kinshasa. 14 de Outubro de 1974, pp. 3-4.

[279](#) Neste encontro estiveram Holden Roberto; Johnny Eduardo (Assuntos Externos); Ngola Kabangu (Interior); Samuel Abrigada (Saúde); Henrique Vaal Neto (Informação), o comandante da Zona Um, Marques Barroso, Miguel João Baptista, secretário-geral dos sindicatos e Manuel Miranda, adjunto das Informações, pela FNLA.

[280](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.4. Visita a Kinshasa, 14 de Outubro de 1974. Anexo, pp. 1-3.

[281](#) *Idem*, p. 6.

[282](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.5. Protocolo cessar-fogo com a FNLA. 14 de Outubro de 1974, pp. 1-2.

[283](#) *Idem*, *ibidem*, pp. 2, 3 e 6.

[284](#) Daniel Chipenda fez-se acompanhar pelo seu MNE, Luís de Azevedo, e dois conselheiros: Justino Combute e Justino Frederik.

[285](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.4. Visita a Kinshasa. 14 de Outubro de 1974, pp. 7-8.

[286](#) Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, p. 151.

[287](#) Rosa Coutinho, *idem*, 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 132.

[288](#) Almeida Santos (2006), *Quase Memórias*, 1.^a edição, 2.^o vol., Cruz Quebrada: Casa das Letras, p. 155.

[289](#) Rosa Coutinho. Entrevista ao *DN*, em 27 de Fevereiro de 2000, p. 16.

[290](#) Almeida Santos (2006), *ibidem*, p. 155.

[291](#) Rosa Coutinho. Entrevista ao *DN*, em 27 de Fevereiro de 2000, p. 16.

[292](#) «Luanda, 885, October, 16, 1974.»

[293](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. Confidential. 14 de Outubro de 1974, pp. 1-3.

[294](#) *Idem*, pp. 3-4.

[295](#) «Luanda, 903, October, 21, 1974. Confidential.»

[296](#) «Luanda, 893, October, 18, 1974. Confidential.»

[297](#) Iko Carreira (1996), *ibidem*, pp. 167-168.

[298](#) «Luanda, 914, October, 23, 1974.»

[299](#) «Luanda, 908, October, 22, 1974. Confidential.»

[300](#) «Luanda, 916, October, 23, 1974. Confidential.»

[301](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Actas da Comissão Nacional de Descolonização, 23 de Outubro de 1974, pp. 3-4.

[302](#) «Kinshasa, 8971, October, 24, 1974. Confidential.»

- [303](#) «Dar-es-Salam, 3548, October, 24, 1974. Confidential.»
- [304](#) Marques Rocha, *ibidem*, pp. 168-169 e 178.
- [305](#) ADN.F.3.S.19.C40.P.16. 3 e 4 de Outubro de 1974.
- [306](#) *Idem*. 27 de Outubro de 1974.
- [307](#) ADN.F.3.S.19.C40.P.16. 28 de Outubro de 1974.
- [308](#) «Luanda, 935, October, 31, 1974.»
- [309](#) ADN.F.3.S.19.C40.P.16. De 3 a 30 Outubro de 1974.
- [310](#) Rui Antunes Tomás nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS. AHS. FDP, p. 90.
- [311](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 119.
- [312](#) Vladimiro Sousa (1976), *Angola. A Guerra e o Crime*, s. l. Editorial Formação, p. 73. O autor era jornalista da secção de Cabinda de *Província de Angola*.
- [313](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16, 4 de Outubro de 1974.
- [314](#) Os relatórios de situação recebem a designação anglófona de SITREPS (Situation Reports).
- [315](#) AHM.F.43.S.1.C.838.P.15. Quartel-General de Luanda. Relatório de incidentes, 18 de Outubro de 1974.
- [316](#) AHM.F.43.S.19.C40.P.16. De 15 a 17 de Outubro de 1974.
- [317](#) *Idem*. De 22 a 28 de Outubro de 1974.
- [318](#) AHM.F.43.S.1.C.838.P.15. Relatório de Ocorrência na CML. 17 de Outubro de 1974.
- [319](#) *Idem*. Comando Operacional Sector de Luanda (). Coronel Dinis. 17 de Outubro de 1974.
- [320](#) AHM.F.43.S.1.C.838.P.15. Programa MPLA. Rádio Voz de Angola, 17 de Outubro de 1974, 21h00.
- [321](#) *Idem*. Parecer do Quartel-General, 18 de de Outubro de 1974.
- [322](#) A Comissão era composta por Bartolomeu Borges, Fortes, Hermínio Escórcio, Francisco Antas, David Eça Queirós, Troufa Real, António Cardoso e Hendrix.
- [323](#) *Idem*. Parecer do Quartel-General, 18 de Outubro de 1974.
- [324](#) *Idem*. Despacho de Altino Magalhães, 19 de Outubro de 1974.
- [325](#) AHM.F.43.S.1.C.838.P.15. Relatório do COPLAD. Coronel Correia Dinis, 22 de Outubro 1974, pp. 1-5.
- [326](#) *Idem*, pp. 5-7.
- [327](#) *Idem*. Relatório do CCFAA n.º 72/74. 23 de Outubro de 1974, p. 2.
- [328](#) AHM.F.43.S.1.C.838.P.15. Relatório do CCFAA n.º 72/74. 23 de Outubro de 1974, pp. 2-3.
- [329](#) Pezarat Correia, *ibidem*, p. 91.
- [330](#) *Idem, ibidem*, pp. 90-91. Os secretários de Estado com pelouro eram: Correia Jesuíno (Comunicação Social); Gonçalves Ribeiro (Administração Interna); Fonseca de Almeida (Trabalho); Morgado Cândido (Planeamento e Finanças); Alberto Ramalheira (subsecretário de Estado do Orçamento); José Campelo de Sousa (Economia); Farinhas Ribeiro (Justiça); Albino Cunha (Transportes e Comunicações); Marques Pinto (Educação e Cultura); Urbano Fresta (Bem-Estar Social); Manuel Resende (Obras Públicas e Urbanismo) e Peres do Amaral (Agricultura).

- [331](#) ADN.F.3.S.19.C.40. Comunicado da FRA: *Povo de Angola*.
- [332](#) Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, pp. 97-98.
- [333](#) Pezarat Correia, *ibidem*, p. 109.
- [334](#) Alcino Roque, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 199.
- [335](#) Rui Antunes Tomás nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, pp. 96-97.
- [336](#) Pezarat Correia. *Idem*. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, p. 98.
- [337](#) Alves Ribeiro, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 287.
- [338](#) Rui Antunes Tomás nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, pp. 96-97.
- [339](#) Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida, *idem*, p. 98.
- [340](#) Pezarat Correia, *ibidem*, p. 110.
- [341](#) Entrevista a Pezarat Correia. Queluz, 31 de Outubro de 2012.
- [342](#) «Luanda, 931, October, 29, 1974. Confidential.»
- [343](#) ADN.SIPFA.C.5932. *Diário de Notícias*, 24 de Outubro, p. 10.
- [344](#) *Diário de Luanda*, 28 de Outubro de 1974, p. 7. Amnistia decretada pelo Decreto-Lei n.º 532/74 de 9 de Outubro, publicado no Boletim Oficial de Angola.
- [345](#) Silva Cardoso, *Angola, Anatomia de Uma Tragédia*, pp. 396-398.
- [346](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Actas da Comissão Nacional de Descolonização, 28 de Outubro 1974, pp. 1-4.
- [347](#) *Idem*, pp. 4-5.
- [348](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Actas da Comissão Nacional de Descolonização, 28 de Outubro de 1974, pp. 5-6.
- [349](#) Vlademiro Sousa, *ibidem*, pp. 24-25.
- [350](#) AHM.F.43.S.19.C.40.P.16.SITREPS. 2 de Setembro de 1974.
- [351](#) «Kinshasa, 8964, October 24 1974. Confidential.»
- [352](#) ADN.F.3.S12.C.27. Relatórios diários, 5 e 6 de Novembro, p. 5.
- [353](#) Manuel Figueiras, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, pp. 282.
- [354](#) «Luanda, 936, October, 31, 1974. Confidential.»
- [355](#) Marques Rocha, *ibidem*, p. 245.
- [356](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Relatórios diários. 5-6 de Novembro de 1974, p. 5.
- [357](#) Marques Rocha, *ibidem*, p. 246.
- [358](#) Manuel Figueiras, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, pp. 282-283.
- [359](#) Rosa Coutinho em Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 108.
- [360](#) Vlademiro Sousa, *ibidem*, p. 27.
- [361](#) Silva Cardoso em Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 115, 117.

[362](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Relatórios diários, 5 e 6 de Novembro, p. 5.

[363](#) Rosa Coutinho em Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 128.

[364](#) Pedro Pezarat Correia, *ibidem*, p. 115.

[365](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.^a Repartição do EME. Proc.7, pp. 6-7.

[366](#) Rosa Coutinho em Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 129.

[367](#) Pedro Pezarat Correia, *ibidem*, p. 115. A delegação do Conselho de Estado era constituída pelo capitão Vasco Lourenço, o major Neves Rosa, o primeiro tenente Duarte Lima e o capitão Pinto Geada e chegara a Luanda no dia 12.

[368](#) Rosa Coutinho em Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 130.

[369](#) «Luanda, 1063, December, 6, 1974.»

3. ENTRE INIMIGOS

Cavalos de Tróia em Luanda

Assinados os acordos de cessar-fogo, os Movimentos armados tinham permissão para se fixar na capital. A delegação da FNLA, constituída por oito elementos e cerca de 80 convidados foi a primeira a aterrar em Luanda, em 30 de Outubro³⁷⁰. Sem escolta policial, simpatizantes e filiados desfilaram do aeroporto até ao Hotel onde a comitiva ficou provisoriamente alojada³⁷¹. A instalação em qualquer parte do território era uma prerrogativa comum aos protocolos assinados com todos os Movimentos³⁷², mas uma outra autorização foi revelada pelo próprio almirante Rosa Coutinho. «*E autorizei mais: cada um, para se sentir em segurança, se fizesse acompanhar por uma delegação, uma força militar que não poderia exceder 600 homens, o que já era bastante.*»³⁷³ Cada Movimento poderia ter 600 militares armados em Luanda para não ficarem «indefesos perante a população». A ideia tinha sido sua «depois de os Movimentos considerarem que não podiam ter condições de segurança em Luanda». Tinha sido uma decisão «consensual» na Junta? A pergunta impunha-se por parecer difícil que os comandos de Luanda (que tinham de lidar diariamente com tiroteios nos subúrbios) concordassem com a entrada de mais 1.800 homens armados nesses bairros já tão problemáticos. «Da minha parte, foi», respondeu. Para Pezarat Correia, a decisão não pode ser contestada: Tinha sido «acordado que, para irem para Luanda, [deveriam] prover a sua própria segurança. [...] Eles eram Movimentos armados, não eram partidos políticos!»³⁷⁴

O presidente da Junta teve «inclusivamente de mandar para trás um avião com mais de 300 [homens] armados por Mobutu por excederem os 600 que tinha autorizado»³⁷⁵. Foi o terceiro avião a chegar. Foram colocados «bidões na pista para impedir a aterragem». Tinha sido «a primeira tentativa de ocupação de Luanda» pelo ELNA, considerava³⁷⁶. As delegações partidárias passaram a ser instalações armadas, como cavalos de Tróia em Luanda. Se os incidentes já eram graves e constantes fora do asfalto, a entrada de quase 2.000 militares na cidade só poderia piorar a situação. A presença dos braços armados foi um facto consumado, como referiu o coronel Jorge Serro: «*Como não havia grandes orientações superiores nesse sentido, chegámos a determinada altura, em que ocorreram conflitos entre as delegações, estavam bem armadas – e algumas encontravam-se à vista uma das outras, como por exemplo, em Vila Alice [do MPLA] e na Estrada do Catete [da FNLA] –, que nos sentimos impotentes para intervir.*»³⁷⁷

Em Luanda, ainda antes da entrada das delegações, os desacetos sucediam-se: um grupo de africanos agredira e matara mais um taxista depois de aceitar um serviço para o Bairro Popular³⁷⁸. Os outros motoristas reuniram-se em grupos e voltaram a percorrer «algumas artérias da cidade, buzinando insistentemente em sinal de protesto» pelo assassinato do camarada de profissão³⁷⁹. A criminalidade violenta estava a aumentar: durante um roubo, um grupo de africanos maltratara «mãe e filha» de 14 anos. Estavam ambas despidas quando as tropas portuguesas (que foram «recebidas a tiro») chegaram ao local³⁸⁰. O consulado americano tinha conhecimento que «pilhagens, ataques a brancos e os roubos em barreiras nas estradas tinham aumentado nalgumas áreas rurais, embora não a uma escala suficiente para proibir a circulação nas estradas, excepto na via entre Duque de Bragança e Malange».

As zonas mais afectadas eram os arredores de Carmona, na área entre Dalatando (Salazar) e Zenza e na via rápida entre Luanda e o Dondo: «*Algumas fazendas de proprietários brancos têm sido incendiadas na área de Malange, e outros fazendeiros fugiram com o medo de mais ataques. A tentativa de um oficial negro do Exército português e de dois negros não graduados em serenarem os ânimos saiu aparentemente gorada: os três abandonaram a zona depois de ameaçados por aqueles que tinham ido tentar pacificar.*»³⁸¹ No dia 1 de Novembro, um alferes miliciano e dois furriéis negros da Comissão de Acção Psicológica da 5.^a Repartição (congénere da 5.^a Divisão em Portugal) realizaram, em Duque de Bragança, uma sessão de esclarecimento a que assistiram «cerca de 10.000 elementos da população armados com catanas e paus». No final, a multidão entrou na Vila onde «saqueou e destruiu casas»³⁸². Alguns membros do MPLA tinham incitado os populares a tomarem o que lhes pertencia: de catana em punho cercaram a vila, exigindo que os brancos fossem desarmados; quando a tropa regular interveio já muitas residências tinham sido assaltadas. Dias depois, chegaram 50 pára-quedistas, mas «os elementos subversivos» não foram capturados.

Em Luanda, depois do tiroteio no Cazenga, os incidentes continuaram na cintura suburbana. Um deles por causa do hastear da bandeira do MPLA na Direcção dos Serviços de Saúde. Já era prática frequente. Os soldados das FAP continuavam a morrer não nos matagais, mas na capital. Em 7 de Novembro, no Rangel, onde «as habituais rajadas de metralhadora» soaram³⁸³, na intervenção da patrulha morreu mais um soldado português: «*Quando os militares se dirigiam ao Bairro Rangel para recolher o corpo de um civil branco que fora espancado até à morte, um avultado grupo de amotinados servindo-se de pistolas-metralhadoras, granadas e explosivos de plástico reagiu contra os militares.*»³⁸⁴ O confronto (que causara «um avultado número de baixas») foi atribuído pelo MPLA «a obra de bandidos». «Um tiro de origem não identificada» ferira «um soldado branco junto à estrada da Brigada» e uma «rajada de metralhadora» matara outro. Outros dois tinham sido esfaqueados na área dos quartéis³⁸⁵.

O «terrorismo urbano» começara. As forças de segurança interromperam «o trânsito na Avenida do Brasil a caminho do Hospital de São Paulo, o que não evitou que numerosos automóveis fossem apedrejados e pessoas agredidas naquela populosa e movimentada zona citadina»³⁸⁶. Como os Movimentos eram esperados na capital e tinha sido convocada uma greve dos camionistas, verificou-se uma «corrida» ao comércio alimentar³⁸⁷. As greves tinham afectado a rede de distribuição, reflectindo-se no «aumento da escassez de alimentos, particularmente de leite, cerveja, carne, açúcar e fruta». O armazém *Carneiros* tinha sido assaltado. No Prenda (que confinava com o Corimba) e no Silva Tavares também tinham sido ouvidos tiros. Os confrontos das noites de 5 a 7 de Novembro (nos subúrbios e junto ao asfalto) foram officiosamente reportados ao consulado americano. «*Na primeira noite, o Exército disparou sobre um dos bairros durante vários minutos, em resposta ao fogo de que estava a ser alvo por armas automáticas. Na tarde seguinte, um branco foi morto à catanada e o Exército levou várias horas até conseguir recolher o corpo e toda a noite para repor a ordem.*»³⁸⁸

As solicitações foram em tal número que o Exército difundiu vários apelos na rádio, pedindo aos militares em férias ou de folga para se apresentarem nos respectivos postos e dois correspondentes tinham dito a Porter que estava prestes a rebentar uma guerra: «*A FNLA e o MPLA têm infiltrado consideráveis quantidades de armas e de homens em Luanda e é possível a eclosão de um confronto violento nos dias 9 ou 10. Um deles duvidava que o Exército português conseguisse controlar a situação porque a maioria dos jovens oficiais e dos milicianos dizia querer “estar em Lisboa pelo Natal”.*»³⁸⁹ A delegação do MPLA desembarcou na manhã de 8 de Novembro, dia de apelo à greve geral, para o povo poder ir esperá-la. No aeroporto encontravam-se dezenas de milhares de pessoas³⁹⁰. Todos os locais com vista para a pista de aterragem (balcões, terraços, torre de controlo e postos de

projectores) estavam pejados de «autênticos cachos humanos». Apesar do cordão de segurança montado pelos soldados, a pista foi «invadida por milhares de pessoas que correram para junto do avião». Sobrevoando o aeroporto em «dois pequenos aviões e um helicóptero», alguns membros da Junta acompanharam o desembarque da comitiva que foi encaminhada para a sala VIP³⁹¹. A sede foi inaugurada no dia seguinte «com enorme entusiasmo»³⁹². Chefiada por Wilson dos Santos, a delegação da UNITA chegou dois dias depois, domingo (10 de Novembro), sendo esperada por milhares de pessoas, incluindo «uma elevada percentagem de brancos»³⁹³. A festa começara na véspera «com largas dezenas de automóveis que percorreram a cidade durante toda a noite, precedidos de outras tantas motorizadas, buzinando insistentemente, soletrando com os sons da buzina a palavra U-NI-TA». Quando o avião proveniente do Luso parou na pista, uma mancha humana rodeou o aparelho por todos os lados «transformando-o numa pequena ilha naquele mar imenso de gente, com bandeiras e posters com o rosto de Savimbi». «*Formou-se depois um cortejo imenso que, durante várias horas, percorreu a cidade, agitando bandeiras da UNITA. Antes da chegada da comitiva, os apoiantes da UNITA foram atacados. Na Avenida de Lisboa e em direcção ao aeroporto verificaram-se correrias desordenadas das pessoas em todos os sentidos.*» Fugiam das «agressões à catanada e das ameaças» dos que tentavam impedir a multidão de chegar ao aeroporto. Foram ouvidos tiros de pistola, ocorreram «os já rotineiros apedrejamentos de viaturas» e foram erguidas barricadas «na estrada do Catete, do Cacucaco e na Avenida do Brasil», que impediram muitos seguidores da UNITA de alcançarem o seu destino³⁹⁴.

Nesse dia, Luanda foi submersa por uma onda de violência nunca vista. Tinha havido incidentes «no aeroporto, imediatamente antes da chegada da delegação da UNITA, [...] iniciados por elementos com braçadeiras do MPLA», que negava serem «elementos seus»³⁹⁵. A 365 dias da independência começavam os ventos de guerra que varreriam Angola nos meses seguintes. Desde o dia 10 confirmavam-se 26 mortos e 104 feridos. A violência alastrara a vários pontos da capital: «*O clima de tragédia transformou Luanda numa cidade em estado de sítio, com barreiras em numerosas ruas, tiroteio cerrado em vários locais, correrias de ambulâncias, apelos a dadores de sangue, chamadas de médicos e de pessoal de enfermagem, transportes públicos paralisados, bairros isolados por razões de segurança, etc.*»

O Comando-Chefe pormenorizava os tumultos ocorridos em diferentes partes da cidade: «*Na Rua Paiva Couceiro (cerca da 00h30) os ocupantes de uma viatura fizeram fogo sobre um civil, que ficou ferido. Às 2h35, no Prenda, rebentou uma granada de mão.*» De manhã, nesse bairro, «civis pretos destruíram a casa e a viatura de um civil branco, à mesma hora que no Bairro Rebocho Vaz foi assaltada uma casa particular. Às 7h30, as FAP levantaram «uma barricada na picada entre a estrada da Cuca e a Petrangol, onde uma viatura militar foi alvejada por dois civis portadores de uma granada de mão. No Precol, onde os confrontos causaram a morte de uma criança e ferimentos ligeiros em duas outras, a tropa portuguesa foi recebida com disparos de Kalashnikov»³⁹⁶. E nesse bairro foi morto um condutor branco que transitava pela picada paralela à linha de Caminho de Ferro de Luanda³⁹⁷. Na Rua do Brasil tinha havido um «forte e prolongado tiroteio entre os ocupantes de uma viatura militar e elementos civis entrincheirados no Rangel». Um episódio semelhante repetiu-se à tarde: negros com braçadeiras do MPLA formaram um piquete perto da Avenida do Brasil, «revistando viaturas que eram de seguida atacadas». «Na Alameda Salazar, grupos de civis apedrejaram viaturas» e no Bairro Popular n.º 3 tinham incendiado casas e viaturas. Na estrada do Catete (frente a Viana), alguns camionistas bloquearam o trânsito «em protesto pelos ataques» que eram vítimas na zona de Dalatando: colocaram as viaturas pesadas nessa estrada à saída de Luanda, ameaçando entrar em greve se a sua segurança não fosse garantida³⁹⁸.

No Bairro Popular n.º 3, durante um comício do MPLA, tinham sido «disparadas rajadas de uma

viatura que passou no local, ferindo três pessoas, uma das quais gravemente»³⁹⁹. Para Pezarat Correia, o atentado visava Lúcio Lara, mas foi atingido «um elemento da sua segurança»⁴⁰⁰. Ao longo da tarde sucederam-se os actos de vandalismo e de violência gratuita. Na Rua Francisco Newton ocorrera fogo cruzado entre uma viatura militar e outra civil que ostentava uma bandeira do MPLA, por não ter obedecido à ordem de paragem. Uma criança tinha sido morta junto ao Hospital de São Paulo por um disparo de um edifício próximo.

À noite (na rádio) Rosa Coutinho atribuiu os incidentes à «natural excitação causada pela chegada da delegação da UNITA» e aos «cortejos automóveis» que, em seu entender, já eram mais do que «excessivos» – era «preciso acabar com a ideia» de que «a buzina» era «uma voz política», declarou. Ao regozijo seguiu-se um «abundante tiroteio» nos subúrbios e os já frequentes «confrontos e abusos de força». «*A coberto de manifestações de natureza política têm sido exercidos actos que são de puro banditismo, tais como espancamentos, assaltos, roubos, incêndios que nada têm que ver com a vida política normal de um país.*»⁴⁰¹ Os líderes conhecidos das quadrilhas – o Sandokan, o Sabata e o Amargoso –, que actuavam e fugiam das patrulhas portuguesas, nunca foram capturados. «*Chamados ao Palácio os dirigentes dos Movimentos emitiram um comunicado de apelo à ordem, à concórdia e à paz.*»⁴⁰² Todos se afirmavam «defensores do pacifismo»⁴⁰³. As FAP faziam coincidir a chegada da UNITA com o aumento «da actividade violenta», durante a qual dois soldados brancos tinham sido assassinados junto aos quartéis. A população branca residente nos muceques estava a fugir para a área urbana da cidade» e temia-se que as «confrontações raciais» alastrassem ao asfalto⁴⁰⁴. Nas noites de 8 a 12 Novembro, os tiroteios prosseguiram nos bairros Prenda, Catambor e Cazenga, e na Rua António Barroso continuavam assaltos e ameaças à população branca⁴⁰⁵. Perto do aeroporto, os bombeiros tinham sido impedidos de apagar o fogo-posto que destruíra «12 casas de brancos»⁴⁰⁶.

Bandos à solta

A conflitualidade racial verificava-se também nas «confrontações entre as tropas brancas e pretas das subunidades operacionais, tanto no interior como no exterior dos quartéis»⁴⁰⁷. As patrulhas mistas eram chamadas a intervir nas acções de guerrilha urbana, mas os soldados brancos, quando actuavam, eram alvo das críticas e da incompreensão dos camaradas africanos, por dispararem sobre os seus compatriotas. A «forte tensão emocional» entre os militares acentuou-se depois de um sargento negro ter sido ferido por uma patrulha das FAP. Foi «a gota de água» para os cerca de 600 soldados negros da cidade que pretendiam fazer «uma marcha de protesto» até ao Comando-Chefe⁴⁰⁸. Os soldados brancos também eram insultados pelos ex-colonos que não se sentiam protegidos, como referia o semanário *ABC*: «*São objecto de críticas tanto por parte dos brancos, que os acusam de deliberadamente não os protegerem, como pelos negros, que censuram os seus métodos duros de repressão perante os distúrbios de civis.*»⁴⁰⁹ A tropa portuguesa sentia-se encurralada, segundo uma fonte do governo: «*As Forças Armadas encontram-se entre dois fogos: por um lado, as camadas brancas da população acusam-nas de atitudes menos firmes contra os desordeiros negros; por outro lado, os dirigentes políticos angolanos criticam-nas por tomadas de posição que qualificam demasiado severas.*»⁴¹⁰ Era «lógico haver um certo cansaço entre os próprios militares», cuja missão se tornava «de dia para dia mais dificultada». Além disso, a posição das FAP era «bastante embaraçosa» devido à teia de relações políticas criada, como assinalava um relatório interno: «*O almirante Rosa Coutinho e o MPLA apoiam-se mutuamente. A UNITA desempenha um papel de fiel da balança no contexto político de Angola, pois poderá unir-se ao MPLA ou à FNLA. Mesmo que se consiga alcançar um compromisso, isso constituiria apenas o primeiro passo para a retirada das tropas portuguesas, afirmam muitos*

brancos angolanos. [...] Os três Movimentos poderiam depois disputar entre si o Poder; nenhum deles cederia um centímetro nas suas reivindicações.»⁴¹¹

Os militares portugueses eram abordados por terem armas de fogo ou acesso privilegiado aos paióis das unidades a que pertenciam e quando tentavam entrar nos bairros problemáticos (como o Cazenga) eram alvejados por armas automáticas⁴¹². Ou recebidos a tiro como aconteceu em Viana, durante o saque a um armazém⁴¹³. Os transportes públicos já não circulavam porque diariamente os motoristas sofriam «agressões e injúrias de toda a ordem»⁴¹⁴. No dia 13, a cidade estava mais calma, apesar de nas duas noites anteriores ainda terem ocorrido «disparos isolados, incêndios e depredações nos bairros da zona alta da cidade». Tinham sido mortos 25 civis (apenas três brancos) e feridos 97. Um soldado português foi morto e sete atingidos. As causas dos confrontos eram atribuídas «a sectores isolados da população ou exclusivamente a um Movimento», cujos dirigentes não se faziam obedecer⁴¹⁵. Para Killoran, «os cabecilhas do MPLA» tinham sido «os responsáveis pela enorme vaga de violência que se abatera sobre Luanda»⁴¹⁶. O cônsul americano falara com «um certo número de oficiais e de civis» para «tentar saber mais sobre a violência que ceifara 50 vidas» nos dias anteriores e todos eram unânimes: «Os problemas tinham começado quando os activistas do MPLA se enfureceram» por, a seguir ao desembarque da UNITA, «um grande grupo que incluía representantes da FNLA e muitos brancos» se ter juntado à delegação recém-chegada. O cortejo percorria a cidade quando «cerca de 11 Comitês de Acção do MPLA se atiraram a ele numa demonstração de força para dar uma lição aos intrusos». Hermínio Escórcio das FAPLA dissera que os grupos tinham agido «sem autorização», mas (como realçava Killoran) a actuação dos Comitês coincidia com a posição do chefe do MPLA em Luanda, Lúcio Lara, que recusara «inflexivelmente cooperar» com a FNLA e a UNITA. «*Não tendo autorização para o fazer, o MPLA tem, nos últimos meses, infiltrado armas e munições nos muceques de Luanda, as quais foram entregues indiscriminadamente a pessoas que não as sabem manejar.*» O cônsul não associava os confrontos à chegada da UNITA: eram a continuação dos tumultos iniciados cinco dias antes, mas intensificados pelo MPLA. «*As vítimas foram quase tudo o que pudesse ser um alvo: brancos e negros. Granadas foram abundantemente utilizadas e muitos dos mortos e dos feridos horrorosamente mutilados.*» Era ainda evidente (para o diplomata) que os indivíduos armados tinham aproveitado «o caos instalado para liquidar “contas antigas”, passando rapidamente aos assassinios e ao saque». Depois do ultimato de 12 horas feito aos moradores brancos do Catambor, na madrugada seguinte, muitos residentes «carregaram os seus haveres em veículos ligeiros e em camiões. Os que resolveram ficar barricaram os acessos aos quintais das moradias, preparando-se para o pior». O sector nordeste da cidade era considerado pelas FAP «um poço de problemas», onde ocorrera «a maioria das cenas de selvajaria no dia 10». «Os portugueses crêem que a vontade de o Exército em lutar já não existe», referia Killoran⁴¹⁷.

Para tentar controlar a situação, a partir de 15 de Novembro as patrulhas foram autorizadas a «abrir fogo sem aviso sobre os indivíduos encontrados em flagrante delito» e «duas companhias de soldados negros iriam pela primeira vez patrulhar os bairros dos subúrbios», até à data vigiados por brancos⁴¹⁸. A prioridade das FAP era garantir a segurança das pessoas e dos bens, sem distinção de raça ou credo, lembrou Rosa Coutinho mas, por não ser a missão para que estavam preparadas, a sua acção teria, «por vezes, deixado a desejar num ou noutro aspecto». A partir daquela data poderiam actuar «com maior dureza e abater sem aviso prévio todo e qualquer indivíduo encontrado a praticar actos de banditismo, como assaltos, roubos ou incêndios». Já era «uma medida de emergência», mas ainda se poderia ir «mais longe», avisou⁴¹⁹. No dia 14, um comunicado conjunto de comerciantes, industriais e agricultores criticava a Junta pela «incompreensível passividade» e incapacidade de prender os «agitadores e criminosos de delito comum»⁴²⁰. O Almirante respondeu, solicitando «a compreensão da população,

que, por vezes, egoisticamente, pretende quase dormir com um soldado a seu lado», quando os militares tinham de prover à segurança em geral, em «missões de natureza mais vasta do que proteger especialmente cada indivíduo»⁴²¹.

Nos subúrbios de Luanda já era conhecida a ordem para disparar sem aviso prévio sobre quem fosse encontrado a roubar ou incendiar. Quem não tinha outro meio de defesa refugiava-se em casa, colocando móveis atrás das portas da rua e colchões nas janelas para as balas não atingirem o interior. «Roubos, assaltos e actos de vandalismo ocorrem a um ritmo galopante e a maioria das pessoas mantém-se fechada em casa», anotava Killoran. Luanda estava «dominada por um complexo de cerco»: a maioria da população transformara as suas casas em verdadeiros *bunkers* improvisados, por onde não pudessem perpassar projecteis rasantes ou intrusos indesejáveis, sem saber quantos dias durariam os tiroteios, nem por quanto tempo a cidade estaria privada de víveres. O quotidiano era pautado pela incerteza e enxameado de rumores passíveis de crédito. Falava-se que os mercados iriam fechar porque um novo surto de violência estaria prestes a eclodir e, nesse caso, os camionistas recusar-se-iam a circular⁴²². Qualquer confronto ocorrido (dentro ou fora da cidade) cortava os abastecimentos à cidade e, por isso, na segunda semana de Novembro, voltou a ocorrer uma corrida às lojas alimentares: «Grandes, médios e pequenos self-services foram positivamente assaltados por uma vaga humana de todas as condições sociais e etnias. Todos procuravam o que só muito raramente obtinham: peixe, carne, pão, açúcar, arroz e outros géneros.»

O território dependia «quase exclusivamente» do transporte dos produtos importados do litoral até ao interior, onde os transitários carregavam os «frescos» que eram vendidos nas povoações costeiras. A situação tornou-se crítica quando os camionistas pararam. As panificadoras da cidade não laboravam devido à ausência do pessoal. A maioria dos trabalhadores vivia nos bairros periféricos, acordava antes do amanhecer e tinha de se deslocar nas carreiras nocturnas. Não havia transportes e temiam ser abatidos a caminho das fábricas. Tudo isso fazia que «gente ordeira ande transtornada pela insegurança e não compareça ao trabalho». Havia «grandes bichas» de «paciente e angustiada espera» nas padarias. Não havendo pão, os habitantes de Luanda consumiam o que de mais parecido encontravam: «O povo procura substitutos, principalmente bolachas de água e sal, e mesmo estas já quase não se encontram. E quando as há, sob a forma de embalagens de luxo, são inevitavelmente caras e fora do alcance da grande maioria.»⁴²³ O espectro da fome aumentava com a ameaça de greve dos quase 2.500 camionistas profissionais de Angola⁴²⁴, não obstante as pressões de vários sectores para que não levassem a greve avante⁴²⁵. Mas tinham as suas razões. Entre o final de Outubro e meados de Novembro, a violência nos «subúrbios de Luanda e nos principais acessos à cidade» incidira sobre os condutores de veículos ligeiros e pesados: «Muitos camionistas foram atacados, condutores agredidos, e um deles, queimado vivo. Os bandidos (que diziam pertencer a um dos Movimentos) ergueram barricadas perto do Dondo, de Salazar e Cela, mandando parar os camiões, exigindo aos motoristas o pagamento de quantias em dinheiro ou saqueando-lhes a mercadoria transportada.»⁴²⁶ «O Exército, de um modo geral, não estancou estes ataques nem protegeu os camiões», referia a Imprensa. Revoltados por não lhes ser dada protecção nos percursos, os motoristas paralisaram de 9 a 12 de Novembro. Retomaram a actividade no dia seguinte, mas não se sabia quando seriam normalizados os abastecimentos: «Os camionistas que normalmente trazem os produtos do interior recusam-se a voltar à estrada até que as autoridades controlem os bandos que os apedrejam e os franco-atiradores (snipers) ocasionais que os têm aterrorizado no trajecto de Luanda ao Dondo, a cerca de cem milhas para este. Abandonaram a greve no dia 13, depois de o governo ter prometido reforçar as patrulhas nas estradas.»⁴²⁷ Se o governo não cumprisse a promessa, ameaçavam paralisar do dia 16 até ao final de Novembro: «Mais de 200 transportes pesados estavam estacionados, um

*pouco além do posto da PSP, na estrada do Catete, e piquetes faziam parar os seus colegas. De facto, muitos camionistas têm sido alvejados a tiro, com pedras e com flechas, tornando arriscados certos percursos. Os profissionais da praça do Huambo tomaram idêntica medida.»*⁴²⁸ Até dia 30, os camionistas de Luanda, Ceta, Centro e Sul de Angola exigiam o cumprimento de seis reivindicações, duas das quais de natureza política: «A saída de Angola de Rosa Coutinho, José Emílio da Silva e Pizarat Correia, e o regresso dos colegas expulsos», acusados de serem «agitadores e causadores dos distúrbios na zona suburbana»⁴²⁹. No último dia do prazo, após duas horas e meia de reunião, a maioria das exigências foi aceite com excepção do afastamento dos referidos militares⁴³⁰.

Para o Almirante, o atentado contra Lúcio Lara e a greve dos camionistas tinham sido obra dos extremistas do PDCA, em conluio com a FNLA e a UNITA, para culparem o MPLA pelos incidentes⁴³¹. Estavam comungados com os «golpistas», o que justificou a ordem de prisão a Fernandes Vieira, presidente da Associação Comercial de Luanda (que tinha ligações à UNITA), ao empresário da SOREL, Corte Real e a Renato Cardoso, os três acusados do crime «de sabotagem económica, no caso da greve dos camionistas de Luanda»⁴³². Os dois primeiros estavam implicados nessa greve, diria⁴³³. Recém-chegado de Massabi, anunciou na madrugada de 16 de Novembro a prisão de «personalidades importantes» que não se deveriam ter «imiscuído em processos» daquele género. Seriam expulsos. Correia Jesuíno confirmou-o: já se encontravam em prisão preventiva no forte de Caxias em Lisboa⁴³⁴.

O Leste continuava a ser «a região mais turbulenta de Angola» e no distrito de Malange continuavam «os problemas entre brancos e negros»⁴³⁵. Indivíduos armados que diziam pertencer a um dos Movimentos circulavam livremente e agiam impunes. As acções de doutrinação partidária serviam, muitas vezes, de pretexto para actos de banditismo. No dia 13 de Novembro, «12 elementos armados do MPLA» tinham assaltado uma fazenda a norte de Duque de Bragança, capturando armamento e granadas de mão. Seis dias depois, foi atacada «uma fazenda a norte de Salazar»⁴³⁶. Em Luínga, perto de Camabatela, um grupo armado interceptara três viaturas civis segundo o método *carjacking*: mandaram-nas parar, retiraram o condutor do interior do veículo e fugiram. Em Canhoca, também no Cuanza Norte, um grupo disparou tiros de pistola sobre a gare, «circulando depois pelo interior do povoado com granadas de mão, deixando «a população alarmada». E seis elementos do MPLA, próximo de Golungo Alto, revistaram viaturas, agredindo os respectivos ocupantes.

Uma semana depois, em Malange, um grupo auto-intitulado do MPLA «assaltou uma pecuária e seguiu para Mussabo, onde saqueou o comércio e desarmou a população». Três dias depois, os habitantes da sanzala Capombo assaltaram uma fazenda local, «raptando o filho do proprietário e mais três pessoas que foram entregar ao MPLA nos subúrbios de Salazar. Os raptados foram posteriormente encontrados mortos próximo de Samba Caju». No dia seguinte, outro grupo do MPLA «saqueou a fazenda Novo Ninho»⁴³⁷. Os ataques à população branca eram diários. Em Luanda, «no Bairro Samba, uma mulher tinha sido agredida por dois africanos de camuflado e, no Prenda, um militar branco tinha sido ferido à facada. Finda a guerra no mato, brancos e negros agrediam-se na sequência de pequenos furtos ou procediam a atropelamentos mortais, colocando-se de seguida, em fuga»⁴³⁸. Em Dalatando (Salazar), o batalhão português situado na confluência das áreas dominadas pelo MPLA e a FNLA observava as suas acções: os elementos da FNLA, «muito disciplinados», colaboravam com a tropa portuguesa, mas «os pretensos homens do MPLA» faziam «a segurança aos muceques, com pessoal não devidamente enquadrado, de catana em punho», e era «vulgar estarem embriagados à noite» antes de efectuarem «o controlo das estradas»⁴³⁹. No Uíge, a FNLA já tinha «varrido» a maioria dos contratados bailundos. No Sul, o desemprego e a fome ameaçavam já cerca de «60.000 trabalhadores desalojados dos seus locais de trabalho, muitos dos quais» se ofereciam «à construção civil, a troco muitas vezes de uma refeição»⁴⁴⁰. A UNITA predominava no Sul, na sua zona de implantação: Silva Porto, Luso, Nova

Lisboa, Serpa Pinto e Sá da Bandeira. Nos comícios e sessões de esclarecimento, era propalado que, em breve, os brancos, a DGS e os Flechas partiriam e os africanos não teriam de continuar «a pagar impostos»⁴⁴¹.

Rosa Coutinho dissera a Killoran que «o seu esforço para obter a cooperação dos três ML não tivera sucesso, principalmente devido à intransigência do MPLA». Lara não queria «encontrar-se com os outros numa escada quanto mais sentar-se à mesa e conversar com eles». Mas nenhum Movimento estava isento de culpa: todos queriam o cargo de primeiro-ministro e recusavam que fosse atribuído a outro Movimento ou a um português. Não lhes agradava que houvesse um chefe de governo porque, diziam, quem ocupasse o lugar ficaria com o país após a independência. Também rejeitavam o termo «ministro», por pressupor um estatuto que deveria somente ser outorgado por uma nação independente. E não havia consenso quanto à distribuição das pastas ministeriais: «*Porque os três querem os mesmos lugares.*» O Almirante ainda não se reunira com Neto nem com Holden Roberto, que o recusava como interlocutor. Silva Cardoso reunira-se com Lara, que se mantinha inflexível: o MPLA exigia tutelar os assuntos políticos por ter o apoio da esmagadora maioria da população; os outros partidos eram «usurpadores controlados por interesses estrangeiros». Recusara também fornecer efectivos para patrulhar a cidade com os outros Movimentos: o MPLA poderia «ajudar», mas sozinho. Alegava ter sido alvo de um atentado da Polícia e pretendia «o rápido desmantelamento das milícias voluntárias (a OPVDCA)»⁴⁴². Se as FAP queriam que os negros mantivessem a ordem nos muceques, que lhes fossem dados meios, reclamou. Quatro dias depois foi decidido que o patrulhamento nesses bairros seria feito por unidades só formadas por africanos. Os moradores brancos continuavam a ser impelidos a abandonar as suas habitações. Havia mais quatro mortos e 31 feridos a lamentar⁴⁴³.

Ordem para destruir

Na Comissão Nacional de Descolonização, Mário Soares aludiu à campanha em curso contra a Junta de Angola, acusada de tender para o MPLA. Costa Gomes reconhecia que a posição de Rosa Coutinho era «preocupante e instável» e o próprio sabia disso. O MNE ficaria incumbido de fazer «diligências diplomáticas para “amaciar” a FNLA». Seria necessária a maior «discrição em todos os contactos exteriores com os Movimentos» aconselhou Almeida Santos, por causa do estado «emocional» dos brancos⁴⁴⁴. Na reunião para dissuadir «o regresso dos funcionários públicos», foi, aliás, aprovado o corte de um sexto do vencimento-base aos que deixassem África. Se desejassem ingressar no Quadro Geral de Adidos da Metrópole teriam de entregar uma declaração 60 dias antes da data de independência. O problema da nacionalidade ainda não tinha sido «estudado» por Lisboa, que iria analisar «a legislação e as experiências estrangeiras sobre o assunto»⁴⁴⁵.

A Hinton, «o homem de Mobutu para Portugal e Angola» dissera que o governo gonçalvista assumira a condução do processo angolano, deixando caminho livre aos intentos do presidente da Junta: «*As forças dominantes no governo português são orientadas por Moscovo. Costa Gomes não é capaz de controlar a situação e Rosa Coutinho está a conduzir o barco a favor de Neto e do MPLA.*» Dada a proximidade de Bula Mandugu ao presidente zairense, as suas palavras eram uma ressonância fidedigna do que Mobutu pensava, concluía Hinton. «Costa Gomes, tal como Spínola», com quem Bula falara quatro vezes em privado, estava «a tentar criar um governo de transição com os três Movimentos». Os dois estadistas concordavam que os brancos de Angola deveriam aderir a um dos Movimentos «em vez de formarem os seus próprios partidos políticos». Embora Costa Gomes fosse «mais astuto politicamente» do que o antecessor, não estava «em posição de controlar o resultado do processo de transição. Nem tampouco Soares». Rosa Coutinho operava «bem mais próximo da facção» do MFA

(Vítor Alves/ /Melo Antunes) e estava «a tentar tornar a facção de Neto do MPLA na força dominante» para criar uma «Angola independente socialista, ligada a um Portugal socialista». Costa Gomes discordava, mas era «impotente» para inverter a situação⁴⁴⁶. Hinton gostaria que os colegas em Lisboa e Luanda comentassem este seu memorando.

Para Scott, a análise estava correcta: «*Os ministros do governo português, Vítor Alves, Melo Antunes e Costa Gomes são unânimes na decisão ou na predilecção de virar Angola para o MPLA.*» Vítor Alves, Melo Antunes e Vasco Gonçalves eram «os membros mais influentes do governo»: o segundo era «considerado o mais esquerdista dos três, defensor do Terceiro Mundo, e partilhava com os países desta categoria o favoritismo pelo MPLA entre os três Movimentos». Mas não estavam comungados com os soviéticos. Essa era a visão de Mobutu: quem defendesse o MPLA teria forçosamente ligações à URSS. Admitia, porém, a fragilidade de Costa Gomes: «*O seu estilo de governação é totalmente diferente do de Spínola, não toma decisões sem realizar consultas e tenta envolver os colaboradores. Procura ouvir todos os pontos de vista, obter consenso, maximizar a delegação de autoridade e minimizar as ocasiões em que a sua própria autoridade final é exercida. O risco inerente a este estilo é permitir que sejam realizadas acções das quais basicamente discorda, mas que considera menos importantes que a prevalência do consenso.*» O estilo conciliador do chefe de Estado era arriscado, pois continha uma certa vulnerabilidade passível de ser aproveitada por aqueles que o rodeavam: «O continuado não exercício da sua autoridade poderá resultar numa atrofia da mesma», mas não estava de todo desatento e pugnava por um equilíbrio em Angola. Presidia à Comissão Nacional de Descolonização e era, aliás, «significativo» que, antes da reunião de Melo Antunes com Neto em Argel, Mário Soares tivesse sido enviado a Tunes, para falar com o MNE da FNLA Johnny Eduardo e a Kinshasa para se reunir com Holden e Savimbi. Segundo Scott, teria sido a insistência de Costa Gomes, para que o MPLA não fosse privilegiado nos contactos preparatórios para a cimeira com Portugal nem Mobutu ostracizado, que permitira arrefecer os ímpetos militaristas do presidente zairense em relação a Angola⁴⁴⁷.

Sempre que chegavam a Belém ecos do desagrado do homólogo zairense, o Presidente enviava uma delegação «moderada» a Kinshasa para aplacar a fúria do “leopardo”. Porque, se Mobutu acreditava que o Almirante pretendia transformar Angola num feudo soviético, Rosa Coutinho tinha a certeza que este desejava apossar-se do território através do cunhado, com a cobertura financeira e política dos EUA. Considerava, aliás, que a ambição de Mobutu era bem mais perigosa do que a dos extremistas brancos: «*A ameaça principal não foi a tentação rodesiana, mas Mobutu considerar-se o futuro rei do Zaire, através do súbdito Holden Roberto.*»⁴⁴⁸ A incompatibilidade entre o Almirante e a FNLA acentuava-se cada vez mais. O choque ocorreu com a difusão radiofónica de um texto considerado uma inadmissível declaração de guerra. Era previsível que «um conflito grave» rebentasse a qualquer momento por o comunicado ser «profundamente reaccionário e insultuoso» e não ter sido autorizada a sua divulgação.⁴⁴⁹ Encontrando-se em Massabi, o Almirante foi avisado que a periferia da cidade estava a arder e a saque, completamente fora de controlo tendo os «flanelas» aproveitado a sua ausência para o caluniar: a sua presença era requerida com urgência. Rumou a Luanda decidido a pôr fim à descarada afronta. Em quatro páginas, a FNLA afirmava que só respeitaria o Acordo de Kinshasa se «o bando de aventureiros» instalados no Palácio fosse «imediatamente substituído»: «*Aceitar a continuidade dessa “corja de bandidos” é ter a certeza da guerra civil. Correr com eles para Lisboa é assegurar o direito de o povo dirigir os seus próprios destinos.*» Para a FNLA, Rosa Coutinho e a CCPA pretendiam instalar em Angola um regime imperialista de modelo soviético. «*Essa canalhada não está a trabalhar para nós, as provas de que dispomos são claras e esclarecedoras dos compromissos por eles assumidos e que se resumem à entrega pura e simples da nossa terra e do*

nosso povo ao imperialismo internacional.»⁴⁵⁰ Angola não se poderia submeter ao marxismo dos dirigentes do MPLA, que tinham frequentado as universidades da Metrópole e usufruído de benesses de que os soldados que lutavam na mata nunca tinham desfrutado: «*Todos nós conhecemos certas camadas africanas negras que sempre viveram no seio dos privilegiados do colonialismo, mas hoje querem o comunismo. Para quê? Durante a época colonial, traíram o povo e, agora, querem trair os próprios colonos que os elevaram à condição que hoje ocupam.*» Para a FNLA, a instruída burguesia mestiça e negra de Luanda, apadrinhada pelos portugueses no anterior regime, eram os mesmos intelectuais que nunca tinham pegado em armas: «*Os comunistas de Luanda [...] querem impor ao povo essa hierarquia, em que ficarão paulatinamente sentados no topo a exercer o domínio e o Poder pelo qual nunca quiseram cobardemente lutar.*»⁴⁵¹

Para o Almirante era preciso dar uma lição exemplar aos responsáveis e arrasar a sede da FNLA, de onde o comunicado saía. Chamou Altino de Magalhães, para ordenar ao comandante do COPLAD Correia Dinis, que preparasse uma companhia de Comandos e destruísse a sede da FNLA. «E depois? O que é que acontece aos nossos homens que estão nas zonas deles?», perguntou Dinis. Após uma sucessiva troca de telefonemas, o general concordou: era demasiado arriscado. As razões evocadas pelo subordinado deveriam ser tidas em consideração. A ordem não seria executada. Alves Ribeiro presenciou o que se passara. Das 16h00 às 24h00 foi dada «ordem telefónica por cinco vezes a Correia Dinis para que o COPLAD mandasse assaltar e destruir a sede da FNLA na Avenida do Brasil»⁴⁵². Recusou sempre: «*Não cumpro essa ordem.*» Porque seria a tropa portuguesa no Norte e no Leste a sofrer as represálias. De cada vez que a execução da ordem era rejeitada, o general dirigia-se ao Almirante e explicava que tal atitude provocaria uma ofensiva sem precedentes da FNLA sobre os batalhões no Norte, sobretudo, em Santo António do Zaire. «*Já estou inteirado disso. É uma ordem. Resta-lhe cumpri-la.*»⁴⁵³ O comandante não cedeu e Altino decretou que a ordem ficaria «sem efeito».⁴⁵⁴ A desobediência requeria a improvisação de um «tribunal marcial». Os comandantes de Luanda foram convocados ao Palácio, tendo a reunião decorrido até às duas da manhã⁴⁵⁵. Entraram todos para o salão nobre e a porta fechou-se. Altino ficou numa sala à parte com Leonel Cardoso, que, a sós, lhe disse: «*Você exagerou! Não sabe bem o que fez...*» Esperaram sentados pelo veredicto que era discutido na outra divisão. Por fim, a porta abriu-se. O Almirante saiu em passo certo. Atrás dele, surgiu o capitão Moura, que, em privado, o informou de que o assunto estava definitivamente «arrumado». Tinha sido decidido não actuar.

Vários motivos terão pesado na decisão: além das eventuais represálias sobre os soldados portugueses, Holden Roberto teria um excelente pretexto para acusar Portugal de violar o acordo de Kinshasa, retomando as hostilidades no território. Na discussão, travada à porta fechada, poderá ter contado outro factor: Silva Cardoso estava nesse dia em Kinshasa para definir as condições de fixação e circulação de militantes e militares da FNLA em Angola. A proposta estipulava a «suspensão de todas as acções hostis» da FNLA «contra as FAP, populações e seus bens», bem como «da infiltração de elementos isolados armados e de material de guerra de qualquer tipo e suas munições através das fronteiras». Em contrapartida, as FAP não cometeriam «acções hostis» contra a FNLA que seria apoiada, «na medida das possibilidades, no abastecimento de víveres, apoio sanitário e transportes»⁴⁵⁶. O brigadeiro não foi recebido nesse dia. No dia seguinte, percebeu porquê. Se a delegação em Luanda fosse atacada seria uma valiosa moeda de troca⁴⁵⁷. A ordem de destruição da sede da Avenida no Brasil só foi cancelada de madrugada: «*Só depois disso é que me deixaram regressar a Luanda.*»⁴⁵⁸

Correia Dinis foi destituído do comando do COPLAD em 21 de Novembro, oficialmente, por ter findado a comissão de serviço. O coronel pára-queda Heitor Almendra estava na base aérea de Tancos quando foi contactado por Silva Cardoso para suceder a Dinis. Pediu para pensar, mas três dias

depois soube que a sua nomeação fora aceite. Seria comandante do COPLAD a partir de 22 de Novembro⁴⁵⁹. Uns dias depois, Altino de Magalhães foi chamado a Lisboa por Costa Gomes: desejava ouvi-lo, «mas que não dissesse nada a ninguém». Teria de informar o comandante-chefe, sob pena de a atitude ser interpretada como mais uma insubordinação. Quando lhe comunicou que teria de ir a Lisboa, o Almirante perguntou-lhe: «Fazer o quê?» O Presidente queria falar com ele. «Quem vai a Lisboa sou eu!»⁴⁶⁰. Rosa Coutinho partiu em 25 de Novembro. Ao regressar, chamou-o e disse-lhe que este deixaria Luanda para ser director de Armas de Infantaria em Portugal. Partiu em 9 de Dezembro. O regresso compulsivo era mais um saneamento, como Rosa Coutinho reconheceu: «*Resolvi mandar vários oficiais para cá, incluindo o Altino de Magalhães pois, desde aquela traição, nunca mais confiei nele...*»⁴⁶¹

Em 22 de Novembro, Easum reuniu-se em Luanda com dirigentes dos Movimentos. A FNLA não compareceu. Lara disse-lhe que o MPLA queria «a independência dentro de seis meses a um ano». O prazo de dois anos proposto pelos portugueses era «demasiado longo». Como o MPLA tinha ligações à União Soviética, escrevia Killoran, no encontro Lara admitiu que recebiam «uma boa ajuda dos países socialistas», mas negou que a Junta ajudasse o MPLA. A delegação da UNITA (chefiada por Wilson dos Santos) passou quase uma hora a explicar que era um Movimento «nacional, multirracial, não sendo regional, racista ou colaboracionista como era acusada», e que o reconhecimento da OUA estava ao «virar da esquina». Quanto a Rosa Coutinho negou a Easum que fosse destituído devido à contestação dos ex-colonos: esse era «um problema manobrável». No final, pediu (como Melo Antunes) que os EUA não marginalizassem nenhum Movimento (leia-se o MPLA)⁴⁶². Três dias antes, Lara avisara Silva Cardoso que o MPLA não se responsabilizaria por «uma nova onda de incidentes» se Chipenda abrisse uma delegação em Luanda, como estava previsto para o início de Dezembro. Em contrapartida, alguns membros da Revolta Activa já estavam a cooperar com o MPLA. Com a UNITA existiam «contactos de cúpula», mas recusava qualquer aproximação à FNLA⁴⁶³ e mostrara-se relutante em que o futuro Exército angolano fosse formado pelos portugueses. Era um problema «exclusivo dos angolanos»⁴⁶⁴.

O segredo de Argel

No dia 18 de Novembro, o ministro sem pasta Melo Antunes, o representante do MNE Fernando Reino e o major Pezarat Correia encontraram-se em Argel «numa casa cedida pelo governo argelino» com Agostinho Neto, Henrique (Iko) Carreira, Paulo Jorge e Afonso Van-Dúnem⁴⁶⁵. O encontro (envolto num enigmático secretismo) acabaria por assumir uma importância decisiva por Almeida Santos reiterar em *Quase Memórias* ter sido em Argel que foi forjado o Acordo do Alvor. Para Pezarat Correia é «abusivo» afirmar que o convénio da Penina foi arquitectado em Argel⁴⁶⁶. As actas dos dois dias de reuniões revelam, porém, ter sido neste encontro que foi definida a colaboração do MFA no reforço político e militar do MPLA, de modo a ser preponderante no futuro. Ambas as partes partilhavam a mesma aversão à FNLA e sabiam que Savimbi era imprevisível.

Em Argel, foi consolidada a exclusão dos portugueses de Angola da cimeira com Portugal enquanto grupo autónomo, como Rosa Coutinho insistira em Belém; a união de esforços para impedir que a FNLA se impusesse devido à sua superioridade bélica e a formação de uma aliança puramente tácita para poderem apresentar-se à cimeira final. A parte portuguesa aceitou como válido e possível o prazo de seis meses desde a posse do governo de transição até à independência, proposto pelo MPLA, não sugerindo um calendário mais dilatado⁴⁶⁷. Foi na segunda reunião do segundo dia de conversações que as principais directrizes ficaram delineadas: a “sentença de morte” às eleições em Angola antes da independência – que, embora consignadas no Acordo de Alvor por imposição dos outros dois

Movimentos, nunca se realizaram. Neto sugeriu que não houvesse um sufrágio em Angola durante o período de transição; a parte portuguesa aceitou, propondo em alternativa que fosse a plebiscitada uma Constituição à data da independência – como o MCI defenderá em Junho no seu projecto para a solução do impasse governativo. Não haver eleições era consensual no governo: Almeida Santos e Mário Soares também as consideravam «disparatadas» no contexto africano, tendo este último ficado incumbido de convencer Holden Roberto e Savimbi (sobretudo, o líder da UNITA, cujos putativos eleitores se localizavam nas áreas mais densamente povoadas, no Sul) da vantagem em não se defrontarem nas urnas para a campanha eleitoral não degenerar em conflito armado. Foi também neste encontro que foi explicada a fórmula de retracção do dispositivo militar: o Exército português concentrar-se-ia nos principais centros urbanos, criando no território (14 vezes maior que Portugal) amplos «espaços vazios», terras de ninguém sem guarnições, ficando os quartelamentos para quem neles se quisesse instalar. O Movimento que primeiro ocupasse as zonas desocupadas conquistaria áreas das quais dificilmente poderia ser banido. O MPLA deveria recorrer à sua experiência em «manobra política» para aproveitar a retirada das FAP. Foi também discutido o que aconteceria aos que tinham servido no Exército ou colaborado nas estruturas policiais e civis securitárias do período colonial. Neto tinha uma ideia bem definida sobre o que fazer aos executantes da repressão colonialista.

As matérias discutidas neste “guião-sumário” foram todas discutidas algumas semanas depois no Algarve. Um mês depois do encontro de Argel, Neto reuniu-se com Savimbi no Luso (em 18 de Dezembro) e com o líder da FNLA (em 4 de Janeiro de 1975) na véspera da cimeira de Mombaça, onde os três dirigentes burilaram o acordo final. Partindo das premissas aceites por Melo Antunes (e das que foram deixadas em aberto para serem debatidas no Algarve), os três líderes puderam consolidar os pontos que os uniam nas exigências a apresentar aos negociadores portugueses. E inserir novas pretensões que esperavam tivessem igual acolhimento, como a realização de eleições que Neto já sabia que Lisboa não defendia. O presidente do MPLA partiu assim para Mombaça com a garantia de ser o líder nacionalista preferido pela parte portuguesa.

Acompanhemos (através das actas) as matérias debatidas. No início do encontro, Melo Antunes manifestou inequivocamente de que lado estava o governo português: era necessário «promover a implantação de novos regimes de ideal progressista» em África e impunha-se «procurar desde já um esquema político» que servisse «os interesses do povo angolano»⁴⁶⁸. Era ponto assente que Cabinda fazia «parte integrante de Angola», referiu, como tinha taxativamente afirmado em Belém: «*Todas e quaisquer tentativas aventureiras que ponham em causa este princípio devem ser condenadas e combatidas.*» Como acontecera no início do mês, quando as FAPLA e as FAP enfrentaram juntas a FLEC: deveriam colaborar estreitamente para «evitar a separação de Cabinda de Angola». Para Neto, uma questão era prioritária: o MFA deveria ajudar o MPLA a impedir que (através da FNLA e da UNITA) zairenses ou sul-africanos pusessem as «garras» em Angola, o que igualmente permitiria enfraquecer uma independência rodesiana e reforçar as forças progressistas em Portugal. «*Antes que tudo, é preciso estabelecer um programa comum das Forças Armadas angolanas e portuguesas, [de] forma a evitar que Angola caia sobre o controlo e domínio de outras potências e que em Portugal as forças reaccionárias reapareçam.*» A ameaça não era somente externa, sublinhou Neto: «*Em Angola, além dos reaccionários brancos, há reaccionários pretos representados pela FNLA e UNITA e outros pequenos agrupamentos.*» A FNLA era «um perigo para Angola pela sua dependência do Zaire e de outras forças imperialistas». Era obrigado a «admitir a criação de uma frente comum com a FNLA», referiu, mas seria de curta duração, pois «mais tarde ou mais cedo» esta provocaria «novas confrontações». E Savimbi também não lhe inspirava confiança: «*A UNITA colaborou com o exército português colonialista e, hoje, colabora abertamente com a reacção branca. [...] Na origem, FNLA e*

*UNITA são uma e a mesma coisa. As mesmas forças estão por detrás de ambos os Movimentos.»*⁴⁶⁹

O líder do MPLA venceu que os portugueses não deveriam ser designados como comunidade branca, por não constituírem um grupo coeso nem terem direitos especiais na realidade pós-colonial. Muito menos deveriam ser considerados «como entidade política» nas negociações, devendo ser interdita a sua participação na conferência com Portugal. Os brancos poderiam «participar no futuro governo como portugueses ou como angolanos»; a nacionalidade não era relevante: dependeria «da sua filiação política e do seu patriotismo». Somente o poderiam integrar se partilhassem do ideário do MPLA, se assim não fosse a sua nomeação seria rejeitada. Acabara de ser definido o critério de escolha dos governantes indicados por Portugal, sem qualquer objecção. Premissa, aliás, que Melo Antunes aceitou no Alvor como compromisso verbal não inscrito no Acordo. Quanto à concessão da nacionalidade angolana (porque os brancos de Angola tinham «mais do que uma nacionalidade») apenas os nascidos no território teriam direito à cidadania. Os negociadores portugueses entenderam que a decisão competiria em exclusivo aos futuros governantes. Os dois terços de portugueses naturais da Metrópole não poderiam ser angolanos. Estava afastada a possibilidade de conceder a dupla nacionalidade aos ex-colonos, mesmo aos nascidos em solo africano. Para «evitar soluções raciais e retrógradas» (disse Neto) era urgente «encontrar rapidamente uma solução política para Angola», pela qual Portugal reconhecesse que o MPLA era o mais bem preparado para governar, ajudando-o nesse desiderato. «Tendo em conta que o MPLA é um movimento progressista e a força com maior apoio popular, convém saber até que ponto as forças progressistas portuguesas e angolanas poderão colaborar num sentido construtivo.»⁴⁷⁰

Melo Antunes concordou «com a análise feita». Constituía «uma boa base de trabalho». O MPLA conhecia «as reservas que o governo português tinha em relação à FNLA e à sua ideologia política», mas as circunstâncias obrigavam que tivesse de ser formada «uma aliança táctica para a formação do governo de transição». A dúvida era a seguinte: seria possível MPLA e FNLA, «que nunca conseguiram aliar-se contra o colonialismo, unirem-se para a construção nacional?» Se, antes disso, a FNLA não se aproveitasse «da superioridade militar que detinha para sabotar os compromissos políticos» estabelecidos, referiu o ministro. A resposta era «fundamental» para dar seguimento ao processo. Concordava com «as reticências do MPLA» em relação a Savimbi, por esse motivo, só mencionara uma eventual união com a FNLA. Pezarat Correia interveio para explicar as condições especiais em que tinha sido firmado o pacto de não-agressão com o Exército português, em 1973. Por ser pressionada pelo governo de Marcelo Caetano, pelo MPLA e pela FNLA, «a UNITA encontrava-se numa situação desesperada» e as FAP aproveitaram essa fraqueza para propor uma suspensão das hostilidades. O Exército «entrou no jogo, criando compromissos, cedências e formas de colaboração» com a UNITA, mas a coabitação pacífica terminara em Janeiro de 1974. De Janeiro a Abril de 1974, «a UNITA foi mesmo o Movimento que mais baixas causou ao Exército português». Por isso, após o 25 de Abril, houve necessidade de «procurar um cessar-fogo» com Savimbi, prosseguiu Pezarat Correia, no qual o líder da UNITA se mostrou receptivo a formar «uma plataforma com o MPLA, se fosse liderada por Neto e a UNITA entrasse no governo»⁴⁷¹.

Aprovadas por Melo Antunes «as considerações» de Neto «sobre a população branca», o ministro concordou que «o apoio popular ao MPLA» em Luanda era a sua «grande força». Mas as «divisões internas» criadas pelas duas Revoltas continuavam a ser problemáticas: Portugal entendia que «o melhor seria a unificação do Directório com a Revolta Activa, sem tomar em conta a facção Chipenda». Por não ser «representativa». «O senhor ministro “pôs o dedo na ferida”», disse Pezarat Correia. Desde o congresso do Moxico que a situação se alterara «sensivelmente a desfavor do MPLA». A FNLA aproveitara a falta de liderança do MPLA para surgir aos olhos da comunidade branca «com uma

imagem colaborante, esforçando-se por se apresentar como o campeão da paz e da manutenção da ordem», criticando o MPLA por não o fazer. Os «actos de violência» em Luanda (no dia da chegada da UNITA) tinham sido «atribuídos a elementos do MPLA» que levava demasiado a demarcar-se e a condená-los. «Só agora aparece a delegação do MPLA a repudiar a violência e o banditismo», afirmou o ministro. Neto desvalorizou o assunto: a facção de Chipenda assentava em «preconceitos raciais» e já nem tinha o apoio da Zâmbia, apenas do Zaire. Quanto à outra facção, já se desintegrara e nem tinha a certeza se seria verdadeiramente apoiada por Brazzaville⁴⁷². A parte portuguesa insistiu: se o MPLA estava inocente, como reclamava, deveria ter sido «mais rápido a reagir às acusações». O problema em Luanda era «o controlo das populações», justificou Iko Carreira: só poderiam agir se fossem dadas ao MPLA condições para «fazer o controlo político e policial». Essa seria a única forma de «detectar os marginais, as armas, etc.». Quanto à resposta «fundamental» que Melo Antunes esperava (sobre a viabilidade de uma aliança táctica com a FNLA), Neto não se comprometeu: «*Não se pode dizer que a unidade seja possível, como não se pode afirmar que seja impossível.*» Os EUA tentavam «através da FNLA, dominar um grande e poderoso bloco Zaire-Angola» de oposição ao Congo e à Guiné: pretendia formar «um eixo Kinshasa-Luanda-Pretória, altamente perigoso». Para Melo Antunes era prioritário «neutralizar as manobras dos reaccionários e da ultra-esquerda» em Angola, cujo único propósito era «motivar os soldados para o regresso» a Portugal, e necessário manter as FAP por algum tempo no território para promover «uma descolonização autêntica» através de uma «aliança das forças progressistas de Angola e de Portugal». A cooperação entre os progressistas angolanos e da Metrópole era imprescindível. Tal como era «decisivo o apoio popular do MPLA» que deveria «ser desenvolvido durante o período de transição». Era assim aconselhado o reforço das milícias populares: «*O MPLA terá tudo a ganhar neste processo para o desenvolvimento da sua acção política. Impõe-se encontrar formas concretas de colaboração para contrabalançar o facto inegável de o MPLA não poder opor-se militarmente à FNLA e à UNITA e não ser possível estabelecer uma aliança militar entre o MPLA e as FAP.*»⁴⁷³

Mesmo que as FAP facilitassem a acção ao MPLA, a situação em Luanda era «muito difícil», queixou-se Neto. Precisariam «de algum tempo para a poder dominar», pois ainda estavam «fracos militarmente», tanto em efectivos como em armamento, e não bastaria o Poder Popular ou o apoio das estruturas sindicais e estudantis: «*Apesar do apoio popular, o MPLA não poderá dominar a vida política sem uma máquina militar própria, independentemente da colaboração das FAP.*» Iko Carreira explicou: o reforço das FAPLA era a única forma de garantir que não seriam aniquilados, antes ou depois da independência. Como poderiam resistir «a uma infiltração do Zaire» ainda que fosse feita através da FNLA? Neto acrescentou: outros países africanos tinham fracassado ao não se fortalecerem suficientemente «para garantir as conquistas políticas progressistas». Por isso, era «necessário o reforço do Poder militar do MPLA», que teria de passar «pela colaboração das FAP», pois as forças da reacção não iriam «desarmar»: agiriam nos meses seguintes ou assim que a tropa portuguesa saísse. A colaboração com as FAP era possível, mas, lembrou Pezarat Correia, certas acções do MPLA não tinham contribuído «para o bom entendimento» entre as partes, como «as emissões de rádio de Brazzaville» que lhes lançavam constantes «ataques». Para Melo Antunes, estando a independência tão próxima, era «difícil conceber que cada Movimento» mantivesse «forças militares diferenciadas». O problema não era militar, mas político (contrapôs Neto) e dependeria «do esquema de descolonização e do prazo para a independência» que fosse definido, que deveria, de qualquer modo, «ser muito curto»: «*Cerca de seis meses após a constituição do governo de coligação.*»⁴⁷⁴ Era «essencial» a «colaboração com o MFA» e que Portugal aceitasse o projecto de descolonização do MPLA. A formação do governo também teria de ser discutida na cimeira a quatro. Iria falar com os outros líderes,

disse Neto, para a Conferência se realizar «o mais tardar em Janeiro» do ano seguinte, «de molde a fixar-se a data da independência para Julho»⁴⁷⁵. Na reunião matinal de 19 de Novembro, Melo Antunes considerou haver «vantagens e inconvenientes» num prazo de seis meses, mas a última palavra caberia aos Movimentos. Neto suscitou «reservas» quanto às eleições, por haver «populações alienadas pela colonização, a possibilidade de se verificarem incidentes, etc.». O ministro concordou; propunha a redacção de uma Constituição que fosse «plebiscitada no acto da independência» e pudesse ser alterada cinco anos depois. De «difícil resolução» era a distribuição dos ministérios «por existirem pastas-chave» que todos os Movimentos queriam ocupar. O presidente do MPLA aceitava que o Alto-Comissário tutelasse a Defesa e as Relações Exteriores. Melo Antunes sugeriu que fosse também primeiro-ministro. Era natural que os angolanos quisessem «controlar os ministérios-chave», respondeu Neto, mas inconcebível que o chefe do governo fosse português. E se fosse também Alto-Comissário «ainda seria pior» pois afectaria a «posição de arbítrio» que seria suposto ter. O assunto seria discutido na cimeira final⁴⁷⁶. Os outros Movimentos certamente recusariam um primeiro-ministro do MPLA, disse Iko Carreira, mas Portugal deveria «impor essa decisão». Mário Soares dissera a Aquino de Bragança (consultor de Machel) que a FNLA aceitaria «um primeiro-ministro do MPLA». Melo Antunes não o negava, mas decerto que, em contrapartida, Holden Roberto «exigiria compensações no campo militar». Nesse cenário, o Poder político do MPLA ficaria refém da máquina de guerra da FNLA, o que não era desejável.

Para o ministro português, os aspectos militares discutidos até ao momento coincidiam com os pontos de vista de Portugal, mas duvidava que as «forças da reacção» ainda presentes nas FAP de Angola (embora fossem «elementos isolados») aceitassem colaborar com o MPLA. Não seriam muitos, mas estavam identificados e iam ser tomadas medidas para os afastar: «*Neste momento, está em curso uma operação para fazer regressar as tropas que não se identificarem completamente com o MFA.*»⁴⁷⁷ O principal objectivo era «a remodelação do dispositivo» português que previa a sua «concentração em centros urbanos», criando «grandes espaços vazios» no território. O MPLA teria de «usar a sua manobra política para beneficiar dessa remodelação», disse. «Sobre a transferência das forças do MPLA de Cabinda para a 2.^a Região Político-Militar» (a Zona Militar Leste portuguesa) existia uma «dificuldade prática em a executar» sem levantar «objecções dos outros Movimentos». O MPLA poderia movimentar-se na região, mas sem «qualquer acção portuguesa de apoio», caso contrário, a FNLA recusaria os acordos políticos. Portugal manteria uma «isenção formal para evitar todos os pretextos dos outros Movimentos para romperem os acordos estabelecidos». A ajuda poderia ser prestada, mas de forma discreta. «*Em relação à parte militar, não será difícil, através da delegação do MPLA em Luanda, encontrar com as autoridades militares portuguesas em Angola as soluções para cada caso, mas sem prejuízo do que a nível político vier a ser acordado para a criação do exército nacional.*» Mas o MPLA estava «em condições mais difíceis do que os outros», alegou Carreira, e, por isso, era pedida «a possibilidade de o MPLA utilizar uma pista para fazer abastecimento por via aérea», por exemplo, em Lucusse, a 120 quilómetros do Luso.

Quanto aos africanos que tinham servido no Exército português passariam à disponibilidade e poderiam integrar as fileiras nacionalistas que quisessem, mas os catangueses deveriam «ter um tratamento separado», informou Melo Antunes. Seguiu-se «uma troca de impressões sobre o destino a dar às várias organizações paramilitares» não pormenorizada na acta. Sobre os angolanos que colaboraram com o sistema colonial, registou-se: «*Concorda-se que haverá que distinguir os sujeitos recuperáveis, que deverão, contudo, ser objecto de reeducação apropriada, e os irre recuperáveis.*» Sendo referido o tratamento que seria reservado aos primeiros, aos segundos, o omitido destino não seria difícil de prever⁴⁷⁸.

Na terceira reunião foram consolidados aspectos anteriormente discutidos: a parte portuguesa aceitava a independência em Julho. «*Apesar de esta questão dever ser assente na conferência a realizar, admitiu-se, em princípio, poder ser aceite o prazo indicado pelo MPLA, isto é, seis meses.*» Sobre a proposta do MPLA – «*a comunidade branca não deve participar como agrupamento político autónomo, mas integrar-se nos partidos políticos saídos dos movimentos emancipalistas*» – não foi tomada «posição definitiva sobre o assunto», por envolver «grande melindre», mas em Belém Melo Antunes apresentou-a como aceite. Neto pediu «maiores facilidades de deslocação» no território, comprometendo-se a parte portuguesa a «fazer esforços» para satisfazer o pedido. A parte portuguesa concordou «com os receios do MPLA relativamente às manobras de criação de um eixo Zaire-Angola-África do Sul, propondo-se colaborar com as forças progressistas» para travar tal pretensão, apoiando antes «uma aliança entre Angola, Moçambique, Zâmbia e Tanzânia». A parte nacional aconselhou ainda que, «na campanha política de mobilização das populações», o MPLA não esquecesse a população branca⁴⁷⁹. O encontro foi descrito pela imprensa lisboeta «como envolto em secretismo», pois não fora «dita uma única palavra» sobre o teor da reunião, os jornalistas nem tinham sido «autorizados a contactar os membros das delegações nos dias em que decorreram as discussões»⁴⁸⁰.

Na Comissão Nacional de Descolonização, Melo Antunes apresentou os pontos em que tinha havido consenso em Argel: «A etnia branca não surgiria como grupo autónomo» e não havia «condições para realizar eleições durante o governo de transição». A Comissão confirmou: não haveria partidos de brancos representados na Cimeira nem eleições antes da independência. Em Argel, tinham sido traçadas as linhas mestras que Portugal estava disposto a seguir. O MPLA solicitara ainda «a colaboração portuguesa na formação de um exército angolano que se substituísse aos exércitos partidários», disse o ministro. As conclusões foram as seguintes: o MPLA possuía, «de facto, a maior força ideológica, embora com menor força militar em relação aos restantes Movimentos». E Daniel Chipenda, embora se tratasse de «um problema do MPLA», seria desejável que não se individualizasse como facção política⁴⁸¹.

Duelo em Belém

Na reunião foi clarificada a missão de Mário Soares em Kinshasa: deveria tentar que Holden Roberto e Savimbi concordassem com a «realização muito próxima da conferência geral, de preferência em Lisboa», e com «a formação urgente de um exército nacional angolano». A tarefa mais complexa, reconhecia-se, seria obter a concordância dos dois líderes partidários em a transição para a independência ser feita «sem eleições»⁴⁸². Em 22 de Novembro (estando Easum em Luanda e três dias após o encontro de Argel), Mário Soares, o seu assessor Manuel Sá Machado e Firmino Miguel reuniram-se (em separado) com a FNLA, a UNITA, Chipenda e os congolezes da FLEC. Holden Roberto voltou a acusar a Junta de não ser totalmente isenta nem imparcial. No governo de transição não poderiam ter assento os membros do executivo em funções nem da Junta que estavam comunadas com o III Governo Provisório, no sentido de privilegiar o MPLA. O MNE atalhou que o governo português já conhecia «as queixas da FNLA», mas «os termos impróprios» do comunicado contra Rosa Coutinho só tinham arranjado mais problemas ao Almirante que já enfrentava «enormes dificuldades criadas pela própria população angolana de origem europeia». Por muito insatisfeitos que estivessem, os ex-colonos não deveriam «ser expulsos abruptamente» nem deveriam ser tomadas «medidas repressivas» que provocassem «a sua debandada», afirmou o líder da FNLA, pois sem eles seria «o caos económico» e os futuros governantes (leia-se FNLA) não desejavam «receber uma Angola com a economia destruída». Não que a FNLA defendesse «a perpetuação dos privilégios abusivos» de certos

brancos, mas alguns estavam a ser perseguidos: «A população branca está desorientada e temos recebido muitos elementos que se nos vêm queixar das perseguições de que têm sido vítimas.» A Junta estava já «a minar o terreno e a preparar a evolução das coisas à sua feição». No final, Soares propôs que a Cimeira fosse em Lisboa para Costa Gomes poder participar e também «pela repercussão histórica do facto». Holden recusou; propunha São Miguel ou a Madeira⁴⁸³. O MNE ainda tentou sair do encontro com o aval à criação do exército angolano, mas nada feito: Holden preferia um «comando integrado e comum dos três exércitos», que dependesse «superiormente do Alto-Comissário», o qual deveria ser escolhido na Cimeira conjunta⁴⁸⁴.

Como só Costa Gomes poderia demitir Rosa Coutinho, Holden escreveu de novo a Belém. Algumas pessoas eram «abusivamente detidas e expulsas da sua pátria por um pouco significativo número de estrangeiros» (leia-se a Junta), que usavam os cargos para o fazer impunemente. Pedia, por isso, a saída do Almirante e «a extinção do MFA em Angola». Além disso, o MPLA usava armas e equipamentos da tropa portuguesa em seu benefício: «Os angolanos que lá se encontram a prestar serviço constituem um perigoso foco de indisciplina, no que se refere ao uso indiscriminado de viaturas, armamento e fardas, em missões extra serviço, e que, portanto, não são objecto de qualquer controlo. [...] Grande parte das mortes praticadas em Luanda resultou de tiros disparados por armas do Exército português, que existem às centenas no interior dos bairros suburbanos, e são essas mesmas que disparam muitas vezes contra as próprias Forças Armadas»⁴⁸⁵.

Chipenda apresentou-se como «a facção de combate» do MPLA. Dispunha «de homens no terreno» em número suficiente para «criar problemas de um momento para outro, se assim o desejasse», disse, e instalara-se em Kinshasa simplesmente «por razões tácticas». Pedira por escrito a Costa Gomes para ter um «bureau próprio» em Luanda, mas não era apenas o MPLA que se opunha. Havia membros da Junta que também eram «parciais», reclamou. Assumira a liderança do MPLA, mas Portugal não o reconheceu como líder e nada fez até Neto voltar a ser presidente. Não se tratara de passividade, rectificou o MNE, mas do desejo deliberado de «não nos imiscuirmos nem darmos passos em falso». Para Savimbi, era impossível aproximar Neto de Chipenda e não julgava boa ideia a Cimeira ser nos Açores, por causa da conotação que alguns países africanos lhe atribuíam «por lá existir uma base americana». Quando soube da exclusão dos ex-colonos da Cimeira, o líder da UNITA perguntou: «Uma mesa-redonda só com a participação dos representantes dos três principais Movimentos não poderia, porventura, suscitar ou criar frustrações em certas áreas da opinião pública e política de Angola, particularmente, da parte da população branca europeia?»⁴⁸⁶ A resposta não consta da acta. Savimbi também considerava que a Junta mostrava «tal parcialidade que não nos faz sentir seguros, nem nos dá confiança».⁴⁸⁷

A conversa com Holden foi a mais «longa e proveitosa», disse Soares a Hinton. Embora Portugal tivesse de falar com todos, Chipenda constituía um empecilho ao não reconhecer Neto como representante do MPLA nas negociações. Lisboa reconhecia-o, por gozar «de consideráveis apoios africanos, à excepção, claro, de Mobutu». Contava com os «da Zâmbia, da Tanzânia e especialmente da Argélia». E também da URSS, apesar de Neto dizer que «estava a reduzir as ligações a Moscovo». Na cimeira com Portugal, apenas estariam os três Movimentos: sem a FLEC ou qualquer grupo de ex-colonos. Mário Soares deslocou-se depois a Tunes, onde disse estar ainda em estudo o problema da opção da nacionalidade. Os portugueses de Angola não queriam ter de escolher, mas, como sublinhou, embora «a possibilidade da dupla nacionalidade» não estivesse posta de parte, dependeria exclusivamente «do consentimento dos novos países independentes»⁴⁸⁸.

Na Comissão Nacional de Descolonização, Mário Soares considerou que «o grande problema político» nas relações luso-zaienses era o destino dos Fiéis estrangeiros: «Mobutu não pode admitir

que os catangueses sejam aliciados pelo MPLA e utilizados agressivamente contra o Zaire.» E urgia dar-lhe «uma resposta»: «Convém tê-lo como aliado, não como inimigo.» Porque se Holden Roberto ganhasse, o chefe de Estado zaireense iria fazer a «mobutização» de Angola, passando a existir um «paralelismo» governativo entre os dois países: «Um só partido, um só chefe.»⁴⁸⁹ Holden Roberto aconselhou Lisboa a fazer rapidamente a cimeira quadripartida, sob pena de até lá os Movimentos se atirarem às gargantas uns dos outros, aditou Sá Machado. E mencionara saber de brancos que tinham ido a Kinshasa «para se queixar das perseguições sofridas em Angola». «Conheço bem quem são», reagiu Rosa Coutinho⁴⁹⁰. Holden também considerava «impossível fundir» as forças dos Movimentos «num exército unificado», disse Soares, considerando que Holden Roberto, Savimbi e o Chipenda estavam «feitos uns com os outros», pois andavam «sempre juntos» e demonstravam «uma grande intimidade».

Costa Gomes leu de seguida a carta de Holden Roberto pedindo a exoneração da Junta e da CCPA. Rosa Coutinho disse ter «provas repetidas e concretas» de que a FNLA aproveitara a trégua «para reforçar o seu dispositivo militar em Luanda e no Norte». O MPLA também estava «a tentar mobilizar forças», mas porque «face à ofensiva da FNLA tem consciência de que está em desfavor», justificou. Para o Almirante, a FNLA era apenas a fachada de que se serviam «elementos ligados ao grande capital», que desejavam banir o MFA e a todo o custo para «evitar que se instale em Angola um regime progressista que venha a prejudicar os seus interesses». Quando terminou Costa Gomes tomou a palavra: a CCPA impunha em Angola «um objectivo progressista, que certas forças em Luanda não pretendem». Não sendo desejável que Angola desequilibrasse, em prol da URSS, a instável correlação de forças em África entre Washington e Moscovo. Quando estivera em Nova Iorque, «o próprio Bouteflika» lhe dissera que Portugal deveria «acautelar-se e evitar um desvio de 180 graus» na linha política a adoptar «quer na Metrópole quer nas colónias»⁴⁹¹. A confiança sobre a recomendação de Abdelaziz Bouteflika (Ministro das Relações Exteriores argelino, representante dos países não-alinhados e presidente em exercício da Assembleia Geral da ONU) coincide com a conversa escutada por Veiga Simão. O chefe de Estado sondara-o sobre uma eventual saída de Portugal da NATO. «Em Portugal, há um movimento intenso que de alguma forma defende que Portugal está mal configurado no mundo e deveria aderir aos não-alinhados.» O que pensava sobre essa possibilidade? Bouteflika respondeu: «Deixem-se estar onde estão porque ainda nos podem ajudar, se passarem para o outro lado é que nos poderão arranjar problemas.»⁴⁹²

Após a subtil reprimenda presidencial, Rosa Coutinho aludiu à «implantação em força da FNLA» em Angola, perguntando como a deveria «travar». Mesmo que as medidas fossem «interpretadas como uma atitude parcial da Junta e da linha mais progressista das Forças Armadas», não se poderia permitir a «marginalização do MPLA». E havia ainda a questão dos catangueses que o MPLA reclamava para as suas fileiras. Almeida Santos (que estivera em Argel, mas não assistira às reuniões⁴⁹³) perguntara a Iko Carreira e a Paulo Jorge porque insistia o MPLA «num tão curto período de seis meses da formação do governo à independência», se era manifestamente insuficiente para formar um exército como o da FNLA. Responderam que iriam compensar essa desvantagem e «equilibrar a situação através do recrutamento maciço, incluindo os catangueses», o que para o MCI criaria «uma situação explosiva» que conduziria «eventualmente à guerra civil». Seria «explosiva a mobilização pelo MPLA dos catangueses», referiu Rosa Coutinho, mas a FNLA estar «a reforçar as suas posições no Norte graças às facilidades» garantidas pela «fronteira aberta com o Zaire», não o era. Para Almeida Santos, ou Portugal optava por «prosseguir uma acção de coerência ideológica», deixando as forças militares em Angola equilibrarem-se (o que significaria deixar o MPLA fortalecer-se) ou adoptava «uma solução prática e mais fácil»: não intervinha e deixava «processar-se o jogo». Fosse qual fosse a opção teria

«de ser rápida».

Deixar fluir seria má política, considerou Rosa Coutinho. A correlação de forças era desfavorável ao MPLA e, se as FAP não tomassem partido, nada mudaria. Temia que um eventual «cruzar de braços» de Lisboa beneficiasse irremediavelmente a FNLA. Não se poderia assistir impavidamente à ofensiva zairese que, segundo disse, já tinha sido tentada quando as delegações se tinham instalado em Luanda, e mesmo assim zairenses armados continuavam a entrar «livremente em Angola»: «*Tem havido imensa paciência da Junta que é acusada de parcialidade por quem realmente tem mais abusado.*» A FNLA possuía em Luanda «um perfeito arsenal de armamento» enquanto o MPLA tentava desesperadamente «evitar a sua marginalização». O primeiro-ministro estava absolutamente de acordo: era «pertinente e urgente travar esta escalada.»

Perante «o perigo de uma “mobutização” de Angola» através da aliança Holden, Chipenda e Savimbi, o Almirante não estava disposto a vergar. Para Almeida Santos não seria incoerente defender essa aliança, seria até «defensável» por ser «o que as forças brancas predominantes pareciam desejar»⁴⁹⁴. Mário Soares duvidava que fosse essa a escolha de «todos os brancos», mas admitia que «as posições políticas» da etnia branca estavam a mudar. Vasco Gonçalves colocou-se do lado do Almirante: a FNLA estava a tentar impor em Angola «formas neocolonialistas» de dominação. Se Lisboa cedesse a essa «política de chantagem», haveria repercussões «na Metrópole pela animação das forças reaccionárias». Para Mário Soares, o mais provável seria Chipenda alinhar com Holden. Rosa Coutinho corroborou: já era «de facto um braço armado da FNLA». O Almirante queria saber a resposta à sua questão: deveria consentir na via militar da FNLA, Chipenda e UNITA? Costa Gomes entendia que essa via traduzia a vontade de parte significativa da população: «*A “via militar” tem também na base uma realidade política que é o sancionamento e a aliança de personalidades brancas significativas e da UNITA.*»⁴⁹⁵ Para Almeida Santos «equilibrar» o MPLA poderia «contribuir para uma guerra civil». A ideia do favoritismo português pelo MPLA já se generalizara, qualquer prova que os outros Movimentos obtivessem dessa suspeita dar-lhes-ia um excelente pretexto para retaliar. A prudência teria de ser enorme, o que para o ministro significava a proibição absoluta de as autoridades de Luanda facilitarem, dentro de Angola, o reforço bélico e o avanço de posições de Neto. Ou como afirmou: «*Apenas ideológica e exteriormente se poderá apoiar o MPLA.*»

Mário Soares questionou se, na conferência final, os Movimentos iriam firmar um verdadeiro acordo ou apenas parar momentaneamente os confrontos para se reforçarem no campo militar e se enfrentarem posteriormente a uma escala impossível de controlar: Era altamente provável que a ideia deles fosse «estabelecer uma trégua provisória até que as posições políticas se definam por ajuste de forças eventualmente apoiadas no exterior». Dissera precisamente o que viria a acontecer nos meses seguintes em Angola. «A demasiada hostilização» do Poder Popular aos ex-colonos estava a levá-los «naturalmente a aliam-se à FNLA e à UNITA» que, como todos sabiam, estavam sob influência americana. Era evidente que, habituados a uma posição de superioridade, os brancos não iriam aderir repentinamente e de bom grado ao igualitarismo marxista imposto pelo MPLA, incendiando-lhes as casas e os automóveis: «*Obviamente que os colonos repelem uma socialização, em termos igualitários com os angolanos, que seja imediata e imposta à força.*» Se eram hostilizados pelo MPLA, restava-lhes «seguir a orientação para um objectivo tripartido» – a aliança da moderada UNITA com a força militar de Chipenda e da FNLA.

Para (ao concordar com Soares) não acentuar a clivagem de opiniões, Costa Gomes afirmou «ser tão importante resistir à agressão armada da FNLA como à agressão ideológica do MPLA». A Junta e a CCPA deveriam ter uma conduta mais sensata e imparcial, pois actuavam contra alguns desmandos, mas permitiam que outros continuassem: «*Consta em certas camadas angolanas que a Junta apenas está*

sensibilizada neste sentido ideológico.»⁴⁹⁶ Travavam zelosamente as ofensivas da FNLA, mas não se opunham com igual empenho aos excessos doutrinários do MPLA (contra brancos e negros dos outros Movimentos), o que constituía uma outra forma de violência. O Presidente não se deixara sensibilizar pelos motivos de Rosa Coutinho para Portugal auxiliar o MPLA e parecia até contrariar esse intento. Vasco Gonçalves tentou inverter a corrente, recorrendo a um argumento a que Costa Gomes não seria insensível: se o ELNA não fosse travado, em breve haveria em Angola mais soldados zaienses do que portugueses. Seria preciso «conter a escalada militar interna, isolando os catangueses da influência do MPLA [...], mas actuando com firmeza junto da FNLA, não permitindo a sua sobreposição à das nossas forças», exortou.

«Essa era a única solução», apressou-se a dizer Rosa Coutinho, arguindo (numa lógica de inversão causal brilhante) não ser o MPLA a querer incorporar os catangueses, mas ser o que estes desejavam. Seria difícil levá-los a não se juntarem à única força militar que poderia fazer frente à FNLA: haveria «grandes dificuldades em mentalizar os catangueses a não se empenharem, desde já, sob uma protecção que os defenda após a saída das nossas Forças Armadas», referiu. Percebendo a ideia – os Fiéis ficarem sob alçada do MPLA para Mobutu não lhes “deitar a mão” –, Mário Soares lembrou ter saído de Kinshasa com «a convicção» de que haveria «uma intervenção mais directa do Zaire se prosseguisse a aproximação do MPLA aos catangueses». A discussão reacendia-se quando o chefe de Estado ordenou que ficassem «sob controlo do Exército português» até ser «oportuno desmobilizá-los», facultando-se-lhes posteriormente o regresso ao Zaire ou a sua permanência em Angola⁴⁹⁷.

Ponto seguinte da agenda: Cabinda. Para Mário Soares, o Zaire só não apoiaria «uma secessão» se consolidasse «a sua influência numa Angola descolonizada». As FAP teriam de «agir militarmente» se houvesse «uma reabertura de hostilidades» no enclave, defendeu Rosa Coutinho. Nesse caso, seria «fundamental» que se realizasse «sem a intervenção de forças do MPLA», advertiu o MNE. Portugal ao lado das FAPLA em Cabinda seria um bom pretexto para Mobutu avançar resolutamente em direcção à costa atlântica. O Almirante reagiu: não via como o fazer sem as forças do MPLA, «dada a pouca mentalização operacional das nossas tropas». Costa Gomes teve de intervir: deveriam evitar-se confrontações armadas, mas também era preciso rechaçar eventuais ataques a Cabinda, embora o ideal fosse «evitar soluções de força, dado que carecemos de eficiência». O Presidente pedia para ser «evitada a colaboração de forças de qualquer dos outros partidos». Mário Soares interpelou-o: A Portugal interessava «ter uma Cabinda independente ou incorporada em Angola»? Almeida Santos respondeu: Até na «perspectiva política de Salazar e de Caetano, Cabinda foi sempre considerada separada de Angola». A desanexação poderia «facilitar uma aproximação a Portugal através de acordos bilaterais», mas qualquer via secessionista exigiria «diligências diplomáticas junto da Zâmbia e da Tanzânia». Portugal reiterava que Angola continuaria a integrar Cabinda, mantendo os contornos geográficos imperiais.

Foi também decidido não requerer a acção da OUA nos esforços de unificação do MPLA, pois Melo Antunes, «na próxima viagem à zona», iria diligenciar junto dos estadistas africanos e dos dirigentes desavindos. Quanto à representação dos brancos na Cimeira, Costa Gomes só admitia a presença das associações comerciais e industriais de Angola. O Almirante contrapôs: então os sindicalistas também teriam de ser incluídos ou poderiam comparecer apenas os três secretários de Estado adjuntos do seu governo. O Presidente não cedeu: só participariam os três Movimentos e empresários de Angola. A discussão seria retomada em reunião futura⁴⁹⁸.

Para Rosa Coutinho, aquela reunião teve um significado especial. Como o mandato de quatro meses da Junta de Angola terminava em 25 de Novembro, após a renúncia de Spínola tentou antecipar a sua dissolução para ser Alto-Comissário e criar um governo de transição semelhante ao de Moçambique.

Fez a primeira tentativa junto de Almeida Santos, no início de Outubro. Enquanto ministro que tutelava as antigas colónias competia-lhe assinar o respectivo decreto, mas o MCI não deu seguimento ao pedido. Insistira várias vezes: «*A Junta estava a acabar. Há mais de um mês que tinha pedido a Almeida Santos uma lei porque já não nos entendíamos; os desentendimentos começavam a desenhar-se.*» Em meados de Outubro, depois da confrontação com Altino de Magalhães por causa da invasão da Câmara Municipal, Rosa Coutinho não esperou mais. Como pela via governamental não conseguia o seu intento, contornou o problema. Aproveitou Almeida Santos ter partido para uma visita de duas semanas ao Oriente, para obter o que pretendia junto de outra instância plenipotenciária. Quando o MCI regressou, deparou-se com o facto consumado. «*Almeida Santos torpedeou-me o objectivo. [...] Por duas vezes insisti e não o consegui obter. Até que aproveitei uma deslocação dele a Macau e a Timor e o expus ao Conselho de Estado. Com o Dr. Teixeira Ribeiro e a doutora Isabel Magalhães Colaço, nessa tarde, em duas horas, fizemos a Lei.*»⁴⁹⁹

Os trâmites processuais demoraram e era preciso esperar pelo fim do mandato da Junta. Por esse motivo, a publicação do diploma ocorreu apenas em 27 de Novembro⁵⁰⁰. Aproveitando a presença de Almeida Santos na reunião Rosa Coutinho informou que, na véspera, o Conselho de Estado aprovara o decreto e queria saber se deveria ser empossado Alto-Comissário. O MCI não julgava ser a melhor solução. Costa Gomes concordou: exerceria a função, mas sem ser empossado⁵⁰¹. Ao chegar a Luanda, declarou: «*A Junta Governativa cessa funções. Durou, praticamente, quatro meses exactos.*»⁵⁰² Passaria a ter mais poderes e um vencimento igual ao do primeiro-ministro português e direito a honras protocolares idênticas⁵⁰³. Quem participaria na cimeira com Portugal? Só os Movimentos reconhecidos pela OUA. Embora estivesse convencido que 90 por cento da população angolana não se identificava com nenhum deles. A sua opinião era «puramente subjectiva», mas acreditava que, dos seis milhões de habitantes, «talvez nem um milhão» tivesse «ainda aderido ou manifestado quaisquer opções políticas» a favor de um dos Movimentos.⁵⁰⁴

Com o coração em Portugal

O Almirante chegava a Angola com motivos para celebrar, mas não os tinham os soldados que aguardavam ser rendidos. Assinadas as tréguas, não entendiam porque teriam de se envolver numa contenda nacionalista de um Estado que, em breve, seria soberano. Pelos quartéis circularam panfletos entre as praças de reforço, convidando-as a cessar toda a actividade a partir do dia 3 de Dezembro. As praças da Região Militar de Angola reivindicavam «o seu regresso à Metrópole no mais curto prazo». Numa tentativa de atenuar esse descontentamento foi reduzido o tempo do serviço militar dos jovens conscritos (oficiais ou sargentos milicianos e soldados) de 24 para 18 meses⁵⁰⁵. Explicava o CEME general Carlos Fabião que a redução do tempo de comissão, «ainda que aparentemente insignificante», implicava manter durante o ano de 1975 «o esforço de mobilização com a mesma intensidade». Pedia igualmente aos oficiais do Quadro e aos milicianos para não descuidarem a manutenção da ordem pública terminado que estava o conflito armado nas várias frentes angolanas: «O fim da guerra colonial do programa do MFA não significa o abandono dos territórios deixando-os à ruína e aos caos», declarou ao *Abertura*, o órgão oficial do MFA⁵⁰⁶. No programa radiofónico da CCPA *A Voz das Forças Armadas*, o Alto-Comissário exortava os militares a cumprirem com brio as suas missões: «*No processo de descolonização, as Forças Armadas não podem adoptar a atitude simplista de um Pôncio Pilatos que pretende conceder a independência e lavar daí as suas mãos.*»⁵⁰⁷

Para o chefe de Estado, sabendo os soldados que a retirada estava para breve, «talvez, infelizmente, não pudessem mesmo ter um comportamento honroso, o que permitiu o avanço dos Movimentos nos

locais onde havia guerra», aumentando assim a posição de vulnerabilidade das FAP em Angola. As unidades portuguesas «com excepção dos Comandos e dos Pára-quedaistas, já não demonstravam, de facto, a mesma eficiência de alguns anos antes»⁵⁰⁸. Os militares da Metrópole não sentiam qualquer motivação afectiva para continuarem a lutar. O seu coração estava em Portugal, para onde queiram voltar quanto antes. Angola não era nossa (como Salazar dizia) mas dos angolanos, e os territórios ultramarinos ainda poderiam estar sob domínio português, mas já não eram Portugal. Forjar nos militares metropolitanos um sentimento de pertença, que apenas existia entre os portugueses ultramarinos, não era algo que fosse possível incutir durante os meses de serviço militar. E mesmo os que migravam para Angola depois de terem cumprido a comissão faziam-no como civis, sem lhes importar quem governava, desde que pudessem nela viver e prosperar.

Em Angola, não se poderia esperar que se combatesse «até ao fim», pois «os nossos militares não tinham qualquer ligação com os locais onde se encontravam»⁵⁰⁹. Metade do contingente militar português era formado por soldados metropolitanos; a outra metade pelos locais incorporados pelo «recrutamento oportunista», que abrangia os naturais do território e os mancebos que fixavam residência em Angola um ano antes de serem chamados a apresentar-se. Como explica Pezarat Correia: «*Havia uma lei que dizia que os mancebos que residissem há mais de um ano na colónia eram recrutados na própria colónia para o contingente aí mobilizado. Como em Angola se vivia uma situação mais pacífica do que na Guiné e Moçambique, [alguns pais] mandaram os filhos estudar para Angola para que, ao fim de um ano, fossem aí mobilizados. Alguns até invocam o seu patriotismo porque foram voluntários para Angola.*»

Somando os soldados regulares africanos com as Forças Auxiliares – Tropas Especiais (TE), Grupos Especiais, (GE), catangueses (Fiéis estrangeiros) e Flechas –, «o contingente operacional local era superior ao que era mobilizado em Portugal». No final de 1974, a grande maioria dos recrutados locais exigiu a sua imediata desmobilização, o que levou os Movimentos a «arregimentarem para as suas fileiras os oficiais portugueses desmobilizados». O equilíbrio «passou a ser-nos desfavorável»⁵¹⁰. Portugal queria apressar a descolonização, mas em Dezembro, os líderes angolanos ainda não tinham definido o local nem a data para a cimeira com Portugal. Os Movimentos apenas teriam de concertar um modelo de transferência que lhes permitisse assumir o Poder no mais curto espaço de tempo. Interessava-lhes que Portugal se comprometesse com uma data para a independência e saísse de Angola em força, deixando-lhes todos os recursos (logísticos, imobiliários e financeiros) do legado colonial. Os governantes portugueses desejavam livrar-se do fardo que Angola representava e os angolanos estavam igualmente ansiosos que as tropas portuguesas e, com elas, os ex-colonos, partissem de vez.

A Costa Gomes, queixou-se o líder da FUA Fernando Falcão, por Portugal estar a cercar a liberdade de escolha dos angolanos ao não reconhecer «legitimidade às forças políticas não armadas», quando a JSN tinha assegurado «conferir a todos os sectores da população o direito a participarem nas negociações».⁵¹¹ Os portugueses mais indignados exprimiam-se anonimamente em frases espichadas nos edifícios públicos: durante a noite eram pintadas exortações, colados cartazes nas paredes e postas a circular nas ruas folhas impressas; numa, os brancos eram incitados a lutar pelos seus interesses; noutras, os negros eram exortados a conquistar o que sempre lhes fora sonogado. No final de Novembro «começaram a circular panfletos anónimos em Luanda, convocando para o Largo da Mutamba, em 8 de Dezembro, uma manifestação da “maioria silenciosa”»⁵¹². Ao regressar de Lisboa, Rosa Coutinho foi questionado sobre a iniciativa. Desconhecia e gracejou: «*Isso da maioria silenciosa já deu os seus frutos e, também, já tinha idade para ter juízo.*»⁵¹³ Por falta de mobilização ou por se tratar de uma falsa convocação, três semanas era reportado não ter ocorrido a manifestação que os escritos nas paredes anunciavam⁵¹⁴.

Luanda começara no início de Dezembro a ser bombardeada com emissões radiofónicas doutrinárias dos Movimentos já sediados na cidade. Além dos programas partidários difundidos através das rádios de Brazzaville e Kinshasa, a partir de 2 de Dezembro, a EOA passou a transmitir tempos de antena diários: 30 minutos por dia, onde se insultavam adversários e se incitava à rebelião do povo contra os colonialistas que há séculos o oprimiam⁵¹⁵. Os discursos, marcados por palavras de ordem e exacerbados elogios aos líderes nacionalistas, procuravam conquistar seguidores para a causa, mas funcionavam, sobretudo, como instrumento de propagação do ódio ao colonialismo e aos brancos que o representavam.

Em simultâneo foram proibidas publicações, cuja linha editorial não seguia a directriz oficial progressista, como o jornal *Província de Angola* (cujo proprietário era apoiante da FNLA) que foi suspenso durante duas semanas por publicar artigos contrários ao espírito da descolonização. Sê-lo-ia diversas vezes nos meses seguintes. As poucas vozes que ousavam criticar a situação vigente faziam-no com redobradas precauções. Reunidos em Nova Lisboa (para a ordenação episcopal do novo bispo auxiliar de Luanda, D. Zacarias Kamuendo), os bispos de Angola clamaram que a paz só existiria se houvesse um «são pluralismo», dando a entender que a sociedade angolana estava à beira da anarquia e de ser arrebatada pelo ateísmo marxista⁵¹⁶. O jornal oficial do governo zambiano alertava: «*Angola é demasiado rica para se dar ao luxo de um sistema político pluralista. Os seus inimigos são por de mais numerosos para que possa sobreviver com um regime político multipartidário.*»⁵¹⁷ Os bispos de Angola estavam «apreensivos» com «a existência de correntes ideológicas e de gestos» que maculavam «a harmonia social». Condenavam ainda a restrição à liberdade de expressão e os que através dos meios de difusão de massas incitavam o povo a condutas pouco cristãs: «*Deploramos, não só, que alguns deles tenham divulgado verdadeiros convites ao rancor e à violência, mas também que outros tenham sido, por vezes, objecto de arbitrarias e abusivas limitações.*»⁵¹⁸

Por todo o território sucediam-se acções de esclarecimento, marchas e concentrações para angariar simpatizantes seduzidos com falsas promessas, garantias incertas ou direitos que não o eram. Em Sá da Bandeira, a FNLA dizia que os brancos já não teriam lugar no próximo governo. Em Guerra Machado, a UNITA garantia que «os angolanos não deveriam pagar mais imposto, devendo os brancos ser desarmados para não matarem mais pretos»⁵¹⁹. «*O radicalismo do Poder Popular do MPLA nos muceques de Luanda tivera como resultado a sua conotação com a violência e a sua identificação como inimigo principal.*»⁵²⁰ As populações eram sujeitas a vários tipos de «atitudes inconvenientes». As menos gravosas traduziam-se pela cobrança de fundos em peditórios coercivos a favor dos Movimentos, seguidos de ameaças de morte aos que não contribuíssem. A coacção era exercida sobre várias formas. As pessoas eram intimadas a entregar o que levavam quando circulavam a pé ou de automóvel: objectos pessoais, dinheiro, documentos, roupa. Mas também quando se cruzavam com elementos armados nos cafés e nas lojas e por qualquer motivo, surgia uma «maca» (confusão). Muitos actos poderiam não chegar à agressão física, mas psicologicamente abalavam os nervos dos menos habituados ao toar das armas. De todas as ameaças, a detenção era a mais a temida: muitos dos que eram levados sob prisão, nunca mais eram vistos com vida⁵²¹. Nas missões de patrulhamento, os soldados afectos ao MPLA e à FNLA exerciam frequentemente represálias sobre os seguidores do Movimento rival. «*Na sua actividade de detecção de meliantes nos muceques de Luanda, tem-se verificado que, quando os detidos são militantes da FNLA ou da UNITA, são levados para as instalações do MPLA, onde são espancados. Procedimento análogo tem-se registado por parte da FNLA em relação a militantes do MPLA.*»⁵²²

A população branca deixara de acreditar nos grupos políticos angolanos surgidos depois do 25 de Abril «para passar a enfileirar com os três Movimentos mais representativos». As suas preferências

variavam consoante o estrato social, a zona de residência, a faixa etária, o grau de politização e de instrução, a ligação à Metrópole e os interesses económicos. O apoio a cada Movimento era atribuído consoante o lugar detido na estrutura produtiva: assalariados, funcionários públicos ou proprietários. A preferência pelo MPLA era clara entre os funcionários do Estado mais escolarizados e os brancos que exerciam actividades liberais na área da Saúde, da Justiça e do Ensino. Em suma, a «camada “intelectual” voltou-se para o MPLA». Os proprietários de fazendas e plantações de média dimensão, de cadeias de distribuição e estabelecimentos comerciais, que detinham «maior poder económico», estavam ao lado da FNLA. Os pequenos proprietários ou comerciantes, agricultores, trabalhadores menos qualificados e os residentes nos centros urbanos de média dimensão – que constituíam na sociedade colonial «a classe mais débil, económica e intelectualmente – escolheram a UNITA»⁵²³. A população branca nunca se congregou em torno de um partido que defendesse os seus direitos de minoria: os membros das forças securitárias coloniais tendiam para a FNLA; os militares progressistas aquartelados em Luanda eram claramente pró-MPLA, manifestando um reduzido grau de tolerância às provocações dirigidas pelos “flanelas”⁵²⁴.

O comandante Martins e Silva contara a Killoran que o ELNA colaborava com o Exército português na manutenção da segurança das zonas rurais e estancara os ataques com punições exemplares, através do «julgamento sumário» dos detidos. *«A justiça sumária exercida contra o banditismo fê-la ter a zona sob controlo. Os trabalhadores dos cafezais originários do Sul foram autorizados a regressar ao Norte para não pôr em risco a colheita do próximo ano. O Exército português foi descartado pela maior parte dos habitantes do Norte por ser ineficaz e não ter estômago suficiente para aplacar os bandidos. Os brancos fizeram a sua própria paz com a FNLA e, agora, apoiam activamente o Movimento.»*⁵²⁵ A adesão dos portugueses à FNLA (não apenas no Norte, mas um pouco por todo o território e, sobretudo, em Luanda) explicava-se pelo extremismo do MPLA contra os brancos, que viam na implacável actuação do ELNA a protecção de que necessitavam. Em Malange, a FNLA já tinha uma delegação e, nas ruas principais da cidade, «elementos das patrulhas pedestres bem armados e bem fardados». A partir de Carmona, o ELNA controlava o distrito do Uíge, «procurando brancos e negros a sua protecção». A maioria dos cafeeiros brancos pagava uma taxa em dinheiro ou em géneros e tinham sido criadas brigadas conjuntas da FNLA e da UNITA que visitavam as residências dos brancos, aos quais pediam para ter calma e paciência. A atmosfera de cordialidade poderia alterar-se em breve com a chegada dos elementos do MPLA, apoiado na região de Carmona por «muitos burocratas e jovens, inclinando-se os menos instruídos e mais conservadores para a FNLA». Apesar da paz momentânea, a guerra continuava a ensombrar o pensamento da maioria dos habitantes da região, como assinalava Killoran: *«A possibilidade de uma guerra civil é o principal tópico de conversa no Norte. Alguns observadores consideram-na inevitável se Neto se mantiver na liderança do MPLA. Outros, incluindo os líderes da FNLA na zona, sentem que uma eleição livre poderá garantir uma transferência de poderes ordeira e evitar a guerra civil. A FNLA admite, porém, estarem a preparar-se para combater, caso seja necessário.»*⁵²⁶

³⁷⁰ *Diário de Luanda*. 31 de Outubro de 1974, pp. 1,3.

³⁷¹ António Gonçalves Ribeiro (2002), *A Vertigem da Descolonização: da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, Lisboa, Editorial Inquérito, p. 143.

³⁷² Entrevista ao general Pizarat Correia. Queluz, 31 de Outubro de 2012.

³⁷³ Rosa Coutinho em *Estudos Gerais da Arrábida*. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 106.

³⁷⁴ Rosa Coutinho e Pizarat Correia. *Idem*, pp. 106, 123-124.

[375](#) Rosa Coutinho. *Idem*, p. 106.

[376](#) Rosa Coutinho, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 245.

[377](#) Jorge Serro em *idem*, *ibidem*, p. 242.

[378](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16. 3 de Novembro de 1974.

[379](#) *Diário de Luanda*, 2 de Novembro de 1974, pp. 3, 7.

[380](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Relatórios diários. 5-6 de Novembro de 1974.

[381](#) «Luanda, 947, November, 6, 1974.»

[382](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16.SITREPS. 8 de Novembro de 1974.

[383](#) *Diário de Luanda*, 8 de Novembro de 1974, p. 7.

[384](#) ADN.SIPFA.S.12.C.27. Relatórios diários. Proc. 3, 7 e 8 de Novembro de 1974, p. 6.

[385](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.6. 3, 8 de Novembro de 1974.

[386](#) *Diário de Luanda*. 8 de Novembro de 1974, p. 7.

[387](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16. 6 de Novembro de 1974.

[388](#) «Washington, 245708, November, 7, 1974. Confidential.»

[389](#) «Washington, 245708, November, 7, 1974. Confidential.»

[390](#) *Diário de Luanda*. 8 de Novembro de 1974, pp. 2,7.

[391](#) *Diário de Luanda*. 8 de Novembro de 1974, pp. 8-9.

[392](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Relatórios diários. 8-11 de Novembro de 1974, p. 11.

[393](#) Gonçalves Ribeiro, *ibidem*, p. 144.

[394](#) *Diário de Luanda*, 11 de Novembro de 1974, pp. 10-11.

[395](#) ADN.SIPFA.F.3.S.12.C.27. Relatórios diários, 8-11 de Novembro de 1974, p. 11.

[396](#) *Diário de Luanda*. Comunicado do CCFAA, 11 de Novembro de 1974, p. 2.

[397](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16. 11 de Novembro de 1974.

[398](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Relatórios diários. 8-11 de Novembro de 1974.

[399](#) *Diário de Luanda*, 11 de Novembro de 1974, p. 2.

[400](#) Pezarat Correia, *ibidem*, p. 115.

[401](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Relatórios diários. Proc. 4. 8-11 de Novembro de 1974, p. 3.

[402](#) Silva Cardoso, *ibidem*, p. 441.

[403](#) *Diário de Luanda*, 11 de Novembro de 1974, p. 3.

[404](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Relatórios diários. Proc.7. 13-14 de Novembro de 1974, p. 12.

[405](#) *Diário de Luanda*, 13 de Novembro de 1974.

- [406](#) ADN.F.3.S12.C.27. Relatórios diários, Proc. 7. 13-14 de Novembro de 1974, p. 12.
- [407](#) *Idem, ibidem.*
- [408](#) ADN.F.3.S.12.C27.Proc. 8. 14-15 de Novembro de 1974, p. 13.
- [409](#) ADN.F.3.S.12.C27.Proc. 6. 12-13 de Novembro de 1974.
- [410](#) *Diário de Notícias*, 11 de Novembro de 1974, em Manuel Barão da Cunha (1975), *Radiografia Militar*, Lisboa, Editorial O Século, pp. 215-216.
- [411](#) ADN.F.3.S.12.C.27.Proc. 17. 27-28 de Novembro de 1974, p. 10.
- [412](#) *Idem.* 13 de Novembro de 1974.
- [413](#) ADN.F.3.S12.C.27. Proc. 7. 13-14 de Novembro de 1974, p. 12.
- [414](#) *Diário de Luanda.* 11 de Novembro de 1974, p. 7.
- [415](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.ª Repartição do EME. Proc. 5. 11-12 de Novembro de 1974, pp. 5-6.
- [416](#) «Luanda, 970, November 13, 1974.»
- [417](#) «Luanda, 970, November, 13, 1974.»
- [418](#) F.3.S.12.C.27. 2.ª Repartição do EME. Proc. 10. 18-19 de Novembro de 1974, p. 10.
- [419](#) *Diário de Luanda.* 16 de Novembro 1974, p. 11.
- [420](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.ª Repartição do EME. Proc. 10. 18-19 de Novembro de 1974, p. 10.
- [421](#) *Diário de Luanda*, 16 de Novembro de 1974, p. 11.
- [422](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.ª Repartição do EME, Proc. 19. 3 de Dezembro de 1974, p. 10.
- [423](#) *Diário de Luanda.* 12 de Novembro de 1974, p. 7.
- [424](#) ADN.SIPFA.C.6005. Proc. 103.140. *Diário Popular*, 29 de Novembro de 1974, p. 13.
- [425](#) «Luanda, 1052, December 2, 1974. Confidential.»
- [426](#) *Diário de Luanda.* 1 de Dezembro de 1974, p. 3.
- [427](#) «Luanda, 970, November, 13, 1974.»
- [428](#) *Diário de Luanda.* 11 de Novembro de 1974, p. 7.
- [429](#) ADN.SIPFA.C.5932. Proc. 103.241. *Diário de Notícias.* 30 de Novembro de 1974, p. 11. *O Século.* Proc. 103.243. 3 de Dezembro de 1974, p. 11.
- [430](#) *Diário de Luanda.* 1 de Dezembro de 1974, p. 3.
- [431](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 128-129.
- [432](#) AND.F.3.S.12.C.27. 2.ª Repartição do EME. Proc. 10, 18 e 19 de Novembro de 1974, p. 10.
- [433](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 110.
- [434](#) *Diário de Luanda.* 16/19 de Novembro de 1974, p .2.
- [435](#) «Luanda, 970, November 13, 1974.»

- [436](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Relatórios Diários. Proc. 15. 25-26 de Novembro de 1974, pp. 7-8.
- [437](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.16.SITREPS. 18-23 de Novembro de 1974.
- [438](#) Idem. SITREPS. 22-25 de Novembro de 1974.
- [439](#) Idem. Anexo ao SITREPS. ZML. Alferes Barros Martins. Sector de Cuanza Norte. 11 de Novembro de 1974.
- [440](#) *Diário de Luanda*. 23 de Novembro de 1974, p. 8.
- [441](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.8. 11 de Novembro de 1974, pp. 1-2.
- [442](#) «Luanda, 984, November 15, 1974. Confidential.»
- [443](#) *Diário de Luanda*, 16 de Novembro de 1974, pp. 8-9.
- [444](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Actas da Comissão Nacional de Descolonização, pp. 1-2.
- [445](#) Idem, pp. 6-7.
- [446](#) «Kinshasa, 9729, November 19, 1974. Secret.»
- [447](#) «Lisbon, 5211, November 28, 1974. Secret.»
- [448](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 162.
- [449](#) ADN.F.3.S.12.C27. Proc.11. 19-20 de Novembro de 1974, p. 7.
- [450](#) ADN.F.3.S.12.C27. Proc. 11. 19-20 de Novembro de 1974, p. 7.
- [451](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.Pré-Alvor. Doc. 14, pp. 2-4.
- [452](#) Alves Ribeiro, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 291.
- [453](#) Entrevista a Altino Magalhães, em 21 de Outubro de 2011.
- [454](#) Altino Magalhães, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 246.
- [455](#) Alves Ribeiro, em *idem*, *ibidem*, p. 291.
- [456](#) AHM.F.43.S1.C.836. P.11. Comando-chefe. Secreto. 18 de Novembro de 1974.
- [457](#) Silva Cardoso, *ibidem*, pp. 453-455.
- [458](#) Silva Cardoso nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 116.
- [459](#) Heitor Almendra, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 255.
- [460](#) Entrevista a Altino Magalhães em 21 Outubro de 2011.
- [461](#) Rosa Coutinho, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 233.
- [462](#) «Luanda, 1022, November 26, 1974. Confidential.»
- [463](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.Pré-Alvor.Doc. 16. 19 de Novembro de 1974, pp. 1,3.
- [464](#) Idem, pp. 2,3.
- [465](#) Iko Carreira (1996), *ibidem*, p. 165.
- [466](#) Entrevista ao General Pezarat Correia. Queluz, 31 de Outubro de 2012.

[467](#) Melo Antunes, em Maria João Avillez (1994), *Do Fundo da Revolução*, Lisboa, Público, pp. 18-19.

[468](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Pré-Alvor. Doc.15. Secreto. 18-19 de Novembro de 1974, p. 1.

[469](#) *Idem*, pp. 3-5.

[470](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Pré-Alvor.Doc.15.Secreto. 18-19 de Novembro de 1974, pp. 3-4.

[471](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Pré-Alvor.Doc.15.Secreto. 18-19 de Novembro de 1974, pp. 4-5.

[472](#) *Idem*, pp. 5-6.

[473](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Pré-Alvor.Doc.15.Secreto. 18-19 de Novembro de 1974, pp. 6,9.

[474](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Pré-Alvor.Doc.15.Secreto. 18-19 de Novembro de 1974, pp. 10-11.

[475](#) *Idem*, p. 12.

[476](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Pré-Alvor.Doc.15.Secreto. 18-19 de Novembro de 1974, pp.14-15.

[477](#) *Idem*, pp. 16-18.

[478](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Pré-Alvor.Doc.15.Secreto. 18-19 de Novembro de 1974, pp. 19-21.

[479](#) *Idem*, pp. 22-25.

[480](#) «Lisbon, 05236, November 27, 1974.»

[481](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31.Actas da Comissão Nacional de Descolonização, 23 de Novembro de 1974, p. 7.

[482](#) *Idem*, pp. 6-7.

[483](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Pré-Alvor.Doc.19. 24 Novembro 1974, p.1-5

[484](#) AHM.F.43.S.6.C.842.P.42. Encontro com a FNLA, 24 Novembro, p.2

[485](#) *Idem*. Carta de Holden Roberto ao PR, 24 Novembro de 1974, p.1-4

[486](#) AHM.F.43.S.6.C.842.P.42. Encontro com Chipenda. 24 de Novembro de 1974, pp. 1-.3.

[487](#) CD25Abri.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.Doc.21. 24 de Novembro de 1974, p. 2.

[488](#) «Kinshasa, 9931, November 25, 1974.»

[489](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Actas da Comissão Nacional Descolonização. 28 de Novembro de 1974, pp. 3-4.

[490](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Actas da Comissão Nacional Descolonização. 28 de Novembro de 1974, pp. 5-7.

[491](#) *Idem*, pp. 11-12.

[492](#) Entrevista a Veiga Simão. Programa Conversa Maior, 13 de Março de 2011. RTP/Memória. Autoria e apresentação de Carlos Pinto Coelho. Produção RTP (2010).

[493](#) Iko Carreira (1996), *ibidem*, p. 165.

[494](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Actas da Comissão Nacional Descolonização. 28 de Novembro de 1974, p. 12-14.

[495](#) *Idem*, pp. 14-15.

[496](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Actas da Comissão Nacional Descolonização. 28 de Novembro de 1974, p. 15.

[497](#) *Idem*, pp. 15-16.

[498](#) *Idem*, pp. 17-18.

[499](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 139-140.

[500](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.^a Repartição do EME. Proc. 16. 26-27 de Novembro de 1974, p. 10.

[501](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 139-140.

[502](#) *Diário de Luanda*, 30 de Novembro de 1974, p. 2.

[503](#) *Idem*, 29 de Novembro, p. 1.

[504](#) *Idem*. 30 de Novembro de 1974, p. 11.

[505](#) ADN.F.3.S.12.P.27.Proc.21. 5 de Dezembro de 1974, p. 11.

[506](#) *Diário de Luanda*. 19 de Dezembro de 1974, p. 2.

[507](#) *Idem*. 17 de Dezembro, pp. 1-2.

[508](#) Maria Manuela Cruzeiro, *ibidem*, p. 232.

[509](#) *Idem, ibidem*.

[510](#) Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 144-145.

[511](#) Silva Cardoso, *ibidem*, p. 473.

[512](#) ADN.F.3.S.12.C.27.Proc.19. 3 de Dezembro de 1974, p. 10.

[513](#) *Diário de Luanda*, 30 de Novembro de 1974, p. 11.

[514](#) ADN.F.3.S.12.C.27.Proc.29. 17 de Dezembro de 1974, p. 11.

[515](#) *Idem*. Proc.21. 7-8 de Dezembro de 1974, p. 8.

[516](#) *Diário de Luanda*. 30 de Novembro de 1974, pp. 2, 8.

[517](#) ADN.F.3.S.12.C.27.Proc.18. 28-29 de Novembro de 1974, pp. 10-11.

[518](#) *Diário de Luanda*, 30 de Novembro de 1974, pp. 2, 8.

[519](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. CCFAA, 2.^a Repartição. R.I. n.º 5. 26 de Dezembro de 1974, p. 9.

[520](#) Pezarat Correia, *ibidem*, p. 129.

[521](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29.CCFAA, 2.^a Repartição. R.I. n.º 6. 2 de Janeiro de 1975, pp. 11-12.

[522](#) *Idem*. R.I. n.º 5. 26 de Dezembro de 1974, p. 9.

[523](#) ADN.F.3.S.12.C.27.Proc.11. 19-20 de Novembro de 1974, p. 7.

[524](#) «Flanelas» era a designação jocosa pela qual militantes e simpatizantes do MPLA se referiam aos seus congéneres da FNLA.

[525](#) «Luanda, 1090, December 16, 1974. Confidencial.»

[526](#) *Idem*.

4. PROCESSO EM CURSO

Políticos versus militares

Sem ter um modelo de descolonização para Angola, Lisboa aguardava pelas propostas dos líderes nacionalistas: se escolhessem o modelo a seguir haveria menos probabilidades de se desentenderem. Para Mário Soares, «houve várias concepções de descolonização que, por vezes, entraram em choque e que, de algum modo, reflectiam as lutas políticas internas portuguesas»⁵²⁷. Segundo o historiador António José Telo coexistiram «seis políticas de descolonização, com centros de execução parciais», cujo «choque» produziu «a confusão e a incoerência tremenda que foi o processo»⁵²⁸. Em Dezembro de 1974, quatro dessas estratégias tinham-se eclipsado: o modelo em prol de um Portugal pluricontinental e a de uma comunidade lusófona foram inviabilizadas com a renúncia de Spínola, mas também a que defendia eleições pré-independência para a implantação de regimes democráticos, que Mário Soares e Almeida Santos não defenderam, como o ex-MNE já afirmava em 1975: «*Como é que se exerce a autodeterminação nas colónias? Esse é o problema. Através de uma votação democrática, em que cada homem terá um voto? É caso para perguntar onde é que essa votação teve lugar em todos os países da actual África? [...] De facto, em quase todos os regimes africanos actuais, existe um regime de partido único, que é um partido nacionalista.*»⁵²⁹ Também a pretensão de os colonos concorrerem a eventuais eleições ou integrarem os governos de transição até às independências foi banida nas reuniões preparatórias com os Movimentos angolanos. No último trimestre de 1974 subsistiam apenas duas teorias: a do MFA que preconizava negociações apenas com os Movimentos armados e a do PCP que, segundo Telo, pretendia a transferência da soberania para o partido «com mais ligações a Moscovo». No caso de Angola estas duas vias convergiam: a primeira trilhou caminho até à assinatura do Acordo do Alvor; a segunda tentou impor-se durante o Verão de 1975 apoiada pela ala mais esquerdista do MFA e encabeçada pelo almirante Rosa Coutinho: a entrega do Poder ao MPLA à data da independência foi uma das vias propostas perante o incumprimento do Acordo, esbarrando na oposição dos 40 oficiais subscritores do Documento dos Nove, entre os quais se contavam o major Pizarat Correia e o capitão Sousa e Castro, que dizia na véspera da independência que, não tendo sido o MPLA «um Movimento desfavorecido pelas autoridades portuguesas», deixar-lhe o Poder poderia «servir os interesses de uma potência imperialista», o que seria «uma alta traição»⁵³⁰.

A concepção do MFA prevaleceu apoiada por sectores que desejavam «andar muito rapidamente e de forma radical» e que se configurava pela convergência de perspectivas entre a Coordenadora e certos líderes nacionalistas: o MFA chegou a considerar-se o quarto Movimento de Libertação «e era, portanto, solidário» com os pontos de vista por eles defendidos⁵³¹. Melo Antunes não entendia a estranheza de Mário Soares: «*Alguns de nós fomos mesmo acusados de traição por defendermos uma doutrina que coincidia com a dos ML. Não era por acaso que coincidia. Era porque estávamos do mesmo lado da História.*»⁵³² As duas visões colidiam permanentemente nas reuniões em Belém que antecederam os encontros da Penina, mas no Alvor já era evidente que a tendência mais moderada tinha sido suplantada. Em surdina assistia-se a uma guerra de protagonismos bipolarizada entre militares e políticos que Costa Gomes arbitrava, delegando nos vários intervenientes missões paralelas em palcos

distintos: Melo Antunes e Vítor Crespo fizeram contactos directos com os dirigentes africanos ligados ao MPLA; Mário Soares, Passos Ramos e Fontes Pereira de Melo com a FNLA, a UNITA e os países contrários a uma solução pró-Neto, o Zaire e o Senegal.

Parecia evidente a permeabilidade de Costa Gomes a soluções de compromisso que não afrontassem directamente os países vizinhos aliados das duas superpotências. Costa Gomes detinha a última palavra mediando as contendas verbais e resistindo às pressões para desautorizar uns em benefícios de outros: não retirou Rosa Coutinho de Angola antes das negociações com os Movimentos, mas não o reconduziu no cargo de Alto-Comissário. Não menosprezou a ala esquerdista do MFA, mas não se coibia de a repreender e, ao contrário de Spínola, confiou em absoluto no ministro sem pasta. Concedeu-lhe «carta-branca» para as negociações angolanas, retirando essa prerrogativa aos dois governantes socialistas que teriam pouca ou mesmo nenhuma influência no resultado final do Acordo do Alvor. Mário Soares investiu as suas competências diplomáticas na *realpolitik* deixando ao MFA a condução do processo angolano. Como confirmou Melo Antunes: Soares encarregara-se da Guiné, em «Angola e Moçambique foi o contrário». O secretário-geral do PS foi relegado para segundo plano. «*Daí que as acções mais importantes no sentido que a descolonização tivesse uma determinada orientação tenham vindo do MFA.*»⁵³³

Em Dezembro de 1974, os governantes portugueses desdobraram-se em contactos externos para provar que, em breve, Portugal se tornaria uma democracia ocidental e merecedora de ser readmitida nas instâncias internacionais. Portugal desejava mostrar às democracias ocidentais (em particular aos EUA e à Comunidade Económica Europeia) que o novo regime tinha capacidade suficiente para resolver os seus problemas e pôr fim ao império ultramarino sem sobressaltos. Os novos governantes portugueses desejavam ser merecedores de crédito por não ambicionarem manter qualquer forma de ligação eurocêntrica aos países africanos lusófonos: facilitariam a transição de poderes em Angola sem nada exigir em troca nem dela retirar sequer «um alfinete». A mesma «operação de charme» era empreendida pelos líderes angolanos para granjearem apoios. Se nas conversações com os portugueses a intenção de tomar o Poder pelas armas era habilmente dissimulada, em encontros secretos e diligências confidenciais com os estadistas africanos amigos – os Estados não-alinhados mas também com os parceiros da NATO e os subscritores do Pacto de Varsóvia –, pediam meios bélicos e financiamento para se reforçarem militarmente. Quase 20 anos depois, Melo Antunes admitiu ser «possível que, já desde o Alvor, ou mesmo antes, cada um dos Movimentos tivesse negociado os apoios políticos e militares que lhes eram necessários para obterem a supremacia e esmagarem os adversários»⁵³⁴. Não estava enganado. Em breve começaria a retracção do dispositivo das FAP nos postos mais longínquos da capital, nas fronteiras e nas capitais de distrito, deixando caminho livre à ocupação das zonas e dos quartéis vagos. Em Luanda (como nos restantes distritos) todos os dias abriam novas delegações. Militares armados circulavam pelo território disputando cada parcela de terreno, originando inicialmente escaramuças esporádicas localizadas e, mais tarde (já munidos de arsenal bélico de ponta) ensurdecedores bombardeamentos nos centros das cidades, que chegavam a durar dias consecutivos. Para além das armas roubadas dos paíóis do Exército português, os Movimentos apoderaram-se das que tinham pertencido à OPVDCA, armazenadas em locais de fácil acesso e cuja localização era conhecida por todos. E foram recebendo quantidades maciças de outras que chegavam por via aérea, terrestre e marítima. O armamento provinha do Congo, do Zaire e da Tanzânia e era destinado ao MPLA e à FNLA. A UNITA, sem apoios externos de relevo, solicitava a Portugal que lhe deixasse o armamento.

Lisboa não apresentou um modelo de governação para não ser acusada de paternalismo ou superioridade. Enquanto detentora da soberania até à independência poderia ter definido cláusulas de

reserva nas matérias do contencioso financeiro e sobre os nacionais de Angola – de todas as etnias e origens geográficas do império (cabo-verdianos, santomenses e goeses) – que oficialmente representava. Mas tal não foi equacionado por existir uma convergência de pensamento entre ambas as partes. Não foi elaborado um «plano B», caso o acordo firmado com os Movimentos não viesse a ser respeitado e, no Alvor, a parte portuguesa limitou-se a expor algumas sugestões que poderiam não ser acolhidas pelos líderes angolanos. A eles caberia sempre a última palavra, e um tal excesso de generosidade revelou-se imprudente. Ao aceitarem que fossem os futuros governantes a decidir o destino das populações, incluindo das de nacionalidade portuguesa (abdicando de uma prerrogativa que não sendo um direito também não foi considerado um dever) o Estado português demonstrava confiar plenamente no discernimento dos dirigentes angolanos. Como referiu Melo Antunes, «para facilitar as negociações» e «porque ainda havia muita gente que punha em causa a nossa boa-fé quanto à questão de Angola (dizia-se muitas vezes que tínhamos cedido mais facilmente nas outras colónias, mas que a Angola nos iríamos agarrar como uma lapa), propusemos que se reunissem antes em Mombaça a fim de apresentarem uma plataforma comum de discussão»⁵³⁵.

A desejada cooperação começou por ser testada em Luanda pelos protocolos que definiriam a instalação dos militares angolanos na capital, o número de efectivos que cada Movimento disponibilizaria para as patrulhas mistas (formadas pelo COPLAD) e as respectivas áreas de actuação. Na primeira reunião a FNLA atribuiu os incidentes ocorridos a «bandos de marginais» que estavam a ser orquestrados (pelo MPLA). A insinuação era «abusiva, mas não fortuita», reagiu o representante desse Movimento: a FNLA tentava desviar a atenção dos ataques perpetrados em Malange e no Cuanza Norte, onde estava a ocupar posições⁵³⁶. Foi neste clima amistoso que a parte portuguesa propôs que os patrulhamentos mistos comesçassem pela capital. Os Movimentos deveriam sediar-se em locais «adequados e acessíveis», mas não em «instalações militares» porque Luanda estava delas «carenciada» e utilizariam os armamentos próprios, estando-lhes proibido o uso de «armas com efeitos mais devastadores» como lança-granadas, granadas de mão defensivas e metralhadoras⁵³⁷. O patrulhamento da capital só deveria iniciar-se depois de o governo ser empossado, mas dado «o grau de instabilidade» que grassava na cidade deveria «ter lugar tão cedo quanto possível», referiu Silva Cardoso⁵³⁸.

Com a dispensa aos efectivos locais, o resultado (anotava Killoran) tinha sido um decréscimo substancial do contingente militar português em Angola. Segundo lhe dissera Martins e Silva, «o recrutamento de soldados brancos e negros de Angola tinha cessado com o encerramento naquela semana do Centro de Instrução Militar de Nova Lisboa». «*Alguns militares negros já tinham sido dispensados anteriormente devido a problemas disciplinares, pelo que cinco companhias de tropas negros, incluindo oficiais (três de Luanda, uma de Nova Lisboa e uma de Sá da Bandeira), estavam a ser aliciados para integrar o futuro exército angolano.*» Todos os patrulhamentos dos subúrbios eram realizados por soldados negros que fixavam «cordões de segurança entre os muceques e o asfalto, a zona branca da cidade». Também a redução de 24 para 18 meses do tempo de comissão gerara uma «muito maior rotatividade de tropas estacionadas em Angola» e uma grande quantidade de soldados a enviar para Portugal sem que houvesse meios aéreos para o fazer. Como a capacidade de resposta da TAP era «insuficiente para assegurar o regresso de todos os militares» foi necessário recorrer ao transporte marítimo, mas quando foi requisitado o navio *Infante Dom Henrique* para levar para casa 2.000 soldados houve «um grande clamor de protesto por parte dos 1.600 brancos com passagem já marcada para Lisboa»⁵³⁹.

Killoran relacionava a celeridade imposta ao embarque de militares com a informação oficiosa que tivera: a Junta estava a substituir grande parte das unidades no território por razões políticas. Como

Melo Antunes dissera em Argel. Corria o rumor de que o Exército português planeava «substituir todas as tropas brancas até ao mês de Abril de 1975» por o seu desempenho ser «fraco, com baixo moral, e por o MFA querer receber de Portugal novas tropas e politicamente mais fiáveis». Embora Martins e Silva negasse «a intenção de fazer uma tal “limpeza”» – a renovação das companhias era um procedimento normal que se manteria durante o período de transição, argumentou. Nos meses seguintes haveria «provavelmente um défice de algumas centenas de militares de vários escalões». Revelou também que em breve ocorreriam grandes mudanças nas chefias militares em Angola. Altino de Magalhães iria regressar dentro de dias a Lisboa e seria comandante da Região Militar de Angola Ernesto Ferreira de Macedo (governador do distrito do Moxico e comandante da Região Militar Leste). Altino de Magalhães sairia «por ter terminado a comissão de serviço em Setembro»; apenas permanecera em Luanda por ser membro da Junta, explicou. Também Themudo Barata (ex-governador de Cabinda) partira naquela semana para Lisboa. Tinha-lhe sido dada «a opção de se manter ao serviço ou de se aposentar, mas parece», registava Killoran, «que o Exército espera que opte pela solução mais honrosa»⁵⁴⁰.

Uma semana após chegar a Luanda, o coronel Heitor Almendra foi chamado por Rosa Coutinho que lhe perguntou se em vez de ficar à frente do COPLAD gostaria de ser governador de Cabinda e comandante-chefe do distrito, cujo lugar era assumido interinamente pelo coronel José Lopes Alves. Respondeu que se fosse essa a decisão voltaria ao seu posto de 2.º comandante do Regimento de Paraquedistas em Tancos⁵⁴¹. Após a recusa de Almendra, Pizarat Correia comunicou ao CEME ser «conveniente a manutenção de Almendra» no COPLAD. Contudo, a Coordenadora mantinha o «desejo na vinda de Fontão», que seria «aproveitado para outras funções». O Almirante estava inteirado da presente mensagem, assinalava no final⁵⁴². Uma semana depois (em 19 de Dezembro) foram empossados os «novos governadores dos distritos de Moxico e de Cabinda, respectivamente, o brigadeiro Francisco Abreu Rosado e o coronel José Cardoso Fontão», que acumulavam os cargos com os Comandos da Zona Militar Leste e do Sector Militar de Cabinda»⁵⁴³.

Arrumada a casa, Rosa Coutinho poderia concentrar-se na criação de um governo de transição misto. A orgânica governamental estava a ser discutida há algumas semanas com os Movimentos, mas nenhum dera ainda uma resposta definitiva. Qualquer passo em falso ou precipitação de Portugal poderia deitar por terra todos os esforços empreendidos, por isso, Rosa Coutinho não gostou de ler o que Almeida Santos anunciara na tribuna da Assembleia Geral da ONU. O ministro transmitira que a próxima etapa do processo seria a formação de um governo provisório composto por «um corpo apolítico de tecnocratas, encarregado dos diversos departamentos governativos» e supervisionado por um Alto-Comissário. O executivo seria «assessorado por um corpo colegial de secretários de Estado sem pasta destinado a albergar em posição de igualdade representantes dos três Movimentos»⁵⁴⁴. Como seria «desejável» uma «legitimação popular das novas autoridades do território», admitia a realização de uma «forma democrática de consulta» em Angola sem especificar se teria lugar antes ou depois da independência⁵⁴⁵.

Perante o Comité da Descolonização da ONU (o Comité dos 24), o ministro disse que a independência angolana poderia «ocorrer em Agosto» do ano seguinte. Um prazo próximo dos seis meses pedido por Neto em Argel. Holden Roberto falara em 12 meses e Savimbi num período ainda mais dilatado. Almeida Santos ter revelado a orgânica do executivo quando os Movimentos ainda não o tinham avalizado, desagradou a Rosa Coutinho, como revela o telegrama enviado dias depois ao ministro: «*O projecto de comunicado que enviei a Lisboa para apreciação não se destinava a ser publicado, senão quando recebesse do ministro Melo Antunes indicação sobre a sua conveniência e oportunidade.*»⁵⁴⁶ A reacção adversa dos líderes nacionalistas ao modelo anunciado (de lhes caber um

lugar subalterno) foi imediata. Holden Roberto insurgiu-se porque o governo «seria constituído por técnicos portugueses com a categoria de ministros enquanto os membros dos Movimentos seriam apenas secretários ou subsecretários de Estado». A orgânica anunciada era «não só uma ilusão de técnicas mas, sobretudo, de um paternalismo próximo do neocolonialismo»⁵⁴⁷. Também Savimbi declarou que os três líderes recusavam «categoricamente o esquema de governo de transição apresentado pelo ministro Almeida Santos na ONU». Como afirmou num comício no Luso, o executivo seria bem diferente: teria «ministros, mas não primeiro-ministro», e «a sua presidência» seria «original»⁵⁴⁸. Para Killoran, era evidente que o Almirante tinha ficado «muito desiludido com a declaração de Almeida Santos ao divulgar o modelo que não tinha sido totalmente aceite pelos Movimentos»⁵⁴⁹.

URSS e Cuba ajudam

Decorridos oito meses desde o 25 de Abril, Neto declarava que a verdadeira ameaça à paz em Angola eram os colonos portugueses e não a dissidência interna do MPLA. Rosa Coutinho afirmava ao jornal *Afrique-Asie* que o maior perigo à independência de Angola eram os ultra-reaccionários europeus que procurariam «a todo o custo guardar os privilégios obtidos durante a dominação colonial»⁵⁵⁰. Killoran anotava as diligências do líder do MPLA «para ganhar tempo e evitar a formação de uma coligação interna contra a sua pessoa». A obsessão em não ser contestado decorria do seu exacerbado individualismo: «*Neto é tão inseguro e paranóico que receia qualquer potencial rival e está particularmente ansioso por ser o primeiro líder do MPLA a chegar a Luanda.*» A Revolta Activa alegava que a liderança de Neto traria problemas porque os apoios do mundo comunista iriam um dia ser cobrados. Embora o apoio financeiro que recebia da União Soviética fosse agora menor, era ajudado pela Argélia, as nações árabes, a Escandinávia e contava com «alguns apoios prestados pela Europa do leste e da OUA». Diziam os dissidentes do MPLA que Neto estava muito apreensivo com a coligação entre a FNLA, Chipenda e a UNITA, embora acreditasse que podia chegar à presidência de Angola devido ao apoio de Ngouabi – que estando «ideologicamente isolado gostaria de ter um parceiro em Angola» – e de Kaunda, que precisava de manter intactas as transacções comerciais de importação-exportação para a Zâmbia através de Angola⁵⁵¹.

«As autoridades portuguesas tinham solicitado o auxílio dos Movimentos na prevenção dos confrontos e pedido às FAPLA que patrulhassem os muceques» e, por isso, os militares negros fiscalizavam os subúrbios enquanto os brancos controlavam os perímetros, mas por causa do alegado acordo FNLA/UNITA, no encontro de quatro horas na semana anterior, Lúcio Lara dissera a Silva Cardoso que o MPLA não colaboraria mais na vigilância dos subúrbios de Luanda⁵⁵². Killoran quis saber se os brancos «ultra-reaccionários» de Angola (como Rosa Coutinho os designou) constituíam realmente um ameaça ao processo. De modo algum. Uma revolta branca era tão infundada quão falsa era a ideia que já tivessem aderido a um dos Movimentos pois não tinham «consciência política», não estavam politizados e era-lhes indiferente quem governava: apenas queriam continuar em Angola sem serem atacados ou espoliados do seu património: «*Não têm uma ideia concreta do que querem, a não ser a segurança das pessoas e dos seus bens.*» Contudo, não seria difícil optarem por um dos grupos: «*O Movimento que melhor assegure a sua protecção conquistará a sua simpatia e apoio.*» «A ordem imposta pela FNLA durante os confrontos de Novembro, em Luanda», conferira-lhe «uma boa dose de respeito por parte dos brancos», dissera Silva Cardoso⁵⁵³. Segundo as FAP, «a sua propaganda pacifista» estava a produzir efeito junto «de todas as camadas de população, estando nela já filiados alguns milhares de europeus»⁵⁵⁴. Devido à bipolarização MPLA/FNLA, a única forma de evitar uma confrontação seria garantir que nenhum Movimento se sentisse «tão confiante da sua força e na vitória

num conflito armado», defendeu o brigadeiro (como Rosa Coutinho dissera). Iria tentar-se que nenhum deles ficasse «profusa e desproporcionalmente mais bem armado do que os restantes»⁵⁵⁵. Como a FNLA estava excessivamente armada, haveria duas maneiras de o conseguir: evitando que o ELNA se reforçasse ou deixando as FAPLA e as Forças Armadas de Libertação de Angola (da UNITA) equiparem-se. Como o MPLA estava em desvantagem qualquer acção que contribuísse para o seu reforço militar era legítima à luz dessa estratégia. A «atitude moderada» e «relativamente ponderada de Rosa Coutinho em relação a cada um dos três Movimentos» mudara após o 28 de Setembro. «*A partir daí, mudou claramente a sua postura [...] com um discurso mais claramente orientado no sentido de apoiar um dos três Movimentos, concretamente, o MPLA.*»⁵⁵⁶ Para Mário Soares, era óbvio que as autoridades de Luanda nem sempre foram neutrais na fase de transição: «*Cometemos alguns erros: os nossos representantes sucessivos em Luanda conduziram políticas sensivelmente diferentes. O almirante Rosa Coutinho favoreceu o MPLA e deu-lhes uma força militar que eles nunca tinham tido.*»⁵⁵⁷

Terá sido a necessidade de equiparar militarmente o MPLA à FNLA que levou às facilidades concedidas ao desembarque aéreo em Luanda de armamento destinado ao MPLA. Almendra testemunhou um deles: Ao saber que estava a chegar de Brazzaville um avião Dakota carregado com material para Luanda, telefonou ao comandante dos fuzileiros a quem pediu para confirmar a carga e a confiscar se fosse material de guerra. Ordenou o mesmo ao comandante da Polícia. Seguiu para o aeroporto: na pista não estavam «nem Fuzileiros, nem Polícia». Deparou com uma carrinha «Mercedes a sair, já carregada com material», que foi mandada parar. Aos elementos da PSPA, que entretanto chegaram, pediu que levassem «a viatura ao posto para identificar o que lá ia dentro». Afastou-se «umas centenas de metros» e observou que era levada, sem o material ter sido verificado. Foi ter com Rosa Coutinho: «*Senhor almirante, se o senhor quiser que o MPLA seja uma força, diz-me. O material entra e pronto. Se quer que seja sigiloso, eu faço. O senhor manda.*» O Almirante respondeu que, «de futuro, poderia actuar»⁵⁵⁸. Já estão equilibrados.»⁵⁵⁹

Os carregamentos de armas podiam ocorrer sem qualquer impunidade porque a Polícia não era tutelada pelo COPLAD e segundo Almendra os «Fuzileiros tinham umas tendências muito grandes para o MPLA»⁵⁶⁰. A secção fiscal da PSP registara uma outra ocorrência: «*No dia 16 de Dezembro de 1974, aterrou no aeroporto Craveiro Lopes, em Luanda, o avião Friendship TN-ABZ proveniente da República do Congo, que seguiu para o aeroporto militar onde descarregou muitos sacos e caixotes, cujo conteúdo foi furtado ao controlo de carga e descarga.*»⁵⁶¹ Os passageiros, «ao que parece elementos do MPLA», não tinham sido identificados. «*Parece tratar-se do transporte de 20 toneladas de material de guerra do MPLA de Dolisie [cidade situada entre Brazzaville e Ponta Negra] para Luanda.*» Não surpreendia que a primeira exigência feita por Holden Roberto em 8 de Dezembro, mal a delegação portuguesa chegou a Kinshasa, tivesse sido a substituição de Rosa Coutinho.

Vindo de Nova Iorque, à chegada a Lisboa, Almeida Santos disse que visita permitira desmitificar algumas ideias sobre a política portuguesa em África: «*Fomos até agora encarados apenas como potência administrante e, portanto, colonizadora e não como potência subsidiante, quando na verdade quem tem puxado os cordões à bolsa (e muito razoavelmente) em relação aos territórios ultramarinos, somos nós.*» Tinham ficado «muito admirados com o grau do nosso auxílio às colónias em 1974, e não é caso para menos, quando souberam que esse auxílio se cifrou para todos os territórios em seis milhões de contos, um quarto do Produto Interno Bruto português»⁵⁶². A declaração forneceu uma justificação plausível aos pedidos de ajuda financeira endereçados às democracias ocidentais e serviu de mecanismo dissuasor a eventuais queixas dos nacionalistas sobre o desinvestimento em Angola depois da Revolução. Dois dias mais tarde, Almeida Santos reiterava que Lisboa despendera

em 1974 mais de seis milhões de contos com as ex-colónias «em ajudas financeiras não reembolsáveis», mas a situação do país não permitiria repetir o mesmo auxílio em 1975⁵⁶³. No encontro com o embaixador da República Popular da China (com a qual Portugal não tinha relações diplomáticas), falara-se «de tudo», mas «especialmente sobre os problemas da descolonização»⁵⁶⁴.

A União Soviética preparava o envio iminente de grandes quantidades de armamento para o MPLA. Em finais de 1974, «Moscovo aceitou armar e preparar uma brigada motorizada que deveria estar operacional na altura da independência»⁵⁶⁵. Os arquivos soviéticos permitem confirmar as suspeitas de Melo Antunes sobre os pedidos dos Movimentos angolanos aos seus aliados naturais, ainda antes da Cimeira do Alvor, para engrossarem a sua máquina de guerra. Sabe-se agora que, «no início de Dezembro, Moscovo elaborou um plano de fornecimento de armas pesadas e uma grande quantidade de munições ao MPLA, usando o Congo como ponto de escala». Coube ao embaixador russo em Brazzaville, Evgeni Afanassenko, convencer o presidente congolês Marien Ngouabi do interesse do Congo em cooperar com a URSS através de um auxílio urgente ao MPLA. Para persuadir Brejnev a conceder apoio logístico imediato a Neto, o embaixador «Afanassenko sublinhou os problemas do MPLA»: a adesão de Daniel Chipenda à FNLA e a UNITA, que «poderia ser armada» tanto pelos EUA como pela China maoísta. Se eclodisse uma guerra civil em Angola, o diplomata russo «calculava que “os reaccionários” tomariam a iniciativa». Nesse cenário, o MPLA dependeria da «assistência material dos países progressistas em todo o mundo. Apenas para resistir»⁵⁶⁶.

O desejo de cada dirigente aniquilar o adversário não era revelado publicamente, mas aflorado como matéria secreta nas conversas sigilosas com os representantes dos países dispostos a patrocinar tal propósito. Neto fê-lo quando confessou aos emissários de Fidel Castro que não tencionava repartir o Poder com os outros Movimentos, nem conceder-lhes a condução de áreas estratégicas como a Economia, os Recursos Naturais, a Defesa ou as Relações Exteriores. Alegava ter o controlo exclusivo do território para assim mais facilmente obter os meios operacionais que solicitava. A mudança de regime em Portugal e a saída de cena de Spínola permitiam prever que o MFA se oporia à entrega de Angola ao imperialismo americano simbolizado pela FNLA. Não surpreende, por isso, que no final de 1974, os cubanos tenham informado Moscovo sobre as intenções do presidente do MPLA: «*Neto não iria aceitar ou não deveria aceitar partilhar o Poder com os outros Movimentos. Porque a revolução portuguesa permitia começar uma transformação social de via socialista.*»⁵⁶⁷

O investigador Piero Gleijeses⁵⁶⁸ soube por Lúcio Lara que devido à redução substancial no envio de armamento soviético a partir de finais de 1973, no Verão de 1974 Agostinho Neto «pensava que a URSS os tinha abandonado». Moscovo preferiu esperar pela clarificação da situação interna no MPLA, tomando posição somente «depois da anunciada reconciliação interna das três facções» no princípio de Setembro, em Brazzaville. Razão pela qual, apenas «em Dezembro de 1974, Moscovo concordou em elaborar um plano de envio ao MPLA de armamento pesado e uma grande quantidade de munições»⁵⁶⁹. Com base nos arquivos soviéticos, o historiador norueguês Odd Westad corrobora que em Outubro de 1974, com a viragem à Esquerda ocorrida em Portugal, «os soviéticos decidiram deixar cair a ideia da unificação das facções do MPLA desavindas e dar todo o seu apoio a Neto. Como o embaixador soviético em Brazzaville disse a José Eduardo dos Santos, duas razões determinaram esta opção: o programa político de Neto ser do agrado dos soviéticos e o novo Alto-Comissário, Rosa Coutinho ser um esquerdista que abertamente simpatizava com os pontos de vista de Neto»⁵⁷⁰. O director para os Assuntos Africanos no Ministério das Relações Exteriores de Cuba em 1974 (dissidente do regime castrista que se exilou em 1980 nos EUA) também o afirma: «*A partir dos últimos meses de 1974, os soviéticos incrementam o seu apoio militar ao MPLA.*» Em Outubro, Neto recebeu «através do porto do Lobito um carregamento de armas soviéticas procedentes de Brazzaville»⁵⁷¹, na mesma altura em que

o MNE zambiano se queixava do novo director daquele porto por atrasar a descarga das mercadorias destinadas ao seu país⁵⁷².

Para além do armamento, o MPLA carecia de instrutores que pudessem treinar os seus homens e ensiná-los a manejarem as peças de artilharia altamente sofisticadas que iriam receber da URSS. No dia 26 Julho de 1974 (um dia depois da chegada de Rosa Coutinho a Luanda), Neto enviou uma delegação do MPLA a Cuba para solicitar a Fidel Castro «ajuda económica, treino militar e armas». Em Julho, o presidente cubano recebera em Havana o chefe de Estado da URSS, Leónidas Brejnev. Fidel sabia que Moscovo ainda não decidira se interviria directamente em Angola e estava a ser persuadido por Washington a não se precipitar. Fosse qual fosse a razão, o presidente cubano aparentava não ter pressa em responder a Agostinho Neto nem em envolver-se na questão angolana.

Tinham passado três meses e a resposta de Havana tardava. No início de Outubro, Neto ainda não tinha uma resposta de Cuba. O líder do MPLA sabia que depois de a FNLA suspender as hostilidades com as FAP, o MPLA não poderia protelar por mais tempo a assinatura de um acordo semelhante, mas antes de o fazer pretendia assegurar que as FAPLA estariam preparadas para enfrentar em 1975 as forças de Chipenda que aliadas ao ELNA e às FALA dominariam grande parte de Angola. Como a logística bélica de que necessitava era pesada e o seu transporte até África moroso, teria de garantir que o material destinado ao MPLA chegaria a Angola nos primeiros meses de 1975. Antes de assinar tréguas com Portugal, Neto reiterou o pedido de auxílio a Cuba: *«No início de Outubro, o embaixador cubano em Dar-es-Salam, Héctor Ramos Latour, informou Havana que Neto pedia “urgentemente” cinco oficiais militares instrutores para ajudarem a organizar as FAPLA. Castro foi consultado e respondeu favoravelmente, mas apenas enviaria um oficial militar para falar com os dirigentes do MPLA em Dar-es-Salam, e que aproveitaria para fazer uma ronda por África e se inteirar da situação.»*⁵⁷³

O envio de um oficial militar para sondar no terreno as reais necessidades do MPLA e dos grupos de guerrilha ainda activos na África austral era algo que «nenhum cubano ainda tinha feito». Neto respondeu ao embaixador cubano em Dar-es-Salam que poderia receber o camarada cubano na Tanzânia «na segunda metade de Novembro de 1974». Havana enviou o oficial Cadelo e o major Alfonso Pérez Morales (conhecido por Pina) que servira com o PAIGC na Guiné-Bissau, falava português e sabia como se movimentar na região sem levantar demasiadas suspeitas: *«Juntos avaliariam a situação e o tipo de ajuda que Cuba deveria prestar ao MPLA.»* Os dois peritos cubanos (Cadelo e Pina) chegaram a Dar-es-Salam nos últimos dias de 1974. No relatório redigido em 31 de Dezembro disseram ter sido informados que «uma delegação do MPLA se preparava para ir a Moscovo pedir auxílio militar à URSS e que Neto se iria encontrar com Holden Roberto e Savimbi (em Mombaça, em 3 de Janeiro de 1975) para forjarem uma posição comum às negociações com os portugueses no Alvor»⁵⁷⁴. No início de Janeiro (antes do Alvor), um grupo de dirigentes do MPLA deslocou-se a Moscovo, Belgrado e Argel com a missão de garantir o fornecimento de apoio logístico e militar às FAPLA nos meses seguintes, como relata na obra póstuma o comandante Henrique Carreira que chefiava essa mesma comitiva⁵⁷⁵.

Cadelo e Pina «viajaram até à Tanzânia com passaportes falsos, como se fossem refugiados angolanos, e seguiram depois para Lusaca. Daí conduziram até ao maior campo de treino do MPLA junto à fronteira com Angola, onde se lhes juntou uma coluna de camiões que transportava centenas de refugiados angolanos». Os dois oficiais iniciaram a partir do Luso o périplo por Angola e, embora viajassem incógnitos como simples turistas, «alguns oficiais portugueses simpatizantes do MPLA sabiam que eles lá estavam. “Rosa Coutinho, o Alto-Comissário português, sabia que nós lá estávamos”», revelou Cadelo a Gleijeses. O Almirante estava «informado que dois oficiais cubanos se

encontravam em Angola para ajudar o MPLA».

Por intermédio do comandante Xyieto souberam que «o MPLA contava ter em Novembro de 1975 20.000 homens armados» para os quais solicitava «treino militar a todos os níveis» e formação específica «para 90 seguranças pessoais». No dia 22 de Janeiro (uma semana após a assinatura do Acordo do Alvor), depois de duas semanas em Angola, Cadelo e Pina reencontraram-se em Dar-es-Salam com Neto, que lhes disse que o plano militar apresentado por Xyieto em Luanda – o controlo da capital e o corte do acesso da FNLA à cidade pelo norte – não era para ser executado de imediato. Era «“o último objectivo”, mas seria capaz de o concretizar com as armas que o MPLA» esperava de Belgrado e de Moscovo. Muito em breve o MPLA assinaria um protocolo militar com os soviéticos «e nessa ocasião ficaria a saber exactamente que tipo de armamento iria receber»⁵⁷⁶. Sobre a viagem a Moscovo, Xyieto referiu que as conversações tinham corrido «bem, mas o armamento só deveria chegar dentro de cinco meses», ou seja, em Maio de 1975. O MPLA também pedira a Moscovo «a criação de uma força de elite “rápida, eficiente e bem armada” de 2.250 homens, com os seus próprios meios de transporte». Este era «um projecto que Neto queria particularmente implantar, mas que se afigurava difícil por causa do treino que teria de decorrer num país vizinho de Angola». Na conversa com os oficiais cubanos, o presidente do MPLA foi igualmente explícito em relação ao que pretendia de Havana em termos imediatos: 100.000 dólares que permitissem transportar para a Angola as armas que o MPLA tinha em Dar-es-Salam, cidade onde possuía o seu maior arsenal bélico. A segunda prioridade era o envio de peças sobressalentes para a reparação de viaturas.

No memorando enviado ao Kremlin no dia de Natal de 1974, o embaixador russo em Dar-es-Salam fazia uma análise do MPLA muito diferente da dos dois cubanos: «*Não se deve considerar o MPLA um partido de vanguarda nem sequer um partido, mas antes uma coligação de sindicalistas, intelectuais progressistas, cristãos e de largos segmentos da pequena burguesia.*»⁵⁷⁷

No relatório enviado ao Comité do PC cubano, «Cadelo e Pina escreveram que a FNLA era militarmente mais forte (o próprio Neto lhes disse isso), mas o MPLA tinha melhores perspectivas de vitória a longo prazo». Os militares portugueses eram descritos «como solidários com o MPLA, sobretudo no Leste e em Cabinda, onde alguns elementos do Movimento viajavam no carro pessoal dos comandantes portugueses» – as duas regiões onde novos comandantes-chefes tinham sido empossados um mês e meio antes. Os dois oficiais cubanos assinalavam ainda que o anterior Alto-Comissário «Rosa Coutinho, cuja simpatia pelo MPLA tinha desencadeado sucessivos protestos da FNLA e da UNITA», tinha sido «substituído por outro mais neutral», «progressivo e honesto», segundo Xyieto, para quem «a maioria dos oficiais portugueses simpatizava com o MPLA»⁵⁷⁸.

A simpatia dos militares portugueses pelo MPLA não permitia, contudo, que lhe fosse entregue o Poder, ignorando os outros Movimentos. «Perante a nossa opinião pública, não o podíamos fazer», afirmou Melo Antunes. Além disso, a ala moderada do MFA não apoiava a linha marxista seguida por Neto, sendo difícil defender um regime pró-soviético em Luanda quando tentava evitá-lo em Lisboa: «*Não fazia sentido que estivéssemos a combater aqui em Portugal, entre outras coisas, a hegemonia do PCP e estivéssemos a entregar de mão beijada em Angola o Poder a um partido [...] que estava maioritariamente controlado pelos comunistas*»⁵⁷⁹. Alguns meses decorridos sobre a independência de Angola, Mário Soares afirmava que, embora Portugal não tivesse intenção de deixar no Ultramar sistemas políticos monopartidários, ajudara a que se implantassem: «A verdade é que contribuímos para a criação de regimes de partido único» nas antigas colónias africanas.⁵⁸⁰ Também Melo Antunes admitiu que «na totalidade dos casos em relação à descolonização portuguesa acabaram por se impor partidos únicos ou hegemónicos, como no caso de Angola», mas essa era uma situação que já não «dizia respeito» a Portugal. Poderia lamentar-se «que se tivessem estabelecido ditaduras de tendência

marxista nesses países», mas não se podia ter tentado «evitar que esse fosse o caminho percorrido»⁵⁸¹. Para Ramalho Eanes, é difícil de entender que quem se opôs na Metrópole à monopolização partidária do PCP tivesse deixado as ex-colónias a regimes de partido único: «*Estranha e contraditoriamente, [...] os mesmos homens que em Portugal impuseram a sua imagem política como pilares do anticomunismo ou da hegemonia política de cariz marxista contribuíram para o triunfo em Angola e em Moçambique de regimes com essa referência.*»⁵⁸²

No dia em que Almeida Santos regressou de Nova Iorque, Passos Ramos (da Coordenadora e colaborador directo de Costa Gomes) desembarcou em Dar-es-Salam para falar com Agostinho Neto, que após se reunir com Savimbi assegurou que o governo de transição angolano seria uma realidade em Janeiro ou Fevereiro⁵⁸³. O local da conferência a três ainda não tinha sido acertado: Holden Roberto não iria a Angola nem à Tanzânia e o líder do MPLA não entraria em Kinshasa. O acordo MPLA/UNITA já estava concluído, mas seria preferível não o divulgar pois queriam falar «com Holden antes da Cimeira, a fim de o amarrar a certos pontos»⁵⁸⁴.

Movimentos subsidiados pelo Almirante

Embora se reclamasse um dos responsáveis por juntar à mesma mesa os três líderes angolanos, Rosa Coutinho sabia que a FNLA exigira a sua exclusão na equipa negocial portuguesa na Cimeira com Portugal, mas como Pezarat Correia teria assento nas reuniões restritas, fez saber que o major chegaria a Lisboa em 10 de Dezembro, «sendo portador de sugestões para a agenda da reunião»⁵⁸⁵. Dias depois, o ministro Almeida Santos comunicava-lhe que se mantinha «a ideia de um encontro reservado, pelo menos até que houvesse a certeza de possível êxito». O carácter reservado da Cimeira impedia a presença de «associações políticas e outros organismos de Angola interessados em enviarem observadores à Conferência», ainda que fosse cada qual «à sua custa». Além disso estava «assente que apenas poderiam estar presentes dois representantes de associações económicas e dois representantes de associações sindicais»⁵⁸⁶. O Almirante contrapôs que levar um grupo de angolanos proeminentes mantendo-o longe das discussões seria uma forma de evitar os protestos contra a sua eventual recondução. Como referia na resposta ao MCI: «*Quanto à ideia que expus de consentir a presença de observadores não participantes, considero que será a melhor forma de calar as muitas numerosas vozes que pretendem ser ouvidas no processo, evitando a celeuma que não deixará de levantar qualquer tipo de nomeação*». Quanto à presença das membros de associações económicas e sindicais confessava «ignorar estar assente» e desconhecer «a receptividade dos Movimentos à ideia que não considero feliz.»⁵⁸⁷

No dia 18 de Dezembro, Passos Ramos informou a Comissão Nacional de Descolonização das diligências feitas na Tanzânia junto de Neto e de Savimbi: o acordo de cooperação MPLA/UNITA estava praticamente concluído, mas Neto pedira mais quatro dias para que fosse aprovado pelo Directório. Não havendo ainda consenso sobre o local da cimeira em Portugal: Savimbi sugerira São Miguel nos Açores, a que Neto se opunha por causa da base americana das Lajes na ilha Terceira. Ambos recusavam que decorresse no interior do continente português, mas aceitavam que fosse numa base aérea. Para o líder da UNITA, verdadeiramente preocupante era a extrema e recíproca aversão entre Agostinho Neto e Holden Roberto. Concordava com Neto, que no Zaire imperava «um “nazismo negro”», mas seria imprudente desprezar Mobutu que deveria ser tratado «realisticamente como um vizinho que existe». Enviara ainda uma mensagem inequívoca: Portugal tinha todo o direito a seguir «uma política radical» de índole marxista, mas se o fizesse em Angola arriscava-se a pagar «um preço demasiado elevado». Quanto a Rosa Coutinho ser Alto-Comissário e chefe de governo, decerto

«Holden Roberto, ou melhor, Mobutu, poria grandes dificuldades», afirmara Neto⁵⁸⁸.

Savimbi aludira também aos poucos pretextos que Mobutu precisaria para invadir Angola: bastar-lhe-ia evocar «a agressividade da Imprensa portuguesa e da EOA» contra a sua pessoa: «*Há que ter cuidado para não hostilizar o Zaire.*» Levando Costa Gomes a aconselhar: «*Temos de evitar todos os agravos à República do Zaire, inclusive na Emissora Oficial.*» Rosa Coutinho disse estar a fazer «todo o possível», mas não poder «calar a boca dos locutores», rematando que a emissora de Kinshasa dizia «muito pior» do governo de Angola⁵⁸⁹. O líder da UNITA também não levantara «muitas objecções» à participação de angolanos brancos na Cimeira desde que não fossem da FUA. Por outro lado, julgava não existirem «colonos «independentes» e «pôr uma quarta força de brancos» à mesa das conversações iria decerto «criar um problema rácico» que nenhuma das partes desejava. Também Neto tinha «dúvidas» que entre os brancos de Angola «houvesse pessoas capazes». Nenhum se opunha a que representantes das associações comerciais estivessem presentes nem divergiam quanto à permanência dos portugueses em Angola: deixariam ficar os que se adaptassem à nova realidade, mas segundo Savimbi, nessa matéria Neto não era sensato nem perspicaz: «*Tem jogado mal em não ter definido ainda quem é angolano (em relação aos brancos). Insiste que é o povo angolano quem terá de decidir.*»⁵⁹⁰ Deixar a decisão para o futuro não era a melhor forma de o MPLA conquistar o coração dos portugueses ultramarinos. Irremediável era uma reunificação do MPLA: Neto garantira que Chipenda já tinha sido expulso, não havendo qualquer intuito de aproximação, como referia a Imprensa: «O que vem nos jornais é especulação», disse.

Partilhando do receio de Savimbi quanto à «possibilidade de Mobutu se lançar numa aventura» contra Angola, Melo Antunes defendeu na reunião em Belém, uma célere acção de Portugal «no campo diplomático junto dos EUA para demoverem» o presidente zaireense. A missão revestia-se de «grande importância» dado o risco de uma união de forças do eixo Zaire-Angola-África do Sul apoiado por Washington. Costa Gomes contrapôs: «*Penso que o perigo pode vir também de Ngouabi.*» Para Mário Soares, haveria algumas dificuldades em «efectuar diligências junto dos EUA por causa do problema do embaixador» em Lisboa. Scott encontrava-se demissionário e o substituto Frank Carlucci ainda não estava na capital portuguesa – só chegaria a Lisboa em 18 de Janeiro, três dias depois da assinatura do Acordo do Alvor. Para contornar as objecções ao local, o Presidente propôs a Madeira, a Base Aérea de Monte Real (em Leiria) ou o Algarve. Quanto à questão do Alto-Comissário UNITA e MPLA não objectavam o Almirante, mas a FNLA não o aceitaria de modo algum. Talvez se pudesse encontrar outra pessoa, aventou Melo Antunes. Deveria ir alguém a Kinshasa falar com Mobutu e com Holden Roberto para os sondar sobre outras possibilidades, sugeriu Almeida Santos. Costa Gomes indicou Silva Cardoso⁵⁹¹.

No dia 18 de Dezembro, Savimbi e Neto encontraram-se no Luso. Para Rosa Coutinho era o corolário dos esforços que empreendera: aquela aliança «foi um bocado forçada por mim», diria⁵⁹². No final do encontro, congratulou-se por Neto e Savimbi terem concertado posições, deixando uma provocação ao líder ausente, ao afirmar que o convénio provava que os problemas de Angola só poderiam ser resolvidos pelos líderes que lá se encontravam.⁵⁹³ Ao desembarcar em Lisboa o Almirante congratulou-se: a solução para o problema angolano estava à vista. Os três líderes iriam reunir-se dentro de duas ou três semanas. Costa Gomes «ficou admirado. Não julgava possível.»⁵⁹⁴ Para Costa Gomes era ponto assente que as associações empresariais de Angola estariam representadas na Cimeira, como disse no início da Comissão Nacional de Descolonização. Os Movimentos iriam «encarar mal» e existiam «outras organizações de brancos» que também queriam participar, retorquiu o Alto-Comissário. «Políticos, não deve vir nenhum», reafirmou Costa Gomes. As associações económicas eram um caso diferente. «Não têm cariz político», disse. «Têm», insistiu o Almirante, mas esse era «um problema

secundário»: poderiam estar presentes como observadores somente na abertura e na sessão de assinatura final⁵⁹⁵. Sobre o encontro do Luso referiu que Chipenda abrisse um escritório em Luanda e Neto estava descontente por não ter sido encerrado pelas autoridades portuguesas. Savimbi só reconhecia Neto como presidente do MPLA, referiu o Almirante. A posição do líder da UNITA sofrera então «uma reviravolta» depois de ter estado com ele em Kinshasa, atalhou Soares. A demarcação de Chipenda foi «uma carta que Savimbi pôde jogar nas negociações com Agostinho Neto», prosseguiu Rosa Coutinho. «*Chipenda era um trunfo do Kaunda que o Mobutu lhe roubou, o que muito o aborreceu*»; parecia agora apostar em Savimbi, dados os apoios que estava a conceder à UNITA. Os dois líderes angolanos estavam a tentar «subtrair Holden Roberto da asa de Mobutu» para tentar «angolanizar a FNLA»: se Holden continuasse a defender as posições do cunhado seria excluído do plano conjunto que levariam à Cimeira. Para isso contavam «com as pressões diplomáticas do Kaunda, do Nyerere e talvez do Nguabi». Uma cimeira a três seria essencial para não comparecerem em Portugal «desavindos», justificaram. No Luso, não se discutira a agenda da Cimeira porque (segundo referiu) os dois «são muito sensíveis a qualquer coisa que pareça uma imposição portuguesa». Nenhum aceitava que se realizasse em Lisboa: negociar a independência na antiga capital do império simbolizaria um acto de submissão ao colonizador. Concordaram que fosse no Algarve, faltava apenas «convencer» Holden.⁵⁹⁶

Soares estranhava a súbita harmonia entre os dois líderes. Um mês antes, em Argel, Neto destragara Savimbi, perguntou por isso a Rosa Coutinho se ficara «com a sensação que o compromisso assinado entre Neto e Savimbi» constituía «uma aliança sólida». «*Sim, pretendem uma posição que retire a hegemonia a Holden Roberto.*» Era um acordo de conveniência e não uma comunhão de pontos de vista; apenas uma união de esforços contra um terceiro adversário naquele momento militarmente mais forte. O Almirante preferiu enaltecer Savimbi: «*Vê-se que respeita o Agostinho Neto.*» Se mantivesse o pacto poderia emergir «como figura principal» numa futura coligação, por estar ideologicamente distante de Mobutu⁵⁹⁷. Perguntara-lhes se o chefe do governo poderia ser uma «personalidade aceite pelos três». Nesse ponto não deveriam «chegar a acordo», opinou Almeida Santos. Pensara-se em Mário Pinto de Andrade, disse o Alto-Comissário. «Ninguém o aceita», rematou Costa Gomes. FNLA e UNITA rejeitá-lo-iam e, dada a popularidade que o dissidente detinha entre os burocratas do MPLA, sobretudo entre os mestiços e a intelectualidade negra de Luanda, nem o próprio Neto o admitiria. O MCI sugeriu Savimbi. «Nenhum dos presidentes quer» o cargo, reagiu o Almirante. Porque todos o desejavam, nenhum o poderia ocupar. Sugeriu um graduado português que fosse simultaneamente primeiro-ministro e Alto-Comissário.

Havia indícios de reaproximação entre Neto e Pinto de Andrade perguntou Melo Antunes; Neto aceitaria reintegrar alguns dirigentes da Revolta Activa, «mas não em bloco», apenas a título individual, disse Rosa Coutinho⁵⁹⁸. Quanto à Revolta do Leste, Savimbi combinou com Neto «descalçar a força do Chipenda com a colaboração das autoridades portuguesas», sendo fácil «repartir» estes combatentes «entre a UNITA e o MPLA». Por se ter colocado sob protecção de Mobutu, Neto nunca o aceitaria de volta ao MPLA⁵⁹⁹. A facção de Chipenda alugara uma casa na capital – onde se instalaram em 11 de Dezembro, alguns homens sob as ordens do comandante Yetu. Estava guardada pela FNLA, o que poderia «indicar um certo entendimento» entre as duas forças⁶⁰⁰. Reportava Killoran que, logo após a abertura da sede, o MPLA acusou Yetu de ser um traidor, anunciando no dia seguinte que Chipenda já não fazia parte do MPLA⁶⁰¹. Savimbi (que no Luso dissera que Chipenda estava aniquilado) afiançava ao mesmo tempo que não cortaria relações com o “renegado” do MPLA, com quem tencionava manter um contacto próximo⁶⁰². Em Luanda, a facção estava sob a permanente ameaça: em 19 de Dezembro tinha sido «necessário montar um dispositivo militar com tropas portuguesas em frente das instalações»

daquela facção «porque os estudantes da escola comercial pretendiam apedrejar e invadir as instalações»⁶⁰³. Seriam destruídas na segunda semana de Fevereiro de 1975, tendo sido as forças portuguesas que evacuaram os ocupantes.

Luanda transformara-se num «laboratório político muito complexo», onde pela primeira vez conviviam combatentes que meses antes «se hostilizavam no campo militar», afirmou Almeida Santos⁶⁰⁴. Para mais tendo-se instalado nos mesmos bairros. A facção de Daniel Chipenda, por exemplo, estava na Rua El-Rei D. Dinis, a pouco mais de 800 metros da delegação do MPLA de Neto que distava cerca de 100 metros da sede principal da FNLA⁶⁰⁵. Para Killoran era preocupante a proliferação de delegações nacionalistas nos distritos onde os adversários dominavam⁶⁰⁶. Os Movimentos não tinham dificuldade em fixar-se nas cidades, ocupando instalações privadas ou estatais; provenientes do mato, muitos ex-guerrilheiros encontravam-se nalguns casos subnutridos e precariamente vestidos, com excepção dos da FNLA, cujo fardamento tinha sido cedido pelo Zaire. Ainda assim, o Alto-Comissário entendeu que deveria financiá-los. Como informou Rosa Coutinho em Belém: estava «a subsidiar [através] do governo de Angola os três Movimentos, em pé de igualdade»⁶⁰⁷. A generosa mesada equivalia ao orçamento anual de 33.000 contos que atribuído em 1974 à OPVDCA. Como declarou: «*Eu dei ao MPLA a oportunidade que de outro modo não teria. Decidi provê-los com dinheiro. A cada Movimento dei dez milhões de escudos mensais. Queria que fossem independentes, mas era especialmente importante para o MPLA porque a FNLA tinha dinheiro.*»⁶⁰⁸ Em 1997, o Almirante justificou a mensalidade concedida nos seguintes termos: «*Atribuí a cada um dos três movimentos um subsídio mensal de dez mil contos, equivalente a 200.000 contos actuais. Quem mais beneficiou com isso foi o MPLA, pois não tinha nada.*»⁶⁰⁹ Três anos depois, revelou que já era Alto-Comissário quando decidiu «atribuir a cada Movimento um subsídio do Estado de dez mil contos, o que na época era muito dinheiro»⁶¹⁰. Depois de referir a subsidiação aos Movimentos, Melo Antunes perguntou pelo estado da balança de pagamentos de Angola. Não estava «mal», respondeu. Existiam «dificuldades nos financiamentos», mas não era motivo para se «embarcar no alarmismo do caos económico»⁶¹¹.

Catangueses fiéis ao MPLA

Interessava ao Almirante levar a Belém a ameaça de uma invasão zairense. O ELNA fizera já «uma tentativa de ocupação militar do Norte, do Uíge e do Cuanza Norte e depois de Malange e Luanda», disse. No domingo anterior quando se deslocara à Lunda deparara com «um batalhão da FNLA de 600 homens a querer entrar por Portugália». Dera de imediato ordens para a incursão ser impedida pelas FAP locais «e, se necessário, meter os catangueses». Estariam ainda preparados para entrar em Angola (pela fronteira de Dilolo) mais 400 militares do Zaire. Seria aconselhável que na Cimeira se fixasse um número máximo de efectivos para cada Movimento no território. E deveria ajudar-se o MPLA a equiparar-se à FNLA: porque «a possibilidade de uma guerra civil anula-se se houver um equilíbrio de forças», alegou. Almeida Santos tinha «dúvidas» que reforçar o Movimento mais fraco dissuadisse ou evitasse um confronto generalizado⁶¹².

Foi na deslocação à Lunda que Rosa Coutinho visitou o maior campo dos refugiados catangueses no Camissombo para convencer o comandante dos Fiéis estrangeiros Nathaniel Mbumba a juntar-se ao MPLA. Segundo o jornalista Luís Rodrigues, em Outubro de 1974, um comandante do MPLA tentara aliciá-los e no início de Dezembro, dois outros comandantes das FAPLA fizeram-no, mas Mbumba recusara a oferta, alegando que só obedeceriam às FAP enquanto estivessem em Angola⁶¹³. A lealdade dos Fiéis derivava da gratidão que devotavam ao seu mentor Costa Gomes⁶¹⁴. Assediados pelo MPLA e

pela UNITA, os Fiéis não tinham muitas opções: regressar ao Zaire seria oferecer o pescoço ao carrasco e não poderiam embarcar para Portugal, por não serem angolanos. A proposta de Rosa Coutinho propiciou-lhes uma saída. Sabia que seriam sensíveis a uma proposta de Portugal e a que levava era aliciante: continuariam a ser pagos pelo Exército português através do subsídio «de mais de 50.000 contos» anuais. Em contrapartida, ajudariam o MPLA colocando «uma força operacional em barragem a infiltrações da FNLA na zona fronteira»⁶¹⁵. Com o subsídio mensal do governo, o material de guerra e os efectivos recebidos do exterior, os 16 CIR que possuía em Angola⁶¹⁶ e o auxílio dos catangueses, a breve trecho, as FAPLA já não estariam em desvantagem. No dia seguinte à viagem relâmpago ao Camissombo, o cônsul-geral zairense em Luanda anunciava que Kinshasa desejava o regresso destes refugiados ao Catanga: o perdão destinava-se a todos os zairenses que, por motivos políticos se encontravam afastados da sua pátria⁶¹⁷. «O Zaire concedeu a amnistia, nenhum quer, não acreditam na amnistia. Querem ficar em Angola como refugiados e tornar-se angolanos», foi revelado na Comissão Nacional de Descolonização. A recusa dos catangueses em voltar ao país de origem (expressa num comunicado lido em francês e português) era justificada entre outros motivos, por a situação no Zaire não lhes inspirar «simpatia» nem «confiança»⁶¹⁸. E pretendiam ficar em Angola após a independência, se «as novas autoridades assim lho permitissem»⁶¹⁹.

Descontente com a resposta, Mobutu ordenou ao seu cônsul-geral em Luanda que manifestasse a sua indignação por as autoridades não serem mais colaborantes. O Alto-Comissário recebeu na véspera de Natal uma carta de protesto do diplomata, por os catangueses permanecerem em Angola; disse a Costa Gomes ter-lhe respondido: «*Não poderemos expulsá-los contra a sua vontade.*» Tinha autorizado que o cônsul reunisse com uma «delegação numerosa» dos fiéis em Henrique de Carvalho e Silva Cardoso e Leonel Cardoso iriam a Kinshasa falar com Mobutu⁶²⁰. Dois dias depois, solicitou ao MNE que advertisse Kinshasa: considerava «conveniente e oportuno» que Portugal protestasse «verbalmente contra o comunicado, cuja publicação se sentira «obrigado a proibir»⁶²¹, e incumbiu Correia Jesuino de responder ao Zaire em comunicado publicado na íntegra nos jornais angolanos: Luanda compreendia «perfeitamente que o cônsul tivesse ficado desiludido com a resposta», mas não tinha sido impedido de contactar com os representantes dos 7.000 refugiados (ex-combatentes e famílias) fixados na Lunda⁶²².

Chegados a Angola na segunda metade de 1967 sob orientação e controlo da PIDE, alguns destes catangueses instalaram-se «no Cazombo no campo da Gafaria, outros seguiram para o Luso, de onde mais tarde se transferiram para o Camissombo (antiga Veríssimo Sarmento)». Pouco tempo depois foram «desarmados pela PIDE» sendo-lhes outorgado em 11 de Dezembro o estatuto de refugiados. No início de 1968, já albergados em campos de acolhimento, foram armados e instruídos militarmente. Sendo 100 os catangueses «completamente armados e equipados» em Março de 1968, um ano depois já existiam «mais quatro companhias», cujas missões incluíam a pesquisa de informações e a actuação «em contraguerrilha e acções especiais fora de Angola sob o controlo da PIDE»⁶²³. Na Primavera de 1969, Nathaniel Mbumba foi nomeado comandante-geral. Em Janeiro de 1970 começaram a ser pagos de acordo com a sua «qualificação operacional: 20\$00 diários aos oficiais, 15\$00 aos sargentos e dez às praças», passando a deter o nome de código Fiéis. No final desse ano, a «gratificação geral» passou para o montante máximo de 900\$00 mensais, mas para muitos combatentes o aumento não foi tão atraente quanto a amnistia proposta pelo presidente zairense, que «deu origem a numerosas deserções». Para tentar travar a sua saída, em Fevereiro de 1971 as remunerações foram fixadas entre 400\$00 e 2.200\$00, sendo constituídas em Março «as primeiras unidades do tipo “Comando”, instruídas por portugueses: os Tigres». «Até finais de 1972, formaram-se cerca de 1.400 homens que foram intensamente utilizados em operações» decisivas no Leste, o que motivou em Março de 1973, a carta do Ministro do Ultramar Silva Cunha: «*A utilização dos Fiéis interessa-nos, principalmente, como*

*movimento de pressão sobre o Zaire e como forma dissuasora que evite que a hostilidade daquele país conduza à situação de crise aguda, traduzida em actos de agressão directa ou excessivas facilidades de organizações terroristas.»*⁶²⁴

Em 1974, eram já cerca de 2.500 homens, organizados em 20 companhias – 18 unidades de Tigres; uma companhia de sabotagens e outra de armas pesadas. Após o 25 de Abril e ainda até às tréguas, os Fiéis não sabiam o que esperar. Temiam ser julgados e punidos como traidores pelos Movimentos angolanos que tão eficazmente tinham combatido ao lado dos portugueses tanto quanto receavam ser compulsivamente repatriados para o Zaire. A única possibilidade de fuga seria a África do Sul, que chegaram a equacionar: «*O período que se segue ao 25 de Abril é inicialmente de expectativa e depois de desconfiança em relação à atitude das nossas autoridades para com eles [...] que os leva a fazerem projectos de transferência global para a África do Sul*»⁶²⁵, referiu o relatório da CCPA. Até Agosto de 1974 foram aliciados pelos partidos de brancos, pela UNITA e pelo MPLA, mas, a partir desse mês (já com Rosa Coutinho em Angola) e no último trimestre, os contactos com o MPLA foram «intensificados». Quando Neto partiu para Mombaça já sabia que contava com os soldados catangueses nas fileiras das FAPLA. Segundo a CCPA o «acordo tácito» foi alcançado «em Dezembro de 1974, pelo qual os Fiéis actuariam ao lado do MPLA em caso de conflito generalizado e em troca do seu rearmamento e reequipamento». Para o general Almendra, não há muito a acrescentar sobre o destino desses combatentes: «*Foram oficialmente entregues ao MPLA pois eles próprios não tinham grande interesse em ficar com a FNLA.*»⁶²⁶ Para Pezarat Correia, também seria difícil que Savimbi os acolhesse porque tinha sido «contra a UNITA que se orientara a actividade operacional das unidades dos Fiéis nos últimos meses» da guerra colonial. E por a UNITA não estar implantada nas zonas raianas com o Zaire⁶²⁷.

Após a reunião de 27 de Dezembro de Silva Cardoso, Jorge Campinos e Leonel Cardoso com Mobutu, Rosa Coutinho reiterou: enquanto refugiados, os catangueses teriam «plena liberdade de sem quaisquer pressões regressar ao seu país de origem ou de optar por fixação em Angola, abstendo-se de actividades políticas contra Estados vizinhos». Mobutu decidiu então enviar a Lisboa um emissário que se reuniu com Passos Ramos e Fernando Reino na noite de Reveillon. Até de madrugada, o enviado zairense tentou convencê-los a entregar os Fiéis, caso contrário, Holden Roberto não participaria na cimeira do Algarve. As instruções de Costa Gomes eram claras: repatriá-los «era inaceitável». «*A única coisa que se podia [transmitir] a Mobutu é que a seguir ao Alvor, quando fosse oportuno, seriam franqueadas as portas dos quartéis catangueses para eles fazerem a sua propaganda e decidirem.*»⁶²⁸ No dia 2 de Janeiro, Costa Gomes pedia que fossem feitos «todos os esforços no sentido de evitar a agudização do assunto», sem o recurso aos Fiéis na luta política e «o início do seu desarmamento com a brevidade possível»⁶²⁹. De Kinshasa, António Monteiro, alertava que Mobutu estava disposto a usar a força se os Fiéis ficassem em Angola: «*Bula e dois outros conselheiros de Mobutu deram a entender que o Zaire se prepara para eventuais represálias, caso o governo português não dê ao assunto dos catangueses o desenvolvimento que estas autoridades pretendem.*»⁶³⁰

Cimeira sem grupelhos

A delegação portuguesa com assento nas reuniões restritas da cimeira do Algarve seriam Melo Antunes, Silva Cardoso, Gonçalves Ribeiro e Pezarat Correia (os três últimos em representação de Luanda), Almeida Santos, Fernando Reino (secretário da Comissão Nacional de Descolonização) e Passos Ramos, como delegado do chefe de Estado, enunciou o Almirante. Mário Soares não estava na

lista, assinalou um dos presentes. Se não pudessem ser mais de sete membros, como fora acordado com os Movimentos, Pezarat não a integraria, referiu. Faltava ainda decidir quem representaria a comunidade branca e que papel lhe estaria reservado. «A ideia do presidente da República é que o estatuto de meros observadores não satisfaz os angolanos brancos», referiu Melo Antunes. «As associações económicas ficarão muito sentidas se não forem ouvidas», justificou Costa Gomes. Almeida Santos propôs a solução que seria adoptada: a criação de um grupo de trabalho que não integrasse a delegação, presidida pelo Alto-Comissário. «As pequenas associações políticas não consideram que as associações económicas e sindicatos representem Angola», reagiu Rosa Coutinho. Costa Gomes rebateu: «Os “grupelhos políticos” não devem ir.»⁶³¹ Enquanto observadores apenas deveriam estar dois empresários e dois sindicalistas. Tal como Rosa Coutinho, a Coordenadora considerava não ser «possível nem conveniente» a sua presença; contrariava a decisão de «ver na comunidade branca uma entidade política, o que, aliás, os Movimentos não aceitam» e era «inconveniente» que constituíssem uma quarta delegação angolana⁶³². Os líderes não eram tão radicais, mas alinhavam com a CCPA. Para Savimbi, «além da dificuldade em seleccionar elementos representativos que a todos satisfizessem», não poderiam participar «na Cimeira, em pé de igualdade com os Movimentos.»⁶³³.

Decidida a exclusão da Cimeira de qualquer representante angolano não filiado num dos Movimentos, Fernando Falcão ainda reclamava um lugar nas reuniões do Algarve alegando que a FUA lutara «sempre num puro sentido ideológico sem fazer correr o sangue do povo angolano»⁶³⁴. Igualmente excluído, Daniel Chipenda expôs o seu descontentamento ao embaixador americano em Kinshasa: ele e Holden Roberto tinham sido os últimos a ser informados. Concluíra pelo telegrama recebido de Lisboa (que mostrou ao diplomata) que Portugal decidira favorecer Neto como interlocutor do MPLA⁶³⁵. Quatro dias após o encontro do Luso (18 de Dezembro), Kinshasa ainda não se pronunciara sobre o acordo MPLA/UNITA. Informava António Monteiro que os seus contactos locais não falavam «sobre ele». Apenas soubera que o acordo «caiu muito mal» a Holden Roberto. A mesma fonte referira que Chipenda reconhecera ter «sido um erro» fixar-se em Kinshasa por ter «ferido a susceptibilidade da Zâmbia que concederia agora maior apoio a Neto, o que não acontecia a alguns meses atrás»⁶³⁶.

Estava certo Mário Soares quando perguntou o que pensaria Holden da aliança entre Neto e Savimbi. O líder da FNLA insinuou «com uma certa insistência» poder ocorrer «uma guerra civil pela forma nitidamente partidária» como Luanda conduzia o processo. Ainda assim, aceitava ir à pré-cimeira, a que poderiam assistir dois portugueses «como observadores ou conselheiros. Savimbi também não julgava «necessário ou mesmo conveniente a presença de delegados portugueses». Poderiam apenas assistir «sem lugar à mesa» e se a sua participação «fosse discreta e isenta». Para Holden Roberto, a cimeira final poderia ser no Algarve, se lhe fosse garantido que não haveria «possíveis manifestações hostis» à FNLA. Durante a hora e meia de reunião com Silva Cardoso, fez «um ataque cerrado» a Rosa Coutinho, cuja simples presença nas reuniões «poderia conduzir ao seu fracasso». Responsabilizava-o pelas facilidades concedidas ao MPLA na entrada de armamento em Angola: eram-lhe «cedidos aviões da TAAG, que em voos nocturnos transportavam armamento do Luso para Luanda»; disse ter «provas fotográficas» da «cedência de viaturas do Exército português» para acções de propaganda do MPLA e saber que a tropas tinham recebido ordens «para destruírem os quartéis» que abandonassem «em áreas controladas pela FNLA», como acontecera em Massau⁶³⁷.

Se Belém confirmasse a ida de dois observadores, Rosa Coutinho enviaria Passos Ramos e Pezarat Correia⁶³⁸, o que fez UNITA e FNLA mudarem de posição: dispensavam a presença de “espiões” do MFA no encontro. Seria «inconveniente» comparecerem, disse Savimbi: a pré-cimeira interessava apenas aos líderes angolanos⁶³⁹. Também Holden Roberto se opôs e «não pareceu entusiasmado» com a

hipótese. O facto de Otelio Saraiva de Carvalho (comandante do COPCON) ter declarado em 28 de Dezembro que a FNLA era apoiada por Mobutu e este pelos EUA, tinha deixado Holden «profundamente irritado», contou Savimbi⁶⁴⁰.

Em Angola, os soldados nacionalistas prosseguiram a sua implantação territorial: nuns casos para reforçar posições, noutros para as disputar, criando zonas tampão onde fosse mais difícil os adversários penetrarem. Em Luanda, ainda que esporádicos, começavam a aumentar os incidentes de motivação racial: nas Barrocas, em Miramar, quatro africanos tinham maltratado fisicamente um casal branco e na Avenida de Lisboa, dois brancos tinham agredido um negro com um ferro⁶⁴¹. Na Alameda Salazar ocorrera um tumulto junto ao supermercado *Jumbo*⁶⁴² e um grupo de africanos «assaltara um motorista de táxi, tendo a população (hostil às Nossas Tropas e ao MPLA de Neto) querido chamar elementos do MPLA de Chipenda». Tinha sido assaltada mais uma casa de um branco no Bairro Catambor e um africano tinha sido encontrado morto com um tiro na cabeça, no Corimba⁶⁴³. Um negro abordara um casal branco com uma granada para lhe tentar roubar a motorizada; como o proprietário ofereceu resistência «foi atingido por um morteiro disparado pelo assaltante»⁶⁴⁴. Em Salazar, depois de uma viatura civil ter atropelado mortalmente dois negros, a população africana indignada «incendiou a viatura» e, em resposta, os brancos ameaçaram atirar sobre os nativos⁶⁴⁵.

Os actos de violência contra a comunidade branca (que retaliava contra as agressões de que era alvo com igual sanha) criavam uma hostilidade étnica recíproca que tendia a acentuar-se. Oficiosamente, eram reportados casos de assalto e morte: em Luanda, no dia 8 de Janeiro, um grupo de africanos assassinara mais um taxista. A população branca revoltara-se, hostilizara as patrulhas compostas por soldados portugueses e do MPLA «querendo chamar as forças de Chipenda para repor a ordem»⁶⁴⁶. Em Quibala, no Cuanza Sul, em 13 de Janeiro, um industrial da construção civil branco «foi detido e chicoteado por dois elementos da subdelegação da UNITA» porque um antigo servente africano o acusara de lhe dever cinco meses de ordenado há cinco anos. Em retaliação, um grupo de brancos tentou incendiar a delegação partidária. O mesmo acontecera anteriormente por causa de uma «tentativa de assalto de um negro a um branco»⁶⁴⁷. Os morticínios ocorriam normalmente durante a noite. Em Muriege, na Lunda, o guarda-nocturno e o encarregado de uma pedreira tinham sido «mortos à catanada»⁶⁴⁸.

A comunidade branca no Norte de Angola parecia conformada com a nova realidade. A maioria da população «tinha já feito a sua adesão a um dos partidos, FNLA ou MPLA, mesmo antes do acordo de cessar-fogo, e com eles mantinha contactos frequentes»⁶⁴⁹. Em Angola, apenas se sabia que no Alvor se discutia o projecto de governo apresentado pelos líderes angolanos e era «forte a apreensão entre a população branca» por constar que nele apenas teriam assento dois portugueses da Metrópole, «que se entenderiam com os Movimentos» e que não iriam «defender os interesses dos colonos». Sem o saberem, não estavam longe da verdade⁶⁵⁰. Nos comícios (em que as plateias eram maioritariamente africanas), os oradores exortavam à expulsão dos colonos usurpadores. Num comício em Pereira d'Eça (junto à fronteira sul-africana) o delegado da UNITA no Cunene instigava ao ódio racial: em Angola, não haveria lugar para brancos, mulatos, mestiços ou quem quer que exteriormente ostentasse sinais de sangue branco. Teriam de partir quando os brancos regressassem a Portugal: «*Se ficarem serão mortos.*» Os brancos tinham «de ir embora» e os mulatos segui-los-ia⁶⁵¹. Nessa vila, uma funcionária pública branca tinha sido «ameaçada com uma navalha quando interveio em defesa do filho» menor de idade, tendo-lhe sido dito que «os brancos tinham de se ir embora» e um guarda da PSP tinha sido insultado «com frases como: «Vai-te embora, filho de p... A terra é nossa.»».

O Comando assinalava que «alguns elementos da UNITA estavam a tentar criar um clima emocional nos indivíduos de etnia cuanhama, de modo a fazerem reviver o antigo ódio ao branco». Alguns

elementos da UNITA já tinham espancado «um guarda auxiliar (negro) do GEI, a cerca de 600 metros do centro da cidade, quando se dirigia para a sua residência, tendo os agressores ido depois para junto do edifício da GEI proferir ameaças e dizer que no domingo seguinte arrearariam a bandeira portuguesa e içariam a deles». O processo de transferência de poderes estava em curso e já não era controlado pelos portugueses⁶⁵².

[527](#) Mário Soares, em João Paulo Guerra, *ibidem*, p. 105.

[528](#) António José Telo (2008) *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, vol. 2, Lisboa, Editorial Presença, pp. 152-153.

[529](#) Mário Soares (1975) *Democratização e Descolonização. Dez Meses no Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 150-151.

[530](#) Entrevista a Rodrigo Sousa e Castro, *O Tempo*, 6 de Novembro de 1975.

[531](#) Mário Soares, em João Paulo Guerra, *ibidem*, p. 103.

[532](#) Melo Antunes, em *idem*, *ibidem*, p. 17.

[533](#) Maria João Avillez (1994), *Do Fundo da Revolução*, Lisboa, Público, p. 17.

[534](#) Ernesto Melo Antunes, «A descolonização portuguesa: mitos e realidades», em João Medina (1993), *História de Portugal*, Amadora, Clube Internacional do Livro, p. 202.

[535](#) Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 43-44.

[536](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor. Doc. 33. 5 de Dezembro de 1974, pp. 1-3.

[537](#) *Idem*, pp. 5-7.

[538](#) *Idem*, pp. 8-9.

[539](#) «Luanda, 1063, December, 6, 1974. Confidencial.»

[540](#) *Idem*.

[541](#) Heitor Almendra, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 255.

[542](#) AHM.F.43.S1.C.837.P13. 11 de Dezembro de 1974. Confidencial.

[543](#) ADN.SIPFA.C.5932. *Diário Popular*. 20 de Dezembro de 1974, p. 9.

[544](#) Almeida Santos (1975), *ibidem*, p. 205.

[545](#) *Idem*, *ibidem*, p. 211.

[546](#) AHM.F.43.S.6.C.842.P.43. Do AC para MCI. 14 de Dezembro de 1974.

[547](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.ª Repartição do EME. Confidencial. Proc. 23, p. 7.

[548](#) *Idem*, Confidencial. Proc. 30. 19 de Dezembro de 1974, p. 7.

[549](#) «Luanda, 1067 December 7, 1974.»

[550](#) ADN.F3.S.12.C.27.Proc. 20, p. 8.

[551](#) «Luanda, 1041, December 2, 1974.»

[552](#) ADN.F3.S12.C.27. 2.ª Repartição do EME. Confidencial. Proc. 29, p. 10.

- [553](#) «Luanda, 1041, December 2, 1974.»
- [554](#) ADN.F.3.S.12.C27.2.^a Repartição do EME. Confidencial. Proc. 29, p. 10.
- [555](#) «Luanda, 1040, December 2, 1974.»
- [556](#) Gonçalves Ribeiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 21-22.
- [557](#) Mário Soares (1976), *Portugal, Que Revolução?* Lisboa, Perspectivas e Realidades, p. 46.
- [558](#) Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 37-39.
- [559](#) Entrevista ao general Heitor Almendra. Lisboa, 9 de Setembro de 2011.
- [560](#) Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 41.
- [561](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29.CCFAA. 2.^a Repartição. R.I. n.º 5. 26 de Dezembro de 1974, p. 8.
- [562](#) *Diário de Luanda*, 10 de Dezembro de 1974, p. 2.
- [563](#) *Idem*. 12 de Dezembro de 1974, p. 2.
- [564](#) *Idem*. 13 de Dezembro de 1974, p. 2.
- [565](#) António José Telo, *ibidem*, pp. 164-165.
- [566](#) Odd Arne Westad (2007), *The Global Cold War*, New York, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 224-225.
- [567](#) *Idem, ibidem*, p. 227.
- [568](#) Este investigador consultou os arquivos de Havana e entrevistou mais de militares cubanos que combateram em Angola a partir de 1975.
- [569](#) Piero Gleijeses (2002), *Conflicting Missions. Havana, Washington and Africa 1959-1976*, Berkeley, University of North Carolina Press, p. 244.
- [570](#) Odd Arne Westad, *ibidem*, p. 223.
- [571](#) Juan Benemelis (1986), *Castro. Subversão e Terrorismo em África*, Odivelas, Europress, p. 224.
- [572](#) Jonathan Steele (1984), *The Kremlin's Foreign Policy. Brejnev to Chernenko*, Nova Iorque, Simon and Schuster, p. 229.
- [573](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, p. 245.
- [574](#) *Idem, ibidem*.
- [575](#) Iko Carreira (2005), *Memórias*, Luanda, Nilza, pp. 140-141.
- [576](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, pp. 246-247.
- [577](#) Odd Arne Westad, *ibidem*, pp. 224-225.
- [578](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, pp. 247-249.
- [579](#) Melo Antunes, em Maria João Avillez (1994), *ibidem*, pp. 32-33.
- [580](#) Melo Antunes, em Maria João Avillez (1994), *ibidem*, pp. 32-33.
- [581](#) João Paulo Guerra, *ibidem*, p. 136.
- [582](#) António Ramalho Eanes (2006) *Sociedade Civil e Poder Político*. Tese de doutoramento. Universidade de Navarra. Capítulo 3, p. 29.
- [583](#) *Diário de Luanda*. 12 de Dezembro de 1974, p. 3.

[584](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29.CCFAA.2^a Repartição. R.I. n.º 5, 26 de Dezembro de 1974, p. 8.

[585](#) AHM.F.43.S.6.C.842.P.43. Secreto. Do AC para MNE, 9 de Dezembro de 1974.

[586](#) *Idem*. Do MCI para AC. 13 de Dezembro de 1974.

[587](#) AHM.F.43.S.6.C.842.P.43. Do MCI para AC. 13 de Dezembro de 1974.

[588](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.35.Manuscrito. 18 de Dezembro de 1974, pp. 1-3.

[589](#) *Idem*, Doc.36.Manuscrito. 20 de Dezembro de 1974, p. 9.

[590](#) *Idem*, pp. 4-5.

[591](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.35.Manuscrito. 18 de Dezembro de 1974, pp. 5-6.

[592](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 137.

[593](#) ADN.SIPFA. *Expresso*, 21 de Dezembro de 1974, p. 7.

[594](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 138.

[595](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.36.Manuscrito. 20 de Dezembro de 1974, p. 1.

[596](#) *Idem*, pp. 2-3.

[597](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.36.Manuscrito. 20 de Dezembro de 1974, p. 4.

[598](#) A cisão da Revolta Activa ocorreu na conferência de Kalabo em 21 de Outubro de 1971.

[599](#) Em 1973, foram fuzilados os quatro enviados por Chipenda a Brazzaville para apresentar reclamações a Neto. Chipenda ia ser assassinado no hospital onde estava internado, mas Iko Carreira denunciou o plano. Chipenda tornou-se dissidente com todos os guerrilheiros da etnia n'bunda predominante na zona de Gago Coutinho (Gonçalves Ribeiro e Passos Ramos nos Estudos Gerais da Arrábida).

[600](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29.CCFAA, 2.^a Repartição. R.I. n.º 5, 26 de Dezembro de 1974, p. 9.

[601](#) «Luanda, 1098, December, 17, 1974.»

[602](#) «Luanda, 1098, December, 17, 1974.»

[603](#) ADN. SIPFA. C. 5932. *Diário Popular*, 20 de Dezembro de 1974, p. 9.

[604](#) *Idem*, 14 de Novembro de 1974, pp. 2-3.

[605](#) Marques Rocha, *ibidem*, p. 275.

[606](#) «Luanda, 1098, December, 17, 1974.»

[607](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.36. Manuscrito. 20 de Dezembro de 1974, p. 7.

[608](#) Rosa Coutinho, June 1988. *Washington Times*, July 15, 1988. Hoover Institution Archives of Stanford University. Collection 91037.Folder 47, p. 6.

[609](#) Rosa Coutinho, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 241.

[610](#) *DNa*. 27 de Fevereiro de 2000, p. 20.

[611](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.36. Manuscrito. 20 de Dezembro de 1974, p. 7.

[612](#) *Idem*, p. 8.

[613](#) *Expresso*, 25 de Março de 1977, p. 16.

[614](#) *Idem*. A integração dos Fiéis estrangeiros (nome de código que lhes foi dado pelo Exército português) nas Forças Auxiliares, ocorrida por despacho do ministro da Defesa de 15 de Fevereiro de 1971, tinha sido decidida e organizada, em face das necessidades militares e políticas da época, pelo Comandante-Chefe de Angola, general Costa Gomes.

[615](#) *Idem*. Os factos relatados neste artigo foram confirmados pelo general Passos Ramos à autora na entrevista realizada em Dezembro de 2011.

[616](#) António José Telo, *ibidem*, p. 164.

[617](#) *Expresso*, 25 de Março de 1977, p. 16.

[618](#) *Diário de Luanda*, 20 de Dezembro de 1974, p. 9.

[619](#) ADN.SIPFA.C5932. *República*, 30 de Dezembro de 1974, p. 2.

[620](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor Doc.42. Do AC para PR. 24 de Dezembro de 1974.

[621](#) AHM.F.43.S.6.C.842.P.42. Do AC para MNE. 26 de Dezembro de 1974.

[622](#) *Diário de Luanda*, 28 de Dezembro de 1974, p. 9.

[623](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30. Estudos de Situação. 19 de Abril de 1975, pp. 38-40.

[624](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30. Estudos de Situação. 19 de Abril de 1975, p. 41.

[625](#) *Idem*, p. 42.

[626](#) Heitor Almendra, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 564.

[627](#) Pedro Pezarat Correia, *ibidem*, p. 135.

[628](#) Passos Ramos nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996.ICS.AHS.FDP, pp. 135-137.

[629](#) APSC. Do PR para AC. 2 de Janeiro de 1975.

[630](#) APSC. Kinshasa, 6 de Janeiro de 1975.

[631](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor.Doc.36. Manuscrito. 20 de Dezembro de 1974, pp. 11-12.

[632](#) *Idem*. Pré-Alvor.Doc.40. Secreto. Sugestões de Angola, sem data.

[633](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Pré-Alvor. Doc.41. Comando da 2.^a RA. 23 de Dezembro de 1974, pp. 4-5.

[634](#) *Idem*. 21 de Dezembro, pp. 11, 2.

[635](#) «Kinshasa, 10693, December, 18, 1974.»

[636](#) AHD.PAA. 1299. Secreto. Kinshasa, 22 de Dezembro de 1974.

[637](#) APSC. Kinshasa, 1 de Janeiro de 1975, pp. 1-2.

[638](#) Silva Cardoso nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS FDP, p. 121.

[639](#) AHM.F.43.S.6.C.842.P.43. Muito Secreto. 2 de Janeiro de 1975, p. 2.

[640](#) APSC. Kinshasa, 1 de Janeiro de 1975, pp. 1-4.

[641](#) ADN.F.3.C.40.S.19. Confidencial. 7 de Janeiro de 1975.

[642](#) *Idem*. Confidencial. 9 de Janeiro de 1975.

[643](#) *Idem*. Confidencial. De 11 a 13 de Janeiro de 1975.

[644](#) ADN.F.3.C.40.S.19. Confidencial. 15 de Janeiro de 1975.

[645](#) *Idem.* 7 de Janeiro de 1975.

[646](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 8. 16 de Janeiro de 1975, p. 4.

[647](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. o n.º 9. 23 de Janeiro, pp. 13-14.

[648](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.ª Repartição do EME. Proc. 51. 20-21 de Janeiro de 1975, p. 9.

[649](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.7. Sector de Santa Eulália. Relatório de Acção Psicológica. 1 de Fevereiro de 1975.

[650](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.ª Repartição do EME. Proc. 45. 10-13 de Janeiro de 1975, p. 16.

[651](#) *Idem.* Comando de Sector de Cunene, 10 de Janeiro de 1975.

[652](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 7. 9 de Janeiro de 1975, pp. 10-11.

5. DENTRO DO ALVOR

Eleições sem colonos

Para os decisores portugueses concluir o processo de descolonização das antigas colónias africanas em Janeiro de 1975, com uma cimeira quadripartida em Portugal, era não só motivo de orgulho como a prova cabal que oito meses decorridos sobre o 25 de Abril tinha sido capaz de convencer os três adversários angolanos a apresentarem uma proposta comum para a transferência de Poderes. Portugal desejava passar de censurada potência colonialista a benemérito Estado administrante que concedia aos Movimentos a possibilidade de traçarem, de acordo com os seus ideais programáticos, os destinos de Angola. Na mensagem de Ano Novo aos portugueses, Costa Gomes congratulava-se por a descolonização ter progredido «em bom ritmo» desde que assumira funções.⁶⁵³ Antes de se sentar à mesa com os adversários cada Movimento contou espingardas (não só em sentido figurado): quantos mais aliados detivessem, mais fácil seria impor o seu projecto de governação. Os jogos de influências acentuaram-se com a contagem decrescente para a cimeira conjunta. Antes e depois de Mombaça (como antes e depois do Alvor) os líderes angolanos passaram mais tempo em Brazzaville, Lusaca, Dar-es-Salam e Kinshasa (nesta última somente Savimbi e Holden Roberto) do que em Angola.

Reunidos em Mombaça sob a égide do chefe de Estado anfitrião, Kenyatta, os líderes teriam como principal prova serem capazes de dissolver as suas tropas e abdicar do controlo militar das áreas ocupadas durante a guerra contra os portugueses (as chamadas regiões libertadas) para criarem um exército nacional. A Imprensa não conseguira informações fidedignas sobre o Acordo, mas noticiava com um relativo grau de certeza que os angolanos propoariam a Portugal um governo de transição com 16 ministérios: cinco para cada um dos grupos reconhecidos pela OUA, quatro para a UNITA e dois para Portugal. A proposta portuguesa propunha um executivo menor e equitativo composto por 12 ministérios, três para cada parte. Os dirigentes nacionalistas também aceitariam que as FAP ficassem em Angola até quatro meses antes da data da independência, até Junho de 1975.

Foi formada «uma plataforma comum de entendimento, mas conservando a identidade das suas organizações». O acordo alcançado não representava, por isso, «a fusão dos Movimentos, sob a égide de um directório unificado»⁶⁵⁴. Tinham juntado as reivindicações que os uniam perante Portugal, mas todas as divergências de fundo se mantinham em aberto e intactas, como reafirmaram à margem das conversações do Alvor. Na hora da despedida (após três dias de trabalhos sigilosos), os três líderes abraçaram-se publicamente: as fotos mostrariam que as quezílias tinham sido ultrapassadas. Começara o jogo de aparências que se manteria até à foto de família do Alvor, 10 dias depois. Acertados no Quénia os pontos da agenda do Algarve – a data da independência, o calendário de retirada das FAP, a distribuição dos ministérios, etc. –, Neto e Savimbi rodaram pelos países vizinhos num autêntico “carrossel” de contactos com os seus aliados naturais. Holden Roberto regressou a casa, em Kinshasa, Savimbi partiu para o Gabão e Neto, para Dar-es-Salam⁶⁵⁵, onde declarou que o governo de transição saído do Algarve deveria durar seis meses, como dissera em Argel. Para Savimbi, as eleições e a independência deveriam ocorrer nove a 12 meses depois.

A próxima etapa seria a cimeira com Portugal: Sagres ou Monte Gordo eram mencionados como

locais prováveis. Somente dois dias antes do início da Cimeira, Pinheiro de Azevedo confirmou que os encontros decorreriam numa discreta localidade do concelho de Portimão. Em Kinshasa, Johnny Eduardo contara a António Monteiro que «Mombaça tinha corrido melhor do que a FNLA esperava» e tudo o que interessava tratar em matéria de independência estava «preparado para ser apresentado ao governo português», não obstante existirem ainda matérias sensíveis (“pontos quentes” como lhes chamou) por resolver. Bukassa (conselheiro de Mobutu) confidenciara «não acreditar que as dissidências entre o MPLA e a FNLA estivessem mesmo superadas»⁶⁵⁶. Não estavam. A plataforma de Mombaça foi desfeita nas horas seguintes à assinatura do Acordo do Alvor, assim que os portugueses aceitaram a data da independência. A partir desse momento, Portugal começaria a retirar gradualmente as suas tropas de Angola e a soberania seria partilhada, começando a estratégia de apropriação do território pelo sangue, como escreveu Melo Antunes: «*Pode dizer-se que ainda nem sequer a tinta gasta em subscrever o acordo do Alvor tinha secado e já as querelas, as dissidências e as confrontações, mesmo armadas, entre os três Movimentos, estalavam em Angola.*»⁶⁵⁷

Ainda Savimbi conferenciava em Dacar com o presidente senegalês Leopold Senghor quando começaram a chegar a Lisboa os representantes do MPLA, Paulo Jorge, Maria do Carmo Medina, Antero de Abreu e Diógenes Boavida. Há dois dias que Lúcio Lara e Lopo do Nascimento estavam na capital portuguesa, onde efectuaram contactos e visitas de cortesia a Otelo Saraiva de Carvalho e também ao PCP e ao PS. Na capital do Gabão, na véspera da partida para Lisboa, Holden Roberto encontrou-se com Daniel Chipenda, que lhe pediu para dizer a Neto que uma «delegação da Revolta do Leste se deslocaria a Portugal para assistir à Cimeira». O líder da FNLA ficou «surpreendido» e, segundo Savimbi, foi «categórico»: Só se Chipenda fosse «maluco» pois tinha sido «afastado» do Alvor por acordo dos três Movimentos; arriscar-se-ia «a ser engavetado» se aparecesse no Algarve⁶⁵⁸. Não apareceu. O seu representante Luís Azevedo Júnior ainda tentou assistir à sessão de encerramento, mas foi retido no aeroporto de Lisboa, entre 15 e 17 de Janeiro, segundo o oficial que o vigiou por ser «um homem» que ia «semear a confusão» nas conversações do Alvor⁶⁵⁹.

Em Mombaça, tinham acertado para a chefia do governo uma «fórmula que satisfaz toda a gente», referiu Holden, e acordado que haveria eleições antes da independência. Quem as vencesse governaria Angola, afirmou. Savimbi referiu que no Alvor se iria bater pela realização de um sufrágio: mantinha-se «firme no seu propósito de garantir as eleições em Angola», declarou⁶⁶⁰. Na manhã de dia 9 de Janeiro, a OUA anunciara o reconhecimento oficial da UNITA na sua 25.ª sessão, presidida pelo primeiro-ministro tanzaniano John Malecela. A UNITA chegava ao Alvor em pé de igualdade com os outros dois Movimentos mas não a FLEC, cujo pedido foi vetado pelo Comité da OUA.

A FNLA arregimentou uma comitiva de mais de 65 pessoas embarcadas em Kinshasa e Libreville, além de convidados e jornalistas. Quando partiu de Tunes, o avião transportava 105 passageiros. Foi a primeira delegação a chegar, sendo recebida pelo ministro Almeida Santos e com as honras protocolares, como as restantes. Costa Gomes chegou ao Algarve ao fim da tarde de dia 10 num avião da Força Aérea, acompanhado pela mulher, Mário Soares e o seu chefe de gabinete Ferreira da Cunha. Ficou alojado num hotel da Praia da Rocha, assistindo apenas às cerimónias públicas de abertura e encerramento. Como uma fonte credenciada confidenciara dias antes, iria ser «o Kenyatta do Algarve»: anfitrião sem participar directamente nas negociações⁶⁶¹. Questionado se integrava a comitiva portuguesa, Rosa Coutinho respondeu: «*Faço parte da delegação portuguesa, tal como sua excelência o presidente da República.*»⁶⁶² Não teria assento nas reuniões restritas. «*Não fiquei satisfeito. Fui marginalizado. Eu preparei os Acordos do Alvor e considero-os emblemáticos da minha actuação em Angola. Senti-me marginalizado na negociação dos acordos... Não fiz parte da delegação portuguesa.*»⁶⁶³ Sentia ter direito a estar presente por se considerar o principal obreiro do Alvor:

«Entreguei esses acordos “numa bandeja” ao general Costa Gomes», chegou a dizer⁶⁶⁴.

Escolhido o Hotel da Penina por ser o mais isolado e o que oferecia as melhores condições de privacidade, o receio que um atentado pudesse ser perpetrado durante a estada das delegações justificou a adopção de excepcionais medidas de segurança. O cordão securitário foi montado a 200 metros de distância da entrada do edifício, por onde só os participantes autorizados poderiam passar⁶⁶⁵. Ao longo da estrada avistavam-se forças da GNR, da PSP e alguns Comandos do COPCON. Havia aviões da Força Aérea e helicópteros a sobrevoar a área, uma aparatosa metralhadora montada no aeroporto de Faro e o espaço aéreo algarvio foi encerrado ao tráfego mesmo para aviões de pequena dimensão. Antes da chegada das quatro delegações, o Hotel foi criteriosamente farejado por cães de guarda e os seguranças pessoais de Holden Roberto procederam a uma diligente busca à procura de qualquer esconderijo onde pudesse estar alojada uma bomba⁶⁶⁶. Para que não houvesse o mínimo contacto presencial com as comitivas (e fugas de informação), os cerca de 300 jornalistas nacionais e estrangeiros foram colocados no Hotel Dom João II, a três quilómetros, com o qual estavam cortadas todas as ligações de *telex* e telefone.

Todas as delegações ficaram alojadas no Hotel da Penina – alugado pelo Estado português uma semana antes do começo dos trabalhos. O Hotel tinha sido transformado num verdadeiro *bunker* de privacidade máxima, interdito à curiosidade alheia. Como refere Pezarat Correia: «A utilização comum de salas de estar e de convívio, átrio, jardins, bares e restaurantes, facultou um mais fácil relacionamento e conhecimento dos membros das diferentes delegações, a troca informal de opiniões, de sugestões e de esclarecimentos, fora das reuniões plenárias.»⁶⁶⁷ A facilidade de contactos que a distribuição das delegações pelos pisos do Hotel não passou despercebida a Savimbi: no primeiro andar ficaram instalados os representantes da FNLA; no segundo, os da UNITA; no terceiro, os do MPLA e no quarto piso, os portugueses. Parecia-lhe ser «uma disposição ardilosa que permitia encontros secretos permanentes à margem de possíveis indiscrições». Os delegados do MPLA estavam a um lance de escada dos portugueses. Os representantes da UNITA «surpreenderam-nos algumas vezes»⁶⁶⁸.

Na primeira reunião pouco havia a dizer: como a delegação angolana entregara a proposta de Mombaça cerca das 21h00, os negociadores portugueses não estavam ainda «em condições de se pronunciar» sobre a mesma. Nessa noite, a parte angolana poderia prestar «esclarecimentos essenciais sobre alguns pontos do projecto», sugeriu Melo Antunes, para na manhã seguinte os trabalhos se iniciarem já com o documento estudado. Em cada reunião, o porta-voz da parte angolana seria rotativo. Coube ao MPLA pedir em nome dos três Movimentos «um pouco de paciência à delegação portuguesa» para que não se seguisse a agenda pois a contra-proposta que tinham redigido continha «algumas alterações» à ordem de trabalhos prevista. Tinham saído de Mombaça «há pouco tempo» e não as tinham podido ainda debater. As alterações preconizavam que os participantes na Cimeira seriam a parte portuguesa, a FNLA, o MPLA e a UNITA, que seriam sempre registados nos documentos por ordem alfabética – fórmula adoptada em Mombaça e que esperavam fosse mantida. Quanto à criação de uma junta militar mista preferiam que se designasse Comissão Nacional de Defesa (CND) e, no ponto relativo às Forças Auxiliares acrescentaram os Leais, e ex-agentes da PIDE/DGS⁶⁶⁹.

Em Mombaça, não houve consenso sobre o fim das forças armadas de cada Movimento e, por isso, não desejavam discutir na Penina a formação do exército nacional angolano. Portugal aceitou. Em vez da simples previsão de eleições no período de transição, pretendiam que a sua realização ficasse registada por o terem concertado no Quénia. A não inscrição do escrutínio como mera possibilidade parecia ser uma prerrogativa incondicional introduzida pela UNITA e a FNLA, como indiciavam as declarações dos seus líderes à chegada a Faro. Havia um outro ponto relevante: às eleições não

poderiam concorrer as forças partidárias criadas em 1974. «Especialmente os partidos formados pelos colonos não devem participar.»⁶⁷⁰ Por sugestão portuguesa, os trabalhos foram interrompidos para serem retomados na manhã seguinte. Remetidos à ignorância sobre o que se discutia entre os Movimentos e a delegação portuguesa (Soares entrara, mas Pezarat não saíra), os jornalistas desconheciam que já estivesse garantida a realização de eleições a que os ex-colonos não se poderiam candidatar. «Praticamente, nada tem transpirado sobre o que se está a passar à mesa da conferência.»⁶⁷¹

A “plataforma de Mombaça” tinha sido apreciada pelos negociadores nacionais até de madrugada e foi esse «o documento que serviu de base às negociações»⁶⁷². Não obstante ter sido o guião inicial, o documento sofreria alterações em cada encontro, por iniciativa de ambas as partes. Ao abrir a sessão, Melo Antunes sugeriu que se seguisse o texto de Mombaça por a agenda elaborada por Portugal já estar ultrapassada. Além disso, a leitura do documento suscitara «algumas dúvidas» e era natural que os portugueses (que não tinham estado no Quénia) não entendessem «todo o espírito nele contido». Começariam por discutir numa primeira fase apenas «problemas de conteúdo e não de fundo». Mário Soares indagou se não seria melhor perguntar se todos concordavam com a ordem de trabalhos proposta; como não houve resposta, o silêncio foi interpretado como anuência. Afinal, discutia-se Mombaça ou a agenda inicial?, perguntou a UNITA (como porta-voz). «Fundamental» era a primeira, declarou Melo Antunes, o que não estivesse contemplado seria analisado depois⁶⁷³. O ministro introduziu a questão do cessar-fogo: verificava-se, de facto, mas não *de jure* num compromisso entre os três Movimentos e Portugal. «Creio que o cessar-fogo geral está empregado incorrectamente. Não existe um cessar-fogo, mas uma trégua», rectificou o MPLA. Trégua com carácter temporário era a formulação semântica que pretendiam que ficasse inscrita no articulado⁶⁷⁴.

A parte portuguesa também desejava ser esclarecida sobre a pretensão angolana de as forças armadas de cada Movimento se fixarem dentro «das regiões correspondentes à sua implantação actual». «Assim vamos perder muito tempo», deveria passar-se ao debate de fundo, comentou a FNLA. «Há coisas que não entendemos completamente», justificou Almeida Santos. A ideia era evitar «fricções entre as várias forças». Os militares de cada grupo não deveriam «sair das posições ocupadas» até ao momento, explicou a FNLA. Significava que se manteriam onde estavam, resumiu Melo Antunes. O problema era a terminologia. Cada Movimento possuía «determinados pontos ocupados e não regiões perfeitamente demarcadas», era o que deveria ficar escrito, defendeu Melo Antunes. Logo de seguida, Mário Soares perguntou se «a elaboração de um mapa» dessas regiões não ajudaria a clarificar o que pretendiam. Já se percebera que «a ideia é não ganharem novas posições», disse o MCI. O território estava «dividido entre os Movimentos» e falando-se em regiões poderiam ser tomadas como regiões militares, explicou Passos Ramos. Interpretado «à letra» cada Movimento poderia reclamar o domínio exclusivo das suas áreas dando origem à balcanização de Angola. A norma lesava o MPLA, que dominava duas áreas não contíguas do território, Luanda e Cabinda, uma vez que a UNITA detinha a hegemonia nos distritos do Leste e Sul e a FNLA no Norte.

Desagrado com o rumo da conversa, Savimbi desabafou: «Estamos já a entrar no debate de fundo.» Apenas se seguia a metodologia aceite por todas as partes, ripostou Melo Antunes. Os portugueses fariam as perguntas que entendessem pertinentes e só passariam «à frente» quando estivessem «esclarecidos», disse. Como Movimento com menor domínio territorial e discordante com aquela restrição, o MPLA questionou qual era o objectivo de as tropas ficarem acantonadas. Savimbi não respondeu. A delegação portuguesa que fizesse todas as perguntas que responderiam depois. «Só lamento que não tenham apresentado essa sugestão no início», disse Melo Antunes⁶⁷⁵. A ideia de demarcação das regiões apresentada pelo MNE foi rejeitada na reunião de dia 12. «Produzir um mapa

da implantação» de cada Movimento no território «iria com certeza criar um certo ambiente de divergência no seio da delegação angolana». O que era «desnecessário», referiu o porta-voz da UNITA⁶⁷⁶.

A dúvida seguinte (prosseguiu Melo Antunes) prendia-se com a eficácia e a operacionalidade do futuro Colégio Presidencial. Consideravam funcional um executivo chefiado por três ministros? Mário Soares também tinha sérias reservas quanto à funcionalidade de um órgão tricéfalo: «*É que em vez de haver um ministro singular, haverá um composto de três.*» E nem sequer estava definido como funcionaria. Seria «em sistema rotativo?» Não gostando dos reparos à fórmula apresentada para a chefia do governo, a UNITA reagiu secamente: «*É isso. São três ministros e a função é rotativa.*» Também a divisão das pastas ministeriais não tinha sido definida. Melo Antunes perguntou se não as queriam dividir «em partes iguais». E conviria que dissessem «como funcionam, como é feita a distribuição, quem exonera e quem substitui», apontou Almeida Santos. Nenhum líder parecia interessado em discutir tais pormenores. Seria matéria a acertar «no acordo final, não neste», referiu Savimbi. Para Portugal fazia sentido que estes aspectos fossem estabelecidos no Alvor. Seria também útil conhecer «o grau de responsabilidade de cada ministro», aditou Mário Soares. Os líderes angolanos escudaram-se numa cerrada mudez: o assunto já tinha sido discutido entre eles. O MPLA corroborou: «*São problemas já assentes.*»⁶⁷⁷ E como pensavam equilibrar as partes (portuguesa e angolana) na Comissão Nacional de Defesa, em que os três ministros do Colégio Presidencial teriam assento? Se houvesse paridade poderia resultar em sucessivos «empates» em matérias que requeriam uma decisão célere. Para Almeida Santos, era incoerente; em caso de divergência entre os Movimentos, sobretudo nas matérias militares, seria conveniente evitar situações «de impasse».

O documento também não especificava «quem, nem quantos são os responsáveis do Estado-Maior Unificado» (EMU), apontou Melo Antunes. O ideal seria existir «uma unidade de comando que permitisse tomar decisões rápidas, em caso de conflito». «De facto, operacionalmente, parece ser difícil», admitiu a UNITA, mas propunham um número igual de membros no EMU por os três Movimentos poderem entrar em conflito, pois em caso «de agressões externas» haveria «união». Para o MNE, um cenário de discórdia entre os três era «o mais provável», mas também poderia acontecer «o que se passou em Lourenço Marques»: «uma revolta de elementos brancos», em que cada Movimento se posicionasse de modo diferente. Se os ex-colonos se revoltassem com o apoio da UNITA ou da FNLA acabaria a unidade entre eles⁶⁷⁸. O exemplo não era feliz. Rosa Coutinho garantia que essa ameaça estava neutralizada; ressuscitar o «fantasma» de um golpe racial seria o melhor argumento para a parte angolana não abdicar das suas forças armadas. Não estava tanto em causa uma revolta dos brancos (rectificou o MCI) mas um conflito armado interno porque numa «situação de desacordo que possa surgir entre vocês» seriam atingidos os portugueses radicados em Angola, disse. A paridade de efectivos nas Forças Militares Mistas (FMM) seria uma metade portuguesa e outra angolana? Exactamente: 30.000 soldados das FAP e 10.000 de cada Movimento. «Mas não diz quem comanda», assinalou Almeida Santos. Esse aspecto não ficara «bem esclarecido». Ainda o iriam estudar⁶⁷⁹.

Quanto às eleições, os líderes angolanos só tinham acordado a data sem indicar uma série de «operações complicadas» inerentes à preparação do acto eleitoral, realçou o ministro sem pasta. Nos meses seguintes, o governo trataria desses trâmites, reagiu o MPLA, lembrando Savimbi que no sufrágio apenas seriam «permitidos candidatos dos três Movimentos.»⁶⁸⁰ E se em vez de uma Lei Fundamental (só para alguns meses) fosse feita uma Lei Eleitoral já que objectivo era eleger uma Assembleia Constituinte?, sugeriu Melo Antunes. Almeida Santos concordou, até porque fazia alguma «confusão» existir uma Constituição durante a soberania portuguesa, mas em cuja redacção Portugal não participava⁶⁸¹. Os portugueses poderiam inscrever-se nos cadernos eleitorais?, indagou Melo Antunes.

O que se entendia «por portugueses»?», contrapôs Almeida Santos. «São os brancos leais», afirmou Soares (leia-se os que concordavam com a independência). A parte portuguesa não gostava da designação «minoridade branca»: a expressão só se justificaria num universo eleitoral baseado na etnia e não na nacionalidade dos votantes. Subsistiam dúvidas sobre essa matéria, admitiu a UNITA. Em princípio, seria adoptado o critério étnico. «Branco e negro. Os “intermédios” é uma matéria a analisar depois».

Quanto à atribuição da nacionalidade não seria abordada no Alvor e recusavam também a expressão «haveres» para designar os bens particulares⁶⁸². A reunião terminou nesse ponto. Recomeçaria às 16h30. Durante a pausa nos trabalhos, Almeida Santos revelou aos jornalistas o que pensava da plataforma de Mombaça: era simplesmente um «ponto de partida» sobre o qual a parte portuguesa pediu esclarecimentos pois existiam «pontos bastante obscuros» e outros «objecto de controvérsia». «*Não se poderá dizer que seja um texto acabado. Mesmo tecnicamente, tem as suas deficiências que reflectem um pouco a pressa com que foi elaborado.*» A observação do ministro – o documento era incongruente devido à celeridade com que tinha sido feito – poderia ter dado azo a um imbróglio negocial de difícil resolução. Referir publicamente que a parte angolana apresentara um texto mal elaborado e incompleto, que suscitara na delegação portuguesa diversas dúvidas quanto à sua exequibilidade, denunciava não só a impreparação dos dirigentes nacionalistas como se afigurava um atestado público de incompetência. Sem divulgar «os três ou quatro pontos quentes» que nessa tarde seriam «objecto de uma primeira discussão», o MCI adiantou que faltava definir se o governo de transição teria «uma liderança rotativa ou colectiva», o que suscitava «desde logo o problema de saber como apurar a vontade» o Colégio Presidencial. Existindo três chefes de governo em simultâneo ou alternados, como seriam tomadas as decisões? Disse ainda não fazer sentido promover um sufrágio antes da independência pois «não seria muito curial que se realizassem eleições em Angola sem esta estar na sua soberania total»⁶⁸³.

Ao serem retomados os trabalhos (apenas às 18h30), o MPLA reconheceu a pertinência das questões colocadas pelos portugueses por os angolanos não terem feito previamente «um trabalho comum». Mas era já consensual entre os Movimentos que o Poder deveria ser transferido em Luanda e ter como destinatário o povo angolano – precisamente a fórmula que o Estado português veio a adoptar semanas antes da data da independência⁶⁸⁴. A Constituição e a Lei Eleitoral seriam elaboradas até 31 de Março. Quanto às etapas que antecederiam as eleições, o recenseamento da população seria feito até finais de Julho; a campanha nos 16 distritos decorreria até Outubro e o sufrágio teria lugar no dia 31 desse mês. A Assembleia Constituinte seria criada em Novembro. À excepção do calendário de 24 meses proposto por Spínola eram propostas as mesmas etapas. O maior óbice eram os prazos de execução: entre Fevereiro e Novembro de 1975.

Os Movimentos abdicavam do termo «trégua», mas insistiam que ficasse registado o confinamento às suas regiões de influência, acrescentando-se «e locais de implantação de cada». Os ministros do Colégio Presidencial não poderiam ser membros do governo e funcionariam «como o primeiro-ministro colectivamente», assumindo cada mês a chefia «rotativamente»⁶⁸⁵. Nessa tarde, tinham distribuído entre si os ministérios mais «importantes»: «O do Interior para a FNLA; o da Informação para o MPLA e o do Trabalho para a UNITA.» Cada pasta ministerial teria dois secretários de Estado dos Movimentos a que não pertencesse o respectivo ministro. A UNITA ficaria a ainda com a Função Pública, Telecomunicações, Minas e Assuntos Sociais; ao MPLA caberiam as Finanças, Educação, Comércio e Justiça; Portugal deteria a Indústria, Energia e Obras Públicas e Economia. Sobre a designação da população branca, o MPLA perguntou se poderia ficar «minoridade branca de origem portuguesa». Poderia ser «um ponto de partida», consentiu a parte nacional⁶⁸⁶.

O que não pôde ficar escrito

Interrompidos para o jantar, os trabalhos prosseguiram às 23h30. Portugal não tinha qualquer objecção à data da independência proposta. Não era uma data «rígida, poderia oscilar em torno do dia 11 de Novembro», esclareceu a parte angolana. Almeida Santos não entendia o motivo da escolha. «Esta data tem para vocês algum significado histórico?» «Não, não tem», respondeu a FNLA. Rosa Coutinho afirmou que, antes de Mombaça, os Movimentos «não tinham ainda a data. Não sei porque escolheram essa. Continuo a não saber»⁶⁸⁷. A data poderá ter sido escolhida simplesmente por no dia 10 de Novembro de 1974 ter chegado a Luanda a última delegação (a da UNITA). O dia seguinte foi, por isso, o primeiro desde o início da guerra colonial em que os Movimentos entraram na capital, símbolo do Poder político de Angola. Por ironia, também a independência unilateral da Rodésia foi proclamada por Ian Smith em 11 de Novembro de 1967⁶⁸⁸. Após algumas minudências redactoriais, Mário Soares insistiu na complexidade de funcionamento do Colégio Presidencial. «Não é uma coisa que nos diga respeito», ressaltou, mas os presidentes não o integrarem «pode ser um factor de paralisia muito sério», disse. «*Perante um problema que se ponha, cada um dos delegados vai querer consultar o respectivo presidente.*» Não estando em Luanda (e apenas Neto estava), com frequência se caíria em delongas desnecessárias⁶⁸⁹. Além disso, se divergissem em dada matéria, não teriam «maneira de a concertar». Um cenário destes poderia «destruir toda a originalidade dessa solução», opinou.

A Melo Antunes parecia «excessivo» os 17 ministérios propostos. Para «um Estado em construção» poderia tornar-se «inoperante». E exigiria «um esforço financeiro» gigantesco. Faria mais sentido criar apenas 12, equitativamente distribuídos pelos quatro parceiros, até porque «a parte» reservada a Portugal na proposta angolana era «excessivamente pequena». Neto não contestou, mas antes queria saber se Portugal ficaria com as Relações Exteriores e a Defesa. Essas tutelas cabiam por direito ao Alto-Comissário em representação do presidente da República, foi dito. O MPLA também não entendia porque a Economia teria de ficar separada dos Recursos Naturais (que seria para a UNITA). Afinal, o que tutelava esta última pasta? «São todos os recursos do subsolo: tudo o que seria abrangido pelas minas e petróleo, por exemplo. As indústrias extractivas portanto», respondeu Almeida Santos⁶⁹⁰. A FNLA discordava da redução do número de ministérios: atrasaria o desenvolvimento do país. Como a questão não era pacífica, o MPLA pediu um intervalo de 15 minutos para a discutirem em privado. A parte portuguesa estava cansada e sugeriu que prosseguissem na manhã seguinte. A FNLA e a UNITA queriam continuar. Almeida Santos gracejou com a capacidade de resistência dos angolanos: «Nós não tivemos treino de guerrilheiros...» «Alguns», reagiu Neto, de imediato. Prosseguiriam.

Melo Antunes explicou que «a responsabilidade do processo de descolonização» caberia «prioritariamente ao Alto-Comissário», que embora designado pelo chefe de Estado teria de ter «uma sensibilidade» especial para «estabelecer diariamente “a ponte” entre o governo de Luanda e o de Lisboa. O MPLA objectou: o governo não tinha de ajudar a descolonizar, mas de «continuar a luta até à independência». «Quem colonizou é que tem de descolonizar», concordou Melo Antunes. «Parece que, no fundo, estamos de acordo», embora a luta a que aludira não fosse «conflitual». Tentara dizer que o governo teria de «executar todos os actos de administração territorial». «E vigiar...», interpôs o MPLA, também «temos de vigiar para que o processo de descolonização se cumpra.»⁶⁹¹ Os angolanos escolheriam os ministérios e a forma de funcionamento do Colégio Presidencial, cujas decisões não poderiam ser vetadas pelo Alto-Comissário português. Com este compromisso deu-se por finda a sessão. A reunião terminara às 2h00 da madrugada. Rosa Coutinho passou depois pela sala de Imprensa, criticando a chefia governamental alternada: «*Seria um triunvirato (termo muito vulgar na História) e não, uma troika.*» Seria preferível um órgão colegial ou colectivo, mas sem carácter

rotativo, comentou. Mário Soares limitou-se a considerar «extremamente complexo o acordo» alcançado nessa questão⁶⁹².

Agendada para as 11h00 do dia 12 de Janeiro a sessão sobre a parte militar, as respectivas actas não constam nos arquivos consultados. Como na véspera o MNE dissera aos jornalistas que os líderes angolanos tinham encontrado uma forma de falar a uma só voz no Alvor, antes da sessão vespertina Paulo Jorge (MPLA) apressou-se a desfazer tal ideia: «*Não temos uma frente comum. Não temos um programa comum. Temos uma plataforma comum para discutir com o governo português. Apenas no contexto das negociações para a independência. Não há unidade entre os Movimentos. A FNLA, o MPLA e a UNITA continuam a ser quem eram.*»⁶⁹³

No início da reunião – após o agradecimento à visita de Franco Charais do MFA – o porta-voz da UNITA reconheceu que «17 ou mais ministérios seria um aparelho muito pesado». Em vez das 12 pastas sugeridas por Portugal propunham 11. Cada Movimento deteria três e Portugal, duas⁶⁹⁴. Nenhum ex-colono teria assento no governo, o que não satisfazia «inteiramente» a delegação portuguesa. Grande parte da população branca estava «muito inquieta quanto ao seu futuro», alegou Melo Antunes. O país «iria sofrer um grande traumatismo psicológico» devido a «toda uma mudança radical», sendo mais «justo e equilibrado» considerar todos os interesses em causa, até porque «o peso da população europeia em Angola era «bastante maior do que em Moçambique». Estariam certamente também «interessados e empenhados» em que tudo fosse «o mais possível feito sem convulsões». Se em Moçambique Portugal ficara com um terço dos lugares no governo, em Angola poderia ficar com um quarto. «Não podemos dar a imagem de que não temos em [conta] os interesses dessa população», concluiu⁶⁹⁵. A população branca não estaria «preparada psicologicamente para aceitar uma representação tão reduzida no futuro executivo» podendo suscitar «uma grande agitação»: «*As pessoas podem não ler o acordo, mas vão logo à procura de certo número de sinais que signifique a tomada, ou não, em consideração dos seus interesses.*»⁶⁹⁶ Ficar em minoria levaria os portugueses de Angola a presumirem que os seus interesses não tinham sido defendidos. A parte angolana iria reflectir. Portugal gostaria de fazer a distribuição das pastas. Em contrapartida, abdicava da faculdade de o Alto-Comissário influir na governação. «Preferíamos que a distribuição das pastas seja por nós proposta e que o Alto-Comissário [...] não tenha direito nem a veto nem a voto», afirmou Melo Antunes. «*Ninguém vai notar que o Alto-Comissário não tem voto, mas o que toda a gente vai ter em conta é esta distribuição das pastas; é aí que as grandes críticas e adesões das pessoas se vão verificar.*»⁶⁹⁷

Suspeitando da insistente alusão aos interesses dos brancos de Angola, a UNITA indagou se as pastas seriam «para o governo português ou para os colonos?» Seria «natural» que fossem ocupadas por «homens que estão mesmo em Angola», disse Melo Antunes. Isso seria «uma grande surpresa e decepção», ripostou a UNITA. Os líderes angolanos estavam irreduzíveis: Neto não desejava no governo apoiantes da FNLA ou da UNITA; Holden Roberto e Savimbi não queriam nele os brancos do MDA e da FRESDA, satélites políticos do MPLA. Evidentemente que «a escolha desses lugares» não seria feita «sem uma consulta convosco» antes, garantiu o ministro, mas pelo melindre que envolvia tal cedência não poderia constar no Acordo: «*Não faria sentido que procurássemos personalidades com as quais não houvesse um mínimo de consenso entre nós. Não pode é ficar escrito, mas é um compromisso de honra.*»⁶⁹⁸

A garantia que Portugal apenas escolheria quem tivesse a sua prévia aprovação tranquilizou os líderes angolanos. Havia um motivo que poderia facilmente justificar a exclusão dos ex-colonos, assinalou o MPLA: se fizessem parte do governo não poderiam «pedir a nacionalidade angolana durante esse período por serem representantes do governo português». Também recusariam a nomeação de «reaccionários». Todos os «indivíduos que façam marcha atrás e levem a um regime que nós não

desejamos», explicou Neto. Se fossem propostos reaccionários, o MPLA opor-se-ia. Portugueses só poderiam ser indigitados se Lisboa fornecesse os seus currículos «a tempo». Nesses estariam incluídos «membros da comunidade branca em Angola considerados neutros ou ligados a certos partidos brancos de Angola», como Fernando Falcão da FUA? quis saber a FNLA. Não tinha sequer pensado nos nomes a indicar, disse Melo Antunes, mas concordava com o MPLA: «Homens que possam entravar o processo de descolonização como o entendemos» seriam excluídos. Não interessava «de maneira nenhuma escolher pessoas de grupos que surgiram em Angola após o 25 de Abril». Seriam «personalidades políticas tanto quanto possível neutrais», «tecnocratas competentes». Decerto se encontraria «progressistas e democratas» que estivessem em sintonia «com os desígnios políticos aprovados pelo governo»⁶⁹⁹. «Não escolheremos personalidades que possam causar grande repulsa», afiançou Melo Antunes⁷⁰⁰. Interpretando «progressistas» como brancos apoiantes do MPLA, a FNLA insistiu: Não poderiam pertencer a «partidos que não existiam em Angola antes do 25 de Abril que, esses, não os reconhecemos». «Esses partidos, somos nós a não os considerarmos como representativos; se assim não fosse estariam também aqui», reagiu Soares⁷⁰¹.

Ficando a Defesa e as Relações Exteriores sob tutela do Alto-Comissário, eram «mais duas instituições para a parte portuguesa» a somar às três que reclamava no governo, disse a FNLA. Antes da independência não haveria Relações Exteriores, era «mais uma palavra que outra coisa», reagiu Almeida Santos. Os líderes deveriam «ser realistas»: seria «natural» que se Portugal ficasse em minoria no Governo, tal viesse a causar «a frustração e o traumatismo da comunidade branca», como tinha sucedido em Moçambique. «É isso que nós queremos prevenir.»⁷⁰² Para a UNITA, os anfitriões estavam preocupados em «encontrar uma solução para os nascidos ou radicados em Angola para evitar convulsões», mas também poderia «haver traumatismos psicológicos e convulsões» do lado africano. «Porque conhecemos o nosso povo.» Os portugueses só estavam a tentar solucionar os «problemas da parte branca em Angola». Não se referia apenas aos brancos, corrigiu Melo Antunes, mas com esses era necessário ter um cuidado especial pois o momento político ainda era «extremamente delicado».

Atento às contrapartidas oferecidas Savimbi interveio: «Compreendi que a parte portuguesa aceitaria sacrificar o direito de voto do Alto-Comissário» para que «revertesse em favor de mais ministérios.» Então que Portugal revelasse quem seria. A FNLA também já o pedira. «Não interessa irmos para pormenores sem sabermos se é neutro em relação aos Movimentos». E Portugal não deveria entregar as tutelas ministeriais a pessoas cuja posição política (leia-se pró-MPLA) causasse «desequilíbrio entre os três Movimentos.»⁷⁰³ Além do perigo de a minoria branca querer participar nas eleições e eleger deputados se estivesse representada no governo, alertou. A FNLA concordava. Dar aos portugueses de Angola um lugar no executivo poderia encorajá-los a constituírem-se «como um corpo separado». Neto optou por uma estratégia diferente para atingir o mesmo objectivo: excluir os brancos de Angola do governo seria coerente e lógico com a proibição decretada pela parte portuguesa à sua presença no Alvor. Já tinha sido «um passo muito importante» não terem sido admitidos na Cimeira. Era evidente que lhes restava apenas «um caminho: escolher um dos três ML». Numa rara concordância com a FNLA, o MPLA defendeu que se o «grupo de brancos» de Angola ficasse com 25 por cento do governo sentir-se-ia «encorajado a comportar-se como um grupo», o que era «indesejável». E «difícilmente» se poderia evitar que defendessem os interesses económicos dominantes⁷⁰⁴. E não encontrava nenhum motivo para Portugal querer mais lugares no governo: além de três ministérios, ainda ficava com a Defesa e as Relações Exteriores, ou seja, controlaria «40 por cento das pastas»⁷⁰⁵.

«São em parte, talvez em grande parte, justas as apreensões» manifestadas, considerou o chefe da delegação portuguesa. Poderia «haver tendência para que a comunidade dita branca em Angola visse, nos representantes do governo português, representantes seus e, portanto, de defesa dos seus

interesses». Eram acolhidas «as observações levantadas»: os colonos não fariam parte. Escolher-se-iam «indivíduos da Metrópole» sem ligações a interesses económicos em Angola, sendo os Movimentos consultados antes de serem escolhidos.

Quanto à nomeação do Alto-Comissário também necessitaria do aval dos Movimentos. «*Mas não nos parece que deva ficar escrita essa cláusula; não deve ficar escrita no acordo tal como não deve ficar escrito que os ministros do governo português são escolhidos com a aprovação dos ML.*»⁷⁰⁶ Inscrever no Acordo que a indigitação do Alto-Comissário dependia do consentimento prévio dos líderes angolanos era coarctar uma prerrogativa da exclusiva competência do chefe de Estado português, mas de outro modo os nomes poderiam ser sucessivamente vetados pelos líderes angolanos: «Não podemos impor um Alto-Comissário» disse Melo Antunes. Almeida Santos discordou: governadores e Altos-Comissários tinham sido sempre escolhidos pelo Chefe de Estado, sem qualquer condicionalismo. Não poderia subscrever «uma tal limitação» aos poderes presidenciais. Melo Antunes manteve a proposta: o «compromisso de honra» não precisaria de ficar no Acordo; seria firmado verbalmente e apenas conhecido pelos presentes, aplicando-se à escolha «tanto do Alto-Comissário como dos ministros» portugueses. O MCI voltou a discordar: do ponto de vista jurídico-institucional haveria toda a «vantagem em ficar no Acordo» porque era «um compromisso assumido pelo Governo da República». Saiu vencido. A solução estava encontrada⁷⁰⁷. Não estando totalmente convencidos que a troca lhes fosse favorável, os angolanos pediram um intervalo para apreciar a proposta. No reinício da sessão, todos concordaram «em não inserir no texto» a consulta prévia. «Devemos retirar isso» (foi a expressão usada), mas «gostariam, pelo menos, que o nome [do Alto-Comissário] fosse conhecido para darem o seu acordo.» Compreenderiam que a parte portuguesa não pudesse avançar o nome dos ministros, mas o do Alto-Comissário «seria um problema fácil» de resolver. «Não é tão fácil como as delegações pensam», disse Melo Antunes, mas até ao final da Cimeira estaria «em condições de discutir esse assunto». Independentemente de quem fosse, ficava assente que não teria direito a voto nem a veto⁷⁰⁸.

Quanto à composição do EMU, incluiria três comandantes de cada Movimento, mais três oficiais das FAP, propôs a parte angolana. Teriam assento na Comissão Nacional de Defesa que integraria o Alto-Comissário, os três ministros do Colégio Presidencial, mais seis oficiais angolanos. No total 10 membros⁷⁰⁹. Nada a objectar o lado português. Quanto ao número de militares de cada Movimento para o exército único parecia «um pouco grande» – manter 30.000 militares em Angola até Novembro seria impossível, mas esse facto não poderia ser revelado aos presentes. Os líderes seriam mais sensíveis a um outro argumento: sustentar 10.000 efectivos representaria um enorme encargo. Os custos com a «formação dos combatentes na guerrilha são diferentes do exército regular», advertiu Melo Antunes: exigiria «um grau de treino e de despesa bastante apreciáveis». Porque não 6.000 homens de cada Movimento e 18.000 soldados portugueses? «Cada um de nós tem mais que 18.000 soldados», disse a FNLA. Melo Antunes insistiu: «*Interessa-nos menos que 10.000, mas teremos em consideração os vossos condicionamentos.*»⁷¹⁰

Quanto custa um Exército?

O MPLA quis saber, de acordo com a experiência dos militares portugueses, quanto custava manter um exército regular: «*Quanto gasta um exército em tempo de paz, por exemplo, 10.000 homens, segundo os padrões da Europa?*» «Em termos médios, um militar custa 3.000 escudos por mês», respondeu prontamente o major Pimentel⁷¹¹. Savimbi pensava tratar-se dos custos com os vencimentos dos efectivos, retorquindo que os soldados eram voluntários e não receberiam soldo. Não se referira ao salário, «mas o que custa» um exército «em formação, fardas, transporte, etc.». Fazendo um cálculo

aproximado de todas essas despesas, estimava que «tudo em conjunto» somasse «5.000\$00, mais ou menos». E esse valor incluía já o preço da arma? O interesse do MPLA tinha razão de ser. Em Argel, tinha sido referida a sua vontade em criar um exército próprio, sendo conveniente ter a noção do montante necessário para o criar. Com a indicação prestada, bastaria converter a quantia mencionada em escudos para dólares e multiplicá-la pelo número de militares projectado.

Na carta que escreveu 14 dias depois ao Comité Central do PC cubano, Neto enumerou as 10 prioridades do auxílio imediato ao MPLA. Solicitava instrutores para formarem quadros militares nos seus CIR; uma companhia de segurança pessoal e de transporte marítimo: «*Precisamos de alugar um navio para transportar para Angola material de guerra que temos em Dar-es-Salam. A entrega em Angola, se houver um navio cubano, pode ter lugar fora das águas territoriais.*»⁷¹² O terceiro pedido consistia em armas e meios de transporte para a Brigada de Intervenção que o MPLA estava «a planear organizar bem como armas ligeiras para alguns batalhões de infantaria». Necessitava também de transmissores e receptores «para resolver o problema da comunicação entre unidades militares bastante dispersas». O presidente do MPLA pediu também aos «caros camaradas» do Caribe que enviassem «uniformes e equipamento militar para 10.000 homens; dois pilotos e um mecânico aeronáutico; instrutores para formar sindicalistas e cooperação na organização de escolas para ensinar marxismo», por essa doutrinação ser essencial «para resolver os problemas do partido». Por último, solicitava o envio de uma remessa de «publicações com temas políticos e militares, principalmente manuais de instrução» e apelava a Havana que lhe prestasse um célere «auxílio financeiro para esta fase de instalação e organização»⁷¹³.

No terceiro dia, o tema dos refugiados angolanos no Zaire e na Zâmbia desceu à mesa das negociações. Melo Antunes propôs que fosse o governo a marcar a data para o início da sua entrada. Se fosse fixada Alvor voltariam a Angola «sem haver controlo nem estruturas de apoio» para os receber. Por serem seus simpatizantes, a FNLA avisou que no dia em que o Acordo fosse assinado todos queriam entrar em Angola «e nós não temos força para os impedir». O recado era claro: mesmo que não tivessem autorização, regressariam. «*Entrarão mesmo que vão viver no mato, mas voltam.*»⁷¹⁴ A chegada dos angolanos que se encontravam no Zaire significaria sempre um reforço militar da FNLA que nenhum dos outros dois Movimentos estava disposto a consentir, como Savimbi frisou: «Não convinha» que regressassem, deveriam «esperar». Para Melo Antunes, era «sensata» a sugestão do presidente da UNITA: não se deveria encorajar «a sua entrada imediata em Angola» pois iria degradar ainda mais as condições de vida dos angolanos mais pobres e o governo já tinha de resolver «bastantes problemas socio-económicos». Não seria «fácil» impedi-los de entrar no país, pelo que talvez se justificasse montar «até postos de controlo ao longo da fronteira»⁷¹⁵.

Nas condições de acesso à nacionalidade angolana, a proposta de Almeida Santos (lida aos presentes) estipulava «um direito de opção» para os portugueses nascidos ou residentes em Angola. Era explícito que teriam de optar por uma das nacionalidades. Não conviria incluir no articulado mais considerações, sob pena dos portugueses perceberem que não poderiam requerer a dupla cidadania, como justificou: «*Não seria muito hábil estar, desde já, a excluir a ideia de dupla nacionalidade. Está na mente de muita gente.*» Melo Antunes redigira uma outra versão também lida aos presentes, que, segundo referiu, tinha (em relação à do MCI) a vantagem de conter «menos preciosismos jurídicos»⁷¹⁶. A acta não refere a redacção proposta pelo ministro sem pasta.

Na sessão vespertina de 12 de Janeiro, Melo Antunes aludiu pela primeira vez à possibilidade de ser redigido um documento anexo ao Acordo que incluísse matérias sensíveis de âmbito militar e judicial, como a retirada da tropa portuguesa e a amnistia aos que tinham combatido no Exército português ou colaborado com as autoridades coloniais. O anexo não contemplaria soluções de pormenor sobre cada

matéria (para não cercear a liberdade de acção do futuro executivo angolano), mas pretendia «dar linhas de orientação» para o futuro governo as poder regulamentar⁷¹⁷. Melo Antunes tentou, contudo, vincular os Movimentos a um perdão colectivo que abrangesse os soldados africanos integrados nas FAP: «milhares de homens que aguardam e querem saber como vão ser tratados pelo facto de terem sido obrigados a servir no Exército português [...]. Foram, juntamente com o povo angolano, vítimas do colonialismo». Mais relevantes do que as normas contidas no protocolo anexo são as justificações da parte portuguesa para que se mantivesse secreto, como ficaremos a saber.

Anoitecera, passara a hora do jantar e a delegação portuguesa pretendia terminar os trabalhos. Passava das 23h00 quando Mário Soares aludiu à exaustão sentida. Os angolanos queriam continuar, com excepção da UNITA: «*O porta-voz também está cansado; já nem posso servir mais de porta-voz porque não consigo raciocinar.*» Neto e Holden Roberto pretendiam debater alguns pontos ainda em aberto, mas resignaram-se à manifesta falta de vontade das outras delegações em prosseguir. A FNLA e o MPLA condescenderam: reuniriam entre si às 9h00 do dia seguinte e duas horas depois seriam retomados os trabalhos com a parte portuguesa⁷¹⁸. Para os portugueses havia ainda muito a fazer nessa noite. Os angolanos queriam saber o nome do Alto-Comissário – e iriam insistir na resposta, sem a qual recusariam a participação paritária no governo. A FNLA e a UNITA rejeitavam liminarmente que Rosa Coutinho continuasse em funções e, pelo compromisso assumido, Costa Gomes teria de indicar um substituto que não fosse objectado pelos Movimentos. Para Rosa Coutinho, ainda antes da Cimeira, o chefe de Estado já tinha «decidido» quem lhe sucederia. Julgava que Costa Gomes já tinha escolhido o comandante da 2.^a Região Aérea de Angola. «Desaconselhei-o» porque «Silva Cardoso perante qualquer dificuldade, paralisava»⁷¹⁹. O Presidente sondou, além de Silva Cardoso, outros chefes militares que recusaram.

Segundo Pezarat Correia, «o MPLA fez chegar a informação que sabia que a UNITA e a FNLA não aceitavam o Almirante (que era quem o MPLA desejava) e que iam propor o general Silva Cardoso». De seguida, recebeu um telefonema da CCPA pedindo que evitasse a nomeação porque iria «ser um desastre». Comunicou a Costa Gomes qual era a posição da Coordenadora, que partilhava: «*Que não seja o Silva Cardoso.*» O presidente da República não se demoveu: «*Os ML terão de dar a opinião deles. Depois eu nomeio, mas tenho de seguir de acordo com o texto Alvor a opinião maioritária dos Movimentos.*» Conhecida a decisão presidencial, o MPLA disse-lhe que se Silva Cardoso tinha o aval da FNLA e da UNITA, embora não concordasse, não se opunha. Para não «criar um conflito»⁷²⁰, nem atrasar a formação do governo. O favorito de Rosa Coutinho para o cargo era o general Ernesto Ferreira de Macedo: «*Silva Cardoso era mais frouxo. Propus o Macedo.*» Também «era quem, na altura, a Coordenadora preferia», confirmaria Pezarat Correia⁷²¹. A escolha do Alto-Comissário terá sido afluída com o chefe de Estado na madrugada de 12 para 13 de Janeiro, após a prolongada sessão dominical terminada não tanto pelo cansaço, mas pela necessidade de os ministros ainda conseguirem falar nessa noite com Costa Gomes, com quem Melo Antunes, Almeida Santos e Mário Soares estiveram nessa madrugada duas horas e meia no hotel onde estava hospedado⁷²².

Na sessão iniciada às 13h00, a FNLA informou que a parte angolana acordara que cada Movimento forneceria 8.000 homens para as FMM em vez dos 10.000 inicialmente propostos. A incorporação seria feita de modo «progressivo e gradual»: de Fevereiro a Maio cada um disponibilizaria 500 efectivos; mais 1500 mensais entre Junho e Setembro. Dos 40.000 soldados portugueses em Angola apenas 24.000 ficariam no território, os restantes seriam evacuados até Abril de 1975. Havia, porém, uma exigência a fazer, anunciou o MPLA: as tropas que ficassem deveriam «ser na sua maioria da Marinha e da Aviação». «Foi apenas uma sugestão», interpôs a FNLA. Melo Antunes quis saber porquê. Como a fase seguinte do processo assentaria fundamentalmente na «necessidade de transporte», interessava-lhes

mais ter elementos da Força Aérea e da Marinha «do que forças terrestres». «Pois destas temos nós», rematou o MPLA. Presume-se que a necessidade de transporte derivava da pretensão de cada Movimento em deslocar as suas forças no terreno, o que aparentemente constituía um contra-senso com o compromisso de cada exército não sair das respectivas áreas de influência. A decisão caberia à futura CND, mas não era possível ter em Angola «uma maioria da Marinha e da Aviação pois o grosso das FAP» pertencia ao Exército, explicou Melo Antunes. Se o objectivo era as Forças Armadas Angolanas poderem utilizar os meios navais e aéreos portugueses, a «colaboração em material» da Força Aérea e da Marinha era assunto que poderia «ser resolvido satisfatoriamente»⁷²³.

Sobre o calendário de retirada da tropa portuguesa e o quantitativo das FMM, a parte portuguesa não tinha «nada a objectar». Faltava apenas quantificar o contingente militar que ficaria após a independência. Em «acordos militares» posteriores se decidiria isso, disse a UNITA. As FAP sairiam até Novembro ou ficariam «ainda algum tempo»? Poderiam ter «interesse em que Comandos nossos» lá continuassem, mas os líderes é que decidiriam: estivessem «à vontade nesse aspecto». Quanto à entrada imediata em Angola dos refugiados no Zaire (e como se esperava), a FNLA saiu derrotada: só poderiam entrar depois de o governo «planificar e preparar as estruturas, os meios e os processos» exigidos para os acolher.

Reunidos de novo às 18h00, a parte angolana recomendou que os soldados das FAP que ficassem após a independência saíssem até 11 de Janeiro de 1976. Dois meses para deixar o território significaria embarcar em média homens por dia, «mais de um *Jumbo* diário», calculou Melo Antunes: um ritmo tão acelerado de evacuação excedia «em muito as possibilidades do governo português»⁷²⁴. Mário Soares sugeriu que a retirada começasse «algum tempo antes da independência» como «se fez no caso da Frelimo». Se começasse em finais de Setembro seria possível, disseram os angolanos. Melo Antunes não estava convencido: mesmo que os embarques se iniciassem em Setembro, «cerca de 100 dias» era demasiado apertado. «Para evacuar de avião 160 homens por dia seriam precisos cinco meses» até ao final de Fevereiro. Poderia ser, anuiu Agostinho Neto. Soares voltou à carga: na Guiné tinha sido possível retirar todos os soldados portugueses antes da data prevista. Melo Antunes pareceu não apreciar a insistência. Acelerar a retirada implicaria fretar mais aviões *Jumbo*, «o que é difícil e caro», reiterou: a data-limite de 29 de Fevereiro de 1976 era mais exequível⁷²⁵.

Nacionalidade adiada

De manhã, os Movimentos tinham acertado as condições de concessão da nacionalidade rejeitando (como se percebera pelos comentários de Almeida Santos na sessão anterior) a concessão da dupla cidadania aos portugueses de Angola. Aceitavam apenas «considerar angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola» desde que não optassem por outra nacionalidade. Os não nascidos ou radicados no território poderiam pedir a cidadania, de acordo com a Lei que viesse a ser estabelecida pela Assembleia Constituinte⁷²⁶. Melo Antunes reservou para mais tarde a sua opinião sugerindo que não se avançasse mais: «*Há várias dificuldades. Eu preferia não me pronunciar desde já sobre este artigo e dizer qualquer coisa de concreto na próxima sessão.*» De tarde, o ministro referiu ser «um problema um tanto difícil» dadas as diversas implicações junto da população portuguesa de Angola, em especial as «de natureza psicológica». Deveria ser Portugal a «fixar as regras» de acesso à cidadania porque uma coisa eram as declarações públicas dos dirigentes angolanos, outra «bastante diferente» era a existência de «um acordo firmado entre o Estado português e os Movimentos», que os vinculasse a um compromisso. A proposta de redacção da parte portuguesa foi distribuída, explicando Melo Antunes que contemplava a pretensão dos nacionalistas e «mais alguma coisa que julgámos que deveríamos

integrar», mas não figura nos documentos disponíveis. As delegações angolanas leram-na, mas não a quiseram discutir à frente dos portugueses. Pretendiam estar à vontade para fazer os comentários que entendessem, sem constrangimentos, e pediram por isso uma pausa nos trabalhos. Escusavam de estar ali a «discutir em voz baixa», justificou o MPLA⁷²⁷. Segundo Savimbi, a questão da nacionalidade foi uma das mais difíceis de tratar Alvor. Na conversa privada que tiveram durante o intervalo, o dirigente do MPLA, Lúcio Lara, insistiu que «só os filhos dos colonos portugueses deveriam ser angolanos» e que o problema dos colonos caberia ao governo português⁷²⁸.

Retomada a sessão, a parte angolana sugeriu que o artigo sobre o acesso à futura nacionalidade fosse definido pelas futuras comissões transitórias mistas. Almeida Santos alertou para as consequências de se adiar a questão para as calendas. Iria levar «os portugueses que vivem em Angola [...] a dizerem que não lutámos por eles», afirmou. Portugal precisava de mostrar que se batera nesta questão, reclamando a inclusão de uma nota que definisse alguns «critérios-base»⁷²⁹. Quando a sessão terminou, Melo Antunes não estava satisfeito. Se no Acordo apenas fosse dito que a questão da nacionalidade seria definida pelas comissões mistas, os portugueses de Angola entenderiam não ter sido salvaguardada qualquer garantia no Alvor e iriam responsabilizar os negociadores nacionais. O ministro gostaria que na manhã seguinte se elaborasse «um texto um pouco mais enriquecido» que fosse incluído na parte final do articulado a par dos aspectos financeiros, os mais difíceis de consensualizar⁷³⁰.

Na proposta para a Lei Fundamental aprovada em meados de Maio de 1975, o artigo 9.º estipulava serem angolanos todos os nascidos em Angola e os não naturais, filhos de mãe ou pai angolanos. MPLA e UNITA quiseram acrescentar que os maiores de 18 anos não nascidos em Angola mas com um dos pais angolano, poderiam «requerer o reconhecimento da nacionalidade». Os naturais que não desejassem ser angolanos deveriam declarar por documento escrito «até à entrada em vigor da Constituição»⁷³¹. A versão final estipulava que a renúncia à nacionalidade teria de ser entregue até um ano após a independência⁷³². As versões propostas por cada Movimento permitem inferir qual se mostrou mais receptivo à possibilidade de concessão da cidadania aos ex-colonos. Como à FNLA interessava principalmente que os bacongos refugiados no Zaire pudessem ser cidadãos angolanos (para poderem votar) propôs que poderiam ser angolanos todos os estrangeiros com residência em Angola desde 31 de Janeiro de 1975. O MPLA concedia o acesso imediato à cidadania aos radicados em Angola há mais de 15 anos. Poderia também solicitá-la quem estivesse domiciliado há mais de 10 anos com filhos nascidos em Angola e os estrangeiros casados com angolanos residentes no território há três anos. A versão da UNITA era a menos exigente: seriam angolanos os que vivessem em Angola há cinco anos ou há mais de três anos se tivessem filhos nascidos em solo angolano e os cônjuges que residissem há um ano no território⁷³³.

No ponto seguinte da agenda, Mário Soares e Melo Antunes entraram em colisão. Para o Major, o governo deveria ser «politicamente responsável perante o Colégio Presidencial» e poderia ser demitido pelo Alto-Comissário. O MNE contestou: não lhe parecia «muito bem» que o executivo respondesse perante os Movimentos, mas perante quem representava em Angola o chefe de Estado português. Também discordava que o Alto-Comissário pudesse exonerar o executivo. Das perspectivas em confronto, o MPLA escolheu as propostas que conferiam maior autonomia ao governo: o Alto-Comissário não poderia dissolver o governo (como Soares advogara) e apenas dependia dos Movimentos (como Melo Antunes sugerira)⁷³⁴. O MNE também advogou que em caso de «divergência grave» como Alto-Comissário «seria lógico» os Movimentos falarem directamente com Lisboa. Os poderes do Alto-Comissário iam sendo gradualmente esvaziados. O MCI preferia que, em caso de «conflito inamovível», fosse o Alto-Comissário a apresentar «o problema ao governo português», mas a proposta foi de imediato rejeitada pela UNITA e pela FNLA: não passariam «um cheque em branco» a

quem nem conheciam.

Almeida Santos admitia que na prática, se tal acontecesse, os Movimentos iriam expor motivos a Lisboa – acontecera com Silvério Marques, com as queixas de Holden Roberto sobre Rosa Coutinho e decerto voltaria a repetir-se, mas plasmá-lo no documento de forma tão evidente era uma desautorização indecorosa: «*No plano de facto assim é, mas choca-me que fique no Acordo*». Savimbi não entendia para quê tantos cuidados em não explicitar o que já tinham aceitado. «*Se vai ser assim porque fugimos à verdade?*» Mário Soares propôs a redacção de «uma regra» que significando «a mesma coisa» não o reflectisse de forma tão óbvia, pois não se poderia «no mesmo documento dar autoridade» a uma entidade e retirar-lha. Savimbi discordou: o Alto-Comissário tinha poderes militares e em caso de prepotência teria «que ser travado». A ideia deveria «estar explícita e não implícita» no Acordo. Se tal sucedesse, falariam com Lisboa, interpôs o MNE. Mas para a UNITA isso seria já «a segunda fase», o último recurso⁷³⁵.

A posse do património de Angola – outra matéria a ser tratada pelas comissões mistas que nunca foram criadas – levou o MPLA a referir que certos objectos «cuja propriedade» não estava «bem definida», poderiam estar «já a ser saqueados», como «bens culturais» e médicos. Melo Antunes garantiu que Portugal deixaria todos os equipamentos hospitalares e de tratamento clínico e quanto aos materiais «de natureza militar», adiantou, «também chegaremos a acordo sobre isso»⁷³⁶. Havia igualmente bens angolanos fora de Angola, cujo montante exacto era preciso apurar para se exigir «a sua devolução». Pertenciam a Angola e «estão a render noutros sítios», disse o MPLA, aludindo ao Banco de Angola, cujo activo e passivo teriam ainda de ser analisados. Para Almeida Santos era «difícil dizer» se o Banco de Angola pertencia a Luanda pois «era propriedade do Ministério das Finanças português e também particular», mas, se se atendesse à «base jurídica rigorosa das contas», Angola devia «muito dinheiro à Metrópole». «Não há da nossa parte qualquer intenção de expropriar Angola dos seus bens», mas «temos as nossas contas a fazer». Em Moçambique, o problema resolvera-se porque as condições impostas pelo presidente Machel tinham sido razoáveis. Talvez Luanda pudesse fazer o mesmo. Até porque «as boas contas fazem os bons amigos», concluiu⁷³⁷. O MCI conseguira atenuar as exigências: Neto aceitava que o artigo em causa fosse «menos agressivo e mais elegante» do que inicialmente os Movimentos pretendiam. Mas iriam primeiro «averiguar a situação» referente ao passado. Para «ver se o nosso povo ainda vai herdar alguma coisa [de] cinco séculos de colonialismo», declarou.

Controversa foi a proposta apresentada por Mário Soares para uma cooperação diplomática bilateral: como seria difícil a Luanda colocar diplomatas em todos os Estados, poderiam ficar nas embaixadas e consulados portugueses e, como Portugal não possuía delegações em muitos Estados africanos, os angolanos passariam a «defender os interesses de Portugal nos países limítrofes». A parceria foi considerada ofensiva. Para a FNLA deveria ser o futuro governo a tratá-la. «Não vamos incluir isto no Acordo». O MPLA foi bem mais contundente: «*Se até agora resolvemos os problemas diplomáticos ou [nas] organizações internacionais com a ajuda de outros países, continuaremos a não necessitar da ajuda portuguesa.*»⁷³⁸ Incomodado pela pronta recusa, o MNE disse que não se deveria ter feito entender: a ideia não era Portugal substituir-se a Angola. «*É perfeitamente natural que nós ou vocês não possamos nomear embaixadas para todos os países.*» Não se tratava de qualquer esquema proteccionista. «Tirem da cabeça que estamos com atitudes paternalistas em relação a vocês», disse. Mas se pensavam assim não insistiria no assunto.

Na sessão matinal de 14 de Janeiro, Melo Antunes informou que a delegação portuguesa estivera reunida «até de madrugada», não tendo conseguido ler o documento dactilografado pela comissão de redacção⁷³⁹. A agenda desse dia incluía as matérias de «contencioso» reservadas ao protocolo anexo, nas quais se incluía o futuro dos militares angolanos das FAP, dos agentes da Polícia de Segurança Pública de Angola (PSPA) e das forças militarizadas: OPVDCA, Guarda Rural, Polícia Mineira, Forças Auxiliares e prisioneiros de guerra. No artigo sobre os Flechas deveriam também ser incluídos os agentes da ex-PIDE/DGS, lembrou o MPLA. Estava a decorrer «a passagem à disponibilidade de contingentes de origem angolana», referiu Melo Antunes, mas Pezarat Correia faria um mais pormenorizado ponto da situação: a desmobilização iniciar-se-ia no dia seguinte pelas classes mais antigas, demoraria dois meses e no dia 15 de Março deveria estar concluída. O número de africanos «no Exército era cerca de 50 por cento, portanto, à volta de 30.000 homens», respondeu, mas como já tinha havido uma redução deveriam rondar naquele momento os 20.000 homens⁷⁴⁰.

Deveriam ponderar a extensão da amnistia prevista «aos soldados angolanos que combateram ao lado das tropas portuguesas», disse Almeida Santos. Já tinham dito que o perdão seria aplicado «não só aos que serviram no Exército mas noutras organizações», sobrepôs-se Melo Antunes, e parecia-lhe ser ponto assente que o assunto «seria tratado» no protocolo anexo. Os líderes angolanos não tinham pensado numa dimensão tão abrangente. Ainda teriam de definir o tratamento a dar a esses africanos que serviram no Exército colonial, mas que ficasse claro que a amnistia não se estenderia aos «actos que foram praticados» para prejudicar o povo, disse o MPLA⁷⁴¹. A tropa africana ser desmobilizada até ao dia 15 de Março, parecia a Savimbi demasiado curto. «Temos homens que serviram nas tropas portuguesas 14 anos», não seria justo dispensá-los à pressa, justificou. Não entendera. A desmobilização era dos africanos a cumprirem o serviço militar, corrigiu Pezarat Correia, os do Quadro Permanente das FAP poderiam manter-se em funções se assim o desejassem⁷⁴².

Era também necessário decidir o que fazer com a OPVDCA. Por ter exercido «sempre uma repressão violenta» sobre o povo deveria ser «dissolvida e o seu equipamento confiscado», sentenciou o MPLA. Quanto «à sua rede de comunicações, que dizem ser excelente», deveria também «ser desmantelada». O material de transmissões era «bastante bom», confirmou Melo Antunes: destruí-lo talvez não servisse «os interesses» de Angola. Mais valia ser aproveitado para um serviço de informação, mas obviamente dependeria de quem o utilizasse. Se caísse em mãos indesejáveis poderia comprometer as pretensões independentistas, subentendia-se.

Quantos efectivos a constituíam?, quis saber o MPLA. Eram 428 elementos civis com treino militar. Tão poucos?⁷⁴³ Talvez explicando a orgânica da OPVDCA se entendesse melhor: o comando possuía 116 elementos, mais 142 adjuntos em concelhos e circunscrições e 170 voluntários profissionalmente categorizados como artífices e serventes. O comando garantia «a operacionalidade dos ficheiros e de todas as armas distribuídas à autodefesa» e os adjuntos de sector a autodefesa em cada divisão administrativa. O que lhes interessava saber era que controlavam «cerca de 40.000 armas distribuídas por essas autodefesas», revelou a parte portuguesa. A informação seguinte foi igualmente valiosa: a OPVDCA possuía as suas instalações «ficheiros demasiadamente importantes para o controlo» de todo esse armamento. Ainda não tinha sido extinta para os futuros dirigentes puderem ter acesso às pastas quando assumissem funções, como foi explicado: «*Temos de ter a garantia que o governo de transição encontrará lá os ficheiros intactos.*»⁷⁴⁴

Manifestada esta boa vontade portuguesa, Neto respondeu à questão do perdão a conceder aos soldados africanos: «a atitude de clemência» para os angolanos do Exército português abrangeria todos os que tinham estado «envolvidos na repressão». A FNLA interrompeu: mas queriam ter uma cópia do relatório sobre a OPVDCA e saber quantas pessoas faziam parte das milícias, número que não fora

revelado, reclamou. Portugal não estava a sonegar qualquer informação, disse Pezarat Correia. Segundo o registo de 30 de Novembro (seis semanas antes), era pouco mais de 1.500 «o pessoal distribuído pelos pontos sensíveis urbanos» que fazia a autodefesa «de empresas ligadas à parte industrial e de serviços», mais «cerca de 8.400 os que efectuavam a vigilância de empresas agrícolas – com maior incidência na área de Salazar ao Uíge». Em todo o território seriam cerca de 40.000 pessoas mais 1.100 enquadrantes: nem todos andavam armados, mas os dados da «distribuição dos enquadrantes, das milícias e o tipo de armamento» que usavam poderiam ser-lhes fornecidos, caso o desejassem.

Os excedentes dos 40.000 eram todos portugueses? E onde se situava o campo de treino?, quis saber o MPLA. Era razoavelmente elevada a percentagem «de angolanos na autodefesa das empresas agrícolas», menor nos locais urbanos, disse Pezarat Correia, mas desconhecia que existisse um recinto específico de formação. Os formandos da Defesa Civil recebiam «instrução durante duas ou três semanas» e regressavam depois às suas actividades profissionais⁷⁴⁵. Qual era o orçamento anual da OPVDCA? Em 1974, tinha sido de 33.000 contos, mas apenas para os efectivos⁷⁴⁶. Quanto à PSP, encontrava-se dividida em forças sectoriais distintas: a PSP que actuava nos centros urbanos, a Guarda Rural, a Guarda Fiscal e a Polícia Mineira, tutelada pela PSP apenas desde 1974. Este historial tinha pouco interesse, sem mais pormenores. Pretendiam ter acesso às mesmas informações que lhes tinham sido prestadas sobre a OPVDCA: «estrutura, número de armas, etc.». Em Agosto de 1974, a PSP possuía 6721 efectivos, incluindo a Guarda Fiscal. A Guarda Rural contava com 1430 homens, além dos cipaios que dependiam em exclusivo da autoridade administrativa. A Polícia Mineira deveria ter entre 200 a 300 elementos. A Polícia que vigiava a Diamang já tinha sido extinta?, perguntou o MPLA. Não tinha. «Após o 25 de Abril passara a estar sob controlo da OPVDCA», mas apenas fiscalizava as instalações. Era a Polícia de Informação que fazia «o controlo do tráfico de diamantes», explicou Pezarat Correia. Que «colaborava com a PIDE», aditou Neto. Em que estrutura foi integrada depois do 25 de Abril? Estava «ligada à parte militar», informou Passos Ramos⁷⁴⁷.

A FNLA quis saber dos Grupos Especiais⁷⁴⁸. Já tinham sido «todos desmobilizados, entregaram as armas e fardas e passaram à sua actividade civil». Seriam «cerca de 100 grupos, cada um com 30 elementos». E quanto às Tropas Especiais?⁷⁴⁹ Tinham tido treino especial ministrado por Pára-quedistas, mas também já estavam todas extintas. E quantas eram? Cerca de 500 homens⁷⁵⁰. Às Forças Auxiliares pertenciam os Flechas⁷⁵¹, que por estarem sob tutela da PIDE/DGS não sabia muito bem como se organizavam, referiu Melo Antunes. Estavam «a ser desmantelados», mas desconhecia-se quantos tinham sido libertados e quantos continuavam no activo⁷⁵². Iriam ser sujeitos a «cursos especiais para facilitar a sua reintegração na sociedade». Tinham começado ser mentalizados a seguir ao 25 de Abril, mas a doutrinação revelara-se «mais difícil» de concretizar do que com as restantes Forças Auxiliares. Por possuírem um sentido de nacionalismo «com bases totalmente erradas»⁷⁵³. Os Fiéis estavam «organizados em unidades militares (de tipo Companhia de Caçadores)», alguns dos quais tinham tido «instrução tipo Comando, com enquadramento próprio»⁷⁵⁴. A UNITA queria saber quantos eram. «No seu conjunto andavam à volta de 4.000», dos quais cerca de 1.800 eram «indivíduos instruídos e armados». Estavam em três campos no Leste: em Cazembe, Chimbila e Camissombo. «*Eram pagos com gratificações permanentes que variavam consoante a sua graduação e tinham, além disso, uma verba para alimentação diária igual à das tropas portuguesas.*» Também utilizavam o mesmo tipo de armamento, mas o seu salário era «inferior»⁷⁵⁵. Savimbi perguntou se já tinham sido desarmados, pois sendo estrangeiros era necessário «ter sobre eles um certo controlo» e pediu mais detalhes (não incluídos na acta) que indignaram Melo Antunes. «Não está decerto à espera que sejam fornecidos esses elementos aqui nesta reunião», disse-lhe o ministro. Esses dados seriam transmitidos ao governo de transição. Até lá, como refugiados que eram, teriam «a liberdade de decidir o seu

próprio destino»⁷⁵⁶. Tinham um estatuto semelhante ao dos Flechas: encontravam-se sob acção psicológica da PIDE, mas ao serviço das FAP. E a que mentalização eram sujeitos?, quis saber a FNLA. Não era matéria que fosse «discutível à mesa de uma conferência», respondeu incomodado o ministro, antes de o MPLA dar por finda a discussão⁷⁵⁷.

Os Leais eram uma força zambiana opositora a Kaunda que também actuava no Leste de Angola. «Estavam armados apenas 120 homens concentrados num campo na Calunda»; detinham um estatuto similar ao dos Fiéis: eram controlados pela DGS, treinados pelas FAP e também se encontravam em fase de extinção, informou Pezarat. O problema dos Leais estava «quase resolvido»: uns já tinham começado a regressar à Zâmbia, outros tinham escolhido a África do Sul como destino e os restantes ficaram em Angola, acrescentou Silva Cardoso. Era evidente o interesse dos líderes nacionalistas em conhecer em pormenor o quantitativo e a localização das tropas africanas treinadas pelos portugueses: cada um desejava cooptá-las. Os Fiéis estavam ao lado do MPLA. Os Flechas, que actuavam nos distritos de Cabinda e do Zaire, deveriam aliar-se à FNLA e os Leais acabariam nas fileiras das FALA. A sua fixação em áreas controladas pela UNITA já o indiciava.

Para o MPLA, o debate em torno das Forças Auxiliares estava «esgotado». Queriam «saber o que é feito dos ex-agentes da PIDE» tanto dos quadros superiores como dos agentes «desconhecidos»; os «elementos sobre a rede que existia em Angola e a identidade dos informadores quer angolanos quer portugueses». Parte da DGS fora integrada na Polícia de Informação Militar (PIM) e posteriormente transformada no GAP e no Grupo Especial de Informações (GEI), que trabalhava apenas em informação militar. «Um número considerável de funcionários fugiu para parte incerta; houve outros que nos processos a decorrer em Portugal foram considerados implicados e mandados sob prisão» para Lisboa, explicou Pezarat. Os que se mantinham no GEI seriam «evacuados com o Exército português?», questionou o MPLA. «É um dos pontos que pode ser objecto» de acordo, disse Melo Antunes⁷⁵⁸.

Seria difícil fornecer a lista com os nomes dos informadores, pois dada a natureza das suas missões, a PIDE tinha «todo um serviço de agentes secretos», disse Pezarat. «Certamente foram encontrados os arquivos da PIDE em Angola e feitos processos a presos políticos e a todo o funcionamento da direcção», insistiu o MPLA. O governo poderia consultá-los? Melo Antunes disse desconhecer se esse espólio já teria ido para a Metrópole, mas não seria colocada qualquer «objecção ao pedido de consulta». Se não estivessem em Angola seriam pedidos a Lisboa. Esta posição parecia mais aceitável ao MPLA, mas não à FNLA: queria as cópias dos processos já remetidos para Portugal. Moçambique não tinha feito tal exigência, reagiu Melo Antunes. Como acreditava que «todos os agentes da PIDE» iriam ser julgados, justificava-se que os processos permanecessem em Portugal. Apenas queriam os processos dos informadores angolanos e não dos agentes «alistados» na PIDE, disse a FNLA. «Pois aí é que está. Esses informadores não faziam parte de listas. Havia todo um sistema clandestino», contrapôs o ministro português. Apenas havia dados sobre os incorporados oficialmente. Como não conseguia os seus intentos, a FNLA mudou de tática e pediu aos portugueses que colaborassem pois não queriam arriscar-se a, por desconhecimento, virem a «dar cargos importantes a quem tinha sido agente da PIDE». Mário Soares aludiu a uma outra impossibilidade material: não sabia se os arquivos da PIDE de Angola já estavam em Lisboa, mas os da Guiné já tinham chegado «e são tão numerosos que enchem uma sala como esta». Os dossiês individuais relativos aos guineenses eram, aliás, de tal modo completos que cada indivíduo tinha um «código e referência» e toda a população estava «fichada». «Para nós, seriam cinco milhões de fichas», reagiu a FNLA. O MNE continuou a sua explicação: seria preciso proceder ao inventário e ao tratamento arquivístico de tantos documentos: era «trabalho para ocupar anos». Os angolanos não desistiram: queriam saber quem tinham sido os delatores. Dada a insistência, a parte portuguesa cedeu, iria tentar, «a partir dos agentes referenciados e dos

interrogatórios desses agentes, detectar informadores, por vezes, inesperados»⁷⁵⁹.

O que aconteceria aos arsenais dos armamentos pertencentes à PIDE?, quis saber a UNITA. Até Julho de 1974, «todo o material sob controlo da PIDE superior a pistola tinha sido retirado e armazenado em depósitos das FAP», referiu Passos Ramos. Suspeitavam que as autoridades em Angola tivessem permitido a saída dos ex-agentes e da PIDE/DGS. As fugas não tinham sido consentidas, insurgiu-se Pezarat Correia; não tinha sido possível controlar todas as saídas num território com «a imensidão de fronteiras que Angola tem». Além disso, só poderiam ter sido evitadas se as FAP os tivessem «prendido todos, o que não se fez». Muitos agentes fugiam e estavam a passar informações aos seus contactos, eram «elementos perigosos». Como os seus pares não estavam a ser bem-sucedidos, Neto solicitou que se fizessem «todos os esforços para evitar que todo o material da PIDE» fosse levado de Angola. E queria saber das ligações da DGS às polícias internacionais como a Interpol e a CIA. O assunto era importante, mas deveria ser tratado no futuro pelas comissões conjuntas⁷⁶⁰ foi-lhe dito. Melo Antunes tentava pôr fim à sessão quando a UNITA disse que gostaria «de ver a fisionomia do nosso futuro», ou seja, conhecer o Alto-Comissário. «Gostaríamos de conhecer o nome e ver a pessoa», reforçou a FNLA. «Com certeza. As conversações ainda não acabaram», reagiu Melo Antunes, sem mais revelar. As negociações prosseguiriam ao fim da tarde, mas antes haveria um almoço para o qual os líderes angolanos estavam convidados⁷⁶¹.

O anexo secreto

A sessão seguinte (embora prevista para às 17h00) apenas começou às 19h45 com a introdução das emendas aos artigos já redigidos. Foi a reunião decisiva. Anunciou o porta-voz da UNITA que fosse inscrito no normativo direito do futuro Estado a todos os bens que se encontravam «fora do território angolano». Sobre os bens dos portugueses de Angola propunham a seguinte redacção: «*FNLA, MPLA e UNITA comprometem-se a respeitar os bens e interesses dos portugueses domiciliados em Angola, desde que tal não se oponha ao direito do povo angolano ao seu legítimo património.*» Os angolanos passariam a ter direito a todos os terrenos, casas, fábricas, explorações industriais, comerciais, agrícolas e outros imóveis por constituírem o seu «legítimo património», os quais deixariam de pertencer aos antigos proprietários. Portugal deveria ajudar a criar e a instalar um Banco Central emissor de moeda, devendo comprometer-se por escrito «a transferir para esse Banco o activo e o passivo do Banco de Angola»⁷⁶².

Foi condensado num único artigo que a reorganização da PSPA, da Guarda Rural e da OPVDCA ficaria a cargo do governo e da CND. As Forças Auxiliares deveriam ser desarmadas e totalmente desmobilizadas até 31 de Janeiro de 1975, ou seja, nas duas semanas seguintes. Os agentes da PIDE/DGS deveriam «ser expulsos de Angola» e seria fornecida ao governo a sua identidade bem como de todos os informadores portugueses ou angolanos. Portugal deveria detectar «a presença de agentes e informadores empregados noutros serviços», e os funcionários da PIM que tivessem pertencido à PIDE deveriam igualmente abandonar o território, ser excluídos do Exército e os arquivos sobre Angola «serem remetidos ao governo de transição»⁷⁶³.

O desarmamento e desmobilização dos angolanos das FAP deveriam ocorrer até 15 de Março: ao governo português caberia assegurar-lhes «a subsistência durante o período de transição» pertencessem ou não ao Quadro Permanente. Julgando ter entendido correctamente, Pezarat Correia perguntou se significaria que Portugal teria de sustentar os militares angolanos nos nove meses seguintes. «Sim, é essa a ideia», respondeu o porta-voz da UNITA. E aos angolanos do Quadro Permanente deveria «garantir-se o direito de reforma segundo a lei portuguesa». A delegação nacional teria de esperar que

terminasse a apresentação de todas as emendas propostas pela parte angolana antes de se pronunciar.

Jonas Savimbi prosseguiu. Relativamente às amnistias propunham a seguinte redacção: «*As instâncias governativas de Angola procurarão encarar com espírito de clemência os actos criminosos praticados contra o povo de Angola por elementos angolanos integrados no Exército e noutras formações militares por instigação do colonialismo português.*»⁷⁶⁴ O termo «actos criminosos» era demasiado lato: qualquer acto poderia ser considerado delito. A formulação não era complacente para os que tinham integrado as estruturas administrativas ou de defesa provinciais. Aqui, foi a delegação portuguesa que pediu uma breve interrupção dos trabalhos para ter «um tempo mínimo de reflexão». A pausa poderá ter sido breve ou prolongada e as delegações poderão ter voltado a parlamentar nesse dia ou reunido somente no seguinte: a acta relativa à prossecução dos trabalhos desse dia não foi encontrada. Na manhã seguinte, a parte portuguesa respondeu: a questão do Banco de Angola deveria ser discutida apenas na comissão mista para os assuntos financeiros, mas o Estado português comprometia-se desde logo «a transferir para o Estado de Angola as atribuições, o activo e o passivo do departamento de Angola do Banco de Angola», com excepção do saldo do departamento central, sediado em Lisboa.

Sobre os bens dos antigos colonos, Melo Antunes apresentou a contraproposta portuguesa: «*A FNLA, o MPLA e a UNITA comprometem-se a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola (E ponto final).*»⁷⁶⁵ A interjeição no final da frase era explícita: não era preciso acrescentar mais nada no artigo. Desta forma (como foi explicado aos delegados angolanos), o governo de Luanda só teria de respeitar os bens e os interesses dos portugueses que por ele fossem considerados legítimos. Reflectindo sobre esta formulação, subentende-se que depois da independência poderiam ser nacionalizados todos os bens do território: através de um novo enquadramento jurídico, o património imóvel poderia ser declarado propriedade do Estado e a anterior posse deixaria de ser legalmente válida, mas o conceito de legitimidade era mais abrangente pois poderia ser definido pelo governo de transição. Ponto seguinte: era manifestamente impossível desmobilizar as Forças Auxiliares em duas semanas; sugeria-se que o prazo fosse de seis semanas, até 15 de Março. Razões de «natureza técnica» e «os choques psicológicos» que a dispensa provocaria nos militares africanos foram os argumentos apresentados para a prorrogação.

«Quanto ao fornecimento da identidade dos informadores» poderia ficar escrito que Portugal cooperaria «na detecção e neutralização de todos os ex-agentes e informadores da PIDE/DGS». As autoridades nacionais prestariam todos os esclarecimentos pedidos, mas não poderia fazer a entrega pura e simples dos arquivos que eram da sua inteira responsabilidade, disse Melo Antunes. Tinha sido «o critério seguido no caso de Moçambique» e dera «resultados». O MPLA contestou: os arquivos eram «património angolano» porque se lá existissem «cinco milhões de fichas, pelo menos três milhões» eram sobre angolanos: «*Não nos parece que esses processos interessem a Portugal.*» Nesta matéria, o ponto de vista era proporcionalmente inverso: «*Os arquivos permanecem em Angola e Portugal é que pede a sua consulta em Angola.*»⁷⁶⁶ Para Melo Antunes, o regime português não poderia ser um delator dos que tinham colaborado com o sistema colonial sob pena de ser acusado de violar princípios básicos do Direito internacional: «*É difícil num acordo como este, que vai ter consequências internacionais, aparecer o governo português como um governo que utiliza os ficheiros e arquivos de uma antiga Polícia Política (que a todos nós envergonha) para os utilizar de uma forma que terá aspectos de delação.*»⁷⁶⁷ Lisboa não impediria que os governantes angolanos consultassem os processos de informadores (militares ou civis) e deles extraíssem as informações que desejassem. Apenas não lhes facultaria os documentos originais que deveriam «continuar à guarda de Portugal». Como disse Melo Antunes: «*O Governo de Portugal não se nega a que sejam consultados, mas não*

permitirá a sua utilização indiscriminada».

Os angolanos ao serviço do Exército português entregariam as armas em 15 de Março e, a partir dessa data, Portugal não se responsabilizaria pela sua subsistência. Portugal sugeria ainda que, relativamente ao perdão para os alegados colaboradores do sistema colonial, não fosse referida no Acordo a expressão «amnistias» e que em vez de «actos criminosos» fosse adoptado um termo juridicamente mais apropriado: «actos passíveis de responsabilidade criminal» cometidos «por elementos angolanos ou portugueses residentes em Angola, nomeadamente os integrados em formações militares ou paramilitares»⁷⁶⁸.

Quanto ao Banco de Angola, na Penina apenas se definiria a transferência financeira e com restrições. O Estado português comprometia-se a transferir apenas as atribuições, o activo e o passivo do departamento bancário relativo a Angola. Os angolanos que se pronunciassem. O MPLA pediu para ser esclarecido: «O que significava o departamento de Angola?» Era o sinónimo de «activo e passivo» do Banco de Angola em Lisboa: um departamento «pequeno e a cobertura mínima» que lhe correspondia, explanou Almeida Santos. Os angolanos aceitavam custear a alimentação dos militares angolanos desmobilizados, mas que ficasse registado, insistiu o MPLA, que Portugal garantiria a subsistência dos soldados africanos do Quadro Permanente. E quanto aos «funcionários que descontaram para as Caixas de Previdência de Angola», quem lhes iria pagar?, perguntou Almeida Santos. «Devemos ser nós», disse, «mas não nos parece justo». O MPLA não se intimidou com a observação: era do domínio público que Lisboa assumia «a responsabilidade dos reformados das antigas colónias»⁷⁶⁹.

Chegados ao ponto relativo ao património dos portugueses, Melo Antunes anunciou que os Movimentos pretendiam respeitar apenas os bens que viessem «a ser considerados como interesses legais» do povo angolano. Esta formulação iria deixar os antigos colonos desconfiados. Alguns poderiam perceber que o seu património estaria em perigo assim que o quadro legislativo do território fosse alterado: bastaria uma nova Lei para perderem os seus bens. Seria mais conveniente, propôs Melo Antunes, que a redacção fosse que se comprometiam «a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola», pois propiciava uma maior liberdade de decisão relativamente a esta matéria⁷⁷⁰. Savimbi discordava que se registasse «os interesses legítimos» dos domiciliados em Angola; seria melhor «falar-se em interesses legitimamente adquiridos» porque muitos desses bens tinham sido usurpados ou comprados a um preço inferior ao valor real, logo, não tinham sido legitimamente adquiridos. Melo Antunes concordou com as alegações da UNITA e, por esse motivo, a delegação portuguesa não tinha acolhido «essa expressão». Pretendia-se consagrar que os bens na posse dos portugueses em Angola só seriam garantidos se não afrontassem «os direitos do próprio povo angolano que, em muitos casos, foi espoliado», acentuou o ministro. Na regulamentação desta norma deveria «ser aplicada a nova regra de direito de propriedade» por existirem «interesses de portugueses que os Movimentos não terão dificuldade em considerar legítimos e outros que vão ser considerados abusivos», explicou. Como, «por exemplo, as célebres questões das terras».

A posição da parte portuguesa resumia-se ao seguinte: «Desde que considerem legítimos os bens adquiridos, eles devem ser respeitados. Quanto a todos aqueles que foram adquiridos em condições abusivas, passando por cima de todos os direitos de Angola nomeadamente as terras creio que haverá que ser feita justiça.» Neto concordava com Savimbi: «Parece que esse legítimo se refere ao tempo colonial. Eu pergunto: o que é que é legítimo durante esse tempo colonial. E talvez isso seja uma certa amarra do nosso povo [para] respeitar um número de coisas que, no fundo, foram feitas dentro de uma lei colonial e, portanto, ser considerado legítimo em função dessa lei.» Para Melo Antunes, o raciocínio de Neto estava certíssimo: o que era legal numa legislação em abono do colonizador (que não era justa nem igualitária para os angolanos) não era legítimo à luz da nova

realidade pós-colonial. Como explicou: *«O problema é que poderá ser legal dentro do quadro colonial, mas não ser legítimo. A norma de legitimidade agora é que deve entrar em vigor a fim de se considerar os bens que são realmente legítimos.»*⁷⁷¹ As possessões legalmente adquiridas segundo o Direito administrativo anterior poderiam ser declaradas ilegítimas. Para que entendessem que não havia qualquer intenção de os ludibriar, a parte portuguesa explicou que o termo «legítimo» facilitaria ao Governo a possibilidade de expropriação. «Esta qualificação é do vosso interesse, a não ser que entendam de forma contrária», assinalou Mário Soares. Porque poderia «haver, na realidade, um interesse legal» que não fosse legítimo. Os proprietários de um imóvel comprado segundo as normas coloniais poderiam dizer que a sua posse era legal pois possuíam os documentos comprovativos, mas era ilegítima à luz da nova ordem institucional. Como Melo Antunes explicou: *«Estamos a pôr em causa a aquisição desses bens, embora pudéssemos considerá-los legais.»*⁷⁷² E estava explicitamente a referir-se às propriedades rurais. «A preocupação das três delegações» nesta matéria era «precisamente o problema das terras», apontou Savimbi: *«Em todo o território temos esse problema.»* A subjectividade do termo «interesses legítimos» concedia-lhes uma margem de manobra muito ampla e era-lhes inequivocamente favorável, disse um delegado nacional. A palavra escolhida permitir-lhes-ia toda a liberdade de acção, mas deveriam ter algum cuidado para não o dizer de forma directa e pública, para não provocar a debandada dos portugueses: *«A expressão é tão dúbia que não restringe. Claro que não exclui o vosso espírito de justiça. Pode chegar esta notícia a Angola, dizendo que todos os que espoliaram terras têm de ir-se embora. Isso vai provocar o êxodo. Em legítimos cabe tudo.»*⁷⁷³

Como os dirigentes angolanos não pareciam muito convencidos da bondade portuguesa foi introduzido outro factor de persuasão: Portugal queria ajudar o novo Estado angolano a recuperar o que era seu de direito, mas se no Acordo ficasse escrito que só respeitariam os bens «legitimamente adquiridos», como queriam os Movimentos, haveria problemas. Era demasiado explícito e poderia provocar uma revolta generalizada. O argumento terá sido determinante para a versão final consagrada no articulado. Por fim, a parte portuguesa concluiu: *«A interpretação das palavras pode ser boa ou má. Vós é que ides utilizar esta palavra conforme entenderem e tudo depende do bom senso e espírito de justiça, como vão ser julgados. É mais um elemento de tranquilidade para os espíritos. Interessa às duas partes, mas façam como quiserem.»*⁷⁷⁴ A expressão contentava as duas partes: permitiria dizer aos angolanos que os bens dos brancos passariam a ser deles e aos portugueses de Angola que os seus «legítimos interesses» tinham sido assegurados no Alvor.

O MPLA insistia que ficasse registado que os portugueses não poderiam ter bens que pertenciam ao «legítimo património do povo angolano». O acrescento poderia ser uma «sirene» aos ouvidos dos ex-colonos porque o legítimo património do povo angolano seria tudo o que estivesse em Angola. Almeida Santos interveio sem dizer claramente que a proposta do MPLA não interessava a Portugal, mas que a portuguesa era muito semelhante e mais conveniente: *«O que está no nosso espírito corresponde àquilo que está no vosso. É uma expressão ampla, mas não é ambígua.»*⁷⁷⁵

Era esta a contraproposta portuguesa e pela persistência com que foi defendida não parecia que os anfitriões aceitassem uma outra, mas para não pensarem que lhes estava a ser imposta uma redacção caber-lhes-ia a última palavra, como Melo Antunes referiu: *«No fundo, quem define o critério da legitimidade são os Movimentos de Libertação.»* Para poderem deliberar à vontade, os líderes solicitaram uma pausa nas conversações. Queriam reunir para dar uma resposta. Depois poderiam «retomar os trabalhos mais ligados», justificou a UNITA. Retomada a reunião às 12h15, o porta-voz da FNLA comunicou que aceitavam «a preposição portuguesa». À parte portuguesa cabia o mérito e a responsabilidade pela versão inscrita no Alvor.

Treze meses depois, em 26 de Fevereiro de 1976, o governo do MPLA promulgou o diploma «da

nacionalização e confisco de empresas e outros bens» que determinou «a nacionalização da totalidade ou de parte dos bens das empresas, nacionais ou estrangeiras considerados importantes para a economia de resistência». A mesma fórmula era aplicada às empresas privadas, cuja existência fosse considerada «contrária ao interesse nacional»⁷⁷⁶. O diploma decretava o confisco por sabotagem económica e a possível nacionalização dos bens de nacionais ou estrangeiros que se ausentassem injustificadamente de Angola por mais de 45 dias; dos que tivessem «de qualquer modo colaborado com organizações fascistas» como «a PIDE/DGS, a PIM, o GA, o GEI, a FRA e a ESINA», participado «voluntária ou activamente com organizações antinacionais», UPA, FNLA, UNITA, FLEC e ELP, e dos suspeitos de actos de «infracção cambial, fiscal, aduaneira contra a saúde pública ou contra a economia nacional». Assinalava o diplomata português em Luanda que a referida Lei não poderia «deixar de afectar interesses portugueses tanto particulares como do Estado», apontando a estreita relação entre a publicação da Lei e o não reconhecimento pelo governo português do executivo de Neto – o que só viria a acontecer três dias depois⁷⁷⁷.

No Alvor, a sessão prosseguiu. Sobre o Banco de Angola, além da transferência do activo e do passivo do departamento de Angola, os Movimentos reclamaram que fossem adoptadas «soluções justas» para os capitais depositados no departamento português. Aceitaram que as Forças Auxiliares fossem desmobilizadas até 15 de Março de 1975, sendo os prisioneiros de guerra gradualmente libertados até ao dia 31 de Janeiro. Portugal não levantou objecções⁷⁷⁸.

A comissão de redacção redigira já 52 artigos. Por sugestão do MPLA toda a parte final foi discutida sem interrupções, tendo a comissão restrita⁷⁷⁹ reunido de tarde para acertos de pormenor, antes da cerimónia de assinatura. A sessão plenária começou às 16h45 com a leitura por Melo Antunes de todo o Acordo. Passou-se depois à apreciação de cada artigo. No artigo 56.º sobre a aquisição de nacionalidade angolana por cidadãos portugueses, Mário Soares propôs que fosse especificado que pudesse ser solicitada por «cidadãos originariamente portugueses». A sugestão foi rejeitada⁷⁸⁰. Após mais um intervalo, os trabalhos foram retomados às 18h00 desse dia 15 de Janeiro. Nessa sessão seriam ultimadas as normas do anexo que não seria divulgado antes ou depois do desfecho das negociações, devido ao «pacto de silêncio» aceite pelos signatários por pressão portuguesa. O teor do documento elaborado na última reunião do Alvor não foi tornado público. Terminada a Cimeira, escrevia um diário lisboeta que na Penina também tinham sido assinadas «quatro ou cinco normas relativas a assuntos militares, cuja inclusão no Acordo foi considerada sem interesse»⁷⁸¹. O motivo tinha sido precisamente o oposto: o teor polémico é que ditara a insistência portuguesa para ser ocultado do domínio público.

Relativamente à amnistia, os Movimentos insistiam em manter a expressão actos «criminosos» e rejeitavam o verbo «comprometer-se», por implicar uma obrigatoriedade a que não queriam sujeitar-se. Estavam «dispostos» a encarar com clemência os actos criminosos cometidos contra o povo angolano, por angolanos ou portugueses residentes em Angola integrados sob a iniciativa da administração colonial. Era a segunda versão proposta pelos angolanos. Portugal aceitou as novas emendas. Como a comissão de redacção tinha dúvidas quanto à versão definitiva, Melo Antunes leu as duas já redigidas. A primeira, «todos os que são culpados por actos criminosos contra o povo angolano», era «muito mais restritiva» do que a segunda, referiu. «*Chamamos a atenção especial para isso. O plenário agora é que tem de se pronunciar*». «A clemência não vincula», disse Almeida Santos, não era obrigatória. Caberia aos dirigentes definir o grau de benevolência, se quisessem. A segunda fórmula acabou por ser aprovada por unanimidade: os Movimentos admitiam conceder perdão a todos os que tivessem integrado «organizações militares e paramilitares, por iniciativa da autoridade colonial»⁷⁸². Ao ser adoptada a segunda versão, Melo Antunes comentou: «*Funciona como um “Valium”*»⁷⁸³ para a

*população que já está a fazer as malas.»*⁷⁸⁴

Perguntou de seguida às delegações angolanas se consideravam que, além do Acordo, o anexo deveria ser lido no acto de assinatura. «A delegação portuguesa inclina-se para que não seja lido este anexo», informou. «A regra seguida aquando do acordo com a Frelimo foi de não ler», revelou Mário Soares – existe, portanto, um protocolo-anexo ao Acordo de Lusaca que também não foi divulgado. Savimbi quis saber se não sendo assinado na cerimónia final seria distribuído aos presentes, incluindo aos jornalistas. «Não. Tem carácter secreto», respondeu peremptoriamente o ministro sem pasta. O anexo deveria manter-se sigiloso e «ser revelado só numa fase posterior», acrescentou Almeida Santos. Melo Antunes completou: «*Não vemos necessidade da leitura pública do anexo. Quanto ao seu conhecimento público, a delegação portuguesa é de opinião que talvez só mais tarde.*» A UNITA temia que se tratasse de uma manobra dilatatória que não lhe agradava. «Não deveria ser nem agora nem nunca ou então deveria ser lido», afirmou Savimbi. «Ou o documento é secreto e não deve ser nunca revelado ou se é para divulgar numa ocasião futura por qualquer uma das partes», então que o fosse naquele dia.

Para Mário Soares, se o anexo fosse assinado à frente de todos, os jornalistas veriam dois documentos e iriam querer logo «saber do que se tratava». E se fosse assinado numa «cerimónia separada» em privado?, sugeriu Holden Roberto. Savimbi voltou a obstar: «*Ou é ou não é um documento oficial.*» Adiantando: «*Não há nenhum segredo neste documento, logo, guardar parece uma situação obscura.*» Assim que se soubesse que havia um documento secreto haveria «curiosidade em saber o conteúdo»⁷⁸⁵. Era o argumento que os portugueses queriam escutar. «Se o vamos ler começa toda a gente a fugir daquela Angola para fora», referiu Almeida Santos, revelando assim o verdadeiro motivo do texto ser mantido secreto. «Não custava nada guardar-se por um, dois dias», concluiu o MCI. Guardá-lo por uns dias não fazia sentido algum para a FNLA. Se a intenção era não ferir as susceptibilidades dos portugueses de Angola e dos africanos que tinham colaborado com o regime colonial, que ficasse fechado numa gaveta por muitos anos. À FNLA parecia que «a não publicação» do protocolo era «a melhor solução». «É um documento muito sensível e é de considerar o segredo. De outro modo não tem valor nenhum», acabou por concordar. Se fosse difundido, quando regressassem a Angola «já seria do domínio público e do conhecimento de toda a gente». Iria ser a debandada geral, como dissera Almeida Santos. Nada que preocupasse muito alguns dos presentes. «Quem quiser fugir, não faz falta em Angola», referiu Pezarat Correia. «Começam logo a fazer as malas», completou Almeida Santos. «As malas é o menos, o pior é se fogem com as coisas que fazem falta ao país», adiantou o delegado da FNLA, antes de sentenciar: «*Assina-se e não há problema.*»⁷⁸⁶ Neste ponto, a FNLA estava a ser uma boa parceira dos portugueses.

Pelas intervenções registadas em acta parece evidente que, não querendo ficar com o ónus do secretismo do anexo, Portugal apresentou argumentos suficientemente apelativos à parte angolana, esperando que concordasse ser a opção mais benéfica para todos. A proposta da delegação portuguesa surtiu o efeito desejado: nenhum dos presentes iria mencionar a existência do anexo ao Acordo até porque não interessava aos nacionalistas revelar, com tanta antecedência, o que tencionavam fazer em relação à detenção, julgamento e punição dos portugueses e angolanos que tinham pertencido às organizações militares e de segurança e ordem pública. Se os Movimentos não estavam obrigados a ser clementes com os que tinham feito parte das estruturas coloniais, todos os que de algum modo tinham estado a elas ligados poderiam ser perseguidos, presos ou mortos. Discricionariamente cada Movimento decidiria os casos merecedores de indulgência e os que simplesmente acabariam em julgamentos sumários, tribunais populares ou esquecidos nos calabouços das prisões.

Que fosse «distribuído um exemplar» do anexo secreto «a cada uma das delegações e que destruamos

todos os outros exemplares», sugeriu Almeida Santos. A FNLA concordou em nome das delegações angolanas: «*Da nossa parte não há problema. Vamos destruir.*» Melo Antunes anunciou então que a cerimónia solene de assinatura do Acordo estava marcada para as 21h00, seguindo-se o jantar oficial uma hora depois. A delegação nacional assinava o Acordo e pelos Movimentos, subscreviam-no os respectivos presidentes⁷⁸⁷.

[653](#) *Diário de Luanda*, 2 de Janeiro de 1975, p. 2.

[654](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.^a Repartição do EME. Proc. 40. 3-6 de Janeiro de 1975, p. 7.

[655](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 7, 9 de Janeiro de 1975, p. 4.

[656](#) APSC. Kinshasa, 7 de Janeiro de 1975.

[657](#) Melo Antunes, em João Medina, *ibidem*, p. 203.

[658](#) APSC. Kinshasa, 6 de Janeiro de 1975.

[659](#) *Diário de Notícias*, 17 de Janeiro de 1975.

[660](#) *Idem*. 9 de Janeiro de 1975, pp. 8-9.

[661](#) *Diário de Notícias*. 8 de Janeiro de 1975, p. 9.

[662](#) *Diário de Notícias*. 11 de Janeiro de 1975, p. 9.

[663](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 111-112.

[664](#) Rosa Coutinho, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 241.

[665](#) *Diário de Notícias*, 10 de Janeiro de 1975, p. 9.

[666](#) *Diário de Luanda*, 11 de Janeiro de 1975, p. 11.

[667](#) Pezarat Correia, *ibidem*, p. 125.

[668](#) Jonas Savimbi (1979), *Angola: A Resistência em Busca de uma Nação*, Lisboa, APR, p. 48.

[669](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 26. 10 de Janeiro de 1975, p. 1.

[670](#) *Idem*, p. 4.

[671](#) *Diário de Luanda*, 11 de Janeiro de 1975, p. 2.

[672](#) Pezarat Correia, *ibidem*, p. 125.

[673](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 27. 11 de Janeiro, 10h00, pp. 1-4.

[674](#) *Idem*.

[675](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 27. 11 de Janeiro, 10h00, pp. 4-8.

[676](#) *Idem*. Doc. 30. 11 de Janeiro, 10h00, pp. 2-3.

[677](#) *Idem*. Doc.27. 11 Janeiro, 10h, p.9-12

[678](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 27. 11 de Janeiro, 10h00, pp. 12-16.

[679](#) *Idem*, pp. 15-16.

[680](#) *Idem*, pp. 16-18.

[681](#) *Idem*, pp. 18-20.

[682](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc.2 7. 11 Janeiro, 10h00, pp. 20-23.

[683](#) *Diário de Luanda*, 11 de Janeiro de 1975, p. 11.

[684](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 28. 11 de Janeiro, 18h30, p. 3.

[685](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 28. 11 de Janeiro, 18h30, pp. 4-7.

[686](#) *Idem*, pp. 8-11.

[687](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 143.

[688](#) Iko Carreira (2005), *ibidem*, p. 121.

[689](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 29. 11de Janeiro, 23h30, pp. 4,9.

[690](#) *Idem*, pp. 12-16.

[691](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 29. 11 de Janeiro, 23h30, p. 19-20.

[692](#) *Diário de Luanda*, 12 de Janeiro de 1975, págs. 1, 8 e 11.

[693](#) *Idem*.13 de Janeiro de 1975, p. 10.

[694](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 30. 12 de Janeiro, 15h30, pp. 3-4. Portugal ficaria com a Economia e Obras Públicas, Habitação e Urbanismo. A FNLA com o Interior, Agricultura, Saúde e Assuntos Sociais; o MPLA com a Informação, Planeamento e Finanças e Justiça, e a UNITA com o Trabalho e Segurança Social, Educação e Cultura e Transportes e Comunicações.

[695](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 30. 12 de Janeiro, 15h30, pp. 7-8.

[696](#) *Idem*, pp. 8-9.

[697](#) *Idem*, p. 10.

[698](#) *Idem*, p. 11.

[699](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 30. 12 de Janeiro, 15h30, p. 11-13.

[700](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.44. Reunião de Alvor. 12 de Janeiro 1975, 15h30, p. 20.

[701](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 30. 12 de Janeiro, 15h30, p. 14.

[702](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.44. Reunião de Alvor. 12 de Janeiro de 1975, 15h30, pp. 19-20.

[703](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 30. 12 de Janeiro, 15h30, p. 15.

[704](#) *Idem*, p. 16.

[705](#) *Idem*, pp. 16-17.

[706](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.44. Reunião de Alvor. 12 de Janeiro de 1975, 15h30, p. 21.

[707](#) *Idem*, pp. 21-22.

[708](#) *Idem*, pp. 23-24.

[709](#) *Idem*, pp. 25-26.

[710](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.44. Reunião do Alvor. 12 de Janeiro de 1975, 15h30, pp. 33-34.

[711](#) *Idem*, p. 35.

[712](#) Piero Gleijeses (2011), «Havana's policy in Africa, 1959-76: New evidence from Cuban archives; Letter from A. Neto to Cuban leadership», Dar-es-Salam. Neto, «Necesidades urgentes. Lista dirigida al Comité Central del Partido Comunista de Cuba», 26 January 1975, Anexo n.º 3, pp. 13-15.

[713](#) *Idem*.

[714](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.44. Reunião Alvor, 12 de Janeiro de 1975, 15h30, pp. 36-37.

[715](#) *Idem*, pp. 39-40.

[716](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.44. Reunião de Alvor, 12 de Janeiro de 1975, 15h30, pp. 44-45.

[717](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 30. 12 de Janeiro, 15h30, p. 6.

[718](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.44. Reunião de Alvor, 12 de Janeiro de 1975, 15h30, pp. 46-47.

[719](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 140.

[720](#) Pezarat Correia. *Idem*, p. 170.

[721](#) Rosa Coutinho e Pezarat Correia. E.G. da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 170.

[722](#) *Diário de Luanda*, 14 de Janeiro de 1974, p. 2.

[723](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 31. 13 de Janeiro, 13h00, pp. 5-9.

[724](#) *Idem*, pp. 13-14.

[725](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 31. 13 de Janeiro, 18h00, pp. 15-16.

[726](#) *Idem*, 13h00, pp. 3, 5.

[727](#) *Idem*. 18h00, pp. 16-18.

[728](#) Jonas Savimbi, *ibidem*, pp. 48-49.

[729](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 31. 13 de Janeiro, 18h00, p. 19.

[730](#) *Idem*, pp. 32-33.

[731](#) ANTT. EMA. Caixa 50. Pasta 13. Lei Fundamental de Angola.

[732](#) *Idem*, Pasta 17. Conselho de Ministros do governo de transição. 6 de Maio de 1975, p. 3.

[733](#) *Idem*. Caixa 50. Pasta 13. Lei Fundamental de Angola.

[734](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 31. 13 de Janeiro, 18h00, pp. 21-22.

[735](#) *Idem*. pp. 23-25.

[736](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 31. 13 de Janeiro, 18h00, p. 27.

[737](#) *Idem*, pp. 28-29.

[738](#) *Idem*, pp. 30-31.

[739](#) A comissão de redacção foi constituída por Camacho de Almeida e Rui Machete (Portugal); Vaal Neto e António Fernandes (FNLA); Diógenes Boavida e Maria do Carmo Medina (MPLA) e José Ndele e Wilson dos Santos (UNITA).

[740](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 32. 14 de Janeiro, 9h00 pp. 1-2.

[741](#) *Idem* pp. 2-3.

[742](#) *Idem*, p. 4.

[743](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras Doc. 32. 14 de Janeiro, 9h00, pp. 5-6.

[744](#) *Idem*, pp. 6-7.

[745](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras Doc. 32. 14 de Janeiro, 9h00, pp. 8-11.

[746](#) *Idem*, pp. 11-14.

[747](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 32. 14 de Janeiro, 9h00, p. 13.

[748](#) Os foram criados pelo Exército em 1968 no sector de Malange e nas Zonas Militares e leste. Formavam companhias num total de 3.000 homens.

[749](#) Soares Carneiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FPD, p. 4. As TE foram formadas em 1966, no Norte de Angola, exclusivamente nos sectores de Cabinda e do Zaire, eram recrutadas entre os indivíduos capturados ou apresentados» que anteriormente integravam as forças combatentes emancipalistas. Chegaram «a constituir-se 16 grupos» com cerca de 480 homens no total.

[750](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 32. 14 de Janeiro, 9h00, pp. 14-15.

[751](#) Entrevista ao general Heitor Almendra, 9 de Setembro de 2011, Lisboa. Criados em 1969 pela PIDE/DGS) que «chegaram a actuar operacionalmente, enquadrados ou não com forças do Exército». Estavam organizados regionalmente e tinham «núcleos operacionais no Caxito e em Serpa Pinto, sob o comando de Álvaro Alves Cardoso, cujo contingente incluía alguns boxímanes».

[752](#) Soares Carneiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Agosto de 1995. ICS.AHS.FDP, p. 4. Em Dezembro de 1973, totalizavam 2170 homens: guerrilheiros que se apresentavam voluntariamente ou que eram capturados e cujos «resultados operacionais muito apreciáveis só se comparavam aos dos Comandos». Só estas forças – , e Flechas – representavam, «em Angola, cerca de 5500 homens».

[753](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 32. 14 de Janeiro, 9h00, pp. 15-16.

[754](#) Pedro Pezarat Correia, *ibidem*, p. 108. Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida, 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 57. «A partir de determinada altura, entre os recrutados para os Fiéis já existiam muitos jovens angolanos. Porque sabiam que «os refugiados catangueses beneficiavam de subsídios pagos pelo Estado provincial – uma subvenção fixa pelo facto de serem refugiados mais uma percentagem paga pelos dias em que executavam operações –, apresentavam-se como catangueses. Eram do mesmo grupo étnico, muitos deles tinham nascido em Angola e apareciam nos campos de refugiados, sendo a distinção de nacionalidades (angolana ou zairense) extremamente complicada.»

[755](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 32. 14 de Janeiro, 9h00, p. 16.

[756](#) *Idem*, pp. 17-18.

[757](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 32. 14 de Janeiro, 9h00, pp. 18-19.

[758](#) *Idem*, pp. 20-21.

[759](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 32. 14 de Janeiro, 9h00, pp. 22-23.

[760](#) *Idem*, pp. 24-25.

[761](#) *Idem*, pp. 27-28.

[762](#) *Idem*, pp. 29-30.

[763](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 32. 14 de Janeiro, 9h00, pp. 29-30.

[764](#) *Idem*, pp. 30-31.

[765](#) *Idem*. Cimeiras. Doc. 33. 15 de Janeiro, 9h30, p. 3.

[766](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 33. 15 de Janeiro, 9h30, pp. 4, 5 e 9.

[767](#) *Idem*, p. 6.

[768](#) *Idem*.

[769](#) *Idem*, pp. 6-8.

[770](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc.33. 15 Janeiro, 9h30m, p.3

[771](#) *Idem*, p. 12.

[772](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 33. 15 de Janeiro, 9h30, p. 12.

[773](#) *Idem*, p. 13.

[774](#) *Idem*.

[775](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 33. 15 de Janeiro, 9h30, p. 13.

[776](#) ANTT. EMA. Caixa 46. Pasta 14. Serviço de instalação da de Luanda para MNE. Teixeira da Mota. Confidencial. 26 de Fevereiro de 1976, pp. 1-2.

[777](#) ANTT. EMA. Caixa 46. Pasta 14. Serviço de instalação da de Luanda para MNE. Teixeira da Mota. Confidencial. 26 de Fevereiro de 1976, p. 2. Portugal foi o 88.º país a reconhecer o governo do MPLA em 29 de Fevereiro de 1976.

[778](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 33. 15 de Janeiro, 9h30, p. 17.

[779](#) A comissão restrita era composta por Almeida Santos e Gonçalves Ribeiro (Portugal); Ngola Kabangu e Samuel Abrigada (FNLA); Lúcio Lara e Lopo do Nascimento (MPLA) e Jonas Savimbi (UNITA).

[780](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 33. 15 de Janeiro, 9h30, pp. 17, 20-21.

[781](#) *Diário de Notícias*, 17 de Janeiro de 1975, p. 11.

[782](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 35. Anexo ao Acordo, p. 1.

[783](#) Valium – marca de um medicamento com efeitos calmantes.

[784](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 35. Anexo ao acordo, p. 21.

[785](#) *Idem*, p. 22.

[786](#) CD25Abril.UC.F.P.A.Belo.A25Abril.Cimeiras. Doc. 35. Anexo ao , p. 23.

[787](#) *Idem*.

6. O PODER PELAS ARMAS

A contrição exemplar

Ao fim de seis dias e cinco noites, as negociações do Alvor findaram. Acertadamente vaticinara Rosa Coutinho no início dos trabalhos que a Cimeira «iria durar vários dias, mas menos de uma semana»⁷⁸⁸. Era já noite cerrada quando Costa Gomes se encontrou durante 25 minutos com os três líderes angolanos numa sala do hotel, antes da cerimónia de assinatura iniciada pelas 22h30. A sessão de encerramento decorreu no salão nobre e durou 50 minutos, metade dos quais preenchidos com a leitura do Acordo⁷⁸⁹. Ao dirigir-se ao povo de Angola, Agostinho Neto afirmou que no Alvor se tinha substituído «o gatilho pelo diálogo» e de uma vez por todas sepultado o colonialismo: «*Aqui, as pretensões dos colonialistas ficam enterradas para sempre.*» O acordo não era «afinal mais do que a confirmação do protocolo de Mombaça»: traduzia o que os líderes angolanos tinham concertado no Quénia; os portugueses tinham sido vencidos à mesa das negociações.

Para Almeida Santos o documento de Mombaça «continha o essencial do texto, só formalmente não acabado, que viria a converter-se no acordo assinado na Cimeira do Alvor»⁷⁹⁰. Fora apenas submetido a um «simples ajustamento de forma». O papel dos negociadores nacionais tinha sido tão irrisório que até se poderia dizer que «a participação dos responsáveis políticos nas negociações do Alvor» tinha sido «uma participação chancelar»: a delegação portuguesa limitara-se «a pôr em bom português o texto que de Angola nos veio»⁷⁹¹. O Acordo tinha sido o que os líderes angolanos «quiseram que fosse» e a «pressa com que foi negociado» demonstrara «a urgência» que tinham «em se verem livres de nós». Tinha havido pouco tempo «para tudo fazer», o que «levou a que praticamente se não tivesse chegado a fazer nada». Gonçalves Ribeiro não considera que o texto do Alvor seja um mero decalque do Acordo de Mombaça porque (como as actas atestam) ao longo das reuniões «foi sendo sucessivamente ajustado às sensibilidades, percepções, vontades e credos de cada uma das partes»⁷⁹².

Os líderes do MPLA e da FNLA regressaram aos países vizinhos, prosseguindo os contactos internacionais. Na noite de 15 de Janeiro, Savimbi regressou a Lusaca, seguindo depois para o Luso. Foi o único dirigente angolano a voltar ao território. Holden Roberto saiu de Faro na manhã seguinte (dia 16) rumo a Tunes e a Cartum antes de se instalar de novo em Kinshasa e Neto pernoitou em Lisboa⁷⁹³. Ao discursar na Casa de Angola, dirigiu-se à plateia como futuro presidente angolano que desejava ser: «*O negócio do ferro está muito mau porque já roubaram tanto que agora já quase não há mais nada para roubar. E até os técnicos dos laboratórios de engenharia estão a encaixotar o material de Angola para trazerem para a sua terra. Estão a saquear a nossa terra.*»⁷⁹⁴ Antes de deixar Portugal, o líder do MPLA foi recebido pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves⁷⁹⁵. No dia 22 de Janeiro, Agostinho Neto partiu para Argel, onde confirmou que não faria «parte do governo de transição»⁷⁹⁶. Nenhum dos três líderes o integraria, o que, como Mário Soares advertira no Alvor, não ajudaria à sua eficácia decisória. A concórdia algarvia encenada no Alvor e «a fachada de unanimidade que angolanos e portugueses estavam a tentar criar» não convencera os diplomatas americanos em Lisboa. A cimeira tinha sido promovida pelo principal interessado em resolver o problema angolano (o país administrante). Fora aprazada a retirada militar de Angola e a passagem de poderes, mas o

objectivo prioritário de criar um clima de fraternidade entre os Movimentos falhara⁷⁹⁷.

Entre as diversas populações angolanas a que se destinava o Acordo suscitou reacções distintas: «Os angolanos de ambas as raças mostravam-se aliviados por ter terminado uma longa espera e por finalmente estarem definidos o calendário e a fórmula para a independência.» Se para os africanos «a independência era um objectivo há muito desejado, pelo qual esperavam ansiosamente», para os brancos representava «mais um passo» para o fim da sua «privilegiada posição», embora o estatuto especial que detinham estivesse a ser «progressivamente corroído desde o golpe de Estado militar em Portugal». Os ex-colonos (anotava Killoran) estavam convencidos que os novos governantes não se tinham empenhado suficientemente na defesa dos seus interesses ou da sua permanência em Angola após a independência. Previa ainda que se os meses até à independência fossem de anarquia e de confrontos generalizados entre os Movimentos nacionalistas poucos portugueses ficariam: «Se o período de transição for relativamente suave e os Movimentos respeitarem os seus direitos, porão o seu capital e competências ao serviço do novo regime. Se o caos se instalar e os seus interesses forem ameaçados, pode esperar-se um êxodo em massa.»⁷⁹⁸

«Os negros, embora não se encontrando no estado de euforia que se esperaria» por finalmente a independência ter sido marcada, estavam «muito felizes com o resultado da Cimeira», mas muitos deles duvidavam da capacidade de os seus líderes levarem à prática os compromissos assumidos: «Os politicamente mais conscientes têm estado muito preocupados com a possibilidade de os Movimentos falharem no cumprimento das questões importantes.» O sentimento predominante era de alívio, mas também de apreensão. A um nível superficial acreditava-se que após a saída dos portugueses os dirigentes angolanos poderiam trabalhar em conjunto e partilhar o Poder, «mas a um nível mais profundo» (reportava Killoran), «detecta-se nas mentes dos negros uma preocupação lancinante sobre o que vai acontecer». A maioria dos africanos não desejava a saída dos antigos colonos, mas julgava ser difícil evitá-la e revelavam-se «pouco convictos» que os três líderes «fossem capazes de superar definitivamente as suas diferenças»⁷⁹⁹.

Os mais satisfeitos com o Acordo eram os militares portugueses em Angola: estavam orgulhosos do trabalho feito por Rosa Coutinho, para o qual auguravam, num futuro próximo, um papel proeminente em Portugal. As críticas ao Almirante, tanto por parte dos brancos como dos negros, estavam indubitavelmente ligadas ao favorecimento do MPLA⁸⁰⁰, embora o diplomata considerasse ser impossível a qualquer mortal cumprir aquela missão «sem ofender alguém». Rosa Coutinho rechaçara «as intenções golpistas que se tinham formado nas cabeças de meia dúzia de extremistas brancos», mas nem sempre respeitara os direitos dos próprios compatriotas: «Certamente terá violado os direitos civis de alguns brancos e poderia até vir a ser processado judicialmente por tê-lo feito, mas como era “uma raposa velha”⁸⁰¹ não se preocupava com tais minudências.»⁸⁰² Na sua extensa análise incluiu também a perspectiva dos representantes das confissões religiosas ocidentais em Angola. A Igreja acreditava que os líderes angolanos seriam capazes de se entender, mas um padre confessara-lhe estar preocupado por os elementos marcadamente marxistas do MPLA poderem exercer uma influência nefasta junto das cúpulas e enveredarem por uma doutrinação radical das populações, em particular no ensino – até 1974 maioritariamente ministrado pelos católicos e pelos missionários cristãos, como elucidam os números: em Junho de 1975 existiam em Angola 2.342 escolas de grupos missionários que acolhiam quase 39.000 alunos⁸⁰³.

O Acordo do Alvor tinha sido publicado (na íntegra ou parcialmente) pela Imprensa nacional e estrangeira, mas em 16 de Janeiro de 1975 o embaixador português nas Nações Unidas ainda não o tinha recebido: Veiga Simão solicitava que Lisboa lho enviasse urgentemente «a fim de ser imediatamente divulgado», senão acabaria por ser primeiro distribuído pelos representantes

angolanos⁸⁰⁴. Em Angola, as previsões mais cépticas ou os comentários menos alinhados com o triunfalismo ostentado pelas partes subscritoras do Acordo não eram bem-vindas. Os meios de comunicação eram uma poderosa arma de propaganda e (como a FNLA já adquirira um jornal) o governo de Rosa Coutinho impôs restrições à liberdade de informação. A decisão, justificada pela desejada paz social, era uma forma de silenciar opiniões divergentes da “linha justa”. As transgressões consagradas na nova Lei da Imprensa incluíam a difamação do chefe de Estado, de ministros e diplomatas, a agressão ideológica a princípios democráticos legais ou ao processo de descolonização, violações ao Direito civil e o incitamento à revolta popular ou à greve (que em Portugal viria a ser um direito constitucional). A coima mínima era de 200 contos e a mais pesada correspondia à suspensão do órgão noticioso por um período mínimo de 30 dias⁸⁰⁵.

Durante uma conversa informal com Tom Killoran (antes de partir de Luanda), Rosa Coutinho disse-lhe que o Acordo do Alvor era «um acordo desajeitado», não crendo que «o espírito de cooperação entre os três Movimentos fosse muito sincero»⁸⁰⁶. Anos depois mantinha a opinião expressando-a através de uma típica metáfora gastronómica bem nacional: o Alvor tinha sido «uma “caldeirada à portuguesa”», mas não se negasse o mérito de ter juntado os líderes angolanos à mesa com Portugal, de ter fixado a data da independência e de ter mantido Cabinda anexada a Angola⁸⁰⁷. Para Mário Soares, a Cimeira assemelhou-se mais a um «jogo viciado». O ministro – que teve no início pretensões de «cavalgar a questão africana», julgando que «poderia solucioná-la melhor do que os outros» – percebeu ao chegar à Penina que «os dados estavam lançados e o jogo praticamente feito». «A visão dominante naquela sala era pró-MPLA», diria⁸⁰⁸. A leitura de Savimbi era semelhante: «As forças gonçalvistas» pretendiam «entregar o Poder exclusivamente ao MPLA» e Rosa Coutinho, que tinha sido «introduzido “a martelo”» na Cimeira, como observador, não tinha parado «de manobrar nos corredores do hotel»⁸⁰⁹. Depois de se conhecerem as actas das reuniões pode aferir-se de que forma os ministros socialistas foram relegados para um lugar secundário nas conversações, como alegaram posteriormente. Almeida Santos referiu ter sido um mero escrivão e o MNE que ambos se limitaram a desempenhar um papel quase decorativo: «*Tanto o Almeida Santos como eu estávamos um pouco à margem desses esquemas e a nossa contribuição na Cimeira, para dizer a verdade, foi mais do tipo “chá e simpatia”, limando algumas arestas mais vivas que já se desenhavam, claramente, entre eles.*» Para o fundador do PS, o Alvor foi «o compromisso possível», não crendo que houvesse outra estratégia que pudesse ser seguida: «*Não tinha uma visão clara do que se poderia fazer de diferente e a minha capacidade de intervenção era reduzida. Não havia grandes saídas ou outras opções a tomar, com êxito.*»⁸¹⁰

Para Manuel Monge havia certamente outras opções: não se negociar apenas com os Movimentos era uma delas, mas a descolonização acabou por ser «aquilo que o MFA queria» que fosse, tendo os interesses dos portugueses que viviam em Angola sido «completamente postergados». Houve no Alvor um excesso de voluntarismo da parte portuguesa que levou os interesses nacionais a serem ignorados. Por desconhecimento, ingenuidade ou impreparação dos negociadores⁸¹¹. Também o presidente da UNITA considerou que, no Alvor, os negociadores nacionais não defenderam os interesses pátrios⁸¹². Melo Antunes saíra da Penina convencido que os artigos «eram exequíveis», mas a sua execução não dependia apenas da parte portuguesa, justificou⁸¹³. Costa Gomes dera a sua «concordância» aos termos que foram acordados, afirmando que «teriam sido mais equilibrados se realmente os estivessem interessados na constituição de uma democracia em Angola»⁸¹⁴. Não estavam e o Acordo não durou dois meses.

Para o chefe da delegação portuguesa, o Acordo foi para cada um dos líderes angolanos «uma plataforma de conquista do Poder»⁸¹⁵. Considerava que a desmotivação da tropa portuguesa não tinha sido o problema maior, mas a inépcia ou ingenuidade da equipa negocial portuguesa. Os negociadores

nacionais tinham cometido dois erros crassos: não previram que os Movimentos «iriam desencadear uma luta pelo Poder» e aceitaram «uma data para a independência antes de estarem criadas as condições que, pelo menos, atenuassem a possibilidade dessa luta». A única maneira de a «evitar antes da independência seria impor a criação de um exército único em Angola e exigir o fim «dos exércitos “privados”» de cada Movimento⁸¹⁶, mas essa matéria nem sequer foi admitida pelos líderes nacionalistas a negociação – como anunciaram na primeira sessão da Cimeira, o assunto dizia-lhes exclusivamente respeito. Assumindo que falhou «pessoalmente» na Penina («como chefe da delegação, assumo essa responsabilidade», afirmou), Melo Antunes interrogava-se se em Janeiro de 1975 seria possível antever «o desenrolar de uma luta pelo Poder até ao extremo» como a que ocorreu nos meses seguintes. Se fosse, podiam ter-se negociado «mais cerradamente as condições para a marcação de uma data para a independência, e isto tínhamos condições para fazer», reconheceu⁸¹⁷. O modelo seguido baseou-se «numa perspectiva de Esquerda à análise do colonialismo» e na convicção do direito dos povos africanos à sua «afirmação nacional». Não tinha sido «a descolonização possível» referida por outros ministros dos governos provisórios que integrou. Recusava esse argumento por induzir que «não tínhamos outra saída», o que não correspondia à verdade. Dizer que foi «a descolonização possível» era uma forma de desresponsabilização, era como dizer: «*Lavo daí as minhas mãos*». Podiam ter-se negociado prazos «bastante mais dilatados» para a transferência do Poder, mas não tinha havido da parte portuguesa «a suficiente lucidez política» para fazer depender a data da independência «da concretização de todas as outras cláusulas». Podiam ter «feito melhor», mas «a base conceptual da descolonização» foi a que idealizara⁸¹⁸. Não esperava, porém, que os líderes angolanos enganassem a parte portuguesa, incluindo Agostinho Neto, que «discutiu os Acordos do Alvor com a mesma má-fé» de Savimbi e Holden Roberto. Fizeram crer que pretendiam um período de transição célere para instaurar a paz, quando o queriam «para obter a consequência contrária». A excessiva celeridade da descolonização de Angola foi um dos aspectos mais criticados, e o ex-ministro admitiu: «*Este foi um erro político gravíssimo.*»⁸¹⁹

Rosa Coutinho, Mário Soares e Almeida Santos não acreditaram, logo após a assinatura do Acordo que este fosse posto em prática devido à direcção tricéfala do governo com um primeiro-ministro mensal. Mas como «vinha de Mombaça, tinha sido acordado por eles e não havia nada a fazer», justificou Pizarat Correia⁸²⁰. Na verdade, o executivo angolano viria a revelar-se absolutamente disfuncional desde o início, mas o maior óbice à paz e ao cumprimento do Alvor foi a coexistência de três exércitos rivais, cuja manutenção foi permitida. Não foi imposta qualquer restrição ao poderio militar ou ao número de efectivos das tropas nacionalistas e essa lacuna contribuiu para o caos gerado em Luanda, quando nem 30 dias tinham decorrido sobre a assinatura do Acordo.

Para Melo Antunes, o «calcanhar de Aquiles» de Portugal foi a incapacidade de obrigar os líderes angolanos a cumprirem o Acordo. O Alvor não previa qualquer punição eficaz em caso de incumprimento pelos Movimentos e a única forma de o fazer respeitar seria recorrer à coacção pela força militar, o que era inviável. Em Angola tinha começado a desmobilização dos soldados africanos das FAP e dos brancos recrutados na Província; o tempo de serviço das tropas fora reduzido e o Exército abdicou das Forças Auxiliares. Força militar era algo que Portugal já não tinha em Angola e também não poderia contar com eventuais reforços da Metrópole.

Havia ainda a intervenção em Angola das grandes potências mundiais (China incluída) que Lisboa não controlava, mas que para Melo Antunes poderia ter sido neutralizada, se as autoridades em Luanda tivessem meios para travar a corrida aos armamentos e as hordas estrangeiras (de zairenses, cubanos, russos) que dissimuladamente se foram infiltrando nos campos de treino disseminados pelo território. Como escreveu Savimbi: «*A nenhum observador atento passava despercebido o desejo de supremacia*

que cada um dos ML procurava obter sobre os restantes. Daí a uma corrida ao armamento foi um abrir e fechar de olhos.»⁸²¹ Melo Antunes acreditava que, se Portugal tivesse sido capaz de obrigar à obediência do Alvor, «a influência das grandes potências pouco se poderia fazer sentir». Mas perante o «vazio de Poder da potência colonial», ficou dependente «da capacidade de os Movimentos levarem por diante a aplicação dos acordos e, portanto, dependentes apenas da sua boa-fé»⁸²².

Mantendo-se Portugal na NATO (encetando ao mesmo tempo relações diplomáticas com Moscovo e com os países membros do Pacto de Varsóvia⁸²³), o novo regime conseguiu criar uma coexistência pacífica com os EUA e a URSS e abrir uma via de diálogo com Pequim, de tal modo compreensivo quanto o estatuto especial de Macau, que aceitou a transferência da soberania somente em 20 de Dezembro de 1999. Os novos governantes portugueses detinham também relações privilegiadas com os recém-nomeados embaixadores russo e americano, em Lisboa: Frank Carlucci e Arnold Kalinin, escolhidos, respectivamente, pelo secretário de Estado da Defesa americano Henry Kissinger e pelo Ministro das Relações Externas russo Andrei Gromiko, devido à sua experiência diplomática e às aptidões linguísticas apropriadas ao cargo. O homem de confiança de Kissinger acompanhara a descolonização do ex-Congo belga (Zaire) e tinha estado alguns anos no Brasil, «onde se tornou fluente em português». Em Brasília, Carlucci trabalhou com Herbert Okun, que nomeou chefe de missão adjunto em Lisboa, e com Robert Schuler como adido de defesa⁸²⁴. Uma equipa intrinsecamente ligada a Washington devido ao relacionamento de proximidade que Carlucci cultivava com o secretário de Estado da Defesa Donald Rumsfeld. Qualquer informação que transmitisse ou recomendação que formulasse não seriam ignoradas pela Casa Branca, mas a prioridade dos EUA era perceber que direcção política Portugal seguiria em pleno período revolucionário. O primeiro embaixador soviético em Portugal também não foi uma escolha casual. Formado na escola diplomática de Moscovo (o Instituto Estatal de Relações Internacionais) ainda na presidência de José Estaline, Arnold Kalinin desembarcou em Lisboa em 1974, proveniente de Havana, onde era conselheiro da Embaixada da URSS, desde 1969. Kalinin possuía no seu currículo duas competências muito recomendáveis à missão que lhe tinha sido destinada: falava «brilantemente espanhol e português» e teve um papel relevante nos contactos entre militares do MFA e as Forças Armadas de Cuba, a partir do primeiro trimestre de 1975. Também não terá tido um contributo de somenos importância nos contactos que antecederam a intervenção cubana em Angola, onde foi embaixador da União Soviética a partir de 1983, um ano após deixar Lisboa. Falecido no início de 2012, Kalinin terminou a carreira diplomática em Havana, onde a iniciara⁸²⁵. Como refere Vasco Vieira de Almeida: Ouvira falar «antes de ir para Angola de uma possível ajuda de cubanos ao MPLA. [...] Os intermediários estavam em Lisboa. Os primeiros contactos foram com o embaixador cubano que estava cá na altura...»⁸²⁶

Para Pinheiro de Azevedo, «a descolonização, tal como se processou», só poderá ser entendida tendo em conta «as decisões dos grandes centros mundiais sobre África», embora Lisboa pudesse ter feito mais para se opor às ingerências directas de Moscovo e de Washington: «Portugal teria podido orientar a descolonização por forma a salvaguardar os seus interesses e antes de mais os interesses dos portugueses radicados em Angola e em Moçambique, se o povo português e os seus dirigentes tivessem reagido violentamente à entrega daquelas colónias a Movimentos comunistas. Não teria havido interferência das superpotências, apesar de estarem de acordo quanto a essa entrega. Mas essa reacção não foi possível porque as forças da Esquerda determinaram três factos fundamentais: primeiro, impediram a saída de soldados para as colónias, a partir de certa data depois do 25 de Abril; segundo “lavaram o cérebro” e mentalizaram os que de facto partiram, de tal maneira que, em vez dos esplêndidos combatentes que tivemos de 1961 a 1974, seguiram para África transformados em cobardes; e terceiro, provocaram entre as nossas forças um ambiente de derrotismo e abandono

tão pronunciado que não mais se pôde contar com elas, o que tornou impossível que negociações políticas diferentes fossem apoiadas pela força.»⁸²⁷

A tentativa de garantir na Penina a protecção dos direitos dos portugueses radicados em Angola não foi bem-sucedida. Poderá mesmo questionar-se se Portugal se empenhou verdadeiramente na defesa de tais interesses. A regulamentação dos alegados direitos dos colonos foi deixada ao critério dos Movimentos, em particular, daquele que governasse à data da independência. Melo Antunes reconhecê-lo-ia anos depois: «Um dos esforços feitos em todos os acordos foi o de preservar garantias para os portugueses e os seus direitos. Mas uma coisa são os desejos, outra a realidade histórica.» A excessiva confiança depositada nos líderes nacionalistas para que tratassem com benevolência os que eram considerados os directos executantes do colonialismo, revelou-se fatídica. Para Melo Antunes, face ao que se passou a seguir ao Alvor «era impossível» assegurar a permanência no território da esmagadora maioria dos portugueses. Por causa da «instabilidade marcada pela vontade clara dos novos responsáveis políticos por Angola e por Moçambique de afastar os portugueses»⁸²⁸.

Killoran tinha a certeza que os brancos sairiam de Angola; só não conseguia prever quando. O futuro da comunidade branca «estava mais incerto do que nunca e não era claro o que lhes iria acontecer quando os militares portugueses retirassem»⁸²⁹. O cepticismo dos portugueses de Angola resultava, em particular, da desconfiança em relação aos governantes da Metrópole. Banido o colonialismo seriam despejados do território «com a água do banho». Como assinalava: «A maioria dos brancos não está convencida que os seus interesses serão protegidos pelo Acordo» Seria uma questão de tempo até começarem a fazer as malas para sair de Angola em direcção a outros destinos. Em entrevista à revista *Flama*, em Fevereiro de 1975, Almeida Santos negava tratar-se de um êxodo, mas não deveria faltar muito para os angolanos deixarem Angola. «Em muitos casos, até já se processa o seu regresso.»⁸³⁰ O diplomata americano era incapaz de precisar se «o grau de inquietação» manifestado pelos brancos resultaria «num êxodo antes ou depois da independência», mas estava convencido que o abandono a larga escala dos habitantes de origem europeia significaria não só uma ameaça às estruturas produtivas do território mas também o seu colapso, porque a população de Angola não era constituída apenas por fazendeiros e magnatas endinheirados. A maioria representava a força de trabalho e o motor económico do território. «Tal como sucedeu noutras descolonizações africanas, o papel dos brancos na economia de Angola não se restringe à gestão, ao investimento e ao negócio», escreveu. Entre eles contavam-se «um largo número de trabalhadores desqualificados e semiqualficados, pequenos comerciantes e muitos funcionários de colarinho branco.»⁸³¹

Para o chefe de missão adjunto da embaixada americana em Lisboa, o governo português e as FAP quiseram «negociar a sua saída de Angola», mas também pretenderam «garantir que os colonos brancos não fugiriam para Portugal, com as consequências políticas e económicas adversas que daí resultariam». Para Herbert Okun, a entrada em Portugal de centenas de milhares de portugueses ressentidos com os protagonistas políticos da descolonização iria reforçar o peso eleitoral das forças partidárias mais moderadas e a nível económico constituía um enorme encargo financeiro. A perspectiva de sustentar tantos cidadãos através de subsídios públicos mensais significava um enorme «rombo» no erário público muito superior ao montante gasto com as ex-colónias em 1974. Portugal, acima de tudo, queria sair de Angola⁸³². A guerra no Ultramar custara aos cofres do Estado mais de 120 milhões de contos, a morte de quase 8.000 combatentes portugueses e o colonialismo nunca tinha beneficiado a antiga Metrópole, declarava um mês depois da Cimeira do Alvor o primeiro-ministro Vasco Gonçalves: «O povo português nunca ganhou nada com as colónias. Quem ganhou foram os grandes capitalistas e nós herdámos um passivo tremendo com esses territórios.»⁸³³

O governo português temia que, com uma transição célere, os antigos colonos economicamente mais

influentes (e ideologicamente ligados aos sectores mais conservadores na Metrópole) deslocassem o capital e influência política para Portugal para apoiar a corrente contra-revolucionária de «regresso ao passado». No mês seguinte Vasco Gonçalves verbalizava a análise de Okun, ao alertar para «a nefasta propaganda» que poderia vir a ser feita pelos que regressavam das ex-colónias⁸³⁴. O executivo estava ciente que a descolonização acelerada de Angola poderia “envenenar” a Revolução em Portugal, mas sabia que era premente concluir as negociações, sob pena de mais tarde «ser obrigado a contentar-se com ainda menos do que tinha conseguido obter no Alvor». O que seria «altamente provável», pois a tropa portuguesa no território já só aceitava «entrar em operações defensivas»⁸³⁵, assinalava o diplomata.

Em guerrilha urbana

Enquanto se parlamentava em Portugal, guerreava-se em Angola. A maioria dos diferendos resolvia-se casuisticamente consoante a sua localização e se os autores eram apoiantes ou adversários do Movimento dominante na região. Os aquartelamentos mais distantes das capitais de distrito iam sendo abandonados pelos portugueses e estavam à disposição dos nacionalistas que primeiro os ocupassem. As espingardas pessoais iam com os soldados, ficavam os equipamentos de maior porte: mesmo avariados ou obsoletos eram aproveitadas as peças mecânicas que escasseavam no mercado. O armamento português que ficasse para trás não se comparava, contudo, ao de fabrico soviético ou chinês proveniente da Zâmbia, do Congo ou do Zaire. Na véspera do arranque da Cimeira tinham chegado ao Luso «três viaturas russas com aparelhos TSF montados» destinados ao MPLA, e uma camioneta com 100 militares armados vindos do CIR de Mussenga passara pelo Caxito com destino à capital «destinados a reforçar os quartéis do MPLA em Luanda»⁸³⁶. Junto à sede do MPLA na cidade de Cabinda tinham sido disparadas rajadas de metralhadora contra uma viatura civil que se incendiou⁸³⁷. No Caxito eram frequentes os disparos tanto de dia como de noite «desencadeados por elementos do MPLA»⁸³⁸. A região foi das primeiras a registar confrontos: no dia 12 de Janeiro, na casa de uma sanzala na periferia onde decorria um velório, rebentara «uma granada de mão ofensiva»⁸³⁹. Os exércitos dos três Movimentos preparavam-se para «a segunda guerra de libertação», como a designou Agostinho Neto. O MPLA recebia armamento dos países comunistas e armava os populares; a FNLA engrossava as suas fileiras com zaienses e estendia a sua área de implantação: abria o primeiro CIM em Angola na zona de Quiende (São Salvador) e em Luanda tentava «recrutar elementos da população branca para as suas fileiras»⁸⁴⁰.

A incapacidade militar das FAP em Angola era uma evidência quando comparada com os efectivos de cada Movimento. A FNLA possuía o maior contingente (contando com os efectivos que estavam no Zaire), mas armas menos potentes; ao MPLA faltavam oficiais bem treinados, mas dispunha de armamento de ponta soviético; e a UNITA dificilmente conseguiria reunir os 8.000 soldados estipulados no Alvor ou arranjar as espingardas automáticas para os municiar. O ELNA era o único que não teria dificuldade em reunir um exército de 20.000 homens, composto maioritariamente por militares zaienses, se esse tivesse sido o quantitativo estabelecido na Penina.⁸⁴¹ Para Heitor Almendra, o grande «erro técnico» do Alvor foi permitir a existência de três exércitos sem as FAP terem condições para «controlar, evitar ou contrariar» qualquer acção subversiva ou declaradamente ofensiva que decidissem empreender (isoladamente ou em conluio com outras forças) na vastidão do território angolano⁸⁴². Não surpreendia, por isso, que já se registassem em todo o território acções de desobediência, insulto e até agressão gratuita aos polícias e soldados portugueses. Em Cabinda, uma aeronave de pequena imensão que transportava militantes do MPLA (um deles, o comandante N’Dozi) descolou do aeroporto local

sem cumprir as prévias formalidades de controlo. O agente que pretendia identificar os ocupantes e fiscalizar a respectiva carga foi ameaçado. Em Luanda, um agente da PSP tinha sido agredido «por ter atingido com um tiro um africano que tentava assaltar uma ourivesaria em Luanda». Retirado à força do hospital por três elementos do MPLA foi agredido no trajecto até à delegação do Movimento, sendo entregue algumas horas depois na sexta esquadra⁸⁴³.

Fora dos muceques, a segurança estava a cargo das patrulhas portuguesas. Quando eclodiam tumultos (como aconteceu junto ao cine da PSP), os amotinados ripostavam, insultando e atacando os uniformizados. Dias depois, uma patrulha mista foi recebida com «atitudes hostis» depois de ser atraída ao Bairro da Lixeira, sob pretexto de estar iminente o assalto ao muceque por um grupo de taxistas em colaboração com soldados portugueses. Se as patrulhas eram alvo de emboscadas características de guerrilha urbana (para as desarmar ou apenas as denegrir), os condutores eram os mais visados entre os civis. Na estrada da Circunvalação, um nativo munido de uma granada apedrejara «algumas viaturas, tendo provocado alguns feridos e danos materiais». Na estrada de Corimba, cinco homens armados da FNLA tinham entrado «violentamente numa casa (onde estavam apenas uma mulher e uma criança de cinco anos) e revistaram-na à procura de uma rapariga. Os intrusos fugiram à chegada das forças portuguesas», mas a mulher teve de ser «hospitalizada em estado de choque»⁸⁴⁴.

Era ainda registado que, nas barocas do cinema Miramar, um europeu fora assassinado ao resistir a um grupo que lhe tentara roubar a motorizada, e uma mulher europeia tinha sido agredida «à fachada num estabelecimento comercial no Negage»⁸⁴⁵. No final de Janeiro, no Bairro Salazar, um elemento referido como da FNLA tentara sequestrar um civil branco. Sucediam-se as queixas por roubo na zona portuária «por parte dos estivadores» e no Bairro Cazenga indivíduos da FNLA tinham invadido as casas de funcionários já raptados por eles. Na Avenida do Brasil, dois indivíduos fardados da FNLA tinham destruído algumas viaturas estacionadas: agrediram o subchefe e um guarda da companhia de trânsito e ameaçaram «desencavilhar uma granada de mão»⁸⁴⁶. Tinha também sido detido um par de assaltantes que furtavam documentos pessoais e os vendiam a outros civis por 50 angolares (escudos angolanos) ou aos respectivos titulares mediante o pagamento de uma quantia quatro vezes superior⁸⁴⁷. Na Cadeia de Luanda (em 29 de Janeiro), os reclusos amotinaram-se e «depredaram tudo a que tiveram acesso». Tentaram mesmo forçar a saída por uma das portas gradeadas do presídio: o ricochete dos tiros disparados para o ar pela guarda militar ferira três dos detidos enquanto os revoltosos partiam os vidros das janelas e destruíam várias partes das instalações, com excepção do refeitório⁸⁴⁸.

Terminadas as conversações do Alvor, a suposta convergência de pontos de vista entre os Movimentos parecia nunca ter existido. Em Luanda, o MPLA pretendia o encerramento do consulado do Zaire por só servir «para fortalecer os laços entre Mobutu e Holden Roberto» e ameaçava apoiantes da FNLA que pretendiam abrir uma Casa do Povo no Bairro Catambor. No Novo Redondo, o administrador do posto aderira ao MPLA autorizando «perseguições e ameaças» aos que tinham outras preferências partidárias⁸⁴⁹. No Bom Jesus (após um comício do MPLA), vários populares invadiram e saquearam «uma plantação de cana-de-açúcar». Em Assango, perto da Gabela, a população foi instigada a retalhar «terrenos oficialmente demarcados», e em Sassa, um membro do Comité do MPLA incitara à violência e à desobediência às autoridades portuguesas porque só assim os brancos seriam expulsos de Angola⁸⁵⁰.

Na segunda quinzena de Janeiro, os ex-colonos perceberam que as posições se tinham invertido e os que «de algum modo tinham abusado da sua posição» eram os troféus mais cobiçados: cantineiros, comerciantes, fazendeiros, autoridades administrativas e policiais, além dos voluntários da Defesa Civil. Em Dalaceia, a população entregou o regedor ao MPLA: cinco dias depois «apareceu enforcado». Teria sido «homicídio por enforcamento do moribundo». «Foram ainda espancados o

sobrinho e o genro do citado regedor.»⁸⁵¹ Na capital circulava o boato que no dia 31 de Janeiro, quando o governo fosse empossado, os brancos seriam atacados, «tendo militantes e simpatizantes do MPLA proferido as seguintes frases: «*“Agora é que vai começar!” “É altura de os brancos agarrarem as malas e ir para a terra deles.” Corre com insistência que serão partidas montras dos estabelecimentos da baixa e incendiadas viaturas. Grupos de africanos têm provocado os europeus, dizendo que em 31 de Janeiro serão atirados à Baía.*»⁸⁵².

Os Movimentos socorriam-se de expedientes variados para aumentar o número de incorporados: as adesões eram amiúde conseguidas por coacção ou pela promessa de que poderiam ficar com os bens saqueados. Aceitavam os que tinham combatido ao lado dos portugueses ou menores de idade, desde que quisessem aderir à causa. Eram tais as dificuldades de recrutamento que o MPLA teve de «admitir antigos GE e Flechas bem como adolescentes, alguns com idades pouco acima dos 12 anos»⁸⁵³. Ainda Janeiro não terminara e já era conhecida «a infiltração de material de guerra através de Cabinda e de Santo António do Zaire», onde estavam sediadas, respectivamente, as bases de apoio do MPLA e da FNLA. Era evidente que o MPLA pretendia «disputar com a FNLA a ocupação militar do território», embora detivesse, «de uma forma geral, menores disponibilidades». Em grande parte por já não contar com os contingentes de Chipenda que, com regularidade, faziam questão de mostrar o seu aprumo e poderio bélico desde que se tinham colocado sob a protecção de Mobutu. Fizeram-no em Ninda, numa «parada militar com 600 homens que efectuaram descargas de armas pesadas, numa nítida manifestação de força»⁸⁵⁴.

«A ressurreição de Chipenda» (como lhe chamou Killoran) tinha sido a sua entrada «em Angola à cabeça de um exército de 2.000 a 3.000 homens, dizendo que iria até às cidades mais importantes do Sul de Angola procurar apoio entre os brancos». O comandante tinha regressado no início de Janeiro atravessando a fronteira «por Teixeira de Sousa junto à fronteira com o Zaire, no Leste», onde passara três semanas a reunir as forças. Dias depois tentou «entrar no Luso com um batalhão, mas sem os guarda-costas, acampando junto de centenas de soldados seus que já lá se encontravam. No dia 23 de Janeiro anunciou que tencionava ir até «aos maiores centros urbanos do Sul, independentemente de todos os impedimentos que a facção Neto ou os portugueses lhe colocassem no caminho». Falando ao coração dos brancos rurais – «numa jogada óbvia» para captar a simpatia da comunidade do Sul, escrevia Killoran –, «afirmou ter elementos brancos no seu Comité Central, dizendo que Angola, ao contrário das colónias britânicas, francesas ou belgas, possuía um grande número de brancos bastante pobres, cujo estatuto de vida não era muito melhor do que o de muitos negros, e que as suas necessidades e aspirações deveriam ser tidas em consideração»⁸⁵⁵. Após estas declarações, as suas tropas foram obrigadas a desacampar e a sair do Luso «pelo Exército português e pelos militares do MPLA leais a Neto»⁸⁵⁶.

O caso da semana em que Rosa Coutinho deixou Angola foi, no entanto, o assalto de Hendrik Vaal Neto à EOA por não ter sido difundido um comunicado da FNLA, cuja divulgação foi proibida por «conter graves acusações ao governo provisório e a vários dos seus membros». O dirigente «invadiu as instalações à frente de um grupo de militantes da FNLA, agrediu o locutor de serviço (do programa *Angola Livre*), insultou os trabalhadores da estação e destruiu parte do material técnico». De madrugada foi raptado «de sua casa António Cardoso, subchefe de redacção» da EOA⁸⁵⁷ e entregue no dia seguinte às autoridades portuguesas, noticiava a Imprensa⁸⁵⁸.

«Um desrespeito flagrante» pelos acordos de Mombaça e da Penina foi como o MPLA considerou o ataque à EOA e «o aparecimento repentino de Daniel Chipenda em Ninda»⁸⁵⁹. Chipenda continuava a ser um “espinho encravado” na garganta de Neto que, no final de Janeiro, escrevia a Costa Gomes a queixar-se: pediram-lhe que não fizesse qualquer comício quando esteve em Portugal, mas Chipenda

fazia a sua propaganda em Angola: «O escritório do mesmo traidor continua aberto em Luanda»⁸⁶⁰. Iko Carreira não estranharia o qualificativo empregue na missiva: «Neto era obstinado. Chegava a perseguir com uma certa virulência todo aquele que se interpusesse nos seus planos.»⁸⁶¹ O líder do MPLA não ocultava também a sua irritação por Vaal Neto (um subscritor do Acordo da Penina) ter mandado raptar o jornalista «perante a passividade absoluta das FAP, únicas responsáveis pela garantia da ordem»⁸⁶². A acusação à inércia e passividade das autoridades portuguesas era frequente. Cada Movimento dispunha de milhares de homens armados, não fornecia efectivos para o Corpo de Polícia nem para as FMM, mas a responsabilidade era dos militares portugueses.

Durante a segunda quinzena de Janeiro, para comemorar a assinatura do Alvor, o MFA promoveu «spectáculos culturais» para as unidades de Cabinda, Carmona, Nova Lisboa, Luanda e Luso. Os momentos de descontração e convívio foram apreciados, mas «o estado psicológico das tropas nacionais continuava dominado pelo desejo de regressar o mais rapidamente possível a Portugal». Em particular, depois da extinção do abono de alimentação, cuja revogação foi imediatamente requerida para «evitar «uma reacção desfavorável» dos milhares de efectivos ainda em Angola e «uma deterioração» ainda mais acentuada no moral das tropas, cujo desânimo era já significativo»⁸⁶³.

Uma semana depois de deixar Faro, em Lusaca no encontro com a embaixadora americana Jean Wilkowski, Savimbi referiu ser preciso contar com o MPLA por ter uma grande adesão em Angola e o apoio das FAP, cuja política era cada vez «mais à Esquerda». Neto «poderia criar problemas se ficasse de fora do Acordo; estando dentro, ele e Holden Roberto poderiam tê-lo debaixo de olho pois já sabiam que a URSS, Cuba e a Jugoslávia eram as suas fontes de apoio. Neto permanecia altamente desconfiado» em relação à FNLA e só assinara o Acordo de Mombaça por pensar que ele (Savimbi) se aliaria ao MPLA «para neutralizar a influência de Holden em Angola»⁸⁶⁴.

Sem ter recebido ainda memorandos sobre os efeitos para os EUA da posse do governo angolano, Kissinger pedia a Killoran que lhe enviasse com urgência as orientações traçadas no Alvor e textos de análise. Dois dias depois, o cônsul sumariou o encontro de Lisboa entre alguns negociadores do Alvor e Alfonso Arenales, o director adjunto do departamento de Estado americano. O período de transição em Angola seria conturbado e inevitável a eclosão de «graves problemas políticos dentro de um ano», dissera Almeida Santos, para quem Mombaça não passava de um «frágil casamento de conveniência» de resposta à disponibilidade de Lisboa em negociar a independência. O ministro também não escondeu o seu desagrado por estarem previstas eleições, pois «iriam aquecer consideravelmente a atmosfera política». O MCI estava convencido que se a FNLA continuasse submetida a Mobutu lhe seria fácil controlar Angola, ainda que apenas temporariamente, e que embora não estivessem no Zaire um milhão de refugiados angolanos – segundo Almeida Santos deveriam rondar os 400.000 – a FNLA não teria dificuldade em mobilizar um número bastante elevado desses homens. Também era «sua convicção que Chipenda acabaria na FNLA e a facção Andrade por se juntar a Neto». Como veio a acontecer⁸⁶⁵.

Empossado em 28 de Janeiro, Silva Cardoso diz ter-se apercebido no dia seguinte quando chegou a Luanda, que os incidentes ocorridos imediatamente antes da partida de Rosa Coutinho tinham contribuído para «um certo extremar de posições»⁸⁶⁶. O general (foi promovido para assumir as funções) deparou-se «com uma situação o mais tensa possível». Por causa do assalto à EOA avistavam-se no cimo dos prédios «atiradores furtivos posicionados contra a delegação da FNLA» que, por sua vez, ameaçava retaliar em força se alguma das suas sedes em Luanda fosse atacada⁸⁶⁷. No dia 31 em que o governo assumiu funções, o Palácio foi invadido por apoiantes dos três Movimentos: «Armados até aos dentes entraram por lá dentro», alguns com «granadas penduradas no peito e na cintura», enquanto uma coluna de guerrilheiros da FNLA proveniente Kinshasa abancara no exterior fazendo-se acompanhar por «uma banda de música do exército zairense»⁸⁶⁸.

A partir daquele dia, os dirigentes angolanos seriam os artífices ou os coveiros de um grande país, cujo governo integrava representantes de «quatro exércitos» que há poucos meses se digladiavam entre si, disse Almeida Santos ao discursar⁸⁶⁹. Aos críticos dos negociadores portugueses da Penina respondeu que tinham sido apenas «mandatários de quem podia mais do que eles e de todo um conjunto de circunstâncias que se foram desenhando». O Acordo seria o que os novos dirigentes quisessem: «*A primeira Constituição de Angola ou um simples papel tornado letra morta.*»⁸⁷⁰ À chegada a Lisboa, interrogado se até às independências não ocorreria um saque às riquezas de Angola (como Neto dissera), respondeu: «*Não retiraremos sequer uma colher de Moçambique, de Angola, de parte alguma.*»⁸⁷¹

O governo foi empossado «sob as vibrantes aclamações de quase meio milhão de angolanos» na presença dos três ministros do Colégio Presidencial: Lopo do Nascimento do MPLA, José N’Dele da UNITA e Johnny Eduardo da FNLA. Estava presente quase todo o executivo⁸⁷². As pastas tinham sido criteriosamente distribuídas; o MPLA controlava três áreas governativas decisivas: as Finanças, a Comunicação Social e a Justiça, que incluía os serviços prisionais e os tribunais. Se o ministro era de um Movimento os secretários de Estado pertenciam aos outros dois. Os ministérios tinham designações semelhantes às dos governos em Portugal e as estratégias de destabilização social não diferiram muito das da Metrópole: «*O MPLA, dominando Luanda, foi atacar as áreas da Educação e do Trabalho, fomentando greves para que tudo paralisasse à semelhança do que então sucedia em Portugal.*»⁸⁷³ A vaga de greves em Luanda era atribuída pelos serviços de informação das FAP «à campanha de politização levada a cabo pelo MPLA sob o signo “Consolidemos o Poder Popular”.»⁸⁷⁴

Reunido pela primeira vez em 3 de Fevereiro, o governo emitiu o seu primeiro decreto-lei: seriam feriados nacionais os dias em que tinham infligido derrotas emblemáticas ao Exército português. Nessa primeira sessão de trabalho, o executivo apelou ao fim das greves e ao depósito no COPLAD de «todas as armas e material de guerra na posse de particulares ou de grupos ilegais»⁸⁷⁵. Dois dias depois, na primeira reunião da CND⁸⁷⁶ foi divulgado que as FAP possuíam em Angola apenas 1.500 efectivos da Marinha e 3.000 da Força Aérea⁸⁷⁷. Em Luanda contabilizavam-se já 20 vítimas mortais resultantes de confrontos entre civis. Segundo o então comandante do COPLAD «os primeiros incidentes pós-Alvor foram desencadeados pelo MPLA junto aos muceques, num dos quais morreu um capitão» e um alferes, tendo ocorrido nas cercanias do Hospital de São Paulo e no muceque Rangel» junto ao *Gajageira*, «um grande armazém que também vendia coisas em segunda mão»⁸⁷⁸. Durante a madrugada e manhã do dia 3 de Fevereiro havia a reportar «pelo menos, quatro mortos»⁸⁷⁹. Para Almendra, o modo de actuação já era conhecido: «*O MPLA metia normalmente população à frente e depois uns indivíduos diziam-lhes: “Vão gamar”. Fizeram-no variadíssimas vezes.*» As patrulhas chamadas para aplacar a desordem eram, por norma, atacadas, como confirmava a comissão de inquérito: «*Pelas 8h30 começaram a concentrar-se junto de uma residência no Mercado de São Paulo, querendo assaltar a mesma, por constar que o morador, comerciante, teria prendido dois civis pretos. As Nossas Tropas foram ao local e recolheram o comerciante e a sua família. Entretanto, apareceram no local elementos armados dos três Movimentos, tendo surgido também um Unimog das Nossas Tropas transportando um civil branco que pedira boleia por lhe terem roubado a motorizada. A população excitou-se dizendo ser ele quem prendera os dois civis pretos. Pretenderam apossar-se desse civil e apedrejaram a viatura das NT. Nesse momento, ouviu-se uma rajada seguida de vários disparos e rajadas de armas ligeiras, que se presumem terem sido feitas por precipitação por elementos do MPLA. Em consequência do tiroteio houve baixas nas Nossas Tropas, na FNLA, no MPLA e na população civil. Após o incidente verificaram-se assaltos e roubos na zona.*»⁸⁸⁰

No resumo enviado para Lisboa era assinalado: «*Morreram 10 pessoas, entre as quais dois oficiais,*

e cinco foram feridas. Os incidentes parecem ter tido origem num boato de que, na noite anterior, um comerciante branco matara quatro africanos e os tinha escondido no seu estabelecimento. Um grande número de populares pretenderam entrar no referido estabelecimento, tendo os incidentes sangrentos sido desencadeados quando inadvertidamente um soldado angolano das forças militares chamadas para estabelecer a calma disparou um tiro.»⁸⁸¹ A seguir foi saqueado «um estabelecimento comercial na zona do Mercado de São Paulo». Depois de «alguns disparos para o ar», o proprietário do estabelecimento foi «subtraído à fúria popular» pela patrulha. Quando a multidão se apercebeu, «apedrejou os militares e procurou barrar a passagem da viatura». Recomeçou «o fogo para o ar, a partir de dada altura já de tiro rasante», indicava outro relatório. Constituída por dois portugueses e dois angolanos (um do MPLA e outro da FNLA), a Comissão «concluiu terem sido elementos das FAPLA a fazer os disparos que provocaram as baixas referidas»⁸⁸².

Sucederam-se assaltos e roubos. Foram feitas «rajadas de pistola-metralhadora e pedradas contra as montras dos armazéns *Gajageira* e *Japão*, depois dos incidentes registados na área de São Paulo, por parte de forças do MPLA juntamente com muitos populares, que assaltaram e saquearam os referidos armazéns. Alguns elementos das forças do MPLA fizeram alguns disparos para o interior dos armazéns e, em altos gritos, disseram: “Povo! Levai tudo, pois tudo isto é vosso.”»⁸⁸³. Os assaltos ocorridos no dia 6 de Fevereiro por elementos «que teriam dito ser do MPLA» levaram ao «roubo e destruição de várias mercadorias no *Pérola do Minho*»⁸⁸⁴. A onda de vandalismo «entre as ruas Francisco Newton e Conrado Lanque» tinha sido de tal ordem que «poucos estabelecimentos ficaram ilesos».

No dia 4 de Fevereiro, o MPLA celebrou mais um aniversário num comício no Campo de São Paulo com a presença do seu presidente. Nesse dia foram vandalizados 40 autocarros que «ficaram parcialmente destruídos». Dois dias depois, a empresa anunciou «a paralisação quase total» da sua frota na capital⁸⁸⁵. No dia seguinte, no Bairro Catambor, «12 elementos armados do MPLA, entre os quais se referenciavam menores, apontaram as armas às Nossas Tropas, insultando-as». Na Avenida de Lisboa, elementos armados da FNLA prenderam um homem «dizendo ao filho que só o libertariam mediante a entrega de 2.000\$00» e um grupo de Chipenda apreendeu a carrinha do proprietário da Pastelaria *Paiva* exigindo-lhe 1.800\$00, se a quisesse reaver. «No dia 6, um grupo armado do MPLA entrou numa residência da Rua do Samba ostensivamente revistando-a e levando para a delegação de Vila Alice o proprietário e três armas caçadeiras legalizadas. Posteriormente as NT foram à base do MPLA no Samba a fim de serem esclarecidas, tendo sido recebidas por um sentinela com uma granada na mão. No dia 7, elementos das FAPLA prenderam dois guardas da PSP – trajando civilmente e que se encontravam no Banco Sotto Mayor da Vila Alice para levantarem um cheque –, apesar de os mesmos se terem identificado. Os guardas foram transportados para a delegação da Avenida do Brasil, tendo sido agredidos no caminho.»⁸⁸⁶ A delegação do MPLA confirmara a detenção dos guardas; seriam entregues mais tarde. Quando o comandante Jaime Madaleno das FAPLA (acompanhado por um guerrilheiro e pelos dois guardas detidos) chegou à 7.^a esquadra «gerou-se confusão no exterior». Foram disparados tiros para o ar, o que aumentou a perturbação. Ao soar o alarme da Esquadra os portões foram fechados «e o pessoal ocupou postos de defesa». Nessa semana ocorreram novamente no Bairro Cassaquel «desentendimentos entre elementos armados da FNLA e do MPLA»⁸⁸⁷.

Quatro militantes armados do MPLA – que continuava a ministrar «instrução militar a menores na Rua de Benguela, no Bairro Operário» – tinham feito «uma busca a todas as casas comerciais do Cacucaco com apreensão de armas e proferição de obscenidades» e um outro grupo assaltara uma residência, da qual roubara 8.000\$00. Na ilha do Cabo foram feitos «disparos contra uma viatura civil por elementos do MPLA» e um outro automóvel tinha sido alvejado em Sassa, por o condutor ter retomado a marcha

ainda «durante o içar da bandeira do MPLA»⁸⁸⁸. O mesmo sucedeu em Porto Amboim.⁸⁸⁹ Em Bula (no Cuanza Norte) uma viatura foi alvejada quando o automobilista tentou ultrapassar um grupo onde estavam elementos armados do MPLA. Dois ocupantes da viatura atingidos tiveram de ser evacuados por via aérea⁸⁹⁰.

No dia do aniversário do MPLA, «60 elementos da facção Chipenda desfilaram pela cidade de Nova Lisboa, fardados e armados e com capacetes de aço». Em Gago Coutinho, os seus homens integraram uma parada militar da FNLA com 300 militares, durante a qual foi dito que a Revolta do Leste «não poderia ser afastada do futuro de Angola, depois de tantos anos de luta»⁸⁹¹. No Huambo esperava-se «a chegada de 20 comissários políticos do MPLA», mas à entrada do Bairro Cacola, na Jamba (Huíla), a Comissão de Bairro do MPLA já efectuava inspecções a pessoas e viaturas⁸⁹². «Por permitir agressões físicas e outras prepotências» contra a população, o delegado da UNITA em Serpa Pinto, Pedro Luvumba, tinha sido transferido para o Luso⁸⁹³.

A FNLA enviara mais 250 recrutas para o CIM de Mokako, mantendo as remessas de «material para o interior e o reforço de pessoal nas zonas» onde já estava instalada. No Alto Lulendo, no Cuanza Norte, já se encontravam «700 homens vindos das matas». Na capital, o MPLA prosseguia «a distribuição de armas a militantes sem farda e a adolescentes» e quatro camiões com material de guerra e sanitário tinham chegado da Zâmbia ao Luso. Quanto aos Revoltosos do Leste estavam a reforçar o seu quartel-general em Ninda e vigiavam «o itinerário Gago Coutinho-Luso para evitar a instalação do MPLA de Neto na região». Em Malange, a população andava atemorizada pelas «revistas constantes praticadas em viaturas e residências por elementos dos Movimentos» e a «população negra de Ambrizete» receava as prisões e os maus-tratos infligidos pelo ELNA, querendo refugiar-se na mata⁸⁹⁴. Em Salazar, duas raparigas tinham sido violadas, além de «cinco outras que trabalhavam numa delegação» local.⁸⁹⁵ Dias antes, a FNLA tinha passado «guias de marcha a presos evadidos da cadeia de Salazar, que permitiam que os mesmos vagueassem pela cidade»⁸⁹⁶. Em Luanda, oito elementos armados da FNLA tinham ameaçado destruir a Câmara Municipal, se fossem desalojados os moradores de duas casas construídas clandestinamente num dos muceques e um grupo de «Comandos» portugueses fardados tinha sido cercado «sob ameaça de armas e ordem de mãos ao ar» também pelo ELNA⁸⁹⁷. Substituindo-se às forças securitárias já desmanteladas, em Ambrizete a FNLA cobrava entre 50\$00 a 100\$00 de multa «aos nativos» que fossem detectados «a circular a partir da meia-noite»⁸⁹⁸. No Zenze (em Cabinda), o pastor presbiteriano Pitra tinha sido detido pelo MPLA por suspeita de pertencer à FLEC⁸⁹⁹.

Padres, missionários e pastores eram interpelados por a religião ser associada a doutrinações imperialistas opressoras do povo. Na Cela, um grupo da FNLA invadiu a igreja local «para afixar cartazes nas paredes interiores e exteriores». Como os crentes que estavam no interior do templo se insurgiram, foram insultados. As FAPLA tinham também interceptado o padre do Catete numa povoação próxima, proibindo-o «de contactar com a população», porque, alegaram, «a Bíblia e Deus foram inventados pelos americanos»⁹⁰⁰. No Novo Redondo, o pároco tinha sido preso «por elementos armados do MPLA quando se preparava para celebrar a missa». Não consentira que afixassem «propaganda no interior da igreja» e arrancara «alguns dísticos que já tinham sido colocados» nas paredes⁹⁰¹. Na Missão Católica do Bimbe (Bailundo), um delegado da UNITA encabeçou com os professores da Missão um “tribunal popular” para julgar o padre Alfredo Mendes, director da Missão», a quem foi dado um prazo de 12 horas para abandonar o local.⁹⁰² A Igreja de Angola sabia quais eram as regiões onde os católicos corriam mais riscos. No início de Janeiro, o arcebispo de Luanda Dom Gabriel Nunes alertou para a situação dos 180.000 habitantes de Cabinda, «em grande parte baptizados», e dos quase 900.000 habitantes dos distritos do Cuanza Norte e Sul. Além disso, em Luanda, «os desentendimentos

políticos» continuavam «a vitimar muitos cristãos». Os soldados portugueses também eram sujeitos a manifestações de hostilidade: *«Verificam-se com elevada frequência atitudes inconvenientes por parte dos elementos armados dos Movimentos, militantes daqueles e população em geral contra as Nossas Tropas, hostilizando-as no desempenho de missão e quando estão de licença. Há casos em que são abordados por elementos armados dos ML que lhes apontam armas proferindo ameaças e acusações e revistando-os. [...] Os próprios meios de informação escrita e falada utilizam um tipo de linguagem que (por as grandes massas populacionais não estarem politizadas) origina interpretações conducentes à hostilização dos brancos, em geral, e das NT em particular.»*⁹⁰³

Por falta de meios, de vontade ou por justificado temor, os soldados das FAP não contrariavam as acções empreendidas. Em Salazar, uma companhia do Batalhão de Caçadores recusara-se «a cumprir certas ordens»: *«Totalmente desmotivados, os soldados, mais do que nunca, sonham com o dia do regresso a Portugal.»* Recusavam envolver-se nas escaramuças étnicas ou partidárias ou nos tiroteios urbanos entre os Movimentos para não serem mortos numa contenda que não lhes dizia respeito. A morte do capitão miliciano José Amaro de Azevedo Pinheiro e do alferes José Domingos dos Santos nos tumultos ocorridos em Luanda tinham sido a prova que se poderia continuar a ser morto em Angola mesmo tendo a guerra terminado. A ocorrência influenciara «negativamente o precário equilíbrio psicológico da guarnição desta cidade»⁹⁰⁴.

Apreendidas armas para o MPLA

Nos três últimos meses, a situação em Luanda caracterizava-se por uma série de «incidentes entre os três Movimentos», sendo os mais frequentes a prisão e revista a cidadãos e viaturas, a captura de armas legalizadas e a exigência de honras às bandeiras dos Movimentos». «Era das FAPLA que tinha mais razões de queixa», referiu o comandante do COPLAD na sua exposição à CND: faziam operações *stop* abusivas «com revista a viaturas (tanto civis como militares) e aos seus ocupantes» e eram frequentes os actos provocatórios e de «hostilização às FAP». Além disso, continuavam a incorporar «nas suas fileiras elementos muito jovens e inexperientes». Era urgente definir quem poderia efectuar prisões; activar de imediato as patrulhas mistas e os campos de recuperação de menores; desarmar os civis que actuavam em autodefesa e promover uma campanha radiofónica e na Imprensa «para entrega de armamento não legalizado e de explosivos». E não deveria ser a tropa portuguesa a guardar as prisões, às quais tinha de acorrer para controlar os constantes motins que lá deflagravam. Por o coronel ter referido que tinha mais razões de queixa do MPLA, Ferreira de Macedo (comandante-chefe da RMA) contrapôs que não se deveria inculpar uma das partes, já que eram diversos e «salientes os procedimentos incorrectos por parte de elementos dos Movimentos», sem excepção. Sentindo-se visado, o ministro da FNLA no Colégio Presidencial, Johnny Eduardo, disse saber que estava «no aeroporto de Luanda um avião selado com armamento vindo de Cabinda» para o MPLA. O que iria a Comissão fazer? A aeronave já tinha sido descarregada e o material pertencente ao MPLA entregue ao Batalhão de Pára-quedistas, informou o Alto-Comissário⁹⁰⁵.

Silva Cardoso estava no aeroporto à espera do seu congénere em Moçambique, Vítor Crespo, quando o comandante da PM Moreira Dias lhe disse que acabara de aterrar um avião do MPLA com Hermínio Escórcio a bordo. Moreira Dias vistoriou o porão da aeronave. *«Desde canhões sem recuo, armas de todos os tipos e caixas de munições, o avião vinha completamente carregado.»* Apreendida a carga, o comandante do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas (BCP 21), Ramos Gonçalves recolheu o material e manteve-o no quartel de Belas. A Coordenadora não gostou e passou a exigir a devolução do armamento confiscado. «Houve um dia em que eu, tão pressionado pela CCPA, disse: “Pronto,

entreguem lá o material ao MPLA”», mas Ramos Gonçalves não o devolveu⁹⁰⁶. Porque «mais tarde, esse mesmo armamento poderia ser utilizado contra os nossos», alegou⁹⁰⁷. Almendra informou de seguida estarem já «a trabalhar com as tropas portuguesas nas patrulhas mistas 40 elementos do ELNA e dez das FALA». Nenhum das FAPLA⁹⁰⁸.

A guerra de comunicados estava ao rubro devido à semana do Poder Popular promovida pelos Comitês de Acção do MPLA que, para a FNLA, tinham sido formados «para denegrir os outros Movimentos». Nessa semana, o MDA decidira «dissolver-se e exortar os seus militantes a prosseguir a luta antifascista e anti-imperialista em torno do MPLA»⁹⁰⁹. A conflitualidade fazia sentir-se nas ruas e nas reuniões da CND. Advertiu o Alto-Comissário ser «extremamente perigoso o uso de determinados tipos de armamento, nomeadamente granadas de mão», que com frequência rebentavam acidentalmente no corpo daqueles que as transportavam: como acontecera a «um militar das FAPLA vitimado pelo engenho que levava, ferindo mais cinco pessoas», e a um outro do «ELNA, na Praia da Barracuda»⁹¹⁰. Pedia aos Estados-Maiores dos Movimentos que não permitissem «o uso de armamento impróprio» como as granadas de mão porque não eram brinquedos pessoais para serem passeados pela cidade⁹¹¹. Tais ocorrências não surpreendiam, comentou Johnny Eduardo, se até as crianças andavam armadas. Três semanas depois foi detido e entregue ao MPLA um jovem que fizera dois disparos na Avenida António Enes em Luanda⁹¹². Além disso, adiantou o ministro do Interior Ngola Kabangu, os civis já não mostravam a mesma receptividade à entrega voluntária de armas: socorriam-se da «desculpa que pertenciam às milícias» populares do MPLA. As milícias tinham sido criadas devido «à falta de autoridade da PSP e às actuações discricionárias dos Movimentos (leia-se da FNLA) «que infundiam medo na população», ripostou o ministro do MPLA, Lopo do Nascimento. Por isso, só seriam extintas quando o Corpo de Polícia de Angola (CPA) estivesse operacional e capaz de as substituir⁹¹³. As FAP confirmavam: os Comitês de Bairro em Luanda ameaçavam oferecer resistência «se a FNLA e a UNITA os pretendessem desarmar». Recusavam-se a entregar as armas e acrescentavam «ainda ameaçam ir buscar mais onde as têm enterradas, no caso de serem necessárias»⁹¹⁴.

Do último ponto da agenda constava mais uma disputa: o MPLA e a FNLA pretendiam ficar com os quartéis do destacamento do Piri e de Bula Atumba, já desocupados pela tropa portuguesa. Os governantes dos Movimentos deveriam decidir quem ficaria onde, «a fim de se evitarem novos pontos de fricção». A contenda já tinha uns dias: o MPLA cercara as instalações do Piri para que não fossem ocupadas pela FNLA, que também as reclamava. «*Para evitar confrontações, as instalações foram reocupadas pelas Nossas Tropas, embora parte delas já estivesse ocupada pelo MPLA.*» A presença portuguesa tinha sido tolerada, «mas por poucos dias»: se não saíssem a curtíssimo prazo, as FAPLA ameaçavam «destruir a fazenda e a casa». Pagariam o aluguer do recinto, mas recusavam partilhá-lo com o ELNA⁹¹⁵.

Incumbido de organizar as FMM, Ferreira de Macedo lembrou a urgência de reduzir o dispositivo militar português para em 30 de Abril apenas estarem 24.000 efectivos nas Forças Integradas (como também eram designadas). Os salários dos soldados nacionalistas não deveriam ser pagos pela Metrópole pois seria mais «um encargo para o Tesouro de Portugal», defendeu. O governo de transição que resolvesse esse problema. As FMM poderiam ficar nos «quartéis desocupados pelas FAP», mas não era aconselhável juntar sob o mesmo tecto soldados portugueses com antigos guerrilheiros; as unidades do ELNA, das FAPLA e das FALA não deveriam partilhar instalações: não poderia «existir coabitação entre as forças dos Movimentos nem entre estas e as FAP».

Estimava-se que os efectivos do ELNA em Angola seriam 11.300 (dos quais 1.200 recrutas) concentrados nos Dembos e nos distritos do Uíge e Cuanza Norte, embora se calculasse que a FNLA dispunha de mais 16.000 homens no Zaire. No interior de Angola, o MPLA detinha o maior exército:

13.000 homens armados (em Cabinda, Moxico, Lunda, Cuanza Norte e Luanda), dos quais 8.100 ainda em treino. A UNITA contava com 20.500 militares (13.000 ainda em formação) que se encontravam aglomerados nos distritos do Moxico e Bié⁹¹⁶. A Revolta do Leste teria pouco mais de 2.000 efectivos, mais de metade dos quais estacionados no Moxico⁹¹⁷. A implantação de cada Movimento prosseguia a passos largos. O MPLA tinha aberto «uma delegação em Maquela do Zombo e em Teixeira de Sousa»; a UNITA inaugurara uma sede em Negage e tencionava abrir outra no Catete. A cobrança pela UNITA de 100\$00 mensais «a todos os indivíduos que, pela sua idade, já não podiam ser incorporados no Exército» estava a gerar «um grande descontentamento entre a população». Os militantes também exigiam a cada adulto presente nas suas sessões de propaganda «uma contribuição de 20 angolares por semana, além de géneros alimentícios», que diziam destinar-se à base central. No Sul de Angola, a UNITA «congregava o maior número de massas» e registava crescentes adesões, sobretudo, em Sá da Bandeira e no Cunene, talvez por a sua conduta «continuar a pautar-se pela prudência, espírito conciliatório e não interferência»⁹¹⁸. A influência do MPLA notava-se «principalmente nos centros urbanos, nomeadamente no meio estudantil, universitário e secundário», onde contava com muitos apoiantes. No Cunene a maior base de apoio era formada por «muitos funcionários africanos e euro-africanos.» A FNLA registava «menor audiência junto das populações» do Sul do território.⁹¹⁹

A caça às armas detidas por brancos, oficializada no início de Fevereiro, servia um duplo intento: desarmava os antigos colonos e permitia apreender-lhes todas as armas pessoais (revólveres, espingardas e caçadeiras) que necessitavam. Para as confiscar, os métodos mais eficientes eram as revistas diárias às viaturas particulares mandadas parar nas estradas ou incursões inesperadas aos domicílios. «Na Avenida dos Combatentes, junto ao Bar *Noite*, uma camioneta com civis armados mandava parar viaturas e revistava-as.» Na ilha de Luanda, «dois elementos fardados do MPLA, apresentando fortes indícios de embriaguez», tinham revistado as viaturas que passavam na Casa Branca. Na Rua Samba, «um grupo armado do MPLA» entrou ostensivamente numa residência levando «três armas caçadeiras legalizadas». Ao dirigir-se a esse bairro para apurar os factos, a patrulha foi ameaçada «com granadas de mão» quando passou pela delegação do MPLA. Quando o perpetrador pertencia a um dos Movimentos e se acolhia na delegação mais próxima dificilmente era entregue: acontecera com um elemento do MPLA que atropelara mortalmente um ciclista na Avenida do Brasil, fugindo de seguida para a delegação no Bairro Rangel. Solicitado pela PSP a entregar o infractor ou a fornecer a sua identificação, «o MPLA não satisfez nenhum dos dois pedidos»⁹²⁰.

A maioria das ocorrências nas duas primeiras semanas de Fevereiro tinha sido «causada por elementos afectos aos Movimentos, com especial incidência do MPLA». A lista era pormenorizadamente longa: «*Actos provocatórios a cidadãos e às autoridades através de insultos, ameaças, agressões e intimidações; detenções ilegais de pessoas; apropriação de armas e entrada abusiva em residências; exibição de armas em centros urbanos, designadamente em locais públicos, e utilização injustificada de armas de fogo.*» Havia ainda a registar «ameaças, apedrejamento e depredação de viaturas, roubos e a evasão de presos de duas cadeias comarcãs»⁹²¹. Outras práticas tinham-se tornado correntes como a pilhagem de estabelecimentos (a pretexto das lojas já não pertencerem aos brancos, mas ao povo) e a ocupação de habitações, casas de férias e estâncias turísticas⁹²². A insegurança vigente e a falta de abastecimentos provocavam a descrença generalizada que a normalidade pudesse ser reposta a breve trecho⁹²³.

As movimentações nos países vizinhos de Angola de reforço às posições militares do Movimento que apoiavam eram também detectadas: à cidade congoleza de Ponta Negra teria chegado «o navio russo *Uni-África*, transportando vários materiais de guerra, medicamentos e roupas destinados ao MPLA». E Brazzaville aumentara «o seu dispositivo de segurança junto da fronteira de Cabinda com peças

antiaéreas em virtude de uma pretensa violação do seu espaço aéreo por aviões das FAP»⁹²⁴. Como a FNLA precisava de mais homens armados no território, Kinshasa encetou uma dissimulada manobra de expulsão dos refugiados angolanos que se encontravam no Zaire. Estavam «a regressar a corta-mato a Angola» porque, de acordo com alguns desses deslocados, as autoridades zaienses não os deixavam partir com os seus bens. Segundo os serviços de informação, também o presidente Kaunda pretendia «expulsar os elementos de Chipenda» do seu país⁹²⁵.

A expulsão do «traidor»

A comissão de inquérito constituída para analisar as actividades da Revolta do Leste descrevia-a como «um grupo apreciável de indivíduos» leais a Chipenda, mas filiados no MPLA, cujo ideário ainda seguiam. Em comum partilhavam a experiência da luta no Leste e a animosidade a Neto devido à discriminação a que os votara. Tinham aberto oito delegações, quatro em Luanda e as restantes em Malange, Nova Lisboa, Luso e Serpa Pinto. Deveriam rondar os 1.500 elementos armados, 1.000 dos quais no Moxico e 200 em Luanda; eram chefiados pelos comandantes Berlim, Kilimanjaro, Vento Forte, Mundo Leal, entre outros, e a sua propaganda baseava-se na contestação à liderança de Agostinho Neto⁹²⁶. Só em Luanda poderiam afrontar as FAPLA, por apenas disporem de oito efectivos em Malange, 20 no Luso, 50 em Serpa Pinto e 75 em Nova Lisboa⁹²⁷. Depois de o governo tomar posse, alguns dos seus apoiantes percorreram as ruas de Luanda em automóveis e motorizadas, soltando «Vivas» a Chipenda e frases de repúdio a Neto. Recusavam abandonar a capital e – como os seus comunicados tinham sido banidos e não eram difundidos pelos órgãos de comunicação angolanos – pintaram várias palavras de ordem e de insulto ao líder em fachadas da capital⁹²⁸.

As manifestações de euforia e as provocações tinham os dias contados. Em 6 de Fevereiro, o líder do MPLA declarou que «o encerramento das delegações de Chipenda e a expulsão de Angola deste dirigente» eram «assuntos prioritários a resolver em Luanda»⁹²⁹. Em conferência de Imprensa Neto afirmou que «o problema Chipenda deveria ser atacado de frente e com todos os meios», uma vez que o outro (o da Revolta Activa) já tinha sido esquecido, faltando apenas reintegrar os seus elementos no MPLA⁹³⁰. Os apelos surtiram efeito. Em 9 de Fevereiro, elementos que se faziam transportar num *Land Rover* mataram a tiro elementos do Comando Chipenda no Bairro Popular»⁹³¹. A instigação à violência para «“limpar” Luanda dos dissidentes do Leste» foi ainda mais directa quando (em 12 de Fevereiro) Neto exortou os seus apoiantes a erradicarem a ameaça que o dissidente representava: «*É preciso atacá-lo com força, utilizando todos os meios para obter a tranquilidade e paz que desejamos.*»⁹³²

Nessa noite o Poder Popular e as FAPLA cercaram e atacaram as cinco instalações da Revolta do Leste em Luanda. O bombardeamento começou antes da alvorada de 13 de Fevereiro: «*Elementos das FAPLA, utilizando granadas metralhadoras ligeiras e lança-granadas assaltaram durante a madrugada simultaneamente as delegações da facção Chipenda, sitas nos Bairros Populares, Avenida do Brasil, Rua Rei Dom Dinis e Casa Branca, tendo capturado armas e diverso material em duas delas. Da acção resultaram três mortos e 24 feridos confirmados de ambas as partes, admitindo-se, no entanto, um número mais elevado de vítimas. Durante todo o dia, as forças de Chipenda mantiveram-se junto às suas delegações, à excepção da delegação da Avenida do Brasil que foi entretanto destruída por populares, e foram até sitiadas por forças das FAPLA em alguns locais, como aconteceu na delegação dos Bairros Populares, com troca de tiros esporádicos, até que já ao anoitecer foram recolhidos sob protecção para o quartel do EREC 401 (Dragões) por forças do EREC 401 e do COTI 1. A partir de então, não houve mais quaisquer incidentes com forças das FAPLA e Chipenda.*»⁹³³ O resumo da ocorrência recebido em Belém era muito mais sucinto e designado

simplesmente como «Tiroteio em Luanda»: «Forças regulares do MPLA cercaram as cinco delegações do Grupo Daniel Chipenda na capital angolana, na qual se mantinham apesar de consideradas ilegais pelo Acordo da Penina. O MPLA justificou a sua actuação pelas notícias que possuía quanto à intenção de Chipenda de as reforçar brevemente com pessoal e material. O tiroteio, que envolveu morteiros, granadas e armas pesadas, iniciou-se cerca das três horas da manhã de ontem e durou até ao cair da noite, terminando com combates em campo aberto.»⁹³⁴

O jornal *O Século* referia pelo menos quatro mortos de Chipenda e 15 do MPLA, admitindo a morte do comandante Valódia, organizador do cerco e destacado elemento das FAPLA. Nenhum dos outros Movimentos tinha tomado posição sobre o ocorrido e o governo instaurara um inquérito, afirmando em comunicado «controlar a situação». O balanço provisório apontava para «cerca de 20 mortos e vários feridos». O comunicado da CND condenava «a actuação do MPLA na neutralização das forças de Chipenda». Depois do «intenso tiroteio», a Revolta do Leste foi literalmente varrida de Luanda⁹³⁵. Os homens de Chipenda foram transportados pela Força Aérea para Gago Coutinho. Dias depois, o governo proibiu a divulgação ou publicação de «comunicados de partidos que não os três Movimentos.»⁹³⁶

Foi, por isso, com um protesto que o ministro Kabangu iniciou a reunião da CND, acusando o chefe do Estado-Maior das FAPLA de ali não estar por se encontrar na sede do MPLA a participar em «acontecimentos particularmente graves», pois todos sabiam que «as delegações do Grupo Chipenda estavam a ser alvejadas por fogo cerrado das forças do MPLA». «Não se podia permitir perder tempo numa reunião clássica» enquanto na rua ocorria um massacre: «Iria juntar-se ao chefe do ELNA e pôr as suas forças em campo» para ajudar os homens de Chipenda, anunciou. O Alto-Comissário confirmou aos presentes: nessa madrugada «as FAPLA tinham lançado uma acção violenta contra as delegações do Grupo Chipenda», o que desrespeitava o Alvor e teria «reflexos imediatos em Luanda» como no «restante território». Estavam criadas condições propícias a «um clima próprio de guerra civil». «Ultimamente tinham-se verificado abusos» por parte desse grupo, justificou Lopo do Nascimento: «Estava a colocar em Luanda por via terrestre mais armamento e homens.» Havia um «equilíbrio precário» das forças nacionalistas em Luanda e, por isso, as FAPLA tinham ocupado as instalações para os desarmar e «entregar, bem como o material, às FAP». Como recusaram, o MPLA optou pela « reacção armada» e havia «vítimas dos dois lados»⁹³⁷. Se o MPLA sabia de situações abusivas «deveria ter informado o órgão competente e não tomar a iniciativa de encetar confrontações armadas», ripostou Silva Cardoso.

Para Kabangu, o MPLA tomara uma «posição aventureira» ao empregar a força quando necessitava da prévia autorização governamental para o fazer. E se Lopo se queixava da entrada em Luanda de material clandestino para os dissidentes, também o MPLA o infiltrava «através do aeroporto». «O agressor estava a fazer papel de vítima», reagiu de imediato o ministro do MPLA: no Luso e em Mucaba onde não havia ainda FMM, era tal a impunidade com que a FNLA agia que até «a sua esposa tinha sido revistada por elementos do ELNA». Kabangu ignorou o comentário e prosseguiu: a FNLA montara uma operação *stop* para «evitar a contínua chegada de reforços» do MPLA no ataque às sedes de Chipenda, pois uma das suas delegações situava-se perto. Não fizeram fogo e tinham posto uma bandeira branca no local, mas, como o MPLA estava a usar «armas pesadas», «para evitar maior desgraça» avisara Silva Cardoso para lá enviar o coronel Almendra. Lopo sabia disso e aproveitou para perguntar a Almendra se o COPLAD iria manter por muito tempo o cordão de protecção à sede de Chipenda no Bairro Popular porque estava a causar «uma certa tensão psicológica» nos moradores e «reacções» em que os efectivos portugueses se arriscavam a «ser vítimas»⁹³⁸. Seriam estas patrulhas a resgatar os sitiados e a transferi-los na tarde de 13 de Fevereiro para uma guarnição de Luanda, até

serem transportados, dois dias depois, para Gago Coutinho⁹³⁹.

Nos dias seguintes, o *Bureau* Político do MPLA incitou de novo à expulsão de Angola do «traidor» do Leste. Seria «o único meio de obviar a que, dentro em breve, o governo de transição se visse em face do facto consumado de uma força militar para dialogar». O executivo e os outros Movimentos deveriam também tomar medidas para «a extirpação deste “abcesso”». Na inauguração da sede do MPLA em Moçâmedes, Lúcio Lara inflamara os presentes ao elogiar a «justa» actuação das FAPLA contra as tropas do infame dissidente⁹⁴⁰. Confirmava-se que no confronto tinha perecido o comandante Valódia – nome de guerra de Joaquim Domingos Augusto, formado na Academia Militar de Sarajevo, pertencente à coluna Cienfuegos – cujo funeral se realizou em 15 de Fevereiro⁹⁴¹.

Em Kinshasa, Holden Roberto considerava o ataque «o prelúdio do que poderia acontecer no futuro: a generalização de uma guerra civil em Angola, caso as milícias do MPLA não fossem imediatamente desarmadas». ⁹⁴² Escrevia Killoran que este tinha sido «o primeiro discurso de Holden Roberto dirigido a Angola». Proferido «num tom estridente e militante» era indiscutivelmente um aviso ao MPLA para não menosprezar a FNLA em Luanda. «Mais do que nunca, as linhas de confrontação entre o MPLA e a FNLA estão vincadamente extremadas», assinalava o cônsul: a contestação aos Comitês de Acção Popular poderia levar a FNLA a tentar eliminá-los, pois Kabangu já tinha exigido publicamente o seu fim⁹⁴³. O Poder Popular era «anárquico» e a sua comissão coordenadora «um órgão misterioso», cujos dirigentes ou objectivos não eram conhecidos: deveriam por isso ser dissolvidos, exigira o ministro. Apesar dos rumores que Chipenda tinha sido convidado a aderir à FNLA, Kabangu continuava a negar a adesão ou que lhe fosse dado «apoio logístico»⁹⁴⁴.

Quando foi apresentado na CND o relatório sobre o ataque, Lopo do Nascimento arguiu que partia de premissas não «totalmente verdadeiras», mas aceitaria discuti-lo com uma condição: se a facção fosse ilegalizada e encerradas todas as instalações de Chipenda. Através das emissões radiofónicas os dissidentes receberiam instruções sobre o que fazer: aderir a um Movimento «armados e com todo o seu material individual» ou ingressar na vida civil entregando as suas armas. E os jornais ficariam proibidos de «fazer propaganda a favor» dos revoltosos do Leste. Ferreira de Macedo concordou: o governo deveria tomar uma medida «drástica» e mandar encerrar as sedes de Chipenda. Leonel Cardoso também o defendia: o governo deveria ordenar nessa sexta-feira (dia 21) o encerramento de todas as delegações até ao dia 26 de Fevereiro. Caso contrário, sê-lo-iam «através de uma acção militar»⁹⁴⁵.

No território continuavam as manobras de empoderamento dos Movimentos. No CIM da FNLA em Kinkuzu já se encontravam os 15 oficiais da FNLA que tinham ido à Tunísia «frequentar um curso de especialização de “comandos”». «Um antigo oficial do Exército, agora comandante do MPLA», estava a tentar mobilizar graduados portugueses «incitando-os a desertar com o respectivo armamento para posterior utilização como instrutores nos CIR». O MPLA distribuía «cerca de 100 armas a civis na aldeia de Cangamba/Uíge, sem o mínimo de garantias de boa utilização» e infiltrara «material de guerra em meios automóveis, através da fronteira leste, havendo notícias de que, utilizando um barco, descarregou na ilha do Mussulo uma grande quantidade de material de guerra destinado a Luanda». A UNITA parecia estar «a apoiar e instruir pessoal da SWAPO nas suas bases do Lungué-Bungo» e montara até um pequeno campo de instrução em Malange, o primeiro fora da sua área tradicional, o Leste. A facção Chipenda ocupara as instalações da Companhia Mineira perto de Nova Lisboa para onde transferira 300 a 500 guerrilheiros que estavam em Ninda⁹⁴⁶.

Uma semana depois, Johnny Eduardo informou a CND que Chipenda se integrara na FNLA. Isso era demasiado dúbio e precisaria de ser esclarecido, disse Lopo do Nascimento. «Ou Chipenda colocava as suas forças» ao serviço do ELNA ou «a integração era completa» e as delegações tinham de ser

fechadas. Não tinham, rebateu Eduardo, pois passavam a pertencer à FNLA. Holden Roberto até estava disposto a ir a Angola discutir o assunto com todos, incluindo Chipenda. Não se justificava, recusou Lopo, e ainda menos com Chipenda. Eduardo insistiu: se o MPLA queria discutir a questão, Chipenda deveria estar presente⁹⁴⁷. Inconclusivo o ponto anterior, o Alto-Comissário aludiu «à onda de pilhagens» que varria a cidade: o Exército português não conseguia actuar sozinho contra tamanha desordem e vilanagem. Cada Movimento tinha de fornecer urgentemente 100 homens para o CPA em Luanda e era preciso criar FMM, por ordem de prioridade, em Luanda, Malange, Cuanza Norte, Cunene, Cabinda e Carmona⁹⁴⁸. Portugal aceitava como facto consumado a ocupação pelos Movimentos dos quartéis devolutos porque seria muito «difícil desocupá-los» e pedia aos militares nacionalistas que não prestassem «honras às bandeiras partidárias, evitando hasteá-las em locais públicos». Poderiam fazê-lo nas suas delegações e quartéis, incluindo nos que tinham pertencido às FAP que já ocupavam⁹⁴⁹. Cada Movimento tinha contingentes militares, quartéis para os instalar, armamento e milhares de homens em treino nas suas bases. O Poder pelas armas ditaria o futuro de Angola.

[788](#) *Diário de Notícias*. 11 de Janeiro de 1975, p. 9.

[789](#) *Idem*. 16 de Janeiro de 1975, p. 2.

[790](#) Almeida Santos (2006), *Quase Memórias*, 2.º volume, Cruz Quebrada, Casa das Letras, pp. 169.

[791](#) Almeida Santos (1998), *Por favor, Preocupem-se*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 399.

[792](#) Gonçalves Ribeiro nos Estudos Gerais da Arrábida, 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 80.

[793](#) *Diário de Luanda*. 16 de Janeiro de 1975, p. 10.

[794](#) *Idem*. 21 de Janeiro de 1975, pp.10-11.

[795](#) ADN.F.3.S.12.C.27.Proc. 52. 21-22 de Janeiro de 1975.

[796](#) *Idem*. Proc. 54. 23-24 de Janeiro de 1975.

[797](#) Witney Schneidman, *ibidem*, p. 266.

[798](#) «Luanda, 48, January, 16, 1975. Confidential.»

[799](#) «Luanda, 48, January, 16, 1975. Confidential.»

[800](#) Witney Schneidman, *ibidem*, p. 263.

[801](#) Um pássaro velho, na expressão original.

[802](#) «Luanda, 48, January, 16, 1975. Confidential.»

[803](#) *Diário de Luanda*. 7 de Junho de 1975. Mensagem de Paz e Concórdia das Igrejas cristãs em Angola, p. 2.

[804](#) AHD.PAA.1299. Angola. 16 de Janeiro de 1975, Nova Iorque, 18h30.

[805](#) *Diário de Notícias*. 16 de Janeiro de 1975, p. 9.

[806](#) Tiago Moreira de Sá, *ibidem*, p. 142. «Luanda, 78, January, 17, 1975.»

[807](#) Rosa Coutinho nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 140.

[808](#) Maria João Avillez (1996), *Soares. Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 318 e 388.

[809](#) Jonas Savimbi (1979), *ibidem*, p. 47.

[810](#) Maria João Avillez (1996), *ibidem*, p. 390-392.

[811](#) Manuel Monge nos Estudos Gerais da Arrábida. 1 de Setembro de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 126-136.

[812](#) Jonas Savimbi (1979), *ibidem*, p. 48.

[813](#) Melo Antunes, em João Paulo Guerra, *ibidem*, p. 19.

[814](#) Maria Manuela Cruzeiro (1998), *ibidem*, p. 262.

[815](#) Melo Antunes, em João Paulo Guerra, *ibidem*, pp. 26-27.

[816](#) Melo Antunes, em Maria João Avillez (1994), *ibidem*, pp. 26-28.

[817](#) Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 38. *Idem*, pp. 25, 62-63.

[818](#) *Idem*, p. 43.

[819](#) *Idem*, p. 43.

[820](#) Pezarat Correia nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS. AHS.FDP, p. 153.

[821](#) Jonas Savimbi (1979), *ibidem*, p. 55.

[822](#) Maria Manuela Cruzeiro (2004), *ibidem*, p. 173.

[823](#) Costa Gomes efectuou várias viagens pelo Leste europeu, incluindo a Jugoslávia e a Roménia.

[824](#) Witney W. Schneidman, *ibidem*, pp. 213-214.

[825](#) José Milhazes, <http://darussia.blogspot.com/2011/02>

[826](#) Vasco Vieira de Almeida nos Estudos Gerais da Arrábida. 1 de Outubro de 1998. ICS.AHS.FDP, p. 43.

[827](#) Pinheiro de Azevedo (1979), *25 de Novembro sem Máscara*, Braga, Intervenção, p. 60.

[828](#) Melo Antunes, em Maria João Avillez (1994), *ibidem*, pp. 19-20.

[829](#) Witney Schneidman, *ibidem*, p. 260.

[830](#) Marques Rocha, *ibidem*, p. 321.

[831](#) «Luanda, 62, January, 17, 1975.»

[832](#) «Lisbon, 271, January, 16, 1975.»

[833](#) *Diário de Luanda*. 15 de Fevereiro, p. 9; 21 de Fevereiro, p. 1.

[834](#) *Diário de Luanda*. 21 de Fevereiro, p. 9.

[835](#) «Lisbon, 271, January, 16, 1975.»

[836](#) AHM.F.33.S.1.C.835.P.9. Comando do Sector de Luanda. Mensagem do GEI/Caxito, 15 de Janeiro de 1975.

[837](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.ª Repartição do EME. Proc. 45. 10-13 de Janeiro de 1975, p. 15.

[838](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 7. 9 de Janeiro de 1975, pp. 7 e 11.

[839](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Comando Sector de Luanda. Mensagem do GEI/Caxito, 15 de Janeiro de 1975.

[840](#) ADN.F.3.S.12.C.27. 2.ª Repartição do EME. Proc. 45. 10-13 Janeiro de 1975, p. 15.

[841](#) Gonçalves Ribeiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 82

[842](#) Heitor Almendra, *idem*, pp. 27-28.

[843](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 9. 23 de Janeiro de 1975, pp. 13-14.

[844](#) ADN.F.3.C.40.S.19.P.17. Confidencial. De 17 a 29 de Janeiro de 1975.

[845](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 9. 23 de Janeiro de 1975, pp. 13-14.

[846](#) APSC. R.A.I. De 4 a 12 de Fevereiro. E-2267.

[847](#) *Idem*, 31 de Janeiro de 1975.

[848](#) *Diário de Luanda*. 30 de Janeiro de 1975, p. 7.

[849](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R. I. n.º 10. 30 de Janeiro de 1975, p. 14.

[850](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29.R.I. nº 10. 30 Janeiro 1975, p.14

[851](#) APSC.R.A.I. De 12 a 18 de Fevereiro. E-2741.

[852](#) APSC.R.A.I. De 4 a 12 de Fevereiro de 1975. 30 de Janeiro de 1975, p. 5.

[853](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 10. 30 de Janeiro de 1975, pp. 7-8.

[854](#) *Idem*, p. 2.

[855](#) «Luanda, 100, January, 27, 1975.»

[856](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 10. 30 de Janeiro de 1975, p. 2.

[857](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Proc. 55. De 24 a 27 de Janeiro de 1975, p. 14.

[858](#) *Idem*. Proc. 56. 27-28 de Janeiro de 1975, p. 7.

[859](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Proc. 55. De 24 a 27 de Janeiro de 1975, p. 15.

[860](#) AHM.F.43.S.6.C.842.P.42. Telegrama de 28 de Janeiro de 1975.

[861](#) Iko Carreira (1996), *ibidem*, p. 34.

[862](#) AHM.F.43S.6.C.842.P.42. Telegrama de 28 de Janeiro de 1975, p. 2.

[863](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 10. 30 de Janeiro de 1975, pp. 8-9.

[864](#) «Lusaka, 147, January, 24, 1975. Confidential.»

[865](#) «Luanda, 127, January, 31, 1975. Confidential.»

[866](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Proc. 60. De 31 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 1975, p. 12.

[867](#) Silva Cardoso nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 130.

[868](#) Jorge Serro, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 242.

[869](#) Almeida Santos (1975), *ibidem*, pp. 247-249.

[870](#) *idem*, *ibidem*, pp. 251-252.

[871](#) ADN.F.3.S.12.C.27. Reservado. Proc. 60. De 31 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 1975, p. 15.

[872](#) *Idem*, pp. 11-12. Da FNLA: Ngola Kabangu, ministro do Interior; Samuel Abridada, da Saúde e Assuntos Sociais, e Mateus Neto, da Agricultura. Do MPLA: Manuel Rui Monteiro, ministro da Informação, Míngas, do Planeamento e Finanças, e Diógenes Boavida, da Justiça. Da UNITA: António Dembo, ministro do Trabalho e Segurança Social, Eduardo Waga, da Educação, e Jeremias Chitunda, dos Recursos Naturais. De Portugal: Vasco Vieira de Almeida, ministro da Economia; Albino Antunes da Cunha, dos Transportes e Comunicações, e Manuel Oliveira, das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo.

[873](#) Jorge Serro, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 242.

[874](#) APSC.R.A.I. De 4 a 12 de Fevereiro de 1975, p. 6.

[875](#) ASC. CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 11. 5 de Fevereiro de 1975, p. 4.

[876](#) A CND era constituída pelo Alto-Comissário, os três ministros do Colégio Presidencial; os chefes dos três ramos das FAP em Angola e três comandantes angolanos do EMU, um de cada Movimento, cujo órgão executivo era o Gabinete Militar Misto (GMM). As reuniões da Comissão tinham lugar à segunda-feira pelas 15h30 e as extraordinárias, por convocação do Alto-Comissário, só se realizando se estivessem presentes dois elementos de cada órgão. As deliberações eram tomadas por maioria simples: um membro, um voto.

[877](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.CCPA.CND. Actas n.º 1. 5 de Fevereiro de 1975, p. 3.

[878](#) Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 29.

[879](#) ADN.F.3.S.12.C.27.Reservado. Proc. 60. De 31 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 1975, p. 14.

[880](#) AHM.F.43.S1.C.835.P.9.COPLAD. Manuscrito. De 3 a 9 de Fevereiro de 1975, p. 1.

[881](#) ADN.F.3.S12.C.27. Proc. 61. 3-4 de Fevereiro de 1975, p. 11.

[882](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 11. 5 de Fevereiro de 1975, p. 12.

[883](#) APSC.R.A.I. De 12 a 18 de Fevereiro de 1975. E-2386.

[884](#) *Idem*. De 19 a 25 de Fevereiro de 1975. E-2944.

[885](#) ADN.F.3.S12.C.27. Proc. 64. 6-7 de Fevereiro de 1975, pp. 14-15.

[886](#) AHM.F.43.S1.C.835.P.9.COPLAD. Manuscrito. De 3 a 9 de Fevereiro de 1975, p. 3.

[887](#) AHM.F.43.S1.C.835.P.9.COPLAD. Manuscrito. De 3 a 9 de Fevereiro de 1975, p. 3.

[888](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 11. 5 de Fevereiro de 1975, p. 13.

[889](#) APSC.R.A.I. De 4 a 12 de Fevereiro de 1975, p. 3.

[890](#) *Idem*. De 4 a 12 de Fevereiro de 1975. E 2476.

[891](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 11. 5 de Fevereiro de 1975, pp. 1-3.

[892](#) APSC.R.A.I. De 4 a 12 de Fevereiro de 1975, p. 6.

[893](#) *Idem*, p. 9.

[894](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 11. 5 de Fevereiro de 1975, p. 7 e 10.

[895](#) *Idem*, p. 5 e 12.

[896](#) ASPC.R.A.I. De 4 a 12 de Fevereiro de 1975. 3 de Fevereiro de 1975.

[897](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 11. 5 de Fevereiro de 1975, p. 13.

[898](#) APSC.R.A.I. De 29 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1975.

[899](#) *Idem*. Relatório Diário n.º 94/75. GAP. 24 de Janeiro de 1975, p. 2.

[900](#) *Idem*. De 19 a 25 de Fevereiro. E-3021/E-3039.

[901](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 12. 13 de Fevereiro de 1975, p. 11-12. R.A.I. 2 de Fevereiro, p. 8.

[902](#) APSC.R.A.I. De 10 a 12 de Fevereiro de 1975. E-4797.

[903](#) Marques Rocha, *ibidem*, p. 285-286.

[904](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 12. 13 de Fevereiro de 1975, p. 9.

[905](#) ASC.CCFAA. 2ª Repartição. R.I. n.º 11. 5 Fevereiro 1975, pp.4-5

[906](#) Silva Cardoso nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 40-41.

[907](#) Silva Cardoso, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 275.

[908](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.CCPA.CND. Acta n.º 1. 5 de Fevereiro de 1975, pp. 5-6.

[909](#) *Idem*, pp. 5-6, 8. ADN.F.3.S.12.C27. Proc. 66. 1 -12 de Fevereiro de 1975, p. 19.

[910](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.CCPA.CND. Acta n.º 2. 10 de Fevereiro de 1975, pp. 3-5.

[911](#) *Idem*. CND.CCFAA. Forças Integradas, 10 de Fevereiro de 1975, pp. 9-11.

[912](#) ASC.R.A.I. De 26 de Fevereiro a 4 Março. 1 de Março de 1975. E-3550, p. 4.

[913](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.CND.CCFAA. Forças Integradas, 10 de Fevereiro de 1975, pp. 9-11.

[914](#) APSC.R.A.I. De 19 a 25 de Fevereiro. E-2734, p. 2.

[915](#) APSC.R.A.I. De 19 a 25 de Fevereiro. E-2821 e E-2888, p. 2.

[916](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.CCFAA. Forças Integradas, 10 de Fevereiro de 1975, pp. 8-9 e 12.

[917](#) *Idem*, pp. 5,7.

[918](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 12, 13 de Fevereiro de 1975, p. 6.

[919](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.7.Zona Militar Sul. Sá da Bandeira. R.I. n.º 10. 15 de Fevereiro de 1975.

[920](#) APSC.R.A.I. De 4 a 12 de Fevereiro de 1975. 6 de Fevereiro de 1975, p. 7.

[921](#) *Idem*, p. 11-12. *Idem*, R.A.I. De 4 a 12 de Fevereiro. 2 de Fevereiro de 1975. E2315.

[922](#) APSC.R.A.I. De 4 a 12 de Fevereiro de 1975, p. 1.

[923](#) APSC.CCFAA.2.ª Repartição. R.I. n.º12. 13 de Fevereiro de 1975, p. 11.

[924](#) ADN.F.3.S12.C.28. Proc.76. 25 e 26 de Fevereiro de 1975, p. 11.

[925](#) APSC.CCFAA. 2ª Repartição. R.I. n.º 13. 19 Fevereiro 1975,pp. 1-2

[926](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.CCPA. Relatório Preliminar. 14 de Fevereiro de 1975, pp. 1-2.

[927](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 13. 19 de Fevereiro de 1975, pp. 3 e 7.

[928](#) *Idem*. R.I. n.º 11. 5 de Fevereiro de 1975, p. 13.

[929](#) *Idem*. R.A.I. De 4 a 12 de Fevereiro de 1975. 6 de Fevereiro, p. 8. E-2411.

[930](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 13. 19 de Fevereiro de 1975, p. 4.

[931](#) ADN.F.3.C.40.S.19.Confidencial. 11 de Fevereiro de 1975.

[932](#) ASC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 13. 19 de Fevereiro de 1975, p. 9.

[933](#) AHM.F.43.S1.C.835.P.9. Comando do Sector de Luanda. R.A.I. De 7 a 14 de Fevereiro, 15 de Fevereiro de 1975, pp. 2-3.

[934](#) ADN.F.3.S.12.C27. Proc.68. 13-14 de Fevereiro de 1975, p. 13.

[935](#) ASC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 12. 13 de Fevereiro de 1975, pp. 12-13.

[936](#) *Idem*. R.I. n.º 13. 19 de Fevereiro de 1975, p. 5.

[937](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.CCPA.CND. Acta n.º 3. 13 de Fevereiro de 1975, pp. 1-3.

[938](#) *Idem*, pp. 4-6.

[939](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 13. 19 de Fevereiro de 1975, p. 9.

[940](#) *idem*, p. 5.

[941](#) *Diário de Luanda*. 15 de Fevereiro de 1975, p. 7.

[942](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 12. 13 de Fevereiro de 1975, p. 6.

[943](#) «Luanda, 197, February, 20, 1975.»

[944](#) APSC. R.I. n.º 12, 13 de Fevereiro de 1975, pp. 3 e 6.

[945](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A.25Abril.CCPA.CND. Acta n.º 4. 17 de Fevereiro de 1975, pp. 1-4.

[946](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 12. 13 de Fevereiro de 1975, pp. 8-9.

[947](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA.CND. Acta n.º 5. 24 de Fevereiro de 1975, pp. 2-4.

[948](#) *Idem*, pp. 5 e 10.

[949](#) *Idem*, p. 11.

2ª PARTE

1. ANGOLA É VOSSA

“O BRANCO VAI EMBORA”

Os incidentes ocorridos no início de Fevereiro demonstraram que a tropa portuguesa não conseguiria travar com êxito uma escalada de violência. Os Movimentos não estavam dispostos a esperar pela saída dos efectivos portugueses para fazer vingar a sua lei, sujeitando-os a constantes provocações. Bastava uma discussão com um militante (num bar, num café, na rua) para um soldado português poder ser agredido ou preso: na Gabela tinham-se registado vários casos de ofensas ou «palavras vexatórias» dirigidas às FAP e ao MFA⁹⁵⁰. Num bar dessa localidade, um grupo da UNITA chamara «fascistas» a todos os presentes, incluindo dois «soldados portugueses»⁹⁵¹. Na Avenida dos Combatentes em Luanda, a FNLA agredira um major na reserva e roubara-lhe a arma por a ter apontado «a dois meliantes que tentaram assaltar o seu estabelecimento. Não obstante ter explicado as razões de tal atitude, foi conduzido à delegação, sujeito a sevícias e esbofeteado»⁹⁵². No Bairro Catambor, 12 elementos do MPLA tinham insultado e ameaçado com armas alguns soldados nacionais⁹⁵³.

O Poder ia mudar de mãos. Os militares portugueses estavam a prazo e tinham de se submeter à nova ordem caso quisessem voltar vivos à pátria. Foi o que inferiu um soldado português em Cabinda de uma conversa entre militares do MPLA: tinham de ser «firmes e de limpar tudo se necessário, mesmo com prejuízo do processo de descolonização». Porque não os consideravam como iguais: «*Olham para nós como dantes, como se ainda andássemos na mata.*»⁹⁵⁴ Mas agora estavam em vantagem. Em meados de Fevereiro estimava-se que (dentro e fora de Angola) os Movimentos tivessem mais de 64.000 combatentes: a FNLA disporia de 27.300 – sem contar com os 3.500 homens da facção Chipenda; a UNITA arregimentara mais de 20.000 e o MPLA, 13.000⁹⁵⁵. Precisavam de instalações para os abrigar, levando a que as ocupações selvagens de postos administrativos ou da PSPA comesçassem a ser frequentes. No Cuanza Norte, o comandante da Polícia do Golungo Alto reportava que «guerrilheiros do MPLA e os comandos *Folhas Caídas*» tinham ido à residência do administrador exigir as chaves do quartel desactivado pelas tropas portuguesas. No dia seguinte, cerca de 50 homens das FAPLA vindos de Bango Azongo arrombaram as instalações, ocupando-as⁹⁵⁶. Num posto do concelho de Quibala, a UNITA fez o mesmo à residência do administrador local e em Chitado diziam: «*Quem mandava era a UNITA; as autoridades portuguesas já não mandam nos assuntos angolanos, somos nós que fazemos justiça!*»⁹⁵⁷ Em Bula Atumba, o MPLA ocupara de novo o posto do GEI. Era sempre o mesmo, prometiam respeitar os acordos e faziam o contrário, queixava-se o comandante português⁹⁵⁸. Particularmente «apetecíveis» pelo seu equipamento técnico e rede de transmissões (como fora referido tanto em Argel como no Alvor), as instalações do GEI do Moxico (sitiadas na Gafaria, uma antiga leprosaria) também foram ocupadas pelo MPLA⁹⁵⁹.

A insegurança era tal que nem os governantes angolanos se sentiam seguros quando se deslocavam

pelo território. Para ir a Malange, o Ministro da Saúde (da FNLA) pedira protecção à tropa portuguesa no percurso até Lucala «para conseguir a libertação do seu delegado em Salazar, que estava cercado pelo MPLA num hotel do Dondo». O MPLA da região mandara «emissários a todas as aldeias» para mobilizarem os populares dos arredores⁹⁶⁰. Circundaram o hotel «armados com machados e catanas» e queriam «atacar a FNLA e os brancos» que a apoiavam⁹⁶¹. Nas rodovias de Malange, bandos que se intitulavam do MPLA passavam «revista a pessoas e a viaturas», retirando «todos os objectos de valor e o dinheiro às pessoas revistadas». Saques idênticos verificaram-se «em algumas residências ao longo dessas estradas»⁹⁶². Os bens mais desejados encontravam-se ao alcance da mão, à frente de cada arma apontada: quem não obedecesse era baleado. Mais valia ficar sem o automóvel ou a carteira. Previa-se que o sentimento de «insegurança e perplexidade» entre a população branca se acentuaria durante a «fase de incerteza» que seria «o período de preparação da independência»: *«Pessoas e bens são alvo de depredações por parte de bandos que actuam muitas vezes com a complacência dos próprios Movimentos.»*⁹⁶³

Não tinha havido «uma correspondência generalizada ao apelo do governo de transição» para a população entregar todas «as armas em situação ilegal». O executivo pretendia desarmar os civis, mas por todo o território eram cada vez mais os africanos armados e os campos de treino militar. Só no distrito de Cuanza Sul a UNITA tinha quatro instalações militares (no Novo Redondo, Gabela, Quibala e Santa Comba) e uma base de treino na Aldeia de Melo, situada na estrada Luanda-Cela. A FNLA possuía no distrito de Malange cinco recintos militares, um campo em Porto Amboim e outro em Calulo. O MPLA já possuía sete campos militares: cinco nas mesmas localidades da FNLA e mais dois em Quibala e em Vila Nova de Seles, além «de uma base de treino próxima de Assango num local chamado Catuta»⁹⁶⁴. Subia de tom a contestação aos ex-colonos; num cortejo de mulheres do MPLA em Quimbala (no Cuanza Sul) ouviram-se frases de regozijo pelo fim do domínio português: *«O branco vai embora.»*⁹⁶⁵ No Bairro do Golfe em Luanda, o MPLA ministrava «instrução político-militar às militantes da Organização da Mulher Angolana e aos Pioneiros». Neste CIR, para além do treino militar básico (como manusear e carregar uma espingarda) era ministrada doutrinação partidária: *«As aulas de política são dadas em dialecto quimbundo, incitando ao ódio rácico, pois terminam com os seguintes slogans: “O branco não faz falta. Abaixo o branco! Abaixo o colono”.*»⁹⁶⁶

Era igualmente complexa a coabitação pacífica nas FMM entre soldados negros e brancos. Logo após a posse do governo, durante uma manifestação na Avenida de Lisboa em Luanda, «elementos armados do MPLA negaram-se a dispersar a população que ali se concentrara, em que populares e elementos do MPLA insultaram as Nossas Tropas e a população branca»⁹⁶⁷. Os soldados negros recusavam-se a actuar contra os compatriotas para manterem a ordem e os militares brancos interrogavam-se se valeria a pena arriscar a vida em contendas que não lhes diziam respeito. Angola seria em breve dos angolanos. Se queriam matar-se uns aos outros que o fizessem: não iriam para Portugal amortalhados num caixão por os africanos não se entenderem. Existia uma «falta generalizada de espírito de missão e o anseio desmedido por um regresso breve a Portugal»: *«São mais influenciados e sensibilizados pelo correio que recebem de Portugal do que mentalizados pelas campanhas de esclarecimento que lhes são dirigidas.»* Continuavam a ser os únicos militares das FAP «amarrados» a uma missão no Ultramar que poderia prolongar-se durante meses se não fossem rendidos, o que tornava mais angustiante a espera pela partida: *«Sabem que familiares e amigos (com menos tempo de serviço militar em Portugal, na Guiné e em Moçambique) já regressaram a casa e apresentam na generalidade uma revolta interior latente.»*

As tropas da Metrópole também não possuíam vontade nem preparação para desempenhar, com um mínimo de eficiência, o que delas era esperado ou exigido. A impreparação dos soldados

desembarcados nas primeiras semanas de 1975 era descrita de forma bastante elucidativa: «As unidades recentemente chegadas de Portugal não vêm devidamente mentalizadas para o cumprimento da missão, o que, aliado a um deficiente enquadramento, estará na base de actos de indisciplina e de insubordinação ocorridos no território, o que poderá contaminar as unidades chegadas anteriormente.»⁹⁶⁸ As companhias colocadas nas zonas militarmente mais problemáticas ou mais distantes dos grandes centros urbanos exigiam ser transferidas. A do Úcuá ameaçava abandonar o aquartelamento se não fosse transferida e decidira entregar as «instalações ao MPLA (de Neto) no dia» da sua saída⁹⁶⁹. Os soldados portugueses só queriam avistar de novo terras de Portugal: o ânimo já não era «satisfatório» e certamente que se agravaria muitíssimo se tivessem de permanecer em Angola para lá de 11 de Novembro: «Deduz-se que o estado psicológico será muito afectado se a comissão de serviço lhes impuser a permanência para lá do Natal de 1975. A ansiedade e o desejo do regresso a Portugal aumentam dia-a-dia.»⁹⁷⁰

Nem mesmo a directiva de 13 de Fevereiro oficializando o calendário de retirada de Angola teve um efeito tranquilizante, pois mantinha em aberto a possibilidade de ficarem por mais seis meses após a independência. Até 30 de Abril seriam evacuadas «unidades e pessoal isolado», mas parte dos 24.000 efectivos que ficaria até Outubro só regressaria a Portugal em Fevereiro de 1976. A prioridade de embarque destinava-se ao «material da NATO, ao equipamento de engenharia, a blindados, a viaturas em bom estado e a material de transmissões e de artilharia»⁹⁷¹. Quais as Tropas Especiais (Fuzileiros, Pára-quedistas e Comandos) que deveriam ficar?, quis saber a CCPA. Lisboa respondeu um mês depois (já depois de 11 de Março): era «imprescindível» ficarem «para fazer face a situações de emergência e garantirem a segurança dos terminais de evacuação». Deveriam incluir «o último contingente a evacuar»⁹⁷².

Em breve a PSPA seria desmantelada, embora tivesse para 1975 um orçamento de quase 931.000 contos⁹⁷³. Todos os polícias eram particularmente malquistos pela população autóctone. Eram frequentemente alvo de «insultos e ameaças» durante o serviço e por vezes atacados, detidos, espancados ou simplesmente humilhados. No Bairro do Golfe um agente da PSPA fora detido por 10 militantes do MPLA «armados com armas automáticas e granadas de mão», que deram «voz de prisão» a todos os polícias presentes no posto por estarem em «território libertado do MPLA». Acabaram «por exigir apenas a entrega do detido» que, durante o dia em que esteve preso, foi esbofeteado e acusado de ser colono e de andar a matar os seus irmãos⁹⁷⁴. Perto do Luso, a detenção de um simpatizante do MPLA (com emprego desmedido de força) revoltara a população: os populares invadiram o posto da PSP, prenderam dois guardas e o comandante que foi levado de comboio para o Luso, onde o queriam «exibir em cortejo pelas ruas». Indignados, os agentes da cidade avisaram que não integrariam com o MPLA qualquer patrulha mista na cidade⁹⁷⁵. Em Porto Amboim, o MPLA aprisionara o faroleiro. «Um sargento da Marinha» que obrigaram «a carregar pedra, ao mesmo tempo, que o regavam com uma mangueira»⁹⁷⁶. O delegado marítimo libertou-o, mas «ficou ele preso por dizer que Angola era agora governada pelos pretos»⁹⁷⁷.

Os portugueses eram *personae non gratae* para todos os Movimentos. Aos automobilistas que circulavam na estrada de Catete era-lhes apontada uma arma à cabeça «quando os pedidos de boleia para os seus familiares não eram satisfeitos»⁹⁷⁸. O incitamento à expulsão do branco era transversal e acolhido pelos africanos mais carenciados, aos quais era garantido que, com a partida dos colonos, poderiam ficar com tudo o que lhes pertencia. No seu programa radiofónico, a FNLA dizia que os portugueses não passavam de uns «esclavagistas e miseráveis. Entre os colonizadores eram os piores»⁹⁷⁹. Em Salazar, um apoiante do ELNA roubara uma caçadeira e duas carabinas da residência da fazenda Bananeira: matou de seguida o proprietário, a mulher e a irmã deste⁹⁸⁰. Em Quimbele, um outro

militar deste Movimento violara uma jovem de 16 anos «quando foi detida para averiguações»⁹⁸¹. No Novo Redondo, um regente agrícola também tinha sido detido por passar por cima de uns panfletos e uma menor branca submetida «a um interrogatório violento» numa das delegações da FNLA⁹⁸². O balanço do primeiro mês de governo era preocupante: «*Prosseguem as detenções ilegais, provocações às tropas portuguesas, aplicação de justiça privada, controlo de viaturas, ocupação abusiva de instalações e ameaças a europeus.*»⁹⁸³ Como o era a entrada abusiva em residências particulares para apreensão de «espingardas legalizadas e cartuchos»⁹⁸⁴.

As tentativas de expropriação e os incitamentos à greve eram constantes. Na região de Malange eram recorrentes as ameaças do MPLA aos gerentes das fazendas. Por «apoiarem a FNLA»⁹⁸⁵. Unidades fabris ou mineiras e transportes colectivos eram os alvos predilectos de bandos armados que contestavam a permanência dos portugueses e o sistema económico vigente. Alguns autocarros eram interceptados para no seu interior serem lançadas palavras de ordem. A um motorista da empresa *Lusitanos*, um grupo das FAPLA disse que «deixava de cumprir horários e de cobrar bilhetes porque os autocarros passavam a pertencer ao povo»⁹⁸⁶. Na Companhia Açucareira do Bom Jesus (no Catete), um grupo do MPLA expulsara os voluntários da OPVDCA e ocupara as instalações na fábrica, impedindo quem quer que fosse de entrar⁹⁸⁷. Os donos das salgas do Cacuaco também tinham sido ameaçados e os trabalhadores exortados a largarem o trabalho⁹⁸⁸.

No Lobito, as FAPLA tinham «tomado posições na zona do porto para dissuadir os trabalhadores bailundos» de fazerem greve. «O pessoal recusou-se a trabalhar enquanto não se retirassem» e pediu que fossem enviados «elementos armados da UNITA» para o cais⁹⁸⁹. A greve só terminou em 28 de Fevereiro quando o governo adoptou «medidas de excepção», colocando os trabalhadores «sob a alçada militar»⁹⁹⁰. As patrulhas da FMM nos portos de Luanda e do Lobito deveriam zelar «pela disciplina e cumprimento das metas de produtividade» fixadas e anotar «o tipo de faltas mais correntemente» cometidas⁹⁹¹. Não era uma medida autoritária, alegou o governo, mas uma semana depois, centenas de civis manifestaram-se junto ao Palácio, exigindo a revogação da «Lei do Chicote» deliberadamente criada para os trabalhadores portuários e ferroviários⁹⁹².

No porto de Luanda, a produtividade descera para um quinto do habitual: o rendimento médio diário por trabalhador passara de 25 para cinco toneladas por hora. Como consequência directa, os descarregamentos dos navios chegavam a demorar semanas; não havia docas disponíveis para atracar, os contentores esperavam nos porões e os comandantes das embarcações desesperavam. Em meados de Fevereiro avistavam-se «cerca de 16 navios ao largo, aguardando a vez de atracação», alguns «com cerca de dois meses de estadia»⁹⁹³.

O apelo às armas

Num juramento de bandeira (em 23 de Fevereiro) Agostinho Neto incitou os angolanos leais à causa nacionalista a «atirar bala» contra todos os que não perfilhassem os ideais do MPLA: «*As nossas armas voltam-se, sim, contra os inimigos do povo angolano, aqueles que querem forçosamente levar-nos para o neocolonialismo. Contra esses as nossas armas não devem hesitar. Devem disparar.*»⁹⁹⁴ A FNLA era o inimigo a abater. O MPLA estava a criar núcleos de resistência nas áreas da FNLA no Norte e no Leste e a aliciar «graduados» das FAP «à sua deserção com armas»⁹⁹⁵. Continuava a infiltrar «material de guerra através da fronteira leste» e um navio tinha «desembarcado material» num porto muito «próximo de Luanda»⁹⁹⁶. Estava também «a enviar grupos de jovens militantes para Cuba e para a URSS», onde recebiam «treino político-militar».

Em finais de Fevereiro, as FAPLA possuíam 500 homens no Quifangondo e tinham aberto outra base

com 400 efectivos perto de Nova Lisboa. A melhoria na organização dos CIR devia-se aos militares portugueses ingressados nas FAPLA: «*O funcionamento dos CIR que era muito deficiente tem melhorado progressivamente com a presença de muitos ex-militares das nossas tropas como instrutores.*»⁹⁹⁷ O MPLA parecia ter-se «relegado a uma aberta e vasta luta política pela conquista do Poder», através de estruturas como o Poder Popular que lhe serviriam «de trampolim para a sua acção futura». Tinha adquirido «material de guerra destinado a armar as comissões de autodefesa dos bairros periféricos de Luanda» às quais concedera subsídios, e embora a sua actuação primasse «pela disciplina» e se destacasse «no combate ao banditismo», a sua popularidade não aumentara. Talvez por os seus militares se mostrarem «extremamente repressivos, crítica que as populações reiteradamente lhe fazem»⁹⁹⁸, era assinalado. Os outros Movimentos não eram mais complacentes. A UNITA semeava o pânico nas suas áreas, infundindo na população um autêntico «terror» pelas práticas empreendidas, sobretudo contra alegados feiticeiros que eram perseguidos «com ferocidade»: «*Muitos têm sido queimados vivos para exemplo dos demais.*» Os «spancamentos, arbitrariedades e queima de feiticeiros» nas instalações da UNITA transtornavam a população⁹⁹⁹. Mas, apesar destas «selváticas acusações, a nível geral nenhum descrédito» a atingia porque «os seus dirigentes têm genialmente sabido abafar esses acontecimentos»¹⁰⁰⁰, registava-se. Em Rito, no Cuando-Cubango, também o MPLA lançara «ao rio duas mulheres sob a acusação de serem “feiticeiras”»¹⁰⁰¹.

A FNLA fazia frequentes exhibições de aparato bélico em desfiles «de carros militares com elementos bem armados e impecavelmente fardados» que causavam nas populações um misto de respeito e intimidação. A adesão de muitos civis a este Movimento era, aliás, explicada «ou por medo» ou por considerarem que, em Angola naquele momento, «a força é um factor de ordem e de disciplina que não pode deixar de existir»¹⁰⁰². O modo de actuação dos nacionalistas continuava «muito longe do espírito de Mombaça e do Alvor»: «*O espírito de unidade que forjou tais acordos parece ter-se perdido, o que pode levar a um clima de violência e de hostilidade. Os diferendos entre a FNLA e o MPLA estão longe de desanuviar e tendem a aumentar de intensidade.*»¹⁰⁰³

Como era dito a Kissinger, Savimbi estava no terreno (ao contrário de Holden Roberto), o que permitiria a Washington ter mais informações sobre o que se passava em Angola¹⁰⁰⁴, mas não dispunha de armas nem de homens treinados para combater e muitos estavam a desertar. Nos distritos de Cuando Cubango, Huíla e Cunene, alguns recrutados já tinham abandonado os campos de instrução devido às «precárias condições de vida» neles existentes¹⁰⁰⁵. Os dirigentes nacionalistas poderiam viver faustosamente em Luanda, mas os soldados continuavam tão miseráveis como dantes. No Novo Redondo, o MPLA conseguira recrutar mancebos com a promessa de lhes pagar oito contos por mês, mas alguns abandonaram logo as fileiras ao aperceberem-se da «deficiência de alimentação e de outros meios»¹⁰⁰⁶. Os CIM da FNLA não eram mais abastados: no de Quiende, o «rancho» era simplesmente um cacho de bananas¹⁰⁰⁷.

Ainda a CND não se pronunciara sobre a atribuição dos quartéis desocupados pelas FAP e já «o clima de desconfiança» entre os Movimentos suscitara «a corrida à sua ocupação ilegal, originando situações de confronto»¹⁰⁰⁸. Em Silva Porto, por exemplo, por causa «do aquartelamento General Machado», as relações entre o ELNA e as FALA estavam «agitadas e quase a chegar a vias de facto»¹⁰⁰⁹. Eram disputadas instalações e quartéis devolutos; homens e armas, a maioria roubada dos paióis do Exército e dos depósitos das forças de vigilância¹⁰¹⁰. No Cunene, a FNLA ocupara o Campo de São Nicolau: a tentativa do MPLA para os desalojar resultou em «dois mortos e dois feridos»¹⁰¹¹. A FNLA antecipara-se, mas por «o MPLA ter idêntica intenção» ambos aguardavam reforços e receava-se que o conflito alastrasse¹⁰¹².

Em Cabinda, no fim de Fevereiro um helicóptero português ainda foi alvejado pelas FAPLA com uma

bazuca e armas automáticas¹⁰¹³. Não foi atingido, mas o caso foi referido pelo Alto-Comissário na reunião da CND como exemplo das arbitrariedades que continuavam a ser cometidas¹⁰¹⁴. Também a bandeira portuguesa merecia que lhe fosse prestada «uma atitude respeitosa» e as «honras que lhe eram devidas» durante as cerimónias oficiais, afirmou. Além disso, embora tivesse sido decidido que a recolha de armas da OPVDCA ficaria a cargo das FAP, inúmeros armazéns da Organização tinham sido assaltados. No da Ganda (em Benguela) fora roubada «uma apreciável quantidade de armamento». Nos depósitos estavam «cerca de 70.000 armas» e a manterem-se «as acções ilegais» de roubo em massa, em breve, perder-se-ia «qualquer hipótese de controlo» das mesmas¹⁰¹⁵. Andavam a roubar o armamento destinado ao futuro Exército angolano, ao qual as FAP deixariam também meios aéreos e marítimos, embora nem todos operacionais. Das oito Lanchas de Fiscalização Grandes o governo de Luanda deveria aproveitar as cinco «em melhor estado», sugeriu o comodoro. Os angolanos concordaram. Ficariam com os 28 navios disponibilizados e dispensavam as três lanchas avariadas. A Força Aérea entregaria os «*Dornier* (21 dos quais ainda estavam a voar); os *Dakota* (quatro operacionais e dois em reparação); os *Beechcraft*, todos os *T6-Harvard* e os *Auster*.» E seis helicópteros (*Alouettes III* e *Nord Atlas*). Seria também cedida uma base aérea em Cabinda e as já desactivadas no Cazombo, Santa Eulália e Camachilo, além da unidade de Toto. Em breve poderiam utilizar a base do Luso e o aeródromo de Serpa Pinto, preparado para «a aterragem de qualquer tipo de avião»¹⁰¹⁶.

Os comandantes angolanos do EMU já estavam instalados nas moradias cedidas e iriam arranjar-se mais três casas condignas para os oficiais do Gabinete Militar Misto (GMM) e para os das patrulhas do COPLAD. Quanto à PSPA, deveria ser imediatamente extinta «e criada uma nova Polícia», defendeu Lopo do Nascimento. Desmantelá-la antes de existir outra corporação seria perigoso: criar-se-ia um vazio de autoridade, alertou José Valente. A extinção poderia ser gradual. O ministro concordou, desde que uma comissão angolana estruturasse até 30 de Abril a nova Polícia, «dando prioridade à instrução de novos agentes e à utilização de 4.300 contos atribuídos ao material antimotim»¹⁰¹⁷.

Na reunião seguinte, Kabangu também exigiu a extinção imediata da PSPA por ainda ser vista «como órgão de repressão»¹⁰¹⁸. Menos consensual era a criação das Forças Armadas Angolanas (FAA). Para Johnny Eduardo não valia a pena «alimentar ilusões»: não existiam angolanos apartidários para as formar. Era difícil criá-las antes das eleições e «absurdo» pensar que, depois delas, os derrotados nas urnas combatessem pelo vencedor. Era impossível criar umas FAA despartidarizadas devido à «paixão» incutida nos soldados, alguns dos quais «chegámos a fanatizar», reconheceu o ministro da FNLA. Ou se recrutavam «militares isentos» (não sabendo onde os haveria, disse) ou teriam de ser criadas com militares dos três Movimentos, o que seria «pôr ao serviço do futuro governo um exército envenenado e tripartido». Ter um exército só depois das eleições era uma ideia «complexa, difícil e caricata», comentou Lopo do Nascimento.¹⁰¹⁹ Este fora «um dos problemas mais espinhosos surgidos em Mombaça e no Alvor, de tal forma que ninguém o quis discutir ou assumir uma posição clara», lembrou o ministro da UNITA, José N'Dele. Cada Movimento tinha «planos para o futuro em todos os domínios e para a tomada do Poder», confessou Eduardo.¹⁰²⁰

Era «provável uma escalada de violência» com «intenção do uso da força por parte do MPLA ou da FNLA na luta pelo Poder», escrevia Silva Cardoso a Costa Gomes e prosseguiam «as prisões indiscriminadas com sevícias, a ocupação de quartelamentos desocupados e apropriação de armas da OPVDCA». Era, sobretudo, preocupante a tomada de quartéis que lhes permitiria controlar «pontos importantes no aspecto militar e económico». O «desinteresse total» em colaborar nas FMM era patente na nomeação de «pessoal incompetente e sem Poder de decisão» e na falta sistemática às reuniões: o MPLA não comparecera na reunião dos comandos militares nem dera «qualquer justificação» e a

administração estava «parcialmente estagnada por falta de despacho oportuno dos ministros». Sublinhando ainda: «*Continua a introdução em Angola de grande quantidade de armamento individual e colectivo pela FNLA e MPLA com distribuição indiscriminada à população. Prossegue por parte dos Movimentos o recrutamento e instrução em vários centros com mentalização político-partidária e treino militar.*»¹⁰²¹ Quase um mês antes (em 10 de Fevereiro), o embaixador cubano em Dar-es-Salam transmitira ao seu homólogo soviético a urgência de aumentar o envio de carregamentos para o MPLA travar a FNLA. Não seria aconselhável protelar as remessas até às vésperas da independência: «*A opção pela via socialista em Angola tem de ser feita já... em Outubro, será tarde de mais.*»¹⁰²²

Ferreira de Macedo também alertava para a violação do Alvor pelos Movimentos através do «recurso à força» e ao não se manterem «nas regiões e locais correspondentes à sua implantação à altura da assinatura do Acordo». Numa crítica directa a Silva Cardoso denunciava que a CND tinha falhado: «*Não garantiu a paz, a segurança e a ordem pública nem velou pela segurança de pessoas e bens.*» Além disso, o número de militares por Movimento excedia em muito os 8.000 estipulados no Alvor¹⁰²³. Era evidente que várias cláusulas tinham sido desrespeitadas. Os incidentes, «infelizmente com derramamento de sangue», estavam a «aumentar a tensão no país», declarou Silva Cardoso na reunião da CND.¹⁰²⁴ Para Leonel Cardoso seria «melhor acabar» com aquele órgão porque existia já uma profunda crise de autoridade: «Qualquer indivíduo de um Movimento porque está fardado e dispõe de uma arma» faz o que bem entende, disse. Johnny Eduardo queixou-se: a CND estava «a transformar-se num tribunal» e a perder tempo com miudezas. Culpavam os angolanos, mas os portugueses não eram nenhuns santos. Também causavam conflitos na maior parte dos casos devido «a ajustes de contas ainda por regular». Tinha, aliás, uma reclamação a apresentar: os soldados das FAP não cumprimentavam os ministros do Colégio Presidencial quando o faziam a um qualquer sargento. Irritado, Leonel Cardoso reagiu: «Também não gostava de perder tempo com ninharias», mas não era o caso. O assunto era bastante sério: Angola estava sem rei nem roque; totalmente desgovernada e sem ordem por todos julgarem que «têm autoridade nesta terra», disse¹⁰²⁵.

A corrida aos quartéis

Nesse dia, a CND discutiu as ameaças de invasão em Cabinda e no Cunene. Da visita ao enclave N'Dele aferiu que «quase toda a população era da FLEC». Disseram-lhe que poderiam «queimar tudo, que isso não alterava a sua determinação» de serem independentes como previa o Tratado de Simulambuco¹⁰²⁶. Os separatistas também tinham avisado: comitiva que lá fosse ouviria decerto «alguns insultos». Havia «um exército de 2.000 homens a ser treinado em Ponta Negra e 5.000 na base zairese de Kitona», lembrou Johnny Eduardo. Eram «7.000 homens no Congo e no Zaire» prontos para entrarem em Cabinda. A guerra estava a ser «preparada no estrangeiro» e a decisão não cabia só aos cabindas: deveria ser a OUA a decidir, defendeu o ministro da FNLA. Deixar a decisão a Brazzaville e a Kinshasa seria dar de bandeja «o ouro aos bandidos». O MPLA não pretendia abrir mão dos milhões de petrodólares que Cabinda gerava anualmente. Tanto o MPLA como a FNLA «tinham perdido elementos em combate em Cabinda e, portanto, não iria agora abandonar» o território, disse o comandante das FAPLA, Jacob João Caetano (Monstro Imortal)¹⁰²⁷. Aos EUA interessava proteger os 300 milhões de dólares da Gulf Oil, por isso, se o MPLA ganhasse em Angola e Cabinda fosse independente, Killoran considerava que talvez se pudesse negociar um contrato de concessão «em termos mais favoráveis» do que os «negociados em Janeiro desse ano» com o MPLA¹⁰²⁸.

No Cunene, o problema era «a presença dos ovambos adeptos da SWAPO» que deambulavam

livremente pela zona propalando «a anexação à Namíbia de todo o distrito e de parte do de Huíla até às minas da Jamba e a Cassinga». Em 11 de Março, 1.000 militares entraram no distrito porque a única companhia portuguesa e as forças dos Movimentos eram «uma fraca ameaça.» Era urgente enviar uma FMM mesmo que ficasse alojada «em barracas por não haver instalações disponíveis.» Pois já tinham sido ocupadas até «casas do Estado, escolas, delegações do Ministério Nacional da Fazenda, etc.», tendo algumas «ocupações» ocorrido «pela força»¹⁰²⁹. O que se passava no Cunene «era uma espécie de pagamento de dívida da UNITA à SWAPO». Como os nacionalistas da Namíbia a tinham ajudado na guerra estavam a cobrar o favor prestado, espicaçou Johnny Eduardo. O problema era já controlarem o Sudeste do Cunene e ameaçarem os civis aos quais tinham começado a ensinar inglês. Os cuanhamas (ovimbundos angolanos) tinham permitido que os seus irmãos se instalassem e já era difícil ter mão neles, perorou Eduardo: era um «agradecimento envenenado.» Tinha havido tiroteio e o governador não sabia o que fazer. N'Dele admitiu que o problema era «grave» e a UNITA não ia estar «com meias-medidas»: num mês resolveria a questão, afiançou. Ajudaram a SWAPO a «lutar contra a agressão dos respectivos governos», mas «estavam a aproveitar para recrutar angolanos e a concretizar uma política de separação do território». Iriam «romper o acordo»¹⁰³⁰.

Na Lunda ainda não havia problemas, mas o governador mandara um recado: «*Mandem menos papéis e venham cá mais!*»¹⁰³¹ No Bié, «os quartéis disponíveis estavam todos ocupados pela UNITA, que teria de libertar alguns para as forças do MPLA e da FNLA» que estavam prestes a chegar, as quais já tinham avisado que seria muito «aborrecido» se tivessem «de recorrer à força...» No Cuando Cubango os quartéis devolutos também já estavam preenchidos: em Serpa Pinto, não havia instalações para todos. No Sul, o dispositivo das FAP encontrava-se já «bastante rarefeito» e faltava definir os imóveis do Estado a ceder aos Movimentos, caso contrário assistir-se-ia «à ocupação pela força»?¹⁰³² Em Moçâmedes, «o MPLA instalara-se nos edifícios da Cooperativa de Fomento e Pescas» e a UNITA queria ocupar o Forte (antiga prisão da PIDE) que lhe fora cedido temporariamente¹⁰³³. A FNLA ocupara o Campo de São Nicolau e o MPLA o aeroporto de Santa Comba. As FAP mantinham-se no quartel de Benguela (que estava «quase em ruínas») e no Novo Redondo ficariam apenas com dois quartéis: o da Vila e o de Quibala Sul, embora estivesse imprestável: não tinha retretes nem chuveiros, a cozinha estava em escombros e o pessoal vivia «como animais». Como o comando era «fraco» e estava «desmotivado» esses dois grupos de combate seriam transferidos para Nova Lisboa¹⁰³⁴. Eram cedidos aos Movimentos os aquartelamentos de Porto Amboim, Gabela, Vila Nova de Seles, Calulo, Mussende e Santa Comba¹⁰³⁵.

Após a reunião o Alto-Comissário alertou Costa Gomes para o risco iminente de uma invasão militar zairese e congoleza em Cabinda. A maioria da população a sul do rio Dinge estava «incondicionalmente com a FLEC, sendo hostil à presença das FAP e do MPLA», que usava a «força para se impor junto da população». Em Abril seria enviada uma FMM com 24 companhias: esperava que fosse suficiente; assinalando no fim: «*Proseguem os actos de violência por parte de todos os Movimentos.*»¹⁰³⁶ No dia 20 de Março chegava a ordem de retracção das FAP em Angola «logo que fosse possível». Baptizada de *Raio Azul*, a directiva determinava que só permaneceriam unidades «em Luanda, Luso, Nova Lisboa e Cabinda». Os comandos territoriais substituíam as três Zonas Militares (Norte, Centro e Sul) e haveria apenas dois comandos: em Luanda e Cabinda, além do Comando Operacional do Lobito-Benguela. A retirada ia começar. A Metrópole não enviaria reforços e os Movimentos já ocupavam quase todos os quartéis, mas aos soldados portugueses era dito que deveriam cumprir a sua patriótica missão até ao fim, porque descolonizar não era abandonar¹⁰³⁷. Em Lisboa também o primeiro-ministro o exortava: «*Os nossos militares deixaram de ir para a guerra. Mas isto não quer dizer que não possam ainda vir a ter de combater. Porque nós temos deveres a cumprir com*

o Ultramar de acordo com os compromissos que assumimos.» Portugal estava «a desenvolver um processo de descolonização ímpar na história», não se devendo voltar as costas aos africanos que tendo ficado «na miséria» necessitavam do apoio português¹⁰³⁸. A directiva reproduzia (quase fielmente) as ênfases do discurso de Vasco Gonçalves. Constituída por nove «objectivos psicológicos de mentalização» alertava para o perigo «de um descalabro na descolonização de Angola»: iria favorecer a reacção e comprometer seriamente a democratização e o prestígio de Portugal no estrangeiro, «fechando-lhe os apoios económicos» externos de que precisava. Iria ainda agravar a situação económica do país que, «de maneira nenhuma», poderia «suportar o êxodo maciço de brancos de Angola para Portugal»¹⁰³⁹. Era, por isso, essencial combater a ideia errada e altamente reaccionária que «não estamos a fazer nada em Angola» bastante propagada no território.¹⁰⁴⁰ Aos refractários era dito que não ir para Angola «seria um acto de traição ao MFA»¹⁰⁴¹ e ao Estado português. «Ninguém te pode dizer agora como se fazia: estás aqui em Angola a defender a tua pátria como se estivesses a defender o Minho ou o Algarve. Porém, estás hoje em Angola a defender os compromissos que o teu país assumiu juntamente com os Movimentos.» Ser leal à pátria era estar «com a revolução em curso». Os que não subscreviam este ponto de vista pretendiam «naturalmente opor-se à Revolução». Porque (como era sublinhado) dentro das Forças Armadas «os reaccionários são uma minoria, mas existem»¹⁰⁴².

Os Movimentos preparavam-se para o confronto: o ELNA reforçara-se com mais 1.500 soldados e ocupara a Fortaleza de São Pedro da Barra à entrada na baía de Luanda. As FAPLA teriam transportado do Congo para Belize (em Cabinda) «alguns milhares de armas» e tinham ocupado o Forte de Moçâmedes. Esperavam contar em breve com 25.000 efectivos (número de fardas já encomendadas). As zonas mais susceptíveis de atrito entre os dois Movimentos eram, em meados de Março, Caxito (Luanda); Ambrizete (Zaire); Dala (Lunda) e Teixeira de Sousa (Moxico). O ELNA actuava de forma cada vez mais «arbitrária e extremamente violenta» nas zonas que dominava. Em Quimbele, após o lançamento de uma granada, vandalizara e saqueara «várias residências, tendo um militar violado a filha menor de um casal»¹⁰⁴³. As FAPLA controlavam as vias de acesso ao Caxito (a norte de Luanda) e continuavam a recusar terminantemente sair do Forte de Massangano, a sul da capital, dois pontos estratégicos na defesa da cidade. Sendo difícil (como referiu Melo Antunes) «determinar com precisão o momento em que terá sido negociado o envio de conselheiros militares soviéticos e cubanos»¹⁰⁴⁴ para Angola, segundo Juan Benemelis terá sido em finais de 1974 que Havana colocou «no velho forte português de Massangano, a cerca de 70 quilómetros a sul de Luanda, um grupo de instrutores cubanos»¹⁰⁴⁵. Para Rigoberto Milan (ex-guarda-costas de Fidel Castro que «participou directamente na campanha angolana»), os primeiros cubanos a chegar a Angola foram 16 instrutores das Tropas Especiais «sob as ordens do comandante Estebanell»¹⁰⁴⁶. Segundo Passos Ramos, a existência de cubanos em Angola era conhecida: «Houve sempre uma presença de conselheiros, mais ou menos discreta.»¹⁰⁴⁷ Savimbi acreditava que já lá estariam durante a Cimeira do Alvor: «Embora desconhecendo-se o seu número exacto, é indesmentível que os cubanos começaram a chegar a Angola em Janeiro de 1975.» Não obstante «em Massangano, em Luanda ou numa outra base os seus efectivos não irem além de uma centena»¹⁰⁴⁸.

O Forte foi ocupado pelo MPLA em Dezembro de 1974 mantendo toda a área envolvente hermeticamente controlada; ao ser «fisicamente ameaçado» pela população, o chefe do Posto tinha fugido¹⁰⁴⁹. A 15 de Fevereiro de 1975 a zona estava sob controlo das FAPLA que interditaram «o acesso à povoação». A PSPA do Dondo tentara desalojá-las mas sem resultado: revistaram a viatura da Polícia e ameaçaram «minar o acesso à povoação»¹⁰⁵⁰. Em 20 de Fevereiro, o automóvel onde seguiam o segundo-comandante do batalhão de Artilharia e um capitão foi cercado no Dondo e os oficiais

ameaçados com armas e insultados por terem ido à delegação local pedir «colaboração para visitar Massangano»¹⁰⁵¹. No final de Fevereiro, os combatentes permaneciam na Fortaleza e no posto administrativo, «efectuando um rigoroso controlo na área com a finalidade de impedir a entrada de todo o pessoal não afecto ao Movimento»¹⁰⁵². Também fora enviado um esquadrão de reconhecimento para os intimar a sair, mas sem êxito¹⁰⁵³. Em 10 de Março era confirmado: o comandante recusava «terminantemente abandonar o edifício da administração» e avisara que se tentassem desalojá-lo resistiria com 150 homens. Na véspera «nove militares portugueses (possivelmente em excursão) visitaram Massangano numa camioneta de turismo, forçaram a entrada (que lhes foi negada) e esteve iminente um confronto.»¹⁰⁵⁴

Por o comandante apenas obedecer ao seu Estado-Maior (sediado em Vila Alice) foram enviados a Massangano no dia 14 Março, o comandante Câmara da Cafuma e o comandante português em Dalatando (Salazar). Cafuma foi de helicóptero e seguiram ambos de automóvel para Massangano. Durante o caminho, «pela conversa inicial» o coronel depreendeu que o comandante «não sabia muito bem qual era a sua missão nem quais as ordens precisas que deveria dar». O MPLA justificava «o interesse especial» no Forte para nele instalar o presidente Neto, o que era «incompreensível» pois não possuía as mínimas condições de alojamento. Em todas as tentativas anteriores, as tropas portuguesas tinham sido «sempre mal recebidas» e temia que desta vez não fosse diferente. À entrada da estrada para a localidade, mandaram-nos parar; na segunda barreira ordenaram-lhes que saíssem do veículo a centenas de metros da entrada do Forte. Os edifícios estavam todos ocupados. Os soldados apresentavam-se «mal fardados ou sem farda, mas muito armados, exageradamente armados, com todas as espécies de armas: de caçadeiras a anticarros». Soube que seriam 180 homens (um esquadrão) chefiados por Ser Hábil. Os dois comandantes das FAPLA (Cafuma e Ser Hábil) conversaram a sós, proferindo depois o chefe local um discurso inflamado de «quase choro» às repetidas «palavras de ordem de ódio ao branco, ódio ao colonialismo», durante o qual acusou as FAP de quererem «impor a opressão», mas não o conseguiriam porque finalmente chegara a hora do «povo no Poder»¹⁰⁵⁵. Intitulava-se Ser Hábil, explicou, por ser perito em enganar o branco: os portugueses queriam o Forte para a FNLA, mas isso nunca iria acontecer; se tentassem, receberia «todos a tiro». «Os portugueses aqui não entram!», disse. Cafuma rendera-se ao «palavreado» do orador e no fim também já gritava: «*Se alguém romper a barreira, fogo!*» Talvez fosse boa ideia os dois chefes militares irem a Luanda falar com Jacob Caetano (o Monstro Imortal), propôs o coronel. Aceitaram. No exterior concentrara-se «muito povo». Quando saíram «começaram os insultos». Foram «apupados por uma grande multidão» e houve murros contra o automóvel. Dentro do carro Ser Hábil disse-lhe: «*Como vê, o povo manda.*» Não queriam qualquer administrador porque Massangano não era uma povoação mas uma base do MPLA criada ainda antes do Alvor e, como os quartéis ocupados até 31 de Dezembro eram intocáveis, fariam guerra para não sair. Não valia a pena «insistir na reocupação» do Forte, concluía o coronel no final do seu manuscrito, nem o ELNA deveria lá se instalar. Se o fizesse, haveria guerra e as 4.000 pessoas que viviam «ali à volta fariam a vida negra à FNLA». A recomendação representava «uma atitude de fraqueza», reconhecia, mas era «o mais prudente» a fazer. O governo entregasse o assunto aos políticos porque ele não fora capaz de o resolver: «*Não consegui convencê-los de que não há feudos privados dos Movimentos. Expliquei-lhes que também o MPLA gostará de penetrar na zona da UNITA, e que em Camabatela, terra da FNLA, estes admitiram um quartel do MPLA ali mesmo ao lado. Nada resultou: “O povo é que manda”.*»¹⁰⁵⁶

No caminho, convidou os dois comandantes «para uns bifés e umas cervejas» em Viana. «Ser Hábil amansou» e até o aliciou «a ficar em Angola, com o MPLA. «Branco como o camarada coronel havia poucos» (disse) e se ficasse já poderia visitar o Forte «e levar a máquina fotográfica»¹⁰⁵⁷. Reconhecia

Ferreira de Macedo que a situação descrita era «grave»: não tanto pela ocupação do recinto, mas pelo «desrespeito à autoridade». Além que a recusa em o abandonar iria dar à FNLA «um pretexto para tomar posições idênticas noutros locais». «Este Poder não representa a vontade do povo, mas de alguns agitadores e condutores de massas e da opinião pública que o manejam a seu belo prazer. A afirmação de que se trata de uma base é irrelevante. Não se pode admitir que se organizem e instalem em locais habitados, aos quais deve ter livre acesso toda a população de Angola», escreveu. O comandante da RMA também considerava «inconveniente» insistir-se na desocupação do Forte: os portugueses arriscavam-se a ser «desrespeitados», o que constituiria «uma situação de extrema gravidade» e era desaconselhável a FNLA tentar entrar em Massangano¹⁰⁵⁸. As FAPLA ficaram. No início de Maio um helicóptero foi alvejado quando sobrevoava a área¹⁰⁵⁹. Em Junho permaneciam no Forte¹⁰⁶⁰ que continuou inexpugnável até depois da independência, quando a CIA reportou estarem «meia dúzia de instrutores cubanos alojados juntamente com conselheiros militares soviéticos em Massangano»¹⁰⁶¹.

Mágoas de Março

Contrária à escolha de Silva Cardoso para Alto-Comissário e não confiando nele – por o considerar demasiado brando e excessivamente influenciável pelos que o rodeavam, incluindo a mulher, uma luso-descendente de Nova Jérnia – a Coordenadora transferiu-se antes da chegada do general da Fortaleza de São Miguel para o Palácio, ficando a escassos metros do seu gabinete. Os encontros entre o Estado-Maior de Angola e a CCPA (que assim formavam o Conselho Coordenador) eram diários, frontais e enervantes. «Passados 15 dias, já havia uma tensão tremenda», diria o general¹⁰⁶². No início de Março, um episódio agravou ainda mais a desconfiança existente: no dia 6, Silva Cardoso disse ter sido informado sobre um «suposto golpe militar do MPLA com o apoio de algumas unidades» portuguesas. A ideia seria tomar o Poder e afastar alguns ministros angolanos. Os indícios consistiam «na chegada a Luanda de 18 a 20 elementos do PCP» e na tentativa de aliciamento de um cabo ao comandante da sua unidade «para uma acção conjunta com o MPLA». Também era tida por suspeita «a permanência assídua de elementos do MPLA junto da CCPA» e «a insistência» com que este Movimento pedia a entrega do material (canhões 122mm e morteiros) transportado pelo Dakota» apreendido semanas antes e cuja devolução sempre tinha sido negada¹⁰⁶³.

Nessa noite, segundo Almendra, Silva Cardoso convocou os três comandantes militares – general Ferreira de Macedo (Exército), o brigadeiro José Valente (Força Aérea) e o comodoro Leonel Cardoso (Marinha) –, além do secretário-geral Gonçalves Ribeiro e do director do GAP Fernando Trovão, e disse-lhes que talvez naquela noite ocorresse «um assalto ao Poder por parte do MPLA com a conivência de algumas unidades: o Regimento dos Comandos; a Polícia Militar e o batalhão do Granjo de Matos». O que se deveria fazer? O comandante do COPLAD propôs que a informação ficasse circunscrita aos presentes enquanto colocava algumas «tropas de prevenção rigorosa.»¹⁰⁶⁴ Chamou os comandantes das unidades não referidas, «o coronel Vinhas, o Baptista e o Ramos Gonçalves», partilhou a alegada conspiração e pediu-lhes que ficassem no Comando «depois de jantar», porque durante a noite a coisa iria «reventar». As casas dos comandantes sob suspeita foram postas sob vigilância, mas numa delas não havia sinais de estar habitada: uma luz acesa ou o mínimo movimento. O comandante que nela residia encontrava-se em Lisboa. Quando se apercebeu disso, Almendra mandou abortar a operação: tratar-se-ia de um embuste e não estava a decorrer qualquer golpe. Quando os comandantes em causa souberam terem suspeitado deles ficaram ofendidos. A Coordenadora também não gostou e na manhã seguinte inscreveu em acta não estarem «criadas condições objectivas para um trabalho de mútua confiança entre a CCPA e o Alto-Comissário». Dever-se-ia «evitar a todo o custo

uma guerra aberta» com o general, mas era preciso travá-lo: «*Não sabe até onde pode ir nas suas atitudes, pelo que deve ser a CCPA a mostrar-lhe.*» Mesmo que os delegados não fossem aceites nas reuniões com os chefes dos ramos, queriam «saber os assuntos tratados»¹⁰⁶⁵. «Ficaram melindradíssimos» por serem «excluídos» e exigiram um encontro com Silva Cardoso, nessa mesma noite, refere Almendra. Silva Cardoso pediu-lhe que fosse ao Palácio. Na sala estavam os nove delegados da CCPA (três de cada ramo) aos quais resumiu o que sucedera na véspera: havia suspeitas de conluio da CCPA e de alguns oficiais portugueses num golpe para o MPLA ficar sozinho no governo, mas o resultado fora inconclusivo. Com os nervos à flor da pele foram proferidas acusações mútuas, os ânimos exaltaram-se e, no fim, Silva Cardoso desmaiou¹⁰⁶⁶.

Dias depois, no plenário de oficiais de Nova Lisboa, o capitão Ramalho transmitiu o que sabia: o Alto-Comissário fora informado que entre «5 e 15 e de Março haveria um golpe do MPLA com o apoio dos Comandos, Cavalaria (os Dragões) e a PM, e Trovão mencionara a chegada «a Luanda de vários elementos do PCP». A CCPA refutou a acusação: reunia «todas as semanas com representantes dos Movimentos e os mais assíduos» eram os do MPLA que desejavam ser esclarecidos. Uns dias antes (disse o major Cassote) uns sujeitos do MPLA tinham-lhe perguntado em Serpa Pinto: «*Se houvesse uma sublevação do MPLA qual seria a posição das FAP?*» Um outro apoiante do MPLA tinha dito ao capitão Centeno ser «necessário uma guerra civil e quanto mais cedo melhor», dando a entender que as FAP bateriam «armas pelo MPLA». No entanto, poderia ser apenas a opinião do indivíduo em causa, ressalvou¹⁰⁶⁷.

No dia 12 de Março sabia-se que as FAPLA tinham ocupado a Gafaria no Moxico, depois da saída dos Fiéis, que lá tinham deixado «num paiol improvisado muitas granadas de morteiro e bazucas». Admitia-se que o material já estivesse na posse do MPLA¹⁰⁶⁸. Uma semana depois o comando da Zona Militar Leste comunicava a Luanda que as FAPLA tinham levado do ex-acampamento dos catangueses no Cazombo «uma grande quantidade de material de guerra»¹⁰⁶⁹. A 20 de Março o ELNA destruiu as instalações dos Pioneiros do MPLA em Luanda¹⁰⁷⁰; nesse dia, as FAPLA ripostaram, capturando e alvejando várias vezes o chefe da delegação da FNLA José Pedro Sebastião, que dera entrada em estado crítico nas urgências do Hospital de São Paulo¹⁰⁷¹. Na madrugada de dia 23, as FAPLA atacaram «as instalações da UNITA e da FNLA» na cidade. Segundo a CCPA, o ataque provocara quatro mortos do ELNA e um das FALA¹⁰⁷². Os confrontos teriam começado quando um militante da FNLA foi ferido ao passar em frente à sede do MPLA na Horta. Ao sabê-lo, a FNLA enviou uma patrulha que também foi recebida a tiro. Já havia «mortos» e muitos prédios estavam a ser revistados pelos soldados dos dois Movimentos, em busca de armas ou adversários escondidos¹⁰⁷³. Os confrontos (que envolveram armas automáticas) prolongaram-se «durante várias horas, tendo sido enviados reforços para a zona». Continuaram «pela noite de 23 para 24 e durante a manhã»¹⁰⁷⁴. Pelas 2h00 da madrugada a delegação da Avenida do Brasil da FNLA foi bombardeada com morteiros e lança-granadas e nos três dias seguintes «houve guerra por causa daquele ataque»¹⁰⁷⁵. Os confrontos «continuaram no dia 24 com tiros, rajadas e alguns rebentamentos em quase todos os bairros suburbanos; foram alvejadas viaturas civis, uma delegação do MPLA e uma outra da FNLA». Só pararam a partir das 20h00 do dia 24, depois de lido na rádio o comunicado dos respectivos comandantes militares «ordenando a cessação das hostilidades e a recolha aos quartéis». Outros pontos do país estavam sob fogo cruzado: em Quibaxe havia tiroteio entre o MPLA e a FNLA¹⁰⁷⁶, e desde a madrugada de dia 23 que ecoavam «rajadas de armas automáticas» no Lubango, Lobito e Huambo¹⁰⁷⁷.

Após dois dias mais calmos, Luanda foi de novo assolada pelos estrondos dos rebentamentos. Nos dias 26 e 27 de Março, os beligerantes utilizaram todo o arsenal que nos meses anteriores tinham colocado clandestinamente na cidade: «espingardas, metralhadoras ligeiras e pesadas, lança-roquetes e

morteiros»¹⁰⁷⁸. Nessa noite o fogo chegou ao Bairro do Saneamento (onde viviam os membros do governo), com o intuito de afugentar os governantes indesejados. Também nessa noite, o Ministro da Economia, Vasco Vieira de Almeida, teve de se recolher com a mulher no Palácio. «*Foram buscar-me de Chaimite a casa que começou a ser bombardeada com foguetes. Durante o bombardeamento telefona-me o Lopo e diz: “Ó Vasco, é só para te avisar de uma coisa: não temos nada contra ti, tu és nosso amigo, desculpa o mau jeito, mas a tua casa tem de ser destruída.” Eu respondi: “Obrigado. Acontece que eu estou cá dentro. Vocês não podiam esperar um pouco?” “Oh pá, isso não pode ser; tem de ser já.” Bom, acontece que eu não podia sair porque todo o Bairro Saneamento estava a ser atacado, eram tiros por todo o lado nas enfiadas das ruas até que me foram buscar às 5h00 da manhã.*»¹⁰⁷⁹

Entre os dias 25 e 26 de Março deram entrada no Hospital de São Paulo «81 feridos, alguns em estado muito grave e 21 cadáveres de desconhecidos, vítimas do intenso tiroteio de armas ligeiras e pesadas». Na tarde do dia 27 de Março o governo suspendeu «a programação em todas as emissoras e ao cair da noite foi determinado o recolher obrigatório a toda a população». Pela rádio o Alto-Comissário pediu aos oponentes que se mantivessem «nos quartéis, dia e noite», anunciando que o patrulhamento da cidade «seria feito exclusivamente» pela tropa portuguesa durante a noite e pelas FAP e as FALA durante o dia¹⁰⁸⁰. Convocados ao Palácio os ministros e os comandantes dos três Movimentos, Kabangu disse que iria «morrer à frente dos seus homens». José Valente insinuou que os tumultos tinham sido instigados por «agitadores» recém-chegados de Lisboa com ligações à Casa de Angola (afectos ao MPLA), contrapondo Sabino Guerreiro que a UNITA assaltara o posto fronteiriço de Santa Clara e que a FNLA continuava a expandir-se «nas zonas do Uíge, Malange e no eixo rodoviário Henrique de Carvalho-Luanda». Além de alguns Movimentos (leia-se a FNLA) terem nas suas fileiras alguns oficiais que tinham sido expulsos de Angola (como Gilberto Santos e Castro). Se tinham aderido era «da responsabilidade deles», ripostou Silva Cardoso: as FAP não podiam tomar partido ou perseguir uma das partes; tinham de agir como «estrangeiros» e «trabalhar com todos independentemente da ideologia»¹⁰⁸¹. Na véspera o general falara com Costa Gomes e ficara «decidido convocar uma nova cimeira» com todos, mas dada a conflitualidade entre eles – tinham «alergia política uns aos outros», disse – não se poderia saber se e quando haveria resposta¹⁰⁸². «Se já houvesse quartéis em Luanda para as FMM e fora de Luanda para as forças dos Movimentos não integradas não se teria verificado esta situação», censurou Martins e Silva.

Na noite de 26 de Março, Melo Antunes (recém-empossado MNE) e Almeida Santos partiram para Luanda. À chegada à capital «bastava ter ouvidos para registar o ruído dos tiros esporádicos», escreveu o antigo MCI¹⁰⁸³. Durante o *briefing* do comandante do COPLAD, o MNE perguntou se tinha havido «um acréscimo de ultra-esquerdismo» entre os oficiais milicianos» em Angola por causa da viragem à Esquerda em Portugal. Nos furriéis tinha sido notada, respondeu Martins e Silva, «principalmente nas unidades recém-chegadas de Portugal», aditou o capitão Simões. Questionado sobre o potencial bélico de cada Movimento na cidade, Almendra referiu não existirem «números precisos»: a FNLA «sem grande erro» teria «cerca de 2.000 homens armados de armas automáticas, granadas de mão, canhões sem recuo, lança-roquetes e morteiros». O MPLA possuía «armamento idêntico, menos efectivos e mal treinados», mas tinha as «populações armadas». Luanda estava ocupada por três exércitos que se controlavam mutuamente. Havia um outro risco iminente, alertou Silva Cardoso: a FNLA pedira «reforços ao Norte», de onde poderiam chegar 5.000 homens, mais 1.500 de Chipenda. Quantos militares tinha cada Movimento?, perguntou Almeida Santos. «A FNLA teria entre 12.000 e 15.000 homens; o MPLA rondaria os 8.000 não estando todos armados e a UNITA entre 6.000 e 8.000.» E para qual pedia a população branca? «Inicialmente para o MPLA, agora para a FNLA e a UNITA»,

continuou a responder o general. Como todos queriam controlar a cidade, talvez fosse melhor Luanda passar a «zona neutra» (livre de armas), aventou o MNE. Ideia louvável mas inviável: como expurgar as armas do Poder Popular? Seria «impossível desarmar o povo»¹⁰⁸⁴.

A presença dos dois ministros permitiu assinar com os Movimentos o protocolo de 28 de Março que previa (como Martins e Silva reclamara) a atribuição às FMM de três quartéis em Luanda e a cedência de «instalações adequadas e condignas» aos oficiais dos exércitos angolanos¹⁰⁸⁵. No prazo de uma semana cada Movimento deveria fornecer 500 homens para a FMM de Luanda e 1.000 para o CPA e serem apreendidas todas as armas de guerra não legalizadas detidas por civis. Em Luanda, cada Movimento só poderia ter 15 delegações. Teriam de trocar prisioneiros e de evacuar os efectivos em excesso quando a situação normalizasse. No dia 28 de Março as armas calaram-se, mas prosseguiram «prisões, revistas a casas e viaturas por elementos de ambos os Movimentos, apesar do pedido para se manterem recolhidos nos quartéis»¹⁰⁸⁶. Em Lisboa (em escala rumo à Holanda) Neto disse duvidar «da utilidade dos acordos de reconciliação» como o que fora assinado. Na verdade, o tiroteio recomeçou na segunda-feira, perto da sede da FNLA¹⁰⁸⁷. Uma semana depois de assinado, o Comando referia que uma análise superficial ao Protocolo permitia detectar «certos defeitos» que o inviabilizariam: «dois dias para atribuição às FMM de três quartéis eram, à partida, insuficientes». Só uma parte dos prisioneiros fora libertada e o mandado de prisão pertença em exclusivo do Poder judicial tinha sido «também ignorado.»¹⁰⁸⁸

Para Carlucci era evidente que Lisboa tinha perdido o controlo da situação. Estariam em Angola 30.000 a 32.000 soldados nacionais, obviamente insuficientes se eclodisse uma guerra civil antes de Novembro: «*Uma vez concedida a independência a uma antiga colónia, não havia nela nenhum soldado português disposto a arriscar o pescoço para assegurar a lei e a ordem.*» Como não o estaria «para proteger os angolanos brancos». Reportava ainda o embaixador americano que o almirante Pinheiro de Azevedo lhe confienciara até ser bom haver um conflito armado para o Poder ser dado, em Novembro, a um único Movimento: «*Uma guerra civil em Angola nem seria mau de todo porque a união dos três Movimentos era irrealista: a guerra poderia eliminar os fracos e abrir caminho a um Estado de partido único como em Moçambique.*»¹⁰⁸⁹

Silva Cardoso informava Costa Gomes: «*Os acordos com os Movimentos são contínua e permanentemente violados*». A FNLA estava a reforçar «o potencial militar em Cabinda com forças armadas vindas do Zaire» e tinham sido «tomadas medidas para impedir a chegada de mais reforços» do ELNA a Luanda¹⁰⁹⁰. A ideia era impedir-lhes a passagem na ponte do Lifume; seriam «sustidas» mas sem o emprego da força. Ao seu encontro (de helicóptero) iriam dois dirigentes da FNLA e o major Ferreira Pinto da Força Aérea que, no dia seguinte, informou: as forças do ELNA tinham concordado em ser divididas e posteriormente aquarteladas em Ambrizete e Ambriz «até receberem ordens para regressarem ao Zaire ou para seguirem Cuando-Cubango»¹⁰⁹¹. A CCPA considerava que Silva Cardoso tinha sido demasiado benevolente com a FNLA, entre outros motivos, por a Força Aérea não ter bombardeado a coluna. O episódio agudizou o já difícil relacionamento existente, levando cada parte a dizer abertamente o que pensava da outra: se o general acusou a Coordenadora «de parcialidade a favor do MPLA», de não cumprir as suas decisões, não redefinir a sua missão e «não dar rendimento», os delegados opinavam no mesmo tom reprobatório: Silva Cardoso não tinha «capacidade de decisão, não aceitava as propostas da CCPA, fazia uma incorrecta avaliação da situação, cedia à «influência negativa» de José Valente e agia em circuito fechado, não pedindo «conselhos aos outros comandantes dos ramos». Para o tenente-coronel Vilalobos existia claramente «um divórcio» de posições: Silva Cardoso ousara criticá-los por não terem actuado no accionamento do dispositivo para «deter a coluna da FNLA que se dirigia a Luanda», disse aos seus pares. O capitão Castro Guimarães subscrevia: o

general era «reaccionário», não tinha «capacidade política» nem decidia, por pensar «ser esse o seu papel de árbitro». «A manutenção deste Alto-Comissário é incompatível com a continuação deste processo», concluiu. Gomes de Abreu explicou porque a CCPA tinha sido responsabilizada pelo incumprimento da ordem: Silva Cardoso afirmara ter dado ordem à meia-noite para a coluna da FNLA ser detida, desconhecendo que já não havia tropa portuguesa no Ambriz, portanto, quem estava na posse dos dados é que deveria ter agido.¹⁰⁹² Vilalobos escutara uma conversa telefónica em que José Valente dissera a alguém da FNLA que «os Páras não iriam matar ninguém desde que não actuassem contra eles»; talvez a coluna tivesse sido avisada, pois ainda não tinha chegado à ponte do Lifume¹⁰⁹³. De qualquer modo, disse Silva Barata, o general não poderia continuar em funções pois oscilava entre a CCPA e Valente, e estava a «fazer o jogo do ministro Kabangu» ao decidir que «não empregaria a força contra a coluna da FNLA, mas resolveria o problema pelo diálogo».

Desde que entrara para a Coordenadora em finais de Janeiro (quando «só tinha dois meses de Angola»), disse o major Gomes de Abreu, sempre escutara duas opiniões distintas sobre Silva Cardoso: «era isento, desempenhara um papel importante como elemento da Junta» e não «embarcou nas jogadas» de Rosa Coutinho. Mas também era «indeciso e pouco firme, cedia perante o mais forte»; era «conservador» e precisava «de ser muito acompanhado». As desconfianças em relação à CCPA eram recíprocas e óbvias desde o início e chegara-se a uma «posição de ruptura», admitiu. Pois só procurava «apoio para as suas decisões» em Gonçalves Ribeiro e Valente. O contencioso só seria resolvido «com a saída de um dos oponentes, após ser ouvido o Conselho da Revolução». Parecia-lhe «inevitável a confrontação armada» entre os nacionalistas, mas se houvesse uma nova cimeira poder-se-ia «aproveitar a oportunidade para substituir o Alto-Comissário». Mantê-lo em funções significaria «a derrota política do MFA em Angola», mas era preciso ter muito cuidado ao «denunciar» o caso, pois provocaria certamente «confusão em Angola e cisão nas FA em Portugal». Na próxima reunião com Melo Antunes, concluiu, deveria mostrar-se ao MNE que o general não era «garante de nada» e a CCPA ameaçar com a demissão em bloco se não fosse exonerado¹⁰⁹⁴.

Martins e Silva concordou: Silva Cardoso demonstrava «falta de decisão e de esclarecimento político», «uma grande ingenuidade», sem contar com a «actuação inconveniente» de Gonçalves Ribeiro. Não compreendia que existia naquele momento uma luta pelo Poder em Angola, perante a qual «as FAP teriam de manter uma posição», disse. Soares Rodrigues subscrevia: «*Está fora do espírito do Programa do MFA. É incapaz de compreender o processo em curso.*» Para Guimarães, se continuasse no cargo a pretensão de ajudar os progressistas (o MPLA) estaria ameaçada: «*Se não sair, dará origem a uma solução neo-imperialista para Angola e o MFA não estará cá a fazer nada.*»¹⁰⁹⁵ Se, «por motivos políticos», não fosse possível substituí-lo, teria de se definir «uma linha que lhe será imposta e que deverá ser progressista». Estava traçada a neutralidade activa oficializada seis semanas depois¹⁰⁹⁶.

Dois dias depois, Guimarães aludiu de novo à acusação de desobediência feita por Silva Cardoso à CCPA por causa da barragem da coluna: a Coordenadora não recusara cumprir a ordem, considerava era que «os Páras a deveriam interceptar». O general até tinha dito não ser necessário accionar mais nenhum dispositivo porque «se houvesse notícias da saída da coluna, os Páras sairiam» para a travar. Além disso, Silva Cardoso e Valente tinham sabido do avanço da coluna ao fim da tarde, mas só tinham transmitido a ordem depois de anoitecer quando era tarde demais, pois seria «utópico montar um dispositivo de noite». Vilalobos corrigiu o camarada: não tinha sido exactamente assim. Eram 22h30 do dia 28 de Março quando informou ter sabido pelo Sector Militar Norte que a coluna do ELNA se dirigia para Luanda. Na sala estavam os ministros Almeida Santos e Vasco Vieira de Almeida, o Alto-Comissário e Valente. O MCI disse que «não havia nada a fazer»; «não podíamos tomar uma atitude de força ou seríamos acusados de genocídio». A pensar desse modo «deixamos que eles venham cá e nos

arranquem a pele», terá retorquido Vieira de Almeida¹⁰⁹⁷. «No tocante à detenção da coluna da FNLA sentia ser sua culpa», confessou Vilalobos, quanto «à tomada tardia da decisão pois contactou o major Edgar e não o brigadeiro Valente», mas fizera-o para haver «um mais rápido accionar de meios».

Independentemente disso, Silva Cardoso não era fiável: sonegava informações à Coordenadora e quando ia aos locais dos incidentes fazia-se «acompanhar pelo comandante do COPLAD e não pelo representante da CCPA». Era preciso falar com Melo Antunes. Se não fosse deposto deveriam «ir elementos da CCPA a Lisboa tratar do assunto». Informariam o MNE da incompatibilidade criada, o diferendo era exposto ao Conselho da Revolução e após a nova cimeira o general deveria deixar Angola, detalhou Silva Barata. Gomes de Abreu interveio: se iam a Lisboa para apresentar motivos contra o general, antes dever-lhe-ia «ser comunicado, por uma questão de lealdade»¹⁰⁹⁸.

Massacres em Luanda

Durante a breve estada dos dois ministros portugueses em Luanda foi noticiado pelo correspondente da Agência Noticiosa e de Informação (ANI)¹⁰⁹⁹ que o ELNA massacrara nessa semana 50 recrutas do CIR Hoji-ya-Henda. Os jovens tinham sido «fuzilados sumariamente» numa estrada do Caxito: *«A matança foi feita com requinte de crueldade; os homens foram capturados num ataque-surpresa e mandados subir para um camião que os levou até um sítio isolado. À medida que iam descendo eram abatidos com rajadas de metralhadora. A certa altura, vendo a sorte que os esperava, os presos largaram-se para baixo da viatura numa tentativa desesperada de fuga. Porém, o fogo das metralhadoras abateu muitos deles. Alguns conseguiram escapar, fingindo-se mortos. Menos sorte tiveram os que se encontravam gravemente feridos, pois não podiam disfarçar o seu estado: a esses foi aplicado um tiro de misericórdia.»*¹¹⁰⁰ O comunicado do Colégio Presidencial (elaborado na presença dos dois ministros) considerava o texto falho «de objectividade e tendencioso». O jornalista teve ordem de expulsão, mas pediu em sua defesa que se ouvissem as fontes da notícia. A CND tentou saber de imediato o que acontecera. O chefe da direcção de informações Rebelo Marques soube pelo GEI no Caxito que na manhã de 26 Março correra o boato do ataque aos homens da base Hoji-ya-Henda: *«Um mulato que se encontrava ferido relatou terem sido detidos pelo ELNA e mantidos presos na Fortaleza de São Pedro da Barra.»*¹¹⁰¹ Segundo a vítima, mais de 100 homens do MPLA tinham sido «metidos em duas viaturas e conduzidos a uma das bases da ELNA, mas na estrada Luanda-Caxito (no desvio da Barra do Dande) amotinaram-se e apoderaram-se de uma ou duas armas» para tentar fugir e foi quando pararam o camião e assassinaram mais de 50 homens, ferindo 24. De acordo com este testemunho, seriam, portanto, 74 homens.

Constituída a comissão de inquérito¹¹⁰² foi apurado que o caso se relacionava com os confrontos ocorridos em Luanda no fim-de-semana anterior. Um sobrevivente disse ter ido no sábado (dia 22 de Março) com mais de 100 soldados do CIR Hoji-ya-Henda a Luanda descarregar quatro caixas de pistolas-metralhadoras. Na segunda-feira de manhã (dia 24) 12 deles (armados) mais 18 camaradas aos quais deram boleia (desarmados) regressavam à base quando foram cercados no Quifangondo por soldados do ELNA: obrigaram-nos a descer, a despir-se e foram levados para o quartel «onde os agrediram “à coronhada, ao pontapé e à chapada”». Na manhã seguinte (dia 25) foram conduzidos à Fortaleza da Barra onde estavam «em condições desumanas para cima de 100 indivíduos sofrendo maus-tratos»¹¹⁰³. Nessa noite, «74 presos, a maior parte com os pulsos amarrados e vestindo apenas calças, foram obrigados a entrar para as camionetas». Após a bifurcação, mandaram os prisioneiros descer do camião; os primeiros «foram prontamente abatidos». *«Vendo a sorte que os esperava, os outros começaram a saltar da camioneta procurando a fuga, mas caíram alvejados pelas armas*

automáticas. Os que não chegaram a saltar foram ceifados pelas balas. Alguns salvaram-se da morte por se fingirem mortos ou por terem sido dados como tal. Retirados os corpos da viatura, dispuseram-nos em monte. A alguns teria sido dado o tiro de misericórdia ou ainda agredidos a arma branca.»¹¹⁰⁴ Seis sobreviventes foram ter à sanzala Sassa Lemba. Outros 10 estavam na fazenda Tentativa onde receberam os primeiros socorros. Pelas 14h00, os feridos começaram a ser evacuados de helicóptero para o Hospital Militar de Luanda, sendo transferidos ao fim da tarde para o de São Paulo, onde poucos sobreviventes foram internados pois «os corpos sem vida eram em muito maior número»¹¹⁰⁵.

O correspondente da ANI contou ter sido chamado ao Ministério da Informação, onde outros repórteres esperavam para ir a uma vala onde tinham sido encontrados «12 tipos do MPLA fuzilados»¹¹⁰⁶. Ao anoitecer disseram-lhes que iriam a «outra coisa mais importante»: iriam ao Hospital falar com 16 sobreviventes de um massacre no Caxito. Apesar dos ferimentos causados «por balas» e das «contusões várias», o quinto médico ouvido pela Comissão atestou que nenhum dos feridos corria «perigo de vida», embora tivessem sido «bastante mal tratados»¹¹⁰⁷. Ao director do Hospital disseram ter sido agredidos em quartéis da FNLA em Luanda e levados para a periferia da cidade onde ocorrera o fuzilamento: tinham «escapado por os terem suposto mortos». Na Fortaleza da Barra estariam talvez 120 e tal prisioneiros sujeitos a torturas, em cujo túnel teriam ocorrido «fuzilamentos sumários»¹¹⁰⁸. Ao terceiro médico ouvido contaram ter passado «dois a três dias» presos na Fortaleza, onde tinham sido «sujeitos a espancamento e outros maus-tratos». Tinham-nos «obrigado a engolir emblemas e tecido de bandeiras do MPLA com a ajuda de água com sabão» e o chão «era frequentemente regado com água a fim de se manter encharcado». A um outro médico foram pormenorizadas as condições do cativeiro: tinham estado «presos, a maioria de dois a quatro dias na Fortaleza da Barra em local húmido, onde grande número deles tinha sido sujeito a sevícias»¹¹⁰⁹. Um dos pacientes relatou que só tinham sido «alimentados ao fim de três dias (com uma banana para dois)», sendo a prisão «permanentemente regada para que mantivessem os pés dentro de água e não se pudessem deitar». Obrigaram-nos «a comer emblemas do MPLA e pedaços da bandeira» e também «a molhar panos nas feridas e a sorver o sangue»¹¹¹⁰. «Ao fim de quatro dias sem comida nem água foram transportados para a Barra do Dande, onde os mandaram sair», incluindo um branco, começando a ser alvejados à medida que desciam: «Cheios de pânico tentaram refugiar-se debaixo dos camiões, de onde foram retirados e fuzilados a pistola e metralhadora. Os poucos sobreviventes sofreram punhaladas, a maior parte executadas pelo condutor da camioneta: o branco ao qual um elemento fardado com o uniforme do ELNA disse: “Agora tu, branco, acaba com eles a punhal.”»

O director do Hospital assinalara «81 feridos por armas de fogo e/ou estilhaços de granada e 21 mortos». Na quinta-feira de manhã (dia 27) «uma pilha de cadáveres» enchia a morgue do Hospital Maria Pia. Foi-lhe dito que «só numa das salas estavam 65 cadáveres já em estado de decomposição»¹¹¹¹. O primeiro (dos cinco médicos do Hospital Militar que prestaram depoimento) estivera na urgência na tarde de quarta-feira (26 de Março) onde atendeu 21 feridos. «Nem todos teriam sido mortalmente atingidos. Depois de prostrados no terreno, ouviram os agressores discutirem se haviam de regá-los com gasolina e depois chegar-lhes o fogo e passar-lhes com os camiões por cima. Alguns não resistindo a estas palavras ergueram-se e foram também fuzilados. Os sobreviventes fingiram-se sempre de mortos e foi assim que se conseguiram salvar.»¹¹¹² De acordo com o segundo médico: «Teriam escapado da morte porque, uma vez caídos no solo, aí permaneceram imóveis e só muito mais tarde se arrastaram para a estrada procurando as autoridades, contando o sucedido e pedindo refúgio.»¹¹¹³ Alguns fingiram-se mortos, mas pouco adiantou: «Ouviram os soldados do ELNA discutirem se os deviam atropelar ou regar com gasolina e queimar, o que levou a

que alguns revelassem a condição de vivos, pedindo aos soldados que os matassem a tiro.»¹¹¹⁴

Terminado o massacre, os sobreviventes vaguearam durante cerca de oito horas até terem sido recolhidos por elementos das FAP. Um dos sobreviventes disse ter sido detido no Bairro da Cuca, onde foi agredido por um soldado do ELNA «com a coronha da arma e ainda à bofetada e ao pontapé por trazer o emblema do MPLA no bolso da sua camisa. De seguida, foi transportado num jipe para o quartel da FNLA no Cazenga e introduzido numa sala onde já se encontravam três outros simpatizantes do MPLA». Na madrugada de terça-feira foi levado com mais 16 indivíduos para a Fortaleza da Barra e colocado «numa prisão subterrânea» (onde esteve dois dias) até que na noite de 27 de Março, cerca das 23h00, «mandaram-nos subir para um camião». Quando pararam no Dande, «à medida que saltavam para o chão, eram agarrados por um deles e arrastados para o capim a cerca de dois metros da estrada. O outro desfechava um tiro de pistola. Assim foram mortos cinco companheiros. Os que estavam em cima do camião procuraram fugir para o mato. Nessa altura, os dois soldados armados de metralhadora começaram a disparar». Uma das vítimas disse ter-se colocado «em cima do camião deitado quando começaram as rajadas, ficando todo ensanguentado com o sangue dos companheiros abatidos». *«Logo que terminou a chacina, todos os que ficaram estendidos sobre a caixa do camião foram arrastados para o chão e os que apresentavam sinais de vida eram abatidos a tiro. Outros companheiros também atingidos salvaram-se da mesma forma, fingindo-se mortos. Após a chacina, o camião arrancou, ficando no terreno ainda vivos 15 companheiros que se puseram a caminho pelo mato, andando toda a noite até que chegaram à sanzala do Dande. Aí foram informados por um velho que o quartel Hojiya-Henda do MPLA era ali perto.»*¹¹¹⁵

Um outro sobrevivente disse que regressava segunda-feira (dia 24) de Luanda «numa camioneta de carga», em que também ia o comandante Mussolo, que fugiu assim que foram cercados. *«Então despiram-nos e completamente nus conduziram-nos à base. “Entre esses camaradas também ia um branco conhecido pelo nome de Tuca”. Na base foram presos e amarrados pelos pulsos atrás das costas, ao mesmo tempo que eram agredidos à coronhada, a pontapé e à chapada e introduzidos num compartimento fechado. O Tuca pediu água e deram-lhe urina que estava numa garrafa para que bebesse.»* No dia 25 de manhã foram desamarrados, deram-lhes umas calças para vestir (as da própria farda) e levaram-nos numa carrinha até São Pedro da Barra, onde os agrediram novamente. Ao meio-dia comeram «uma ligeira refeição» de bananas e funje. Cerca das 20h00 foram «transportados noutra camioneta até às matas do Caxito», onde ele e mais três camaradas conseguiram fugir. Foi deixado para trás «por estar a perder muito sangue e não poder andar». Foi encontrado por um casal de africanos que ia para a sua lavra e conduzido para a sanzala próxima num jipe guiado por um branco, sendo levado numa ambulância para o hospital¹¹¹⁶.

Segundo descreveu um outro soldado do mesmo CIR, foi transferido no sábado para um quartel em Luanda com mais 100 camaradas e quatro caixas com pistolas-metralhadoras. Na segunda-feira (dia 24), 12 militares (mais 18 que iam à boleia) iam à base buscar mais armamento quando foram interceptados; foi quando o comandante Mussolo escapou por ter parado um autocarro da empresa *Lusitanos*, de onde saíram passageiros que ficaram a ver o que se passava¹¹¹⁷. Nessa segunda-feira pelo meio-dia, o capitão miliciano Lemos voltava ao quartel no Quifangondo quando soube que algo de «anormal» se passava no quartel do ELNA a cerca de 30 metros. Os “flanelas” tinham feito «uma emboscada na estrada, aprisionando uma viatura de carga de tipo civil» e os 35 ocupantes (a maioria dos quais armados mas trajando à civil) estavam detidos¹¹¹⁸. Um alferes miliciano espreitara a emboscada: o camião foi cercado por alguns soldados «de armas aperradas enquanto os ocupantes da viatura desciam e eram encaminhados para o edifício. Estavam à paisana»¹¹¹⁹.

Coube ao furriel Parrinha ir chamar o comandante do ELNA André Santos Cassungo. Foi levado até

aos prisioneiros, um deles, um branco que apresentava «indícios de já ter sido espancado», disse-lhe nada ter feito, apenas apanhara boleia¹¹²⁰. As FAPLA já lhes tinham matado quatro soldados, um sargento e um comandante, por isso, se houvesse ordens de Luanda «matava ali mesmo todos os prisioneiros»¹¹²¹, disse Cassungo. Estavam presos por serem os responsáveis pela «agitação em Luanda na noite anterior» e às 16h00 já deveria saber que destino lhes daria¹¹²². Às 16h00, Lemos voltou ao quartel do ELNA, onde já estava o comandante Estrela. Telefonaram para o Estado-Maior da FNLA no Cazenga para saber se os presos poderiam ficar à guarda das FAP, mas a sede estava a ser atacada pelas FAPLA. Ao lá chegarem, o alferes José Correia e Estrela confirmaram estar sob «forte tiroteio», não sendo possível chegar «a qualquer solução.»¹¹²³ Terça-feira (dia 25) de manhã, a sentinela portuguesa vira um camião carregar os presos e seguir¹¹²⁴. Como a carrinha era relativamente pequena para transportar todos os presos, «os que demoravam a acomodar-se eram incitados a fazê-lo mais rapidamente à coronhada»¹¹²⁵. Na manhã seguinte, dois civis brancos foram ao quartel dizer que tinham visto cadáveres na berma da estrada, perto do desvio do Dande. Enviado ao local um grupo de combate, o alferes miliciano que o chefiava captou algumas fotos para mostrar a posição dos corpos. «Encontraram mais de 40 espalhados, incluindo o de um branco.»¹¹²⁶ Era o mesmo branco que Parrinha vira no quartel: «Reconheceu-o imediatamente.»¹¹²⁷ Foram resgatados 16 feridos mais 10 que tinham conseguido chegar à fazenda Tentativa. No dia 2 de Abril foram descobertos «mais dois cadáveres em adiantado estado de decomposição, um deles com a parte superior do corpo completamente descarnada»¹¹²⁸.

A comissão de inquérito ouviu também quatro furriéis que tinham estado no local do massacre e o capitão Robles, segundo o qual os corpos «apresentavam-se sem olhos; dois tinham sido esventrados, supostamente por arma branca; outros tinham profundos cortes nos pulsos; alguns estavam amarrados a cabo de aço e a quase totalidade tinha levado com tiros junto ao mamilo esquerdo, na testa, no pescoço e outros no plexo.»¹¹²⁹ Sete dos corpos tinham sido deixados a 500 metros do cruzamento e outros 44 (40 amontoados) 900 metros depois da encruzilhada. Os primeiros teriam sido executados a seguir ao desvio rodoviário como indicavam «as manchas de sangue no asfalto, os invólucros encontrados e os sinais provocados pelo impacto de balas na estrada». Os corpos foram «transportados em duas viaturas para a morgue do Hospital Maria Pia¹¹³⁰ sem ter sido realizada a autópsia, por «os frigoríficos se encontrarem cheios dado o elevado número de cadáveres e o estado de decomposição adiantada». Foram postos no pavimento «de uma sala da casa mortuária do Hospital Maria Pia por não haver sítio mais adequado onde os colocar»¹¹³¹. Dos 45 cadáveres entrados no Hospital de São Paulo apenas 20 estavam em câmaras frigoríficas, os restantes ficaram no chão. Por não terem qualquer documento identificativo, os corpos foram referenciados através de fotografia e impressão digital, sendo atribuído a cada amortalhado um número para que, de futuro, fosse possível detectar a sua sepultura no cemitério da Mulemba¹¹³². Entre 27 e 28 de Março, os médicos legistas da PJ examinaram 63 cadáveres. A Procuradoria-Geral da República contabilizara 103 cadáveres depositados na morgue do Hospital Maria Pia: mais 40 dos que tinham sido examinados¹¹³³.

Nessa semana ocorreu também o fuzilamento da Cuca, que levava o ministro Manuel Rui Monteiro a chamar os jornalistas ao Palácio: tinha sido encontrada uma «vala perto da fábrica de cervejas Cuca com cerca de 10 cadáveres alvejados»¹¹³⁴. Segundo dois irmãos sobreviventes, na noite de 25 para 26 de Março um grupo do ELNA mandou parar o automóvel em que seguiam. Ao ser-lhes pedida a identificação, um deles «mostrou inadvertidamente a pequena bandeira do MPLA em papel colada à carteira»¹¹³⁵. Foram levados para a delegação da FNLA mais próxima. Apreenderam-lhes o automóvel, os documentos (incluindo a guia de marcha do MPLA), alguns objectos pessoais e ficaram «presos num cubículo». Foram depois transportados numa carrinha até outra delegação no bairro, onde entraram

mais dois prisioneiros e a uma outra, ao lado da Padaria *Leão*, de onde saíram «com mais seis a oito africanos, amarrados aos pares com as mãos atrás das costas, um “albino” e outro mestiço»¹¹³⁶. Vigiados por cinco soldados e um motorista foram transportados até ao cruzamento da 5.^a Avenida com a Rua da Avicua nas traseiras do canil da Câmara. «*Aí fizeram-nos descer e seguir em passo de corrida até uma vala existente por detrás de um quintal com um muro alto. Ordenaram-lhes que se sentassem na vala e os que não obedeceram prontamente para lá os empurraram. De seguida metralharam-nos a uma distância de aproximadamente cinco metros quando já estava a alvorecer. Salvou-se por terem caído sobre si dois detidos que foram atingidos ainda de pé.*» Três dos baleados estavam vivos porque os ouvira falar. Quando os agressores se retiraram, ele e o irmão Mário (que também não foi atingido) caminharam até uma casa próxima onde viram luz. A mulher deu a Mário uns calções e uma camisola para vestir por ter as roupas rotas e cheias de sangue. Ernesto dirigiu-se ao quartel dos bombeiros e um dos sapadores levou-os no seu carro à Baixa, onde se apearam. Seguiram depois a pé até à Mutamba e depois de táxi para casa. De seguida dirigiram-se à sede do MPLA para contar o sucedido. Aconselharam-nos a ir ao Palácio contar aos ministros o que se passara. Narraram depois a sua história ao Alto-Comissário¹¹³⁷.

A dona da casa contou que nessa madrugada da Semana Santa (talvez pelas 5h00 da manhã) ouvira rajadas na 7.^a Avenida. Dez minutos depois entraram no quintal e bateram à porta pedindo socorro dois mulatos que diziam ser irmãos. Como estavam temerosos abriu-lhes a porta. O mais aterrorizado ficou «deitado no chão do quarto das arrumações». O outro contou o que acontecera: era fiscal do trabalho e pediu para telefonar para casa no Bairro Prenda. Já amanhecia quando passou um vizinho, funcionário da *Cuca*, a quem pediu que o levasse ao quartel dos bombeiros pois ainda haveria sobreviventes na vala¹¹³⁸. O 2.^o comandante mandou uma ambulância ao local e conduziu à Rua Luís de Camões os dois irmãos que, não tendo sangue nas roupas, disseram ter-se salvo «possivelmente por se terem acabado as balas e se terem fingido de mortos»¹¹³⁹. A dona da casa lavara a roupa e, por isso, já não teria «vestígios que pudessem interessar para exame»¹¹⁴⁰. O seu companheiro também escutara as «rajadas de metralhadora», confirmando que um dos homens estava tão nervoso que ficou «deitado no chão»¹¹⁴¹. Na vala encontrou mais dois sobreviventes, «um com um tiro na perna direita e outro com um tiro nas costas do lado direito». Um jovem homem, membro do Comité da Paz do Bairro da Ilha da Madeira, confirmou ter visto «cinco mortos (um deles um albino) e dois feridos», que transportara ao hospital¹¹⁴².

Quando no fim do turno da patrulha o alferes português foi levar os camaradas do MPLA ao Bairro Calemba e soube da ocorrência, já se encontrava no local um seu furriel a levantar os corpos: sete cadáveres, um dos quais com os pulsos amarrados por uma corda. Não encontrou vestígios de sangue nem invólucros. Os mortos eram adolescentes, «excepto um que teria cerca de 30 anos»¹¹⁴³. Os corpos foram transportados em viaturas do Exército para a morgue do Hospital de São Paulo¹¹⁴⁴. Concluía a comissão de inquérito que as duas ocorrências – o massacre do Caxito e o fuzilamento da *Cuca* – tinham sido «acções de retaliação» da FNLA que inculpava o MPLA pelas ocorrências do domingo anterior¹¹⁴⁵. Os confrontos da penúltima semana de Março tinham causado «mais de uma centena de mortos» em Luanda¹¹⁴⁶.

⁹⁵⁰ APSC.R.A.I. De 12 a 18 de Fevereiro. 5 de Fevereiro de 1975. E-2469 e 4 de Fevereiro. E-2624.

⁹⁵¹ *Idem*, 3 de Fevereiro de 1975. E-2281.

⁹⁵² *Idem*, 6 de Fevereiro de 1975. E-2682.

⁹⁵³ *Idem*, 5 de Fevereiro de 1975. COPLAD. SITREP n.º 249, p. 7.

⁹⁵⁴ APSC.R.A.I. De 19 a 25 de Fevereiro. 13 de Fevereiro de 1975. E-2799.

- [955](#) ADN.F.3.S.12.C27. Proc.70. 17-18 de Fevereiro de 1975, p. 7.
- [956](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Sector do Cuanza Norte. 20 de Fevereiro de 1975.
- [957](#) APSC.R.A.I. 25 de Fevereiro de 1975. E-3418 e 5 de Março de 1975. E-3812.
- [958](#) *Idem.* 25 de Fevereiro de 1975. E-3418 e 5 de Março de 1975. E-3812.
- [959](#) *Idem.* De 5 a 11 de Março. 1 de Março de 1975. E-3576, p. 1.
- [960](#) *Idem.* 23 de Fevereiro de 1975. E-3241.
- [961](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Sector Cuanza Norte. N.º 221/01 e 223/01. 23 de Fevereiro de 1975.
- [962](#) *Idem.* De 19 a 25 Fevereiro. 14 Fevereiro 1975. E-2735.
- [963](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 12. 13 Fevereiro 1975, p. 11.
- [964](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.6. Comando Sector Cuanza Sul. 22 de Fevereiro de 1975.
- [965](#) *Idem.* De 26 de Março a 1 de Abril. 16 de Março de 1975. E-4513.
- [966](#) APSC. R.A.I. De 19 a 25 de Fevereiro. 18 Fevereiro de 1975. E-2946.
- [967](#) ADN.F.3.S.12.C27. Reservado. Proc. 63. 2 de Fevereiro de 1975, pp. 13-14.
- [968](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 13. 19 de Fevereiro de 1975, p. 10.
- [969](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. 14 de Fevereiro de 1975.
- [970](#) APSC.CCFAA.2ª Repartição. R.I. n.º 14. 26 de Fevereiro de 1975, p. 10.
- [971](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Secreto. Directiva n.º 3/75 do CEMGFA. 13 de Fevereiro de 1975.
- [972](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.17.CCPA. Tropas Especiais. 14 de Fevereiro e 14 de Março de 1975.
- [973](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.32.PSPA. *Briefing* ao CCFAA.13 de Fevereiro de 1975. A PSPA incluía a Polícia de Segurança e as Companhias de Polícia Mineira, de Trânsito, de Portos, Caminhos-de-Ferro e Transportes; o Esquadrão da Polícia Montada, a Guarda Fiscal, a Rural e a Escola Prática de Polícia.
- [974](#) APSC.R.A.I. De 19 a 25 de Fevereiro. 15 de Fevereiro de 1975. E-3092, p. 6.
- [975](#) APSC.R.A.I.. 15 de Fevereiro de 1975. E-2963, p. 1.
- [976](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1.CCPA. Reunião de Comandos em Luanda. 5-6 de Março de 1975, p. 12.
- [977](#) APSC.R.A.I. De 12 a 18 de Fevereiro. 11 de Fevereiro de 1975. E-2547 .
- [978](#) *Idem.* 14 de Fevereiro de 1975. E-2734.
- [979](#) *Idem.* De 12 a 18 de Março. 8 de Março de 1975.
- [980](#) ADN.F.3.C.40.S.19.P.17. Sector Cuanza Norte. Confidencial. 10 de Fevereiro de 1975.
- [981](#) APSC.R.A.I. De 5 a 11 de Março. 23 de Fevereiro de 1975. E-3725.
- [982](#) *Idem.* De 12 a 18 de Março. 4 de Março de 1975. E-3715.
- [983](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc. 80. 3-4 de Março de 1975, p. 10.
- [984](#) APSC. R.A.I. De 12 a 18 de Fevereiro.14 de Fevereiro de 1975.

[985](#) APSC. R.A.I. 14 de Fevereiro de 1975 E-2893.

[986](#) *Idem*. 21 de Fevereiro de 1975. E-3169.

[987](#) *Idem*. 17/19 de Fevereiro de 1975. E-2943 e E-3022.

[988](#) APSC.R.A.I. 17-19 de Fevereiro de 1975. E-2943 e E-3022.

[989](#) APSC.R.A.I. De 5 a 11 de Março. 25 de Fevereiro de 1975. E-3520, p. 2.

[990](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 14. 26 de Fevereiro de 1975, p. 13.

[991](#) AHM.F43.S1.C.836.P11. Directiva n.º 9/75. 27 de Fevereiro de 1975.

[992](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 16. 13 de Março de 1975, p. 9.

[993](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 14. 26 de Fevereiro de 1975, p. 13.

[994](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 14. 26 de Fevereiro de 1975, pp. 2-3.

[995](#) *Idem*. R.I. n.º 15. 6 de Março 1975, p. 1.

[996](#) ADN.F.3.S12.C.28. Proc. 80. 3-4 de Março de 1975, p. 10.

[997](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 15. 6 de Março de 1975, p. 7.

[998](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 14. 26 de Fevereiro de 1975, pp. 8-9.

[999](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.7. Relatório de Acção Psicológica. Nova Lisboa. 14 de Março de 1975.

[1000](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 14. 26 de Fevereiro de 1975, p. 3 e 9.

[1001](#) ASC.R.A.I. De 12 a 18 de Março. 5 de Março de 1975. E-3832 e E-3833.

[1002](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.7. Relatório de Acção Psicológica de Sá da Bandeira. 15 de Março de 1975.

[1003](#) *Idem*. R.I. n.º 14. 26 de Fevereiro de 1975, p. 2 e 8.

[1004](#) Witney Schneidman, *ibidem*, p. 266.

[1005](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 14. 26 de Fevereiro de 1975, p. 9.

[1006](#) APSC.R.A.I. De 5 a 11 de Março. 3 de Março de 1975. E-3642, p. 4.

[1007](#) Entrevista ao general Almendra, Lisboa, 9 de Setembro de 2011.

[1008](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 14. 26 de Fevereiro de 1975, pp. 6-7.

[1009](#) AHM.F43.S.1.C.835.P.9. 5-6 de Março de 1975 .

[1010](#) APSC.R.A.I. 25 de Março de 1975. E-4627.

[1011](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34.CCPA. 6 de Março de 1975.

[1012](#) ADN.F3.S12.C.28. Proc.84. De 7 a 10 de Março de 1975, p. 18.

[1013](#) ADN.F.3.C.40.S.19.P.17. Confidencial. 3 de Março de 1975.

[1014](#) CD25A.UC.A.25 Abril.F.P.A.Belo.CND. Acta n.º 6. 3 de Março de 1975, p. 8.

[1015](#) CD25A.UC.A.25Abril.F.P.A.Belo.CND. Acta n.º 6. 3 de Março de 1975, pp. 1 e 3.

- [1016](#) *Idem*. Acta n.º 9. 17 de Março de 1975, pp. 3-4, 9-10.
- [1017](#) *Idem*. Acta n.º 6. 3 de Março de 1975, pp. 3-5, 10-11.
- [1018](#) CD25A.UC.A. 25 de Abril. F.P.A. Belo. CND. Acta n.º 8. 10 de Março de 1975, p. 2.
- [1019](#) CD25A.UC.A.25Abril.F.P.A.Belo.CND. Acta n.º 9. 17 de Março de 1975, pp. 11-12.
- [1020](#) *Idem*. Acta n.º 6. 3 de Março de 1975, p. 13.
- [1021](#) AHM.F.43.S.1.C.836.P11.CCPA n.º 12. Secreto. Do AC p/PR. 7 de Março de 1975.
- [1022](#) Odd Arne Westad, *The Global Cold War*, New York, Cambridge, Cambridge University Press, p. 231.
- [1023](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P37.CCFAA. 10 de Março de 1975.
- [1024](#) CD25A.UC.A.25Abril.F.P.A.Belo.CND. Acta n.º 9. 17 de Março de 1975, pp. 10-12.
- [1025](#) *Idem*, p.14.
- [1026](#) O Tratado de Simulambuco, assinado em 1 de Fevereiro de 1885 (na sequência da Conferência de Berlim que dividiu África pelas potências europeias) pelo comandante da Armada, Guilherme Augusto de Brito Capelo, em representação do governo português e pelos príncipes, chefes e oficiais do reino de Ngoyo, que colocou Cabinda sob protectorado português.
- [1027](#) *Idem*, pp.16,18.
- [1028](#) «Luanda, 234, March 3, 1975. Confidential.»
- [1029](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A. Relatório da visita do GMM aos distritos da Lunda, Moxico, Bié, Cuando-Cubango e Cunene de 10 a 13 de Março. 25 de Março de 1975, pp. 5-7.
- [1030](#) *Idem*. CND. Acta n.º 9. 17 de Março de 1975, pp. 16-18.
- [1031](#) *Idem*. Relatório da visita do GMM. 25 de Março de 1975, p. 7.
- [1032](#) *Idem*, pp. 2-5.
- [1033](#) *Idem*, pp. 7-9.
- [1034](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.17.CCFAA. 23 de Maio de 1975.
- [1035](#) AHM.F.43.S.1.C.836.P11. Relatório da visita do GMM. 25 de Março de 1975, pp. 9-11.
- [1036](#) *Idem*. MSG. n.º 17. Secreto/Urgente. Do AC p/PR. 19 de Março de 1975.
- [1037](#) AHM.F.43.S.1.C.836.P11.CCFAA.3ª Repartição. Secreto. Directiva «Raio Azul». 20 de Março de 1975, p. 3.
- [1038](#) *Diário de Luanda*. 21 de Fevereiro de 1975, p. 9.
- [1039](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-II.Doc.33. Secreto. Anexo à directiva «Raio Azul», 30 de Março de 1975.
- [1040](#) *Idem*. Doc.36. «As Forças Armadas informam».
- [1041](#) *Idem*. Doc. 33. Secreto. Anexo à directiva «Raio Azul», 30 de Março de 1975.
- [1042](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-II.Doc. 34. Secreto. Texto de Apoio ao Objectivo n.º 2.
- [1043](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 16. 13 de Março de 1975, pp. 3-8, 11-12.
- [1044](#) Ernesto Melo Antunes, em João Medina, *ibidem*, p. 202.
- [1045](#) Juan Benemelis (1986) *Castro. Subversão e Terrorismo em África*, Odivelas, Europress, p. 224. Situado em Cambambe, no distrito do

Cuanza Norte, o antigo Forte de Nossa Senhora da Vitória era Monumento Nacional desde Abril de 1923. Construído em 1582, foi erguido na margem direita do rio Cuanza, em planta quadrada, com acesso ao exterior, a partir do portão de armas, através de um túnel abobadado.

[1046](#) Ver Rigoberto Milan (1984), *Farsa y Farsantes da Cuba Comunista*, Miami, p. 78.

[1047](#) Passos Ramos, nos Estudos Gerais da Arrábida. 1 de Outubro de 1998. ICS. AHS.FDP, p. 44.

[1048](#) Jonas Savimbi, *ibidem*, pp. 56-57

[1049](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Relatório da deslocação a Massangano, 14 de Março de 1975, pp. 1-3.

[1050](#) APSC.R.A.I. De 12 a 18 de Fevereiro. E-2840, p. 5.

[1051](#) *Idem*. De 5 a 11 de Março. 20 de Fevereiro de 1975. E-3600, p. 2.

[1052](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 14. 26 de Fevereiro de 1975.

[1053](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Relatório da deslocação a Massangano, 14 de Março de 1975, p. 1 e 3.

[1054](#) *Idem*, p. 1.

[1055](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Relatório da deslocação a Massangano. 14 de Março de 1975, pp. 1-4.

[1056](#) *Idem*, pp. 5-8.

[1057](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Relatório da deslocação a Massangano. 14 de Março de 1975, pp. 8-9.

[1058](#) *Idem*. Manuscrito em bloco. Ferreira de Macedo, pp. 1-3.

[1059](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND.Doc. 44. 5 de Maio de 1975, p. 11 .

[1060](#) AHM.F.43.S.4.C841.P33. 3 de Junho de 1975, p. 3.

[1061](#) «Washington, 266239, November 20, 1975. Secret.»

[1062](#) A CCPA era constituída pelo comandante José Martins e Silva (Marinha); major de Artilharia Eduardo Gomes de Abreu e o major Sabino Guerreiro (Exército) e o major Manuel Silva Barata (Força Aérea).

[1063](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34. CCPA. 6 de Março de 1975.

[1064](#) Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 82-83.

[1065](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Actas das reuniões da CCPA. Secreto. 6 de Março de 1975.

[1066](#) Heitor Almendra, nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 85-87.

[1067](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1.CCPA. Plenário de oficiais de Nova Lisboa. 17 de Março de 1975, pp. 4-5, 7.

[1068](#) APSC. R.A.I. De 26 Março a 1 de Abril. 12 de Março de 1975. E-4020.

[1069](#) *Idem*. 21 de Março 1975. Mensagem n.º 443/IN.

[1070](#) *Idem*. 20 de Março 1975. E-4443.

[1071](#) *Idem*. E-4745.

[1072](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.32.CCPA. 23 de Março de 1975.

[1073](#) *Idem*. P.34.CCPA. 26 de Março de 1975, pp. 1-2.

[1074](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9.CCPA. Informação n.º 299. 25 de Março de 1975.

- [1075](#) *Idem*. Testemunho de soldado ELNA, António Téquila.
- [1076](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.17.GMAC. Violação do Acordo de Alvor. 9 de Abril de 1975.
- [1077](#) ADN.F.3.S12.C.28.Proc.95. 24-25 de Março de 1975, pp. 8-9.
- [1078](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.17.GMAC. Violação do Acordo de Alvor. 9 de Abril de 1975.
- [1079](#) Vasco Vieira de Almeida, nos Estudos Gerais da Arrábida. 1 de Outubro de 1998. ICS. AHS. FDP, p. 14.
- [1080](#) ADN.F.3.S.12.C.28.Proc. 97. 26-27 de Março de 1975, p. 9.
- [1081](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34.CCPA. 26 de Março de 1975, pp. 1-2.
- [1082](#) *Idem*. P.32. CCPA. Reunião de comandantes. 25 de Março de 1975.
- [1083](#) Almeida Santos (2006), *Quase Memórias*, 2.º volume, pp. 179-180.
- [1084](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34.CCPA. *Briefing* com ministros. 27 de Março de 1975, pp. 1-3.
- [1085](#) Almeida Santos (2006), *Quase Memórias*, 2.º volume, pp. 184.
- [1086](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9.CCFAA para Ministério da Defesa Nacional, 28 de Março de 1975.
- [1087](#) *Idem*. Reuters. 31 de Março de 1975, pp. 1-3.
- [1088](#) APSC.CCFAA.2.ª Repartição. R.I. n.º 19. 2 Abril 1975, pp. 7-8 .
- [1089](#) «Lisbon, 1782, March 28, 1975. Confidential.»
- [1090](#) AHM.F.43.S1.C.836.P.11.Do AC/PR. Secreto. 30 de Março de 1975.
- [1091](#) CD25 Abril.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Acta n.º 10. 31 de Março de 1975, pp. 1 e 5.
- [1092](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. CCPA. Actas de Reuniões. 31 de Março de 1975, pp. 1-2.
- [1093](#) *Idem*, p. 5
- [1094](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. CCPA. Actas de Reuniões. 31 de Março de 1975, pp. 3-4.
- [1095](#) *Idem*, pp. 4-6.
- [1096](#) *Idem*, pp. 8-11.
- [1097](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Actas de reuniões. 2 de Abril de 1975, pp. 4-5.
- [1098](#) *Idem*, pp. 7-9.
- [1099](#) A ANI foi adquirida pelo Estado português em Novembro de 1974, sucedendo-lhe a (Agência Noticiosa Portuguesa) em 24 de Setembro de 1975, antecessora da actual LUSA
- [1100](#) APSC. ANI. Telex n.º 1517 de 27 Março de 1975. Actas da CND. 5 de Abril de 1975.
- [1101](#) APSC. Divisão de Informação. Informação n.º 32/75. Confidencial. 31 de Março de 1975.
- [1102](#) A comissão de inquérito era integrada pelo juiz desembargador António Martinez Valadas Preto, juiz desembargador José Manuel Duarte Gouveia, tenente-coronel Luiz Carneiro da Câmara e o major de Artilharia, Ângelo Manuel de Albergaria Pacheco.
- [1103](#) APSC. Relatório da comissão de inquérito, p. 10.
- [1104](#) *Idem*, p. 12.

[1105](#) *Idem*, pp. 10,11 e 15.

[1106](#) APSC. Comissão de inquérito. Autos. Testemunho do jornalista Armando Sousa Fontes.

[1107](#) *Idem*. Testemunho do alferes miliciano médico Carlos Santos Costa.

[1108](#) *Idem*. Testemunho do médico Carlos Mac-Mahon Pereira.

[1109](#) *Idem*. Testemunho do alferes médico Manuel Silva Carvalho.

[1110](#) *Idem*. Testemunho do alferes miliciano médico Carlos Santos Costa.

[1111](#) APSC. Comissão de inquérito. Autos. Testemunho do médico Carlos Mac-Mahon Pereira.

[1112](#) *Idem*. Testemunho do alferes médico José Mário Furtado Guimarães.

[1113](#) *Idem*. Testemunho do tenente-coronel médico Fernando Alves Pereira.

[1114](#) *Idem*. Testemunho do Alferes médico António Nunes Diogo.

[1115](#) APSC. Comissão de inquérito. Autos. Testemunho de sobrevivente Rosário Mendes de Almeida.

[1116](#) *Idem*. Testemunho de sobrevivente Francisco Santos.

[1117](#) *Idem*. Testemunho de sobrevivente, Raposo Dala

[1118](#) *Idem*. Testemunho do capitão miliciano Inácio Penaguião Lemos.

[1119](#) *Idem*. Testemunho do alferes miliciano José António Marques Correia.

[1120](#) *Idem*. Auto de declarações. Testemunho do furriel miliciano Francisco Parrinha.

[1121](#) *Idem*. Relatório da comissão de inquérito, 9 de Abril de 1975, p. 25.

[1122](#) *Idem*. Testemunho do capitão miliciano Inácio Penaguião Lemos.

[1123](#) APSC. Auto de declarações. Testemunho do alferes miliciano José António Marques Correia.

[1124](#) *Idem*. Testemunho do alferes miliciano José António Marques Correia.

[1125](#) *Idem*. Testemunho de soldado português Bernardino da Silva.

[1126](#) *Idem*. Testemunho do alferes miliciano Daniel Franco.

[1127](#) *Idem*. Testemunho do furriel miliciano Francisco Parrinha.

[1128](#) *Idem*. Testemunho do agente da PSP Daniel Silva.

[1129](#) *Idem*. Auto de inquirição. 15 de Abril de 1975. Testemunho do capitão de Infantaria Fernando Leal Robles.

[1130](#) *Idem*. Testemunho do furriel miliciano enfermeiro Pedro Belo.

[1131](#) *Idem*. Auto de inquirição. 15 de Abril de 1975. Testemunho do médico legista Carlos Gago da Silva.

[1132](#) *Idem*. Relatório da Procuradoria-Geral da República.

[1133](#) *Idem*. Comissão de inquérito, 9 de Abril de 1975, pp. 25-26.

[1134](#) APSC. ANI. Telex n.º 1517 de 27 de Março de 1975. Actas da CND. 5 de Abril de 1975.

[1135](#) *Idem*. Comissão de inquérito. Auto de inquirição. 15 de Abril de 1975. Testemunho de Mário Gonçalves.

[1136](#) *Idem*.

[1137](#) *Idem*. Testemunho de Ernesto Gonçalves.

[1138](#) APSC. Comissão de inquérito. Auto de inquirição. 15 de Abril de 1975. Testemunho da residente no Bairro de São Pedro, Maria do Rosário Fátima.

[1139](#) *Idem*. Testemunho do comandante dos Bombeiros Voluntários Angolanos, Diamantino Costa.

[1140](#) *Idem*. Testemunho da residente no Bairro de São Pedro, Maria do Rosário Fátima.

[1141](#) *Idem*. Testemunho do residente no Bairro de São Pedro, Jorge Martins.

[1142](#) *Idem*. Testemunho do militante da UNITA, Osvaldo Ventura.

[1143](#) ASC. Auto de inquirição, 15 de Abril de 1975. Testemunho do alferes Luís Cordeiro.

[1144](#) APSC. Comissão de inquérito, 9 de Abril de 1975, pp. 16-21.

[1145](#) *Idem*, pp. 25-26.

[1146](#) APSC.CCFAA. 2.^a Repartição. R.I. n.º 19. 2 de Abril de 1975, pp. 5 e 11

2. ACTIVAMENTE PARCIAIS

Savimbi, «a noiva de conveniência»

Abril chegou sem que o clima de animosidade em Angola estivesse «debelado» ou se previsse «o seu termo a curto prazo»¹¹⁴⁷. Melo Antunes deslocara-se a Dar-es-Salam e a Lusaca, onde se reuniu com Savimbi. Durante as quatro horas do encontro, revelou o líder da UNITA a um correligionário, o MNE português propôs a realização de «um encontro entre o MPLA, a UNITA e os portugueses», de modo «a reduzir a influência da FNLA»¹¹⁴⁸. No dia 4 de Abril, Melo Antunes encontrou-se com o adjunto do secretário-geral da ONU, Abdul Farah. O governo estava «inoperante» devido à «luta entre a FNLA e o MPLA e à incerteza da posição da UNITA», e seria «difícil» realizar eleições. Quantos mortos tinham causado os últimos confrontos em Luanda? «Mais de 100.» Não foi aberto inquérito por se ter entendido que o Protocolo assinado era a melhor forma de promover «o esquecimento dos acontecimentos sem averiguações dos responsáveis», explicou. Tinha tentado um cessar-fogo, mas ainda não saíra de Luanda e já circulavam panfletos a incitar aos «distúrbios na área residencial branca»¹¹⁴⁹. A actuação arbitrária dos Comités de Bairro e do Poder Popular contra a população branca estava a causar «uma inversão da situação»: estava a desvanecer-se a repulsa dos ex-colonos em relação à FNLA que surgia agora «como protectora dos brancos». Tudo, por causa dos «erros políticos do MPLA». Neto continuava demasiado «intransigente» em relação à Revolta Activa que defendia «a democratização interna do MPLA». Pugnava por uma visão «presidencialista» da liderança e não abria mão dessa hegemonia. O mesmo disse o Alto-Comissário a Killoran. Antes da reunião agendada com Neto para 15 de Abril, Silva Cardoso pediu aos delegados da CCPA que o informassem sobre o que Lopo do Nascimento lhes dissera. Na recente estada de Agostinho Neto em Lisboa ter-lhe-ia sido proposta por Costa Gomes e pelo MNE «uma aproximação do MPLA à UNITA, com a Revolta Activa».¹¹⁵⁰ Ao cônsul americano o general referiu (como Melo Antunes dissera) que «a atitude intransigente» de Neto era «em grande medida responsável pelo impasse e pela violência» em Angola. Portugal mantinha, contudo, a esperança de que a Revolta Activa entrasse para a direcção do MPLA, cortando assim as ligações a Moscovo.¹¹⁵¹ Na reunião com o embaixador da ONU, Melo Antunes referiu que uma «aliança ideológica MPLA-UNITA» seria o ideal. «Savimbi estaria interessado» e também o presidente tanzaniano que aconselhara Lisboa a «apoiar a UNITA». Kaunda e Nyerere «acreditavam que uma nova aliança entre o MPLA e a UNITA poderia tirar os aliados angolanos do aperto em que se encontravam», permitindo-lhes derrotar a FNLA¹¹⁵².

Antes de Kaunda partir para os EUA, Savimbi repartira-se entre as duas capitais africanas «procurando o apoio dos respectivos presidentes» e aparentemente tinha-o conseguido, segundo a Imprensa¹¹⁵³. Lisboa apostara em Neto e Washington em Holden Roberto, mas o líder da UNITA poderia desempatar o jogo, disse Kaunda a Gerald Ford e a Kissinger: «*Quase todos os estadistas africanos tinham ignorado Savimbi no passado, mas agora era quem poderia salvar a situação.*» Melo Antunes dissera-lhe «estar preocupado por Neto ser apoiado pelo PCP» e ter «repetidamente embaraçado» o governo português¹¹⁵⁴. Por ter mudado «algumas posições para seguir a linha comunista». Kaunda disse entendê-lo perfeitamente: tinha «o mesmo problema com Neto»¹¹⁵⁵. A Farah, Melo Antunes disse ser

necessário reforçar a UNITA até a nível militar porque a FNLA e o MPLA recebiam armamento do exterior, em especial este último, por lhe ser «fácil» importar armas de Cabinda; tinha sido assim que armara os Comités de Luanda, disse. Quem controlasse a capital dominaria Angola? Era «difícil» dizê-lo. A FNLA já controlava grande parte do Norte e queria deitar a mão à capital, até enviara 500 homens para Luanda, mas a tropa portuguesa conseguira «suster o seu avanço». A FNLA estava também a fazer uma enorme pressão para os refugiados angolanos entrarem em Angola, «uma manobra para influenciar o resultado das eleições.» A ONU tinha sido consultada sobre os refugiados? «Não», respondeu o MNE. E o que fizera o MPLA com «a grande soma de dinheiro» dada pela ONU para a instalação desses deslocados? «Nada.» Fora outro «erro político» do MPLA¹¹⁵⁶. As Nações Unidas tinham concedido «um primeiro auxílio de um milhão de dólares para ajudar cerca de 50.000 refugiados que já estariam em Angola», registavam as FAP no final de Março¹¹⁵⁷. Mas o governo ainda não tinha definido o que fazer com o dinheiro¹¹⁵⁸.

Portugal tentaria encontrar uma saída através de «uma nova cimeira ou de outra solução» – como a CCPA desejava. O Acordo de Alvor tinha de ser revisto e não era apenas por não haver eleições; outras matérias teriam de ser alteradas. «*Essencialmente no campo militar.*» Como Mobutu se opunha à «criação de um regime comunista em Angola», que identificava «com o MPLA», poderia usar a FNLA e intervir depois com o seu próprio exército. De que lado estavam os brancos? Inicialmente tinham apoiado o MPLA, mas viravam-se agora «para a UNITA ou para a FNLA». Dispensada foi a colocação de «um representante do secretário-geral da ONU» em Luanda e a deslocação a Angola das missões técnicas: «*Talvez fosse melhor aguardarem algum tempo.*»¹¹⁵⁹

Decorrida uma semana sobre o Protocolo de 28 de Março mantinha-se «o estado de tensão entre a FNLA e o MPLA em todo o território»¹¹⁶⁰. A noite de 7 Abril em Luanda foi de «tiroteio generalizado e de rebentamentos em algumas delegações», tendo sido atingido com cinco impactos um avião da South Africa Airways. Depois da ocorrência, a companhia deixou de voar para a capital¹¹⁶¹. Dois dias depois, MPLA e FNLA enfrentavam-se no Luso com «morteiros, bazucas, metralhadoras pesadas, cujos projecteis caíram em toda a cidade», sendo assinalado que os militares da UNITA e das FAP se mantiveram «disciplinadamente nos quartéis». Tendo acalmado na tarde e noite de 8 de Abril, as hostilidades reacenderam-se na madrugada seguinte. O quartel português reportava a existência de «vários núcleos e forças no exterior sem controlo»: uma granada de morteiro caíra «no interior do Comando, ferindo dois soldados de transmissões, um dos quais em estado grave. Temia-se que estivessem à espera de «reforços, com a agravante de o MPLA dispor de um míssil 122mm»¹¹⁶². No Luso havia «muitos mortos», afirmou Almeida Santos, em Belém. Não admirava, pois até tinham utilizado morteiros, reagiu Melo Antunes, anunciando sobre o avião alvejado, que já mandara «preparar uma nota diplomática dando explicações à África do Sul», prontificando-se Portugal «a pagar os prejuízos».¹¹⁶³

O fim da OPVDCA (decretado em 3 de Abril) dera azo a uma desenfreada corrida aos seus arsenais: as 70.000 armas seriam de quem primeiro as alcançasse. «*Foram assaltadas e ocupadas instalações e roubado armamento da OPVDCA em vários pontos do território pelo MPLA, FNLA e UNITA.*» O mais relevante ocorrera na noite de 8 de Abril no armazém do Campo de Grafanil, de onde desapareceram «150 G-3, 50 morteiros, 20.000 munições e rádios emissores-receptores». Também tinham assaltado as instalações da OPVDCA, PSPA e GEI no Caxito, Fazenda Tentativa, Artur de Paiva, Cuíto Cuanavale, Longa, Serpa Pinto, Silva Porto e Henrique de Carvalho¹¹⁶⁴.

Em Luanda continuavam a entrar «forças do ELNA e das FAPLA em manifesta oposição aos acordos assinados», registava a Coordenadora¹¹⁶⁵. Ainda não havia verba para pagar às FMM (porque o orçamento de 600.000 contos necessitava da aprovação prévia do governo de Lisboa), mas cada

Movimento já poderia instalar 500 homens nos seguintes quartéis de Luanda – Jumbo, Funda, Centro de Instrução de Comandos e Grafanil¹¹⁶⁶. O problema era ainda não terem acertado quem ficaria onde. Seria bom que se entendessem rapidamente pois era impossível ceder aos três Movimentos espaços iguais. Os quartéis tinham «características forçosamente diferentes, uns melhores outros piores» e alguém teria de ficar «beneficiado», realçou Silva Cardoso¹¹⁶⁷. Não havia «instalações em perfeita igualdade de condições» para os três, reforçou Ferreira de Macedo¹¹⁶⁸. Almendra lembrou ser urgente incorporar os 1.500 efectivos angolanos nas FMM e 300 no CPA para pôr cobro aos «actos de vandalismo, roubo, assassinio provocados por marginais». E evacuar as sedes armadas na área do Aeroporto: três da FNLA; duas do MPLA e uma da UNITA, para não se repetir o que acontecera com o avião sul-africano¹¹⁶⁹.

Na reunião do EMU decidira-se que cada Movimento poderia ter apenas 15 seguranças armados em cada uma das 15 delegações em Luanda, devendo permanecer no interior das mesmas¹¹⁷⁰. Considerava Ferreira de Macedo que a CND não poderia nem deveria imiscuir-se na formação do futuro exército nacional, por ser «competência única e exclusiva do governo de transição e dos Movimentos»¹¹⁷¹. O MPLA queria que os seus oficiais da Força Aérea e da Armada pudessem ser «imediatamente alojados, pagos e usufruir das mesmas honras» que os oficiais africanos já ao serviço do Exército. Pretendia também ter acesso à lista discriminada dos salários dos oficiais das FAP «já com os abonos», mas sugeria desde logo que um general ganhasse 20 contos, um coronel 16 e um tenente-coronel 14, devendo todos «ter residência paga pelo Estado»¹¹⁷².

Quando deveriam ser retirados os excedentes militares de Luanda? O Protocolo apenas referia quando a situação estivesse normalizada e estava longe disso. Para Almendra, só se conseguiria pacificar a cidade com «cerca de 3.000 homens bem enquadrados» que trabalhassem em parceria com a Polícia. Haveria ainda que «desarmar os civis por causa dos agitadores» que abundavam nos bairros suburbanos e «desarmar ou fazer retirar de Luanda as milícias do MPLA». O problema seria as patrulhas irem recolher as armas «em bairros com 60.000 e 70.000 pessoas», sem que previamente lhes fosse explicado que só as tropas nacionalistas e as FMM poderiam andar armadas, referiu Silva Cardoso. Seria mais fácil desarmar os brancos por «as armas estarem fichadas», assinalou Kabangu. O CPA (a PSPA passou a chamar-se Corpo de Polícia de Angola) e a PJ iriam recolhê-las. Proposta aceite. O ministro do Interior sugeriu ainda que fosse elaborada uma lista dos brancos «na posse de armas e proceder ao seu desarmamento» bem como das milícias populares do MPLA¹¹⁷³.

Os militares que estavam de partida reuniram-se na última assembleia geral do MFA. Havia «uma corrida aos armamentos por parte dos Movimentos e ao recrutamento», alertou o major Mano Soares, em breve a situação ficaria incontrolável. Era verdade que tinham sido «roubados alguns canhões do Grafanil?», perguntou um marinheiro. «Só armamento ligeiro», respondeu Soares Rodrigues. E não se abria um inquérito? «Há coisas que não convém tornar públicas», respondeu o oficial. Mas seria útil averiguar o que se passava, contrapôs o cabo Amaral, para se «saber se os oficiais portugueses atacados nos jornais têm culpa ou não». O sargento Álvaro lembrou que o último protocolo permitia aos Movimentos terem apenas 15 delegações em Luanda, mas estavam «a abrir mais». Enquanto não lhes fossem atribuídos quartéis na cidade «não haveria possibilidade de as controlar», justificou Ferreira de Macedo. Mano Soares também estava indignado com o contrabando feito na bagagem dos militares enviada para a Metrópole: «*Está a haver uma tentativa de fazer negócio com tudo à chegada a Lisboa, desde liamba a diamantes. Deveria haver uma fiscalização à bagagem dos batalhões.*» O problema iria ser resolvido, prometeu Macedo: já tinha sido ordenado que em Lisboa toda a bagagem fosse minuciosamente revistada¹¹⁷⁴.

O óbito do Acordo de Alvor era evidente. Para a CCPA, Portugal tinha de mudar a estratégia, para

que as FAP não fossem um espectador passivo ou um mero árbitro dos beligerantes: deveriam intervir no conflito para Angola trilhar as pisadas do Processo Revolucionário em Curso (PREC) em Portugal. O MPLA apresentava-se «como um aliado natural» do MFA de Angola, escreveu Pezarat Correia, mas, por não ser possível uma aliança declarada com Neto, «era fundamental» atrair a UNITA para esse fim e destituir o Alto-Comissário. Silva Cardoso entendia que as FAP deveriam manter uma «neutralidade passiva, expectante, arbitral e formal», o que para a Coordenadora «não correspondia às exigências dos acontecimentos». Dever-se-ia «actuar, pela força se necessário, contra todas as manobras ou acções que violassem» o Acordo de Alvor¹¹⁷⁵.

No relatório de 19 de Abril a CCPA coligiu os argumentos para convencer Costa Gomes de que era crucial impedir que Luanda fosse controlada por Mobutu, reforçando desse modo o eixo Kinshasa-Pretória-Windhoek. As FAP deveriam impedir a FNLA de chegar ao Poder, devendo-se «privilegiar um acordo entre a UNITA e o MPLA»¹¹⁷⁶. «O MPLA, representante legítimo das forças progressistas angolanos, está totalmente aberto a uma completa colaboração com Portugal a todos os níveis e é, portanto, um aliado efectivo. Não dispõe, no entanto, a médio prazo, de capacidade para impor por si só uma linha correcta ao processo político angolano.» Mas seria tão difícil convencer Savimbi a ser a «muleta» de Neto como este aceitar aliar-se ao «Manobrador» (cognome que lhe fora dado pelo Exército português). A UNITA prosseguia «uma linha de “wait and see”, procurando tirar partido das confrontações entre os outros Movimentos». Savimbi era «um líder ágil politicamente, um bom jogador capaz de desempenhar» o papel que se lhe pretendia atribuir, servindo naquela fase «como o fiel da balança»: «É, para já, a pedra que teremos de tentar mover neste xadrez. Deverá, portanto, ser este o nosso próximo lance: conseguir uma aproximação efectiva e uma futura conjugação de esforços entre o MPLA e a UNITA, que é inevitavelmente a noiva de conveniência do MPLA, como única forma de garantir para Angola a via para um futuro progressista.»¹¹⁷⁷ Poderia prometer-se a Savimbi um lugar de relevo na hierarquia de Estado. Seria «o antídoto» contra a virulência marxista do núcleo mais radical do MPLA (do qual Lúcio Lara e Nito Alves faziam parte). Diria, aliás, Pezarat Correia que «o entendimento entre o MPLA e a UNITA não foi possível» porque Neto, «pressionado pelas posições extremistas e voluntaristas das estruturas do Poder Popular, o recusou»¹¹⁷⁸. À estratégia opôs-se Rosa Coutinho que era favorável a «um acordo privilegiado com o MPLA»¹¹⁷⁹. A cisão no MFA iniciada com a demissão de Melo Antunes, em 29 de Julho, e a formação do Grupo dos Nove (que culminou com a nomeação de Mário Ruivo como MNE em Agosto de 1975) começara a esboçar-se. De um lado estavam os que defendiam a entrega do Poder ao MPLA; do outro os que também o defendiam, mas aliado à UNITA.

Lisboa autoriza entrada de armas para o MPLA

A CCPA pedia a Lisboa mais poderes de modo a impor a sua estratégia pois a sua margem de manobra, «já de si bastante limitada» pelo Alvor, era «ainda mais travada pela acção de um Alto-Comissário completamente fora do espírito do MFA.» Apostar «na aproximação MPLA/UNITA» era «a última possibilidade de instalar em Angola um regime progressista e furtar assim o seu povo à exploração imperialista». Os delegados consideravam que após 11 de Março seria necessário abandonar a política herdada da «era spinoлиста» que, como Mombaça e Alvor mostravam, falhara. Para a Coordenadora o Acordo da Penina era «um instrumento nitidamente desadequado à situação» vigente que deveria ser reformulado¹¹⁸⁰. Portugal cometera uma «contradição básica» ao reconhecer os três Movimentos, «um dos quais completamente fora da faixa política do MFA» [a FNLA]. Empreendiam naquele momento uma «corrida desenfreada pelo Poder» que só acabaria depois de «um deles esmagar

física ou politicamente os outros dois». Até esse desfecho seriam «possíveis alianças tácitas de dois contra um», embora «forças internas estranhas» (a «quarta força» como era designada a ameaça branca) pudessem tentar «tirar partido da situação». Sobretudo depois do 11 de Março tornara-se mais difícil conciliar a linha progressista da Metrópole com a que continuava a ser seguida em Angola. «Pior ainda» se a FNLA ganhasse vantagem. Lisboa deveria ajudar o MPLA. Este «realinhamento» implicaria que fosse abandonada de imediato a atitude «passiva e expectante de árbitro interessado mas impotente para disciplinar e regular o jogo. Temos, portanto, de entrar também e activamente nele.»

O MFA de Angola queria entrar na contenda para ajudar o MPLA, mas como fazê-lo? «Antes de mais» definindo «os objectivos a atingir: «O ideal seria deixarmos Angola entregue às suas forças verdadeiramente progressistas», mas como a realidade angolana se opunha «a esta ambição profunda», restava «como única via possível tentar o reforço de uma frente unitária» contra o «imperialismo internacional»¹¹⁸¹. Tal só seria possível se o MPLA se afastasse da URSS e a UNITA da FNLA, o que não era garantido, ainda que a solução tivesse «o apoio da Tanzânia e da Zâmbia». A opção suscitaria «reações desfavoráveis da FNLA, por um lado, e do Exército, por outro», por muitos graduados não a defenderem. Por isso, a ordem teria de ser emanada de cima: o Conselho de Revolução deveria tomar «uma atitude rápida e firme no sentido de oficializar a proposta. Portugal também deveria captar apoios para o MPLA e a UNITA no Leste europeu e entre os países não-alinhados, de modo a reduzir a influência dos EUA/Zaire e da URSS/Congo no território, cujos apoios (apontava a CCPA) «em certos casos impedem mesmo a aproximação de outros menos interessados mas mais de acordo com a linha progressista que gostaríamos de ver implementada em Angola»¹¹⁸².

Em 29 de Abril, Martins e Silva transmitia as linhas de actuação emanadas do Conselho da Revolução: «*Através de conversações secretas levar o Dr. Savimbi a aceitar uma acção concertada com o MPLA, sugerindo a possibilidade de lhe ser proporcionada uma posição de vantagem ao chegar a 11 de Novembro.*»¹¹⁸³ Como a Coordenadora sugerira, o líder da UNITA deveria ser seduzido com a promessa de um lugar proeminente: «*Deveremos atrair o Dr. Savimbi, mostrando-lhe que pode ter um papel importantíssimo como fiel da balança na disputa FNLA-MPLA.*» Que se tivessem cuidados redobrados na passagem da informação, atendendo a «uma possível fuga para a FNLA» de alguns dirigentes da UNITA que eram contra uma aproximação a Neto. Em simultâneo, Belém decretava a política de neutralidade activa para Angola. Embora fosse desejável as FAP não se envolverem em confrontos armados, admitia-se que, «em casos extremos» tivessem de o fazer, mas sem poderem «contar com reforços de efectivos» pois não seriam enviados mais soldados para Angola: «*Neste caso, o Comando-Chefe só poderá contar com as forças que lhe estão atribuídas.*»¹¹⁸⁴ A Presidência da República concordava que fosse realizada uma reedição do Alvor para encontrar outra fórmula de entrega do Poder face à impossibilidade da via eleitoralista. Sem eleições não haveria em 11 de Novembro qualquer órgão legítimo ao qual passar a soberania. Iriam mais vezes a Angola membros do Conselho da Revolução e do governo para colaborarem directamente no processo, estando, contudo, impossibilitados de tomar qualquer decisão que implicasse a permanência do Exército em Angola para além da data-limite. Era assim anulado o compromisso aceite no Alvor de manter um dispositivo reduzido no território até Fevereiro: seria conveniente a retirada concluir-se até ao Natal.

Luanda estava oficialmente autorizada a fornecer muito e capaz equipamento militar aos dois Movimentos (MPLA e UNITA) e a facilitar o desembarque de armas para o MPLA: «*Conservando o mais rigoroso sigilo, actuar-se-á de modo a conceder facilidades à UNITA e ao MPLA, nomeadamente através da cedência de armamento em quantidades superiores às necessárias para os contingentes das Forças Militares Mistas. Não é forçoso obter-se a “aliança” sugerida para proceder à concessão de facilidades. Encarar a possibilidade de utilização da orla marítima por*

parte do MPLA. Ter presente que o material da NATO não pode em caso algum ser cedido.» O auxílio mais extraordinário era a permissão à entrada de armas do Pacto de Varsóvia destinadas ao MPLA, uma vez que a UNITA não poderia aceder ao armamento português da Aliança Atlântica. Doses maciças de armamento eram autorizadas a entrar em Angola para o MPLA poder igualar a capacidade bélica da FNLA. Como era mencionado na ordem de Belém: *«Fornecer em sigilo ao MPLA e à UNITA o armamento e equipamento que julguem indispensável para compensar o que entra pela fronteira da República do Zaire para a FNLA.»*¹¹⁸⁵

As reivindicações (inscrites nas 79 páginas do relatório da CCPA) tinham sido acolhidas pelo Conselho da Revolução: Silva Cardoso não era exonerado mas a Coordenadora controlaria e condicionaria a sua actuação, ao ser institucionalizada como «órgão de apoio político-militar». Sempre que o General tomasse decisões em questões de fundo que não fossem apoiadas pela maioria dos delegados da CCPA, deveriam «ser imediatamente enviadas ao Conselho da Revolução as actas das reuniões». Uma comissão de ramo e de especialidade coligiria «informações sobre os oficiais a sanear» em Angola, lista que posteriormente a CCPA faria chegar aos respectivos Estados-Maiores.

A protecção militar dos catangueses seria assegurada por uma companhia «substancialmente reforçada em armamento, munições e viaturas». Deveriam «preparar em Luanda, no mais absoluto sigilo» e em 48 horas, «a operação de armamento» dos Fiéis para entrarem em combate, caso fosse necessário, no exterior (leia-se no Zaire)¹¹⁸⁶. Havia «“todo o interesse” das FAP em controlar ou, no mínimo, condicionar a acção destes homens [...] usando-os ou impedindo o seu uso consoante os nossos interesses». Desde Dezembro de 1974 que ficara acordado: *«Os Fiéis ficariam ao lado do MPLA em caso de conflito generalizado e em troca do seu rearmamento e reequipamento.»*¹¹⁸⁷ Esta sua opção ainda parecia ser «seguida». Em Fevereiro tinham sido desarmados e agrupados no Camissombo, tendo sido extintos os outros campos: o do Cazombo ficara para o MPLA. Tinham recebido de indemnização seis meses de vencimento e abono de alimentação «a pagar mensalmente em seis fracções iguais»¹¹⁸⁸.

Os catangueses nunca fariam «uma aliança com a FNLA», justificava-se; seria «como uma traição aos seus objectivos». Em 5 de Abril tinham sido contactados pela UNITA para uma eventual colaboração, mas a diligência não teria tido «êxito dada a identificação reconhecida pelos Fiéis entre Savimbi e a FNLA». Com o MPLA mantinham «os acordos tácitos firmados anteriormente»: *«Os contactos mantêm-se com bastante assiduidade e existem largos indícios de que este Movimento rearmará os Fiéis logo que tenha oportunidade e disponibilidades. A aliança com o MPLA tende, neste momento, a transcender o plano tácito para assumir um carácter de aproximação ideológica.»* Os Fiéis eram «uma seta apontada» à cabeça de Mobutu, que tudo faria «para os neutralizar e destruir.» No início de Abril tinham sido, mais uma vez, assediados pelo Zaire através de uma delegação «constituída por um irmão de Tshombe (de nome Thomas) e por dois elementos da guarda pessoal» do chefe de Estado. Na ocasião foi-lhes novamente «acendada a amnistia e oferecido dinheiro», mas recusaram «ambas as propostas». Assistia-se «a uma corrida a nível interno e externo» pela sua adesão, mas Portugal não deveria «admitir que forças estranhas» (leia-se a «quarta força») os recrutassem. Porque seriam essenciais contra a FNLA: *«Os Fiéis constituem um precioso elemento dissuasor das pretensões do país vizinho (Zaire) e não podemos deixar de os utilizar como tal, se necessário.»* O Exército ainda tinha «um relativo controlo sobre os Fiéis, sobretudo através do pagamento fraccionado das indemnizações» e do capitão Figueiredo, em quem muito confiavam. A CCPA pedia que fossem rearmados pelas FAP, «quer para os utilizar ofensiva ou defensivamente quer como elemento dissuasor» às investidas do ELNA. Esta última recomendação constituía segredo de Estado: *«Como é evidente, a nível oficial apenas o apoio de ordem social deve ser conhecido e mesmo este revestido da maior*

*discrição. O apoio e as medidas de carácter militar serão de sigilo absoluto e ficarão ao nível de segredo de Estado. Para ainda serem eficazes, tanto umas como outras deverão ser accionadas imediatamente.»*¹¹⁸⁹

Os três grupos nacionalistas, que nunca tinham forjado «uma aliança» durante a guerra contra Portugal, continuavam em beligerância, recorrendo «facilmente às armas [...] usadas sem qualquer limitação e sem um controlo efectivo dos militares». «A falta de uma consciência nacional e a radicalização partidária» faziam prever a continuação dos confrontos. O número de efectivos continuava a ser díspar consoante as fontes. Este relatório atribuía 22.000 efectivos à UNITA, 15.000 ao MPLA e 8.500 à FNLA mais os 2.500 de Chipenda. «A maior parte dos antigos Flechas» aderira à FNLA, cujos principais CIM em Angola se situavam em Quiende, Carmona, Zavula e Luquembo, embora o seu bastião fosse a base de Kinkuzu, no Zaire, onde o treino se prolongava «normalmente por três meses». Dominava toda a área a norte do eixo Luanda-Henrique de Carvalho, excepto no corredor do MPLA de Luanda a Malange, que passava por Catete, Salazar e Quibaxe. Os principais CIR do MPLA localizavam-se em Benza, Fortim do Dande, Úcuá, Bango-Azongo, Nova Gaia, Cazage, Cavungo, Missongo e Capombunge. Tinha um apoio político significativo e um forte dispositivo militar em Luanda, dominando militarmente essa área e parte da faixa litoral sul, no eixo Lobito-Benguela, que disputava à UNITA. Tinha ainda «uma forte implantação no saliente de Cazombo e na parte nordeste de Cabinda». A UNITA só detinha três bases de treino «na região nascente do Lungué-Bungo, na Cela e em Sá da Bandeira». A sua principal força de adesão estava sediada «no planalto central, abrangendo parte ou a totalidade dos distritos de Moxico, Bié, Huambo e Huíla, e tinha ainda uma implantação relevante no Cunene e em Moçâmedes»¹¹⁹⁰. Ao longo dos seus nove anos de existência não tivera «praticamente apoios externos de vulto», socorrendo-se do armamento disponibilizado pelas FAP às FMM¹¹⁹¹.

Em Luanda a FNLA teria entre 3.000 e 4.000 homens, contando com o apoio de parte da população branca do Noroeste, mas não da população africana. O MPLA teria 1.200 a 1.800 homens e a sua maior vantagem advinha da «maioria da população suburbana organizada e controlada através das Comissões de Bairro», às quais entregava «armas em número considerável». Tanto o ELNA como as FAPLA utilizavam «espingardas automáticas, granadas de mão, lança-granadas-foguete, metralhadoras ligeiras e pesadas, algumas antiaéreas, morteiros e canhões sem recuo», cujas quantidades eram «impossíveis de avaliar», pois introduziam «continuamente armamento no território. A UNITA não tinha «armamento suficiente [...], procurando obtê-lo oficialmente das autoridades portuguesas»¹¹⁹². A FNLA recebia desde o início de 1974 «elevadas quantidades de material de guerra da China» e os oficiais belgas das bases de Kitona e Banza Ngungo tinham sido substituídos (no início de Abril) por norte-coreanos¹¹⁹³. Era apoiada pelo «capitalismo internacional» e pretendia estabelecer «um eixo de influência da Nigéria à África do Sul»¹¹⁹⁴.

O MPLA beneficiava do «apoio de vários países comunistas: União Soviética, Jugoslávia e Checoslováquia através da Zâmbia, Tanzânia e do Congo», concedido em armamento e em frequentes cursos de especialização: «A necessidade de aumentar a curto prazo a sua capacidade militar, a fim de fazer face à posição de força da FNLA, parece ter determinado uma nova aproximação do MPLA à URSS», o que era comprovado pelo «recebimento de vários carregamentos de material de guerra provenientes não só da União Soviética como de outros países comunistas», como a Jugoslávia e a Checoslováquia. A ligação excessiva a Moscovo poderia, no entanto, acorrentá-lo a «um enfeudamento demasiado pesado» e restringir a sua «independência política», além de poder inibir o auxílio «de outros países que embora progressistas não querem ser aliados da URSS neste tipo de apoio», referia a CCPA. Brazzaville (que pouco apoio lhe dera durante a guerra) «procurou a partir do 25 de Abril que [o MPLA] transferisse os seus efectivos para o interior de Cabinda». O Congo continuava «a permitir o

desembarque de material de guerra no porto de Ponta Negra» e que tivesse um «importante centro de treino em Dolisie». A Tanzânia facilitava a passagem «de armamento e equipamento destinado ao Leste de Angola» e a Argélia era «uma espécie de mentor revolucionário do MPLA, proporcionando-lhe apoio político e diplomático»¹¹⁹⁵.

Ideologicamente defendia algumas medidas dos governos gonçalvistas: «A solidariedade para com os povos africanos progressistas; a reforma agrária: “a terra é de quem a trabalha”; a liquidação dos regimes de monocultura; a nacionalização dos recursos energéticos e de empresas públicas e a criação de cooperativas de produção e consumo.» Em termos doutrinários a FNLA não diferia substancialmente do seu adversário. Também defendia a nacionalização fundiária, da energia, indústria, banca e seguradoras, a distribuição de terras aos camponeses e a estatização do comércio e da produção agrícola, mas agia «em franca e sistemática contradição com o seu programa»: reagira contra as nacionalizações em Portugal, alinhando com «o grande capital» e continuava a «submeter as suas propostas a Kinshasa». A UNITA distinguia-se por defender um regime «de tipo socializante de raiz africana». Seguia «uma linha moderada» e de «aliciamento à população europeia» e «uma política de conveniência», mas a sua grande fragilidade era não ter quadros: «A UNITA é o seu presidente.»¹¹⁹⁶

O governo era descrito como «inoperante» devido «à incompetência de alguns membros, à falta de experiência governativa de outros» e por «todos sobrepor aos interesses nacionais os dos Movimentos que representam». Não criara a maioria das comissões paritárias mistas previstas no Alvor, «as já nomeadas» eram improdutivas e procediam «à transferência ou saneamento de trabalhadores do Estado em função da sua filiação partidária», o que levava «à fuga de Angola de técnicos e funcionários e à paralisação progressiva do aparelho administrativo do Estado»¹¹⁹⁷.

O caso do navio jugoslavo

A OUA anunciara o envio a Angola de uma Missão mista (OUA/ONU) para apurar responsabilidades nos confrontos de Março: deveria chegar no dia 10 de Abril e ficar durante uma semana, mas a visita não era desejada por nenhum Movimento. Na CND todos os Movimentos se pronunciaram contra. Não obstante o repúdio à visita – «uma lamentável ingerência em assuntos do foro exclusivo das autoridades» angolanas, segundo as direcções partidárias e o governo – os delegados desembarcaram em 15 de Abril em Luanda, declarando à chegada que apenas pretendiam «tomar contacto com as realidades sociais e económicas de Angola» e não investigar os incidentes ocorridos¹¹⁹⁸. Nessa manhã Tom Killoran passou pelo gabinete de José Valente, ao qual disse que os EUA tinham «deixado cair» Angola por ser inevitável a sua transferência para a zona de influência soviética: «Angola iria ser um país comunista.» O brigadeiro passou a informação ao Alto-Comissário que nessa noite recebia para jantar no Palácio os membros da delegação¹¹⁹⁹.

Entre a tropa portuguesa, «a imediata passagem à licença registada» dos militares do Exército que tivessem «a cargo o sustento de descendentes e ascendentes incapacitados» foi «recebida com bastante satisfação», seguida de alguma «frustração e descontentamento» porque em Angola o despacho só se efectivaria «em casos considerados muito especiais, por causa do elevado número de militares abrangidos se fosse aplicado sem restrições». A Marinha e a Força Aérea estavam a segui-lo no território, o que fez o pessoal do Exército sentir-se mais injustamente penalizado¹²⁰⁰. Os militares desejavam partir; os estrangeiros já estavam a fazê-lo. Com o aumento da violência muitas empresas americanas repatriaram as famílias dos funcionários (amajoria residente em Luanda) ou estavam a preparar o regresso enquanto a evacuação era possível. Adiantava Killoran que se tornara insuportável viver em Luanda: «Não havia alimentos, a vida social praticamente deixara de existir; havia poucos

*locais para as crianças brincarem e sentiam um medo permanente com a segurança das mulheres e dos filhos por causa dos assaltos e da violência na rua.»*¹²⁰¹ No Bairro de São Pedro em Nova Lisboa um comerciante tinha sido morto a tiro na sua loja por um militar do ELNA¹²⁰². As FAPLA tinham assaltado residências no Cuando-Cubango «sob o pretexto de procederem à apreensão de armas», e no Catete (próximo de Luanda) a mulher de um comerciante, agredida e insultada por um militar das FAPLA, foi presa juntamente com os dois filhos¹²⁰³. Um europeu tinha sido morto «à catanada na estrada Luanda-Catete» e um condutor assaltado e ferido a tiro na via Catete-Viana¹²⁰⁴. Em Artur de Paiva, a UNITA espancava e prendera um homem, detendo e ameaçando também a esposa e, em Carmona, fez o mesmo a um comerciante que recusou comparecer na sua delegação¹²⁰⁵. Em Pango Aluquém, as FAPLA tinham agredido violentamente dois europeus, um dos quais com 70 anos, e espancado um outro em Banga, no Cuanza Norte¹²⁰⁶.

Não surpreendia que a reunião da CND começasse mais uma vez com a repreensão de Silva Cardoso ao incumprimento das deliberações. O país mergulhara na «anarquia» e continuavam a ocorrer ocupações selvagens em Luanda, Luso, Caxito, Malange e Bela Vista. As FMM iriam ser autorizadas a desalojar os ocupantes e a reaver o material retirado. Era «utópico» julgar que as FMM o fariam, contrariou Leonel Cardoso: os soldados africanos integrados não actuariam contra os Movimentos a que pertenciam. Se prosseguisse «o desrespeito constante» empregar-se-ia a força, ameaçou o General, e não haveria perdão para os militares portugueses encontrados a actuar «com partidatismo» porque «o papel de árbitro» não se exercia «com tiros». Os ministros angolanos alegavam não ser responsáveis pelas acções das bases e em relação à entrada de material em Angola, «os Estados-Maiores informaram não estar a par da situação» e, por isso, não tinham debatido o assunto, referiu Lopo do Nascimento. Era estranho. Ainda nessa semana tinha aterrado no Luso «um avião vindo de Dar-es-Salam com material para o MPLA», acicatou Johnny Eduardo, exigindo explicações¹²⁰⁷. Silva Cardoso fora informado pela CCPA (uma semana antes) que estaria prestes a chegar ao Luso «um avião com armamento para o MPLA»¹²⁰⁸. Dar-es-Salam pedira «as características da pista»; três dias depois um avião da companhia queniana African Safari entrou no espaço aéreo angolano sem autorização e aterrou às 7h58: «*Aparentemente, veio fretado pelo MPLA e com o propósito depois declarado de desembarque de medicamentos e fardamento.*» Foi solicitado que «fosse impedido o desembarque da carga e que a tripulação ficasse retida a aguardar instruções», adiantou. As FAP não tinham impedido a aterragem, acusou Eduardo. N'Dele concordou. A carga não eram apenas fármacos e uniformes, insistiu o ministro da FNLA. A mensagem sobre o voo não chegara atempadamente ao Luso e daí não terem sido «tomadas medidas eficientes pelas FAP», alegou Silva Cardoso, além de o radar da base não ter potência suficiente para detectar a presença da aeronave. Era «um precedente muito grave», declarou Eduardo. Outros Movimentos (leia-se a FNLA) já o tinham feito sem que as FAP se tivessem oposto, ripostou Lopo do Nascimento. Se se referia aos aviões do Zaire em Ninda, era «da responsabilidade de Chipenda» antes de ter aderido à FNLA, prosseguiu Eduardo. Queria era saber que medidas tinham sido tomadas no Luso. Até à data nenhuma, respondeu o Alto-Comissário. N'Dele sugeriu que a tripulação ficasse alojada em Luanda «para averiguações e julgamento» e o avião retido até se apurarem responsabilidades. O MPLA elaboraria um relatório sobre «a natureza da carga e a sua proveniência» e a transportadora ficava proibida de sobrevoar ou aterrar em Angola, anunciou o General. O avião ficaria apesado para não ser reabastecido e as conclusões da comissão de inquérito seriam depois apreciadas pela CND¹²⁰⁹.

Não havia como provar que o avião proveniente da Tanzânia transportava armas para o MPLA porque tinham sido retiradas do porão antes de ser vistoriado, como revelam os arquivos cubanos. Em Janeiro, Neto pedira a Fidel Castro «100.000 dólares para transportar para Angola as armas que tinha

em Dar-es-Salam», mas como a verba não foi concedida em tempo útil recorrera a outro país amigo. «Belgrado forneceu a Neto os 100.000 dólares pedidos a Fidel e o comandante Perigoso das FAPLA foi bem-sucedido na transferência das armas de Dar-es-Salam para Angola; em meados de Abril [...] Perigoso fretou um DC-10 e carregou-o com armas, uniformes e medicamentos, e a 21 de Abril voou para uma área abandonada do aeroporto do Luso, onde as armas foram logo descarregadas por militares das FAPLA. Quando os portugueses apreenderam a aeronave já só estavam a bordo os uniformes e os medicamentos.»¹²¹⁰ No Luso tinha sido descarregado «material diverso para sete camiões com destino ao MPLA»¹²¹¹, mas as FAP também sabiam da «descarga de material na praia de São Tiago com destino ao MPLA, cujo transporte foi efectuado em oito viaturas», no dia 23 de Abril¹²¹². E que, três dias depois em Teixeira de Sousa, esse Movimento impedira a abertura de um vagão por «trazer material de guerra»¹²¹³.

O MPLA aguardara quatro meses pela resposta de Cuba. Neto não insistiu nem manifestou pressa porque, como referiu Lúcio Lara, no início de 1975 Cuba não era a sua principal fonte da ajuda militar, mas sim Belgrado e Moscovo. Além disso, como também explicara, a maior urgência do MPLA era de armas e não de instrutores¹²¹⁴. Esperavam que o reforço soviético em «assistência técnica, militar e civil» (que o embaixador russo em Brazzaville prometera a José Eduardo dos Santos em 30 de Janeiro) «chegasse a tempo»¹²¹⁵. Já em Março 100 comandantes das FAPLA tinham ido «para Moscovo para ser treinados»¹²¹⁶. Necessitava de armamento, carros blindados, veículos todo-o-terreno, uniformes, equipamentos de transmissão à distância e espingardas automáticas que lhe permitissem enfrentar o exército Holden-Chipenda e a artilharia sul-africana, caso esta entrasse no conflito. Em Abril, «os soviéticos reforçaram a capacidade militar das FAPLA»¹²¹⁷. Nesse mês o secretário executivo do Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiática anunciou a ida de uma delegação russa a Luanda para, em privado, «discutir com a direcção do MPLA formas de ajuda material concreta a Angola na preparação de quadros»¹²¹⁸. No dia 14 de Abril a embaixada soviética em Brazzaville comunicou a Moscovo não esperar que a guerra civil rebentasse antes de Novembro. Como Melo Antunes, o diplomata acreditava que mais perto da independência os Movimentos rivais (ou pelo menos a UNITA) voltassem à mesa das negociações para integrar uma coligação liderada pelo MPLA. Também não cria numa ingerência directa dos EUA nem dava muito crédito aos relatórios do MPLA sobre a intervenção da África do Sul e do Zaire¹²¹⁹. Foi também em meados de Abril que o responsável pelas Relações Exteriores do MPLA Paulo Jorge, foi a Cuba. De seguida uma delegação do MFA reuniu-se em Havana com Fidel Castro.¹²²⁰ Após as duas visitas, o director das missões militares exteriores cubano, Raúl Díaz-Argüelles, chefe da décima direcção, «elaborou um plano de ajuda militar ao MPLA, de Maio de 1975 a 1976»¹²²¹.

Um dos maiores desembarques de armas soviéticas em Luanda ocorreu na noite de 28 de Abril, quando o navio jugoslavo *Postoyna* atracou numa doca «exclusivamente guardada por elementos das FAPLA». Como escreveu Gonçalves Ribeiro: «Iniciou o descarregamento de grande quantidade de armas e munições transportadas para o exterior em viaturas pesadas do MPLA, situação que só foi detectada no dia seguinte, pois o navio dispunha de autorização válida para escalar Luanda, como veio a apurar-se mais tarde...»¹²²² Nessa noite rebentou um tiroteio acompanhado de explosões de granadas de morteiro no Bairro Operário (onde MPLA e FNLA tinham delegações) que «continuou até ao amanhecer»¹²²³. Luanda viveu um «ambiente de terror». Constituída cerca das 3h30 da madrugada, a comissão de inquérito não tinha ainda conclusões a apresentar na reunião da CND dessa tarde. Antes do início dos trabalhos, Johnny Eduardo disse que «a guerra recomeçara» e, por isso, ia para junto dos seus homens. A paz em Luanda fora mais uma vez perturbada pelo MPLA, que não era a organização «bem-intencionada e pura» que fazia crer. E ninguém lhe fazia frente, pois as FMM não pareciam

interessadas em actuar. Deveriam ver «o aparato bélico montado pelo MPLA em volta do Bairro Operário», disse. O que se passara foi «pura indisciplina de fogo», tranquilizou o Alto-Comissário, pois tinha ocorrido «fogo a noite inteira e nem uma única baixa». Os disparos não teriam sido feitos «à toa», sem «um objectivo», retorquiu o ministro da FNLA. Macedo confirmava o que Silva Cardoso dissera: «Os tiros disparados durante a noite eram altos e sem procurar atingir qualquer alvo» em concreto. Já tinham contactado as delegações na cidade e nenhuma tinha «sido atacada». Eduardo garantia «ter ouvido tiros no Bairro Prenda, inclusive de morteiro», e de manhã soube que «tinha sido destruída uma base da FNLA». Para o comandante Veríssimo Sabino da UNITA, o MPLA incitara a população, incluindo «mulheres e crianças, a avançar sobre a base da FNLA no Bairro Operário», provavelmente por pensar «que dali tinham partido os tiros de morteiro»: era a única explicação que lhe ocorria, pois os civis teriam sido «encorajados por alguém»¹²²⁴.

A FNLA não iria protestar mais contra «a distribuição de armamento a crianças e a populares»: responderia «à violência pela violência», garantiu Eduardo. Se chegavam aviões ou navios com armas para o MPLA, a FNLA também tinha «amigos com aviões e barcos» que lhe permitiriam «armar a população». Aliás, os militares da FNLA não tinham evacuado o quartel do Bairro Operário «por medo ou por falta de potencial de combate, mas para evitar derramamento inútil de sangue e não serem acusados de chacinar civis»¹²²⁵. Acabado de chegar à reunião, o chefe da comissão de inquérito (o comandante das FAPLA, Nito Alves) informou que o tiroteio começara «na Avenida dos Combatentes e depois se generalizara à estrada do Catete, Bairro Operário e Praça de Touros». Não teve tempo para conclusões mais detalhadas, explicou, por entretanto terem ocorrido acções de fogo em «mais seis zonas». Os Estados-Maiores deveriam pedir às bases para recolherem aos quartéis «e não responderem a fogo indiscriminado, mas só em caso de perigo iminente» e era imposta «a total proibição de circulação de forças militares não autorizadas». Tinha sido «a noite mais agitada» em Luanda desde 31 de Janeiro, reconhecia (em comunicado) a CND¹²²⁶.

Se não havia baixas e o fogo tinha sido «alto», o tiroteio destinara-se «a desviar as atenções do descarregamento de um barco jugoslavo que se encontrava atracado no porto de Luanda com armamento para o MPLA», disse Veríssimo. Porque as forças do MPLA tinham tomado posições «a fim de impedir que alguém se aproximasse». Ele tinha ido ao porto e visto o navio a ser descarregado «e que algumas Berliet estavam a transportar caixas para o exterior». Até perguntara a um alferes português se precisava de homens das FALA no local mas respondera que «não eram necessárias porque as FAPLA garantiam a segurança.»¹²²⁷ Às 18h55, os dois oficiais do COPLAD que se deslocaram à zona portuária juntaram-se à reunião. O capitão Nogueira observara que «uma grande quantidade de cunhetes metálicos estava já descarregada» e enquanto lá esteve «saíram quatro camionetas carregadas de material, cuja natureza não fora possível averiguar». Falaram apenas com um furriel das FMM por não terem encontrado «nem o alferes nem o comandante do porto». O major Viegas confirmou que «junto do navio só havia elementos das FAPLA não integrados». O furriel presente disse-lhe que «os outros postos no porto estavam guarnecidos pelas FMM». Bruce Porter, adjunto de Killoran no consulado americano, lembra-se dessa madrugada: «*Dentro de carros em ruas desertas fora do porto, entre as 2h00 e as 4h00 da manhã, vi camiões atrás de camiões, atrás de camiões com armamento do Leste europeu a circular em Luanda.*»¹²²⁸

Para Eduardo era óbvio que o compromisso assumido de manhã pelo ministro do MPLA (de apenas ser «descarregado fardamento e viaturas e não material de guerra») fora violado. O navio tinha autorização para atracar? Tinha, respondeu Silva Cardoso, «como todos os barcos de carga que fazem escala em Luanda ou noutros portos». Veríssimo reiterou que os tiroteios não teriam surgido «espontaneamente»: teriam sido «planeados». Se o MPLA tinha «amigos na Rússia», a FNLA também

os tinha na China, que lhe poderiam «fornecer o armamento» que desejasse, ameaçou Eduardo. Sabia que até já havia «mísseis SAM3 em Angola». «Para serem usados contra quem?» Não eram decerto para «construir a paz». Já eram «dois factos consumados: o do avião e agora o do barco» e seguramente as armas do navio jugoslavo iriam ser, nessa noite, «distribuídas pelas populações dos muceques». A FNLA que apresentasse propostas concretas, desafiou o general Macedo, já que raramente o fazia. Não era assim, rebateu Eduardo, o que acontecia era as propostas serem aceites com uma mão enquanto a outra se armava. Sabia, aliás, que estava para chegar «mais um barco com bandeira grega» que iria decerto descarregar «sem qualquer interferência», numa clara violação ao Acordo da Penina, disse. Confundia «dois problemas distintos», rectificou Valente: «A entrada de material de guerra só dizia respeito aos Movimentos», cabendo-lhes encontrar uma solução; quanto à alegada cumplicidade das FAP, só depois de se apurar se havia militares portugueses «a colaborar» nisso é que poderiam ser acusados de violação do Acordo¹²²⁹.

Para Veríssimo, a carga deveria ser apreendida. Nada deveria sair do porto até se verificar o que havia nos contentores. Era necessário averiguar se tinha havido «conivência» do comandante do porto e ser emitido um comunicado a condenar o MPLA, em que também fosse censurado pelo caso do Luso. Porque, se as FAP diziam ser um árbitro, teriam de provar não serem «coniventes com ninguém». O comandante do COPLAD recém-chegado à reunião avisou que «o tempo urgia»: era preciso dar ordem de suspensão ao descarregamento, antes que tudo saísse do porto, embora o embargo fosse difícil, pois os funcionários da Alfândega tinham declarado «toda a carga legalizada.» As armas deveriam ser reembarcadas e o navio «escortado pela Armada portuguesa até sair de águas territoriais angolanas»¹²³⁰. O que não impediu as armas de chegarem ao destino. O *Postoyna* acabou por descarregar «numa praia nas proximidades de Luanda uma grande quantidade de material e duas viaturas semelhantes a autometralhadoras Panhard». Tinha também sido detectado «um Cessna» registado em nome de um piloto civil a transportar «material de guerra de Cabinda e de Ponta Negra para o interior» de Angola e pelo Leste tinham entrado cinco camionetas com material e 110 homens apeados em Calunda¹²³¹.

Purga em Luanda

Depois de o ELNA ocupar uma casa no Morro da Luz (próxima do quartel do Estado-Maior das FAPLA) e de o *Postoyna* ter aportado, no dia 29 de Abril ocorreu mais «um intenso tiroteio na região suburbana» de Luanda, de que resultaram 24 mortos e 108 feridos, tanto civis como militares¹²³². Os bombardeamentos começaram nessa madrugada e foram-se agravando nos dias seguintes «com mortos, feridos e indisciplina das populações»¹²³³. No Conselho Coordenador, Silva Cardoso perguntou se a «quarta força» tinha estado envolvida. Na reunião com os Estados-Maiores angolanos apenas o MPLA falara nessa presença, informou o comodoro. A CCPA não detectara a participação de tais indivíduos. Para Silva Barata, como em Março ocorrera militarmente «um equilíbrio entre o MPLA e a FNLA», era uma forma de «transferir a culpa» para outros e não entrarem «em confrontação armada directa». Seria muito difícil evitá-la: os soldados da FNLA estavam «obstinados contra o MPLA» que acusavam «de lhes ter destruído uma delegação»: «Não lhes vão perdoar», disse Ferreira de Macedo¹²³⁴. Os tiroteios e as desocupações forçadas de residências que estavam a ocorrer poderiam «arrastar» os brancos para o conflito, levando-os a reagir, alertou o primeiro-tenente Sabino Guerreiro. Para Simões, a FNLA estava «a recorrer ao argumento da cor» para arranjar problemas. Não tinha sido «a FNLA que tomou a iniciativa de falar em raças, mas sim o MPLA», contrapôs Valente¹²³⁵. O ódio aos brancos estava há meses a ser instigado, referiu Silva Barata: ainda antes de Alvor fora o MPLA a apelar «ao racismo» para «ganhar a simpatia da população negra»; agora era a FNLA a ameaçar que «os brancos não

escapariam». «O problema da cor» tinha sido mencionado pela primeira vez na CND oito dias antes, precisou Leonel Cardoso. E o ministro da Agricultura da FNLA, Mateus Neto, «chamou a atenção várias vezes no Conselho de Ministros que na próxima onda de violência os brancos seriam atingidos no asfalto», completou o Alto-Comissário. Estavam «criadas as condições para o aparecimento “às claras” da quarta força», insistiu Barata, e não seria constituída apenas por brancos, pois já existia «população negra a revoltar-se contra os actos cometidos pela FNLA e pelo MPLA.» O primeiro-tenente Soares Rodrigues concordava: não se deveria identificar a quarta força apenas com a etnia branca, pois muitos africanos a integravam.

Os Movimentos queriam «a todo o custo denunciar a quarta força» para começarem «a prender indivíduos brancos», referiu Ferreira de Macedo. Alguns já tinham sido capturados. Segundo as FAP tinham sido efectuadas «prisões de europeus e africanos com aplicação de maus-tratos e roubos dos seus haveres por parte do MPLA aos prisioneiros conduzidos à Praça de Touros», que estavam a ser «sujeitos a péssimo tratamento e a torturas». O relatório da semana anterior pormenorizava as condições no cárcere: «*Sequestro de brancos para a Praça de Touros em Luanda por parte do MPLA, onde são severamente espancados e submetidos aos maiores vexames durante horas seguidas. Nos interrogatórios, entre outros actos indignos, obrigam os presos a repetir durante horas: “O povo é o MPLA e o MPLA é o povo”.*»¹²³⁶ E não se poderia contar com a tropa. A desmotivação das unidades era tal que em breve não se poderia contar com elas. Não se sentiam motivados a participar no apaziguamento dos conflitos, e por esse caminho chegar-se-ia a um ponto em que a chamada dessas forças já não valeria de nada, referiu Barata. Se não se pudesse contar com a tropa, «as consequências seriam funestas» e as FAP sairiam de Angola «com a cara suja», disse. O próprio Conselho da Revolução disse à CCPA (na reunião que tiveram) ser «preferível correrem-se riscos do que sairmos vexados». Macedo duvidava que o uso da força prestigiasse Portugal, até por o emprego da força em caso de incumprimento pelos angolanos não estar previsto no Acordo de Alvor. Os Movimentos tinham começado «a apalpar terreno» desde a posse do governo, disse Rodrigues. Como perceberam que podiam agir à vontade sem sofrerem represálias, aumentaram a intensidade dos confrontos e já o faziam despudoradamente enquanto a parte portuguesa só estava «preocupada em chegar a 11 de Novembro sem dar tiros»¹²³⁷.

As unidades estavam cansadas de ser deslocadas «de um lado para o outro sem proveito nenhum», afirmou Vilalobos. Julgava, aliás que a população branca ainda não tinha ido embora por «falta de meios», pois estava «igualmente farta de ver atitudes de fraqueza das Nossas Tropas em relação às atitudes inconvenientes dos Movimentos». A maioria estaria «apenas à espera do fim do ano lectivo para sair», mas depois do que acontecera deveria começar a partir de imediato. De qualquer modo, independentemente do que se fizesse, Portugal iria sempre julgar a tropa em Angola: «por fazer ou por não fazer.» «Se ainda estivéssemos ao mesmo nível ou a um nível superior, estaríamos à vontade para aplicar a força, mas neste momento a nossa força está por baixo», disse Sabino Guerreiro. Só a parte portuguesa cumpria um acordo que não tinha «existência real no terreno», concluiu. Para Barata talvez fosse aconselhável pôr as tropas «a defender o alcatrão» (zona residencial da população branca). Porque se os brancos não fossem protegidos poderia «assistir-se à nossa corrida daqui por eles»¹²³⁸.

Os receios deste major não eram infundados. Depois dos seus domicílios serem invadidos por indivíduos armados à procura de armas, de serem despejados à força das suas casas, de serem ameaçados, agredidos ou mortos, no dia seguinte (1 de Maio) centenas de brancos protestaram junto ao Palácio, exigindo meios para deixar Angola. A multidão insultou a tropa por não os proteger: «*Derrubaram o gradeamento e os portões mas foram travados na porta pela PM. [...] Queriam ir embora de Angola e gritavam: “Estamos a ser mortos. Estão a violar as nossas mulheres”.*»¹²³⁹ Pela

primeira vez desde a posse do governo a população colona mostrou a sua indignação. Os comandantes que surgiram à janela foram apedrejados (uma pedra rasou a cabeça de um deles) e alguns vidros da fachada partidos¹²⁴⁰. Os brancos tinham percebido estar por sua conta e risco. A violência entrava-lhes em casa e não havia a quem recorrer. O protesto não era exagerado: nas noites anteriores o tiroteio impressionara quem tinha feito várias comissões de guerra, como o coronel Passos Ramos: «*Balas tracejantes riscavam o céu. Uma coisa medonha. Estive na guerra muitas vezes debaixo de fogo e nunca vi tanto tiro na minha vida como naquela noite.*»¹²⁴¹

Entre 29 de Abril e 2 de Maio os luandenses viveram debaixo de fogo cerrado de «grande intensidade». Aos bombardeamentos contínuos «com emprego de armas ligeiras, metralhadoras pesadas, lança-granadas-foguete e morteiros» seguiram-se as acções de fogo posto e pilhagem. Apesar de proibidas as comemorações do Dia do Trabalhador, milhares de populares saíram à rua «enquadrados por civis armados e elementos dos Movimentos, com maior relevância por parte das FAPLA». Ocorreram assaltos e saques em «habitações dos bairros suburbanos»; coacções ao abandono de certas residências nesses bairros; «agressões, violações de mulheres e a prisão indiscriminada de cidadãos»¹²⁴². No cimo dos edifícios e em viaturas junto às sedes partidárias avistavam-se atiradores furtivos, brancos e negros. Calculava-se que em menos de uma semana teriam sido mortas 300 pessoas e feridas 600: a quase totalidade, civis. Tinha sido «a mais violenta onda de distúrbios» em Luanda desde Julho de 1974: «*Como sempre, a maior vítima dos recentes incidentes em Luanda foi a população africana dos muceques, embora seja também elevado o número de europeus desalojados e espoliados. Ondas de refugiados afluíram à cidade do asfalto as mais das vezes trazendo apenas a roupa que vestiam.*» Uma «enorme cadeia de solidariedade» canalizou para a capital «grandes quantidades de roupas e géneros alimentícios» para algumas escolas transformadas «em verdadeiros centros de refugiados»¹²⁴³.

Provenientes da periferia começaram a chegar ao centro da cidade centenas de «desalojados de tecto, de roupa e de alimentos, já que apenas puderam salvar a própria vida». Para albergar tanta gente foi necessário improvisar centros de acolhimento: no Liceu feminino D. Guiomar de Lencastre ficaram 600 desalojados, metade dos quais crianças; mais 240 na Escola Vicente Ferreira; 150 na Faculdade de Ciências na Avenida Marginal e outros 300 na sede da Juventude da UNITA na Rua Luís de Camões. As fichas de inscrição revelavam que a maioria tinha sido expulsa dos bairros Marçal, Cazenga, Vila Alice, Madeira, Cuca, Vidrul e Terra Nova. «*Para lá da gente ordeira que ainda consegue cortar o pão, cortar a carne, manter os transportes públicos, tratar de doentes, fazer exames, servir café, vender gasolina há muita gente que foi directamente atingida pela violência desencadeada e se viu privada de bens e lar. Estas pessoas, os desalojados, pertencem (regra geral) a modestas famílias que habitavam os bairros suburbanos. Carecem de meios de subsistência. Não têm conta bancária, grande ou pequena.*»¹²⁴⁴ Na operação de ajuda humanitária participou a Força Aérea com «os seus bojudos velhos mas sempre operacionais Nord Atlas». O Exército «montou unidades de frio para a conservação de alimentos, forneceu cozinheiros, assistência médica e medicamentosa». Cerca de 90 por cento dos acolhidos provinha do Bairro Marçal e de outros atingidos pelos confrontos: Cazenga, Marcelo Caetano, Cuca, Lixeira e Boavista¹²⁴⁵.

Na base da pirâmide étnica e social, os africanos mais pobres eram os mais afectados, traduzindo o provérbio angolano: «*Quando dois elefantes se batem é o capim que paga.*»¹²⁴⁶ «*A população africana enfrenta mais uma vez a contingência de se refugiar na mata sempre que a cidade não oferece confiança; de regressar à terra de origem sempre que os preconceitos tribais se abatem sobre ela na terra onde foi procurar sustento; de dormir ao relento quando a cubata no muceque é destruída.*»¹²⁴⁷ Esta comunidade sentia-se «pouco beneficiada com a libertação do seu país do jugo colonialista» e

eram «frequentemente em comentários de rua alusões saudosistas ao tempo em que «mandavam os brancos». Muitos estavam a abandonar Luanda em direcção ao interior: *«Essencialmente mulheres, velhos e crianças que transportam os seus parques haveres socorrendo-se do caminho-de-ferro de Malange e da camionagem civil.»*¹²⁴⁸ O êxodo para Malange, Cacusó, Lombe e Golungo Alto era superior à migração para o centro da cidade. Só no percurso ferroviário Luanda-Malange (nos dois comboios diários, rápido e misto) as saídas tinham duplicado, registando uma média de 1.500 passageiros por dia. Lúcio Lara admitiu que o MPLA tinha «procedido à expulsão de alguns estrangeiros (leia-se zairenses) dos bairros de Luanda», numa acção eivada de «algum tribalismo», mas era preciso entender que as suas gentes identificavam «o agressor com as gentes do Norte», onde os apoiantes do MPLA também eram «maltratados, presos» e chegavam a «desaparecer sem deixar vestígio»¹²⁴⁹. Só que desta vez toda a população de Luanda tinha sido afectada pelos confrontos: *«Quase se pode dizer que desta vez o pânico também desceu ao asfalto, quer pela percepção directa do som dos morteiros e rajadas quer pela constante azáfama das ambulâncias em direcção aos hospitais que chegaram a atingir o ponto de saturação.»*¹²⁵⁰

Enquanto no exterior centenas de brancos irados protestavam contra a inércia da tropa e bradavam por meios para deixar Angola, decorria no interior do Palácio uma reunião com a presença de Jonas Savimbi e Agostinho Neto. Deveriam emitir de imediato um apelo ao fim dos confrontos, propôs a parte nacional. Neto recusou: não o fariam sem estarem «convencidos das razões invocadas»¹²⁵¹. Se se esperasse pelos motivos «durante as primeiras três ou quatro horas» do encontro continuaria a morrer gente, pragmatizou Savimbi. Para Leonel Cardoso, se não difundiam «um comunicado imediato» não o tencionavam cumprir ou não controlavam os seus próprios homens. Neto não transigiu: não pediria para silenciarem as armas sem se fazer «uma análise, ainda que rápida, da situação». Deixando-se «morrer mais pessoas enquanto aqui se discute», contrapôs Kabangu. Pedia então uma pausa nos trabalhos, «uns minutos de intervalo para discutir com o seu pessoal», disse Neto. O MPLA faria «um apelo individual e só posteriormente um apelo comum», informou Iko Carreira no reinício da sessão. Ninguém se referira a um apelo comum, mas de cada Movimento, reagiu Eduardo. Quem quisesse pela prepotência dominar a população urbana corria o risco de perder a adesão popular e de levar uma enorme quantidade de gente «despolitizada» à «situação aberrante» de ter saudades do passado, advertiu o coronel Passos Ramos. Os comunicados separados acabaram por ser emitidos, avisando Neto que também os portugueses deveriam ser exortados a não pegar em armas¹²⁵².

Porque sabia das críticas que era alvo, Silva Cardoso puxou o assunto: se «já não servia» que dissessem para ser «pura e simplesmente substituído» e que referissem se não queriam os brancos em Angola para, ao menos, o governo de Lisboa evacuar essas pessoas que eram «alvo de um ataque sistemático»¹²⁵³. Desagradado, Eduardo voltou a perguntar se a CND «era um tribunal». Como a FNLA era acusada de ter o apoio do General, só poderia estar a ser contestado pelos «nostálgicos da época do todo-poderoso Rosa Coutinho», mas lembrava que as FAP não se deveriam intrometer no conflito do país: *«Se amanhã este for progressista, lacaio do imperialismo ou marxista, só a ele diz respeito, o problema é unicamente seu. As tropas portuguesas não se devem meter nos problemas angolanos.»* Entendera pela alocução de Silva Cardoso pretender-se um novo acordo, mas era «outro Mombaça ou outro Alvor?» Uma cimeira a quatro recusava porque desprestigiaria os líderes angolanos. Quanto aos protestos dos brancos, se se sentissem angolanos deveriam «aceitar o destino» porque também havia «pretos a sofrer as consequências das guerras». Se estavam descontentes eram racistas ou ainda se consideravam portugueses¹²⁵⁴. Estavam ali para analisar «as causas e as origens dos acontecimentos», referiu Neto enfadado, e não para apreciar a actuação de Silva Cardoso sobre a qual, e por várias vezes, expusera «as suas críticas.» Em relação aos brancos, não se poderia «de um momento para o

outro acabar com os sentimentos racistas resultantes da época colonialista». «*A confrontação sempre existiu e sempre se fez. Para o preto, o branco é sinónimo de colonialista.*» A única diferença no último ataque foi que «os brancos solidarizaram-se» e foram queixar-se ao Alto-Comissário: «*Um hábito que ficou dos tempos antigos.*»¹²⁵⁵

Savimbi estava apreensivo por, face à dimensão dos confrontos, poder haver «uma intervenção estrangeira»¹²⁵⁶. O que seria compreensível porque o que acontecera em Luanda tinha sido «muito triste». Até tinha havido «gente violada!» Iria passar para o exterior a imagem de «que não somos capazes de gerir os nossos destinos», disse. Não eram apenas os brancos que estavam a ser perseguidos e atacados, referiu Kabangu, porque as milícias populares percorriam os muceques à procura de quem não fosse da etnia dominante em Luanda ou do MPLA: «*Há quem vá de casa em casa perguntar qual a origem das populações para exercer sevícias sobre aqueles que se consideram desafectos do seu ideário.*»¹²⁵⁷ O ELNA não atacava civis, apenas as FAPLA ou o Poder Popular que, segundo sabia, tinham entrado no Bairro da Polícia e levado «presos alguns guardas» para a Praça de Touros. Se o MPLA queria a saída das FAP «e queimar Angola» que o dissesse. Aos presentes interessava «o relato objectivo dos factos e não estar a criar ambientes emocionais», interrompeu Agostinho Neto¹²⁵⁸. O comandante do COPLAD que acabara de entrar poderia esclarecer o que tinha acontecido, referiu. Almendra confirmou: alguns polícias tinham sido presos nas suas casas e levados pelo MPLA para a «Tourada»¹²⁵⁹. Lopo do Nascimento disse desconhecer tais factos. Um subchefe e seis guardas armados de G-3 estavam presos e a corporação ameaçava entregar as armas se não fossem libertados¹²⁶⁰.

O MPLA também instigara a população dos muceques à rebelião. Só não inculpava directamente as FAPLA porque os seus soldados tinham ficado «imperturbáveis enquanto alguns Pioneiros» incitavam «a população à violência»¹²⁶¹. E o coronel não soubera do saque e dos roubos da FNLA no Bairro Precol?, perguntou acintosamente o comandante das FAPLA, Hermínio Escórcio. Neto também estava incomodado: o relato não fazia «uma apreciação justa» aos factos. Almendra defendeu-se: tinha sido chamado quando os confrontos ainda decorriam e não quisera afrontar ninguém, mas possuía «uma longa lista de factos» imputados ao MPLA que não apresentara «por respeito à assembleia» ali reunida. Faltavam ainda alguns dados para se poder identificar a origem dos confrontos. «Parece poder compreender-se o que se pretende com esta reunião: acusar o MPLA», reagiu Neto. Estava há vários meses em Luanda, nunca fora convocado para qualquer reunião e estava a ouvir «relatórios incompletos». Só aceitaria que a discussão prosseguisse na posse de mais elementos. Eduardo deu um murro na mesa: Neto quis ouvir o coronel mas como não lhe agradou queria aguardar por mais elementos. «*Assim não! Vamos ser sérios.*» Se o objectivo era encobrir o MPLA abandonaria a reunião. «Não é com gritos e murros na mesa que se resolve o problema», disse Neto. «*Gostava de propor soluções e não de ouvir gritaria*» como sabia «*ser costume nas reuniões da CND.*»¹²⁶² Nem estava disposto «a suportar discussões deste género». Acusava-se o MPLA mas era a FNLA que ia «a casa dos seus militantes prendê-los», disse. Savimbi corroborou: no Bairro da Terra Nova, o ELNA atacara as FAPLA que se refugiaram no quartel da UNITA, ainda debaixo de fogo. Seguiram-se «acusações mútuas», como a que foi dirigida à FNLA por ter ocupado há meses e sem autorização o Farol das Lagostas e não ser tão inocente como fazia crer.¹²⁶³

Nessa semana Silva Cardoso disse a Killoran que tinham sido confirmados 198 mortos, mas acreditava que fossem entre 400 a 500. A maioria dos mortos era africana, mas muitos europeus tinham sofrido agressões físicas e sexuais selváticas: «*Também sabia de três ou quatro casos de violação, cujo número real seria muito mais elevado, pois a invasão de casas e de apartamentos de brancos tinha ocorrido em larga escala.*» As FAP só contavam com os seus homens das FMM enquanto a FNLA e o MPLA tinham (cada um) «mais de uma centena de unidades em redor da cidade», fora do «controlo

dos oficiais», que disparavam assim que ouviam tiros. Luanda era a situação mais complexa, por os homens do MPLA não serem militares mas «homens da rua aos quais deram armas.»¹²⁶⁴ Para Silva Cardoso, como era habitual, os Movimentos iriam responsabilizar «as forças da reacção e do imperialismo internacional para desviar as atenções das verdadeiras causas.»

Entre a tropa portuguesa a expressão «Não estamos aqui a fazer nada» pulverizou-se. Como era referido já era proferida tanto pelos soldados «apáticos e apressados, cujo único objectivo em Angola é aguardar que de um dia para o outro venha a notícia do seu regresso a Portugal», como por aqueles, «seguramente em maior número», que tinham «vontade de participar desde o início na tentativa de pôr cobro à violência e não intervir apenas como último remédio.» Para estes, Portugal era «uma das partes do processo e não um mero observador» e pretendiam ser mais «actuates».¹²⁶⁵

O início do caos

Calados os morteiros, continuaram os ataques verbais: um Comité Popular denunciou o desvio de 10.000 contos pelo ministro da Saúde da FNLA Samuel Abrigada, que teria fugido com o dinheiro para Alemanha. De regresso a Luanda, o ministro alegou ter sido chamado a Kinshasa pelo seu presidente¹²⁶⁶. Pedira a verba para pagar encargos relacionados com o regresso dos refugiados, disse.¹²⁶⁷ Estes estavam literalmente a ser expulsos do Zaire. Ao Uíge já tinham chegado quase 50.000. Em média, a afluência semanal era de 250 a 500 refugiados só na região do Songo e pela fronteira de Maquela do Zombo entravam «cerca de quatro a seis camionetas por dia» carregadas de homens, mulheres e crianças: «*Pelo transporte pagam quantias avultadas (100 zaires), sendo na fronteira revistados pelas autoridades zaienses e espoliados dos artigos de maior valor.*»¹²⁶⁸ Os angolanos eram escorraçados do Zaire, os portugueses das terras onde viviam. Em Nova Gaia, o MPLA causara «pânico geral» originando «a fuga dos habitantes europeus para outras povoações.» Em Belo Horizonte e em Sanginge espancava e ameaçava os residentes europeus locais que fugiram «em massa» para Malange¹²⁶⁹. Agravava-se «o estado emocional» dos brancos em Luanda, Henrique de Carvalho e no Dondo. Na capital, pela primeira vez, os confrontos tinham atingido os bairros dos brancos¹²⁷⁰. A residência de um europeu e as instalações do Comité de Paz da UNITA tinham sido metralhadas e no Bairro Prenda várias casas foram ocupadas e saqueadas, «a coberto de elementos armados do MPLA»¹²⁷¹. Nos Bairros Corimba, Cazenga, São Pedro e Cuca, alguns populares (com cobertura de militares do ELNA) tinham revistado as casas e ameaçado os seus habitantes¹²⁷². Os confrontos tinham atingido o asfalto e a zona residencial dos diplomatas. Vasco Vieira de Almeida recorda-se de, em alguns jantares na embaixada italiana, o tiroteio ser de tal ordem que os comensais tinham de ir agachados para mesa¹²⁷³. Os consulados «já estavam a fazer sair de Luanda os seus cidadãos»¹²⁷⁴. Os familiares dos funcionários consulares britânicos saíam em breve e a comunidade inglesa tinha sido exortada a fazê-lo¹²⁷⁵.

No dia 1 de Maio, os militares dos Movimentos foram autorizados a instalar-se no Grafanil¹²⁷⁶, mas apenas a UNITA acatou a decisão: FNLA e MPLA não fizeram a entrega dos prisioneiros, não transferiram «os 500 soldados para os quartéis que lhes foram reservados, nem tão-pouco puseram os seus efectivos à disposição das forças de prevenção, ao contrário da UNITA, que cumpriu integralmente tais obrigações.»¹²⁷⁷ Os líderes angolanos distanciavam-se cada vez mais e a aliança desejada parecia condenada depois de Savimbi declarar que, se em Julho de 1974, se recusara «a isolar o MPLA conforme proposta portuguesa», também se opunha agora «a qualquer outro tipo de manobra» de Lisboa que visasse afastar a FNLA¹²⁷⁸. Portugal inisitia na sequela negocial do Alvor quando Rosa Coutinho voltou a acusar Mobutu de fornecer efectivos ao ELNA, cujo contingente já quadruplicava o limite

fixado na Penina. Ao jornal belga *Le Soir* dissera «categoricamente que as suas simpatias iam para o MPLA», acusando Holden Roberto de receber «armas, mercenários e dinheiro», continuando acoitado em Kinshasa por não ter apoios em Angola¹²⁷⁹. Uma semana depois o líder da FNLA rejeitava uma nova cimeira devido à «parcialidade e falta de objectividade» de alguns decisores portugueses¹²⁸⁰.

Luanda ainda se encontrava sob o regime de recolher obrigatório decretado no dia 30 de Abril que em 5 de Maio passou a vigorar somente das 23h00 às 6h00. Havia já muitos pedidos de saída do país¹²⁸¹. Na semana de 5 e 12 de Maio 3.000 portugueses deixaram Angola e previa-se que o fizessem «mais algumas dezenas de milhares a curto prazo»¹²⁸². Para Ferreira de Macedo «morrerem 2.000 a 3.000 pessoas num processo» como aquele poderia «ser considerado até normal», mas afugentava os europeus. Não interpretassem o que ia dizer como uma ameaça (disse Silva Cardoso), mas ponderava pedir a Lisboa que solicitasse ao Conselho de Segurança da ONU uma reunião de emergência sobre Angola. As Nações Unidas só iriam aumentar os problemas, opôs-se de imediato Johnny Eduardo porque quem fosse «para Angola faria tudo para levar ao Poder o seu amigo»; seria «um crime qualquer apelo à ONU». Dever-se-ia continuar «a procurar uma solução interna.» Até ao final de Maio os três líderes voltariam a reunir, afirmou, embora não fosse fácil anular em 15 dias «ressentimentos acumulados durante 15 anos»¹²⁸³.

Leonel Cardoso acreditara que da reunião de 1 de Maio saísse «uma solução»: mas apenas tinham emitido «comunicados e nada mais». Começava «a ficar céptico» quanto ao resultado das reuniões e à denúncia das violações: «*De nada valem, porque raramente são obedecidas.*» Estavam «milhares de pessoas a viver numa situação trágica», referiu o Alto-Comissário. Cumprissem de uma vez por todas o estipulado: tinham de ocupar os quartéis atribuídos; desarmar os civis «brancos e pretos»; encerrar as delegações em excesso e nas restantes a segurança ser feita «por guarda-costas e não por pessoal militar». O problema eram as milícias do MPLA, disse N'Dele. Na ronda que fizera observara que nos quartéis da FNLA «todo o pessoal se encontrava disciplinado», enquanto nas bases do MPLA nem sequer obedeciam ao chefe do Estado-Maior, gritando com frequência: «*Abaixo os reaccionários.*»

Para o MPLA, os reaccionários mais perigosos eram os ex-agentes da PIDE/DGS ainda no GEI. Com esse intuito, Lopo do Nascimento enviou, em simultâneo, uma carta a Silva Cardoso e ao Conselho da Revolução a exigir a sua expulsão imediata. O General ficou indignado: o envio do ofício para Lisboa era «uma denúncia à sua actuação neste caso»¹²⁸⁴. No final de Abril «dera ordens aos majores Trovão e Rebelo Marques para expulsarem toda essa gente» e em 1 de Maio informara que todos os ex-funcionários da DGS – 626 ex-agentes em todo o território, incluindo os exonerados – teriam de partir até dia 15. Trovão propusera que a saída fosse protelada até 31 de Maio e perguntou se eram todos expulsos «ou unicamente os polícias e os dos serviços prisionais»? Seriam todos: polícias, carcereiros, guardas prisionais e administrativos¹²⁸⁵. O pessoal burocrata seria tratado em Portugal como os congéneres da Metrópole: não seriam presos, mas ficariam sob tutela militar após interrogatório. Os que não tivessem recursos financeiros para sair de Angola deveriam partir «para Portugal ou serem postos na fronteira». As despesas seriam custeadas pelo governo de Luanda. Como a FNLA pedira a lista com os nomes dos antigos agentes, seria fornecida a todos os Movimentos, incluindo a identidade dos já exonerados e saneados¹²⁸⁶. Os expulsos seriam portadores de um documento de identificação mencionando as funções exercidas (na PIDE/DGS, GEI, PIM e GAP) devendo um exemplar ser enviado ao Conselho da Revolução¹²⁸⁷. Em Lisboa, Melo Antunes explicou que a reintegração destes funcionários nos serviços de informações militares não tinha sido contestada até o governo de transição tomar posse. Justificara-se mantê-los porque «eram os únicos que dispunham de uma técnica de informação suficientemente desenvolvida», mas seriam banidos do território até ao fim de Maio¹²⁸⁸.

No Conselho da Revolução (CR), o chefe de Estado referiu que Mobutu fizera saber que considerava

«imprescindível um diálogo com Portugal» e desejava que o MNE Melo Antunes, fosse ao Zaire. A meio da reunião, Costa Gomes e Vasco Gonçalves ausentaram-se momentaneamente para conferenciar por telefone com Kaunda. De regresso à sala, o Presidente partilhou as conclusões que retirara da conversa: Lisboa deveria fazer o possível para «manter boas relações com Mobutu»; haveria «grande inconveniência em Portugal abandonar a NATO» e era forçoso «manter a coligação dos três Movimentos». Eram as orientações a seguir. Na reunião seguinte, Costa Gomes disse ter sabido (pelo Conselho Coordenador de Angola) que o MPLA tinha sido «o instigador e principal responsável pelos últimos acontecimentos em Luanda». Eram já «cerca de 20.000 a 25.000» os desalojados em Luanda e nessa semana tinham chegado «cerca de 50.000 pedidos de passagem para Portugal». Apontava-se em acta que «as razões desta corrida ao regresso a Portugal» eram «o descontrolo existente sobre as massas populares armadas pelo MPLA, que coloca a população branca numa situação de pânico face a um Poder Popular incontrolável». Daí «o inconveniente de partidos da coligação [governamental] anunciarem publicamente o seu apoio ao MPLA». Seria aconselhável actuar «junto do PCP e do MDP/CDE no sentido de evitar tal posição pública»¹²⁸⁹.

Registava a CCPA que, na reunião de Melo Antunes com Neto, o MPLA tinha sido «mais uma vez criticado pela sua rigidez e teimosia em não pôr momentaneamente de parte certos princípios»¹²⁹⁰. O MPLA ainda estava a tempo de recuar na via radical, mas os factos não apontavam nesse sentido: estavam «cidadãos russos» em Angola e era cada vez maior «o estado de indisciplina das tropas do MPLA», que parecia «radicalizar a sua posição em face do desfecho da guerra do Vietname». Os membros da Revolta Activa que reuniram com a Coordenadora queixaram-se que «o presidencialismo de Neto» os impedia «de serem uma linha de pensamento dentro do MPLA»: o recurso ao Poder Popular poderia fomentar «o racismo» e «radicalizar o processo em Angola» à medida que o mesmo acontecia em Portugal¹²⁹¹. Depois do encontro com o núcleo de Neto, a CCPA concluía que a ala Pinto de Andrade não seria reintegrada: «A Revolta Activa não existe para o MPLA. Não os quer.» Os dissidentes reclamavam «a entrada em bloco para os órgãos de cúpula», o que era «inadmissível» pois não tinham «aceitação interna a nível das bases». Eram «um núcleo bastante reduzido da pequena burguesia não politizada» que vivia ainda à sombra do nome de família: «*Têm bagagem política, capacidade intelectual, mas não têm arcaboço para esta fase histórica, particularmente difícil, da luta a desenvolver.*»

E que alternativa propunham os colaboradores de Neto à realização de um sufrágio? Disseram nunca o ter desejado: «*Não acreditam nesta via desde Mombaça. No Alvor não fizeram tanta força, pois sabiam quais as outras posições.*»¹²⁹² Preferiam uma nova cimeira mas sem adiar a transferência da soberania: «*Protelar a data da independência é impossível.*»

Embora «o maior número de acções de intimidação, assalto, destruição e saque» nos recontros em Luanda fosse assacado «a populares, a militantes ou simpatizantes do MPLA e às suas forças armadas», todos os Movimentos violavam «frequentemente e com maior ou menor gravidade» o Acordo do Alvor. Nesta matéria, nenhum se destacava¹²⁹³. No distrito do Zaire (em retaliação pelos confrontos de Luanda), o ELNA atacou no início de Maio as sedes das FAPLA em Ambrizete, São Salvador e Tomboco¹²⁹⁴. Em São Salvador registavam-se «atitudes de prepotência» dos militares da FNLA que espancavam quem não fosse portador do seu cartão e cerca de 300 civis queriam sair da localidade «de qualquer forma»¹²⁹⁵. Em Tomboco tinham sido mortos 10 civis, incluindo o adjunto do posto administrativo; havia quatro feridos com gravidade e alguns desaparecidos. Toda a população europeia e os operários da construção queriam abandonar localidade¹²⁹⁶. No Negage, um comandante do ELNA afirmara que os tambores de 200 litros não iriam ser suficientes «para recolher o sangue» que ainda seria vertido¹²⁹⁷. A FNLA tinha também ameaçado as famílias dos oficiais do Exército português e na

rua, soldados do ELNA diziam às moças brancas: «*Tu depois da independência ficas para mim.*»¹²⁹⁸

As FAPLA tinham ocupado o quartel do ELNA em Teixeira de Sousa, onde controlavam a Vila e os acessos, levando a FNLA a retirar-se para a fronteira com o Zaire. Tinham perecido 11 pessoas, entre as quais uma mulher e duas crianças e, por causa do avião do Luso «já tinha havido problemas em Cazongo e Gago Coutinho», onde o ELNA e as FAPLA se insultavam mutuamente. Em Gago Coutinho, as FAPLA tinham destruído a delegação da UNITA e atacado o seu quartel «com granadas de morteiro» e era «quase total» o êxodo da população branca¹²⁹⁹. Registava o major Borges, presidente da comissão de inquérito que, em Teixeira de Sousa, o MPLA exigia a saída da FNLA do Leste por ter sido por ela expulso do distrito do Zaire¹³⁰⁰. Para a Vila (de onde a maioria das mulheres e crianças brancas tinha sido evacuada para o Luso) foi enviada uma FMM com 150 efectivos composta por 50 soldados de cada Movimento, em cooperação com o CPA¹³⁰¹. Em Ambrizete, o confronto começara em 3 de Maio com «armas ligeiras, bazucas e provavelmente morteiros». Nessa noite os militares das FAPLA e as famílias pernoveram no quartel português. Em São Salvador não havia mortos, mas os serviços públicos estavam praticamente paralisados com a saída de 90 funcionários e familiares, num total de 200 pessoas¹³⁰². Em Nova Lisboa havia recontros desde a noite anterior. O comandante telefonara apavorado para Luanda pois estavam «a utilizar granadas de morteiro»¹³⁰³.

No dia 12 de Maio a CND aprovou uma extensa lista de medidas (que também não foram respeitadas): a evacuação de armas pesadas e dos excedentes de Luanda; a proibição do recurso à justiça privada; a recolha de «armas de guerra de qualquer tipo» e a guarda às delegações ser feita apenas por 10 soldados armados. Numa semana os militares em excesso deveriam deixar a cidade e serem «aquartelados em áreas próximas.» Uma semana depois, a FNLA entregou a lista dos seus quartéis na capital. Os outros Movimentos, não. Também não se tinham retirado das sedes localizadas dentro do perímetro de segurança do aeroporto.

Apenas os militares da FNLA e da UNITA integravam as FMM já formadas porque o MPLA recusava emparceirar as mesmas patrulhas da FNLA¹³⁰⁴. Os do ELNA ficariam no Grafanil e os das FALA no aquartelamento da Cuca. Desagradados com a cedência dos quartéis aos ex-guerrilheiros, os militares do Centro de Instrução de Comandos (CIC) vandalizaram as instalações. Os Comandos estavam a ser evacuados em massa (em 15 dias foram enviadas para Lisboa três companhias) e revoltados por deixarem a sua antiga «casa» aos angolanos. Quando foi decidido deixar o CIC ao MPLA, o comandante interino¹³⁰⁵ avisou que o seu «pessoal» não iria apreciar a decisão. Afinal, o quartel ficaria para as FMM, devendo estar desocupado em 6 de Maio; só que na véspera, ao fim da tarde, apareceram os homens do MPLA e «houve rebentamentos de granadas dentro da caserna». Nessa noite um veículo militar entrou no Quartel e ocorreram «várias depredações.» Os portugueses não tinham sido os únicos a praticá-las: «*Os elementos dos Movimentos também as efectuaram: especialmente arrombamentos de portas, janelas, de caixotes particulares e um certo “saque”.*» Os actos menos dignos ocorreram por o material ter sido entregue e o pessoal «ter ficado cerca de um mês e meio sem nada para fazer a não ser comer [fazer] limpeza e a aguardar» a ordem de saída. Havia ainda que considerar o «estado emocional» dos Comandos que tinham assistido aos ataques ocorridos durante cinco dias consecutivos no Bairro Cazenga e que tinham terminado apenas 48 horas antes: «*Violações, refugiados, mortos, tiros, etc.*»¹³⁰⁶

No dia em que o Conselho da Revolução (CR) decretou a neutralidade activa, o líder do MPLA declarou não haver acordo que superasse as divergências com a FNLA¹³⁰⁷. Embora Portugal continuasse a insistir no diálogo. No dia 13 de Maio, Melo Antunes reuniu-se em separado com Savimbi, Neto e Johnny Eduardo e com a CCPA que o inteirou dos confrontos em Teixeira de Sousa, Nova Lisboa, Silva Porto, Negage e Luanda. Savimbi estava menos receptivo a uma aproximação devido aos ataques do

MPLA no Leste, registava a Coordenadora. E talvez não fosse «conveniente continuar a insistir» na participação de Portugal na cimeira angolana: «Pode contornar-se a questão dizendo que o Acordo de Alvor não deve ficar em seco, mas que deve haver conversações regulares» com os dirigentes nacionalistas. Assim não se punham «em causa as linhas mestras do Acordo» e reformulavam-se apenas os aspectos «ineficazes»: as eleições, por exemplo, não eram «um cavalo de batalha», essa parte poderia «ser alterada». Também seria melhor não forçar a aliança entre Neto e Savimbi, «ficando de reserva», disse o ministro¹³⁰⁸.

Na reunião destinada a discutir o futuro Exército nacional, o MPLA apontou ser um problema formá-lo com militares, cuja instrução se baseava nos métodos de cada Movimento. Como se esbateriam as diferenças? O comodoro julgava que envergando um uniforme único os menos «fanatizados» poderiam «dissolver-se» facilmente sem distinções de militância¹³⁰⁹. Para Henrique Santos (comandante Onambua) não seria tão simples. As FMM eram o exemplo flagrante que o ideal partidário prevalecia. Eram «três forças aglomeradas, não cimentadas» e muito ineficientes por o pessoal atribuído não «funcionar a tempo inteiro» e cada Movimento reservar «os seus melhores quadros para as estruturas internas»¹³¹⁰. Era de prever que o mesmo acontecesse na composição das FAA. Perante a CCPA, Melo Antunes disse ter «dúvidas» que viesse a existir um Exército único, pois a FNLA não iria «aplicar com lealdade os acordos» e suspeitava que, em breve, o ELNA empreenderia uma «nova escalada de violência» em Luanda ou em Cabinda. Uma tentativa de secessão do enclave por parte da FLEC deixaria as FAP em «maus-lençóis» e seria «uma machadada no MPLA». Teria de ser «jugulada» à nascença pela tropa portuguesa estacionada no interior de Angola. Até ao momento a única coisa que tinha sido feita em prol da pacificação fora «assinar papéis», o que não garantia a segurança das pessoas nem evitaria a saída em larga escala dos portugueses¹³¹¹.

A Imprensa falava já em 3.500 mortos e (apontava a embaixada americana em Lisboa) o governo português sentia-se cada vez mais «vulnerável perante o espectro de uma descolonização sangrenta e da subsequente perda de prestígio recentemente alcançado junto dos países do Terceiro Mundo»¹³¹². Seria «dramático» e «desagradável para Portugal e para os Movimentos» que conduziam o processo, foi o que disse Melo Antunes aos líderes angolanos podendo ser, além disso, um pretexto para a ONU intervir, o que deveria ser evitado: «*Que não haja necessidade de recorrer a nada nem a ninguém.*»¹³¹³ À Coordenadora o MNE prometeu sensibilizar as forças partidárias em Portugal que não se queriam «comprometer» com a descolonização: «*Os partidos até agora têm jogado oportunisticamente com este processo, limitando-se a denunciar os erros cometidos. Pouco se pode esperar deles.*». Registava a acta¹³¹⁴.

Já em Lisboa, Melo Antunes admitiu que nas zonas de onde as FAP tinham retirado a situação era «muito mais difícil» de controlar, obrigando à transferência das unidades. «*Mas não tenhamos ilusões, Angola é um território imenso e o conjunto de tropas de que dispomos não é suficiente para manter a ordem e a paz se realmente se generalizar a violência com acções de combate em todo o território.*» Ainda assim não era motivo para denunciar o Acordo do Alvor nem para enviar mais tropas: as que lá estavam eram «suficientes para garantir as missões que lhes foram atribuídas». Lisboa também não recorreria às instâncias internacionais: «*Não pretendemos que a OUA ou as Nações Unidas, sobretudo estes dois organismos [...], venham a servir de árbitros ou de mediadores ou a ter uma interferência directa.*»¹³¹⁵ Exactamente a posição de Machel e dos países apoiantes do MPLA até Portugal sair da ex-colónia¹³¹⁶.

No CR (após o Partido Socialista ter vencido as eleições para a Assembleia Constituinte com 41 por cento dos votos), Mário Soares avisou que quem representava apenas 13 por cento da população (o PCP) não poderia mandar no país nem no MFA em África, que era maioritariamente socialista como

provara «a votação das FAP de Angola e Moçambique». Além de julgar inusitado «assuntos decisivos» como a descolonização não serem tratados pelo governo mas pelos militares no Conselho da Revolução¹³¹⁷. Independentemente de quem mandava, Angola era um capítulo fechado que Portugal não queria reabrir, escrevia Okun. O adjunto de Carlucci julgava que se Angola mergulhasse numa guerra civil, o Exército não interviria porque nenhum soldado queria «ser o último a morrer com Portugal prestes a sair de África»¹³¹⁸. Até porque como referia o comunicado do Conselho da Revolução: Portugal não iria interferir porque «a descolonização era basicamente um problema de Angola»¹³¹⁹.

[1147](#) CD25 Abril.UC.F.P.A.Belo.A25A. CND. Acta n.º 10. 31 de Março de 1975, p. 1 e 8.

[1148](#) «Luanda, 438, April 21, 1975. Confidential».

[1149](#) ANTT.EMA.C.S002.C.70.P.5. Redactor do MNE: Silveira Carvalho, 5 de Abril de 1975 pp. 1-4.

[1150](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P33.CCPA. Reuniões. Secreto. 14 de Abril de 1975.

[1151](#) «Luanda, 438, April 21, 1975. Confidential».

[1152](#) ANTT.EMA.C.S002.C.70.P.5. Redactor do MNE: Silveira Carvalho, 5 de Abril de 1975, p. 2.

[1153](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc.111.16 -17 Abril de 1975, p. 7.

[1154](#) ANTT.EMA.C.S002.C.70.P.5. Redactor do MNE: Silveira Carvalho, 5 de Abril de 1975, p. 5.

[1155](#) *Memorandum of conversation*. Abril de 19, de 1975, p. 5.

[1156](#) ANTT.EMA.C.S002.C.70.P.5. Redactor do MNE: Silveira Carvalho. 5 de Abril de 1975, p. 3

[1157](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 18. 27 de Março de 1975.

[1158](#) *Idem*. R.I. n.º 19. 2 de Abril de 1975, p. 1

[1159](#) ANTT.EMA.C.S002.C.70.P.5. Redactor do MNE: Silveira Carvalho, 5 de Abril de 1975, p. 4

[1160](#) AHM.F.43.S1.C835.P.9.R.A.I. 6 de Abril 1975. E-4854

[1161](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG.Doc.1. 9 de Abril de 1975, p. 1.

[1162](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG Do Luso p/Luanda, 8 de Abril de 1975

[1163](#) AHPR. GB. 1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização, 9 de Abril de 1975

[1164](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG.Doc.1. 9 de Abril de 1975, p.2

[1165](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG.Doc.1. 9 Abril de 1975, p.2

[1166](#) *Idem*. Memorando da RMA n.º 13. Anexo 5. Distribuição pelos quartéis, 7 Abril 1975

[1167](#) *Idem*. CND. Acta n.º 12. 7 de Abril de 1975, p. 7

[1168](#) *Idem*. Ofício n.º 76. Da CND p/GMM

[1169](#) *Idem*. Memorando do COPLAD n.º 3. 8 Abril 1975

[1170](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND.Acta n.º 12. 7 de Abril de 1975, pp. 5, 8

[1171](#) *Idem*. Memorado da Região Militar de Angola (RMA). Anexo 2. 7 de Abril de 1975

[1172](#) *Idem*. Anexo 3 e 4. Proposta das FAPLA. 7 de Abril de 1975

[1173](#) *Idem*. CND. Acta n.º 13. 14 de Abril de 1975, p. 1-2 e 4.

[1174](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34.CCPA. Última reunião de delegados. 16 Abril 1975, pp. 14-15.

[1175](#) Pezarat Correia, *ibidem*, p. 139

[1176](#) Pezarat Correia, nos Estudos Gerais da Arrábida, 28 de Agosto de 1996. ICS. AHS. FDP, p. 173.

[1177](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30.CCPA. Secreto. Estudo de Situação. 19 de Abril de 1975, pp. 25-2.

[1178](#) Pezarat Correia, *ibidem*, p. 140.

[1179](#) Pezarat Correia, nos Estudos Gerais da Arrábida, 28 de Agosto de 1996. ICS. AHS. FDP, p. 17.

[1180](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30.CCPA. Secreto. Estudo de Situação, 19 de Abril de 1975, pp. 26 e 74.

[1181](#) *Idem*, pp. 23-26

[1182](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30.CCPA. Secreto. Estudo de Situação, 19 de Abril de 1975, pp. 73-75.

[1183](#) *Idem*. CCPA Muito Secreto. Conselho da Revolução. 29 de Abril de 1975, p. 1.

[1184](#) AHM.F.43.S.1.C.836.P.11.Muito Secreto. PR. Situação de Angola: medidas. 29 de Abril de 1975, p. 1.

[1185](#) AHM.F.43.S.1.C.836.P.11.Muito Secreto. PR. Situação de Angola: medidas. 29 de Abril de 1975, pp. 2-3.

[1186](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30.CCPA. Muito secreto. Conselho da Revolução. 29 de Abril de 1975, pp.3-4.

[1187](#) *Idem*. Secreto Estudo de Situação. 19 Abril 1975, pp. 36-37, 42-43.

[1188](#) *Idem*. Muito Secreto. Conselho da Revolução. 29 de Abril de 1975, p. 3.

[1189](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30. CCPA. Muito secreto. Conselho da Revolução. 29 de Abril de 1975, pp. 45-51.

[1190](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30.CCPA. Secreto. Estudo de Situação. 19 de Abril de 1975, pp. 2-7.

[1191](#) *Idem*, p. 21-22.

[1192](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30.CCPA. Secreto. Estudo de Situação. 19 de Abril de 1975, pp. 7-8.

[1193](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc.104. 7-8 de Abril de 1975.

[1194](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30. Secreto. Estudo de Situação. 19 de Abril de 1975, p. 17.

[1195](#) *Idem*, pp. 9, 18-21.

[1196](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30. Secreto. Estudo de Situação. 19 de Abril de 1975, pp. 12-15.

[1197](#) *Idem*, pp. 55 e 68.

[1198](#) APSC.CCFAA.2.ª Repartição. R.I. n.º 20. 9 de Abril de 1975, pp. 1-2, 6 e 8.

[1199](#) Agenda pessoal do brigadeiro José Valente. 15 de Abril de 1975.

[1200](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 21. 16 de Abril de 1975, p. 8.

[1201](#) «Luanda, 448, April 24, 1975. Confidential».

[1202](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9.R.A.I. 11 Abril de 1975. E-4986.

[1203](#) *Idem*. 10 de Abril 1975. E-4992 e 15 de Abril de 1975. E-5646.

- [1204](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 22. 23 de Abril de 1975, p. 10.
- [1205](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9.R.A.I. 15 de Abril de 1975. E-5192 e 18 de Abril de 1975. E-5202.
- [1206](#) *Idem*, 8 de Abril de 1975. E-5239 e 9 de Abril de 1975. E-5096.
- [1207](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A. CND.Doc.42.Acta n.º 14. 21 de Abril de 1975, pp. 2-7.
- [1208](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Secreto. Reuniões. 14 de Abril de 1975.
- [1209](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 42. Acta n.º 14. 21 de Abril de 1975, pp. 7-9.
- [1210](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, pp.250 e 466
- [1211](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9.R.A.I. De 23 a 29 de Abril. 21 de Abril de 1975. E-5201.
- [1212](#) APSC.R.A.I. De 30 Abril a 6 de Maio. 23 de Abril de 1975. E-5387.
- [1213](#) *Idem*, 26 Abril 1975. E-5336.
- [1214](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, p. 250.
- [1215](#) Odd AWestad, *ibidem*, pp. 225-226.
- [1216](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, p. 250.
- [1217](#) Odd Westad, *ibidem*, p. 226.
- [1218](#) APSC.CCFAA.2.ª Repartição. R.I. n.º 22. 23 Abril 1975, p. 1.
- [1219](#) Odd Westad, *ibidem*, p. 226.
- [1220](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc.118. De 25 a 18 Abril 1975, p. 12.
- [1221](#) Piero Gleijeses, *ibidem* p. 250
- [1222](#) Gonçalves Ribeiro, *ibidem*, p.252.
- [1223](#) ADN.F.3.S.12.C28. Proc.120. 29-30 de Abril de 1975, p. 8.
- [1224](#) CD25A.UC.F.P. ABelo. A25A.CND. Doc.43. Acta n.º 15. 29 de Abril de 1975, pp. 1-3.
- [1225](#) CD25A.UC.F.P. ABelo. A25A.CND. Doc.43.Acta n.º 15. 29 de Abril de 1975, p. 4.
- [1226](#) *Idem*. CND. Doc. 39. Comunicado da CND. 29 de Abril de 1975.
- [1227](#) *Idem*. Doc. 43. Acta n.º 15. 29 de Abril de 1975, pp. 4-5.
- [1228](#) <http://video.google.com/videoplay?docid=895946678208916397>. Bruce Porter. Stornoway Productions Inc. 1987, Toronto.
- [1229](#) CD25A. UC.F.P. ABelo. A25A. CND. Doc.43. Acta n.º 15. 29 de Abril de 1975, pp. 6-8.
- [1230](#) CD25A. UC.F.P. ABelo. A25A. CND. Doc.43. Acta n.º 15. 29 de Abril de 1975, pp. 9-10.
- [1231](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 24. 6 de Maio de 1975, p. 5.
- [1232](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc.126. 8-9 de Maio de 1975, pp. 6 e 9.
- [1233](#) *Diário de Luanda*. 2 de Maio de 1975, p. 3.
- [1234](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reuniões. 30 de Abril de 1975, pp. 1-2.

- [1235](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reuniões. 30 de Abril de 1975, p. 1.
- [1236](#) APSC.R.A.I. De 30 de Abril a 6 Maio. Ocorridas de 25 a 29 Abril 1975. E-5349.
- [1237](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reuniões. 30 de Abril de 1975, pp. 3-4.
- [1238](#) *Idem*, pp. 4-5.
- [1239](#) Entrevista a Passos Ramos, Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.
- [1240](#) APSC. Agenda pessoal do brigadeiro José Valente, 1 de Maio de 1975.
- [1241](#) Entrevista a Passos Ramos, Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.
- [1242](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 24. 6 de Maio de 1975, p. 5.
- [1243](#) *Idem*. R. I. n.º 25. 14 de Maio de 1975, p. 10.
- [1244](#) *Diário de Luanda*. 3 de Maio de 1975, p. 7.
- [1245](#) *Idem*. 5 de Maio de 1975, pp. 2-3.
- [1246](#) Holden Roberto, em entrevista a Bernard Loth da France Presse. *Diário de Luanda*. 29 de Julho de 1975, p. 3.
- [1247](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 25. 14 de Maio de 1975, p. 10.
- [1248](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 24. 6 de Maio de 1975, pp. 9-10.
- [1249](#) *Diário de Luanda*. 7 de Maio de 1975, pp. 2-3.
- [1250](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 24. 6 de Maio de 1975, p. 9.
- [1251](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34. Secreto. Reunião CND/ GT. 1 de Maio de 1975, 13h00, pp. 3-5.
- [1252](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34. Secreto. Reunião CND/ GT. 1 de Maio de 1975, 13h00, p. 5.
- [1253](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34.CCPA. GMAC Secreto. Reunião c/Movimentos. 2 de Maio de 1975, p. 1.
- [1254](#) *Idem*. Relatório manuscrito de Leonel Cardoso s/a reunião, pp. 1-3.
- [1255](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34.CCPA.MAC. Secreto. Reunião c/Movimentos. 2 de Maio de 1975, p. 5.
- [1256](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34. Relatório manuscrito de Leonel Cardoso, pp. 2-3.
- [1257](#) *Idem*. CCPA.GMAC. Secreto. Reunião c/Movimentos. 2 de Maio de 1975, p. 6.
- [1258](#) *Idem*. Relatório manuscrito de Leonel Cardoso, pp. 3-4.
- [1259](#) Nome pelo qual era designado o quartel do MPLA na Praça de Touros .
- [1260](#) APSC.R.A.I. 1 de Maio de 1975. E-5558.
- [1261](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34.CCPA.GMAC. Secreto. Reunião c/Movimentos. 2 de Maio de 1975, pp. 7-8.
- [1262](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34.CCPA. Relatório manuscrito de Leonel Cardoso, pp. 4-7.
- [1263](#) *Idem*, pp. 7-11.
- [1264](#) «Luanda, 537, May 7, 1975. Confidential».
- [1265](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 24. 6 de Maio de 1975, pp.1 e 8.

[1266](#) *Idem*, pp. 8-10

[1267](#) *Idem*. R. I. n.º 25. 14 de Maio de 1975, p. 7.

[1268](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 23. 30 de Abril de 1975, p. 7.

[1269](#) APSC.R.A.I. De 30 Abril a 6 de Maio. 23 de Abril de 1975. E-5387.

[1270](#) ADN.F.3S.12.C.28. Proc. 121. De 30 de Abril a 2 de Maio 1975, p. 8.

[1271](#) APSC.R.A.I. 29-30 de Abril de 1975. E-5407 e E-5499.

[1272](#) *Idem*. De 7 a 13 de Maio. 30 de Abril, 3, 5 e 6 de Maio 1975. E-5499 e E-5541.

[1273](#) Vasco Vieira de Almeida, nos Estudos Gerais da Arrábida. 1 de Outubro de 1998. ICS.AHS.FDP, p. 52.

[1274](#) AHM.F.43.S.4.C.841. P.33.CCPA. Reuniões. 8 de Maio de 1975.

[1275](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc.129. 13-14 de Maio de 1975, p.10.

[1276](#) AHM.F.43.S.4.C.841. P.34.COPLAD. Secreto. 30 de Abril de 1975, pp.1-4.

[1277](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc.126. 8-9 de Maio de 1975, p. 9.

[1278](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 23. 30 de Abril de 1975, p. 3.

[1279](#) «Brussels, 5135, May 9, 1975».

[1280](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 25. 14 de Maio de 1975, p. 1.

[1281](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A. CND. Doc. 44. Acta n.º 16. 5 de Maio de 1975, pp. 2 e 4, 13.

[1282](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc.132. De 16 a 19 de Maio de 1975, p. 8.

[1283](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 44. Acta n.º 16. 5 de Maio de 1975, pp. 4-5.

[1284](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 44. Acta n.º 16. 5 de Maio de 1975, pp. 7-11.

[1285](#) *Idem*. PIDE/DGS. Doc. 23. 2 de Maio de 1975, pp. 2-6.

[1286](#) *Idem*. CND. Doc. 44. Acta n.º 16. 5 de Maio de 1975, pp. 10-11.

[1287](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.37.CCFAA. 4 de Maio de 1975, pp.1-2.

[1288](#) ANTT.EMA.C.46.P.16. Conferência de Imprensa, Lisboa, 16 de Maio de 1975, p. 13.

[1289](#) FMS.P.02975.009. Actas do Conselho da Revolução. Secreto. 7 de Maio de 1975.

[1290](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34. CCPA. Secreto. Reunião com Melo Antunes. 14 de Maio de 1975, p. 2.

[1291](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reuniões. 5-7 de Maio de 1975

[1292](#) *Idem*. Reunião com MPLA. 9 Maio 1975, pp. 1-2.

[1293](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reunião com MPLA. 9 de Maio de 1975, p. 7.

[1294](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Governador do Zaire p/AC n.º 53, 4 de Maio de 1975.

[1295](#) *Idem*, n.º 54. 5 de Maio 1975.

[1296](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. n.º55. 5 Maio 1975.

- [1297](#) *Idem*. Atitudes Inconvenientes da FNLA nos distritos de Uíge e Zaire, sem data.
- [1298](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-III. Doc.9. C.T. Carmona. Muito Secreto. 10 Maio, pp.1-4
- [1299](#) AHM.F43.S.1.C.835.P9. Incidentes em Teixeira de Sousa no Luso. 12 Maio 1975, pp.3-4, 7.
- [1300](#) APSC.CCFAA.2ª Repartição. R. I. n.º 25. 14 Maio 1975, p.9
- [1301](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND.Doc.45. Acta n.º 17. 12 de Maio de 1975, p. 3 e 6.
- [1302](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 46. Incidentes no distrito do Zaire. 14 de Maio de 1975, pp. 1-3.
- [1303](#) *Idem*. CND.Doc. 45. Acta n.º 17. 12 de Maio de 1975, pp. 5-6.
- [1304](#) *Idem*. CND.Doc.46. Acta n.º 18. 19 de Maio de 1975, pp. 7-8.
- [1305](#) O comandante interino do CIC era o major Manuel Teixeira Gil.
- [1306](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Gabinete dos comandos. 13 de Maio de 1975, pp 1-3.
- [1307](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 25. 14 de Maio de 1975, p. 9.
- [1308](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Secreto. Reunião com Melo Antunes. 13 de Maio de 1975, pp. 1-2.
- [1309](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA.Actas-I. Doc.56. Manuscrito. 14 de Maio de 1975, pp. 1-4. Nesta reunião estiveram o Alto-Comissário e os chefes dos três ramos, o coronel Passos Ramos e o tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, os majores Abreu e Santos. Do MPLA: Lopo do Nascimento, Henrique Santos e Henrique Carreira. Da FNLA: Johnny Eduardo, Ngola Kabangu, Hendrik Vaal Neto e Graça Tavares. Da UNITA: Jonas Savimbi, José Ndele e Wilson dos Santos.
- [1310](#) *Idem*. pp. 5-7.
- [1311](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA. Actas-I. Doc.56. Secreto. Manuscrito. Reunião c/ Melo Antunes. 14 de Maio 1975, pp. 1-2.
- [1312](#) «Lisbon, 2692, May 14, 1975»
- [1313](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.34.CCPA. Secreto. Sumário. Reunião c/Movimentos. 14 de Maio de 1975, p. 16.
- [1314](#) *Idem*. Secreto. Manuscrito. Reunião c/ Melo Antunes. 14 de Maio de 1975, p. 2.
- [1315](#) ANTT.EMA.C.46.P16. Conferência de Imprensa. Lisboa. 16 de Maio de 1975, pp. 4-8.
- [1316](#) ANTT.EMA.C.46. P16. Conferência de Imprensa. Lisboa. 16 de Maio de 1975, pp. 14-18.
- [1317](#) FMS. P.02975.013. Actas do Conselho da Revolução. Secreto. 23 de Maio de 1975, pp. 12 e 20
- [1318](#) «Lisbon, 2763, May 17,1975».
- [1319](#) «Lisbon, 2892, May 22, 1975».

3. NA CAIXA DE PANDORA

Morreram menos na guerra colonial

Em 20 de Maio, na reunião promovida em Bona pelo seu homólogo da República Federal Alemã, Hans-Dietrich Genscher, Melo Antunes tentou conquistar o apoio dos EUA para Neto, alegando que desta forma Washington «neutralizaria a influência da União Soviética e reduziria a dependência do MPLA das ajudas externas, como a que recebia de Cuba». Kissinger não se deixou sensibilizar: mostrou-se «frio, incrédulo e fatalista na sua convicção de que Angola já estava perdida»¹³²⁰. A displicência à proposta portuguesa aproximou-se de «uma certa insolência intelectual». O apoio a Neto era recusado porque em Angola «a margem de manobra dos americanos era [...] quase nula». Os russos já controlavam o território. Como Killoran dissera semanas antes ao brigadeiro Valente. Para Melo Antunes «voltar as costas a Angola por já estar nas mãos dos comunistas [...] era um erro estratégico». Tentou «explicar que não se podia considerar uma batalha perdida». Cortar com Neto é que empurraria o MPLA para «um endurecimento em torno das posições pró-soviéticas»¹³²¹. Saiu do encontro convencido que não conseguira seduzir Kissinger, mas voltariam a conversar em Outubro.

Portugal não participaria na cimeira dos líderes angolanos marcada para Junho, oficialmente, por o Acordo do Alvor não estar «em causa»¹³²². Assinalava a CCPA que FNLA e UNITA consideravam que a presença portuguesa iria «desacreditar os seus presidentes»: seria uma «declaração pública de falta de maturidade política e quebra de prestígio» dos mais altos dignitários angolanos¹³²³. A título informal, aceitavam «perfeitamente a não realização de eleições». Holden Roberto afirmava que «já em Mombaça» Neto não quis eleições por considerar que o povo estava politicamente impreparado para exercer o direito de voto – como dissera, aliás, em Argel. E não haveria um Exército único porque nenhum abdicaria do seu: «Nós somos três forças na arena, três forças armadas», declarou Savimbi e o Movimento que quisesse tomar o Poder pelas armas teria «os outros dois contra ele».

O MPLA sabia que num futuro próximo (devido às cisões no MFA em Portugal, registava a CCPA) poderia perder o respaldo que lhe fora dado: «*Conhece o apoio que tem recebido no nosso país, [...] e está bem informado acerca das contradições internas do MFA e dos diferendos que neste momento se verificam entre este e alguns partidos.*»¹³²⁴ Declarada «a neutralidade activa», o PS anunciou o apoio ao MPLA na luta de contra as ingerências estrangeiras¹³²⁵. Os socialistas tinham vencido as eleições e o IV governo provisório continuava a ser gonçalvista. Neto esperava por isso que Lisboa agisse em conformidade e apoiasse as pretensões dos camaradas angolanos, substituindo o Alto-Comissário. Esta era uma das 18 reivindicações apresentadas em 22 de Maio, dia em que MPLA promoveu uma grande manifestação em Luanda: além da destituição do general era exigida «a imediata expulsão dos antigos agentes da PIDE/DGS e a substituição por africanos dos funcionários brancos que tinham deixado Angola»¹³²⁶. O comunicado parecia ser «uma acusação directa ao MFA»: por pensarem que significava «a impossibilidade de nos colocarmos decididamente a seu lado, conforme insistentemente têm tentado», escrevia a Coordenadora. «A dificuldade de controlo das suas bases» frequentemente referida para se desresponsabilizar pelas acções das milícias era (pela primeira vez) apontada como um falso argumento: «*Exerce (quando quer) um efectivo controlo sobre as bases*». Os actos destas «mais não

são do que atitudes premeditadas perfeitamente inseridas na sua linha de actuação». Parecia evidente que a corrente «mais dura e mais radical» controlava o directório¹³²⁷. Como Melo Antunes considerava. A radicalização do MPLA reforçara as «posições de dureza e de intransigência» de Savimbi, ao qual seria difícil manter por muito mais tempo «a sua posição de jogador que tanto poderá estar ao lado do MPLA contra a FNLA, como vice-versa». Savimbi esgueirava-se, mas Neto também não se comprometia: «*Nas conversações bilaterais mostram-se receptivos, mas nas declarações públicas deixam sempre a pairar a dúvida. Talvez esta tática se destine a encobrir a referida aproximação ou... talvez não.*» Embora mais crítica à actuação do MPLA, a CCPA continuava a inculpar Savimbi por ainda não ter escolhido com quem queria «subir ao altar».

Em 26 de Maio, Savimbi disse a Silva Cardoso que a Cimeira estava em risco porque Holden Roberto se recusava a participar. Nesse dia voltou a Kinshasa¹³²⁸, onde só foi recebido pelo líder da FNLA depois da meia-noite. Mal se sentou, Holden disse ter «a certeza» que existia uma aliança secreta «entre as FAP, o MPLA e a UNITA», e daí os quatro encontros havidos entre Savimbi e Neto, certamente sob os bons ofícios de Portugal, mas só havia «uma solução»: «a guerra e tão cedo quanto possível», pois o tempo corria contra a FNLA. Não importaria quantos homens seus tivessem de morrer, e não lhe falassem em cimeiras pois não havia uma «ambiência propícia». Além disso, recusava entrar em Angola: se lá fosse «seria imediatamente morto»¹³²⁹. Na súmula sobre o relato de Savimbi, a CCPA destacava a ameaça que Holden representava: estava «decidido a usar a força contra o MPLA», conhecia as «tentativas de Portugal para aproximar» os líderes rivais e dissera não ter assistido às celebrações do dia da FNLA (em 15 de Março) porque estarem em Luanda «cubanos para o liquidar»¹³³⁰.

O presidente da FNLA revelou que, em breve, iria à China buscar armamento e se Savimbi quisesse dar-lhe-ia algum desse material, o que seria legítimo pois o MPLA possuía armas pesadas, blindados e até mísseis SAM 2 e 3¹³³¹. Na «sua profunda aversão aos comunistas» referiu que o MPLA (e o MFA) português estariam «totalmente controlados por estes» e a neutralidade activa era uma farsa destinada «unicamente a mascarar um auxílio ao MPLA.»¹³³² Da reunião com Mobutu, Savimbi reteve que não pretendia invadir «Angola para ajudar a FNLA», pois até criticara o cunhado por não ir a Angola e recusar a cimeira, perdendo «prestígio internacional e no interior» do território¹³³³. Quando Gomes de Abreu integrou a comitiva do CR a Kinshasa, dias depois, também notou que Mobutu elogiara «constantemente Savimbi não se referindo» uma única vez a Holden Roberto¹³³⁴. O encontro (pedido por Mobutu) visou esclarecer «alguns mal-entendidos», como as declarações de Rosa Coutinho, que o chefe da delegação, major Vítor Alves, justificou terem sido pessoais. À *Rádio Voz do Zaire* este conselheiro da Revolução referiu que «o número de vítimas provocado desde Março pela violência em Angola já era superior ao causado pela guerra colonial naquela ex-colónia.»¹³³⁵ Ferreira de Macedo falara em 2.000 a 3.000 mortos, mas ter morrido durante três meses mais gente do que em 14 anos de guerra colonial era um termo de comparação pouco lisonjeiro para os nacionalistas.¹³³⁶

Referia Savimbi (no seu relatório) que Portugal não trilhava «uma política inteligente» pois deveria ajudar a UNITA a reforçar-se para ser a «força dissuasora» perante os outros dois¹³³⁷. Embora lhe fossem atribuídos quase 40.000 efectivos, somente um quarto tinha armas «na sua quase totalidade de tipo individual e em quantidade reduzida», e recebia «muito pouco do exterior»¹³³⁸. O presidente da UNITA pedira às FAP «armamento a título de empréstimo», que prometera devolver «assim que as suas forças estivessem integradas»¹³³⁹. Com esse intuito, Silva Cardoso enviou José Valente a Lisboa pedir a autorização de Costa Gomes à entrega de «armas à UNITA, sem o conhecimento dos outros Movimentos»¹³⁴⁰. A ideia seria fornecer-lhe algumas que «o Exército tinha em excesso». A cedência de material deveria ser sigilosa mas quando o brigadeiro chegou a Belém, ainda antes da audiência com

Costa Gomes, o Presidente mandou fazer cinco cópias da folha¹³⁴¹. A diligência que se pretendia secreta deixou nesse exacto momento de o ser.

Quase um mês depois (em 10 de Junho), Silva Cardoso jantou com Savimbi no Palácio e estiveram até à 1h30 a acertar a entrega do material¹³⁴². As FAP deram à UNITA «1.800 espingardas G-3, alguns morteiros armas semiautomáticas e uma variedade de outro tipo de armamento, juntamente com tonelada e meia de munições de uma base do Exército nos arredores de Luanda»¹³⁴³. No dia seguinte, Rosa Coutinho manifestava ao CR o desagrado do MPLA ao saber (por «uma espécie de conferência de Imprensa do major Vítor Alves e da CCPA») que Portugal iria ajudar a UNITA. Lara dissera-lhe que as declarações tinham sido «mal recebidas pelo MPLA, concretamente a intenção de Portugal apoiar prioritariamente a UNITA em detrimento do MPLA»¹³⁴⁴. Em 18 de Junho, durante a cimeira angolana em Nakuru, Soares Rodrigues mostrou a Silva Cardoso um papel que lhe fora entregue por um elemento do MPLA: era a lista com o material já fornecido à UNITA¹³⁴⁵. O General não o negou e disse que a remessa ainda estava «muito aquém dos quantitativos que a parte portuguesa» prometera. O que era verdade, como Savimbi diria a Almendra poucos meses depois. Fora decidido «fornecer à UNITA, um total de 5.000 armas: 3.000 para as Forças Integradas e as restantes como satisfação da promessa feita pelo major Melo Antunes a Savimbi»¹³⁴⁶. Nenhum Movimento deveria receber armas ou munições até se conhecer o resultado da cimeira do Quénia, disse Sabino Guerreiro. E os líderes angolanos iriam ser informados – o que seria um excelente pretexto para o MPLA e a FNLA atacarem e acusarem Portugal de violação do Alvor. Contrafeito, o Alto-Comissário cedeu: a próxima entrega de material seria suspensa até o assunto poder voltar a ser discutido¹³⁴⁷.

Hecatombe no Norte

Em Luanda, a FNLA e o MPLA tinham voltado «a colocar armas pesadas nos edifícios e instalações» que controlavam na cidade, retardando «a execução das medidas acordadas» em 12 de Maio. Até dia 20, os dois Movimentos deveriam retirar os seus excedentes militares da capital, uma vez que os efectivos da UNITA não ultrapassavam o quantitativo acordado¹³⁴⁸, mas Maio findou sem o cumprirem, o mesmo acontecendo em relação ao material pesado¹³⁴⁹. Cada Movimento poderia ter em Luanda 940 militares – 500 nas FMM; 170 nas Forças de Intervenção; 160 na segurança das sedes; 30 para a guarda de cada presidente e 80 para as altas entidades¹³⁵⁰. No total mais de 2.800 efectivos armados.¹³⁵¹ O ELNA continuava a infiltrar homens e armamento em Angola oriundos do Zaire, não obstante terem sido «montadas patrulhas das FAP para impedir» o seu acesso à capital¹³⁵². A FNLA já dominava «quase por completo» todos os distritos do Norte, com excepção de São Salvador e Santo António do Zaire¹³⁵³ sendo já o «único Movimento na zona»¹³⁵⁴. Em resposta à ofensiva do ELNA no Norte, as FAPLA desferiram na manhã de 28 de Maio um ataque concertado no Caxito, onde ocuparam o posto policial e apreenderam todo o material¹³⁵⁵. À noite empreenderam contra Quibaxe, Pango Aluquem e Bula Atumba e havia confrontos em Zemba do Itombe, Dondo, Canhoca, Dalatando e Malange¹³⁵⁶. Em Quibaxe, o ELNA não perpetrara «acções sobre a população ou saques», mas a Vila não tinha «água nem luz e havia falta de alimentos, informou Soares Rodrigues. Em Pango Aluquem já havia mortos e as FAPLA tinham levado aprisionados inúmeros civis para a delegação do Piri¹³⁵⁷. Em Bula Atumba a maior parte da população encontrava-se refugiada no aeroporto. O ELNA controlava a localidade e as FAPLA os arredores. Não havia água nem comida e «a população europeia estava a sair em aviões de turismo».

O Comandante Naval Leonel Cardoso quis saber se os ataques das FAPLA tinham ocorrido ao mesmo tempo. «*Foram quase todas à mesma hora*», foi-lhe dito. Silva Cardoso não tinha qualquer «dúvida» que fora «uma acção simultânea e concertada do MPLA que depois se estendeu a Dalatando e

Malange»¹³⁵⁸. Lisboa era informada que a situação a norte de Luanda se agravava desde 28 de Maio: o MPLA empreendera «uma acção premeditada», pois retirara previamente os seus apoiantes das áreas visadas e era patente uma sincronia nos ataques em locais distantes. No dia 29, a ofensiva das FAPLA chegou a Malange, Dalatando, Dondo e Zenza do Itombe e, no dia seguinte, ao Catete, Muxima e Bom Jesus. O abastecimento de víveres à capital estava a ser «seriamente afectado» pelas barreiras nas principais vias de acesso. Os camionistas que se deslocavam para sul pela estrada do Catete tinham sido forçados a inverter a marcha em Massangano e as aeronaves portuguesas (que evacuavam os militares nacionalistas feridos) tinham sido alvejadas. Temia-se que as barragens de Mabubas e de Cambambe (no Caxito) deixassem de funcionar por os técnicos terem fugido, e várias localidades estavam já «sem energia eléctrica, sem água e com dificuldades de alimentação». Por precaução, as FAP passaram a fazer a segurança às duas barragens, «não sendo permitida a instalação nas proximidades de quaisquer outras forças».

De Luanda partiram três colunas das FAP com delegados de cada Estado-Maior: uma para Quibaxe, outra para Dalatando e a terceira para Santo António do Zaire. Para ordenarem aos beligerantes que permitissem a livre circulação de pessoas e bens nas zonas dominadas, incluindo de militantes e apoiantes dos Movimentos¹³⁵⁹. Estavam a criar zonas tampão, das quais ninguém podia entrar nem sair, condenando as populações à fome pela falta de abastecimentos. A ofensiva do MPLA para expulsar a FNLA da sua 1.ª Região Político-Militar causara «cerca de uma centena de baixas, civis e militares», sendo interpretada como «uma posição de força» antes da cimeira de Junho. No Uíge, a verdadeira «caça ao homem» fez os soldados do ELNA procurarem «refúgio nos quartéis das FAP»¹³⁶⁰. No Hospital de Carmona tinham dado entrada 16 cadáveres, mas muitos mais jaziam nas ruas¹³⁶¹. Quando o ELNA recebeu reforços, chacinou e perseguiu os militares das FAPLA que se acoitaram nos quartéis portugueses. No dia 2 de Junho, o general Ferreira de Macedo e o ministro Kabangu deslocaram-se a Carmona para conseguir a retirada desses combatentes, que seguiram para Luanda em aviões das FAP. Ao Comando do Uíge era ordenado que acolhesse quem procurasse abrigo, «incluindo população desalojada e militantes e militares destroçados pela violência do combate». Muitos militares do MPLA tinham sido mortos¹³⁶², como o comandante Jica¹³⁶³. A seguir, o MPLA contra-atacou na Lunda (no Cazombo e em Teixeira de Sousa) e no distrito do Zaire. Cabinda, onde o MPLA possuía «bastantes forças», também estava a ser flagelada desde 2 de Junho. O abastecimento de água à cidade tinha sido cortado e a população branca refugiara-se na sede do batalhão das FAP. Tinham sido destruídas as «delegações da FNLA e uma da UNITA»¹³⁶⁴. Para o enclave seguiu uma comissão mista, além de meios aéreos e navais levando água e víveres¹³⁶⁵. Todos os brancos queriam ser evacuados para Luanda e Portugal ou para o Congo e o Zaire. Alguns já tinham partido para o Gabão.¹³⁶⁶

Em Malange, os confrontos começaram em 3 de Junho «com um forte tiroteio na cidade e nos bairros periféricos»; quatro dias depois «aumentou bruscamente de intensidade com a utilização de morteiros». Havia já cerca de 700 desalojados, 20 mortos e 15 feridos graves, a maioria em Brito Godins, «abandonada à pressa por toda a população branca» que bradava existirem crianças e adultos desaparecidos¹³⁶⁷. No dia 8 de Junho, um grupo de brancos protestou junto ao governo do distrito, solicitando «armas e uma escolta militar para a sua retirada». De seguida, dirigiu-se ao quartel, «em atitude agressiva e de desespero, pedindo armas e protecção». Os dois helicópteros enviados para recolher os desalojados não aterraram, por Brito Godins estar pejada de militares das FAPLA, e a coluna terrestre também tinha sido forçada a regressar. Ao fim da tarde, os 15 soldados africanos das Forças Integradas patrulharam a zona residencial de Malange e os subúrbios, mas era difícil «manter a população suburbana em ordem e evitar que residências e casas comerciais de colonos» fossem pilhadas. Na manhã de dia 9, a coluna dirigiu-se novamente à povoação e os helicópteros resgataram

nove crianças e cinco adultos brancos que «andavam escondidos no mato há três dias». De Malange saíra uma coluna «com 40 automóveis civis em direcção a Sá da Bandeira» e assistia-se a «uma debandada geral» da população, cuja retirada exigia que Luanda enviasse dois aviões militares.¹³⁶⁸

Estranhava o ministro N'Dele que as cúpulas do MPLA alegassem falta de meios técnicos para fazer chegar às bases «em tempo oportuno» as ordens de cessar-fogo quando o mesmo problema não era detectável «no desencadeamento simultâneo» de ataques em localidades distantes «centenas de quilómetros». Lopo do Nascimento perguntou se as acções das FAPLA em Sanza Pombo, Negage, Carmona, Cangola e no Piri tinham sido simultâneas. Tinham, confirmou Silva Cardoso. E quem começara no Uíge?, insistiu Lopo. A FNLA, mas «porque antes o MPLA tinha atacado no Negage», respondeu o comandante do ELNA Graça Tavares. Para Macedo era óbvio que a iniciativa partira da FNLA: até Kabangu reconheceu que o ataque tinha sido «uma reacção aos acontecimentos do Caxito», onde desde a véspera as FAPLA atacavam com fogo cerrado, referiu o comandante Barreiro. E continuavam. Se o MPLA começara os ataques no Caxito e no Cuanza Norte, onde detinha «um domínio de forças», os ocorridos no Uíge eram «em tudo semelhantes» e aí dominava a FNLA, apontou Macedo. Era uma escalada de violência em que ambos exploravam «a sua supremacia em determinadas áreas», resumiu o Alto-Comissário¹³⁶⁹.

Na madrugada de 8 de Junho, os combates em Santo António do Zaire atingiram a parte baixa da cidade. Durante a manhã, o quartel dos Fuzileiros foi fustigado por sucessivos «fogos cruzados», em cuja parte sudoeste o comandante das FAPLA se escondeu, acabando por fugir, para grande alívio dos cerca de 400 refugiados que lá se encontravam. Pelas 10h30, o Comando já albergava 100 civis. Ao início da tarde, ainda não se conseguira evacuar os residentes na parte alta da cidade. Na madrugada de dia 9, as FAPLA renderam-se: entregaram todo o armamento e munições em troca dos seus militares capturados. Numa fragata embarcaram 44 soldados das FAPLA e 107 civis do MPLA com destino a Cabinda e Luanda, respectivamente. Na tarde de 10 de Junho, mais 112 efectivos das FAPLA foram levados para o enclave.¹³⁷⁰ Mas o confronto não terminou. As FAPLA permaneciam no monte Chiso, para onde estavam a transportar «armas pesadas» com «a intenção de eliminar o ELNA em Cabinda» até ao domingo seguinte¹³⁷¹. O MPLA fora expulso de Santo António do Zaire, «a única área do distrito que ainda mantinha», mas a FNLA foi erradicada de Dondo, no Cuanza Norte. Previa-se que confrontações de vulto ocorressem em Lucala, prosseguindo as de Malange, que poderiam alastrar a Norte e Nordeste e à Lunda¹³⁷². Em Henrique de Carvalho, a situação era bastante «tensa»¹³⁷³. A casa mortuária recebera 40 mortos e havia um número não estimado de feridos. Os incidentes tinham começado ao anoitecer de 11 de Junho, «com o desencadeamento de acções de fogo entre os quartéis» dos três Movimentos. Prolongaram-se noite fora e recrudesceram ao amanhecer, com atiradores disseminados por residências. Muitas casas estavam «parcialmente destruídas» e a cidade paralisara sem água nem energia eléctrica. As FAPLA tinham destruído dois quartéis do ENLA e estavam prestes a conseguir tomar outros.

Não havia muito a acrescentar para «se perceber a hecatombe» que se preparava, alertou o Alto-Comissário na CND. As consequências eram por demais evidentes: «*O êxodo, a ameaça de fome, falta de água, epidemias, etc.*» Destruíam e matavam mas tinha de ser a tropa nacional a «tratar do enterro dos corpos»: «*Como se vê pelo espectáculo que estamos a dar ao mundo, não se conseguiu pôr fim a esta escalada*»¹³⁷⁴. A Costa Gomes resumiu a situação: «*Como reflexo dos violentos acontecimentos verificados, existem graves problemas no campo social, materializados em migrações internas, no êxodo da população branca e num elevado número de desaparecidos. Angola está à beira de um colapso*». A tropa limitava-se a fazer patrulhamento e nas últimas semanas apenas se ocupava de acções sanitárias e de protecção civil: transportava comida e desalojados, fornecia água e fármacos às

populações e fazia o trabalho de paramédicos e legistas já inexistentes em grande parte do território. No campo humanitário efectuavam as missões mais diversificadas: deslocar mantimentos, pessoas e bens; evacuar feridos e enterrar mortos.¹³⁷⁵

De Dalatando, o comandante do batalhão de Artilharia reportava que nos últimos dias os seus homens não tinham tido descanso. Era tal o caos que determinou como prioridades: «*Obter um cessar-fogo, socorrer feridos, recolher e enterrar mortos, assistir a refugiados, limar divergências, suprimir atritos, acorrer a pessoas e entidades ameaçadas, tudo numa alucinante corrida contra o tempo e com meios escassos.*» No Cuanza Norte era «fácil concluir» que os Movimentos possuíam «mais efectivos e meios mais volumosos e potentes» que as FAP. Solicitava o envio de «uma pequena força blindada» que garantisse a segurança do batalhão para que os seus homens não tivessem «de actuar a peito descoberto»¹³⁷⁶. A «situação desagradável» da tropa em Angola foi abordada em Belém: era pressionada e hostilizada pelos nacionalistas e, ao mesmo tempo, confrontada com as necessidades de protecção às populações europeias e cabo-verdianas. Já não fazia missões operacionais, estando totalmente absorvida com o reabastecimento das unidades, «o controlo dos refugiados e a protecção dos pontos sensíveis, etc.»¹³⁷⁷.

No dia 5 de Junho os brancos saíram de novo à rua, em protesto. Como escrevia a Imprensa: «*Um numeroso grupo de desalojados percorreu as ruas da cidade numa manifestação de repúdio pela situação de abandono a que se encontram votados e pedindo especialmente aos consulados dos EUA e do Brasil que os auxiliem. Exibem escritos em que afirmavam não estar a pedir uma esmola, mas sim a solicitar ao governo que assuma as suas responsabilidades e lhes salve ao menos as vidas dos filhos e das mulheres.*»¹³⁷⁸ Num cartão canelado manuscrito, com erros ortográficos, lia-se: «*Não asseitamos desculpas. O Alto-Comissário pessa barcos estrangeiros. Nós pagamos as nossas passagens. Isto no caso das tais desculpas de não haver transportes portugueses.*» Cerca de 150 pessoas dirigiram-se em cortejo até ao consulado dos EUA a pedir que «lhes fosse garantido o regresso imediato», pois Portugal não o fazia. Recebidos sete representantes pelo cônsul-geral americano, os manifestantes seguiram depois até ao Palácio.¹³⁷⁹ Tanto gritaram que, segundo Passos Ramos, Silva Cardoso saiu do gabinete e foi com a mulher até junto dos manifestantes.¹³⁸⁰

Nesse dia, num almoço com Carlucci em Lisboa, Almeida Santos regozijava-se por Portugal ter deixado de ter uma posição pró-MPLA. Lisboa seria imprudente «se pusesse todos os ovos no mesmo cesto» apoiando exclusivamente Agostinho Neto, embora nem todos concordassem. Rosa Coutinho pronunciara-se claramente a favor do MPLA. Tinha sido a primeira vez que ouvira um alto dignitário português admitir que Portugal apoiara o MPLA, reportou o embaixador para Washington. Não seriam enviados reforços militares para Angola porque, mesmo que o governo quisesse, o mais certo seria a tropa recusar-se a ir, disse o MCI. Certamente ocorreriam «confrontos periódicos» até à independência, cuja data não seria adiada. Para Carlucci era evidente que, independentemente do cenário, Portugal sairia em 11 de Novembro sem olhar para trás: «*Os portugueses estavam fartos do problema ultramarino e só queriam esquecê-lo o mais depressa possível.*» O ministro também julgava que a aniquilação do MPLA era «apenas uma questão de tempo», pois seria esmagado pela FNLA e por Savimbi que «brilantemente já tinha conseguido o apoio de Kaunda e de Nyerere». Das palavras escutadas, Carlucci depreendia que Lisboa «deixara cair» Neto e apostava agora em Savimbi.¹³⁸¹

Trucidados no Pica-Pau

Em Angola o cenário era totalmente oposto: Neto estava cada vez mais forte e N'Dele dissera a Silva Cardoso que o MPLA se preparava para tomar o Poder. O plano era «destruir a UNITA em Luanda

depois de o ter feito à FNLA» e, a seguir, bombardear o Palácio e o Bairro do Saneamento, onde viviam ministros e comandantes angolanos. O comandante Torres das FAPLA telefonara até ao Alto-Comissário a avisar que iria cercar o Palácio e colocar «armas pesadas em Luanda». Lopo do Nascimento pediu mais tarde desculpa pelo sucedido, mas, como escrevia a CCPA: o MPLA não iria «parar as acções que tem vindo a levar a cabo, segundo a sua linha triunfalista»¹³⁸². Em Luanda temia-se que o funeral do comandante Jica das FAPLA degenerasse em ataques às sedes da FNLA e que esta retaliasse pela morte do seu comandante Éfeso¹³⁸³. Embora estivesse «suficientemente municiada para poder responder a um ataque» na capital, a FNLA pedira mais 1.000 soldados a Kinshasa», a pretexto de o MPLA esperar um reforço de 6.000 homens do Norte¹³⁸⁴. Pelas 13h30 do dia 5 de Junho «ecloidiu em Luanda uma nova onda de violência com tiroteio» que rapidamente alastrou às entradas dos bairros Marçal e Rangel. A meio da tarde «partiram da delegação da FNLA na Avenida do Brasil bazucadas e morteiradas que atingiram os hospitais Universitário e São Paulo, que mataram três funcionários»¹³⁸⁵. As três granadas de morteiro tinham sido disparadas pelas 14h30 (com intervalos de cinco minutos) sobre o terceiro piso, cuja fachada se encontrava virada para a delegação da FNLA. Após o ataque, a Universidade comunicou o encerramento dos dois edifícios e a evacuação dos doentes para o Hospital Maria Pia, onde passariam a funcionar as urgências¹³⁸⁶.

Nesse dia as FAPLA bombardearam «com morteiros, a delegação da UNITA no Bairro Pica-Pau, tendo morrido todos os seus ocupantes. Ao início da noite, os combates aumentaram de intensidade». A UNITA era pela primeira vez atacada em Luanda¹³⁸⁷, tendo sido «utilizados os mais diversos armamentos desde morteiros, lança-granadas, a metralhadoras de tipo pesado». No Bairro Operário, as FAPLA montaram «cerco a uma delegação da UNITA» e outras duas (uma delas no Cazenga) estavam também debaixo de fogo¹³⁸⁸. No assalto à sede na Avenida do Brasil (Pica-Pau) contava-se «mais de uma dezena de mortos e alguns feridos entre ocupantes militares e civis». «*Sobre as vítimas foram efectuados actos de pura barbárie, nomeadamente o esquarteramento de corpos.*»¹³⁸⁹ Os combates tinham chegado às zonas urbanas como a Avenida dos Combatentes e o Largo da Maianga, onde o tiroteio fora intenso; havia a registar 30 mortos (incluindo três soldados portugueses) e 80 feridos civis. No dia seguinte, as milícias populares saquearam e incendiaram algumas casas no Bairro Suburbano, onde as FAPLA impediram a patrulha mista de entrar¹³⁹⁰.

Nesse dia os comandantes do ELNA e das FAPLA, Barreiro e Jacob Caetano (Monstro Imortal) respectivamente, não compareceram na reunião extraordinária da CND, em que Silva Cardoso reafirmou que iria pedir a Lisboa que denunciasse «ao mundo a situação caótica que Angola» atravessava. A FNLA «não aceitava», reagiu Eduardo. O comandante Veríssimo descreveu de seguida os actos cometidos contra os recrutas da UNITA: «*Saques, cruéis acções de espancamento e selvagens assassínios de pessoal indefeso, que se encontrava na delegação do Pica-Pau, na Avenida do Brasil.*» N'Dele fora informado por Veríssimo e no programa radiofónico do MPLA escutou que «a UNITA tinha deixado cair a sua máscara» e estava a ter o que merecia. Ao contactar Neto, este disse desconhecer o que se passava, mas ia informar-se. Quando falaram pela segunda vez, justificou que na véspera a sentinela da sede da UNITA alvejara militares do MPLA que iam a passar e, por isso estavam a ripostar. Já tinha ordenado que parassem, mas N'Dele afiançava que as delegações continuavam a ser atacadas.

A responsabilidade não era só dos agressores. Os líderes também eram responsáveis por armarem civis e não os controlarem, disse o ministro da UNITA, que não entendia o silêncio de Neto. O comandante Onambua confirmou o que N'Dele contara. Lamentava as ocorrências, embora fosse necessário descobrir quem as iniciara: «*Como de costume voltava-se sempre ao mesmo ponto, quem começou, como começou.*». O caso merecia «um pedido de desculpas públicas», mas «o MPLA não

assumia a responsabilidade dos ataques»¹³⁹¹. E assim foi: a UNITA inculpou o MPLA pela «chacina com esquartejamento» dos seus militares, perpetrada «por populares apoiados pelas FAPLA» e o MPLA lamentou «a atitude assumida»¹³⁹².

Quanto ao bombardeamento do hospital, todos sabiam de onde tinham partido «os tiros e os obuses» que o atingiram, pois as delegações do MPLA também já tinham sido alvejadas a partir dessa delegação da FNLA, disse o comandante Onambua. Como, na véspera, Gonçalves Ribeiro pudera observar: «Mais do que a destruição de uns tantos quartos e parte de um corredor, foram os rastos de sangue de corpos arrastados para longe da zona de impacto que me impressionaram. Corpos de gente doente e acamada», escreveu.¹³⁹³ A situação tinha «ultrapassado as cúpulas» do MPLA admitia Henriques Santos, mas rejeitava uma denúncia internacional porque «nem todas as possibilidades» estavam «esgotadas»: a CND deveria impor-se e punir os responsáveis, porque «a continuar assim» cairia «no descrédito». Eduardo insurgiu-se: a «linguagem floreada do MPLA» já não enganava ninguém. Dizia ser «atacado sistematicamente pela FNLA, o mais bélico dos Movimentos», mas o ELNA nunca atacara a UNITA. Se Onambua tinha visto as marcas dos obuses, ele também as vira. Só uma comissão imparcial poderia apurar realmente «quem começou e quem está a atacar quem»¹³⁹⁴.

Para Leonel Cardoso «não valia a pena estarem a repetir-se e a cobrir-se de ridículo». Nunca respeitavam as decisões. «Assentou-se que saíssem as armas pesadas e os homens excedentes e está tudo na mesma.» As FAP poderiam usar a força, sugeriu N'Dele. Em Luanda até o poderiam fazer, admitiu o comodoro, mas onde as FAP «não dispusessem de forças suficientes» seriam trucidadas pelo Movimento «contra o qual tivessem actuado». A culpa não era apenas das bases, insistiu Veríssimo: «Quem ouvir os discursos do Dr. Agostinho Neto ou de qualquer elemento do MPLA verifica que só dizem as palavras mais acessíveis ao povo: ódio e guerra.»¹³⁹⁵ Era elucidativo que estivessem ali há três horas e nenhum dirigente tivesse ido à rádio apelar à paz, disse Ferreira de Macedo. Cabia às direcções nacionalistas e não à CND sanar o diferendo porque as FAP sentiam-se «impotentes para o resolver»: «Somos acusados pelos três Movimentos, mesmo que queiramos tomar parte duma forma isenta. Se toda a gente quer saber quem tomou a iniciativa da confrontação, não o conseguimos fazer sem sermos acusados de partidarismo.» Se estivessem realmente interessados numa inspecção às suas delegações (como Lopo do Nascimento sugerira momentos antes) obrigariam os seus homens a comparecer no GMM para que fossem realizadas. E concordava com a UNITA: culpava-se sempre a «arraia-miúda» quando «os principais responsáveis são as cúpulas que fomentam todo um clima de ódio e de insegurança na população.» Não estarem presentes Barreiro e Monstro Imortal demonstrava que o MPLA e a FNLA não pareciam «dispostos a pôr fim às confrontações», sacudiam o problema para a CND e o governo assistia «de braços cruzados». Reforçar as patrulhas mistas também não resultaria (disse Leonel Cardoso) porque os tiroteios paravam quando se aproximavam, recomeçando assim que iam embora. Para o Alto-Comissário bastava de conversa: se nas 24 horas seguintes não decretassem o cessar-fogo pediria a Costa Gomes a denúncia do Alvor e uma intervenção externa. Johnny Eduardo socorreu-se do argumento de Onambua: havia outras possibilidades antes de chamar a ONU. «Estou farto dessas promessas!», bradou Silva Cardoso. Teriam 24 horas para acabar com os tiroteios antes de contactar Belém. Um dia era de mais. Tinham 12 horas para silenciar as armas, sentenciou Ferreira de Macedo¹³⁹⁶.

Para a Comissão Nacional de Descolonização o ataque concertado do MPLA no Caxito, Dalatando e Malange destinara-se a impor à FNLA «uma linha de contenção militar» de modo a «provar publicamente que esta era “um tigre de papel”» e para «obrigar Holden Roberto a ir à mesa das negociações em condição de inferioridade». «O triunfalismo do MPLA» levava as milícias populares «a atacar até a UNITA, com a destruição da delegação do Pica-Pau». Restava saber como Savimbi

reagiria: «A UNITA poderá ignorar os ataques que agora sofreu do MPLA, ou poderá contra-atacar pondo em risco a solução progressista que se pretende.»¹³⁹⁷ A direcção do MPLA parecia incapaz de conter as várias correntes mais extremistas que o integravam: «a linha da guerrilha da 1.ª Região Político-Militar, a marxista-leninista do Comité Hoji-ya-Henda e a do MRPP da Faculdade de Economia». «Está a aparecer um MPLA diferente do inicial, com características de racismo tão mau como o da FNLA», registava-se em acta. «Agostinho Neto está a apoiar-se nos radicais “esquerdistas”, ou ditos como tais, e até houve já tentativas de saneamento dos sensatos e dos politicamente realistas. Joga no populismo, o que pode prejudicar gravemente o MPLA e Angola e, por reflexo, o processo revolucionário português.»¹³⁹⁸ Neto não contrariava as diferentes pressões internas, viessem da Casa de Angola em Lisboa, dos muceques de Luanda ou das delegações na Europa.

Em caso de «agravamento da situação» talvez fosse de admitir as intervenções da ONU e da OUA. Seriam «politicamente inconvenientes», mas retirariam aos Movimentos a possibilidade de acusarem as FAP de partidarismo e Portugal de não ter sido capaz de conduzir o processo. A ingerência da ONU seria «altamente perniciosa» e o relatório final «ou as interpretações que dele seriam feitas» poderiam condenar o país administrante: «*Haveria sempre quem atacasse Portugal.*» Além de os líderes angolanos a considerarem «uma ofensa por representar para eles um atestado de imaturidade política». Seria preferível actuar diplomaticamente junto do Zaire, Zâmbia, Tanzânia, Argélia, etc. O melhor era «não pedir nem favorecer a intervenção de organizações internacionais (ONU ou OUA) devido às implicações políticas desfavoráveis»¹³⁹⁹.

No dia seguinte, a CND realizou uma nova reunião extraordinária. Na véspera, os Estados-Maiores comprometeram-se a calar os morteiros, mas não o fizeram, referiu Silva Cardoso no início do encontro. Luanda deparava-se com «uma situação impossível de pânico, pavor e destruição de vidas». Os comandantes nem queriam «emitir comunicados de apelo ao cessar-fogo; queriam que fosse o COPLAD a fazê-lo, como se os beligerantes acatassem ordens de um comandante português», ironizou Almendra. A FNLA não reconhecia «consistência» ao comunicado da véspera por o MPLA não ter levantado as barreiras rodoviárias. Se se julgava «forte por fechar as estradas de Luanda», outros poderiam forçar a sua abertura», ameaçou Johnny Eduardo, para quem as FMM deveriam ser extintas pois só serviam para colocar mais homens armados na cidade. Além disso, «nunca operaram positivamente». «*Em vez de irem apagar o fogo como devia ser o seu papel, estão a atear o incêndio.*» E também não bastava evacuar os excedentes militares porque o Poder Popular poderia «desencadear uma guerra muito mais violenta do que um exército regular».

Não adiantava darem ordens que não eram executadas: o cessar-fogo, mais uma vez, não tinha sido cumprido, queixou-se Ferreira de Macedo. Os chefes não comandavam nada e não sabia que medidas se poderiam adoptar se não se faziam obedecer. Lopo do Nascimento duvidava que as bases obedecessem. Era absurdo não conseguirem «impor a sua vontade a bandos de populares» que, aliás, só o MPLA possuía, frisou N’Dele¹⁴⁰⁰. Até porque desta vez não tinha havido «mãos brancas a utilizarem armas». Para Almendra era óbvio que deveriam ser evacuadas as sedes em Vila Alice, Avenida dos Combatentes, Avenida do Brasil, Praça de Touros e na estrada do Catete. E quem pagaria os custos das transferências e as obras nas novas instalações?, perguntou Johnny Eduardo. Era melhor não entrar «em medidas concretas», aplacou o ministro do MPLA: uma coisa era desimpedir o acesso ao Hospital outra era proceder a evacuações. As FMM que actuassem «pela força contra todas as delegações de onde fosse aberto fogo». Seria muito difícil, contestou Leonel Cardoso, pois sempre que havia confrontos os africanos das FMM desapareciam deixando os portugueses sozinhos. E seria uma acção «muito delicada» pelas acusações a que daria azo contra as FAP, embora também julgasse que esvaziar os edifícios não iria «melhorar o problema da guerra, apenas o transferiria para outros locais». Talvez

conseguindo impor um limite de 10 homens em cada sede e se as patrulhas mistas não fossem «demoradas à porta» sempre que iam às delegações para as inspeccionar. De qualquer modo, seria necessário retirar rapidamente de Luanda todos os efectivos das Forças de Prevenção pois sempre seriam menos 540 homens a «dar ao gatilho».¹⁴⁰¹

Em 8 de Junho voltaram a ocorrer rebentamentos nos Bairros Cazenga e Lixeira¹⁴⁰². Dos quartéis situados na área próxima do aeroporto, no Bairro Sarmiento Rodrigues (MPLA) e no Cassaquel (FNLA), fora lançado «elevado volume de fogo» e assaltadas as residências das proximidades. As três delegações da FNLA (na Avenida do Brasil, na Avenida D. João II e no Mercado de São Paulo) e as duas do MPLA (em Vila Alice e no Bairro Operário) tinham-se bombardeado mutuamente. E também tinham sido feitos disparos de duas delegações não autorizadas, ambas do MPLA. Num ataque surpresa à patrulha mista tinha sido morto um soldado das FAP e dois do MPLA. Um outro militar português, depois de ter sido atingido, «foi levado para a delegação da FNLA na Avenida do Brasil, onde foi espancado»¹⁴⁰³.

Na reunião da CND foi reiterado que as sedes próximas do Hospital de São Paulo (que constantemente se bombardeavam) teriam de ser evacuadas. A FNLA desocuparia a da Avenida do Brasil se o MPLA evacuasse as de Dona Amália e Vila Alice, referiu Johnny Eduardo. A segunda era difícil, disse Lopo do Nascimento, em vez de as transferir talvez fosse preferível não as transformar em quartéis. Leonel Cardoso concordou: «*Mudarem as delegações não resolve nada enquanto não quiserem acabar com os tiros.*» E seria bom que se apressassem porque naquela «passada» as condições de vida em Luanda esgotar-se-iam em duas semanas¹⁴⁰⁴. Um dos quartéis em redor do aeroporto, o da FNLA no Bairro Cassaquel, acabaria por ser destruído por uma patrulha. Almendra recebera um telefonema do Coronel António Vinhas, comandante do Batalhão de Caçadores 5010 (Infantaria) situado a alguns metros dessa sede. Consternado, contou-lhe que um disparo para dentro do quartel tinha abatido no pátio um soldado seu que depois de terminar a patrulha saía do balneário ainda com a toalha enrolada ao corpo. O comandante do COPLAD enviou duas autometralhadoras para o local¹⁴⁰⁵. Os tiros do interior da sede começaram mal a patrulha se aproximou: «*Após este facto foi aberto fogo pelas FAP e feito um tiro de canhão que destruiu a delegação.*»¹⁴⁰⁶ Morreram seis soldados do ELNA. Dias depois era pedido às FAP que fossem «retirar da referida ex-base da FNLA armamento diverso que ali foi abandonado bem como os corpos» que ainda não tinham sido removidos¹⁴⁰⁷.

Na CND, Lopo do Nascimento defendeu que as FMM deveriam ser criadas em todos os distritos. Leonel Cardoso estava cansado de fantasias: enquanto continuassem a combater não seria possível. Queriam mais patrulhas mistas, mas continuavam «a correr uns com os outros nas áreas onde cada um» tinha «mais força». Como admitiu Johnny Eduardo: «*Enquanto continuarmos a dispor de homens para fazer a guerra, continuamos a fazer a guerra.*» As FMM não funcionavam, reconheceu Ferreira de Macedo. Baterá-se pela sua criação, mas tinham sido boicotadas: enquanto se mantivesse «a luta de comunicados cheios de ódio» não se deveriam criar mais unidades mistas». E opunha-se a que fossem enviadas para mais zonas pois só haveria «maior derramamento de sangue». Silva Cardoso duvidava que assim houvesse um clima favorável ao êxito da Cimeira entre eles: «*Não vale a pena deslocarem-se a Nairobi antes de se chegar a um entendimento interno. Sem ele, a única saída é a guerra e com a guerra ninguém ganha.*»

As FAPLA tinham atacado e destruído com blindados o quartel no Quifangondo cedido pelas FAP aos excedentes da FNLA de Luanda. O MPLA usava blindados e ninguém se insurgia, acusou Johnny Eduardo, mas quando a FNLA tivessem «os mesmos meios ou idênticos» todos iriam «reclamar». Deveriam ser «apreendidos». Qual era «o limite de armamento que os Movimentos poderiam dispor?»,

perguntou Leonel Cardoso, e como deveria a tropa reagir se deparasse com viaturas dessas?, perguntou Ferreira de Macedo. Esse material deveria estar nas bases de instrução e não a ser usado em combate, referiu José Valente. Deveriam definir-se as áreas que lhes estavam interditas e onde poderiam ser utilizadas, propôs Macedo¹⁴⁰⁸. Os confrontos na zona Cacucaco-Quifangondo, entre uma centena de militares FAPLA e do ELNA, ocorridos junto ao depósito de água que abastecia Luanda, já tinham destruído um poste de alta tensão perto do Catete (que deixara a capital sem electricidade) e a estação de tratamento de águas fora atingida com granadas¹⁴⁰⁹, o que agravou o problema da água potável na capital. Por causa da greve dos estivadores (que se arrastava há oito dias) as toneladas de cloro depositadas no navio holandês, ancorado há mais de um mês em Luanda, tinham sido descarregadas por militares¹⁴¹⁰. A falta de cloro obrigara até esse momento os luandenses a ferverem a água canalizada para beber ou confeccionar refeições¹⁴¹¹.

Os fugitivos da guerra

Os confrontos de Junho tinham sido «o toque de finados para os sonhos que muitos ainda tinham de poder permanecer em Angola». O número de deslocados em Luanda aumentara assustadoramente «com as pessoas vindas de Cabinda, Caxito, Carmona, Dalatando e Malange», mas como a guerra também chegara à capital nem todas escolhiam Luanda como destino¹⁴¹². Em alternativa, os ex-colonos rumavam para o litoral, onde seria mais fácil passar para a Namíbia ou para a África do Sul: «*Cientes da saturação e do clima de agitação social existentes na capital, muitos deles procuram outras cidades do Sul que os possam acolher: Lobito, Benguela e Sá da Bandeira. Nas regiões que ainda não foram afectadas pela violência, a população de etnia branca começa a temer que o clima de paz tenha os seus dias contados e trata de se preparar para abandonar o território.*»¹⁴¹³ Muitos desalojados pediam às autoridades portuguesas alojamento temporário em Portugal pois não desejavam abandonar definitivamente o território: queriam «esperar para ver se a situação em Angola» normalizava. Para a CCPA, este era um assunto que deveria ser tratado na cimeira angolana do Quénia¹⁴¹⁴. Como solução de recurso, os civis refugiaram-se nos governos de distrito ou nos quartéis porque os apoios aos desalojados continuavam «a mostrar-se insuficientes e à base do improvisado». «O aumento do seu número e a crescente escassez de géneros alimentares» faziam prever para breve um agravamento da situação.»¹⁴¹⁵ E como Silva Cardoso lembrava a Costa Gomes ainda não havia resposta de Lisboa ao pedido de transporte para Portugal feito, no início de Junho, por Gonçalves Ribeiro¹⁴¹⁶. À Comissão Nacional de Descolonização, o tenente-coronel fez o ponto da situação: a norte do Dondo havia seis distritos «com problemas de vária ordem».No Sul de Angola vivia-se a «normalidade angolana»: «uma certa perturbação» devido à falta de abastecimentos e às dificuldades de circulação, mas «fundamentalmente devido à falta de qualificação dos delegados dos Movimentos que ocasionava abusos de autoridade, extorsões, detenções e agressões»¹⁴¹⁷.

«Em inferioridade numérica e em potencial de fogo», a tropa tentava não sair dos quartéis, onde a pouca variedade de alimentos viera «agravar o delicado problema do rancho, pretexto ideal para dar azo ao seu descontentamento» e que tinha uma única causa: o enorme desejo de serem rendidos. «*A verdade é que a principal preocupação das Nossas Tropas continua a ser o seu regresso a Portugal; sobretudo a classe das praças, de uma maneira geral, não percebe o sacrifício que lhe é pedido porque lhes parece sem contrapartida.*»¹⁴¹⁸ Se os soldados queriam voltar para Portugal, os da Metrópole furtavam-se a embarcar, como sucedeu com uma companhia da Polícia Militar. Estavam decididos a ir (contou uma praça dessa companhia), mas como o avião se atrasou alguns camaradas embriagaram-se e depois apareceu «um sujeito que os convenceu a ficar» em Lisboa. Apesar de a tropa

do Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS), entretanto chamada, ainda ter obrigado uns tantos «a entrar no avião»¹⁴¹⁹. Perguntava a CCPA a Lisboa se o serviço militar deixara de «ser geral, pessoal e obrigatório»; se o espírito de missão só se aplicava às FAP de Angola e se já não existiam «em Portugal chefes capazes de comandar a sua tropa: *«Com exemplos destes, como se poderá exigir às tropas em Angola que cumpram o seu dever?»*¹⁴²⁰ Três dias depois chegou a Luanda uma companhia de Pára-quedistas «composta sensivelmente por elementos com três meses de Guiné, sendo os restantes do COPCON». Tinham sido «nomeados mais ou menos por aliciamento, dizendo-lhes que, como ia ser estabelecida uma ponte aérea entre Luanda e Lisboa, eles iriam montar guarda ao aeroporto». O comandante informou que, em Lisboa, o CEMFA lhe dissera que a companhia só ficaria «cerca de um mês e meio» no aeroporto e «com direito a ajudas de custo». Por isso, dois grupos de combate tinham recusado executar a missão operacional que lhes foi ordenada: eram «uma companhia especial e não fariam mais nada do que guardar o aeroporto»¹⁴²¹. Para Silva Cardoso o envio de «uma companhia já com missão definida» constituía verdadeiramente «uma anomalia militar»¹⁴²². Para a Coordenadora foi «a gota de água». Numa mensagem de teor semelhante à anterior expressou «a sua profunda apreensão» por os «altos responsáveis de Portugal» não entenderem o que se passava em Angola: *«Atitudes desta natureza levam-nos a admitir a intenção deliberada de destruição das FAP no processo de descolonização de Angola e da Revolução portuguesa ou a procura fácil e demagógica de popularidade dos chefes.»* A resposta foi igualmente cortante: *«O CEMFA não admite mensagem enviada por essa CCPA sem o acordo prévio dos altos comandos de Angola e repudia os seus termos finais. Próxima actuação precipitada dessa CCPA será devidamente punida.»*¹⁴²³ Em 8 de Junho, uma companhia de Atiradores do Exército (de 70 oficiais, sargentos e praças) também recusou embarcar. A 5.ª Divisão apurara que tinham sido «aliciados por reaccionários, nomeadamente raparigas que se fizeram passar por familiares para conseguirem entrar no terminal da base aérea». Os elementos «reaccionários» mencionados eram do MRPP, aditava-se¹⁴²⁴.

No dia seguinte atracou em Luanda um navio oriundo da RDA alegadamente portador de «artigos de desporto e sopa concentrada para o MPLA». A CCPA sabia que também chegaria à capital por esses dias «um navio russo com 60 toneladas de medicamentos». A ser verdadeira a natureza do apreciável carregamento daria decerto para fornecer durante anos o Hospital de São Paulo que permanecia encerrado, do qual soldados nacionais tinham roubado alguns equipamentos como máquinas de escrever e de calcular. A CCPA sabia também ter havido «roubo de cadáveres»¹⁴²⁵. Na capital apenas se encontrava «a funcionar o velho Hospital Maria Pia que, sobrecarregado com os doentes daqueles dois hospitais»¹⁴²⁶, duas semanas depois atingiu «o ponto de saturação». Os hospitais de Carmona e Cabinda também admitiam encerrar, o que a acontecer iria agravar «a já precária situação hospitalar existente em Luanda»¹⁴²⁷.

Em Belém era analisada a proposta de revisão do Acordo do Alvor elaborada por Almeida Santos «a pedido da UNITA e do MPLA», que previa uma consulta pública a um projecto de Constituição e uma presidência rotativa dos três líderes nacionalistas¹⁴²⁸. Se esta *troika* presidencial «não funcionasse», distribuir-se-iam «os cargos importantes» da hierarquia do Estado pelos três Movimentos. Para Costa Gomes, talvez a UNITA e o MPLA aceitassem aliar-se, plebiscitar a Constituição e formar «um governo técnico com ministros políticos». Parecia-lhe «aceitável» a legitimação do Poder sugerida pelo MCI, mas «contestável» o exercício da função presidencial e executiva. Em defesa do seu projecto e «referindo-se à sua mencionada proposta», Almeida Santos «acentuou que ela teria uma vantagem: impedir as eleições». Deveriam ser enviadas a Neto e a Savimbi, ainda antes da cimeira do Quénia, «mensagens pessoais ao mais alto nível» e conviria a sua proposta «ser entregue secretamente, pois de outro modo perderia a eficácia». Passos Ramos poderia ser incumbido da missão. O chefe de Estado

aceitou¹⁴²⁹. O documento (de 15 páginas) pretendia suceder ao Acordo do Alvor que levava Angola a aproximar-se «vertiginosamente da guerra civil». O ministro nunca defendera a realização de eleições durante a transição e reafirmava-o: «*A brevidade do salto da situação colonial para formas evoluídas de democracia política terá constituído uma das menos felizes previsões do esquema do Alvor. É tempo de reparar esse erro.*»¹⁴³⁰ Os Movimentos só teriam de redigir uma Lei Fundamental e sujeitá-la ao escrutínio popular ou dispensá-lo, pois não chocaria fazer «a transferência directa da soberania portuguesa para os três presidentes dos Movimentos, com o encargo implícito de redigirem e assinarem o novo texto constitucional». Solução que, aliás, (sublinhava) constava no acordo com a Frelimo¹⁴³¹. Para Almeida Santos, o seu «documento não despertou o entusiasmo nem teve o apoio» do MNE Melo Antunes e sem essa aprovação «estava de antemão condenado ao fracasso»¹⁴³².

Na reunião em Belém, Gonçalves Ribeiro explicou que, na prática, o governo não tinha forma de controlar os exércitos nacionalistas, o que levava até Lopo do Nascimento a pensar na «instauração da pena de morte» e a dizer ser preferível o executivo demitir-se «passando os *bureaux* políticos a governar», já que boicotavam todas as soluções que os ministros apresentavam. Para Costa Gomes, o que escutara ia de encontro ao que soubera e que «conviria manter em segredo»: «*Pela primeira vez, o Bureau Político criticara Neto, nomeadamente pela indisciplina que grassa no Movimento, em parte exportada por nós.*» A presença de activistas da Metrópole em Angola não era novidade para os presentes. Anos depois, Vasco Vieira de Almeida diria que o 11 de Março tinha sido «um sinal claro para o MPLA» que em Portugal vingariam «as teses do PCP», partido que mandara para Angola gente, funcionários, quadros e militantes que «tiveram uma acção real, importante, nessa altura»¹⁴³³. A inconfidência presidencial coincidiu com um «extenso comunicado» difundido pela Revolta Activa, no qual justificava o seu «militante silêncio como uma manifestação de desacordo» à linha seguida por Agostinho Neto¹⁴³⁴.

Se a cimeira do Quénia fosse um fracasso, Portugal deveria preparar-se para receber 120.000 cidadãos que tinham passagens confirmadas para Lisboa: o triplo das reservas em igual período de anos anteriores. Previa-se que nos cinco meses seguintes seria necessário um volume de voos que quer a TAP quer a TAAG estavam «muito longe de poder oferecer». Um problema que não tinha «merecido o mínimo interesse do governo como, aliás, de muitos outros», disse Gonçalves Ribeiro em Belém. Havia também o caso dos camionistas que queriam sair de Angola por via terrestre até Ceuta para atravessarem o estreito de Gibraltar: «*Comunicaram já que a “excursão” até Marrocos se encontra organizada com cerca de 2.500 e 3.500 pessoas, estando os contactos já feitos; pedem a protecção das Forças Armadas até à fronteira e a conversão de cinco contos por cabeça em dólares.*» A saída destes camionistas (metade dos profissionais do ramo registados em Angola) teria «reflexos graves» na economia angolana, para não falar dos reflexos políticos e do risco que correriam se os Movimentos atacassem a caravana, alertou Almeida Santos. Costa Gomes concordou: era necessário Silva Cardoso falar com os Movimentos. Poderia haver «uma qualquer manobra política por detrás do caso, por estranhamente pedirem tão pouco», considerou o MCI. Só pediam que não lhes barrassem a passagem e que Lisboa falasse com o Zaire e o Senegal para poderem chegar a Marrocos. Talvez se pudesse evacuar as famílias tentando manter os camionistas em Angola, aventou o MCI. Gonçalves Ribeiro não sabia se eram orquestrados politicamente, mas estavam «criadas as condições para tal». Para Passos Ramos, a teoria conspirativa era pouco credível: «*A grande maioria agia seguramente por mero instinto de segurança.*»¹⁴³⁵

No dia seguinte, o chefe de Estado retomou o tema. Silva Cardoso telefonara-lhe por causa da manifestação dos portugueses junto aos consulados estrangeiros e da insistência dos 1.000 camionistas em conduzirem até ao Magrebe, numa coluna a que se juntariam 1.500 automóveis ligeiros¹⁴³⁶. Ainda

não tinham data de partida, mas ultimavam os preparativos e a Cruz Vermelha Internacional (CVI) oferecera-se para lhes dar apoio de Nóqui (no distrito do Zaire) até Tânger¹⁴³⁷. Nas viaturas pretendiam levar «rádios, frigoríficos, víveres, etc.», mas os Movimentos não lhes permitiriam levar os haveres: apenas deixariam «sair as pessoas, não as camionetas». Savimbi estava contra e garantiu que os impediria de atravessarem a fronteira e o Zaire também não lhes permitiria a passagem. Por isso, iam tentar sensibilizar a Zâmbia para o seu problema¹⁴³⁸. Em 17 de Junho, Silva Cardoso informou Belém que os motoristas de pesados continuavam apostados em realizar a expedição, saindo pelo Zaire, o que, além disso, colocaria «um sério problema de abastecimento» em Angola¹⁴³⁹. «Não pensassem os camionistas em tal hipótese», disse Costa Gomes¹⁴⁴⁰. Na análise à reunião em Lisboa, a CCPA destacava a recomendação presidencial aos camionistas: deveriam ser «desmobilizados dos seus intentos»¹⁴⁴¹. Nem os Movimentos nem o governo angolano autorizavam que levassem os seus camiões apinhados. Lisboa empenhou-se em que desistissem e conseguiu-o. No final de Junho, Kinshasa fez saber que proibia a travessia da coluna e Savimbi voltou a declarar que se oporia à romagem: poderiam sair, mas os veículos ficavam¹⁴⁴².

Os bailundos (angolanos do Sul) também queriam regressar às suas terras: acoitados em Luanda, iniciaram o «regresso ao ovo» (como foi baptizado pelas FAP). Retornavam à origem por serem ameaçados pelos compatriotas de outras etnias¹⁴⁴³, como os relatórios militares confirmavam: nos últimos confrontos armados na capital «as principais vítimas» tinham sido os trabalhadores do Sul¹⁴⁴⁴. Sistemáticamente perseguidos, muitos foram mortos durante a noite nas suas próprias casas. Se ao bater à porta respondiam num determinado dialecto angolano, a sua etnia era imediatamente identificada¹⁴⁴⁵. Em 11 de Junho, estes angolanos mal-amados em Luanda «começaram a convergir silenciosamente» para o largo fronteiro ao Palácio, onde ficaram durante três dias¹⁴⁴⁶. «*Eram centenas de pessoas. Chegavam com as chamadas “imbambas” à cabeça, uns cestos, com os filhos, sem proferirem uma única palavra.*» Queriam deixar a capital. Para facilitar a evacuação foram separados consoante os destinos. Deveriam concentrar-se perto dos cartazes que indicavam as localidades de origem: Camabatela, Benguela, Andulo, Sá da Bandeira, etc.¹⁴⁴⁷ No final de Junho, o cenário mantinha-se e era de novo a época do cacimbo, em que a temperatura descia e a humidade aumentava, sobretudo, de madrugada e ao entardecer. Aos luandenses eram feitos apelos para levarem comida e vestuário aos sem-abrigo da guerra: «*No Largo do Palácio vemos todos os dias, adultos e crianças deitados no chão ou sobre colchões sem terem, na maioria dos casos, qualquer agasalho.*»¹⁴⁴⁸

Também cerca de 40.000 cabo-verdianos oriundos de vários pontos de Angola aguardavam a hora de regressar. Sentiam-se «marginalizados» e diziam «preferir ir morrer de fome para a sua terra», o que (comentava Gonçalves Ribeiro) «seria, apesar de tudo, melhor»¹⁴⁴⁹. No dia 11 de Junho, militares do ELNA «ameaçaram a população cabo-verdiana do Bairro Lixeira com o pretexto de terem assassinado um dos seus irmãos de armas, o que não correspondia à verdade», escrevia Silva Cardoso. Prenderam «um considerável número de cabo-verdianos que foram conduzidos para o centro de informações do ELNA». Este facto fez a comunidade abandonar as suas casas, pedindo protecção às FAP¹⁴⁵⁰. Um deles contara a Killoran que tiveram de fugir por terem sido ameaçados pela FNLA. «*Acusavam-nos de serem parciais e favoráveis ao MPLA por o PAIGC ter um programa e um estilo semelhante ao MPLA.*» Mas «o verdadeiro motivo por que o faziam era para os roubar, porque qualquer pessoa que não lhes quisesse dar dinheiro ou objectos de valor era espancada»¹⁴⁵¹.

No Conselho Coordenador a questão dos Fiéis catangueses voltou a debate. Portugal estava num dilema: assumira compromissos com Kinshasa, mas cabia ao Conselho da Revolução a última palavra nesta matéria. «Eles já estão colocados ao lado do MPLA não só ideologicamente como pela área onde estão fixados. Este Movimento poderá utilizá-los numa luta clandestina contra uma hipotética invasão

do Zaire», mas não adiantaria tomar uma decisão antes de conhecer o resultado da cimeira do Quénia. O dinheiro que Lisboa disponibilizara «para ser utilizado com eles» ficaria de reserva e serviria, entretanto, «para os poder manobrar»¹⁴⁵².

Com a Polícia pouco se podia fazer. O comandante queixava-se por não ter efectivos suficientes e recebia constantemente pedidos de demissão devido a «casos de prisões de agentes»¹⁴⁵³. Ainda na véspera tinham sido detidos pelas FAPLA 60 efectivos. O MPLA mantinha cativos dois subchefes e três guardas de Bula Atumba que levava para o CIR do Piri, onde continuavam detidos e prosseguia «a ocupação de instalações e os assaltos a postos policiais». Se os recém-incorporados queriam despir a farda, os agentes mais antigos queriam voltar a Portugal: os que tinham pertencido à PSPA e os cerca de 18.000 familiares seriam repatriados, disse Silva Cardoso¹⁴⁵⁴. Seria preciso providenciar transporte aéreo em Julho para essas famílias, muitas das quais «desalojadas, vivendo em circunstâncias extremamente difíceis». Com a saída dos 4.600 agentes da PSPA em Novembro, o Corpo de Polícia ficaria (na melhor das hipóteses) com 5.000 homens, metade do «mínimo necessário» para prover às necessidades, com a agravante de possuírem uma formação insuficiente devido à substancial redução do tempo de instrução¹⁴⁵⁵. A Polícia Mineira também enfrentava «enormíssimas dificuldades em cumprir a sua missão», por não conseguir controlar o «autêntico aliciamento à pesquisa clandestina de diamantes» fomentado pelos Movimentos. Os garimpeiros detidos eram entregues aos Tribunais ou aos Julgados Municipais que os libertavam logo de seguida¹⁴⁵⁶.

Portugal continuava a ser confrontado com a expulsão dos ex-agentes da PIDE/DGS. O MPLA queixara-se ao COPCON que telefonou à CPPA para saber se as saídas estavam a ser controladas. Fernando Trovão explicou que, sabendo que se voltassem a Lisboa «incorriam nas mesmas sanções dos que foram presos a seguir ao 25 de Abril», alguns funcionários tinham aderido aos Movimentos angolanos oferecendo-lhes os seus préstimos. Outros tinham recomeçado a vida no Brasil: «O pessoal encontrava-se em pânico» e «Rebello Marques tentou arranjar um avião que os levasse». A Varig informara que Brasília não lhes autorizava a entrada se fossem directamente de Angola, mas poderiam entrar se partissem de outro país, informou Silva Cardoso. Alguns dos expulsos tinham saído de táxi aéreo para a África do Sul. Quando Pretória percebeu que havia «uma grande afluência exigiu que fosse passado um documento a cada um, em como o governo [português] se responsabilizava pelas despesas até ao seu regresso, pois iam com visto de turistas»¹⁴⁵⁷. Uns tinham partido de automóvel, outros embarcaram nos aeroportos de Nova Lisboa e de Sá da Bandeira, onde não havia controlo de saídas. A maioria (68) partira para o Zaire, 25 para Joanesburgo, 24 para o Brasil e 12 o Congo¹⁴⁵⁸. Somente dois tinham sido detectados em Lisboa. O documento sobre o pessoal administrativo da ex-PIDE/DGS ao serviço do GEI já tinha sido entregue aos líderes angolanos para o debaterem na cimeira do Quénia, em Nakuru, informou o Alto-Comissário.

Cerco aos indesejáveis

Era inadmissível que os militares portugueses que estavam em Angola «para colaborar e ajudar os Movimentos» fossem permanentemente «enxovalhados ou ameaçados, queixou-se Ferreira de Macedo na CND, por causa dos cortes das estradas para o Caxito, que impedindo abastecimentos ao ELNA, estavam a afectar enormemente as populações.¹⁴⁵⁹ A FNLA pediu à Marinha o envio de uma lancha com mantimentos para Ambrizete. A CCPA opôs-se: não se deveria abrir «um precedente nessa matéria, senão a Armada e a Força Aérea estariam constantemente a receber pedidos de transporte para os sítios onde os itinerários» estavam cortados¹⁴⁶⁰. Nos dias seguintes à cimeira de dois dias em Nakuru (finda em 18 de Junho), algumas barricadas foram removidas, mas «o MPLA continuava a não permitir o

fornecimento de comida aos territórios a norte de Luanda sob controlo da FNLA». Perante a fome que já se fazia sentir, a Marinha enviou para Ambriz e Ambrizete dois navios carregados com alimentos e bens essenciais¹⁴⁶¹. A obstrução dos acessos impedia também a passagem de colunas das FAP. Se o MPLA não cumprisse a ordem de livre-trânsito decretada na CND, referiu Ferreira de Macedo, as unidades portuguesas reservavam-se o direito de circular nesses trajectos «usando para isso de todos os meios ao seu alcance»¹⁴⁶². Henrique Santos (comandante Onambua) não cedeu: o MPLA manteria o cerco às áreas da FNLA¹⁴⁶³.

A actuação de bandos que diziam pertencer aos Movimentos prosseguia com «ameaças e ataques com armas brancas, assaltos e saques a residências, principalmente na ilha do Cabo»¹⁴⁶⁴. A «tensão» era tal que «ao mínimo acontecimento» a população reagia, manifestando-se. Os africanos pediam transporte para o interior, os europeus para Portugal. Como disse o Alto-Comissário: «*Evidentemente que toda esta gente tem o mesmo problema: a vontade de sair de Luanda por aqui não se sentir segura.*»¹⁴⁶⁵ Em 12 de Junho, «em resultado da acção de vandalismo sofrida pela população branca na área do Bairro da Cuca, de que resultou um morto confirmado, a população fez um cortejo automóvel de protesto que foi engrossando com elementos brancos de outras áreas»¹⁴⁶⁶. A marcha culminou junto do Palácio, onde os manifestantes clamaram por «medidas de segurança que melhor os defendessem dos frequentes actos de banditismo de que estavam a ser vítimas». A manifestação terminou quando um militar das FAPLA que fazia parte das FMM, ao ser ameaçado pela multidão, lançou uma granada de mão ofensiva ferindo quatro soldados que passavam no local¹⁴⁶⁷.

Em Lisboa, a Comissão da Descolonização da ONU (o Comité dos 24) iniciava a sua reunião com a seguinte declaração: as Nações Unidas não interviriam em Angola porque os líderes angolanos e Portugal saberiam encontrar uma solução para o conflito¹⁴⁶⁸. Esperava-se que no encontro da semana seguinte ocorresse o “milagre” que o Alvor não fora capaz de propiciar. Em Nakuru, os líderes nacionalistas fizeram um *mea culpa* público, o que permitia desculpabilizar Portugal. Admitiam que o fracasso do Alvor só a eles poderia ser imputado devido à «introdução pelos Movimentos de grandes quantidades de armamento depois do 25 de Abril e sobretudo depois da sua implantação em Luanda». A «corrida ao armamento» suscitada pela «desconfiança mútua», a intolerância política e a existência de «zonas ditas de influência e de regiões de pretensa superioridade militar» (que insistiram ficasse inscrita no Alvor) eram outras causas apontadas. Além do «armamento da população civil» e dos confrontos permanentes entre os três exércitos. Comprometiam-se a pôr termo à violência e a acelerar a formação do exército nacional com 30.000 efectivos¹⁴⁶⁹. O governo angolano pouco produzira devido à acção dos Movimentos reconheceram, embora os ministros fossem culpados pela sua «falta de auto-responsabilidade». A Lei Eleitoral deveria ser redigida até 5 de Julho para a população ser recenseada a partir Agosto e as eleições se realizarem em Outubro. O texto de Nakuru era verídico em relação ao passado, mas pura ficção quanto às promessas relativas ao futuro próximo.

Uma semana após a assinatura de acordo, Luanda permanecia «calma, mas tensa». Ocasionalmente, escutavam-se durante a noite tiros de morteiro e de bazucas que iluminavam o céu da cidade. A FNLA capturara e assassinara alguns soldados das FAPLA que, em retaliação, espancaram na capital um militar do ELNA até à morte, reportava Killoran. Os homens da FNLA pareciam agora visivelmente nervosos e hostis em contraste com os do MPLA que aparentavam estar «descontraídos e confiantes». A UNITA tinha simplesmente desaparecido de Luanda desde o ataque à sede na Avenida do Brasil. Referia ainda saber que as famílias dos comandantes e ministros dos Movimentos tinham sido aconselhadas a sair de Luanda e a permanecer em local seguro durante uma temporada, circulando o rumor que em Julho iria ter lugar uma grande batalha na capital.

Entre os brancos verificava-se um desinteresse quase total pelo Acordo de Nakuru. A maioria

planeava deixar Angola e não manifestava nenhuma fé na capacidade ou na vontade dos Movimentos em promoverem a paz no território. As passagens aéreas para o Brasil estavam esgotadas até Setembro bem como as reservas para todos os voos com destino a Lisboa até Novembro. Alguns ex-colonos estavam preocupados por lhes terem dito que o governo poderia proibir a saída de certos técnicos especializados¹⁴⁷⁰. O que não aconteceu. Os governantes tencionavam substituí-los por angolanos da sua confiança, como Agostinho Neto disse a Vasco Vieira de Almeida. Numa primeira fase ainda admitira que alguns funcionários «poderiam ser aproveitados», mas em Junho mandou chamar o Ministro da Economia para um diálogo em particular, no qual lhe disse estar sob «uma pressão enorme» e ter de «tomar medidas antiportuguesas para poder sobreviver.»¹⁴⁷¹ Para o antigo ministro, a decisão «tinha duas razões de ser: a própria luta interna do MPLA e o apoio» que Neto procurava obter «nessa altura junto da União Soviética». Os técnicos portugueses eram dispensáveis e facilmente substituídos por cooperantes e voluntários cubanos e do Leste europeu.

Em 2 de Julho, o governo decretou a extinção do «direito das licenças graciosas para os servidores civis do Estado, das autarquias locais e dos serviços autónomos colocados em Angola», por se tratar de uma regalia apenas justificável na época colonial que muitos tinham aproveitado para se ausentar do território. O decreto (que entrava de imediato em vigor) visava todos os funcionários que ainda não a tivessem gozado¹⁴⁷². Qualquer posto de trabalho que não fosse reassumido terminada a licença de férias seria considerado em situação de abandono e «imediatamente preenchido», excepto «em casos de extrema gravidade devidamente comprovados». A medida afastaria de Angola muitos funcionários brancos que devido à «instabilidade reinante em Angola» tinham pedido «a prorrogação das licenças graciosas» aguardando em Portugal o evoluir da situação¹⁴⁷³.

Com a retracção iniciada em Abril, grande parte da tropa concentrava-se em Luanda. «De facto, os portugueses deixaram o resto do território aos nacionalistas», referia um relatório americano. A tropa insistia em ser desmobilizada quanto antes. Quem terminasse a comissão em Agosto embarcaria em Setembro, sem essas unidades serem rendidas. Mesmo assim, segundo Firmino Miguel, ficando quatro batalhões em Luanda até Novembro, os navios comerciais seriam insuficientes porque cada um apenas transportava 800 homens. Só o Exército tinha cerca de 22.000 militares para embarcar, dos quais 15.000 teriam de partir em Setembro, pois Lisboa estava «fazer pressão» para a retirada se iniciar em 20 de Agosto e se evitar «o fretamento de alguns aviões»¹⁴⁷⁴. Os prazos de retirada estabelecidos no Alvor eram cada vez mais antecipados: o Exército começaria a sair na terceira semana de Agosto, a Marinha no princípio de Setembro.

Em Luanda continuavam a circular «bandos de marginais armados, nalguns casos usando uniformes dos Movimentos», por assim atemorizarem mais os civis que viviam «em contínua instabilidade psicológica», reportava Silva Cardoso a Costa Gomes¹⁴⁷⁵. Os casos sucediam-se: uma viatura civil que regressava a Luanda da Barra do Dande tinha sido apreendida por elementos do MPLA: supunha-se que os três ocupantes europeus estivessem mortos¹⁴⁷⁶. O proprietário da Pastelaria *13 de Maio* perto da Cuca tinha sido assassinado por dois elementos do ELNA que violaram a esposa e uma filha de 11 anos¹⁴⁷⁷. Assistia-se ao «início de um terrorismo urbano» com recurso a «engenhos explosivos tipo armadilha». As detenções arbitrarias sucediam-se aumentando o pavor da população «completamente desprotegida contra esse tipo de actuações»¹⁴⁷⁸. Nas três primeiras semanas de Junho, FNLA e MPLA tinham aprisionado mais de 200 pessoas (a esmagadora maioria homens, mas também famílias), cujos nomes permitiram encher três colunas de texto de uma página inteira de jornal¹⁴⁷⁹.

No Sul, a desactivação iminente da guarnição militar em Pereira d'Eça estava a provocar um enorme desassossego.¹⁴⁸⁰ No Bié, os Movimentos tinham desencadeado «uma verdadeira corrida à ocupação não autorizada de edifícios públicos em todo o distrito»: residências de funcionários públicos

temporariamente devolutas, antigas instalações das FAP e da ex-DGS¹⁴⁸¹. O mesmo sucedia em Serpa Pinto onde, desde finais de Março inícios de Abril, ocupavam instalações do Estado roubando o respectivo recheio¹⁴⁸². «O problema mais grave» era Teixeira de Sousa onde se encontravam as tropas zairenses impedidas pelas FAPLA de avançar e que o Zaire não recebia de volta. O contingente poderia ficar no Luso, aventou Lopo do Nascimento. Macedo e Valente concordaram e Kabangu não objectou¹⁴⁸³. As FAPLA tinham-se instalado entre Teixeira de Sousa e a fronteira, bloqueando a entrada das colunas do ELNA. Queixava-se Johnny Eduardo que sempre que tropas da FNLA oriundas do Zaire tentavam penetrar em Angola eram consideradas «forças invasoras».¹⁴⁸⁴ O ministro do MPLA sugerira que o contingente do ELNA em Teixeira de Sousa ficasse no Luso, mas o MPLA local recusava-o. Na reunião da comissão mista (com os oponentes) no Luso, o clima era «de desconfiança mútua». O MPLA alegava que os militares do ELNA «iriam desequilibrar as forças» na região e «aumentar as possibilidades de fricção transformando o Luso num barril de pólvora». Só poderiam entrar desarmadas, como se estipulara em Nakuru. A FNLA recusava. A presença dos seus homens em Teixeira de Sousa era anterior à Cimeira e não seriam desarmados pois o MPLA também fizera entrar armas no distrito.¹⁴⁸⁵ Foi acertado que apenas transportariam o armamento individual; a entrada no Luso seria controlada pelas duas comissões mistas (a da CND e a local) e ficariam instalados num quartel português, que em breve seria desocupado. Seriam distribuídos ao longo de seis dias para permitir que o MPLA também reforçasse as suas forças na zona mas, na manhã de 25 de Junho, alegando saber que decorriam confrontações noutros locais, o MPLA denunciou o que tinha sido acordado. Acabou por ceder, mas com uma condição: «*De futuro, ninguém tinha de fazer reparo quando o MPLA também fizesse entrar em Angola o muito armamento que tem no exterior.*»¹⁴⁸⁶

Portugueses descartados

Por causa do estrangulamento rodoviário, Ambrizete era abastecido por via aérea. Em São Salvador a situação era «caótica»: os civis estavam «a sofrer privações de toda a ordem». A «cintura à volta de Luanda» erguida pelo MPLA deveria ter um propósito, disse Johnny Eduardo, referindo que a FNLA não iria permitir que se mantivessem por muito mais tempo as barreiras. Quando é que começavam a cumprir a livre circulação que os seus líderes tinham decidido em Nakuru?, perguntou Leonel Cardoso. Seria de esperar que acatassem as decisões dos respectivos presidentes já que não respeitavam as da CND¹⁴⁸⁷. Deveriam consciencializar-se que faltavam apenas quatro meses para a independência, interveio Silva Cardoso perguntando: «*Numa situação de guerra em Angola, como e a quem se entrega a sua governação?*»

No Maputo (onde assistiu à cerimónia da independência), Neto declarou não ser «desejável a permanência prolongada» do Alto-Comissário em Angola e que a parte portuguesa deveria ter um «papel cada vez menor na vida nacional». Iria expor ao governo português as resoluções de Nakuru e este não teria «senão que dar o seu acordo». Para Silva Cardoso a «agressividade» das declarações do presidente do MPLA parecia ser “o levantar do véu” sobre o que se realmente se passara nos bastidores de Nakuru». Se Neto reclamava a sua saída e ia falar directamente com Lisboa, teria certamente indicações que a sua pretensão seria satisfeita. Duas semanas após Nakuru, os Movimentos não tinham dado «cabal cumprimento» ao deliberado e prosseguiam «os casos de justiça privada.» À mesa de Silva Cardoso chegavam diariamente denúncias sobre «diversas prisões» efectuadas pelos Movimentos e «várias listas com nomes de indivíduos a expulsar ou a prender por os considerarem indesejáveis»; a maioria das quais não era sequer acompanhada «da necessária justificação»¹⁴⁸⁸. Os Movimentos agiam impunemente: no Catete, a FNLA roubara e espancara os ocupantes de um automóvel e em Luanda

efectuara um elevado número de prisões arbitrarias; na Huíla, o MPLA entrara em várias casas ameaçando de morte os moradores e também prendera muita gente na capital.

As FAP continuavam a ser «frequentemente desautorizadas e a sua missão a ser tremendamente dificultada pelos militantes e dirigentes dos Movimentos» que amiúde colocavam soldados nacionais sob «a ameaça de armas». O estado moral dos militares (principalmente os que estavam em áreas mais isoladas) era «inquietante», deixando «a todo o momento transparecer não ser esta a missão para que vinham preparados»¹⁴⁸⁹. O desejo de regresso à Metrópole era transversal e «dominante em todos os escalões», mas os reflexos negativos eram menos evidentes nos sargentos por disporem de «uma razoável qualidade de vida» e nos oficiais por entenderem «o processo revolucionário». As praças não estavam intelectualmente preparadas «para racionalizar situações deste tipo»: só lhes interessava o que estivesse directamente relacionado com o retorno a casa¹⁴⁹⁰. Por isso, «receberam com evidente agrado a notícia que o período de comissão de 15 meses já em vigor para as unidades constituídas» seria «estendido aos militares em rendição individual». Mesmo assim continuavam intranquilos «por não estarem ainda definidas as datas de retirada antes da independência» e por correr o boato que o regresso poderia ser adiado¹⁴⁹¹.

Em Belém, Silva Barata criticou a CND por continuar «a fazer demagogia», o Exército único só existia no papel e em Moçambique Neto dera «de algum modo a entender que os portugueses não seriam necessários» na sua formação¹⁴⁹². Para a CCPA, com aquela declaração parecia «pretender despedir a parte portuguesa da descolonização de Angola»¹⁴⁹³. O MPLA que apenas queria ter em Novembro as «forças necessárias para os desfiles» pedia agora «cursos de formação de oficiais para os seus militares de topo» quando tal já era «impraticável». Passos Ramos não compreendia a urgência pois se já tinham «quadros militares em formação na Jugoslávia, incluindo pilotos, e possivelmente também na URSS»¹⁴⁹⁴. Barata prosseguiu: havia problemas com as Forças Integradas em Luanda, onde era mais «difícil e complicado» os soldados esquecerem os vínculos partidários¹⁴⁹⁵. Os efectivos africanos não colaboravam e hostilizavam os camaradas de armas portugueses quando actuavam. Os Estados-Maiores resistiam a fornecer homens e chamavam-nos sempre que deflagrava um conflito¹⁴⁹⁶.

As relações da Coordenadora com a FNLA continuavam a ser «difíceis» e segundo dissera officiosamente Killoran, os EUA tinham começado a retirar-lhe apoio «estando talvez a fazer agulha para a UNITA»¹⁴⁹⁷. Haveria reuniões com os líderes angolanos de 8 a 10 de Julho, anunciou Melo Antunes, mas continuava convicto que eles iriam tentar «conquistar o Poder pelas armas». Uma ideia que consolidou depois de conversar com os dirigentes do MPLA em Maputo: *«Só concebem Angola sob a hegemonia do seu Movimento conquistada pela força. Falam, aliás, em violação ao espírito da descolonização angolana por não ter havido da nossa parte o apoio que esperavam. Até ao Alvor, estiveram à espera da entrega do Poder numa bandeja, mas mesmo a sua estratégia posterior (o Popular Popular, acções militares, etc.) revela que esperaram sempre da nossa parte a ajuda que seria decisiva.»*¹⁴⁹⁸ Na súmula da reunião, a CCPA registava a intervenção do MNE nos seguintes termos: *«O MPLA convenceu-se que interferíamos em seu favor e acusou-nos de inércia.»*¹⁴⁹⁹ O ministro contou ter dito a Neto que Portugal continuaria a ter uma actuação em tudo semelhante à que executara até ao momento. Não ficou satisfeito e pedira «a cabeça» de Silva Cardoso. *«Não podendo ainda atacar-nos directamente, pelo menos ao MFA, arranjam bodes expiatórios, o primeiro dos quais é o Alto-Comissário, imaginando que a sua mudança os beneficiaria.»*¹⁵⁰⁰

Melo Antunes previa que no encontro da semana seguinte houvesse «uma nova insistência nesse sentido que poderia, aliás, ser extensiva a alguns elementos da CCPA», mas entendia que o general não deveria ser substituído. Queriam «vê-lo pelas costas» «na presunção que terão um Alto-Comissário favorável às teses do MPLA», disse, mas isso provocaria «uma reacção da FNLA e da UNITA», o que

poderia deitar a perder todos os esforços de conciliação que Portugal estava a empreender. A exoneração só poderia ser admitida a pretexto «do estado físico do Alto-Comissário», aludiu Passos Ramos, mas seria possível aguentá-lo se repousasse e a CCPA lhe desse alguma cobertura. Além de que a UNITA avisara que se Silva Cardoso saísse, a CCPA iria atrás, referiu Barata. O MNE acreditava que o MPLA continuaria «a insistir» na saída do General, «inclusivamente com má-fé», como tinha feito com os ex-agentes da DGS acusando Portugal de não os ter expulsado «quando já não os havia em Angola, a não ser os que estavam «detidos nos campos dos Movimentos», explicava a CCPA¹⁵⁰¹. O governo angolano tinha sido «consultado sobre o assunto» (se poderiam ficar) «nunca tendo respondido», referiu Barata. Era compreensível que não os quisessem, embora só esses funcionários conseguissem «aguentar a permanência em determinados postos assegurando, por exemplo, as ligações rádio, completamente falhos de protecção».

Para quando estava prevista a retirada das FAP?, perguntou o MNE. Continuava-se «a pensar sair em 11 de Novembro», respondeu Barata¹⁵⁰². Para Passos Ramos seria difícil convencer a tropa a ficar depois dessa data. Se não ficasse ocorreria um «retorno massivo de nacionais a Portugal», com nefastas consequências sobre o processo político português, advertiu o ministro. Entendia «as dificuldades de permanência», mas talvez havendo uma intervenção operacional no terreno fosse possível. A Coordenadora defendera-o nos meses anteriores (lembrou Barata), mas naquele momento seria «difícil intervir pela força». Como se antecipara a retracção do dispositivo para evitar «eventuais prisões em bloco de unidades isoladas», talvez se conseguisse concluir a retirada até ao Natal, informou Passos Ramos¹⁵⁰³. Melo Antunes pensara manter um contingente limitado a algumas zonas, com um estatuto «semelhante ao das forças da ONU de contenção e dissuasão». A manter-se «a tripartição das crises» (os confrontos entre os três Movimentos) «seria difícil essas forças fazerem o que quer que fosse», reagiu Barata. Para se ficar «depois da independência, só com estatuto de missão militar», informou Passos Ramos. «A isto respondeu Melo Antunes que se teria de obter nas próximas semanas o desejado acordo político; em caso negativo, a independência não será possível e a nossa permanência terá de se prolongar, a menos que seja pedida a intervenção da ONU ou se abandone pura e simplesmente.»¹⁵⁰⁴ Ou segundo o registo da CCPA: «Se não se conseguir o compromisso constitucional ou eleições, se as condições políticas deste momento forem as de 11 Novembro, Portugal não poderá abandonar Angola ou terá de socorrer-se da ONU. [...] O mundo condenar-nos-ia se deixássemos Angola entregue ao caos, à guerra civil.»¹⁵⁰⁵ Costa Gomes concordava que as FAP ficassem desde que se definisse quantas tropas, com que estatuto, onde ficariam localizadas, em que condições e quando teriam de começar a ser preparadas. Era «preocupante» que em Angola a tropa estivesse em inferioridade numérica; deveria ser reforçada mesmo desrespeitando o Acordo do Alvor, somente até se alcançar «uma solução política» de «via progressista», defendeu Vítor Crespo. Não era «legítimo abandonar» os Movimentos nem os portugueses que queriam ficar em Angola. Costa Gomes rebateu o comentário: «Relativamente à posição do comandante Crespo havia um obstáculo de vulto: os 600.000 portugueses lá residentes não são progressistas.» Que fossem «encaminhados» e esclarecidos nesse sentido, insistiu Crespo. «Esse esclarecimento, difícil aliás, só com cuidado poderia ser feito», retorquiu o Presidente¹⁵⁰⁶.

Para Passos Ramos, Portugal deveria desvincular-se dos acordos assumidos por todas as partes terem falhado: Mombaça demonstrara a «incapacidade do MPLA e da UNITA e o Alvor, a nossa», embora «a indisciplina do MPLA» também tivesse conduzido «ao seu insucesso». O Acordo deveria ser denunciado antes de os angolanos o fazerem¹⁵⁰⁷. Recorrer à força seria inviável: só havia 24.000 militares em Angola, 10.000 dos quais na logística e os combatentes eram poucos e insubordinados. Seria «extremamente desejável» as FAP ficarem depois da independência, defendeu Rosa Coutinho,

sobretudo nos principais centros urbanos devido ao «efeito psicológico» nas populações. O problema, reconheceu, «é que as nossas tropas pensam há muito em sair de lá». Se em Moçambique isso não se verificara «sendo as forças armadas idênticas», a responsabilidade deveria ser do Comando em Angola, disse Vítor Crespo. Para Rosa Coutinho as situações não eram comparáveis: «Desde logo pelo diferente ponto de partida da descolonização em cada um dos territórios: estando a guerra perdida em Moçambique e ganha em Angola, era inevitável a frustração» que isso produzira nos militares. Mas algum dos presentes considerava «progressista a chefia militar em Angola?», insistiu o comandante. «Os problemas em matéria de oficiais vinham exactamente dos “progressistas”», rematou Passos Ramos¹⁵⁰⁸.

Para as FAP se envolverem no conflito seria essencial «obter a concordância dos efectivos» que lá estavam e teria de ser promovida uma «mentalização política» para que entrassem na contenda porque «a ideia do árbitro imparcial não serve», disse Rosa Coutinho. Para o chefe de Estado seria preciso ter «tropas mais profissionalizadas»; como Passos Ramos dissera não estavam «politizadas» e não seria com doutrinação que entrariam numa guerra em que não eram parte interessada. Uma «consciencialização e motivação política» teriam de ser feitas consoante as regiões onde as guarnições estavam aquarteladas (aconselhou Vilalobos) pois, por estarem nas áreas de cada Movimento, já havia «uma certa divisão entre eles».

Num estatuto paralelo ao das forças da ONU «só aparentemente se faz de árbitro», explicou Melo Antunes. Não seria uma força indefesa e não actuante, aliás, «os casos de passividade verificados», embora não generalizados, teriam «sem dúvida de desaparecer». Quando actuavam as tropas portuguesas eram eficazes, interveio Passos Ramos. Nos últimos incidentes tinham sido «forçadas a causar algumas centenas de mortos sem que ninguém tenha protestado; talvez, antes pelo contrário». Perante o melindre do que fora dito, Costa Gomes explicou: a tropa teve de agir por os Movimentos já terem «armas pesadas em Luanda», o que tinha de acabar. Isso e continuarem a prender gente, acrescentou Melo Antunes¹⁵⁰⁹. Só em Luanda (entre Maio e Junho de 1975) tinham sido comunicadas ao COPLAD quase 300 detenções arbitrárias: 172 pelo MPLA; 163 pela FNLA e oito pela UNITA. E os números estavam «muito aquém da realidade». Aliás, na capital, o MPLA já possuía 28 delegações, quase o dobro das permitidas a cada Movimento¹⁵¹⁰.

Para o MNE já se tinha «perdido o momento em que era possível dar a Angola uma orientação progressista. Não se tendo dado no início o Poder ao MPLA, não era possível fazê-lo agora». Evitar a guerra já seria ser-se progressista. Estava até convencido de que uma solução política com a UNITA seria «favorável ao MPLA», mas Neto parecia não a querer. Como haveria de querer se este «lhe declarara que Savimbi era um traidor», exclamou Costa Gomes. Até ao momento «não havia progressos nesse sentido», informou o ministro. «A estratégia da unidade entre o MPLA e a UNITA» estava «um pouco comprometida, mas teria de se continuar na mesma senda.»¹⁵¹¹

A CCPA assinalava ter sido «extremamente difícil, senão mesmo impossível em muitos casos», as FAP cumprirem a sua missão porque a «estreita colaboração» com as forças dos Movimentos não existira. As próprias FMM «foram sempre uma entidade abstracta porque praticamente nunca chegaram a nascer»¹⁵¹². E se queriam ajuda das FAP para formar as FAA fora «absurdo» terem-nas excluído da cimeira de Nakuru. Atendendo à situação e à natureza dos chefes militares angolanos, registava a CCPA, o futuro Exército não poderia ser formado «sem o poderoso contributo de técnicos militares estrangeiros»: «*Se eles são ou não portugueses, é um outro problema...*»¹⁵¹³.

Uma semana depois do encontro de Nakuru, o governo de transição celebrou entre 30 de Junho e 7 de Julho a semana de unidade nacional paradoxalmente marcada logo no primeiro dia pela belicosa declaração de Agostinho Neto: «*As forças da reacção em Angola ainda estão vivas e não foram de modo algum neutralizadas.*»¹⁵¹⁴ Nos dias seguintes, «um pouco por todo o território sucederam-se

conferências e mesas redondas entre representantes dos Movimentos, aos quais se juntaram as mensagens dos respectivos presidentes». Mas «a linguagem prudente e o tom amistoso» não sobreviveu às acusações mútuas: «Sempre que se aprofundava o diálogo, eis que emergiam todos os velhos problemas» sem que qualquer Movimento parecesse «disposto a abdicar ou a moderar a sua posição»¹⁵¹⁵. Continuavam inimigos como antes.

[1320](#) Entrevista a Melo Antunes em 14 de Outubro 1983, em Witney Schneidman, *ibidem*, p. 239.

[1321](#) Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 52-54.

[1322](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 26. 21 de Maio de 1975, p. 2.

[1323](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30. Situação em Angola desde 13 de Maio. 26 de Maio de 1975, p. 26.

[1324](#) *Idem*, pp. 4, 15-16, 20-29.

[1325](#) ADN.F.3.S12.C.28.Proc.133. 19-20 de Maio de 1975, p. 8.

[1326](#) «Luanda, 646, May 27, 1975.»

[1327](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30. Situação em Angola desde 13 de Maio. 26 de Maio de 1975, pp. 26-27.

[1328](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30. Situação em Angola desde 13 de Maio. 26 de Maio de 1975, p. 30.

[1329](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.6. Manuscrito. Visita de Savimbi a H.R. em Kinshasa, 28 de Maio de 1975, pp. 3-4.

[1330](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Secreto. Conversa do AC com Savimbi, 28 de Maio de 1975.

[1331](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.6. Manuscrito. Visita de Savimbi a H.R. em Kinshasa, 28 de Maio de 1975, pp. 5-6.

[1332](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Secreto. Conversa do AC com Savimbi, 28 de Maio de 1975.

[1333](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.6. Manuscrito. Encontro Savimbi/Mobutu, 29 de Maio de 1975, pp. 13-14.

[1334](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reuniões. 2 de Junho de 1975.

[1335](#) «Kinshasa, 4630, June 2, 1975.»

[1336](#) AHPR.GB 1777. Angola. Comissão Nacional de Descolonização. 6 de Junho de 1975, p. 2.

[1337](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.6. Manuscrito. Visita de Savimbi a H.R. em Kinshasa, 28 de Maio 1975, pp. 8-11.

[1338](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1.CCPA. Entrevista. Separata da *Seara Nova* n.º 1556, 21 de Maio de 1975.

[1339](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. 19 de Maio de 1975.

[1340](#) Silva Cardoso nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 140.

[1341](#) Entrevista ao general José Valente, Murtosa, 13 de Dezembro de 2011.

[1342](#) Agenda pessoal do brigadeiro José Valente.

[1343](#) Tiago Moreira de Sá, *ibidem*, pp. 174-175.

[1344](#) FMS.P.0279.018. Actas do Conselho da Revolução. Secreto. 11 de Junho de 1975, p. 2.

[1345](#) Almeida Santos (2006), *ibidem*, p. 188.

[1346](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA. Reuniões. 18 de Junho de 1975, p. 1.

- [1347](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CPPA. Reuniões. 18 de Junho de 1975, p. 3.
- [1348](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. 19 de Maio de 1975.
- [1349](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. Secreto. 28 de Maio de 1975.
- [1350](#) AHM.F.43.S1.C.836.P.11.CND.Confidencial. 27 de Maio de 1975.
- [1351](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Doc.48. Acta nº. 19. 26 de Maio de 1975, pp. 5-6.
- [1352](#) *Idem*. MSG.16 de Maio de 1975.
- [1353](#) APSC.CCFAA. 2.ªRepartição. R.I. n.º 26. 21 de Maio de 1975, p. 6.
- [1354](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A. MSG. Secreto. 28 de Maio de 1975.
- [1355](#) APSC.R.A.I. De 4 a 10 de Junho. 28 de Maio de 1975. E-6305.
- [1356](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 49. Reunião Extraordinária. 29 de Maio de 1975, p. 1.
- [1357](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9.R.A.I. 30 de Maio de 1975. E-6640.
- [1358](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 49. Reunião Extraordinária. 29 de Maio de 1975, pp. 1-5.
- [1359](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. Doc. 1. Secreto. 31 de Maio de 1975, pp. 1, 3-4.
- [1360](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 28. 4 de Junho de 1975, pp. 1,3-5.
- [1361](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 50. Acta n.º 20. 3 de Junho de 1975, p. 3.
- [1362](#) *Idem*. MSG. Secreto. Do AC para PR. 4 de Junho de 1975, pp. 1-2.
- [1363](#) Marques Rocha, *ibidem*, p. 370.
- [1364](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reuniões. 4 de Junho de 1975, p. 1.
- [1365](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. Secreto. Do AC para PR. 4 de Junho de 1975, p. 3.
- [1366](#) AHPR.GB 1777. Angola. Comissão Nacional de Descolonização. 6 de Junho de 1975, pp. 3-4.
- [1367](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9.R.A.I. 11 de Junho de 1975. E-6510.
- [1368](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA. Doc. 56. 11 de Junho de 1975, p. 2.
- [1369](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 50. Acta n.º 20. 3 de Junho de 1975, pp. 4-6 e 8.
- [1370](#) *Idem*. CCPA. Relatório S.A. Zaire. 14 de Junho de 1975, pp. 1-4.
- [1371](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9.R.A.I. 12 de Junho de 1975. E-6473.
- [1372](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 29. 11 de Junho de 1975, p. 6.
- [1373](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 53. Acta n.º 21. 9 de Junho de 1975, p. 2.
- [1374](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA. Doc. 60. 12 de Junho de 1975, pp. 2-3.
- [1375](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do AC para PR. 10 de Junho de 1975
- [1376](#) AHM.F.43.S1.C.837.P13. Dalatando. Comando batalhão de Artilharia. 5 de Junho de 1975, pp. 1-3.
- [1377](#) AHPR.GB 1777. Actas das reuniões da Comissão Nacional de Descolonização. 6 de Junho de 1975, p. 4.

[1378](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc. 143. 3-4 de Junho de 1975, p. 10.

[1379](#) *Diário de Luanda*. 5 Junho 1975, pp2,5

[1380](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc. 143. 3-4 de Junho de 1975, p. 10.

[1381](#) «Lisbon, 3141, June 5, 1975. Confidential.»

[1382](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reuniões. 8 de Junho de 1975.

[1383](#) *Idem*. 4 de Junho de 1975, pp. 3-4.

[1384](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 51. Reunião extraordinária. 6 de Junho de 1975, p. 1.

[1385](#) *Idem*. Doc. 53. Acta n.º 21. 9 de Junho de 1975, p. 4.

[1386](#) *Diário de Luanda*. 6 de Junho de 1975, pp. 2-3.

[1387](#) ADN.F.3.S.12.C.28. Proc. 145. 5-6 de Junho de 1975, p. 10.

[1388](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do AC para Direcção-Geral de Comunicação. 7 de Junho de 1975, pp. 1-.2.

[1389](#) *Diário de Luanda*. 9 de Junho de 1975, p. 2.

[1390](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. 7 de Junho de 1975.

[1391](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 51. Reunião extraordinária. 6 de Junho de 1975, pp. 1-3.

[1392](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. n.º 29. 11 de Junho de 1975.

[1393](#) Gonçalves Ribeiro, *ibidem*, p. 256.

[1394](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 51. Reunião extraordinária. 6 de Junho de 1975, pp. 3-4.

[1395](#) *Idem*, pp. 5-6.

[1396](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 51. Reunião extraordinária. 6 de Junho de 1975, pp. 6-8.

[1397](#) AHPR.GB1777. Angola. Comissão Nacional de Descolonização. 6 de Junho de 1975, pp. 1-3.

[1398](#) *Idem*, pp. 5-6.

[1399](#) AHPR.GB1777. Angola. Comissão Nacional de Descolonização. 6 de Junho de 1975, pp. 6-8.

[1400](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 52. Reunião extraordinária. 7 de Junho de 1975, pp. 1-3.

[1401](#) *Idem*, pp. 4-7.

[1402](#) ADN.F.3.S.12.C.28.Proc.146. 6-9 de Junho de 1975, p. 10.

[1403](#) *Diário de Luanda*. Comunicado do COPLAD. 9 de Junho de 1975. P. 2.

[1404](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 53. Acta n.º 21. 9 de Junho de 1975, pp. 4-5.

[1405](#) Entrevista ao general Heitor Almendra. Lisboa, 9 de Setembro de 2011.

[1406](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. N.º 29. 11 de Junho de 1975, p. 4.

[1407](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P15. Do AC para Direcção-Geral de Comunicação. 7 de Junho de 1975, p. 3.

[1408](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 53. Acta n.º 21. 9 de Junho de 1975, pp. 6-8.

- [1409](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. 9 de Junho de 1975.
- [1410](#) *Diário de Luanda*. 4 de Junho de 1975, p. 5.
- [1411](#) *Idem*. 5 Junho 1975. Comunicado do SMAE à população, p. 5.
- [1412](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 53. Acta n.º 21. 9 de Junho de 1975, p. 8.
- [1413](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. N.º 29. 11 de Junho de 1975, pp. 6-8.
- [1414](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reuniões. 11 de Junho de 1975.
- [1415](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. N.º 29. 11 de Junho de 1975, pp. 8-9.
- [1416](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. Secreto. Do AC para PR. 4 de Junho de 1975, p. 2.
- [1417](#) Almeida Santos (2006), *ibidem*, p. 177.
- [1418](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. N.º 29. 11 de Junho de 1975, pp. 8-9.
- [1419](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA.Reuniões. 9 de Junho de 1975.
- [1420](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. Secreto. Informação n.º 47. 9 de Junho de 1975.
- [1421](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA.Reuniões. 9/13 de Junho de 1975.
- [1422](#) AHPR.GB 1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 12 de Junho de 1975, p. 4.
- [1423](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG.Secreto. Informação n.º 48. 12 de Junho de 1975, p. 26, 31.
- [1424](#) *Diário de Luanda*. 11 de Junho de 1975, p. 7.
- [1425](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Actas-II. Doc. 16. 10 de Junho de 1975, p. 2.
- [1426](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R. I. N.º 29. 11 de Junho de 1975, p. 8.
- [1427](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Acta n.º 23. 25 de Junho de 1975, p. 4.
- [1428](#) Almeida Santos (2006), *ibidem*, p. 177.
- [1429](#) AHPR.GB 1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 11 de Junho 1975, pp. 7-8 e 10. No seu livro *Quase Memórias*, 2. Volume, Almeida Santos atribui esta frase ao major Vítor Alves, p. 179.
- [1430](#) AHPR.GB 1777. Anexo à acta da reunião de 11 e 12 de Junho de 1975, pp. 2-3 e 5.
- [1431](#) *Idem*, pp. 8 e 10.
- [1432](#) Almeida Santos (2006), *ibidem*, p. 179.
- [1433](#) Vasco Vieira de Almeida nos Estudos Gerais da Arrábida. 1 de Outubro de 1998. ICS.AHS.FDP, p. 12.
- [1434](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 30. 18 de Junho de 1975, p. 2.
- [1435](#) AHPR.GB 1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 11 de Junho de 1975, pp. 3-6.
- [1436](#) *Idem*. 12 de Junho de 1975, p. 4.
- [1437](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reuniões. 16 de Junho de 1975.
- [1438](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Acta sumária da CCPA. 5 de Julho de 1975, p. 2.
- [1439](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P15. 17 de Junho de 1975.

[1440](#) AHPR.GB 1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 12 de Junho 1975, p. 4.

[1441](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A. CCPA. 14 de Junho de 1975, p. 1.

[1442](#) AHPR.GB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, p. 3.

[1443](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 20. 9 de Abril de 1975, p. 11.

[1444](#) *Idem*. R.I. n.º 30. 18 de Junho de 1975, p. 2.

[1445](#) Gonçalves Ribeiro nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 33.

[1446](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 30. 18 de Junho de 1975, p. 5.

[1447](#) Gonçalves Ribeiro e Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 34.

[1448](#) *Diário de Luanda*. 25 de Junho de 1975, p. 6.

[1449](#) AHPR.GB 1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 11 de Junho de 1975, p. 2.

[1450](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do AC para Direcção-Geral de Comunicação. 14 de Junho de 1975.

[1451](#) «Luanda, 841, July 1, 1975.»

[1452](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA.Actas-II. Doc. 21. 14 de Junho de 1975, pp. 1-2.

[1453](#) *Idem*. CND.Doc.54/55. Acta n.º 22. 16 de Junho de 1975, pp. 2-3.

[1454](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND.Doc.54/55. Acta n.º 22. 16 de Junho de 1975, pp. 3-4.

[1455](#) *Idem*. CCPA. Assuntos do CPA, 16 de Junho de 1975, pp. 1-3.

[1456](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA.Assuntos do CPA. 16 de Junho de 1975, pp. 1-3.

[1457](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. 18 de Junho de 1975, p. 4.

[1458](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.PIDE/DGS.Doc.29. 20 de Junho de 1975.

[1459](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc.54/55. Acta n.º 22. 16 de Junho de 1975, p. 10-11.

[1460](#) *Idem*. CCPA. Reuniões. 18 de Junho de 1975, p. 2.

[1461](#) «Luanda, 841, July 1, 1975.»

[1462](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.8.CCPA. 14 de Junho de 1975.

[1463](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND.Doc.54/55. Acta n.º 22. 16 de Junho de 1975, p. 10-11.

[1464](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P15. Do AC para Direcção-Geral de Comunicação. 14 de Junho de 1975.

[1465](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P15. 17 de Junho de 1975.

[1466](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P15. Do AC para Direcção-Geral de Comunicação. 14 de Junho de 1975.

[1467](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 30. 18 de Junho de 1975, p. 5.

[1468](#) *Diário de Luanda*. 12 de Junho de 1975, p. 1.

[1469](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.6. Acordo de Nakuru. 18 de Junho de 1975.

[1470](#) «Luanda, 841, July 1, 1975.»

[1471](#) Vasco Vieira de Almeida nos Estudos Gerais da Arrábida. 1 de Outubro de 1998. ICS.AHS.FDP, p. 20.

[1472](#) *Diário de Luanda*, 3 de Julho de 1975, p. 5.

[1473](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 33. 9 de Julho de 1975, p. 2.

[1474](#) *Idem*. 20 de Junho de 1975, pp. 1-2.

[1475](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. 23 de Junho de 1975.

[1476](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9.R.A.I. 10 de Junho de 1975. E-6573.

[1477](#) *Idem*. 13 de Junho de 1975. E-6713.

[1478](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. 23 de Junho de 1975.

[1479](#) *Diário de Luanda*, 9 de Julho de 1975, p. 3.

[1480](#) AHPR.GB 1619. Gabinete de Descolonização de Angola. Governador do Cunene. 18 e 20 de Junho 1975.

[1481](#) *Idem*. Encarregado de governo no Bié. 20 de Junho.

[1482](#) *Idem*. Encarregado de governo de Serpa Pinto. 20 de Junho de 1975.

[1483](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND.Doc.61. Acta n.º 23. 23 de Junho de 1975, pp. 1-3 e 5.

[1484](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND.Doc.62. Acta n.º24. 2 de Julho de 1975, p. 3.

[1485](#) *Idem*. Doc.64. Relatório da comissão mista. Moxico (Luso). De 24 a 28 de Junho de 1975, pp. 1-2.

[1486](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND.Doc.64. Relatório da comissão mista. Moxico (Luso). De 24 a 28 de Junho de 1975, pp. 4-5.

[1487](#) *Idem*. CND. Acta n.º 24. 2 de Julho de 1975, pp. 6-8.

[1488](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 32. 2 de Julho de 1975, p. 10.

[1489](#) *Idem*, pp. 5 e 7.

[1490](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Acta n.º 23. 25 de Junho de 1975.

[1491](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 33. 9 de Julho de 1975, p. 6.

[1492](#) AHPR.GB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, p. 1.

[1493](#) AHM.F.4.S.4.C.840.P.31. Acta sumária da CCPA. 5 de Julho de 1975, p. 2.

[1494](#) AHPR.GB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, p. 2.

[1495](#) AHM.F.4.S.4.C.840.P.31. Acta sumária da CCPA. 5 de Julho de 1975, p. 2.

[1496](#) AHM.F.43.S.1.C.837.P13. Memorando COPLAD. 11 de Julho de 1975, p. 2.

[1497](#) AHM.F.4.S.4.C.840.P.31. Acta sumária da CCPA. 5 de Julho de 1975, p. 3.

[1498](#) AHPR.GB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, p. 4.

[1499](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Acta sumária da CCPA. 5 de Julho de 1975, p. 3.

[1500](#) AHPR.GB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, p. 4.

[1501](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Acta sumária da CCPA. 5 de Julho de 1975, pp. 3-4.

[1502](#) AHPR. GB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, pp. 4-6.

[1503](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Acta sumária da CCPA s/reunião, pp. 4, 6-7.

[1504](#) AHPRGB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, p. 8.

[1505](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Acta sumária da CCPA s/reunião, p. 5.

[1506](#) AHPRGB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, pp. 9 e 12.

[1507](#) AHM.F.43.S.4.C.840.P.31. Acta sumária da CCPA s/reunião, pp. 5, 9 e 13.

[1508](#) AHPR.GB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, pp. 10-11.

[1509](#) AHPR.GB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, pp. 11-12.

[1510](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 33. 9 de Julho de 1975, pp. 6-7.

[1511](#) AHPR.GB.1777. Actas da Comissão Nacional de Descolonização. 5 de Julho de 1975, p. 13.

[1512](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-IV.Doc.11. Sem data, pp. 4-5.

[1513](#) *Idem*, pp. 11-14.

[1514](#) *Diário de Luanda*. 30 de Junho de 1975, p. 1.

[1515](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 33. 9 de Julho de 1975, p. 3.

4. A MURALHA DE AÇO À FNLA

A batalha de Luanda

Nos contactos com os Movimentos para aferir das «suas intenções de concretização» do Acordo de Nakuru, a CCPA percebeu não estarem «preparados ou interessados na sua aplicação»¹⁵¹⁶. Em Luanda, embora se tivesse procedido à evacuação do armamento pesado e dos excedentes «verificou-se posteriormente que foram progressivamente e de forma camuflada reintroduzidos na cidade». As detenções arbitrárias eram agora «em número crescente» totalizando já «algumas centenas», e a inspecção às sedes «jamais se concretizou por falta dos elementos dos Movimentos». Eram cada vez mais as delegações armadas do MPLA e da FNLA, mas devido ao limite imposto em 12 de Maio os militares que as ocupavam trajavam à civil e não faziam «um uso ostensivo das armas»¹⁵¹⁷. Depois de Nakuru, as «velhas dissidências» estavam até «mais agudizadas que antes». Os ataques do ELNA no Norte tinham dado ao MPLA o pretexto ideal para infligir o golpe de misericórdia na FNLA: em 9 de Julho começou a batalha de Luanda em que ocorreu a «utilização quase contínua de armas pesadas». *«Grandes massas populacionais viram-se privadas das suas casas destruídas pelo fogo das armas pesadas ou abandonadas pela força das violências praticadas. A morte, o saque, a tortura física e a justiça privada foram, mais uma vez, factores comuns em todas as áreas envolvidas nos confrontos.»*

As confrontações teriam começado com uma rixa motivada pelo arrear da bandeira junto à sede da FNLA no Bairro Marçal ou, de acordo com o MPLA, com o ataque de «soldados do ELNA sobre a multidão que assistia ao funeral de um militante.» *«O MPLA dominou rapidamente a situação procedendo sistematicamente à destruição de diversas delegações e quartéis da FNLA, numa intenção clara de obter a hegemonia absoluta na capital.»* Restavam apenas «dois ou três focos de resistência às investidas das FAPLA». O COPLAD confirmava «a destruição e o abandono de algumas delegações da FNLA»; alguns ocupantes acolheram-se à custódia das FAP ou noutros edifícios¹⁵¹⁸. A deslocação dos acoçados para fora dos subúrbios acarretava outro perigo: poderia fazer «alastrar as acções de fogo à zona urbana vulgarmente conhecida por “zona do asfalto”»¹⁵¹⁹. Continuavam a ocorrer «assaltos, revistas a casas, controlo de viaturas, espancamentos e detenções arbitrárias» e na manhã do dia 10 o tiroteio alastrara aos bairros Lixeira, Cuca e Cazenga. Metralhadoras pesadas, canhões sem recuo, morteiros médios e Lança-Granadas-Foguetes (LGF) estavam a ser utilizados desde a manhã de 9 de Julho na Avenida do Brasil e nos bairros Rangel, Marçal, Adriano Moreira e Vila Alice. Os embates prolongaram-se até cerca das 24h00 do dia seguinte¹⁵²⁰. As FMM tinham recebido «ordens para abater todo o civil encontrado com armas de guerra na sua posse», por terem sido detectados atiradores furtivos que alvejavam quem passava na estrada do Catete. Os confrontos prosseguiram durante todo o dia 11, «especialmente na zona limiar do asfalto, junto às delegações da FNLA e do MPLA». Belém era informado que tinham dado entrada no Hospital Maria Pia, seis mortos civis e um grande número de feridos. *«Tudo leva a crer que sejam muitos mais os mortos, uma vez que a maior parte das vítimas faleceu devido ao rebentamento de granadas de morteiro, ficando dentro das casas.»*¹⁵²¹

Informava o capitão Semedo (porta-voz da CND) que, na manhã de 11 de Julho, o MPLA atacara a

delegação da FNLA na estrada do Catete, o que causara «bastantes perturbações» por nas proximidades se situar o quartel da PM, onde estavam alguns desalojados. «*Em consequência dos tiroteios, por não existirem as condições mínimas de segurança para estarem ao serviço, os profissionais de saúde do Hospital Maria Pia (o único ainda a funcionar) entraram em greve, obrigando a que grande parte dos feridos tivesse de ser canalizada para o Hospital Militar que se encontrava absolutamente lotado e sem conseguir responder a tantos casos de extrema gravidade.*»¹⁵²² O maior problema do COPLAD era conseguir atender aos «inúmeros pedidos» que recebia para evacuar pessoas de diversos locais: «*São tantas as pessoas afectadas que tentam sair dos locais onde se encontram que os pedidos convergem numa quantidade muitíssimo grande e é francamente impossível acorrer a todos os locais.*»¹⁵²³ Unidades das FAP e das Forças Integradas foram enviadas para o Bairro Marçal, onde as autometralhadoras disparavam continuamente para permitir que os militares nacionalistas tivessem tempo de se recolher nas suas sedes. O MPLA empreendia «um grande esforço no sentido de expulsar a FNLA de Luanda, o que levaria ao agravamento da situação e a retaliações noutras zonas do território» onde a FNLA dominava. Era confirmado «o poderio crescente do MPLA e a surpreendente sistemática e generalizada fraqueza da FNLA», mantendo-se a UNITA «afastada das confrontações armadas» que as FAP não conseguiam debelar: «*As Nossas Tropas denotam uma incapacidade crescente de suster as confrontações armadas e de impor a autoridade correspondente às responsabilidades que lhe foram atribuídas no Alvor e de transmitir às populações o sentimento de segurança e de ordem de que necessitam.*»¹⁵²⁴

Afectadas pelas «ondas de violência e saque», as populações fugiam apavoradas. Imperava «um natural descrédito» em relação a futuros acordos e estavam «criadas as condições para novos e violentos confrontos, sempre mais graves e cada vez mais amplos». Os luandenses tinham assistido aterrados aos combates: «Os mais longos e violentos de sempre» que se prolongaram durante «cinco dias de consecutivos.» «*As populações das áreas mais atingidas procuraram refúgio nos locais mais centrais da cidade: as de etnia branca em casas de parentes e de amigos; as de etnia preta na praça pública, junto ao Largo do Palácio e no Comando Naval. Ambas irmanadas no desejo de saírem deste inferno de fogo e metralha em que se converteu Luanda.*»¹⁵²⁵ Parte dos angolanos do Norte de Angola que se refugiaram no Comando Naval já tinha sido evacuada para Santo António do Zaire numa corveta. Tinham sido suspensas quase todas as actividades comerciais e industriais bem como os serviços públicos. O abastecimento de água a Luanda tinha sido interrompido e poderia a qualquer momento «faltar também a energia eléctrica». «*No único hospital a funcionar em Luanda, o Maria Pia, em face do inusitado número de feridos, viveram-se horas de angústia e de desespero perante a incapacidade dos serviços, que nos primeiros dias do conflito tiveram que arrostar com uma greve do pessoal serventuário. Os doentes internados tiveram de ser alimentados por familiares que foram autorizados a visitá-los e a levar-lhes comida.*»¹⁵²⁶

O ministro N'Dele dissera a Silva Cardoso que «o MPLA tinha obrigado a FNLA a sair da Avenida do Brasil e que a UNITA estava à espera de ser atacada». Um cenário explosivo a três dias de Melo Antunes chegar à capital¹⁵²⁷. A situação na cidade agravou-se na noite de 10 para 11 de Julho com uma intensidade de fogo superior a todos os recontros anteriores: «Os incidentes provocaram o desequilíbrio total da população branca e preta» por causa das «violações e dos saques». Havia já «milhares de desalojados, muitos dos quais refugiados nos quartéis» portugueses. Na tarde de dia 11, Silva Cardoso escrevia a Costa Gomes: «*Luanda está mais uma vez mergulhada em violência. Apesar da conferência de Nakuru e da Semana de Unidade Nacional, FNLA e MPLA voltaram a envolver-se num conflito armado que atingiu, desta feita, o máximo de intensidade registada. Durante a tarde do dia 9 começaram a ouvir-se tiros perto da delegação da FNLA, no Bairro Marçal. [...] À parte deste*

tiroteio começaram a verificar-se prisões e espancamentos de civis, assaltos e revistas a casas quase na totalidade praticados por elementos do ELNA. Ao princípio da noite de ontem, a situação apresentava-se calma, mas por pouco tempo, pois durante a noite os rebentamentos de morteiros e os disparos de armas ligeiras e pesadas atingiram proporções nunca vistas nos anteriores incidentes que esta cidade presenciou.»¹⁵²⁸

O governo alheara-se por completo optando «pelo silêncio». Nenhum dos seus membros proferiu «quaisquer declarações ou apelos ao cessar das hostilidades»¹⁵²⁹. Assistia impávido à destruição do país como denunciava o Ministro da Economia em carta aberta dirigida aos seus pares, ao Colégio Presidencial e aos líderes angolanos. Chamando incompetentes aos colegas de governo e responsabilizando os Movimentos por a sua «miopia política» causar «uma luta suicida» que apenas vitimava o povo: «*Quem abate milhares de velhos, mulheres e crianças em todas as partes do País são angolanos. São angolanos também aqueles que executam irmãos seus com uma selvajaria indescritível. São ainda angolanos que espalham a fome, o terror, a violência e o pânico em todo o território. E o que fez o governo durante todo este período? Praticamente nada, excepto revelar a sua absoluta incapacidade e irresponsabilidade.*»

O que ocorria nas reuniões do governo era frontalmente revelado: «*É impossível impor o menor plano de acção porque cada um pretende ter o seu feudo privativo, onde ridiculamente possa dar importância à sua própria imagem. Uma boa parte dos governantes é totalmente incompetente, mas nem sequer disso tem consciência, perdendo o seu tempo em escaramuças caricatas para a obtenção de mini prestígio de fachada.*» As decisões não eram tomadas e quando o eram não se cumpriam. Reinava «a mais completa indisciplina» e os assuntos em discussão arrastavam-se sem fim, «alguns durante meses». Culpavam os órgãos noticiosos quando eram os próprios governantes que retiravam ao executivo toda «a credibilidade que ainda pudesse ter». Continuavam a acusar «Portugal e o governo português de neocolonialistas» quando quem se preparava para impor a Angola «novas formas de colonialismo» eram «alguns angolanos» pela forma como agiam.

O programa económico que apresentara há três meses tinha sido «desautorizado e boicotado a vários níveis». Como salvar a economia angolana quando inviabilizavam «colheitas vitais» e roubavam «descarada e impunemente as instalações, cuja guarda lhes era confiada, dedicando-se ao garimpo ilegal de diamantes?» Como garantir «o abastecimento público e evitar a alta de preços» com os acessos aos centros urbanos cortados, os transportes maltratados, as rezes esquarterjadas e os circuitos de comercialização destruídos? Assaltavam os operários nas fábricas, disparavam sobre condutas de água, atacavam hospitais e permitiam que a actividade portuária estivesse parada durante meses. «Pelo terror e pela intimidação» tinham afugentado «os poucos técnicos com que Angola contava» e eliminado da administração pública «elementos válidos, mas politicamente não afectos, substituídos por outros irremediavelmente incompetentes, mas hipocritamente servis.»¹⁵³⁰

Como referiu, aquela ousadia «provocou uma reacção diabólica de toda a gente, não só de Savimbi, que pediu a minha expulsão», mas também de Agostinho Neto que lhe disse «esta coisa extraordinária» reveladora de como nenhum líder assumia as responsabilidades: «*Olha, gosto muito desta carta porque não se aplica ao MPLA.*» Não tinha ilibado nenhum Movimento, mas assim não interpretara o líder do MPLA¹⁵³¹. Em Agosto, ao falar com Melo Antunes, o ministro percebeu que não haveria um novo executivo antes da independência¹⁵³². Com Holden em Pequim e Neto na Nigéria, em Angola, Savimbi criticou duramente a missiva: o governo revelara «uma certa ineficácia», mas a carta tornara público «um problema» que poucos conheciam¹⁵³³.

Em Belém debateu-se a mudança de alinhamento dos EUA, da FNLA para a UNITA. Segundo Costa Gomes (que em Junho visitara o Leste europeu), os presidentes da Roménia e da Polónia também

preferiam Savimbi. Para Passos Ramos tinha sido um erro ilegalizar os partidos de brancos, pois poderiam ter sido um factor de unidade dos Movimentos, que estava longe de existir. Preocupava-o especialmente que Savimbi se tivesse aliado ao MPLA em 1974 devido à subalternização de Neto, «seu aliado contra a FNLA» e recusar fazê-lo agora por essa desvantagem já não «corresponder à realidade».

Em Washington, a CIA acompanhava a inversão de forças em Angola: a posição militar da FNLA enfraquecera «enormemente desde os últimos confrontos ocorridos no final de Maio, início de Junho» perante a inércia das FAP: «*As forças portuguesas em Luanda continuam a recusar-se a tomar uma posição firme para pôr termo aos combates, o que dá livre curso ao MPLA.*»¹⁵³⁴ Em Paris, a FNLA revelavam que nos recontros em Luanda tinha havido «intervenção directa de alguns oficiais portugueses a favor do MPLA»¹⁵³⁵. Porque, como Silva Cardoso reportava para Lisboa, o MPLA recorria a uma estratégia oportunista: os seus militares colavam-se aos portugueses como se actuassem juntos. «*Foi constatado que o MPLA aproveita a movimentação das Nossas Tropas para abrir fogo sobre delegações da FNLA, procurando dar a imagem de um envolvimento conjunto.*»¹⁵³⁶ A FNLA alegava ser «vítima de ataques camuflados de forças portuguesas» que se revelavam «cada vez mais partidárias.» Em comunicado, o Alto-Comissário rebatia: não podiam ser acusados «de neocolonialistas os que postos em presença de violências bárbaras e sangrentas» se batiam pela paz numa «ingrata e espinhosa missão», cuja imparcialidade não poderia ser posta em causa.

A CND não tivera quórum para reunir no dia 11 de Julho: à terceira e última convocatória (transmitida pela Emissora às 19h30) só N'Dele compareceu. Se no dia seguinte continuassem a ignorar os apelos, aquele órgão perderia a pouca autoridade que tinha¹⁵³⁷. A situação em Luanda tendia a agravar-se por os combates se terem estendido a zonas da cidade nunca atingidas: foram usadas «armas pesadas ao mesmo tempo que os disparos de armas ligeiras se continuaram a ouvir ininterruptamente» e tinham sido avistados «dois blindados do MPLA na 5.^a Avenida perto do Cazenga», que a população rodeou mal entraram no muceque. O MPLA dirigia-se para o asfalto até que os “flanelas” fossem completamente banidos: «*A fase triunfalista do MPLA veio hoje ao de cima, atingindo o seu máximo com manifestações de vitória junto à delegação da FNLA na estrada do Catete (uma das principais da cidade) e com o içar da bandeira daquele ML, no cimo do edifício.*» A população perseguida refugiou-se mais uma vez nas instalações militares portuguesas. «*Desta vez foi a Base Aérea n.º 9 que acolheu os habitantes do Bairro Prenda quando o MPLA atacou a delegação da FNLA, que acabou por ser completamente destruída.*» Também a da ilha do Cabo tinha sido «totalmente arrasada». A FNLA abandonara o Bairro Popular e a sua sede na estrada do Catete também estava em vias de ser desocupada. Encontravam-se já 61 militares do ELNA no quartel da PM a pouca distância. A base naval de Luanda acolhera entre 700 a 1.000 residentes da Ilha, que esperavam ser transportados para Santo António do Zaire e centenas de desalojados pediam à tropa portuguesa que os escoltassem, «para poderem recuperar alguns haveres que deixaram nas suas casas quando as abandonaram precipitadamente»¹⁵³⁸.

No dia 12, a FNLA de Luanda comunicou à de Carmona que nos confrontos tinha avistado um Unimog e viaturas blindadas portuguesas a apoiar as FAPLA. As acusações de parcialidade colocavam a tropa nacional naquela cidade «numa situação tensa e delicada». Receava-se um ataque em Santo António do Zaire, Carmona e no Negage, onde o contingente português era «francamente minoritário em relação à FNLA». E era previsível que o MPLA, quase sem efectivos nessas duas localidades, também viesse «a passar maus momentos»¹⁵³⁹. Por causa do comunicado da FNLA, no Negage já havia «repercussões perniciosas» sobre a tropa portuguesa, revelou José Valente¹⁵⁴⁰.

O MPLA voltou a faltar à reunião da CND desse dia. Angola vivia «a maior crise» desde que o

governo tomara posse. Silva Cardoso admitia declarar o estado de sítio e recorrer às Nações Unidas. Kabangu duvidava que Portugal pudesse fazê-lo porque a solução não lhe competia em exclusivo, mas a todos os signatários do Alvor. Silva Cardoso rebateu: tinha toda a legitimidade para o fazer se Costa Gomes entendesse não haver outra forma de pôr cobro à situação. A FNLA já estava em desvantagem em Luanda, informou Almendra no início do *briefing*. Os confrontos tinham atingido inicialmente a Avenida do Brasil e a dos Combatentes, alargando-se e centrando-se depois no Bairro de São Pedro à Cuca e eram tantas as solicitações «para salvar pessoas e bens, que os efectivos disponíveis se encontravam já quase completamente extenuados». Aconselhando: antes de se optar pelo recurso à força seria necessário avaliar os meios das FAP e do adversário (o MPLA) e ter noção que para se combater ter-se-ia de abandonar a segurança de pessoas e bens¹⁵⁴¹.

Silva Cardoso tinha sabido dos blindados que estavam a entrar em Luanda e nada fizera, acusou Kabangu. Não puderam ser neutralizados por «estarem rodeados de elementos da população», justificou o General. Manter a ordem era competência das FAP, zurziu o comandante do ELNA, Graça Tavares. Pois era, mas os Movimentos tinham-se comprometido tanto no Alvor (como apenas três semanas antes em Nakuru) em fazer a paz e os confrontos armados em Luanda repetiam-se pela quarta vez «e cada vez com maior agudeza», ripostou Valente. Por isso, não evocassem o Alvor «para responsabilizar a parte portuguesa». No Quénia tinham admitido a sua culpa pelo «insucesso» do processo, referiu Leonel Cardoso, mas continuavam a criar graves problemas e a querer que fossem os portugueses a resolvê-los. Era até «um pouco irónico» que mencionassem o Alvor «para exigir o seu integral respeito pela parte portuguesa, que tudo faz para isso, quando os próprios Movimentos nunca se preocuparam em cumpri-lo»¹⁵⁴².

Para N'Dele, um dos principais problemas era a «parcialidade» portuguesa. A partir do 25 de Abril tinham-se criado «dentro das FAP tendências comunistas» que apoiavam o MPLA e, por isso, não se poderia dizer que havia «uma total isenção por parte de todos os soldados portugueses». «Se os comunistas apoiam o MPLA, a grande massa não apoia», retorquiu Silva Cardoso, e nessa matéria estava em «desvantagem». O MPLA nem comparecera na reunião por se saber «o mais forte em Luanda», só que desta vez era mais «grave» por os confrontos já durarem «há vários dias», afirmou N'Dele. Também julgava precipitado decretar o estado de sítio sem ouvir os líderes nacionalistas: deveria esperar-se 24 horas. «Muitos dos problemas» tinham sido causados por, no início, o governo português ter favorecido o MPLA, disse Kabangu. «Não aceitava que lhe fosse imputada qualquer parcialidade», reagiu o Alto-Comissário. Ao assumir funções pedira que o informassem sobre «o mínimo desvio» e não se recordava de alguma vez o terem alertado para qualquer infracção¹⁵⁴³. Para Leonel Cardoso, proclamar o estado de sítio e disferir uma ofensiva aérea, como N'Dele propusera, poderia levar «a uma guerra civil e irremediavelmente a uma intervenção estrangeira»: era «muito arriscado». Kabangu concordava: era preferível uma via política mesmo que tivessem de esperar que o MPLA «se resolvesse sentar à mesa»¹⁵⁴⁴.

No dia seguinte, os bombardeamentos na periferia tinham atingido casas, unidades fabris e até a refinaria da cidade. «*Continuaram a ouvir-se durante a noite de ontem o reventamento de armas pesadas: canhões sem recuo e morteiros.*» O MPLA utilizou seis blindados nos ataques, mas as acções de fogo limitavam-se às áreas suburbanas. Tinha ocorrido incêndios na zona industrial, numa fábrica no Bairro Cazenga e num depósito da Petrangol.¹⁵⁴⁵ Também continuava «a morrer muita gente por falta de assistência». O Hospital Maria Pia encontrava-se «a trabalhar com reduzido número de pessoal», sendo «vigiado por militares do MPLA»¹⁵⁴⁶. Sem ser possível apurar o número de mortos, centenas de feridos procuravam chegar aos bombeiros, a casas particulares ou ao Hospital Militar, o único ainda com pessoal em meios para os tratar. Dez militares portugueses tinham sido feridos. Relatava Silva

Cardoso: «É dramática a situação hospitalar que se vive em Luanda, pois os hospitais em funcionamento estão a atingir o ponto de saturação. O Hospital Militar praticamente já não comporta mais ninguém; por outro lado o Hospital Maria Pia, além de se encontrar repleto, tem o seu pessoal menor em greve, não conseguindo resolver o problema laboral.»¹⁵⁴⁷

A população de Luanda que vivia nos muceques ou próximo deles procurou abrigo junto das autoridades. «Continuaram durante o dia de hoje a afluir junto ao largo fronteiro ao Palácio do Governo uma grande quantidade de população, especialmente nativa, que pede para regressar às suas terras de origem depois de terem recuperado os seus haveres. Boa parte desta gente passou a noite embrulhada em panos e tem confeccionado as suas refeições nos jardins defronte do Palácio.» Nessa tarde, a sede da FNLA no Bairro de Alvalade (na zona do asfalto) começou a ser atacada: era «o «primeiro sintoma» que havia «a pretensão de invadir a zona urbana; várias viaturas ligeiras e blindadas do MPLA tinham sido vistas a dirigir-se para lá»¹⁵⁴⁸.

Ao fim da tarde de 13 de Julho, a situação era «extremamente grave». Os confrontos ocorriam nos bairros Prenda, Cuca e junto ao Bairro da Petrangol. Grande parte das delegações da FNLA já tinha sido abandonada e as do Bairro do Cabo e Prenda tinham sido destruídas. Os bombardeamentos estavam a causar «um traumatismo muito grande nas populações» e eram inúmeras as solicitações dirigidas às FAP «para protegerem a evacuação de pessoas em diversas zonas». Tinha sido feito fogo sobre as FAP e assistia-se a uma onda de saques. «A par da possível falta de combustível começa a sentir-se a falta de pão, estando iminente o corte de água e de electricidade». Enquanto prosseguiam saques a residências, sobretudo nos bairros Marçal e Operário, perpetrados por civis enquadrados e por militares nacionalistas, «especialmente das FAPLA.»¹⁵⁴⁹ Nesse dia (13 de Julho) Silva Cardoso pediu a Lisboa o envio urgente de uma companhia de Pára-quedistas, uma de Comandos e um destacamento de Fuzileiros, «todos com armas equipadas», e de «navios da Armada, meios aéreos e de forças especiais o mais rapidamente possível»¹⁵⁵⁰. À noite solicitou mais reforços. As tropas eram «inadequadas e insuficientes» e era «indispensável que até ao fim do mês» chegassem a Angola três unidades oceânicas, incluindo duas fragatas. Ao Exército requeria duas companhias de Polícia Militar e uma de Comandos, e um avião de reconhecimento Panhard. A Força Aérea precisava ainda de um DC-6 e de dois Nord Atlas com uma companhia de Pára-quedistas. Estes meios eram um complemento às três companhias especiais que requera antes¹⁵⁵¹.

Na noite e na madrugada do dia 14 ainda se ouviam «disparos de armas automáticas em plena Baixa, no centro da cidade do asfalto». Na véspera, um membro da CCPA referiu aos microfones da EOA que os militantes da FNLA escuraçados das suas delegações «foram encontrados em diversos pontos da cidade, vestidos à civil e armados, fazendo-se transportar em viaturas», procurando chegar ao Largo do Palácio «para se juntarem à população que ali se encontrava ou para se refugiarem nas residências dos ministros no Bairro do Saneamento, nas traseiras do Palácio»¹⁵⁵². A situação atingira «o ponto crítico no dia 15, com acções de fogo esporádicas no centro da capital, assaltos, ocupação de casas, controlo de viaturas, espancamentos e detenções arbitrárias». «Repetiram-se as cenas de saque por parte de civis e marginais, nalguns casos acompanhados por elementos dos dois Movimentos.»¹⁵⁵³ Atingidas as fábricas de géneros alimentícios e a maior refinaria da cidade previa-se que, em breve, a cidade sofresse graves carências: sem combustível, gás nem víveres. Por já ser alarmante a falta de pão na cidade, no dia 15 de manhã os industriais da panificação apelaram aos trabalhadores para voltarem ao trabalho e os transportes de Luanda para os motoristas estarem às 6h00 nos parques de estacionamento e retomarem as carreiras suburbanas. O pessoal auxiliar dos hospitais de São Paulo, Sanatório e Maria Pia concordou em suspender a greve «por razões humanitárias», mas apenas enquanto a situação na capital não fosse normalizada. Mais premente era a falta de provisões para os doentes internados. No

Hospital Maria Pia já não havia como alimentá-lo-se foi necessário lançar um apelo aos luandenses para que enviassem alguns alimentos que pudessem dispensar¹⁵⁵⁴.

No Cuanza Norte, as FAP estavam no meio de um fogo cruzado: o ELNA dominava o Nordeste do distrito e as FAPLA o Sul e o Noroeste do de Malange, onde falavam em «zonas libertadas», usando «uma linguagem como se ainda estivessem na guerra colonial». «Libertadas do jugo de quem?», perguntava o comandante português¹⁵⁵⁵. Nos dois distritos ocorriam «prisões indiscriminadas e atitudes de justiça privada de parte a parte» bem como «o controlo nas estradas com proibição de circulação». Além da «apropriação abusiva de veículos e de instalações particulares e do Estado», eram frequentes «as ameaças armadas e os insultos a pequenas forças das Nossas Tropas por militantes dos Movimentos e pela população, incluindo a europeia». O tiroteio com granadas de morteiro rapidamente se estendeu ao centro da cidade: «*Todas as diligências feitas pelas tropas portuguesas para persuadir os Movimentos ao cessar-fogo foram infrutíferas, tendo as FAPLA inclusivamente aberto fogo sobre uma delegação enviada numa tentativa de conversações. [...] As acções intensificaram-se no dia 13 provocando um número cada vez maior de destruições de edifícios.*» Em Malange, quase toda a população civil se refugiara no Quartel. No aeroporto, o piloto de um aerotáxi tinha sido morto após a aterragem, refugiando-se os passageiros «no capim junto à pista»¹⁵⁵⁶. Elementos do CPA e das FAP que tentaram remover o corpo do *cockpit* foram alvejados e obrigados a retirar. O ataque tinha sido desferido contra vários aviões civis¹⁵⁵⁷. A parte urbana de Dalatando fora «integralmente abandonada e todas as lojas e residências foram alvo de pilhagem pela população africana apoiada por elementos das FAPLA». Uma grande coluna de viaturas civis preparava-se para seguir para sul e uma outra coluna de 30 viaturas com destino a Nova Lisboa seria escoltada pela tropa até ao Dondo. No dia 14, os beligerantes «receberam reforços e prosseguiram os combates» até ao dia seguinte¹⁵⁵⁸.

O ELNA não passará

O MPLA já tinha parte do armamento que pedira, mas necessitava de homens treinados que o soubessem manejar. Segundo o comandante cubano Carlos Cadelo, entre Março e Abril chegaram a Havana 10 a 12 militares das FAPLA para receberem «treino especial», mas eram ainda insuficientes¹⁵⁵⁹. Em Maio, no encontro em Brazzaville com o governante cubano Flávio Bravo, Neto lembrou o pedido feito a Cuba meses antes e voltou a solicitar ajuda «para transportar armas e a possibilidade de um auxílio mais amplo e específico»¹⁵⁶⁰. Em Nakuru já sabia que em breve poderia contar com um forte poderio bélico. Os contactos efectuados nesse sentido por portugueses e junto dos diplomatas russos em África tinham dado frutos. O apoio que Rosa Coutinho disse ter concedido ao MPLA quando já não exercia funções em Angola passou pelo pedido feito ao Estado-Maior cubano, antes do ataque à FNLA em Luanda. Em Junho, o general Carlos Fabião, Rosa Coutinho e o coronel Varela Gomes reuniram-se em Havana «com Júlio Casa Cerqueño, chefe da logística do exército cubano, com um general que iria para Angola e com o chefe da Marinha, Emídio Baias¹⁵⁶¹. Fidel Castro considerou mais seguro que os pormenores da operação fossem acertados pessoalmente entre Neto e o comandante Cadelo no dia 25 de Junho, na cerimónia da independência de Moçambique¹⁵⁶². E foi no Maputo que Neto dispensou a parte portuguesa do processo, como assinalou a CCPA. O MPLA precisava de combatentes, de operacionais cubanos e das armas russas para poder empreender a ofensiva sobre Luanda.

Em Maio, o primeiro-ministro sul-africano John Vorster pedira à Defesa um relatório sobre Angola, que lhe chegou às mãos em 26 de Junho: «*A guerra civil em Angola era inevitável e o MPLA poderia ganhar com a ajuda soviética.*» Apenas um auxílio de Pretória à FNLA e à UNITA o poderia evitar¹⁵⁶³.

Os oficiais que enviou a Kinshasa em 4 de Julho para reunirem com Savimbi, Holden e Mobutu recomendaram um aumento drástico de morteiros, lança-roquetes, minas terrestres, veículos, carros blindados e helicópteros. Vorster aprovou tudo menos os helicópteros¹⁵⁶⁴. A ajuda custaria 14 milhões de dólares¹⁵⁶⁵. Nesse mês, a Operação IAfeature da CIA avançou e Robert Hulstlander ocupou o escritório da CIA¹⁵⁶⁶. Também no dia 4 de Julho, na reunião com o embaixador soviético em Brazzaville – em que Neto se fez acompanhar por Lúcio Lara, José Eduardo dos Santos e Pedro Van-Dúnem –, Afanasenko transmitiu aos convidados que Moscovo estava «interessada na vitória das forças democráticas em Angola» e, daí a ajuda significativa dada ao longo desse ano ao MPLA. Seguindo as instruções do Comité Central o embaixador acertou com Nguabi a melhor forma de fazer chegar o material. Neto agradeceu e frisou as excelentes relações que tinha com o Congo que permitia ao MPLA «usar o seu território para o transporte de armamento, equipamento militar e outras cargas fornecidos pela União Soviética e por outros países amigos». Usavam «o porto e o aeródromo de Ponta Negra e as cargas eram transportadas para Angola por via terrestre e marítima pelo MPLA», explicou.

A FNLA (como se observara nos últimos confrontos) já não era militarmente mais forte, mas o MPLA ainda não conseguira recuperar os dois distritos no Noroeste, ocupados em Junho pelo ELNA. E a UNITA mantinha a sua influência no Bié e regiões envolventes, de grande densidade populacional. O MPLA teria, portanto, de continuar a reforçar-se e esperava contar com ajuda dos soviéticos. Foi, aliás, com esse propósito (pedir à URSS «ajuda militar e financeira complementar») que uma delegação chefiada por Iko Carreira iria a Moscovo no final desse mês de Julho¹⁵⁶⁷. Cinco dias após esta reunião, o MPLA iniciou a batalha de Luanda. Com a cidade em guerra quando já «andava tudo aos tiros», Melo Antunes encontrou-se com Neto e alguns membros do Comité Central. Sobre essa conversa diria anos mais tarde ter ficado chocado com «a arrogância» com que foi tratado. Percebeu que «naquele momento já eram um exército». Escudado pelo apoio militar de Brejnev, do Marechal Tito e de Fidel Castro, Neto já não precisava de ser afável: «*O que estavam a fazer era a aplicação de um plano que tinha sido metodicamente pensado para o controlo da cidade de Luanda e para a liquidação dos outros dois Movimentos, fazendo tábua rasa da nossa presença e dos acordos que tinham estabelecido connosco.*»¹⁵⁶⁸ Melo Antunes «ainda não sabia se eles já teriam a promessa ou se já estariam até a receber elementos cubanos.» «*Só a posteriori admiti que já nessa altura os cubanos estivessem a marchar para lá.*» Atribuía a sobrançeria demonstrada ao «apoio em equipamentos militares, conselheiros e militares que o MPLA estava a receber da União Soviética, da Jugoslávia, etc.»¹⁵⁶⁹. Vieira de Almeida comprovaria presencialmente que as suspeitas não eram infundadas. Em Julho, ao falar com Neto, percebeu ser «total e clara a adesão dele, naquele momento, a uma aliança com a URSS»¹⁵⁷⁰.

O encontro com Neto (em Luanda) começou pelo repto do MNE: Queriam «ou não chegar a uma plataforma de acordo para uma solução pacífica?» Neto contornou a questão: queria antes saber se o Poder lhe seria entregue (às forças progressistas). O MPLA era acusado por Portugal de atacar a FNLA na capital, mas não se inquietara nos meses anteriores quando esta tomou «posições de força» na cidade e no Norte. Afinal, o que era uma «neutralidade positiva num conflito entre forças neocolonialistas representantes dos Estados Unidos e forças patrióticas»? «A neutralidade passiva» de Portugal, na prática, não significava «nada», disse. «*Somos cada vez menos apoiados por aqueles que considerávamos os nossos únicos aliados, o MFA.*» O ataque em Luanda resultara destas «decepções», embora a porta não estivesse fechada a um entendimento com os militares portugueses. O MNE lembrou que politicamente a estratégia portuguesa tinha sido «tacitamente corroborada pelo MPLA», que seguia agora um «comportamento inquietante» causando «terríveis embaraços». Quando o ELNA atacou, «por um lado, a violência era menor, por outro, estávamos mais à vontade para agir por haver menos

afinidades», justificou Melo Antunes. A independência não se poderia fazer sem eles, mas pareciam querer «destruir as outras duas forças» quando um mês antes tinham concordado na «aliança política com a UNITA». O ELNA expulsara o MPLA do Norte no mês anterior: «A isso Portugal não reagiu», censurou o líder angolano. Com a FNLA não haveria diálogo: retirasse os seus homens de Luanda e fosse «para o mais longe possível»¹⁵⁷¹. A FNLA era sanguinária, referiu Lopo do Nascimento, como provava o «espólio macabro» encontrado nas suas delegações, «revelando torturas e até canibalismo». Semanas antes o MPLA convocara os jornalistas para uma visita à base da FNLA no Cazenga (a 100 metros do Cinema Liz) recentemente ocupada pelas FAPLA. O Ministro da Justiça, Diógenes Boavida, percorreu o local, onde mostrou «frascos com órgãos humanos» que (segundo ele) tinham sido «arrancados às vítimas depois de torturadas pelos soldados do ELNA»¹⁵⁷². As alegadas provas da barbárie foram levadas para a sede das FAPLA em Vila Alice que Almendra visitou, afirmando não ter dúvidas que eram frascos roubados do Hospital Universitário: «*Inventaram que a FNLA tinha arrancado órgãos humanos. Fui ao fim da tarde a Vila Alice com o Firmino Miguel e estavam a chegar uns negros atingidos e corações em frascos com clorofórmio, fígados, que tinham lá para nos mostrar. Disseram que tinham encontrado aquilo numa delegação da FNLA para dar a imagem que os outros eram canibais e selvagens.*»¹⁵⁷³ Depois apareceram cartazes em vários edifícios da cidade «com fotografias de órgãos humanos (corações, fígados e rins) e também de pedaços de carne humana em salmoura, que diziam terem sido apreendidos à FNLA». Uma médica assistente no Laboratório da Faculdade de Medicina desmentiu que os órgãos fossem de corpos estropeados: «pertenciam ao Museu Anatómico»¹⁵⁷⁴. Na manhã de 28 de Julho (duas semanas após o encontro que está a ser narrado), a anestesista, residente na Avenida Sá da Bandeira, foi levada de sua casa por indivíduos armados trajados à civil, num veículo sem matrícula, referia o comunicado do Ministro da Saúde (da FNLA)¹⁵⁷⁵. Num novo apelo foram revelados mais pormenores: a médica estivera de serviço na maternidade até cerca das 5h30. Pelas 9h00, uns homens bateram à porta. Assim que a abriu, apanharam-na. O filho de nove anos presenciou¹⁵⁷⁶. Nesse dia, os médicos de Luanda ameaçaram iniciar uma greve geral até dia 2 de Agosto se a colega não aparecesse. Por causa do rapto, alguns funcionários hospitalares ameaçaram não fazer mais turnos nocturnos por não haver «protecção adequada» nos acessos à maternidade durante a noite¹⁵⁷⁷. A médica – tida por simpatizante da FNLA e possivelmente raptada pelo Poder Popular, segundo Killoran – continuava em paradeiro incerto, mas o ultimato surtiu efeito¹⁵⁷⁸. Em 1 de Agosto, o Sindicato parou a greve¹⁵⁷⁹.

Para Neto, a FNLA não tinha «qualquer papel a desempenhar em Angola», embora tivesse de tolerar a UNITA, que era como uma «tábua de salvação para os colonos» que queriam «manter os seus privilégios». Melo Antunes concordava ser necessário acabar com a violência da FNLA; as FAP estariam dispostas a colaborar sem beneficiar a FNLA ou a UNITA «e isto para nós é ponto assente», enfatizou. Ao mesmo tempo, o MPLA poderia ter «um gesto positivo», parando os ataques. A FNLA já tinha sido «destroçada»; não havia motivo para as populações continuarem «sujeitas a um clima de terror.» Portugal fizera «o máximo possível» pelo MPLA, mas parecia que esse apoio estava a ser utilizado para um assalto ao Poder. Iko Carreira alegou não ser essa a intenção, pois nem tinham militares para o fazer naquele momento. Por isso tinham decidido «reforçar» o Poder Popular que expulsara os «flanelas» da cidade. Quanto à neutralização de Luanda, se significava o ELNA continuar a lá ter homens com armas escondidas, recusavam-na. Necessário era as FAP ajudarem o MPLA contra a FNLA. Esse era o «dever das forças do progresso» fossem angolanas ou portuguesas. Uma intervenção internacional é que não: «*Ninguém nos pode convencer que a ONU ou a OUA não venham aqui defender o neocolonialismo.*» Iko já dissera o essencial, não aceitariam o desarmamento total da capital e «chamar a ONU ou a OUA» seria «fortemente combatido»¹⁵⁸⁰.

No início da reunião com o CCPA, o MNE aludiu à necessidade de impedir a reentrada do ELNA em Luanda. Almendra reagiu: era tão necessário isso como apresar as lanchas vindas de Cabinda com armamento para o MPLA. Melo Antunes explicou que a decisão dependeria da vontade das FAP em actuarem energicamente, mas quanto ao estado de sítio (que Silva Cardoso admitia decretar) só poderia ser instituído se o Acordo do Alvor fosse denunciado. Para a tropa «se empenhar a fundo» seriam precisos «outros meios» para atingir os pontos-chave situados fora do asfalto. O problema tinha sido a ocupação de Luanda pelo MPLA e as sucessivas violações ao Alvor que a tropa portuguesa tinha «consentido», num «indício» claro de não estar «disposta a acções drásticas» para lhes pôr termo, censurou o MNE. Não tinha actuado, mas também não tinha tomado partido, reagiu Leonel Cardoso: era «um aspecto significativo» a reter. Poderia não haver uma cumplicidade deliberada mas tinha havido uma injustificada inércia, condenou o ministro. Passando a explicar: «A neutralidade activa presuppõe uma intervenção armada contra quem quer que provoque incidentes e isto deverá ficar bem claro. [...] Não se pode consentir que uma delegação da FNLA esteja debaixo de fogo, pois isso significa entregar o Poder ao MPLA; como igualmente não se pode permitir que a FNLA faça retaliações»¹⁵⁸¹.

Para Melo Antunes, se continuasse a entrada de armamento pesado na cidade e o reforço do ELNA, os luandenses seriam «carne para canhão», incluindo a comunidade branca que não tinha como se defender. Se a guerra chegasse ao asfalto, só restaria «como solução distribuir armas à população europeia.» Antes de travar o ELNA ou de dar armas aos brancos conviria «pensar na possível retaliação contra as Nossas Tropas», avisou Leonel Cardoso. «Se Portugal usar a força terá os três Movimentos contra si», alertou Ferreira de Macedo. Almendra disse ter «distribuído 1.500 armas a cada batalhão para poderem ser entregues à população branca», mas por lhe parecer «politicamente perigoso» mandara-as recolher para serem utilizadas apenas «em caso extremo». O ministro já tinha comunicado a Costa Gomes «a necessidade de haver tropas de reserva em Lisboa» destinadas a Angola, em caso de emergência. Em Luanda não havia «instalações para mais tropa», contrapôs Macedo. Era um problema que teria «de ser ultrapassado de qualquer forma», respondeu o MNE. Enquanto não chegassem unidades da Metrópole, a tropa no interior de Angola deveria ser transferida para a capital.

Já passava das 22h00 quando os comandantes operacionais de Luanda se reuniram com Melo Antunes na biblioteca do Palácio, para ouvirem o ministro dizer que Neto censurara «a tropa por não ter tomado uma posição ao lado do MPLA» na expulsão da FNLA «e da sua aliada técnica, a UNITA». Julgava que o ELNA iria ripostar no Norte, mas o MPLA «não iria parar a ofensiva na capital» pois acreditava estar «a travar uma luta justa» que teria «de ser levada até às últimas consequências». «Era pela violência que a FNLA estava a sujeitar o povo», aditou o comodoro. A acção da FNLA era «repressiva», reconheceu o MNE, e, por isso, o MPLA lhe chamava «uma segunda guerra de libertação». Tentara em vão que parassem a luta armada, pois o MPLA exigia como condições mínimas «para estar no diálogo, o abandono das bolsas de resistência» da FNLA e que os seus militares ficassem à guarda das FAP. Ou que fossem concentradas na Fortaleza da Barra, completou Leonel Cardoso. «A ida das tropas do ELNA para a Fortaleza seria preparar o assalto final», referiu o MNE. Tentara convencer Kabangu a aceitar, mas este recusara alegando que capitular seria «desonroso»¹⁵⁸².

Como estava o moral da tropa? O pessoal sabia estar em desvantagem e estava «cansado por não poder tomar uma atitude», mas reagiria prontamente se recebesse ordens nesse sentido, afiançou Granjo de Matos. Mas deveria ter-se em conta que se o ELNA ripostasse, o MPLA mandaria avançar as milícias populares constituídas, segundo Almendra, pelos 70.000 marginais da cidade que participavam «nos assaltos e saques». Se o Poder Popular fosse para o asfalto, a tropa teria de actuar, atalhou Granjo de Matos. Seria conveniente fazer um reconhecimento aéreo na manhã seguinte para «verificar se

vinham reforços para a FNLA a caminho de Luanda», disse José Valente. Na opinião do ministro deveria evitar-se a entrada dos reforços porque iria generalizar a luta «sem possibilidade de controlo por parte das Nossas Tropas.»¹⁵⁸³ Deveria evitar-se «a todo o custo» que Luanda se tornasse «no centro de combate decisivo.» Silva Cardoso concordou, mas que se tivesse consciência que causaria a «retaliação» sobre a tropa que estava no Uíge. João Carretas quis saber como se faria: avisava-se o MPLA ou actuava-se «directamente contra a FNLA»? Seria arriscado «por falta de forças»; talvez fosse melhor alertá-los até porque as FAP não poderiam combater «ao lado do MPLA». Ferreira de Macedo era a favor do travão, não obstante o reverso da medalha. Evitar o embate seria muito difícil, disse António Vinhas: o MPLA estava em vantagem e era escudado pelo Poder Popular. Se o ELNA estava a caminho, o recontro seria «inevitável» e os danos colaterais bastante graves, pois quem pagaria seriam a tropa e população branca em todo o território. «Onde, como e quando» seriam barrados?, perguntou Vinhas. Ainda se dispunha «de força suficiente» para deter a coluna, mas haveria uma enorme resistência porque os soldados não estavam «dispostos a morrer» num conflito alheio, a menos que começassem a morrer brancos; aí poderiam contar com eles para o que fosse necessário.

Há muito que a tropa perdera o controlo da situação; só conseguia «obstar aos saques e às pilhagens» e ainda era vaiada, como acontecia à porta do seu quartel, referiu o coronel Batista. Os seus homens (de Infantaria) recusavam «um envolvimento concreto» por não haver consenso entre «oficiais, sargentos e praças quanto a uma tomada de posição ao lado do MPLA». É que a FNLA poderia estar «de rastos», mas ainda «cometer actos suicidas» e além disso contava com alguns europeus¹⁵⁸⁴ – como o coronel Santos e Castro, fundador dos Comandos de Luanda, que era muito respeitado. Alfredo Telo também era contra: as FAP já eram acusadas «de estarem ao lado do MPLA» e se o fizessem o ELNA ripostaria em Santo António do Zaire, cortando «o apoio logístico a Cabinda». Almendra concordava: escusavam de sujar as mãos, «o dispositivo do MPLA no Caxito» bastaria para os rechaçar. Como a maioria dos comandantes era contra uma acção directa, Silva Barata interveio: era «fundamental» travar o ELNA e obrigá-lo «a abandonar o Norte». Só teria um itinerário para chegar a Luanda, não seria difícil detectá-lo com antecedência, esclareceu Silva Cardoso¹⁵⁸⁵. O ELNA não deveria «passar do Caxito», insistiu Barata. Se o MPLA não actuasse, as FAP teriam de intervir: primeiro com a Força Aérea e depois com o Exército no Caxito. A Força Aérea não o poderia fazer só com «uma companhia de Páras», frisou o Alto-Comissário. Para Almendra só no caso de o MPLA não lhes obstruir a passagem no Caxito é que as FAP deveriam agir. Melo Antunes concluiu: «*O consenso geral é impedir a entrada da FNLA em Luanda, utilizando as FAPLA como primeira linha*». Como seria feito, caberia ao Estado-Maior do Comandante-Chefe decidir¹⁵⁸⁶.

Como a FNLA poderia cortar os acessos a Cabinda, era preciso vigiar «o ponto fraco» que eram as fronteiras a Norte mantendo as FAP no Uíge e em Santo António do Zaire, alertou o MNE. E era preciso retirar todas as armas de Luanda porque o MPLA iria fazer «uma resistência com recurso à guerrilha urbana.» Anos mais tarde, Melo Antunes disse ter sido sua a decisão de travar a entrada do ELNA em Luanda: «*Na qualidade de MNE e após consultar por telefone o presidente da República para Lisboa, fiz uma reunião com os comandos militares e instruí-os para que as forças militares portuguesas se opusessem a todo o custo à entrada da FNLA. Coisa que fizeram e bem.*»¹⁵⁸⁷

Braço-de-ferro com Lisboa

Nesse dia, Passos Ramos, Vila Boas, Moreira Dias e Castro Guimarães fizeram o ponto da situação ao Conselho da Revolução: o MPLA desencadeara a ofensiva em Luanda e atacara as sedes da FNLA para a erradicar. A FNLA poderia sair do governo por os seus governantes não terem segurança e, na

provável retaliação, sofreriam os brancos (militares e civis) das zonas onde o ELNA dominava. Era igualmente provável que ocorresse um assalto à zona do asfalto, um ataque em Cabinda através da FLEC e a subsequente balcanização do país. A ofensiva do MPLA inscrever-se-ia «numa manobra geral para a tomada do Poder pela sua linha marxista-leninista». Seria necessário enviar para Angola uma companhia de Comandos, outra de Pára-quedistas e um destacamento de Fuzileiros. E (no mais curto prazo) considerar o pedido adicional feito pelo Alto-Comissário. O CEMFA Morais e Silva iria a Luanda apreciar a actuação da CCPA e admitia-se substituir o comandante da 2.ª Região Aérea, José Valente¹⁵⁸⁸, que não chegou a ser exonerado. Segundo o próprio, o CEMFA disse-lhe que se aguentasse no posto e só o abandonasse com uma ordem directa de Costa Gomes¹⁵⁸⁹.

Nesse dia 14 de Julho, Kissinger perguntava no Comité dos 40 se havia ainda alguma dúvida de que o MPLA queria esmagar os outros dois Movimentos. Nenhuma, embora naquele momento estivesse principalmente a atacar a FNLA, respondeu o director da CIA. Neto estava na ofensiva, mas Mobutu ainda não empregara todo o seu potencial de resposta. Deveria dar-se-lhe dinheiro para comprar armas se o entendesse, assim não teriam o Congresso «à perna». Sheldon Vance iria a Kinshasa acertar os pormenores da ajuda americana¹⁵⁹⁰. No dia 15, no programa radiofónico das FAP, Melo Antunes denunciava a violação do Alvor e de Nakuru pelos Movimentos, que levaria à dissolução do governo. Portugal pouco poderia fazer. Aliás, nos confrontos em Luanda, «a parte portuguesa, uma vez mais, completa e conscientemente, [...] não quis actuar para não provocar mais vítimas inocentes»¹⁵⁹¹, justificou.

Para Carlucci, a descolonização portuguesa tinha sido relativamente calma e Portugal fazia «uma propaganda generalizada ao seu sucesso», mas «Angola era um caso diferente». O caos instalado no território viera «manchar» a imagem do MFA, cujo programa preconizava a célere transferência do Poder nas ex-colónias. Para o embaixador foi um ministro «visivelmente nervoso» o que se dirigiu ao MFA no «desejo quase desesperado de ser contida a violência em Angola». Talvez por saber que custaria mais mortes a um povo ainda não refeito das guerras coloniais¹⁵⁹². Segundo a Associação de ex-Combatentes do Ultramar tinham morrido em África 11.000 militares e sido feridos 30.000¹⁵⁹³. Os números oficiais ficavam muito aquém: teriam perecido 7.674 militares, a esmagadora maioria do Exército. Em Angola (entre Maio de 1961 e 30 Abril de 1974), tinham tombado em combate 4.788 militares, dois terços dos quais naturais da Metrópole. Mais de 1.210 teriam falecido em acidentes e 255 por doença. Quase 28.000 combatentes metropolitanos tinham sido gravemente feridos, 4.472 dos quais em Angola¹⁵⁹⁴.

Em Luanda, Kabangu queixava-se que Neto exigia a concentração do ELNA na Fortaleza de São Pedro da Barra e a saída dos restantes efectivos de Luanda «em termos de guerra». Só aceitava retirar os excedentes em simultâneo. O MPLA rejeitava, pretendia que o ELNA saísse primeiro. Na reunião extraordinária da CND, Lopo do Nascimento justificou: as forças da FNLA criavam «focos de tensão» e a sua evacuação era «prioritária». Em Santo António do Zaire, as FAPLA tinham-se rendido e entregado armas e munições em troca de prisioneiros e também tinham saído de Carmona. Por isso, os excedentes do ELNA (destinados às Forças Integradas, defesa das sedes e guardas pessoais) teriam de recolher à Fortaleza ou aos quartéis das FAP para serem evacuados. Neste ponto, o MPLA não transigia¹⁵⁹⁵.

Cada Movimento poderia ter três companhias em Luanda: cerca de 450 homens, lembrou Ferreira de Macedo. Esses efectivos mais os 120 homens para a guarda às residências e as escoltas aos presidentes era «o aceitável», considerou Lopo do Nascimento. A FNLA estava instalada na Barra, na Petrangol e na Cuca e queria colocar os seus excedentes no Cazenga, mas o Grafanil continuava desocupado, referiu Macedo. Kabangu dizia não saber quantos excedentes tinha o ELNA na cidade: eram «irmãos» nascidos

no Zaire com «hábitos» adquiridos no país vizinho e daí «haver choques», mas tinha sido o «ódio dos que se diziam de Luanda» acicatados pelo MPLA, que tornara a coabitação muito difícil. O MPLA atacara-os premeditadamente e se os queria destruir era natural que não saíssem dos locais onde estavam antes dos confrontos, argumentou¹⁵⁹⁶. Era evidente que na «batalha de Luanda havia um vencedor e um vencido», referiu Leonel Cardoso. Como o MPLA estava em «posição de força», poderia «impor condições e estava a impô-las». Se a FNLA não cedesse, «a luta continuaria, vidas de militares e civis seriam perdidas» e as suas forças seriam «sacrificadas». Leonel Cardoso pediu ao MPLA que deixasse o ELNA ficar na Fortaleza e no Farol das Lagostas e que a FNLA aceitasse retirar os seus homens num dia e os das FAPLA no seguinte. E chegassem depressa a um acordo porque «havia rebentamentos e estava gente a morrer». Kabangu pediu a suspensão do encontro até às 21h30. Lopo sugeriu que apenas fosse retomado na manhã seguinte (18 de Julho) para poder ordenar a Monstro Imortal que parasse com o fogo¹⁵⁹⁷.

No Conselho da Revolução, Melo Antunes defendia que as FAP tinham agido acertadamente ao não se oporem à ofensiva do MPLA em Luanda: teria sido «um erro trágico» se tivessem actuado porque «cerca de 90 por cento da população negra» da cidade apoiava o MPLA, estando a maior parte armada¹⁵⁹⁸. Nos dias 14 e 15 de Julho, «o clima de tensão entre a população agravou-se ainda mais com a suspensão do fornecimento de energia eléctrica e água em toda a cidade». Entre os dias 16 e 18, o MPLA continuou a tentar desalojar a FNLA das delegações da Petrangol e da Cuca com «armas ligeiras e pesadas». Também ocupara a Cadeia Central e libertara «todos os presos com excepção de sete reclusos que tinham recusado sair» e «os militares das FAPLA circulavam armados e de forma desabrida por toda a cidade, principalmente pela Baixa», reportava Luanda ao Ministério da Defesa¹⁵⁹⁹.

No dia 19 de Julho, Sheldon Vance (embaixador americano em Kinshasa entre 1969 e 1974) chegou à capital zairese cruzando-se com Holden Roberto e quatro ajudantes (todos em traje de combate) recém-chegados da «frente», para onde voltariam no dia seguinte. O líder da FNLA chamou-o à parte e disse-lhe que se os EUA iam ajudar que o fizessem de uma vez. Era o que iria falar com Mobutu, respondeu o governante. Ao Presidente, Vance disse que se ele, a FNLA e a UNITA apresentassem «um plano aceitável», os EUA poderiam avançar com um milhão de dólares e outros cinco milhões poderiam ser concedidos de imediato. Em dinheiro ou em armas, embora o armamento demorasse mais e iriam tentar travar o fornecimento de armas soviéticas a Brazzaville. Obviamente, qualquer fuga de informação prejudicaria a proposta apresentada. Para Mobutu era importante ajudar Savimbi, mas a única força de combate relevante era a FNLA, que precisava urgentemente de armas por a reserva zairese estar esgotada: já lhe tinha concedido seis batalhões de infantaria do tipo belga. Os EUA não queriam armas americanas em Angola, mas Kinshasa poderia recebê-las e dar à FNLA as de fabrico europeu que possuía. Era preciso fazê-lo rapidamente, disse Mobutu. Tinha dois C-130 preparados para as ir buscar e como os EUA lhe prometeram mais aviões desse modelo, se alguns já estivessem prontos poderiam ser pintados, carregados com munições e enviados para o Zaire¹⁶⁰⁰. Na quarta e última reunião, Vance disse que no dia seguinte poria o plano em marcha. Mobutu (que tinha pressa) respondeu: «*Os soviéticos continuam a enviar armas para Angola enquanto estamos sentados a conversar.*»¹⁶⁰¹ Em Havana, Fidel Castro aproveitava «um novo pedido soviético para lançar o seu próprio plano de intervenção de forças cubanas em Angola». No início do Verão, já se encontravam a colaborar com o MPLA 250 conselheiros militares cubanos¹⁶⁰².

Em Luanda, «o número de mortos ultrapassava já as três centenas»¹⁶⁰³. Os combates mais violentos ocorriam nas zonas da Cuca-Cazenga e Petrangol, perto da Fortaleza, onde a FNLA ainda tinha «militares em número bastante significativo.» No dia 19 estenderam-se à área do Caxito-Barra do Dande. Entre os dias 15 e 17, militares e familiares do ELNA foram evacuados pela Força Aérea de

Henrique de Carvalho para Carmona. Em Dalatando, militantes da UNITA estavam recolhidos no quartel português. Ocorreram «saques a residências e estabelecimentos comerciais pelas populações apoiadas por elementos das FAPLA, muitos deles embriagados ou drogados»¹⁶⁰⁴. A parte urbana da cidade tinha sido «completamente abandonada».

Em Portugália, o MPLA atacara, no dia 20 de Julho, as forças do ELNA que se preparavam para regressar ao Zaire, «provocando a sua dispersão e debandada»¹⁶⁰⁵. A população africana continuava a ser a mais penalizada, «vítima dos caprichos políticos dos Movimentos que diziam defendê-la». Alguns milhares de africanos já tinham sido conduzidos para norte e outra parte embarcado no navio *Ngola* para o Lobito. Se as cidades continuassem a ser o palco privilegiado da guerra passariam «a ser vistas como locais de morte e miséria» onde ninguém queria estar. Ecoavam «tiros isolados em Cacusó» e desde o dia 19 de Julho decorria «um violento tiroteio» entre os quartéis do MPLA e da FNLA em Henrique de Carvalho, com morteiros, metralhadoras pesadas e lança-foguetes. A cidade encontrava-se sem água nem luz¹⁶⁰⁶.

Para tentar sanar a crise, a CND reuniu-se durante três dias consecutivos (de 17 a 19 Julho). «Depois de longas e exaustivas conversações», no segundo dia foi acordado que logo que as acções de fogo parassem os efectivos do ELNA recolheriam aos quartéis da Fortaleza, Morro das Lagostas e Grafanil, retirando de seguida os excedentes da cidade. O mesmo se aplicava às FAPLA. A meio da manhã de dia 20, porém, a reunião do EMU foi interrompida pelo recomeço do tiroteio na Fortaleza, «onde se encontravam barricados os militares do ELNA»¹⁶⁰⁷. Ao longo do dia seguinte, Silva Cardoso tentou, em vão, que a reunião fosse retomada. No dia 21 de Julho prosseguiram os confrontos no Caxito e junto à Fortaleza registavam-se «acções esporádicas de foco com utilização de armas pesadas». Nesse dia foi publicada a declaração do MNE: «*O governo português está decidido a impedir a FNLA de reconquistar Luanda pelas armas a fim de evitar o massacre de populações civis.*»¹⁶⁰⁸ A ser verdade o que o ministro dizia, a FNLA faria «uma declaração de guerra generalizada» às FAP em Angola. O ELNA já tinha alvejado um avião DO-27 em missão de reconhecimento na Barra do Dande (em que morrera o mecânico da aeronave) e abrira fogo sobre uma corveta. Em Carmona, Negage e em Santo António do Zaire teria de optar-se pelo «abandono ou reforço daquelas posições». O primeiro cenário era «politicamente incorrecto», seria reconhecer «a balcanização» de Angola, mas o segundo implicaria o uso «de meios não disponíveis e a reactivação de toda a máquina de guerra já desmontada». Além disso, «face à implantação militar da FNLA nos distritos do Zaire e Uíge», não bastaria «reforçar em efectivos os aquartelamentos em causa». Seria «imperioso» desencadear «uma operação de grande envergadura» que permitisse às FAP controlar Carmona e Negage, além dos arredores e acessos a Luanda. Como os efectivos eram insuficientes «para atender a todos os pontos importantes», seriam deslocados de «determinadas regiões a Sul e a Leste em benefício de outras consideradas prioritárias».

A transferência das unidades, alertava o Alto-Comissário, deixaria indefesas as populações do Sul e do Leste: «*Esta remodelação levará ao abandono à sua sorte de milhares de elementos da população branca e ao seu afluxo aos portos, principalmente de Luanda, muito embora se saiba que os terminais marítimos e aéreos não têm capacidade de resposta.*» Era «indispensável desde já», escrevia (repetindo «desde já»), o CR decidir-se pelo abandono (ou não) de Carmona, Negage e Santo António do Zaire. O uso da força, por ser «uma opção política», teria de ser ordenado por Lisboa, tendo em consideração o moral da tropa e que enfrentar o ELNA implicaria «necessariamente a denúncia do Acordo do Alvor»¹⁶⁰⁹.

«O enfraquecimento da máquina militar portuguesa em Angola» reduzira «consideravelmente a capacidade de actuação»: entrar no conflito seria «uma decisão de extrema gravidade», alertava o Comando de Luanda. Os militares não tinham a mínima vontade de combater a título «voluntário ou

não»¹⁶¹⁰. «Os nossos soldados estão neste momento mais preparados para antever a alegria do seu regresso a Portugal do que para acreditar que ainda possam vir a ser envolvidos em confrontações.»¹⁶¹¹ Em vez da transferência das unidades para Norte propunha a deslocação «das forças do interior para pontos de fácil evacuação, como Luanda, Nova Lisboa e Lobito» e medidas imediatas e concretas para evacuar os portugueses que o desejassem, mantendo as FAP «uma posição de neutralidade». Os Movimentos que definissem «por via violenta ou pacífica», o que queriam para Angola. A tropa protegeria «na medida do que lhe fosse possível os bens dos cidadãos portugueses residentes no território» e fossem as instâncias internacionais a encontrar uma resolução para o conflito¹⁶¹².

No dia 21 de Julho, o Conselho da Revolução respondeu a Silva Cardoso: «manter Santo António do Zaire a todo o custo» e retirar de Carmona e Negage somente na «absoluta impossibilidade» de lá permanecer. Os Fiéis deveriam continuar desarmados e sob protecção das FAP, para Mobutu não poder alegar que eram usados «na luta armada». Seria conveniente evacuá-los para Sul, havendo verbas para esse efeito. Só em caso de agressão do Zaire deveriam ser armados e usados «contra os invasores». Era ainda necessário persuadir os “Mikes” (gíria militar para o MPLA) a não os usarem. Seguiriam para Luanda três membros do CR» e os pormenores da missão seriam fornecidos pelo capitão Guimarães¹⁶¹³.

A desobediência do general

Nessa noite, Silva Cardoso escreveu a carta de demissão: se a FNLA dominava à data do Alvor, o MPLA estava em vantagem desde a ofensiva empreendida de Luanda a Teixeira de Sousa, na qual teriam «sido dadas (embora não abertamente e só por algumas unidades das Nossas Tropas) algumas facilidades ou apoios à acção» que mereceram a sua aprovação. A decisão do MNE tomada uma semana antes pretendia «apenas conduzir à eliminação ou minimização da possibilidade de Luanda vir a ser posta a «ferro e fogo», originando-se uma situação totalmente incontrolável» em que a tropa teria «fatalmente de proteger as populações de origem europeia.»¹⁶¹⁴ Desabafava: «*Sinto toda uma pressão da maioria dos colaboradores mais directos, no sentido de nos aliarmos ao MPLA e, sem hostilizarmos a UNITA, nos lançarmos na guerra contra a FNLA*». Até já nem a dissuasora «arma da ONU» que sempre usara «com a concordância da CCPA» podia ser brandida por lhe dizerem que a presença da ONU «prejudicaria o MPLA». Não tinha a menor dúvida que ocorrera «uma viragem» no rumo neutral ao ser ordenada a retirada da tropa do Sul de Angola, «para se reforçar as nossas posições no Norte e fazermos face, conjuntamente com o MPLA, à FNLA». Não era «possível continuar oficialmente numa política de neutralidade activa e ser permanentemente pressionado para uma colaboração com o MPLA». Não tinha «qualquer relutância em aceitar esta nova linha de actuação», mas não poderia manter-se em funções devido às críticas do MPLA. Queria ser substituído por já não acreditar numa solução pacífica e «ser impossível qualquer tipo de entendimento» com os chefes da RMA, «com excepção dos comandantes militares dos três ramos»¹⁶¹⁵. Duas semanas depois, Silva Cardoso partiu para Lisboa e jamais voltou a Luanda. Não deixara o cargo por questões de saúde, mas por se opor à opção seguida de as FAP se colocarem ao lado do MPLA contra a FNLA.

Na tarde de 24 de Julho, Belém recebeu de Luanda uma insubmissa mensagem: era «impossível manter Santo António do Zaire a todo o custo» e o controlo da cidade não garantiria o acesso à pista de aviação, como supunham em Lisboa. Era absolutamente necessário evacuar, também e em simultâneo, a tropa e a população de Carmona e Negage «pela força se necessário fosse» e «impraticável qualquer deslocação de Fiéis da sua área de implantação», porque implicaria que cerca de 7.000 pessoas deixassem as suas casas¹⁶¹⁶. A CCPA reclamava no final do telegrama por, decorrido quase um mês, não

ter tido resposta ao pedido de saída das FAP até 11 de Novembro, considerando «inaceitável» que as FAP ficassem depois dessa data. Silva Barata e Castro Guimarães (da Coordenadora) iriam a Lisboa para «uma reunião decisiva». Belém respondeu à noite: o Presidente considerava «inaceitável» os termos do «ultimato relativo às condições de saída» de Carmona e de Negage, mas aceitava que «uma coluna militar poderosa» e um agrupamento de «Tropas Especiais, artilharia, blindados e todo o apoio aéreo possível» evacuassem as duas cidades. A operação deveria «processar-se com algum tempo e demora». Como ficara acertado na reunião com o MNE caberia «ao MPLA a responsabilidade exclusiva pela neutralização dos blindados da FNLA na zona do Caxito». Se fosse necessário, as FAP que instruissem «os intervenientes sobre a melhor técnica a empregar para atingir os objectivos»¹⁶¹⁷.

O ELNA ainda se mantinha no quartel de Santo António à Cuca, da qual foi forçado a sair no dia 26 de Julho. Dois dias antes as suas forças tomaram a Barra do Dande e o Caxito, mas o MPLA tornara intransitável a ponte sobre o Dande no porto Qui-Piri, ao destruir um terço do tabuleiro, para impedir a passagem de viaturas e retardar o avanço da FNLA para sul do Caxito¹⁶¹⁸. Depois de uma conversa com Leonel Cardoso, o cônsul americano escrevia que a tropa portuguesa tencionava montar uma linha de defesa a Luanda em Cacuaco, devendo instalar-se no cimo das encostas. A FNLA continuava cercada em São Pedro da Barra e no Cazenga¹⁶¹⁹. «As FAPLA continuavam a disparar raivosamente sobre a Fortaleza porque sabiam que quaisquer prisioneiros do MPLA que lá se encontrassem já teriam sido provavelmente mortos há muito tempo, pois o ELNA não dividiria as suas parcas rações de combate com o inimigo.»¹⁶²⁰

No dia 24 de Julho, os mesmos oficiais que tinham comparecido à reunião com Melo Antunes, foram convocados para estarem às 22h00 no Palácio. O Alto-Comissário explicou porquê: a FNLA queria entrar em Luanda e o MPLA impedi-la. O que fariam? Se as FAP entrassem na liça, violariam o Acordo do Alvor e haveria baixas, era a sua opinião. Os presentes que se pronunciassem. Almendra manteve-se contra a participação.¹⁶²¹ Todos os presentes expuseram o seu ponto de vista, e, desta vez, foi considerado que não se deveria intervir. Com uma excepção: em conformidade com o que advogara antes, Gomes de Abreu da CCPA defendeu o travão à FNLA para «evitar um banho de sangue» em Luanda¹⁶²². A sua posição não mudara, muitos dos presentes é que tinham recuado. «Se a situação se mantinha rigorosamente na mesma, não compreendia porque não estando o ministro presente tinham mudado de opinião.»¹⁶²³ Na manhã seguinte, Silva Cardoso comunicou a Costa Gomes: «Decidi não me opor a uma eventual entrada do ENLA em Luanda.» Por precaução, ordenara «a ocupação imediata e a manutenção a todo o custo» da câmara, refinaria, aeroporto, emissora e Grafanil. «Logo que fosse possível» começaria «a retirada de Carmona, Negage e Santo António do Zaire, sem atender às pressões da FNLA»¹⁶²⁴ que estava a dificultar a saída de militares e civis dessas localidades.

O comandante naval justificara a Killoran a retirada de Carmona para gradualmente se reagrupar as tropas em Luanda e no Lobito e não ficar qualquer FMM nas áreas da FNLA.¹⁶²⁵ Os batalhões foram escoltados por uma companhia de Comandos e outra de Pára-quedistas até à capital, mas ainda sofreram «emboscadas descontínuas» no trajecto¹⁶²⁶. No dia 25, Holden Roberto anunciou estar em Angola para libertar Luanda: os seus militares deveriam manter «fogo sobre o inimigo em todas as frentes» porque a luta só acabaria «com a libertação de Luanda e a restauração de todas as posições atacadas e saqueadas pelo MPLA». Em conferência de imprensa (no dia 26), Kabangu confirmava: Holden estava à frente da coluna no Caxito¹⁶²⁷. Nesse dia (na CND), Kabangu comunicou «a intenção de a FNLA recuperar posições em Luanda». As FAP não o impediriam, mas reagiriam «energicamente contra qualquer acção» desferida sobre a tropa ou populações indefesas, recorrendo à ONU se a situação piorasse. O ministro ficou agradado e «retirou todos os condicionamentos à saída» dos batalhões de Carmona e Negage¹⁶²⁸.

Já se travavam encarniçados combates quatro quilómetros a norte do Caxito (onde a FNLA tinha sete blindados) quando os dois delegados da CCPA chegaram a Lisboa¹⁶²⁹. Silva Barata, Sabino Rodrigues e Castro Guimarães reuniram-se no dia 26 com Costa Gomes, Melo Antunes, Passos Ramos e Vilalobos para discutirem a recusa de Silva Cardoso em barrar a passagem à FNLA¹⁶³⁰. A resposta de Belém enviada ao Alto-Comissário (mas não assinada pelo chefe de Estado) exigia o cumprimento da «a instrução»: «*Acerca da possível entrada da FNLA em Luanda, caso não disponha de meios para impedi-la na sua totalidade, deverá, no mínimo, impedir o acesso dos blindados, com a sua destruição, se necessário.*» Portugal iria informar «a OUA e a ONU que a sua posição de neutralidade activa» implicava «uma actuação firme por todos os meios, mesmo que isoladamente» contra um dos Movimentos, para «minorar as consequências da luta» em curso. Era «conveniente» manter esta directriz porque na reunião de Kampala (que começaria dois dias depois) os líderes angolanos poderiam «ser forçados a uma plataforma de entendimento, mesmo que temporária». Carmona e Negage seriam evacuadas depois de a coluna de socorro «ali estacionar algum tempo». Santo António do Zaire deveria ser mantido com um reforço permanente de tropas (as que estavam no Sul) e «ocupação da pista quando julgado necessário». A CND deveria ordenar a retirada de blindados e armamento pesado de Luanda, onde não poderiam reentrar, «reservando-se a parte portuguesa o direito de intervir pela força» para o conseguir¹⁶³¹.

Depois de receber a mensagem, Silva Cardoso telefonou a Costa Gomes. A decisão tinha sido tomada ao mais alto nível e não se poderia opor ao Conselho da Revolução, ao MFA e ao governo. Silva Cardoso não poderia ordenar o contrário do que defendera: «*Tinha de sair. Não podia ficar.*»¹⁶³² Ainda assim resistiu. A Costa Gomes justificou que toda a máquina militar estava «substancialmente desmontada e reduzida» ao indispensável. Não havia viaturas suficientes e os meios aéreos tinham um limitado raio de acção; além da «ausência quase completa de informações» que permitissem conhecer as intenções e deslocações do inimigo. «O mais delicado» seria aguentar Santo António do Zaire devido ao «volume de forças e meios necessários para desalojar o ELNA do antigo aquartelamento» das FAP e do aeroporto. Evacuaria Carmona e Negage, mas que não fosse esquecida «a situação das populações europeias do distrito de Uíge, cuja saída o ELNA» estava a dificultar. A decisão teria sido «decerto tomada por fortes razões políticas», pois o CEMGFA conhecia bem a situação e o estado das tropas: além de «desmotivadas, não desejam morrer numa guerra que não consideram sua»¹⁶³³.

Em 29 de Julho Melo Antunes demitiu-se do governo. No dia seguinte, Silva Cardoso soube que também estava de saída. No memorando de despedida enviado a Costa Gomes mencionava a existência de confrontos e saques não só em Dalatando (que a população já tinha abandonado) mas também em Malange, Novo Redondo, Gabela, Andulo, Pereira d'Eça e Henrique de Carvalho, podendo estenderem-se a outros pontos do território. As FAP eram «incapazes» de os impedir «por insuficiência de efectivos e de meios». Os destacamentos no Norte deveriam ser transferidos para as cidades onde era possível defender a população branca: Luanda, Lobito, Nova Lisboa, Moçâmedes e Sá da Bandeira, referia, informando ainda que a Coordenadora se demitira face à indefinição de Portugal em relação à política a seguir¹⁶³⁴.

Com Silva Cardoso demissionário, na reunião do CCPA «as divergências» atingiram o clímax. O ELNA progredia a bom ritmo rumo a Luanda e já se encontrava na estrada do Catete, o que colocava as FAP numa «posição difícil» porque só nesse dia chegaria a Negage a coluna de Pára-quedistas para proteger a saída dos portugueses, informou Almendra. Se actuassem de imediato poriam em risco os portugueses que ainda estavam em Carmona e no Negage¹⁶³⁵. Como o General ainda não tinha ainda recebido ordem de marcha e tardava a ser accionado o bloqueio ao ELNA, a CCPA escreveu a Costa Gomes: existiam «desde longa data divergências de fundo» entre os oficiais eleitos e os mais altos

responsáveis do Comando em Luanda. Como «apesar da nossa insistência referida em mensagens nunca houve a concretização escrita de decisões do Conselho da Revolução tomadas na presença dos nossos delegados», não tinham como provar a legitimidade das mesmas. Como, de igual modo, a hierarquia militar não poderia «ser ignorada» mas agia em manifesta discordância com a linha progressista que defendiam, deixavam «de intervir nas decisões»¹⁶³⁶. No CR foram lidas as duas moções aprovadas pela Assembleia do MFA em Angola: não haver acções operacionais após 10 de Novembro e a sua presença «ser reduzida ao mínimo tempo possível» até essa data. Deveria reafirmar-se a neutralidade activa ou optar por outra linha de actuação mais adequada. Costa Gomes comunicou ter aceitado a demissão de Silva Cardoso, sendo nomeado Alto-Comissário interino Ferreira de Macedo, que Rosa Coutinho e a CCPA desejavam para o cargo desde o Alvor. O almirante, o general Carlos Fabião e o major Canto e Castro iriam a Luanda «o mais rapidamente possível» estudar a situação¹⁶³⁷.

Nesse dia, Otelo Saraiva de Carvalho chegou ao seu gabinete com a prometida ajuda de Havana ao MPLA¹⁶³⁸. Fidel pedira a Otelo (que se encontrava em Cuba desde 21 de Julho para assistir no dia 26 à celebração do ataque ao quartel de Moncada) que informasse a Costa Gomes para a intervenção cubana não ocorrer à revelia do Estado português¹⁶³⁹. No dia 28 de Julho, Fidel e o irmão Raul Castro (chefe das FA de Cuba) conversaram com Otelo «em privado». O Presidente cubano contou que, na semana anterior, a delegação do MPLA (que estivera em Havana) lhe entregara uma carta de Neto, dizendo não ter forças suficientes para resistir à ofensiva da FNLA a Norte nem da UNITA a Sul. Otelo que perguntasse a Costa Gomes se poderia reforçar a ajuda ao MPLA. Se no prazo de uma semana não obtivesse resposta, o silêncio seria interpretado como consentimento.¹⁶⁴⁰ Segundo García Márquez, Otelo comprometeu-se a fazê-lo, «mas a resposta nunca chegou»¹⁶⁴¹. No dia 25 de Julho em Havana, Cadelo e o comandante Agustín Quintana da 10.ª Direcção já tinham partido rumo a Angola levando 100.000 dólares. Fizeram escala em Lisboa, onde Havana lhes pediu para aguardarem durante uma semana a chegada de mais cinco oficiais cubanos chefiados por Argüelles¹⁶⁴². Chegariam a Luanda no dia 3 de Agosto.

Em 29 de Julho, São Pedro da Barra (último reduto do ELNA em Luanda) ainda não caíra. Registavam-se «de vez em quando acções com armamento pesado» e, como alguns acessos tinham sido minados, uma viatura com militares do MPLA explodira causando quatro mortos. O depósito da Shell continuava a arder desde dia 26. Os bombeiros tinham sido barrados pelo ELNA a 300 metros do local e o primeiro petroleiro (dos que tinham sido fretados) só deveria chegar a Luanda em 8 de Agosto¹⁶⁴³. Em 30 de Julho, os bombardeamentos prosseguiram na zona da Fortaleza. O incêndio tinha sido «dominado a meio da tarde», mas as acções de rescaldo foram interrompidas pelo rebentamento de granadas lançadas para o local¹⁶⁴⁴. Previa-se que o combustível restante apenas chegasse para abastecer Luanda por mais 15 dias¹⁶⁴⁵. E à capital chegavam cada vez mais refugiados do Leste e do Norte: «As acções de guerra que afectaram as cidades de Luanda, Dalatando, Henrique de Carvalho e Dondo deram origem a que grande parte das suas populações partisse em busca de refúgio noutras paragens. Em Henrique de Carvalho, que se encontra praticamente deserta e onde já foram assinaladas várias acções de saque), as populações encontram-se refugiadas na base aérea». Do Dundo, também na Lunda, muitas famílias tinham solicitado já a saída da região.¹⁶⁴⁶

Agonia em Malange

Em Malange, militares e civis estiveram duas semanas debaixo de fogo. Os tiroteios tinham começado em Caculama em 22 de Julho e foram alastrando a outras povoações do distrito, de modo que três dias depois, ao entardecer, eram já cerca de 300 os refugiados no Quartel, «na sua maioria

africanos afectos ao MPLA e europeus que desejavam seguir para o Sul por via terrestre»¹⁶⁴⁷. Na noite de 26 de Julho seriam cerca de 800 pessoas, 200 das quais tinham transporte próprio. «O número total de feridos graves e mortos na cidade devia então já ultrapassar os 1.000.» Nesse dia foi combinada uma trégua de 24 horas para «levantar os mortos da cidade do asfalto, contudo, quando as ambulâncias penetraram nos bairros limítrofes foram ameaçadas a tiro e impedidas de cumprirem a sua missão», relatou o major Jorge Vieira de Barros e Bastos¹⁶⁴⁸. Na tarde de 27 de Julho, dois Nord Atlas aterraram no aeroporto com mantimentos para militares e refugiados, tendo uma das aeronaves sido alvejada, ferindo ligeiramente um tripulante. O tiroteio só abrandou pelas 19h00. O Quartel albergava então 1.500 refugiados, alguns dos quais tinham sido impedidos de partir nas suas viaturas, por os Movimentos considerarem «um crime político o abandono da cidade». No dia 28, a FNLA e o MPLA aceitaram a saída dos refugiados desde que a evacuação fosse feita exclusivamente pelo Exército. Os primeiros a partir foram os cerca de 200 militares da UNITA, funcionários e respectivas famílias. Pelas 18h00, «a população europeia, em pânico devido aos roubos praticados pelo ELNA e aos boatos de que o Poder Popular invadiria a cidade», acolheu-se também no Quartel. Calculava -se serem 6.000 e um grande número nas imediações. A tropa passou todo o dia (sob tiros esporádicos) a recolher alimentos e combustível cedidos pelos refugiados e a fazer, «continuamente os levantamentos possíveis de cadáveres.»

No dia 29 «seguiu para Mussende uma coluna com 180 viaturas, na sua maioria transportando mulheres e crianças». Nessa tarde «iniciou-se o saque generalizado no centro da cidade» pelo ELNA. No dia seguinte chegou um batalhão com «combustível e rações de combate» que, pelas 13h00, escoltou 600 viaturas. Duas horas mais tarde partiu uma outra coluna com 800 veículos e pelas 16h00 mais 600 viaturas deixaram a Malange, ficando ainda no Quartel «cerca de 800 civis que pretendiam seguir para a Lunda e Carmona», e grupo que queria seguir para Nova Lisboa, mas que aguardava os familiares retidos em Quela. No dia 31 iria Nova Lisboa mais uma coluna com 300 viaturas e nessa noite foram recebidos mais «cerca de 500 refugiados», a maioria chegada durante a tarde. Não havia água e os cinco médicos presentes temiam um surto de peste na cidade devido aos inúmeros corpos insepultos¹⁶⁴⁹. Em Luanda, apenas se sabia que o rebentamento de granadas lançadas para dentro do quartel de Malange causara «muitos feridos e mortos entre a população civil»¹⁶⁵⁰. No dia 27, «o ELNA parecia ainda dominar a zona do asfalto» e conseguira-se uma trégua «para a recolha dos mortos e feridos» que seriam «em número superior a 1.000»¹⁶⁵¹. Já não havia mantimentos suficientes para todos¹⁶⁵². Os deslocados queriam «abandonar a cidade a todo o custo e deslocar-se para sul na impossibilidade de alcançarem Luanda»¹⁶⁵³.

No dia 1 de Agosto, a tropa conseguiu pôr as bombas de água a funcionar por algumas horas, mas a água evaporava-se «dos depósitos devido às inúmeras fugas (por causa das torneiras deixadas abertas nas casas abandonadas) e, provavelmente, devido às condutas rebentadas durante o tiroteio». O centro da cidade estava «praticamente saqueado pela FNLA e os arredores pelo povo». Começavam a chegar refugiados africanos «e o pessoal europeu das áreas de Cacusó e Duque de Bragança, transportados pelo MPLA até às traseiras do aquartelamento». Após o violento confronto na madrugada de dia 3, decorreu no Quartel o encontro para determinar as condições da rendição do ELNA: os derrotados deveriam entregar-se em grupos de 50 e trajando à civil. Depois de desarmados seriam levados sob custódia das FAP até ao Caxito. «*Todo o seu material e armamento seriam entregues pelas Nossas Tropas ao MPLA, depois do regresso da nossa coluna.*»¹⁶⁵⁴

Na madrugada do dia seguinte, os civis que ainda se encontravam no Quartel (em cerca de 180 viaturas) foram evacuados pela ponte do Cuanza. Com todo o pessoal do batalhão formado foi arreada a bandeira nacional, iniciando-se o regresso a Luanda. À medida que a coluna avançava foram-se-lhe

juntando veículos de particulares. Quando no dia 7 de Agosto chegaram ao Grafanil eram 75 viaturas, das quais apenas 36 militares. A cidade tinha sido «abandonada por toda a população branca e preta que trabalhava ou vivia na área do asfalto. Foi saqueada primeiro pelo ELNA e depois, pelo povo, apresentando-se os edifícios esventrados de todo o seu conteúdo, pilhado ou destruído na quase totalidade». Malange tornara-se um imenso cemitério a céu aberto: *«Milhares de pessoas mortas, na sua maioria africanos, que estavam ainda insepultas quando se abandonou a cidade. O Batalhão apenas conseguiu enterrar numa vala comum com cerca de 100 metros, cobrir de cal viva ou queimar no local onde se encontravam, umas escassas centenas de mortos»*¹⁶⁵⁵.

Quase toda a população deixara o distrito. Pelas estradas viam-se milhares de africanos a pé em direcção ao sul. Não havia serviços administrativos. Nos postos tinham ficado «voluntariamente apenas 30 elementos dali naturais» que, trancados nas suas casas, pediam «desesperadamente os vencimentos e instruções». Até 5 de Agosto mais de 4.000 viaturas, mais de metade mistas ou de carga, tinham partido. O Quartel tinha sido «abandonado sete dias antes do previsto devido à ameaça de peste na cidade». Os soldados estavam exaustos e descrentes: *«Forte traumatismo psíquico de todo o pessoal militar que, verificando ser-lhe impossível evitar a destruição da vida da cidade e do distrito e perante o drama de milhares de refugiados, constatou, em última análise que, por impotência ou por falta de realismo na previsão dos acontecimentos, o governo português é incapaz de conduzir o processo de descolonização em Angola, antes se deixa arrastar pelos acontecimentos. Tal facto causou a perda de confiança na capacidade de acção dos chefes da Revolução portuguesa.»* Restava agradecer à equipa do tenente Fausto Pereira, que conseguira durante aqueles 15 dias «angariar géneros e cozinhar pelo menos duas refeições por dia» e ao «espírito de sacrifício» da equipa do alferes médico Eduardo Costa, que procedera «ao levantamento de cadáveres ou à sua destruição quer por cal quer pelo fogo»¹⁶⁵⁶.

Em Porto Amboim, uma traineira tinha sido atingida por uma bazuca. As populações a bordo já passavam fome por parte da comida ter ficado na cidade¹⁶⁵⁷. Parte da população tinha sido evacuada de barco para o Lobito, mas a maioria dos deslocados estava a ser enviada para Nova Lisboa, onde tinha chegado de Silva Porto em 31 de Julho, uma coluna automóvel com 6.000 pessoas¹⁶⁵⁸. Em Pereira d'Eça (no Cunene) tinham-se acolhido no quartel os refugiados «do Norte, Salazar e Malange, com camionetas e pertences». A UNITA procedia a «intercepções, roubos, violações e sevícias» e, juntamente com o MPLA, não deixava sair a população. A tropa pedia «reabastecimento e apoio» porque se escoltasse os civis até à fronteira sofreria «acções violentas»¹⁶⁵⁹. Na Lunda, no Cuanza Sul e no Leste (em Gago Coutinho e no Luso) também ocorriam violentos recontros¹⁶⁶⁰.

O Novo Redondo continuava debaixo de fogo: junto ao governo de distrito estavam um milhar de refugiados e 80 pessoas asiladas na residência do governador. Algumas famílias encontravam-se «bloqueadas em suas casas no centro da cidade» e a situação era «crítica por falta de géneros e de água». Não era possível seguir para a Gabela ou para o Lobito por os acessos estarem controlados pelos Movimentos: uma fila de 200 viaturas aguardava a chegada da coluna militar. O Hospital tinha sido atingido e o tiroteio não iria parar porque os Movimentos armados esperavam reforços. Já ocorriam saques. Ao chegar ao Novo Redondo pelas 11h00 do dia 31 de Julho, a coluna das FAP pediu um cessar-fogo temporário para evacuar a coluna automóvel para Nova Lisboa e Lobito, de onde dois navios tinham retirado já cerca de 1.200 refugiados. Também na Gabela e em General Machado, o MPLA e a FNLA tinham confiscado todas as viaturas (incluindo as do Estado), e os funcionários públicos queriam fugir. No Cacuso, a população estava cercada e impedida de sair e a situação era «desesperada face à falta de comida». Em Duque de Bragança havia confrontos com baixas e, no Luso, ocorriam desde essa madrugada, combates com armas pesadas entre o MPLA e a UNITA¹⁶⁶¹.

Vila Alice: o ataque de revolta

Em Luanda, um soldado português tinha sido alvejado pelas costas: a provocação fez transbordar um copo há muito cheio. Aconteceu na noite de 26 para 27 de Julho cerca das 23h00, quando «um jipe militar que transitava na estrada do Catete junto à 7.ª Esquadra do CPA, transportando um alferes, um furriel e dois primeiros-sargentos foi interceptado por um grupo de sete a nove elementos do MPLA, do qual fazia parte o comandante Grinco». Os portugueses advertiram que só a tropa integrada poderia fazer operações *stop*. Identificaram-se e foram mandados seguir. Nisto, o comandante Grinco colocou «a sua Kalashnikov ao ombro e, agarrando-a com uma só mão, disparou sobre a viatura militar que se encontrava a cerca de 10 metros do local, ferindo gravemente com dois tiros nas costas o alferes e com outros dois uma perna de um dos primeiros-sargentos»¹⁶⁶². «*Balearam um sargento nosso pelas costas, que vinha do quartel da Polícia Militar. Vinha de fazer os vencimentos das praças e aparece-lhe uma patrulha desgarrada das FAPLA. Fizeram um auto à viatura, identificaram-no, ele disse de onde vinha com o condutor, ambos fardados. Mandaram-no seguir e, pelas costas, deram-lhe um tiro. O nosso sargento, infelizmente, morreu.*»¹⁶⁶³ Uma patrulha mista da PM que circulava em sentido contrário parou para saber o que se passava. Foi «cercada e desarmada pelo mesmo grupo, não tendo qualquer hipótese de reacção» por ter sido apanhada de «surpresa» e os efectivos das FAPLA serem em maior número. Contactado o oficial de ligação do MPLA (o comandante Jaime Madaleno), quando a PM chegou ao local o grupo desaparecera. Ao saber do sucedido, Almendra foi com Moreira Dias ao Palácio onde estava reunido o Conselho Coordenador. Seria executada «uma acção punitiva se, no prazo de duas horas, os infractores não fossem entregues às autoridades portuguesas ou severamente punidos». O comandante do COPLAD dilatou o prazo para sete horas e o ultimato foi comunicado por telefone à 1h00 da madrugada a Madaleno, que concordou com a decisão. A operação de cerco às sedes armadas do MPLA em caso de retaliação começou a ser preparada.

Às 7h50, não havendo qualquer resposta, Almendra informou Madaleno que «a acção iria ser desencadeada» e levantassem os postos de controlo rodoviários para que «os mesmos não tivessem de ser retirados à força». Nenhuma resposta foi dada¹⁶⁶⁴. Às 10h00 foi montado o dispositivo «de interdição de toda a área da Vila Alice» por três grupos de intervenção e um grupo de combate de Comandos. A ordem dada «foi para desarmar e capturar todos os elementos militares e conduzi-los para uma unidade» para se identificar os infractores. «*Caso fosse aberto fogo sobre as Nossas Tropas, responderiam implacavelmente*». A mensagem foi transmitida no exterior da delegação ao comandante Nelo Soares, que se «recusou terminantemente» a evacuar o quartel-general do MPLA. Quando assumiram posições de combate, os cinco soldados que se encontravam no exterior com Nelo Soares «depositaram as armas no chão ao mesmo tempo que do interior da delegação foi aberto fogo». A resposta do lado português durou cinco minutos, sendo interrompida quando Madaleno e Onambua comunicaram que «já havia vítimas». Acabados de chegar num veículo, 15 militares que pretendiam entrar no edifício sitiado dispararam ferindo três soldados portugueses, o que desencadeou o bombardeamento¹⁶⁶⁵. Por poder ocorrer uma reacção em cadeia nos restantes quartéis do MPLA estavam unidades em redor da Praça de Touros (que seria bombardeada por via aérea e com obuses), e o antigo quartel da PM (no Morro da Luz) encontrava-se cercado pelo batalhão de Granjo de Matos. Nunca tinha sido montado tal aparato militar: Vila Alice foi arrasada. Segundo Almendra, pereceram 22 indivíduos, foram «detidos 11 que não entregaram as armas» e libertados 10 prisioneiros¹⁶⁶⁶.

Para Lisboa, a CCPA reportava que a acção se devera ao alvejamento pelas costas de dois militares das FAP e ao total desrespeito demonstrado durante o cerco. Tinha sido apontada uma autometralhadora à fachada do edifício e mesmo assim continuavam a dizer que não entregavam «os gajos»¹⁶⁶⁷. Três dias

depois, Onambua foi a Lisboa queixar-se a Costa Gomes. No dia seguinte, chegou a Belém um oficial da PM para «relatar totalmente o caso»¹⁶⁶⁸. Para Melo Antunes, o ataque justificara-se por as tropas nacionais poderem ser «pura e simplesmente cilindradas pelo MPLA»¹⁶⁶⁹. Para Silva Cardoso tinha sido um acto de revolta pela indignação sentida: «*Uma manifestação de repúdio e revolta dos militares portugueses que, em poucos meses, viram Angola ser reduzida a ruínas devido à ambição, à avariza e à selvajaria dos Movimentos.*» As FAP sempre tinham agido «de boa-fé, contiveram-se, ajudaram-nos, deram até a outra face, mas era altura de dizer: “Basta!”»¹⁶⁷⁰. O relatório semanal referia: «*A resposta às FAPLA, apesar de ser relativamente dura, tornou-se necessária, até para salvaguarda de um mínimo de prestígio a que as Nossas Tropas não são indiferentes.*»¹⁶⁷¹ Depois do ataque criou-se uma «grande tensão»: os chefes militares recebiam telefonemas anónimos de ameaça e apareciam «escritos nos carros» do mesmo teor. A CCPA temia que mesmo depois da destruição da sede, a tropa quisesse vingar a morte do alferes e que os Comandos se amotinasse em protesto pela demissão de Jaime Neves do Regimento de Comandos da Amadora. Era urgente que Lisboa enviasse seis chaimites devido à escalada de violência em Luanda, mas sobretudo por «os soldados do MPLA, drogados e incontrolláveis», hostilizarem permanentemente a tropa portuguesa que ainda consideravam «o inimigo»¹⁶⁷².

O ataque a Vila Alice (em 27 de Julho) ocorrera no dia em que foi apresada a barçaça 5 de Fevereiro com cerca de 300 toneladas de armamento, munições e outro material de guerra para o MPLA. Provinha de Ponta Negra com destino a Benguela e admitia-se que aportasse na costa norte da Barra do Cuanza¹⁶⁷³. Apreendida por uma lancha da Armada ao largo das Palmeirinhas (a sul de Luanda), a barçaça, toda a sua carga, os 21 tripulantes, quatro militares das FAPLA e 74 civis do MPLA foram colocados à guarda da Marinha¹⁶⁷⁴. A situação era «delicada», explicava Silva Cardoso: «*Se por um lado, devemos evitar a entrada de material de guerra com destino aos Movimentos, por outro, não é possível controlar a entrada de material para a FNLA através da fronteira norte, criando-se uma situação de forte desigualdade que, no momento presente, joga contra a nossa eventual tomada de posição.*» Era difícil devolver o material sem os outros Movimentos reagirem, mas se a decisão fosse essa que se esperasse a saída das unidades portuguesas de Carmona, Negage e Santo António do Zaire. Belém ordenou a entrega do material «com excepção das viaturas de qualquer espécie». Era «conveniente rodear a operação de segredo e prudência»¹⁶⁷⁵.

Silva Cardoso pormenorizava como estava a ser feita a evacuação do Norte: «*Mandei avançar uma força de Nova Lisboa a fim de reforçar a guarnição de Malange, prevendo que os Movimentos que controlam os acessos à cidade e as áreas periféricas venham a criar dificuldades à saída da população. Todas as viaturas disponíveis em Luanda foram hipotecadas na organização da coluna destinada a retirar as forças de Carmona e Negage, em virtude de os camionistas civis recusarem deslocar-se às zonas afectadas.*»¹⁶⁷⁶ O apresamento da barçaça e a acção punitiva em Vila Alice aumentaria seguramente «a tensão» entre o MPLA e as FAP¹⁶⁷⁷, escrevia o General, agravada pelas palavras de Lúcio Lara no funeral das vítimas e de Agostinho Neto à chegada a Luanda no dia 28 de Julho, quando acusou as FAP de terem traído o MPLA e já não estarem a fazer nada em Angola¹⁶⁷⁸. Para o líder do MPLA, a presença das FAP em Angola era, «senão desnecessária, prescindível.» A tropa estava cansada de ser responsabilizada: os angolanos tinham conseguido a independência, matavam-se e continuavam a acusá-los por não se disporem a morrer no fratricídio. «*O seu estado psicológico continua a caracterizar-se pela insuficiente motivação em relação ao processo que se vive em Angola. Para tanto, não têm deixado de contribuir os próprios Movimentos, que parecem pretender transformá-las cada vez mais no bode expiatório da situação.*»¹⁶⁷⁹

O Alto-Comissário descrevia a Costa Gomes um país em convulsão e a definhar a um ritmo

vertiginoso devido à generalização dos confrontos cada vez mais mortíferos e disseminados: «A situação de guerra em parte do território tende a generalizar-se. As decisões da CND são completamente ignoradas e desrespeitadas e não se dispõe de meios para forçar o seu cumprimento. Todo o esforço deve ser concentrado na protecção e evacuação da população europeia sujeita a toda a espécie de violências. [...] Se a situação em Luanda se deteriorar, corre-se o risco de fugir ao nosso controlo, até porque antevejo uma grande afluência de populações aos nossos quartéis, limitando grandemente a liberdade de actuação das Nossas Tropas.»¹⁶⁸⁰ Para Silva Cardoso, deveria alertar-se as instâncias internacionais, dando-se prioridade «à evacuação urgente de centenas de milhares de portugueses, cuja decisão em abandonar o território» era irreversível.¹⁶⁸¹

Portugal deveria «reconhecer que o problema o excedia e internacionalizá-lo»¹⁶⁸². Não seria desonroso reconhecer o fracasso do Alvor e pedir a intervenção internacional em Angola na cimeira da OUA que iria iniciar-se, em breve, em Kampala (Uganda). Apenas a UNITA estaria presente, talvez Lopo do Nascimento comparecesse, mas a anunciada ausência da FNLA boicotaria qualquer tentativa de reconciliação. «Dado o estado de guerra» no território «e a impossibilidade de qualquer tipo de reconciliação», o Acordo do Alvor estava «totalmente comprometido» e deveria ser denunciado por Portugal. A nova linha de actuação deveria coincidir com a sua saída do cargo¹⁶⁸³. Alguns anos depois, Melo Antunes afirmou existirem «dificuldades políticas na denúncia» do Acordo, como desejara. Em Portugal, «os partidos políticos estavam divididos nessa matéria» e um deles opunha-se a qualquer decisão que dificultasse os desejos de Neto: «O PCP tinha uma posição em Angola, que depois se manifestou muito claramente, de apoio ao MPLA.»¹⁶⁸⁴

No Conselho da Revolução, o MNE transmitiu a súmula enviada pela Missão portuguesa em Kampala. Os países africanos estavam divididos sobre Angola: a Argélia pretendia favorecer o MPLA; o Zaire, a FNLA. O Congo defendia a intervenção da OUA, mesmo de natureza armada e Kurt Waldheim parecia inclinado a aceitá-la. Tanzânia e Zâmbia estavam reticentes, embora criticassem a radicalização de Neto. Savimbi aceitava uma reunião a três com uma delegação da OUA que apenas actuasse «como mediadora, não podendo intervir nas decisões»¹⁶⁸⁵. Em Kampala foi criada uma Comissão de Conciliação¹⁶⁸⁶, mas seria o Comité de Defesa da OUA que decidiria sobre o eventual envio de uma força de paz. Lisboa não a julgava plausível: por a OUA nunca ter conseguido formar «uma força comum» e, sobretudo, por os Movimentos angolanos se oporem ao seu envio¹⁶⁸⁷. Depois de Nakuru e da batalha de Luanda, «a margem de manobra» portuguesa ficara «substancialmente reduzida». As «actuações do MPLA» (que tentava «a todo o custo reduzir a FNLA» à sua dimensão), «alguns erros cometidos pela parte portuguesa e a situação política em Portugal» também contribuiriam para manietar a margem de acção da parte portuguesa.

Para a Missão em Kampala teria de «abandonar-se Angola à sua sorte ou de manobrar» até 11 de Novembro, porque adiar a independência apenas seria «possível mediante um encontro dos três Movimentos, mesmo que tácito»¹⁶⁸⁸. Deveria redefinir-se a política de neutralidade activa e «impedir a entrada das forças do ELNA em Luanda, assegurando, no entanto, a sua presença política na cidade». Era também necessário resolver «o problema dos desalojados angolanos e portugueses; vigiar a fronteira com a África do Sul e tentar que os principais centros urbanos fossem neutrais. O ataque a Vila Alice iria «provocar certamente um período turbulento nas relações» com o MPLA, mas tivera dois aspectos positivos: servira de «aviso à FNLA» sobre o que a esperava se entrasse na capital e talvez a UNITA reconsiderasse o «entendimento tácito com o MPLA». Tomar partido poderia ser mal aceite pela tropa por existir um «sentimento anti MPLA» devido às atrocidades que cometera, mas «ultrapassados estes momentos de desequilíbrio, parece que a nossa posição poderá servir ao MPLA». De que modo? «Fornecemos-lhes meios para consolidar esta implantação e [...] evitamos a sua

colocação perante duas forças que, a hostilizá-lo abertamente, lhe criariam uma situação extremamente difícil.» Em caso algum deveria ser solicitada a intervenção da ONU ou da OUA, nem era aconselhável Portugal rasgar o Acordo do Alvor, pois «só por esse motivo» as Nações Unidas poderiam decidir enviar «as forças necessárias» para Angola, o que não era desejável¹⁶⁸⁹.

[1516](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A. MSG n.º 50. Secreto. 10 de Julho de 1975, p. 1.

[1517](#) AHM.F.43.S1.C.837.P13. Memorando COPLAD. 11 de Julho de 1975, pp. 1-2.

[1518](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 34. 16 de Julho de 1975, pp. 2-4 e 7.

[1519](#) AHM.F.43.S.1.C.837.P13. Memorando COPLAD. 11 de Julho de 1975.

[1520](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 34. 16 de Julho de 1975, p. 5.

[1521](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do AC para PR. 11 de Julho de 1975.

[1522](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 50. Secreto. 10 de Julho de 1975, p. 1.

[1523](#) *Diário de Luanda*, 12 de Julho de 1975, p. 3.

[1524](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 50. Secreto. 10 de Julho de 1975, pp. 2-3 e 7.

[1525](#) *Idem*, pp. 7-8 e 10-11.

[1526](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 34. 16 de Julho de 1975, p. 8.

[1527](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33.CCPA. Reuniões, 11 de Julho de 1975.

[1528](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do AC para PR. 11 de Julho de 1975.

[1529](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 34. 16 de Julho de 1975, pp. 1-8.

[1530](#) *Diário Popular*. Carta aberta de Vasco Vieira de Almeida. 9 de Julho de 1975, p. 6.

[1531](#) Vasco Vieira de Almeida. Estudos Gerais da Arrábida. 1 Outubro 1998. ICS.AHS. FDP, pp.43, 31,38

[1532](#) Vasco Vieira de Almeida nos Estudos Gerais da Arrábida. 1 Outubro 1998. ICS.AHS. FDP, p. 39

[1533](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 33. 9 de Julho de 1975, p. 4.

[1534](#) Angola. Secret. July 14, 1975. <http://www.foia.cia.gov>

[1535](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 34. 16 de Julho de 1975, p. 2.

[1536](#) APSC. MSG. Do AC para PR. 12 de Julho de 1975.

[1537](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 56. Secreto. 12 de Julho de 1975, pp. 1-2.

[1538](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do AC para o director-geral de informação. 12 de Julho de 1975 pp. 1-3.

[1539](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 34. 16 de Julho de 1975, p. 8.

[1540](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND.Doc.67. Acta n.º 26. 12 de Julho de 1975, pp. 2-3 e 12.

[1541](#) *Idem*, p. 5.

[1542](#) *Idem*, pp. 6-7.

[1543](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 67. Acta n.º 26. 12 de Julho de 1975, pp. 7,9 e 10.

[1544](#) *Idem*, pp. 12-13.

[1545](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do AC para director-geral de Informação. 13 de Julho de 1975, p. 1.

[1546](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 34. 16 de Julho de 1975, p. 1.

[1547](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do AC para director-geral de Informação. 13 de Julho de 1975, pp. 3-4.

[1548](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 34. 16 de Julho de 1975, pp. 1-3.

[1549](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do AC para director-geral de Informação. 13 de Julho de 1975, pp. 2-3.

[1550](#) CD25A.UCF.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 58. Secreto. 13 de Julho de 1975.

[1551](#) APSC. MSG n.º 59. Do AC para PR. 13 Julho 1975

[1552](#) *Diário de Luanda*, 15 de Julho de 1975, p. 2.

[1553](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 34. 16 de Julho de 1975, p. 1.

[1554](#) *Diário de Luanda*, 15 de Julho, p. 2.

[1555](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1.CCPA. Comando Territorial de Salazar. 11 de Julho de 1975, p. 1.

[1556](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do AC para director-geral de Informação. 13 de Julho de 1975, p. 6.

[1557](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 34. 16 de Julho de 1975, p. 11.

[1558](#) *Idem*, pp. 6 e 9.

[1559](#) Piero Gleijeses (2011), «Havana's policy in Africa 1959-1976: New evidence from cuban archives» in *Cold War International History Project Bulletin*, p. 8.

[1560](#) *Idem*. Source: Andrés González Ballester (1989), «Estudio de la colaboración militar cubano-angolana, 1975-1976», Havana, Instituto de Relaciones Internacionales, p. 10.

[1561](#) <http://video.google.com/videoplay?docid=895946678208916397> *New Liberation Wars – Angola*. Stornoway Productions Inc. 1987.

[1562](#) Piero Gleijeses (2002), *ibidem*, p. 254.

[1563](#) *Idem, ibidem*, p. 276.

[1564](#) Odd Arne Westad, *ibidem* p. 230.

[1565](#) Piero Gleijeses (2002), *ibidem*, p. 276.

[1566](#) Odd Arne Westad, *ibidem*, p. 230.

[1567](#) Diary of E.I. Afanassenko. Memorandum of Conversation with President of the MPLA. Secret. 07/04/1975. TsKhSD, f. 5, op. 68, d. 1962, ll. 157-159. Collection Cold War. <http://www.wilsoncenter.org>

[1568](#) Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 38.

[1569](#) *Idem*, p. 45.

[1570](#) Vasco Vieira de Almeida. *Idem*. 1 de Outubro de 1998. ICS.AHS.FDP, p. 30.

[1571](#) Melo Antunes, em João Medina, *ibidem*. Memorando reunião com o MPLA. 14 de Julho 1975, pp. 206-210.

[1572](#) Marques Rocha, *ibidem*, p. 374.

[1573](#) Entrevista a Heitor Almendra. Lisboa, 9 de Setembro de 2011.

- [1574](#) Vlademiro Sousa, *ibidem*, p. 77-78.
- [1575](#) *Diário de Luanda*. 29 de Julho de 1975, p. 5.
- [1576](#) *Idem*. 30 de Julho de 1975, p. 5
- [1577](#) *Idem*, p. 2.
- [1578](#) «Luanda, 1044, August 1, 1975. Confidential.»
- [1579](#) *Diário de Luanda*. 1 de Agosto de 1975, p. 3.
- [1580](#) Melo Antunes, em João Medina, *ibidem*. Memorando reunião com o MPLA. 14 de Julho de 1975, pp. 214-215.
- [1581](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 36. Reunião com Melo Antunes. 14 de Julho de 1975, pp. 1-2.
- [1582](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 37. Reunião com Melo Antunes. 14 de Julho de 1975, pp. 2-3.
- [1583](#) *Idem*. Reunião do COPLAD, 14 de Julho de 1975, pp. 2-3.
- [1584](#) *Idem*, pp. 3-5,
- [1585](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 37. Reunião do COPLAD 14 de Julho de 1975, pp. 5-6.
- [1586](#) *Idem*, pp. 6-7.
- [1587](#) Melo Antunes, em Maria João Avillez (1994), *ibidem*, p. 28.
- [1588](#) FMS.P.02975.027. Secreto. Actas do Conselho da Revolução. 14 de Julho de 1975.
- [1589](#) Entrevista ao brigadeiro José Valente. Murtosa, 13 de Dezembro de 2011.
- [1590](#) «Portuguese Africa» in *Foreign Relations*, 1969-1976, Volume XXVIII, July 2011, pp. 276-280. July 14, 1975. Secret.
- [1591](#) *Diário de Luanda*. 18 de Julho de 1975, p. 2.
- [1592](#) «Lisbon, 3972, July 14, 1975.»
- [1593](#) *Diário de Luanda*. 4 de Fevereiro de 1975, p. 11.
- [1594](#) *Idem*. 15 de Fevereiro de 1975, p. 9.
- [1595](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CND. Doc. 69. Acta n.º 27. 17 de Julho de 1975, pp. 2-4.
- [1596](#) *Idem*, pp.4-5
- [1597](#) *Idem*, pp. 6 e 8.
- [1598](#) FMS.P.02975.028. Actas do Conselho da Revolução. Secreto. 17 de Julho de 1975.
- [1599](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do GMAC para MDN. 19 de Julho de 1975, p. 1.
- [1600](#) «Kinshasa, 6688, July 20, 1975. Secret.»
- [1601](#) «Kinshasa, 6877, July 24, 1975.»
- [1602](#) Odd Arne Westad *ibidem*, pp. 222 e 231-232.
- [1603](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 35. 23 de Julho de 1975, p. 10.
- [1604](#) *Idem*, pp. 6-7,

[1605](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.1. Do GMAC para MDN. 19 de Julho de 1975, p. 1.

[1606](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.1. Do GMAC para MDN. 19 de Julho de 1975, p. 2.

[1607](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. n.º 60. Secreto. Do AC para PR. 21 de Julho de 1975.

[1608](#) *Diário de Luanda*. 21 de Julho de 1975, pp. 2 e 5.

[1609](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG.n.º 60. Secreto. Do AC para PR. 21 de Julho de 1975.

[1610](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1.CCPA. Moção do Comando Territorial de Luanda. 19 de Julho de 1975.

[1611](#) APSC.CCFAA. 2.ª Repartição. R.I. n.º 35. 23 de Julho de 1975, p. 9.

[1612](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1.CCPA. Moção do Comando Territorial de Luanda. 19 de Julho de 1975.

[1613](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. Doc. 61. Do PR para AC. 21 de Julho de 1975.

[1614](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Carta do AC para PR. 21 de Julho de 1975, pp. 1-2.

[1615](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Carta do AC para PR. 21 de Julho de 1975, p. 3.

[1616](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38.Exclusivo/Secreto. N.º 65. 24 de Julho de 1975.

[1617](#) AHM.F.43.S.1.C.836.P.11. Muito Secreto. Do PR para AC. 24 de Julho de 1975.

[1618](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 36. 30 de Julho de 1975, pp. 2-4 e 9.

[1619](#) «Luanda, 967, July 24, 1975. Secret.»

[1620](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48.Telefonemas entre a CCPA e o Gabinete de Angola. 23 de Julho de 1975.

[1621](#) Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 151.

[1622](#) Silva Cardoso nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 151.

[1623](#) Entrevista ao coronel Gomes de Abreu. Amadora, 4 de Junho de 2012.

[1624](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. n.º 66. Secreto. Do AC para PR. 25 de Julho de 1975.

[1625](#) «Luanda, 967, July 24, 1975. Secret.»

[1626](#) Almendra e Passos Ramos. Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 147-148.

[1627](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 36. 30 de Julho de 1975, p. 2.

[1628](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 67. Secreto. Do AC para PR. 25 de Julho de 1975.

[1629](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. 24 de Julho de 1975.

[1630](#) *Idem*. Resumo de reunião. 26 de Julho de 1975.

[1631](#) AHM F.43.S.5.C.842.P.39. Muito Secreto. Do PR p/AC. 26 Julho 1975

[1632](#) Silva Cardoso nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS. FDP, p. 152.

[1633](#) AHM.F.43.S.1.C.836.P.11.Secreto. n.º 68. Do AC para PR. 27 de Julho de 1975.

[1634](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38. MSG n.º 72. Muito secreto. Do AC para PR. 30 de Julho de 1975.

[1635](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. CCPA. 1 de Agosto de 1975.

[1636](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38.MSG. n.º 74. 30 de Julho de 1975.

[1637](#) FMS. P.02975.030. Secreto. Actas do Conselho da Revolução. 30 de Julho de 1975.

[1638](#) Paulo Moura (2012), *Otelo, o Revolucionário*, Alfragide, Dom Quixote, pp. 277-279.

[1639](#) <http://blogdangola.blogspot.com/2010/06/os-exilados-de-cuba-e-o-reinventar-da.html> Juan Benemelis, 7 Junho de 2010, p. 9.

[1640](#) Paulo Moura (2012), *ibidem*, pp. 277-279.

[1641](#) <http://www.granma.cu/portugues/2005/noviembre/juev3/45carlota.html>. Gabriel García Márquez. Operação Carlota. 2 Noviembre 2005.

[1642](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, p. 254.

[1643](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. 27 de Julho de 1975.

[1644](#) *Diário de Luanda*. 30 de Julho de 1975, p. 3.

[1645](#) «Luanda, 1044, August 1, 1975. Confidential.»

[1646](#) *Diário de Luanda*. 21 de Julho de 1975, p. 5. 22 de Julho de 1975, p. 3.

[1647](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-IV.Doc.20. Confidencial. Relatório. Abandono do quartel de Malange. 9 de Agosto de 1975, p.1.

[1648](#) *Idem*, pp. 2-3.

[1649](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-IV.Doc.20. Abandono de Malange. 9 de Agosto de 1975, pp. 3-4.

[1650](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. 27 de Julho de 1975.

[1651](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 36. 30 de Julho de 1975, p. 4.

[1652](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. 29 de Julho de 1975.

[1653](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 36. 30 de Julho de 1975.

[1654](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-IV.Doc.20. Abandono de Malange. 9 de Agosto de 1975, p. 5.

[1655](#) *Idem*, pp. 5-6.

[1656](#) *Idem*, pp. 7-9.

[1657](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 36. 30 de Julho de 1975, pp. 3-5.

[1658](#) «Luanda, 1044, August 1, 1975. Confidential.»

[1659](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. 27 de Julho de 1975.

[1660](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 36. 30 de Julho de 1975, pp. 3-5.

[1661](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. 31 de Julho de 1975.

[1662](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. Manuscrito. Capitão Morgado. 1 de Agosto de 1975, p. 1.

[1663](#) Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 53-54.

[1664](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. Manuscrito. Capitão Morgado. 1 de Agosto de 1975, pp. 1-2.

[1665](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. Manuscrito. Capitão Morgado. 1 de Agosto de 1975, pp. 3-4.

[1666](#) Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS. FDP, pp. 174-176.

[1667](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. 29 de Julho de 1975.

[1668](#) *Idem*. 30 de Julho de 1975.

[1669](#) Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 41.

[1670](#) «Luanda, 1017, July 29, 1975. Secret.»

[1671](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29.R.I. n.º 36. 30 de Julho de 1975, pp. 6-7.

[1672](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. Relatório do capitão Morgado. 1 de Agosto de 1975.

[1673](#) APSC. MSG n.º 69. Secreto. Do AC para PR. 28 de Julho de 1975.

[1674](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 36. 30 de Julho de 1975, p. 8.

[1675](#) AHM.F.43.S.1.C.836.P.11. Secreto. N.º 183/GC. Do gabinete do CEMGFA para AC. 29 de Julho de 1975.

[1676](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38.MSG. n.º 71. Exclusivo/Muito secreto. Do AC para PR. 30 de Julho de 1975.

[1677](#) APSC. MSG n.º 69. Secreto. Do AC para PR. 28 de Julho de 1975.

[1678](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38.MSG n.º 71. Exclusivo/Muito secreto. Do AC para PR. 30 de Julho de 1975.

[1679](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 36. 30 de Julho de 1975, pp. 6-7.

[1680](#) APSC. MSG n.º 70. Secreto. Do AC para PR. 28 de Julho de 1975.

[1681](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38. MSG n.º 71. Exclusivo/Muito secreto. Do AC para PR. 30 de Julho de 1975.

[1682](#) *Diário de Luanda*. 28 de Julho de 1975, p. 3.

[1683](#) APSC. MSG n.º 70. Secreto. Do AC para PR. 28 de Julho de 1975.

[1684](#) Melo Antunes os Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FPD, p. 42.

[1685](#) FMS. P.02975.030. Secreto. Actas do Conselho da Revolução. 30 de Julho de 1975.

[1686](#) Integravam a Comissão de Conciliação Uganda, Gana, Guiné, Líbia, Nigéria, Marrocos e Somália.

[1687](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 37. 6 de Agosto de 1975, p. 1.

[1688](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-VI.Doc.12. Missão Kampala. 28 de Julho a 1 de Agosto de 1975, pp. 3-4.

[1689](#) *Idem*, pp. 7-1.

5. AO LADO DO MPLA

Apoios progressistas

Quando chegaram a Luanda, os conselheiros da Revolução (Rosa Coutinho, Carlos Fabião e Canto e Castro) reuniram com os comandos militares de Luanda. O Almirante expôs a situação: a coluna do ELNA estava no Caxito e tinha de se sustentar o seu avanço na sequência do que fora acordado na reunião com o MNE em 14 de Julho.¹⁶⁹⁰ Almendra confirma: «*Queria que defendêssemos Luanda ao lado do MPLA. Não aceitámos tal orientação.*» Fabião perguntou-lhe o que faria «se os criminosos da FNLA entrassem por Luanda dentro». «A FNLA tinha igual direito ao MPLA de permanecer em Luanda conforme estipulava o Acordo do Alvor», respondeu¹⁶⁹¹. «*Insinuaram que as FAP se pusessem ao lado do MPLA. O MPLA estava aflitíssimo pelo que o Onambua me contava. Tentaram, insinuaram que a gente, enfim, desse um jeitinho naquilo. Mas muito claramente disse que não fazia isso.*»¹⁶⁹² A participação da Força Aérea era fundamental, mesmo que depois viesse a Polícia Militar com os Dragões e os Comandos, as únicas forças com experiência em operações do género. O Almirante pretendia saber desde logo se a Força Aérea o faria. A decisão fora tomada pelo CR, com o aval do presidente da República. José Valente pretendia que a ordem lhe fosse transmitida por escrito por Costa Gomes. Ao colocar em causa a palavra de Rosa Coutinho, ditou o fim de uma amizade de 30 anos e a sua exoneração do cargo.

A tropa portuguesa cumpriria a missão ordenada de forma leal e eficiente, como disse anos depois Melo Antunes: «*O rechaçar dessa coluna vinda do Norte foi feito fundamentalmente por tropas portuguesas que receberam ordens concretas, claras e precisas e as cumpriram sem pestanejar.*»¹⁶⁹³ Quando Luanda estava «já ameaçada a norte pelas forças da FNLA e seus aliados», o MNE deu «instruções precisas, logo confirmadas pelo presidente da República, para que as forças portuguesas defendessem a todo o custo a cidade». Mesmo que significasse ficar ao lado do MPLA. Seria o mal menor. «*Analísada exhaustivamente a situação, tanto nos seus aspectos políticos como militares, as decisões foram tomadas com inteira consciência de que, objectivamente, naquele momento, se fazia o jogo do MPLA.*»¹⁶⁹⁴

O Alto-Comissário embarcou para Lisboa no dia 2 de Agosto. Carlucci reportava que, com a substituição de Silva Cardoso e a reentrada em cena do “Almirante vermelho”, tinha sido dada a estocada final na neutralidade em Angola. A deslocação do «esquerdista» a Luanda era a prova que o governo português decidira ficar ao lado do MPLA. Acreditava que a destituição do General estaria relacionada com o encontro da véspera (em Lisboa) entre o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho, Otelio Saraiva de Carvalho e Henrique Santos (Onambua), que pedira insistentemente o afastamento do General¹⁶⁹⁵.

Em Luanda, os três conselheiros da Revolução reuniram-se em separado com os dirigentes angolanos. Savimbi delegou a missão em N’Dele, Neto disse esperar que Portugal apoiasse o MPLA na batalha que se avizinhava, e Johnny Eduardo não apareceu: «recusou-se a falar com a parte portuguesa»¹⁶⁹⁶. Holden escrevera a Costa Gomes condenando a ida a Luanda de Rosa Coutinho. Portugal tomar partido por um dos lados levaria «à escalada de violência e à perda inútil de mais vidas humanas de

inocentes»¹⁶⁹⁷. No encontro, N'Dele pediu explicações sobre a saída de Silva Cardoso perante o silêncio de Neto. Não se pronunciou nem era necessário, como sublinhava a CCPA: «*Várias vezes, o próprio presidente Agostinho Neto manifestou a falta de confiança no representante português e exigiu a sua destituição.*»¹⁶⁹⁸ Em Lisboa, Silva Cardoso reuniu-se cerca de três horas com o chefe de Estado. No final Costa Gomes perguntou-lhe o que iria fazer. «Passar à reserva», disse. «Acho bem»¹⁶⁹⁹. O exonerado não achava. Saiu de rompante da sala e esbarrou com os jornalistas, aos quais disse ter os ouvidos cheios de «discursos e de comunicados demagógicos» em prol do povo angolano, que estava a sofrer e a morrer. Já não acreditava «nos homens, principalmente nos políticos»¹⁷⁰⁰.

Nesse dia, a comitiva do CR regressou a Lisboa. Na véspera, chegara a Luanda a delegação cubana (chefiada por Argüelles) que tinha aguardado uma semana na capital Portuguesa. Na reunião com a direcção do MPLA e o Estado-Maior das FAPLA, Argüelles entregou a Agostinho Neto os 100.000 dólares pedidos seis meses antes. «*Os angolanos queixaram-se da parca ajuda prestada pelos países socialistas, alegando que se estes não ajudassem mais ninguém o faria; enquanto os imperialistas da FNLA eram ajudados por Mobutu de todas as formas possíveis.*» Embora a URSS lhes enviasse armas, disponibilizava um montante insuficiente dada a enormidade das necessidades, pois em Angola travava-se uma luta entre dois sistemas (o imperialista e o socialista). O oficial cubano concordou. Haveria uma nova reunião para ultimar calendários, quantidades e outros pormenores.

Concluía Argüelles que a população pró-MPLA «estava organizada e pronta para combater, mas não tinha armas, nem comida, roupas ou géneros básicos». Deveria ser auxiliada para resistir às forças reaccionárias e imperialistas¹⁷⁰¹. Neto também pedia no mínimo 100 instrutores militares e pretendia receber armas, uniformes e comida para os recrutas. O oficial propôs que lhe fossem enviados 65 oficiais, 29 subalternos e soldados, num total de 94 camaradas. Tom Killoran soube da presença dos cubanos em Luanda na manhã de 3 de Agosto: «*Oito cubanos tinham sido transportados para o Hotel Continental por dois mestiços angolanos que disseram na recepção tratarem-se de cidadãos cubanos recém-chegados à cidade, aos quais deveriam ser concedidas acomodações “como convidados de Angola”.*» Os convidados (um negro e sete brancos) provinham de Lisboa, deveriam ter entre 30 a 35 anos e pelas roupas não pareciam militares. Dois dias depois os cubanos (portadores de passaporte vermelho) deixaram o hotel. Quando o cônsul-geral perguntou ao Ministro da Informação o que faziam aqueles cubanos em Luanda, Manuel Rui Monteiro disse-lhe serem jornalistas¹⁷⁰².

A comitiva regressou a Havana em 8 de Agosto comunicando a Fidel Castro que, se a África do Sul e o Zaire entrassem em Angola, os instrutores cubanos ou combatiam ao lado do MPLA ou retiravam para a Zâmbia, onde deveria urgentemente abrir uma embaixada cubana. O plano de Argüelles previa o envio de 480 instrutores cubanos (quase o quádruplo da quantidade solicitada pelo presidente do MPLA) para quatro CIR, onde iriam treinar 5.300 angolanos durante três a seis meses. Nesses 180 dias, Havana fornecia o armamento bem como a alimentação, roupas, equipamentos de campismo, artigos de higiene pessoal, medicamentos e roupa de cama. Os CIR deveriam estar operacionais em meados de Outubro¹⁷⁰³. O relatório foi redigido em 11 de Agosto. Cinco dias depois, Fidel Castro enviou uma mensagem ao homólogo soviético defendendo o aumento do apoio ao MPLA e a infiltração de tropas especiais cubanas em Angola. O Estado-Maior cubano elaborara um detalhado plano de transporte das tropas para Luanda e para o Congo e como deveriam ser usadas no terreno. Fidel pedia transporte aéreo para os deslocar e a colaboração dos oficiais russos no planeamento das operações militares¹⁷⁰⁴.

Em Angola, o comandante Orleg das FAPLA pedira para usar a Base Aérea da Lunda para «reabastecimento urgente». O MPLA dominava o distrito e era «praticamente o único Movimento existente», uma vez que a FNLA tinha sido erradicada e a UNITA tinha pouca representatividade. Se o Zaire invadisse «dado o pequeno efectivo das Nossas Tropas», justificava o comandante da base, a

resistência caberia às FAPLA que eram também «a força de cobertura dos refugiados catangueses». Como existiam «boas relações» com o MPLA, o Comando Territorial era favorável ao pedido, mas «dada a delicadeza do assunto» teriam de ser tomadas «medidas muito discretas de segurança e diversão de modo a que não seja detectada a natureza da carga por pessoas estranhas»¹⁷⁰⁵. A base ainda estava a ser utilizada pela Força Aérea, mas quando esta saísse (o que aconteceria em breve) não haveria «qualquer dificuldade na utilização da pista por parte do MPLA». Até lá as FAPLA poderiam utilizar outros campos no distrito capacitados para «aviões de tonelagem razoável»¹⁷⁰⁶.

O Alto-Comissário interino pedia, entretanto, a Lisboa que fossem «confirmados os novos aspectos do processo de descolonização logo que ratificados»¹⁷⁰⁷. Já tinha transmitido às unidades as instruções comunicadas em Luanda pelo almirante Rosa Coutinho e pelo CEME, Carlos Fabião: «A CCPA, em virtude da nova orientação transmitida por membros do Conselho da Revolução na sua visita a Angola, difundiu uma directiva às FAP em Angola determinando oposição pela força, se necessário, a quaisquer forças ou organismos dos Movimentos que pretendam entrar em Luanda.» «Dada a importância e a gravidade da decisão tomada, com consequências imprevisíveis», Ferreira de Macedo requeria o envio de «uma directiva clara e objectiva, uma carta de comando», definindo a missão das FAP em Angola, por a anterior se reportar ao Acordo do Alvor «já denunciado»¹⁷⁰⁸.

Suspeitando que Silva Cardoso não regressaria a Luanda, FNLA e UNITA condenaram o seu afastamento «por este se ter revestido de aspectos obscuros» e não terem «sido previamente consultados». Tratara-se de «um acto unilateral» que violava o Acordo do Alvor, alegaram. Exigiam que Ferreira de Macedo assumisse funções temporariamente antes de ser nomeado um Alto-Comissário com a «prévia consulta» aos Movimentos, como (verbalmente) fora prometido na Penina¹⁷⁰⁹. Savimbi anunciou que não teria mais contactos com as autoridades portuguesas: N'Dele seria o seu interlocutor. Os seus governantes poderiam «despachar assuntos correntes», mas não participariam no Conselho de Ministros. À reunião daquele dia só tinham comparecido os ministros portugueses, escrevia o General. O MPLA reconheceu publicamente o fim do governo de transição e a FNLA também o ia abandonar¹⁷¹⁰. «O Governo está neste momento completamente impossibilitado de funcionar, uma vez que a função legislativa só pode ser exercida em Conselho de Ministros e há a recusa da participação da UNITA para a sua convocação. Igualmente a CND se encontra totalmente paralisada por falta de comparência dos seus membros, excepto da parte portuguesa.»¹⁷¹¹ O MPLA recusava ficar no governo com a FNLA, mas não renunciava «às suas responsabilidades governativas». Para Lopo do Nascimento, Lisboa deveria convencer Savimbi a integrar um novo executivo com alguns portugueses, condenando a FNLA e arcando com as consequências militares dessa decisão¹⁷¹².

No distrito do Zaire as FAP encontravam-se literalmente sitiadas. As instalações navais de Santo António do Zaire (ocupadas por uma companhia de Caçadores e um pelotão de Fuzileiros) estavam «rodeadas por todos os lados e a curta distância por forças do ELNA estimadas em 800 homens com armas pesadas», que dominavam a cidade, os quartéis e o canal de acesso ao porto. O ELNA poderia «reforçar-se rapidamente com mais cerca de 1.000 homens instalados nas imediações», encontrando-se a capacidade de reacção dos portugueses condicionada «pela presença de cerca de 4.000 refugiados junto das instalações». «Altamente perigosa e insustentável», assim era descrita a situação. Os militares portugueses estavam «sem condições de defesa e sujeitos a uma enorme tensão pela atitude de constante alerta do ELNA» que receava a qualquer momento «um desembarque do MPLA de apoio às forças nacionais». A única forma de manter a cidade seria com um rápido e numeroso reforço de tropas que ocupassem o aeroporto situado a dois quilómetros, principal objectivo da missão ordenada por Lisboa para «permitir o apoio aéreo a Cabinda». «Só com um efectivo numeroso e o ELNA fora da cidade e arredores do aeroporto será possível garantir a indispensável segurança deste, bem como assegurar

a força dissuasora capaz de fazer face a um ataque ou retaliação, muito possível quando a FNLA tiver provas mais concretas da parcialidade da nossa neutralidade.» O envio de mais forças exigiria, além de «um grande e prolongado esforço», a instalação da tropa portuguesa em barracas por o antigo quartel (atribuído ao ELNA) «não dispor de condições mínimas de habitabilidade».

O apoio aéreo a Cabinda, «embora fosse sempre útil», não era essencial, como lhe referira o comandante territorial do distrito e, por isso, Macedo considerava urgente retirar de Santo António do Zaire, onde poderia permanecer uma fragata: *«Face ao risco de provocar uma confrontação armada com pesados encargos logísticos para reimplantar o dispositivo em Santo António do Zaire já praticamente desactivado, é opinião geral dos comandos de todos os níveis [...] que a única solução que neste momento se apresenta realística é a retirada das FAP.»* Solicitava «a maior urgência, visto considerar-se o pessoal sujeito a um grave risco»¹⁷¹³. Tal como a proposta feita por Silva Cardoso também esta foi indeferida. Mantinham-se «as determinações anteriores»: as FAP ficariam em Santo António do Zaire, ordenou o CEMGFA, por causa de Cabinda, onde desde o primeiro dia de Agosto se acentuara o «clima de grande tensão com atritos ligeiros» entre as FAPLA e a tropa portuguesa. O MPLA tomara os correios, o porto e a emissora que se comprometiam a devolver às FAP, excepto o aeroporto. Controlavam já todo o distrito do Cuanza Norte, excepto o Nordeste. Quase todo o distrito de Malange (menos o Norte) e a totalidade do distrito da Lunda. Tinham derrotado o ELNA no Luso (capital do Moxico) e atacado a UNITA em Cassamba, continuando a disputar o Lobito e Benguela. O número de mortos era muito elevado, mas apenas em Malange existia o risco de epidemia «devido à grande quantidade de corpos insepultos». As FAPLA teriam reconquistado a Barra do Dande, mas o ELNA dominava o Caxito¹⁷¹⁴.

Em alerta quanto a um possível arranque do ELNA em direcção a Luanda, às 00h30 de 7 de Agosto, o destacamento português no Quifangondo soube (através das FAPLA) que na frente de combate «havia muitos rebentamentos e viaturas blindadas do ELNA». Os adversários teriam «atacado em dois pontos» e «rompido a ponte do Dange». Para lhes barrar o caminho, as unidades portuguesas montaram «um dispositivo de defesa no rio Bengo», com ordem para se deslocarem «a fim de se aproximarem das posições» de combate. Ao verificar-se que «a ameaça não tinha a importância que inicialmente lhe foi atribuída» recolheram aos quartéis. Iria dizer-se à FNLA que a operação tinha sido «um exercício de treino operacional». Ferreira de Macedo estabelecera já «conversações com os Movimentos para desmilitarizar Luanda, por entender que a barragem das FAP ao ELNA só seria considerada legítima se retirassem os seus arsenais da capital: *«Esta seria a única forma de justificar aos olhos do mundo e às Nossas Forças, a missão atribuída às FAP de opor-se à entrada do ELNA, e de diminuir o risco para as Nossas Tropas em Santo António do Zaire e para os brancos dos distritos do Uíge e Zaire, cuja saída está impedida pela FNLA.»*

Após a saída dos ministros da UNITA, Johnny Eduardo deixara também o Colégio Presidencial que não podia «funcionar legalmente». A situação económica era «desesperada». A qualquer momento poderiam acabar os combustíveis, o fornecimento de energia eléctrica e os alimentos essenciais, pois as actividades industriais da zona de Luanda estavam «praticamente já todas paradas». Havia um «total descontrolo em todo o território» e a situação militar era «muito delicada». Face à «ausência de instruções», o General referia que, se fosse autorizado, ameaçaria os Movimentos com a denúncia do Alvor e responsabilizá-los-ia pelo «impasse político e colapso económico e social»¹⁷¹⁵. O estrategema a que tantas vezes o antecessor recorrera.

No CR, Rosa Coutinho defendeu que as FAP deveriam ficar apenas em Cabinda, Luanda, Lobito, Benguela, Nova Lisboa, Moçâmedes e Sá da Bandeira que passariam a ser zonas livres de armas¹⁷¹⁶. Santo António do Zaire deveria ser mantido como ponto de apoio a Cabinda¹⁷¹⁷. Para a estratégia não

ser prejudicada, os chefes dos três ramos em Angola que tinham alinhado com Silva Cardoso teriam de deixar os cargos: «*A solução do problema passa pela substituição imediata do Alto-Comissário em Angola e dos três comandantes militares, que deve ser feita já esta semana.*»¹⁷¹⁸ O futuro Alto-Comissário deveria ser alguém que não se opusesse à nova linha de actuação. Cardoso Fontão (governador e comandante-chefe de Cabinda desde Dezembro de 1974) foi convidado por Costa Gomes¹⁷¹⁹, mas era necessário no enclave.

O MPLA prosseguia a ofensiva iniciada em Junho. Na alvorada de 7 de Agosto, as FAPLA atacaram a delegação da UNITA na Avenida dos Combatentes: os efectivos das FALA abandonaram ao longo do dia todas as instalações na capital e tinham-se recolhido junto do Exército português, de onde seriam evacuados para o Luso e Nova Lisboa: «*Logo que se efective a evacuação pretendida, ficam unicamente no terreno as forças do MPLA. Verifica-se deste modo que nas últimas horas se materializou um aumento do contencioso entre o MPLA e a UNITA, que se traduz necessariamente como mais um factor de agravamento a juntar a tantos outros que têm afectado a descolonização de Angola.*»¹⁷²⁰ Atacada em Luanda, a UNITA mostrava-se «disposta a voltar à luta armada»¹⁷²¹. Savimbi mandara retirar o seu pessoal político e militar da capital. Ordenara também a retirada das FALA para o sul e pediu à Marinha e à Força Aérea que evacuassem todos os seus militares e apoiantes ainda em Carmona, Cabinda e Santo António do Zaire¹⁷²². No dia 8, Ferreira de Macedo teve acesso à declaração que um membro do MPLA iria levar a Lisboa, evocando que, por violar o Alvor e os direitos humanos, a FNLA perdera «o direito de participar no governo de transição».

Na madrugada seguinte, as FAPLA invadiram o Bairro do Saneamento e foi a FNLA que pediu a evacuação de Luanda do seu pessoal civil e militar. Nesse dia foram retirados 500 homens do ELNA para Ambrizete¹⁷²³. Em comunicado, Macedo justificava que podendo cada ministro angolano ter quatro militares à porta de casa, após as últimas confrontações ocorrera «uma enorme afluência de militares do ELNA ao Bairro do Saneamento» que transformara as residências dos governantes da FNLA «em autênticos quartéis». Decidira, por isso, entregar a segurança às FAP, tendo os 50 soldados do ELNA que lá se encontravam sido evacuados por via marítima, para norte¹⁷²⁴. O ELNA continuava a resistir no seu último reduto, embora continuamente fustigado por acções de fogo. Os militares do ELNA estavam sitiados, sem mantimentos e desejosos de se renderem, mas (segundo uma mensagem interceptada), no dia 10 de Agosto, Holden Roberto ordenou aos seus homens que não saíssem da Fortaleza porque «seria um erro gravíssimo evacuar» quando se preparava «o assalto final» a Luanda. Macedo prometia pressionar a evacuação¹⁷²⁵ e a rendição consumou-se. Até 13 de Agosto saíam, por via aérea e marítima, os cerca de 1.000 militares do ELNA que ainda estavam em Luanda¹⁷²⁶. «*No dia 11 procedeu-se à evacuação de 450 homens da Fortaleza que foi imediatamente ocupada por forças do Exército português.*» Nos dois dias seguintes seriam evacuadas as forças do ELNA que estavam no Grafanil¹⁷²⁷. Quando as unidades do COPLAD entraram na Fortaleza encontraram cadáveres em decomposição, cerca de 50, que foram removidos e transportados pela Polícia Militar até valas abertas nos arredores da cidade, onde foram sepultados¹⁷²⁸.

Após as deliberações do CR de 8 de Agosto (na véspera do ataque ao Bairro do Saneamento), o MPLA respondeu ao presidente da OUA «não ser favorável nem aconselhável» a ida a Angola da Comissão de Conciliação¹⁷²⁹. A UNITA já a aceitava, Savimbi anunciando que (embora fosse «uma mudança radical na sua atitude política») apoiava a visita «da comissão de bons ofícios da OUA»¹⁷³⁰. O Conselho Económico cessara a actividade «face à inoperância do governo», que não reunia há dois meses. Se fosse declarada «a sua impossibilidade de sobreviver» estaria consumada «a denúncia indirecta dos Acordos do Alvor» e criar-se-ia «um vazio» de Poder perante o qual Portugal teria de tomar posição, alertava Ferreira de Macedo¹⁷³¹.

No pormenorizado relatório de 55 páginas sobre a situação económica do país, Vieira de Almeida apontava o manifesto desinteresse dos governantes angolanos: «Das quase duas dezenas de reuniões do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos que se realizaram, o ministro das Finanças compareceu a três ou quatro, nem sempre assistindo a toda a reunião. [...] Não se encontra um ministro no seu gabinete. Por razões de segurança, os membros do governo trabalham (?) em casa, não dando morada nem número de telefone. [...] Todos são ameaçados de rapto, assassinato ou ataque físico. Alguns foram mesmo agredidos ou alvejados a tiro. Ninguém despacha assuntos, mesmo os correntes, nem recebe pessoas.»

Nos casos de corrupção destacava o de um secretário de Estado que redigira um projecto de decreto que praticamente eliminava «a importação de vinhos portugueses, substituindo-os por outros de origem italiana (quatro milhões de litros)». O Ministro da Saúde (FNLA) levantara do Banco de Angola «100.000 contos em notas», nunca tendo dado «conta da utilização que deles tinha feito». O da Agricultura (também FNLA) visitara empresas siderúrgicas no estrangeiro, com as quais «negociou sem conhecimento do governo» e autonegara-se «director-geral de quase todos os organismos dependentes do seu ministério» para «acumular sete ou oito vencimentos». Desde Março que se tentaram criar as comissões paritárias mistas. «Nada foi feito e, o que é mais grave, creio que já não haverá possibilidade de abrir diálogo sobre o contencioso Portugal-Angola antes da data da independência. E correm-se fortes riscos de esse diálogo não poder, depois disso, jamais lugar.» O valor da dívida de Angola a Portugal deveria ultrapassar os 21 milhões de contos: «Além destes valores que representam desembolsos directos de Portugal, haverá que juntar as participações financeiras do Estado português em Angola, que, se forem perdidas sem qualquer indemnização, representam um valor que, numa estimativa grosseira, (participações em bancos, seguradoras, empresas mineiras, etc.) se supõe rondar os 20 milhões de contos. Assim, o total dos valores não recebidos subiria a cerca de 40 milhões de contos.»¹⁷³² O governo ficara «reduzido ao MPLA e à parte portuguesa». Tinha sido dado «o golpe de misericórdia no edifício estruturado pelos acordos do Alvor»¹⁷³³.

Dois dias depois, o novo MNE Mário Ruivo reconhecia oficialmente o óbito do Acordo. Portugal adoptava «medidas excepcionais»: «a proclamação do estado de emergência e a criação de uma Junta Governativa» que substituísse o defunto governo de transição¹⁷³⁴. Ferreira de Macedo assumiria o Poder até à independência e as funções do Colégio Presidencial. Os ministros do MPLA deveriam «limitar as suas portarias e despachos ao mínimo indispensável» e somente em «assuntos correntes de extrema urgência»¹⁷³⁵. No dia seguinte Lopo do Nascimento protestou: os governantes do MPLA tinham-se mantido «nos seus postos apesar do boicote da FNLA e da UNITA», por isso, o MPLA não abdicaria do «exercício da função governativa»¹⁷³⁶. «Por três vezes» lhes comunicara que exerceria as competências do Colégio Presidencial (queixou-se Ferreira de Macedo a Costa Gomes), mas Lopo do Nascimento não o aceitava e disse que o MPLA se oporia frontalmente se a solução fosse imposta por Lisboa¹⁷³⁷. Em Kinshasa, Johnny Eduardo também se declarou contra as valências atribuídas ao Alto-Comissário interino: Portugal não poderia extinguir o governo porque Alvor não autorizava a sua substituição em caso de incapacidade¹⁷³⁸.

Deslocados em fuga

Contrariamente ao que foi estabelecido, os secretários de Estado do MPLA assumiram funções ministeriais e assinavam diplomas sem respeitar a restrição imposta pelo decreto-lei de 14 de Agosto¹⁷³⁹. E até se mostravam «bastante activos»: o secretário de Estado do Trabalho assumira a gestão de todos os departamentos. O Ministro das Finanças Sayd Mingas suspendera «os pedidos de

exportação de viaturas até ser dado seguimento aos requerimentos já recebidos e introduziu várias restrições à exportação das mesmas»: só poderia sair uma viatura por agregado familiar e nenhuma carrinha (de caixa aberta ou fechada) com menos de 15 anos¹⁷⁴⁰. Justificando o despacho com os abusos ocorridos: «*A Alfândega de Luanda tem vindo a detectar numerosos casos de tentativas de fraude na exportação de automóveis para Portugal. O oportunismo de alguns dos elementos que estão a abandonar o país vai ao ponto de falsificarem letras, de apresentarem registos de propriedade com datas rasuradas, livretes assinados sem selo branco e até de exportarem mais de um veículo, em contravenção ao disposto no despacho de 31 de Janeiro.*»

Haveria também um controlo mais apertado às remessas para a Metrópole, por terem sido «encontradas dentro de algumas bagagens sanitas, garrafas de gás e outros objectos, cuja saída» não era conveniente ao país por não serem bens de primeira necessidade. Estava suspenso o armazenamento de bagagens no porto de Luanda e seria «obrigatória a verificação aduaneira rigorosa de todas as bagagens e mercadorias com destino ao exterior»¹⁷⁴¹. As FAP reconheciam que alguns brancos se excediam nos bens que pretendiam levar para a Metrópole, mas era compreensível: «*Evidentemente que se têm verificado alguns exageros quanto a toda a espécie de objectos que esses desalojados se propõem transportar e que só podem ser explicáveis pela ânsia em minorar um pouco a sua situação de pessoas que, de um momento para o outro, se viram privadas de qualquer possibilidade de continuarem aqui a sua vida normal, deixando muito do produto do seu trabalho de vários anos.*»¹⁷⁴²

O mesmo ministro criara a Comissão Coordenadora da Actividade Bancária que, na prática, se traduzia «no controlo da banca privada», o que revelava «a intenção de o MPLA não se cingir às funções que o decreto» atribuía aos ministros em exercício¹⁷⁴³. Desde o início de Agosto que em todos os centros urbanos eram «desesperantes as pressões» dos clientes junto dos Bancos, «para obterem liquidações antecipadas dos depósitos a prazo». «*Nalgumas praças iniciou-se a corrida ao levantamento dos depósitos à ordem, estando iminente a sua generalização. No interior, por onde passaram as caravanas de desalojados, principalmente oriundos de Dalatando, Malange, Cuanza Sul, estabeleceu-se um princípio de pânico entre os titulares de contas de depósito. Em Luanda, também já é notório o desassossego entre os titulares deste tipo de depósito.*»¹⁷⁴⁴

Este era «o único ministério» que tomava «decisões importantes [...] fundamentalmente sobre restrições de levantamentos bancários e orientações tendentes a disciplinar a circulação em moeda de Angola». Em meados de Agosto, Mingas assinou o decreto que limitava os levantamentos de depósitos bancários a 20 contos por mês em vez dos 15 contos semanais permitidos. Era ainda imposto um limite de cinco contos (ou o equivalente noutra moeda estrangeira) a quem deixasse Angola e passava a ser interdita a saída de moeda angolana do país e ou de lotaria premiada¹⁷⁴⁵. As medidas anunciadas foram consideradas extremamente exageradas» pelas FAP: «*Em relação ao limite mensal de 20.000\$00 que passa a vigorar para os levantamentos a partir de 1 de Setembro, não é difícil imaginar os prejuízos que vem trazer a quem confiou as suas economias aos Bancos e tem necessidade de os levantar, inclusivamente para se preparar para partir. Perante esta situação, agravada por uma certa renitência dos trabalhadores dos portos de Angola em carregarem as bagagens dos desalojados, fruto da intensa propaganda sobre eles exercida, torna-se cada vez mais premente que se tente encontrar [...] uma solução que, salvaguardando os legítimos interesses de Angola, assegure paralelamente aos portugueses que se propõem abandoná-la um mínimo de possibilidades de poderem refazer a sua vida em Portugal ou em quaisquer outros destinos.*»¹⁷⁴⁶ Esta tinha sido mais uma restrição a somar à impossibilidade de envio para a Metrópole do montante mensal a que tinham direito durante a administração colonial: «*Uma grande parte dos técnicos que tem saído ultimamente fazem-no por nunca terem podido enviar às suas famílias em Portugal as mesadas que por lei*

*estavam autorizados a transferir.»*¹⁷⁴⁷

Na esfera político-militar, os dois Movimentos contestavam a desmilitarização de Luanda. Para Johnny Eduardo, «pela simples e boa razão que Portugal não possuía nem força nem meios, nem sobretudo vontade de fazê-lo», disse. O novo inquilino do Palácio servia «os interesses do MPLA, ou melhor, os interesses dos seus amigos», dizia, pois ao retirar todos os guarda-costas da FNLA obrigara os ministros a fugir, acusou. E seria bom a tropa portuguesa não impedir o «assalto final» da FNLA: iriam a Luanda, que era a única parcela de Angola ainda na posse do MPLA¹⁷⁴⁸. Ferreira de Macedo estava inquieto com a junção de forças FNLA/UNITA, estando as FAP incumbidas de sustentar o avanço do ELNA. Se a aliança se confirmasse seria difícil cumprir tal ordem: *«Intensificando-se indícios da aliança entre a UNITA e a FNLA, confirmada por informações em nosso poder, tornaria ainda mais delicada a nossa atitude para com o MPLA e a FNLA, da forma que foi definida pelo Conselho Socialista da Revolução.»*¹⁷⁴⁹

No Caxito continuavam os avanços e recuos de ambas as forças. Em 13 de Agosto, o ELNA controlava a Barra do Dande e a ponte tinha sido «reconstruída». Mantinha duas ou três colunas militares na margem norte do rio e um grupo a sul na estrada para Cacucaco. A frente das FAPLA recuava para sul da picada da Barra do Dande-Quifangondo. Em Cabinda, as FAPLA dominavam militarmente o distrito e os principais pontos estratégicos. Tinham forçado a saída da UNITA do quartel de Yabe, cujos efectivos aguardavam no quartel português transporte para sair do enclave, mas só permitiam que saíssem se deixassem as armas e se fossem libertados dois dirigentes seus em Nova Lisboa¹⁷⁵⁰. Foram evacuados 200, ficando retidos os principais responsáveis¹⁷⁵¹. O MPLA dominava ainda o Uíge. No Cuanza Sul controlava Novo Redondo, Porto Amboim e Gabela, enquanto a UNITA e a FNLA dominavam a área rural do distrito, o mesmo sucedendo em Benguela¹⁷⁵².

Como uma metátese, a guerra espalhava-se velozmente por todos os distritos. O que mais o preocupava, escrevia Ferreira de Macedo, da situação angolana eram «as centenas de milhares de desalojados a evacuar urgentemente, cuja presença e estado de espírito» limitavam grandemente a capacidade de acção das FAP¹⁷⁵³. *«Quase se pode dizer que é hoje rara a cidade ou vila em que os habitantes não tenham vivido horas de pânico e sido obrigados a procurar refúgio noutros locais, muitas vezes sem pensarem que também aí a insegurança se pode instalar de um momento para o outro. Aconteceu com os incidentes na Gabela, Porto Amboim e Novo Redondo, em que as respectivas populações, tendo demandado a Lobito e Benguela como portos de abrigo, viram as suas esperanças frustradas pela onda de violência que, logo de seguida, se instalou nestas cidades.»*¹⁷⁵⁴ Lembrava ainda que, sendo Portugal «moral e juridicamente responsável pelo processo de descolonização», teria de se encontrar uma «orientação política para enfrentar a crise» humanitária e enviar «os meios materiais e humanos julgados necessários», porque decerto se iria agudizar «o problema da insegurança e as privações da população branca», cuja evacuação era «necessário incrementar»¹⁷⁵⁵.

Colunas-auto de deslocados dirigiam-se «do interior do território para sul até Nova Lisboa em vez de tentarem seguir caminho para Luanda». A falta de combustível ao longo da via rápida para a capital e o medo de uma invasão da FNLA eram as duas principais causas para esta opção, apontava Killoran¹⁷⁵⁶. A tropa portuguesa que estava em Pereira d'Eça (a 40 quilómetros da fronteira com a África do Sul) tinha sido enviada para Sá da Bandeira «com instruções de levar consigo os desalojados que o pretendessem». Previa-se que a maioria dos civis seguisse os militares na retirada. Na noite de 12 Agosto, rajadas disparadas das sedes dos Movimentos em Moçâmedes tinham impedido a circulação dentro da cidade e havia apedrejamentos nas estradas. FNLA e UNITA tencionavam cercar a zona para atacar o MPLA. Na madrugada seguinte irrompeu um intenso tiroteio no Lobito¹⁷⁵⁷. A «luta acesa» que durante o dia flagelara as zonas suburbanas estendera-se à noite ao interior da cidade onde já não havia

água, luz, nem comunicações telefónicas.

Em Benguela, os 300 soldados das FALA acoitados pelas FAPLA estavam recolhidos no quartel português. No de Sá da Bandeira, a situação dos deslocados era «muito difícil» devido à «escassez de alimentos e ao princípio de uma epidemia de hepatite». Estava a ser preparada uma coluna de 2.000 viaturas para partir no prazo de três dias, e outra (constituída por 500 viaturas) tinha saído de Forte Roçadas em direcção à Namíbia, onde já tinha chegado¹⁷⁵⁸. «Cerca de 100 a 200 pessoas fugidas de Angola refugiavam-se semanalmente no Sudoeste africano», tendo as autoridades sul-africanas aberto «um campo de recepção aos refugiados num antigo porto construído pelos alemães na cidade de Grootfontein.»¹⁷⁵⁹ Pretória anunciou a criação (perto da capital) de outro campo para acolher um milhão de angolanos porque o atrás referido (a 300 quilómetros de Windhoek) comportava 1.000 pessoas e estaria em breve lotado¹⁷⁶⁰. No início de Agosto 600 refugiados entraram no Norte da Namíbia, para onde se dirigia «um gigantesco comboio de veículos». A maioria das cidades do Sul de Angola era invadida por gente que queria atravessar a fronteira: «*Alguns fugitivos tinham poucos víveres e viviam em más condições, em escolas e igrejas. Segundo calculavam cerca de 10.000 tencionavam ir para a Namíbia.*»¹⁷⁶¹

O alastramento da guerra ao Sul empurrara milhares de pessoas numa penosa romaria sem retorno em direcção às planícies desérticas do Namibe marcada por «peripécias» e chantagens pecuniárias para conseguirem protecção militar até à fronteira com o Sudoeste africano: «*São vítimas de pressões e explorações variadas a par das atitudes inconvenientes por parte da UNITA que tenta boicotar a sua saída: existem notícias que um esquadrão da facção Chipenda (FNLA) escoltou recentemente uma coluna mediante o pagamento de 2.000 contos.*»¹⁷⁶² Uma semana depois, a situação era insustentável: num só dia tinham chegado à cidade de Oshakati (no Norte da Namíbia) cerca de 4.000 deslocados «em camiões, automóveis e veículos de toda a ordem». Era o dobro do previsto e esperava-se nos dias seguintes outra caravana automóvel com «mais 400 veículos, transportando 1.300 pessoas». Os refugiados (que receberam víveres e tendas) tinham sido escoltados por tropas portuguesas e do MPLA, que lhes abriram «um autêntico corredor da cidade de Sá da Bandeira até à fronteira». Nos campos do Sul de Angola as condições de vida eram cada vez mais críticas: «*Na cidade de Nova Lisboa, 30.000 pessoas aguardam o momento para deixar o país, e a falta de alimentos, de água e de gasolina torna-se cada vez mais dramática.*»¹⁷⁶³

Gomes de Abreu registava a fuga de milhares de ex-colonos e o sentimento de impotência da tropa: a população do Sul estava a «fugir “a granel” concentrando-se em Nova Lisboa e Moçâmedes» perante as «frustrações das Nossas Forças por não conseguirem safar os nossos brancos»¹⁷⁶⁴. Se os confrontos atingissem o aeroporto de Nova Lisboa (o segundo maior do país) tornar-se-ia impossível escoar os milhares de cidadãos que viviam no Leste e no Sul, que constituíam cerca de metade da comunidade colona. Essa era uma das apreensões manifestadas por Ferreira de Macedo: «*Preocupa-me bastante a situação em Nova Lisboa, onde se estão verificando confrontos armados MPLA/FNLA e que pode vir a afectar um dos terminais previstos para a evacuação de desalojados por via aérea.*»¹⁷⁶⁵ A UNITA não permitia a entrada de mais tropa portuguesa em Nova Lisboa, alegando que noutros pontos do território as FAP assumiam «atitudes favoráveis ao MPLA». Previa-se que a situação se agravasse no fim-de-semana quando a UNITA expulsasse o MPLA do Huambo¹⁷⁶⁶. O que aconteceu: foram dadas 24 horas às FAPLA para saírem de Nova Lisboa, tendo as forças do MPLA sido escoltadas pelas FAP até ao Dondo¹⁷⁶⁷. Era cada vez «mais perigoso e difícil» ao Exército circular pelas zonas de influência dos Movimentos e como a Marinha e a Força Aérea estavam ocupadas a transportar os deslocados (brancos e negros acoitados nos quartéis portugueses) escasseavam «os transportes operacionais e logísticos essenciais às nossas próprias forças»¹⁷⁶⁸.

No Cunene, as tropas da UNITA faziam constantes rusgas aos trabalhadores sul-africanos nas barragens de Calueque e Ruacaná que se recusavam a voltar ao trabalho. Pretória reclamou junto da embaixada portuguesa por a estação hídrica ter sido cercada pelas FALA e os empregados sul-africanos (incluindo os ovambos) se negarem a «trabalhar sem adequadas garantias de segurança»¹⁷⁶⁹. O embaixador português na capital sul-africana sabia que os operários andavam receosos com a falta de segurança, atravessando a fronteira todos os dias para irem pernoitar ao Sudoeste africano. No fim-de-semana anterior (devido aos combates entre o MPLA e a UNITA), «a insegurança passou a ser total» e Pretória colocou um pelotão com cerca de 30 homens e quatro blindados no local, pedindo a Portugal o envio de efectivos. O diplomata nacional contrapôs que a acção «significava uma violação de fronteiras e consequentemente da soberania nacional» e que o pedido «deveria ter sido feito antecipadamente e não depois do facto consumado»¹⁷⁷⁰. Pretória justificou a operação por o MPLA ter aprisionado «o encarregado sul-africano dos trabalhos em Ruacaná» e instalado «armas pesadas junto dos locais de trabalho», tendo ignorado o ultimato para libertar o funcionário e sair do local. O pelotão enviado expulsou as FAPLA e a FALA que se encontravam nas obras. Uma comissão mista (portuguesa e angolana) partiu de Pereira d'Eça para negociar, mas Pretória só aceitava falar com as autoridades portuguesas¹⁷⁷¹. Considerava Costa Gomes ser «necessário deslocar para a região forças portuguesas adequadas» que poderiam reabastecer-se na África do Sul e manter um contacto regular com as forças armadas daquele país¹⁷⁷². Macedo nomeou como seus representantes o coronel Batista Ferro do Comando Territorial de Sá da Bandeira e o engenheiro Forte Faria, director do Plano do Cunene, para acertarem em Windhoek a presença de uma força sul-africana nas duas barragens, sem a qual seria «impossível» manter no local «qualquer força portuguesa, dada a distância de Sá da Bandeira e a hostilidade» vigente¹⁷⁷³.

As populações não fugiam apenas dos bombardeamentos, mas de todo o tipo de abusos a que eram submetidas. Como registavam as FAP, «o número e a gravidade» dos actos ilícitos cometidos por indivíduos afectos aos Movimentos eram de tal ordem que se tornava «difícil enumerá-los». Consistiam na sua maioria em «acções de carácter intimidativo, rapto, agressões, espancamentos, detenções, controlo, furto, roubo de viaturas e ocupação e revista de casas»¹⁷⁷⁴. *«O clima de insegurança continua a ser uma constante do dia-a-dia das populações de Angola. Sucedem-se a ritmo cada vez mais intensos os assaltos, roubos a residências, furtos de viaturas e desaparecimento de pessoas, que como é natural provocam toda a espécie de receios naqueles que se deslocam através das cidades rumo aos locais de trabalho. O êxodo das populações europeias é cada vez mais volumoso, o que se explica, logicamente, pela cada vez maior amplitude que atingem os confrontos armados.»*¹⁷⁷⁵

Os que ainda não tinham garantida a viagem para Portugal impacientavam-se. No dia 4 de Agosto, cerca de 5.000 pessoas concentraram-se no largo fronteiro ao cinema Miramar e deslocaram-se a vários consulados pedindo que ajudassem à sua evacuação. Pretendiam «chamar a atenção da opinião pública internacional» para o que se passava em Angola¹⁷⁷⁶ e que «fossem solucionados os problemas do seu repatriamento». Foram recebidos pelo embaixador brasileiro Ovídio Melo e pelo cônsul francês Robert Marsum, que «democraticamente em plena rua parou com os deslocados»¹⁷⁷⁷. Também Killoran os recebeu prometendo (como os anteriores diplomatas) ter em conta as suas preocupações. Queriam emigrar por ser impossível viver em Angola e Portugal não ter condições para os receber, como os governantes portugueses declaravam. Desde Junho que a procura de embarque para Portugal era muito superior à capacidade de resposta dos transportes aéreos e marítimos, referiu Gonçalves Ribeiro nesse dia: *«Fomos apanhados de surpresa. Houve que montar estruturas.»* Entre Junho e Outubro, a TAP garantira 120.000 lugares quando em igual período de 1974 tinham sido compradas 45.000 passagens. Até 31 de Outubro estimava-se que 300.000 pessoas fossem repatriadas. A

cooperação estrangeira era «quase nula», a capacidade da Força Aérea nas evacuações dentro do território estava «praticamente esgotada e havia ainda 200.000 passageiros em lista de espera»¹⁷⁷⁸.

Para a CIA, embora Portugal tivesse anunciado a intenção de repatriar 270.000 brancos de Angola até ao final de Outubro, não seria capaz de concretizar tal missão: «*No papel, o plano parece possível, mas Lisboa não tem um suporte adequado no terreno que lhe permita evacuar tanta gente nem para manter os voos no ar.*»¹⁷⁷⁹ A previsão era correcta: as autoridades portuguesas já nem dispunham de bases aéreas para escoar os 300.000 (ou mais) portugueses que desejavam partir. Por causa dos confrontos tinham encerrado vários aeródromos: os de São Salvador, Maquela, Toto, Cazombo, Gago Coutinho, Cuíto Cuanavale e N'Riquinha. Em Henrique de Carvalho, Malange, Dalatando e Carmona, o tráfego encontrava-se «extremamente reduzido». Nos dois meses seguintes, a situação tornar-se-ia «aflictiva» por ser necessário «encerrar serviços nalguns aeródromos e reduzir o horário do aeroporto de Luanda a 12 horas diárias». «*Apesar de não se terem verificado greves nem paralisações, mesmo durante as ocasiões mais cruciais das acções de fogo, a insegurança e a falta de qualquer espécie de protecção fizeram baixar o rendimento e a capacidade de trabalho do pessoal, havendo mesmo casos de pedidos de demissão logo após agressões e assaltos sem qualquer justificação.*»¹⁷⁸⁰

A escassez de comida era para Ferreira de Macedo (pelas consequências imediatas) o problema mais premente: «*Esta falta é a mais preocupante em Luanda, em virtude de a fome poder vir a provocar a invasão da área do asfalto pelas populações dos muceques e a consequente confrontação com as Nossas Tropas.*»¹⁷⁸¹ Não surpreendia que os estrangeiros deixassem Angola. Tinham encerrado o consulado britânico e o australiano, continuando abertos os de Itália, França, da RFA, Brasil, Bélgica, Suíça, Holanda, África do Sul e EUA¹⁷⁸². Foi nesta ocasião que alguns decisores da Metrópole tomaram «pela primeira vez consciência da gravidade do problema». Quando na reunião com Costa Gomes e Vasco Gonçalves foi pedido ao representante do MPLA em Lisboa que o seu Movimento evitasse «tomar conta do governo, continuando ocupar pastas vagas ou pela força». E seria enviado à ONU, OUA, países limítrofes, mas também aos EUA, França, Inglaterra, Rússia, China, um texto sobre a internacionalização do conflito. Lisboa iria tentar formar uma Junta Governativa Militar de cinco membros (semelhante à anterior) e «finalmente» foi criado na Presidência da República o Gabinete de Angola¹⁷⁸³. Com Heitor Almendra ainda em Lisboa, era pedida por Luanda a nomeação de um novo comandante do COPLAD, se o Coronel não voltasse nos dias seguintes.

Batalhão em cuecas

O MPLA continuava a ofensiva expansionista e já tinha tomado o Huambo. A UNITA conseguira erradicar as FAPLA de Silva Porto e o distrito do Bié era dominado pelas FALA e o ELNA¹⁷⁸⁴. No Sul, a situação mantinha-se «grave e cada dia mais difícil, com atitudes de arrogância e/ou desconfiança dos responsáveis dos Movimentos». O Lobito tinha sido na véspera dominado pelas FAPLA. Os cerca de 400 militares das FALA/ELNA tinham-se recolhido no quartel português: a UNITA exigia a entrega dos seus efectivos; as FAPLA ameaçavam bombardeá-lo se o fizessem¹⁷⁸⁵. Em Benguela, os 300 militares da UNITA derrotados aguardavam transporte das FAP para Moçâmedes ou Porto Alexandre. No quartel português no Lobito, também se encontravam «cerca de 1.200 militares e civis da UNITA/FNLA para serem evacuados», havendo «graves problemas alimentares, sanitários e disciplinares». Os militares do ELNA que deixaram o Campo de São Nicolau (depois de se renderem às FAPLA) foram transportados dias depois numa corveta para Moçâmedes¹⁷⁸⁶. Como o MPLA já controlava essa cidade, era esperada uma fragata para os levar até Santo António do Zaire, para onde já tinham seguido 800 apoiantes da FNLA do Lobito¹⁷⁸⁷.

Em Nova Lisboa, a UNITA exigia que os cerca de 800 refugiados do MPLA que estavam sob protecção militar portuguesa fossem evacuados em 24 horas. O Comando aceitara¹⁷⁸⁸. Estava ocupado a evacuar do Alto Catumbela os empregados e famílias da Companhia de Celulose e no dia seguinte escoltaria até Luanda os «cerca de 800 militares e simpatizantes do MPLA» referidos¹⁷⁸⁹. Já tinham sido enviados por via aérea de Nova Lisboa para Luanda cerca de 300 efectivos das FAPLA¹⁷⁹⁰. Encontravam-se 5.000 deslocados no cais de Luanda e a Marinha conseguira transportar «mais 700 militares da UNITA de Cabinda e Benguela para Moçâmedes»¹⁷⁹¹. A guerra estendera-se praticamente a todo o território, como se registava: «*Após as confrontações nos distritos da Huíla e Moçâmedes, a luta é generalizada em Angola, atingido as zonas até agora calmas. O MPLA domina praticamente todo o litoral, com excepção do distrito do Zaire.*»¹⁷⁹² Na Jamba, MPLA e a UNITA iniciaram hostilidades em 26 de Julho tendo sido morto o director da Companhia Mineira do Lobito, Horta Carneiro. Por o Estado português ser o maior accionista da empresa era solicitada «protecção militar» aos funcionários e a sua evacuação imediata¹⁷⁹³. Uma semana depois, «um comboio especial» saiu de Sá da Bandeira, mas não conseguiu evacuar a população da Jamba, por a linha férrea se encontrar cortada¹⁷⁹⁴. «*Escusado será realçar a situação dramática das populações, entre as quais avulta mais de um milhar de portugueses colaboradores desta companhia, que neste momento de tragédia e angústia anseiam por uma rápida evacuação da área para uma zona mais segura.*»¹⁷⁹⁵

Prosseguiam em simultâneo «os repatriamentos de populações e o transporte de elementos dos Movimentos apresentados nos quartéis» portugueses. Ferreira de Macedo queixava-se da «posição unitária cada vez mais radical» dos Movimentos nos entraves colocados tanto à deslocação das FAP como à evacuação dos desalojados¹⁷⁹⁶. Era difícil a deslocação das colunas militares portuguesas no centro do território devido «à falta de garantia da UNITA» em não as atacar¹⁷⁹⁷. As tropas portuguesas eram simultaneamente “capacetes azuis”, bombeiros, agentes sanitários e de protecção civil, desrespeitados pelos nacionalistas e insultados pelos civis revoltados pela situação criada. «*São constantes as solicitações, quer para actuarem como medianeiras, quer para colaborarem na segurança das inúmeras colunas que se formam sempre que há incidentes em qualquer local, para evacuar as populações desalojadas, para proteger a saída dos elementos dos Movimentos dos locais em que os confrontos não lhes foram favoráveis. O mais grave é que [...] são cada vez mais frequentemente vítimas de atitudes hostis que chegam à própria agressão física, o que atendendo à forte desmotivação em relação a um processo que lhes escapa pode ter graves consequências.*»¹⁷⁹⁸

A UNITA tinha sido expulsa pelas FAPLA para os arredores do Luso e previa-se que a maioria da população abandonasse a cidade com a retirada do batalhão português para Nova Lisboa¹⁷⁹⁹. A evacuação tinha sido turbulenta: a primeira coluna, «escoltando grande número de viaturas civis para Nova Lisboa», foi retida durante dois dias entre Munhango e Cuemba, sem mantimentos nem combustível. Iria tentar-se reabastecê-la «com lançamento aéreo de rações de combate». Também a coluna das FAP que saíra de Henrique de Carvalho com grande parte da população teve de desviar-se para Mussende devido às confrontações em Lucala, tendo sido detida pelas FALA em Quibala. Já tinha sido «mandada avançar para Nova Lisboa uma delegação mista para resolver o incidente». E a coluna que deixara na véspera Nova Lisboa regressara à base (depois de percorrer 40 quilómetros) devido ao fogo cruzado entre o MPLA e a UNITA. As colunas deparavam-se com «problemas nas saídas, em virtude de a UNITA controlar acessos» e um comandante da Marinha tinha sido «morto na estrada do Cacuaco»¹⁸⁰⁰.

O comboio do Luso com o restante pessoal (batalhão e população civil) que deveria ter saído no dia 16 Agosto teve de aguardar devido às confrontações¹⁸⁰¹. Mesmo depois da saída desse comboio ainda se encontravam na base aérea cerca de 600 pessoas e os alimentos só chegariam para seis dias. A

coluna que seguiu de comboio foi barrada de 18 para 19 de Agosto no trajecto e o batalhão desarmado. «Na ponte Cuanza foram desarmadas as Nossas Tropas e maltratadas, incluindo o próprio comandante do batalhão, e apreendidos todos os materiais, inclusive viaturas, visto terem desatrelado vagões que as transportavam.»¹⁸⁰² Quando a coluna chegou ao destino, soube-se que os soldados tinham sido desarmados e saqueados pela UNITA. «Foram também espancados, insultados, e alguns elementos desfardados, tendo chegado a Nova Lisboa em trajos menores, tendo o próprio comandante sido espancado. Foi também roubado material rádio e cripto.»¹⁸⁰³ Como recorda Jorge Serro, o episódio ocorreu com um batalhão de Caçadores do Moxico, cujo comando foi entregue a um major chegado ao quartel duas semanas antes. As FALA «pararam o comboio, desarmaram o batalhão e obrigaram o pessoal a entregar tudo o que possuía, incluindo as fardas»¹⁸⁰⁴. Passou a ser chamado batalhão em cuecas ou batalhão do pé descalço, por nesse estado se ter apresentado em Nova Lisboa. «Este batalhão, no seu deslocamento do Luso para Nova Lisboa, foi desarmado e espancado, incluindo o comandante. Perderam-se [...] armas, rádios, munições e material cripto, material que está na posse da UNITA. Foi o próprio Chiwale, 2.º comandante militar da UNITA que ordenou esta acção contra o Batalhão como represália por acções menos certas das Nossas Tropas em Sá da Bandeira.»¹⁸⁰⁵

Passos Ramos confirma ter-se tratado de uma retaliação: alguns soldados portugueses «andaram a distribuir armas pelo MPLA» porque «os nossos traziam as G-3, mas o material pesado» ficava¹⁸⁰⁶. «Na partilha do armamento da OPVDCA que seria distribuído pelos Movimentos terá sido beneficiado o MPLA (ali não havia FNLA) em vez da UNITA», que respondeu capturando todo o armamento do batalhão, as fardas e as bagagens dos civis. «Em vez de ter sido enviado por Henrique Carvalho, o batalhão penetrou na área da UNITA; um comboio com 800 civis, entre mulheres e crianças. O comandante preferiu ser enxovalhado a pôr em risco a vida dos deslocados.»¹⁸⁰⁷ «O furriel que se revoltou e deu duas bofetadas» num soldado das FALA foi levado para ser fuzilado e foi dada ordem para disparar sobre os civis. Levassem o que quisessem, mas não tocassem nas pessoas, terá dito o comandante português. «Ficaram-lhes com tudo, incluindo os camuflados. Chegaram em cuecas, sem fardas a Nova Lisboa.»¹⁸⁰⁸

Tinham sido «vexados» e a UNITA ter-se-ia «apoderado de 60 armas e munições»¹⁸⁰⁹. O próprio Savimbi tinha ido a Silva Porto para sanar a questão¹⁸¹⁰. Face à gravidade dos incidentes, os comandantes da Região Militar Aérea foram a Nova Lisboa para se reunirem com os dirigentes da UNITA¹⁸¹¹. N'Zau Puna comentou o sucedido e ficou de restituir o material apreendido depois de falar com o líder¹⁸¹². Uns dias depois, a UNITA apresentou oficialmente desculpa a Ferreira de Macedo. De Belém chegava a seguinte reprimenda: «O nosso general Costa Gomes reagiu muito mal ao comportamento nos incidentes na ponte do Cuanza com a UNITA. A retaliação terá apadrinhamento do nosso general, mas há que avaliar a oportunidade política ou até onde se poderá ir nas atitudes de firmeza face ao que se pretende obter.»¹⁸¹³

O caso agravava «o estado psicológico do pessoal» que empreendia «um esforço sobre-humano para nos locais atingidos pela guerra actuar como força protectora das populações atingidas, assegurando a sua evacuação». Era natural que a «saturação» (por estarem num ambiente em que tudo lhes era «adverso») se repercutisse na «disciplina dentro e fora dos quartéis, sublinhava Ferreira de Macedo¹⁸¹⁴. «Deste Batalhão, soldados houve que chegaram a Nova Lisboa em cuecas, facto que terá traumatizado esses elementos, mas é um drama agora explorado para forçar a sua retirada imediata para Portugal. Embora só tenham cerca de três meses de comissão.»¹⁸¹⁵ Uma outra coluna militar tinha sido desarmada em Cela, tendo decorrido conversações em Nova Lisboa para a entrega desses homens. A coluna com população saída de Sá da Bandeira no dia 15 de Agosto ainda estava retida em

Forte Roçadas, supondo-se que só naquele dia retomaria a marcha em direcção à África do Sul, onde acabou por se escudar. No dia 21, as confrontações recomeçaram em Sá da Bandeira, tendo os militares das FALA e do ELNA das Forças Integradas se acoitado no quartel português¹⁸¹⁶. No Luso, cerca de 1.000 pessoas reclamavam por evacuação aérea.

«A situação começa a tornar-se insustentável face às acções inconvenientes dos Movimentos, especialmente da UNITA», reportava para Belém Ferreira de Macedo. Também era evidente «o grave comprometimento da UNITA com a FNLA e o Zaire», que tornaria «muito difícil qualquer aproximação» de Savimbi ao MPLA¹⁸¹⁷. A tropa portuguesa tinha de transportar os deslocados em fuga, resgatar camaradas de armas e os angolanos acoitados, transportando-os para partes longínquas do território. Entre os civis que esperavam embarcar para Portugal, o estado de inquietude e revolta era crescente: «A limitação do levantamento bancário semanal até 5.000\$00» aumentara «as tensões entre deslocados em Luanda.»¹⁸¹⁸ E como referia o Alto-Comissário interino, o ritmo de evacuação continuava a ser insuficiente: «*O repatriamento de portugueses continua a fazer-se com grande lentidão. Nas últimas 24 horas apenas dois aviões saíram de Luanda transportando 572 passageiros, adidos e desalojados.*»¹⁸¹⁹ Largas centenas de brancos voltaram a manifestar-se em 16 de Agosto em Luanda, exigindo que fossem providenciados meios de transporte aéreos. As bagagens acumuladas ao relento nos cais portuários e nos arredores do aeroporto estavam a estragar-se e eram sujeitas a «frequentes arrombamentos e roubos por parte de indivíduos menos escrupulosos». O despacho ministerial viera acentuar ainda mais o descontentamento e «a situação desesperada» dos refugiados¹⁸²⁰.

O preço americano

No Comité dos 40, ao ser informado do pedido de auxílio feito por Lisboa para transportar os deslocados angolanos, Kissinger respondeu que isso dependeria do rumo político que Portugal seguisse porque os Estados Unidos não eram «uma instituição de caridade». Forneceriam combustível e iriam acelerar o envio de um Boeing 747 que Lisboa estava a tentar adquirir¹⁸²¹. Na carta endereçada a Kurt Waldheim, Mário Ruiivo revelava que o plano de auxílio em curso demonstrava ser ineficiente na rápida evacuação de todos os que desejavam partir para Portugal ou para outro país. Lisboa esperava continuar a receber ajuda das Nações Unidas e das entidades americanas, apoio que teria «certamente de ser reforçado face à magnitude das solicitações que excediam a capacidade de resposta de Portugal para as resolver»¹⁸²². Washington correspondeu. Segundo disse Passos Ramos «há muita coisa que não se sabe». Uma delas foi que «recebemos dos EUA (dado por Carlucci, que o conseguiu) 60 milhões de contos»¹⁸²³.

No dia 22 de Agosto, Costa Gomes pediu formalmente o auxílio dos EUA. Precisava de «ajuda para evacuar pelo menos 140.000 dos 330.000 refugiados que queriam deixar Angola»¹⁸²⁴. No dia seguinte, Carlucci informou ter sido contactado pelo chefe de gabinete de Costa Gomes e pelo major António Caldas, aos quais reiterou a «insistência» de Washington em não negociar com o governo de Vasco Gonçalves. Os americanos avançariam, mas a ajuda pretendida (para o repatriamento dos refugiados de Angola) «poderia ser muito mais rápida e receber mais apoios públicos dos EUA, se o Presidente mudasse o governo» dentro do prazo (até à terça-feira seguinte). Caldas referiu que a pressão americana resultara: ainda nessa manhã, Costa Gomes fizera «mais um» esforço para tentar que o primeiro-ministro resignasse.

Carlucci insistiu que uma operação com aquela magnitude seria seguramente mais fácil de realizar se houvesse um governo com o qual os americanos pudessem trabalhar. Antes de Caldas sair, voltou a lembrar que dificilmente os americanos aceitariam que Washington ajudasse um governo comunista. Ser

a segunda vez que Costa Gomes pedia a Vasco Gonçalves que se demitisse, já era um progresso, considerou. Aparentemente, da primeira vez que foi sondado, teria recusado. Soube por Vítor Alves e Vítor Crespo que Belém pedira a Londres, Paris e Moscovo um auxílio semelhante ao solicitado aos EUA. Uma resposta demorada a este pedido poderia constituir um risco para os moderados, como registou: «*O tempo corre contra o grupo de Antunes e eles sabem-no.*» Seria normal que a Inglaterra e a França prestassem uma ajuda simbólica, mas não acreditava que a URSS quisesse ajudar. Os russos ainda não tinham respondido, segundo soubera, e tinham dito que a operação iria melhorar bastante a imagem dos EUA em Portugal. Teriam de avançar rapidamente para se anteciparem aos soviéticos e apoiar a ligação do Grupo dos Nove a Costa Gomes, exercendo sobre ele a pressão desejada pelos moderados do MFA¹⁸²⁵.

Em Luanda, centenas de desalojados pediam novamente a partida para Portugal. Estavam a ser feitos todos os esforços nesse sentido, disse-lhes Ferreira de Macedo da varanda do Palácio: não seriam «esquecidos»¹⁸²⁶. «A manifestação decorreu com ordem e civismo», anotava o Alto-Comissário interino, mas tinham apresentado «um caderno reivindicativo com 14 pontos em termos inaceitáveis», pois em três deles exigiam «a revogação dos diplomas publicados pelo governo de transição relativos a pessoas e bens»¹⁸²⁷.

Casos dramáticos iam sendo conhecidos. Em 23 de Agosto, a manchete do *Diário de Luanda* noticiava: «*Tragédia marítima ao largo da Costa dos Esqueletos: Várias traineiras saídas do Lobito, Benguela e Moçâmedes com centenas de refugiados desapareceram quando demandavam o porto de Walvis Bay. De uma flotilha de mais de 20 embarcações, três ainda não chegaram àquele porto da Namíbia.*»¹⁸²⁸ Estavam a ser efectuadas buscas ao largo da embocadura do Cunene recorrendo a um bimotor para detectar as três embarcações desaparecidas, uma das quais – segundo os refugiados chegados a Walvis Bay depois de três semanas no mar – transportava cerca de 150 a 200 crianças. Os barcos de pesca (sem sistema de transmissão rádio) tinham feito a viagem, navegando por cabotagem ao longo da costa. Uma das traineiras afundara «após uma colisão no meio do nevoeiro», tendo os seus passageiros sido recolhidos por uma outra. Tinham passado 21 dias no mar e estavam «esgotados, meio-mortos de sede e de fome»¹⁸²⁹. No dia 30 de Agosto, dois draga minas da Marinha sul-africana realizaram novas buscas na Costa dos Esqueletos, onde nessa semana tinham desaparecido quatro pequenos barcos de pesca, com 60 refugiados a bordo. E no deserto da Namíbia um helicóptero resgatara 201 mulheres e crianças da coluna automóvel que andava perdida, tendo os homens sido conduzidos até à pista aérea mais próxima¹⁸³⁰. No dia 29, Ferreira de Macedo insistia com Lisboa para que fossem pedidos a países estrangeiros meios aéreos para retirar de Angola todos os que o desejavam. «*O problema da evacuação dos portugueses agrava-se dia-a-dia, criando clima emocional e psicológico que pode conduzir a consequências imprevisíveis.*» Solicitava «a maior atenção» para o assunto porque «apesar de todas as promessas das autoridades portuguesas não está ainda de facto solucionado»¹⁸³¹.

A carta de Costa Gomes chegou às mãos de Gerald Ford em 27 de Agosto e dois dias depois o governo caía, embora Vasco Gonçalves se mantivesse em funções até ser empossado o novo primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo. Carlucci já tinha dito ao chefe de Estado português que a resposta dos Estados Unidos era positiva, mas estavam ainda a analisar problemas logísticos e financeiros da operação, antes de a iniciarem. No memorando de 15 páginas, o secretário de Estado adjunto de Henry Kissinger, Robert Ingersoll frisava: «*A situação angolana permanece dramática e trágica, mas ainda não é sangrenta, pelo menos no que respeita aos refugiados portugueses.*» Os 135.000 que já estavam em Portugal deveriam ser «fortemente anticomunistas», porque tinham sido (entre os portugueses) os que mais abertamente tinham exigido a demissão de Vasco Gonçalves. Da ajuda pedida aos europeus,

os britânicos tinham oferecido um VC-10 e os franceses faziam três voos semanais com um Boeing 707. Paris informara Washington que iria incrementar os voos e de seguida terminá-los. Teoricamente, os russos poderiam aproveitar a morosidade americana para montar uma operação de evacuação em massa e mostrar ao Partido Comunista Português que eram amigos poderosos e fiáveis, mas, considerava Ingersoll ser tão pobre o seu historial em pontes aéreas que duvidava que o fizessem. Carlucci avisara que se o auxílio americano não se iniciasse rapidamente tornar-se-iam mais credíveis as alusões da Imprensa portuguesa à chantagem que os EUA estavam a exercer sobre Costa Gomes, por Melo Antunes ser o homem dos americanos. Poderia adiar-se por alguns dias o arranque da ponte aérea, o que daria tempo «para a poeira assentar» sem aliviar a pressão sobre Costa Gomes. Por outro lado, não havia qualquer garantia que a situação em Portugal se clarificasse e a demora poderia ser prejudicial ao Grupo dos Nove. A segunda opção seria começar com voos limitados que fossem depois aumentados: arrancar-se-ia com um ou dois aviões diários durante uma semana ou mais uns dias (sendo evacuadas 150 a 300 pessoas por dia) e deveria comunicar-se a Costa Gomes que a continuação ou o reforço da operação dependeria da evolução política em Portugal e das acções das FAP em Angola em relação ao MPLA¹⁸³².

Para o director do Gabinete de Informação e Pesquisa americano William Hylland, a segunda proposta era mais vantajosa: se o auxílio dos EUA fosse desde o início muito generoso poderia ajudar Vasco Gonçalves a manter-se no governo; além disso, se os refugiados fossem evacuados nas semanas seguintes, as FAP teriam um pretexto válido para sair em Novembro, deixando o Poder ao MPLA que já estava no governo em Luanda. «*Hylland defende que o nosso auxílio deve estar bem amarrado aos objectivos políticos pretendidos tanto em Lisboa como em Angola, do que ser ditado por puras razões humanitárias ou por receio do criticismo dos congressistas.*»¹⁸³³ Esperar até o VI Governo Provisório entrar em funções poderia tornar-se um *boomerang* contra os moderados e reforçar os gongçalvistas, mas não ajudar enquanto o governo fosse comunista seria um festim para a Imprensa portuguesa. Todas as escolhas teriam prós e contras.

O Departamento de Estado poderia disponibilizar cinco milhões de dólares até poder pedir, duas semanas depois, mais 25 milhões ao Congresso. Seriam necessários entre 15 a 19 milhões de dólares para responder ao pedido de Costa Gomes, o que representava apenas 25 por cento dos custos estimados para evacuar 200.000 refugiados. «*O auxílio directo dos Estados Unidos seria altamente visível tanto para os portugueses como para o resto do mundo e teria um elevado impacto político, mas poderia fomentar a acusação de racismo ao ser evacuada uma maioria branca sem ser prestado apoio aos outros refugiados de Angola, brancos e negros.*» Para Hylland, esta opção era preferível: uma intervenção directa dos EUA em cooperação com outros países ocidentais numa solução «internacional» aberta à participação da URSS. Que tipo de aviões enviar? Os aviões militares estavam preparados para aterrar em zonas de combate, mas o seu uso poderia criar problemas, sobretudo em Luanda, por ser controlada pelo MPLA, e tinham um custo mais elevado por passageiro. Demoraria mais a pôr no ar uma frota civil, mas seria menos dispendioso e mais seguro. Importante era começar (defendeu Carlucci) porque a resposta tinha de ser dada a Costa Gomes até ao dia 6 de Setembro. A maioria dos governantes inclinava-se para o envio de seis aviões (como Lisboa tinha solicitado) e gradualmente ir aumentando o número de voos. A ajuda bilateral seria acompanhada pelo apelo aos aliados ocidentais para se juntarem à operação¹⁸³⁴.

Amigos estrangeiros

Em Luanda, o MPLA instigara os estivadores do porto à greve para que não carregassem os bens dos

portugueses que estavam a espoliar Angola do que lhe pertencia. Os operários não queriam «forças militares dentro do porto», exigindo que fossem «substituídas pelas FAPLA». Ferreira de Macedo informara o secretário de Estado do Interior do MPLA, Henrique Santos (Onambua) de que tal não seria possível. Depois de uma reunião alargada foi atribuída à Polícia Portuária a segurança do cais e à Armada, a dos navios acostados. *«Tudo isto causa mal-estar entre adidos e desalojados que cada vez vêem maiores dificuldades de embarque das suas bagagens.»*¹⁸³⁵ No porto estava instalado o caos no embarque dos contentores: *«O CPA não consegue manter a disciplina gravemente afectada por pessoal a embarcar que quer de qualquer modo carregar a sua bagagem.»*¹⁸³⁶ O MPLA precisava de controlar o porto para efectivar as suas pretensões. Em 15 de Agosto, Fidel Castro enviara uma mensagem a Brejnev alegando a necessidade de reforçar o apoio ao MPLA com a introdução de tropas especiais cubanas. Fidel pedia a Moscovo transporte aéreo dos soldados e a colaboração dos oficiais soviéticos em Havana e em Luanda para ajudarem no planeamento das operações militares¹⁸³⁷. O presidente cubano sublinhava ainda a força política do MPLA e a ameaça que um auxílio estrangeiro à aliança entre a FNLA e a UNITA representava para o socialismo e a independência de Angola¹⁸³⁸. Dois dias depois, Lúcio Lara solicitava ao embaixador russo em Brazzaville o envio dos peritos militares soviéticos para o Estado-Maior das FAPLA em Brazzaville e Luanda: *«O comando do MPLA precisa de conselheiros qualificados em questões militares ao nível estratégico.»* Afanasenko apenas se comprometeu com o envio de peritos técnicos, mas concordou que Iko Carreira se deslocasse a Moscovo no final de Agosto para falar com o departamento de Defesa soviético¹⁸³⁹. A URSS temia prejudicar a “détente” com Washington e que alguns países africanos se insurgissem contra uma acção soviética directa. Se no final de Julho Havana decidira avançar com a intervenção em Angola (a Operação Carlota), Moscovo continuava a recusar transportar os cubanos para Luanda ou a enviar oficiais para o terreno. Um envolvimento directo em Angola obtivera a reprovação tanto do Estado-Maior soviético como do KBG que, num relatório de Agosto, alertava para as consequências de uma tal intervenção nas relações da União Soviética com os Estados Unidos¹⁸⁴⁰.

Os cubanos não esperaram pela resposta de Moscovo. No dia 18 de Agosto, Rosa Coutinho chegou a Cuba. Fidel Castro pediu-lhe que não fossem colocados entraves à entrada dos oficiais cubanos. Não foram. No dia 21, Argüelles desembarcou em Luanda à frente da Missão Militar Cubana em Angola (MMCA), enviando (entre Agosto e Outubro ao primeiro secretário de Estado da Defesa Abelardo Colomé) sucessivos relatórios manuscritos sobre a situação militar angolana. Neto tinha «aceitado com grande emoção» os 480 soldados cubanos e a abertura de quatro novos CIR, pedindo a Argüelles que dissesse a Fidel Castro que «aceitava tudo» o que iriam enviar. Os quatro CIR deveriam ficar em pontos estratégicos de Angola: um em Cabinda; outro próximo do porto de Benguela; um no Leste (perto de Henrique de Carvalho) e o último em Dalatando (a 130 quilómetros a leste de Luanda) para travar a ofensiva da FNLA/Zaire em direcção à capital. No entanto – como Argüelles referia na missiva enviada em 2 de Setembro para Havana –, demoraria pelo menos três meses a treinar os recrutas porque os CIR só estariam prontos em 15 de Outubro. De qualquer modo (como garantira na reunião da véspera com o Bureau Político do MPLA), em caso de intervenção estrangeira de grande escala antes de Novembro, os recrutas estariam prontos para combater. Previa, aliás, que em breve os cubanos tivessem de entrar no teatro de operações e que Neto deveria estar prestes a pedir o envio de mais contingentes cubanos para a Angola¹⁸⁴¹. Os membros da MMCA começaram a chegar entre o final de Agosto e o início Setembro (quando Leonel Cardoso ainda não estava em Luanda) viajando à civil em voos comerciais. No início de Setembro eram apenas 29 porque a partir de 4 de Setembro (com a chegada do Alto-Comissário) ocorrera uma alteração nos critérios de emissão dos vistos de entrada, que foi preciso desbloquear. No final de Setembro já estavam em Angola 50 cubanos e, em Outubro, uma centena¹⁸⁴².

No dia 4 de Setembro chegara também a Luanda Andrei Stefan, número dois do PC romeno, que (a pedido de Portugal) iria falar com os Movimentos. Às autoridades portuguesas em Luanda era solicitado que lhe fosse providenciado «alojamento e apoio nas deslocações Luanda-Nova Lisboa e Brazzaville ou Libreville»¹⁸⁴³.

Os zairenses também se preparavam. Em 19 de Agosto, Johnny Eduardo informou Holden Roberto (que estava no Ambriz) que o presidente Mobutu soubera que «o MPLA e a UNITA estariam em conversações para constituir um governo comum e proclamar em seguida a independência»¹⁸⁴⁴. O chefe de Estado zairense revelara-lhe a sua «viva inquietação» e «disse-lhe que se a gente da UNITA quisesse aliar-se ao MPLA por oportunismo ou debilidade política então que não viessem mais ao Zaire buscar armas». No dia seguinte quando recebesse Chitacumo Ruben dir-lhe-ia que o Zaire não forneceria «mais armas à UNITA, armas que poderão ser utilizadas mais tarde contra a FNLA». «A infelicidade de tudo isto» (sublinhava) «é que os tipos da UNITA são uns hábeis e refinados mentirosos.» O «excelentíssimo presidente» informara que «os batalhões de blindados para o Dondo/Portugália» estavam «prontos» e a acção poderia começar desde que a FNLA a empreendesse «a partir da base zairense de Tshikapa». Para Mobutu, a acção deveria «ser levada a cabo com urgência». «Todo o pessoal e material pelo seu lado está pronto. Só está à nossa espera», concluía o ex-ministro da FNLA¹⁸⁴⁵.

No Caxito, elementos avançados do ELNA aproximavam-se do Quifangondo, onde segundo Onambua, as FAPLA só teriam cerca de 150 homens, dando, deste modo, a entender que o MPLA precisaria do «envolvimento» das FAP para derrotar o ELNA¹⁸⁴⁶. A frente do Caxito encontrava-se «estacionária, embora bastante activa»: o ELNA dirigia-se de Lucala para Malange enquanto o MPLA se reforçara na sua 1.ª RPM. Ferreira de Macedo tinha já sido informado (pelos oficiais regressados de Lisboa) dos «projectos políticos e militares definidos no CR» e pedia que fosse ponderada a integração de Lopo do Nascimento na Junta Militar, reservando-se também lugares para os outros dois primeiros-ministros, caso regressassem a Luanda¹⁸⁴⁷.

Em 22 de Agosto, o Acordo do Alvor foi «provisoriamente suspenso». Na nota enviada para Luanda, Belém explicava: «Portugal não denuncia o Acordo, suspende a vigência.» O Alto-Comissário interino passava a assumir «todos os poderes», mas os ministros do MPLA poderiam manter-se em funções. Porque não haveria ministros portugueses, deveriam ser nomeados directores-gerais para esses lugares: «Para evitar que se diga que nos aliámos ao MPLA.» O gabinete de Costa Gomes solicitava que se fizesse um último esforço para conciliar o MPLA e a UNITA: «Tentar a unidade até ao fim do mês, se nada for conseguido até lá, Portugal internacionaliza o problema.»¹⁸⁴⁸ Ferreira de Macedo respondeu estarem em curso tentativas nesse sentido. Já tinha sido esclarecido entre Paulo Jorge e Martins e Silva que Lopo do Nascimento continuaria em funções como «primeiro-ministro do MPLA, sem função executiva». O Decreto seria publicado no dia 26 de Agosto. Lopo do Nascimento e N'Dele prosseguiam contactos via rádio e por sugestão do último tinham acordado reunir-se em Lisboa em 25 de Agosto¹⁸⁴⁹.

Ciente que apadrinhar esta solução provocaria a ira do presidente zairense, Costa Gomes enviou a Kinshasa (no dia 24 de Agosto) uma comitiva chefiada pelo general Fernando Fontes Pereira de Melo, à qual Mobutu se queixou da «falta de coerência entre os diferentes pontos de vista apresentados pelas sucessivas entidades portuguesas» que o visitavam. «Afirmou possuir provas que o desarmamento total e efectivo dos refugiados catangueses nunca se concretizou, ao contrário do que lhe foi garantido por Portugal. [...] Dois emissários seus recém-chegados de Angola informaram-no de que os catangueses estavam a combater ao lado do MPLA.» Estava «desgostoso» por a «sua humanitária oferta de auxílio aos deslocados de Angola (feita há cerca de um mês via MNE) ter sido completamente

ignorada» e não excluía a possibilidade de fazer avançar as suas tropas em Angola «se necessário e, se a paciência e o sangue-frio, [...] se esgotassem»¹⁸⁵⁰.

Na área do Caxito verificava-se «uma grande movimentação» de forças do MPLA e da FNLA (em posição de ataque a sul do Dande) «esperando-se confrontações a todo o momento». No dia 25, a tropa portuguesa deixou Santo António do Zaire¹⁸⁵¹. Chegou dois dias depois a Luanda «sem incidentes»¹⁸⁵². Para Washington, Killoran informava que a posição do MPLA era cada vez mais forte, com um grande contingente de homens, armas soviéticas e um melhor comando operacional que tinha usado contra a FNLA e para impedir a UNITA de criar uma área de influência. O ELNA estava fragilizado e em retirada. A UNITA não se encontrava em condições de combater e Portugal insistia numa via esgotada e que só poderia fracassar. «*Os portugueses estão num dilema impossível: sem tropas suficientes e sem vontade de lutar, a sua estratégia de promover o diálogo entre os Movimentos, tomar conta do governo e forçar o MPLA a sair de Luanda não tem qualquer possibilidade de êxito.*» «Uma intervenção da ONU poderia ser perigosa», assinalava o Departamento de Estado, embora Waldheim tivesse afirmado que Lisboa não conseguiria repor a ordem sozinha nem saberia «para onde se virar» se as Nações Unidas não intervissem. «*Face à espiral de violência rumo ao caos, dificilmente a ONU poderia não assumir a responsabilidade, mas havia um risco: o Conselho de Segurança não conseguiria quase certamente chegar a acordo para que fosse criado um regime para a manutenção da paz. Mesmo que um regime desse tipo fosse estabelecido, seria afrontado pelos soviéticos e pelos chineses, o que sujeitaria a ONU a um teste sem precedentes.*»¹⁸⁵³

Washington reconhecia que o reduzido contingente português não conseguia monitorizar e controlar todos os carregamentos de armas que entravam em Angola, mas mesmo quando estava em posição de actuar não o fazia, o que era particularmente verdade em relação às descargas de material bélico ao longo da costa. Em meados de Agosto, um navio soviético descarregara a sul de Luanda, em Porto Amboim. «*Segundo o relatório, oficiais portugueses aconselharam o MPLA a usar uma estrada discreta para transportarem as armas, que incluíam carros armados e tanques para a base do MPLA no Caxito. Essas armas foram subsequentemente usadas na conseguida ofensiva do MPLA de recaptura do Caxito em 6 de Setembro.*»¹⁸⁵⁴ Noutro desembarque, a Nona Brigada das FAPLA (comandada por N'Dozi que fora treinado na URSS) recebera no final de Agosto «10 blindados (BRDM-2), artilharia (morteiros de 82mm e 12 pistolas 76 mm, baterias antiaéreas) e armas ligeiras» levados até à costa angolana por um navio soviético. «*Uma embarcação de desembarque angolana levou-as de Ponta Negra ao Cabo de São Brás, a 75 quilómetros de Luanda.*»¹⁸⁵⁵

No Caxito o ELNA continuava a sua ofensiva em direcção ao rio Bengo.¹⁸⁵⁶ A situação militar agravara-se. Tinham «chegado elementos seus, apoiados por autometralhadoras, à região do Quifangondo.» As FAPLA tinham-se retirado para sul do rio ocupando posições. Ocorrera «um forte duelo de artilharia durante toda a tarde», tendo sido cortado o abastecimento de água à capital. Foi quando «um alferes e três soldados da guarnição do posto elevatório de água» foram «presos pela FNLA, quando conversavam»¹⁸⁵⁷. Ferreira de Macedo confirmava para Lisboa a morte do alferes que entrara nas linhas da FNLA. «Os três soldados que o acompanhavam» tinham sido resgatados «por via aérea» através do Ambriz. Tinha sido assassinado por não ter deposto «imediatamente a sua arma»¹⁸⁵⁸. Segundo as três praças detidas pela FNLA no dia 30 Agosto no Quifangondo, estavam «a fazer a segurança às instalações da SMAE (com um alferes e dois civis) no depósito para fechar a água quando no regresso o alferes mandou o condutor seguir para norte do Bengo pela estrada do Caxito para avisar a FNLA que não deveriam fazer fogo para aquelas instalações por lá estar pessoal português. A cerca de três quilómetros apareceram tropas da FNLA que agradeceram a informação sobre a presença de tropa portuguesa junto aos depósitos hidráulicos. Até que um deles acusou um dos soldados portugueses

«porque usava um camuflado» do MPLA. Abriram fogo sobre a viatura, atingindo os pneus e o depósito de combustível e ferindo de raspão um dos soldados, «sem que o indivíduo que comandava conseguisse ter mão sobre os seus homens»: *«O alferes Bragança foi agredido com um soco e, quando lhe pediram a arma, fez um gesto inicial de recusa, tendo um dos elementos em acto contínuo feito um disparo que o atingiu mortalmente.»* Entregaram «as armas e foram conduzidos a pé pela estrada do Caxito. Cerca de 10 quilómetros mais adiante ataram-nos com cordas e meteram-nos numa Panhard. Quando alguns soldados se preparavam para os abater» foram salvos por um comandante «que os mandou desatar e os passou para a viatura», levando-os para uma fazenda na Barra do Dande». Na manhã seguinte (31 Agosto), foram levados para o Ambriz e instalados numa moradia sem terem sido sujeitos a quaisquer maus-tratos até à sua partida, no dia 2. *«No dia 1 de Setembro, chegou ao Ambriz o corpo do alferes Bragança, que a FNLA mandou buscar e meter num camião.»* Poderiam dizer ao «comandante em Luanda que a FNLA estava pronta a devolver as suas armas e a entregar ao Exército português o responsável pela morte do alferes bem como o caixão, onde colocaram o corpo», que não seguiu nesse dia «por não haver espaço no avião da Força Aérea que os foi buscar»¹⁸⁵⁹.

O alferes apenas quisera «alertar para o facto de a estação elevatória de águas (guarneçada por pessoal do Exército) correr o risco de ser danificada durante os recontros entre o ELNA e as FAPLA. Fora atingido com um disparo que lhe causou morte imediata»¹⁸⁶⁰. Na nota de protesto dirigida a Holden Roberto, Ferreira de Macedo disse não culpar directamente as cúpulas da FNLA pelo «reprovável acto» que era revelador de «uma falta de controlo e preparação» que não podia «deixar de censurar». *«Numa altura em que as FAP têm procurado [...] resolver os inúmeros e gravíssimos problemas decorrentes da situação de autêntica guerra civil que se vive neste país (salvando milhares de vidas humanas, transportando material e mantimentos para todo o território, procurando limitar os efeitos terríveis da situação que vive) a morte insólita e desnecessária de um oficial português cometida por elementos do ELNA de modo algum servirá para melhorar o ambiente para restaurar a paz.»*¹⁸⁶¹

Assim que soube que o V Governo Provisório estava demissionário, o MPLA emitiu um comunicado «insultuoso» para o governo português, as FAP e o Alto-Comissário¹⁸⁶². Por isso, quando no dia 30 de Agosto se reuniram para «analisar a situação e definir a possível intervenção» da tropa portuguesa, os comandantes operacionais de Luanda foram unânimes em considerar que, além de as FAPLA já terem ocupado «posições defensivas» no Caxito, o comunicado do MPLA causara «um forte impacto negativo junto das Nossas Tropas». Seria «muito difícil a sua intervenção no sentido de se oporem à eventual entrada do ELNA em Luanda» até porque sabiam que o MPLA recebera «recentemente viaturas blindadas e material de artilharia» que estavam na Funda. Era também «conveniente» a chegada urgente do Alto-Comissário nomeado, almirante Leonel Cardoso, e do Comandante-Chefe adjunto, general Heitor Almendra¹⁸⁶³.

O desespero dos portugueses

Na última semana de Agosto, Lopo do Nascimento e Carlos Rocha do MPLA e os dirigentes da UNITA José N'Dele e Fernando Wilson dos Santos reuniram-se em Lisboa sob o patrocínio do governo português na procura de um entendimento mínimo para que fosse possível entregar o Poder na data marcada. Segundo Heitor Almendra, as negociações decorreram no Forte São Julião da Barra. Passos Ramos e Gonçalves Ribeiro também integravam a delegação portuguesa: era a derradeira tentativa de os juntar. *«O objectivo era marginalizar a FNLA para que em 11 de Novembro o Poder fosse entregue a um governo de coligação MPLA/UNITA.»*¹⁸⁶⁴ Após as conversações destinadas «a partir pedra» a última reunião decorreu num aprazível restaurante na Praia do Guincho em Cascais, onde Vasco

Gonçalves esteve presente¹⁸⁶⁵. Recorda Passos Ramos que depois do almoço a conversa se prolongou e ainda passaram «um lanche muito agradável». Em dado momento, porque o dirigente do MPLA «mostrava grandes reticências» em subscrever o convénio, «o primeiro-ministro virou-se para Lopo do Nascimento e disse-lhe: “Vocês façam o acordo com a UNITA, ouviram o que estou a dizer», o que para este graduado revelava inequivocamente «as ligações que havia com o PCP»¹⁸⁶⁶. Ambos assinaram o documento.

À chegada a Luanda (em 31 de Agosto), as duas delegações mostraram-se reservadas quanto ao conteúdo do acordo e à sua aceitação por parte dos respectivos directórios políticos. Lopo do Nascimento disse aos jornalistas que as reuniões em Lisboa tinham permitido atingir um grau de entendimento para se superar o confronto militar entre os dois Movimentos. As direcções recusaram firmar uma aliança por ambas acreditarem ter condições para tomar o Poder pelas armas sem fazer concessões¹⁸⁶⁷. Pezarat Correia afirma que Savimbi rejeitou o acordo por imposição dos americanos, como escreve John Stockwell¹⁸⁶⁸. Segundo Piero Gleijeses, o líder da UNITA justificou à CIA não haver acordo devido à intransigência do MPLA. Costa Gomes responsabilizou a UNITA. Agostinho Neto confessou ao comandante cubano Argüelles que o MPLA estava dividido nessa questão¹⁸⁶⁹. Uns dias após o encontro do Guincho, Ferreira de Macedo recebeu de Lopo do Nascimento um ofício em que dizia que, pelas conversações havidas em Lisboa entre ele, José N’Dele da UNITA e os membros da Comissão Nacional de Descolonização, nenhum material das FAP seria embarcado para Portugal «sem o controlo e o assentimento das autoridades governamentais angolanas». Do mesmo modo, todos os bens imóveis pertencentes às FAP em Angola só poderiam ser alienados ao Estado angolano¹⁸⁷⁰. A resposta do Gabinete de Angola foi enviada apenas em 10 de Setembro para Leonel Cardoso. O assunto tinha sido abordado em Lisboa, mas com «o pressuposto político de um efectivo entendimento MPLA/UNITA» que não ocorrera¹⁸⁷¹.

O entendimento efectivo não fora subscrito. O secretário adjunto das Relações Externas da UNITA, John Kakumba, enviado por Savimbi a Kinshasa, assegurou no fim da audiência com Mobutu ter ido desmentir que a UNITA tivesse assinado um cessar-fogo com o MPLA. FNLA e UNITA lutavam em Angola «contra um inimigo comum»: o MPLA. Para Savimbi firmar tréguas com Neto seria necessário o MPLA evacuar «todas as zonas de influência dos outros dois Movimentos» e que Luanda fosse «declarada zona neutra», o que não acontecera. Disse ainda que UNITA não temia os mísseis soviéticos do MPLA e que os 3.500 catangueses que operavam nas fileiras das FAPLA se encontravam cercados no Luso pelas FALA¹⁸⁷². Confirmava que N’Dele estivera em Lisboa com Lopo do Nascimento, mas nenhum acordo tinha sido assinado. Em comunicado (emitido em Silva Porto e tornado público em Kinshasa), Savimbi acusava as tropas portuguesas «de tomarem efectivamente parte ao lado do MPLA no ataque ao Luso, ao Lobito e a Sá da Bandeira contra a UNITA»¹⁸⁷³.

Em Moçâmedes, as FAPLA faziam «a abertura da bagagem dos adidos, contraindo o despacho de 14 de Julho sobre o assunto». A abertura de 13.000 metros cúbicos de bagagem impediria que os navios (o primeiro dos quais chegaria ao porto entre os dias 1 e 4 de Setembro) estivessem «carregados antes da independência»¹⁸⁷⁴. Para desbloquear a situação, Ferreira de Macedo escreveu a Lopo do Nascimento, que ordenou às FAPLA que cumprissem o despacho ministerial e não bloqueassem o porto, deixando também largar o navio «com carregamento de carne», que deveria rumar «para Luanda urgentemente»¹⁸⁷⁵. No início de Setembro, os residentes na Jamba tinham sido finalmente evacuados para Nova Lisboa, onde era crescente o nervosismo e o desespero devido aos entraves colocados à saída das bagagens: «A situação dos desalojados é cada vez mais tensa, por falta de transportes e constantes dificuldades criadas pelo pessoal do porto e alfândega na verificação do embarque da bagagem.» O transporte de desalojados e bagagens estava «a assumir proporções dramáticas». Em

Nova Lisboa, 70.000 encontravam-se à espera de embarque, além da própria população do distrito: esperava-se que em breve ultrapassasse as 100.000. Era «necessário enviar medicamentos e equipas médicas» porque já se verificavam «casos de tifo»¹⁸⁷⁶.

Na véspera tinha havido mais uma «uma manifestação em frente ao Palácio com interrupção temporária do trânsito»¹⁸⁷⁷. Era a reacção à suspensão das transferências bancárias dos portugueses «por motivo de férias», decretada pelo ministro das Finanças. Por terem sido feitos 13.000 pedidos, o governante decidiu proibir, «mesmo as que já estavam autorizadas»¹⁸⁷⁸. Os problemas no porto de Luanda estavam «a ser resolvidos pelo primeiro-tenente Soares Rodrigues», segundo o delegado da CCPA causados por vigarices no material a evacuar pelos desalojados»¹⁸⁷⁹. Noticiava o *Diário de Luanda* ter sido «detectada uma mala de viagem com nove rádios portáteis novos na bagagem de um passageiro com destino a Lisboa». Os agentes alfandegários deveriam impedir estas «manobras de sabotagem» consideradas «alarmantes»¹⁸⁸⁰.

As tripulações de cinco navios da Companhia Nacional de Navegação (*Cunene, Niassa, Porto Amélia, Amarante e Braga*) decidiram no dia 29 de Agosto entrar em greve cinco dias depois¹⁸⁸¹. A greve no *Niassa* (fundado em Luanda) iria atrasar a evacuação das tropas porque o navio iria ser fretado para transportar «cerca de 1.200 homens»¹⁸⁸². No dia 5 de Setembro, a tripulação do *Niassa* interrompeu a greve e no Lobito tinham sido carregadas no *Infante Dom Henrique* todas «as viaturas sem problemas», mas esvaziadas do que continham no interior porque as FAPLA não autorizavam que dentro dos veículos «seguissem materiais»¹⁸⁸³.

No início de Setembro, o estado de alma do contingente militar português em Angola era de «desmotivação geral» e a folha de serviço marcada por «constantes insucessos devido a atitudes hostis dos Movimentos, à animosidade geral da população (branca e preta) e à noção de inferioridade» em relação aos nacionalistas. Já não chegavam produtos hortícolas frescos à capital; não havia gasolina nem gás. Os quartéis de Luanda poderiam ficar «sem água e sem luz» e não havia transportes. As Forças Integradas tinham-se desagregado e tomar partido por um dos Movimentos seria de enorme «periculosidade». O relatório das FAP concluía ser «irreversível a balcanização de Angola» e a incapacidade da tropa portuguesa, que deveria ser evacuada (como previsto) até dia 10 de Novembro. Era reconhecida a «incapacidade de impor pela força qualquer decisão, a não ser com grandes riscos» que ameaçariam «o cumprimento das missões fundamentais» como o resgate de civis, e era considerado inútil e inconveniente o «envio de quaisquer reforços, a não ser em situações especiais ou com tropas especiais»¹⁸⁸⁴.

Referia a Comissão Nacional de Descolonização que, a seguir ao «alívio» que representara o Acordo do Alvor, Lisboa não mais quis saber do que acontecia em Angola: passou a existir «um desinteresse crescente da opinião pública e das forças políticas por estes problemas, exclusivamente mobilizadas pelo processo político português». O comunicado sobre a suspensão do Acordo da Penina explicava que, como se «previa uma descolonização em clima de paz», as FAP tinham reduzido os seus efectivos de 67.000 para 24.000 homens, retirando de vastas áreas do Norte, Leste, Sudeste e Sul de Angola porque os Movimentos não queriam mais tropas nacionais em solo angolano¹⁸⁸⁵.

Tinha tentado não divulgar «as medidas de emergência adoptadas», mas, não podendo ocultar por mais tempo o que se passava em Angola, a Comissão decidira pronunciar-se. Os líderes angolanos tinham ostentado no Alvor uma falsa unidade: «Os Movimentos pretenderam apresentar no Alvor uma enganosa frente unida perante as sugestões construtivas do lado português.» O fracasso do Alvor devera-se ao sistema rotativo do Colégio Presidencial e à insistência na realização de eleições que Portugal tentara contrariar: «Outra fórmula de legalização da transferência do Poder adaptada à realidade angolana, contrariando-se a insistência por parte dos Movimentos no sufrágio universal,

válido, sem dúvida, noutra estádio de desenvolvimento político.»¹⁸⁸⁶ Não tinha sido, porém, a previsão de eleições que suscitara a desenfreada corrida às armas logo após a tomada de posse do governo: «Passaram a orientar toda a sua acção e a monopolizar as suas energias para a conquista do Poder [...] reavivando divergências e antagonismos, violentando-se as consciências de pretos e brancos, exacerbando-se o racismo, explorando o tribalismo, provocando a instabilidade social e a degradação económica, acabando por se assistir a um crescendo de violência.»¹⁸⁸⁷

Os líderes nacionalistas tinham assumido os erros em Nakuru, mas «da honesta autocrítica» (realizada dois meses antes) «nada resultou, infelizmente, senão um conflito generalizado». Os angolanos fugiram para o interior do território, os portugueses, cabo-verdianos, santomenses – «muitos dos quais já se consideravam verdadeiros angolanos» – fugiram para os países de origem: «Verificaram-se inúmeros mortos e feridos entre a população civil, violações, roubos, espancamentos e depredações de toda a espécie.»¹⁸⁸⁸

Nessa semana seis africanos «acusados de assassínio» tinham sido submetidos a julgamento popular num bairro de Luanda. «A população após o julgamento exigiu a sua execução imediata.» Segundo Henrique Santos, foi realizada»¹⁸⁸⁹. E Belém tinha conhecimento que havia portugueses detidos na Praça de Touros, admitindo-se que estivessem «a ser sujeitos a sevícias». Ferreira de Macedo deveria averiguar¹⁸⁹⁰. Na última semana de Agosto, o COPLAD recebera a denúncia de oito prisões arbitrárias pelas FAPLA, de indivíduos que estariam ligados à FNLA. E um «crescente número de indivíduos» pedia guarida às tropas portuguesas, alegando estar em perigo de vida: «Acrece apontar o caso dos indivíduos que procuram acolher-se à protecção das nossas tropas e que pedem a sua urgente evacuação de Angola por terem sido ameaçados e se sentirem perseguidos. Trata-se igualmente, de um modo geral, de indivíduos que de alguma maneira estiveram ligados à FNLA e receiam pela sua integridade física.»¹⁸⁹¹ Em 4 de Setembro, o Bureau Político do MPLA informara que «todos os presos europeus que estavam em poder do MPLA» tinham sido entregues dias antes à Polícia Judiciária¹⁸⁹². Raptos e desaparecimentos também eram uma constante: «Situações dramáticas que nos sentíamos incapazes e impotentes de resolver», refere Almendra. Como o de um casal que durante um mês apareceu diariamente no COPLAD à espera de notícias dos filhos desaparecidos na zona de Cacuaco: «Não era capaz de lhes dar uma resposta mínima nem de os escorraçar dali, pela simples razão que não sabia» qual dos Movimentos os teria «caçado e liquidado». Nunca apareceram. Foi então decidido elaborar uma lista de indivíduos que se julgava terem sido presos, tendo sido possível «recuperar meia centena» que estavam nas mãos do MPLA. Quantos aos «outros desaparecidos era impossível» saber o que lhes tinha acontecido ou onde estariam eventualmente os seus corpos¹⁸⁹³.

Por detrás da ponte aérea

Desde o primeiro dia de Setembro que Ferreira de Macedo sabia que, em breve, regressaria a casa. Heitor Almendra e Leonel Cardoso tinham sido nomeados em 30 de Agosto, devendo partir para Angola no dia 3 de Setembro. «Adiámos a partida porque tínhamos pedido reforços», justifica Almendra. O Comandante-Chefe adjunto (promovido a general para assumir o cargo) pedira o envio de «uma companhia de Comandos com Pára-quedaistas e duas de Polícia Militar.»¹⁸⁹⁴ Só partiriam depois de garantido que a «Bigorna» ou «Marreta» seria enviada¹⁸⁹⁵. Chegaram a Luanda no dia 5 de Setembro sem os reforços. Leonel Cardoso sabia não ter sido a primeira escolha para o cargo. Segundo Almendra, terá mesmo dito a Costa Gomes saber que seria o sétimo ou oitavo graduado a ser sondado, mas aceitava porque ficaria na história como o último Alto-Comissário de Angola¹⁸⁹⁶.

Embora partisse com poderes acrescidos, a sua carta de comando estipulava que teria de tomar as

decisões «em estreita ligação» com Belém, o Conselho da Revolução e Governo¹⁸⁹⁷, mas a solidariedade institucional plasmada no documento não parecia recíproca. Ao chegar a Luanda, o Almirante queixou-se da indiferença que a sua missão suscitara nas altas esferas da Metrópole: «*Parti há horas de Lisboa sem o conforto da presença no aeroporto de qualquer responsável político ou militar, ou de seus representantes, a levar-me uma palavra de despedida, de simpatia e de encorajamento.*»¹⁸⁹⁸ Três dias depois, pedia a Lisboa informações sobre «a acção disciplinar» aos soldados da Polícia Militar que se tinham recusado embarcar; a data de chegada da companhia de Comandos e quando receberia a sua carta de comando¹⁸⁹⁹. Como resposta obteve que os «camaradas do Exército» continuavam em missão de esclarecimento junto dos contingentes que deveriam ser enviados: já tinham ido a 16 unidades de Lisboa, à excepção da PM onde se mantinham «os problemas»¹⁹⁰⁰. Aquelas companhias estavam irreduzíveis e aparentava não estar «nos planos das autoridades militares» que embarcassem «por impossibilidade» de o mesmo ser feito¹⁹⁰¹.

No dia 6 de Setembro, Savimbi recusou reconhecer a nomeação de Leonel Cardoso e exigia a saída da tropa portuguesa do Sul¹⁹⁰², que acusara de não assegurar a segurança dos desalojados¹⁹⁰³. Eram «bastante ténues as esperanças de um entendimento» entre o MPLA e a UNITA, escrevia Leonel Cardoso para Belém, pedindo que fosse intensificada a pressão diplomática sobre Savimbi: «*Única esperança que vejo em salvar o processo.*»¹⁹⁰⁴ Neto também estava preocupado com os poderes atribuídos ao novo Alto-Comissário e na audiência que pedira insinuou que a possibilidade de ser instaurado o estado de sítio e o pedido de Tropas Especiais indiciavam que as FAP tencionavam fazer «um golpe de Estado» em Luanda contra o seu Movimento. A primeira reunião que tiveram foi uma permanente medição de forças. «Com eles ou connosco ao ataque», diria Almendra¹⁹⁰⁵. Neto queria perceber para que lado pendia o Almirante e «averiguar se havia segundas intenções por detrás» do eventual estado de sítio¹⁹⁰⁶. Leonel Cardoso seguiu a mesma estratégia, apresentando os motivos do lado português: o comunicado do MPLA tivera «efeitos perniciosos sobre as Nossas Tropas e a população branca», disse e censurou a «demora na saída das FAPLA de Luanda». O MPLA tinha sido «a maior vítima» do comunicado da Comissão Nacional de Descolonização ao ser «tratado em pé de igualdade com os outros Movimentos», queixou-se Lara. A parte portuguesa «devia ser menos dura para com o MPLA» e ajudar no bloqueio à entrada do ELNA na capital. Iria ser difícil fazê-lo porque não tinham retirado da cidade os seus excedentes nem o armamento pesado como fora acordado, ripostou o Almirante. Alegaram «que por si só não tinham força para se oporem» ao ELNA. Queriam também que 30 militares seus fossem colocados na segurança «do aeroporto e outros tantos fossem ensinados a fazer a guarda do Palácio».

Leonel Cardoso referiu a Neto que o estado de sítio «não seria uma medida anti MPLA» e apenas o ponderaria se ele e Savimbi não se entendessem «para a recepção do Poder» ou se por causa da fome na cidade os africanos viessem «para o asfalto»¹⁹⁰⁷. Durante o encontro, o MPLA acusou a tropa portuguesa de fazer negócios escusos, vendendo nas lojas de Luanda géneros da Manutenção Militar e transportando bagagens de civis para Portugal a troco de dinheiro. Leonel Cardoso tentou que levantassem as interdições à saída dos bens dos portugueses, mas apenas conseguira que Neto falasse com o ministro Mingas para que «deixasse de implicar com os caixotes dos deslocados». Sem recuar na interdição das transferências: porque Angola não tinha divisas¹⁹⁰⁸.

«Informações de várias origens» (incluindo do MPLA) indicavam estar a 60 ou 70 quilómetros de Roçadas na estrada para Sá da Bandeira «uma coluna de 800 homens com tropas regulares sul-africanas e mercenários e 12 viaturas blindadas.» Registava-se uma «grande tensão em Sá da Bandeira» por as FAP continuarem a não entregar às FAPLA os militares das FALA que estavam refugiados no quartel português¹⁹⁰⁹. O batalhão sul-africano enviado para proteger as instalações hidráulicas de Ruacanã e

Calueque estava «estacionado a 20 quilómetros a sul da fronteira», tendo entrado no território no dia 27 Agosto pelo posto fronteiriço de Santa Clara. «Dada a gravidade dos factos comprovados e o silêncio mantido por Portugal», o Alto-Comissário julgava «conveniente» que Lisboa empreendesse «medidas diplomáticas para pôr cobro à situação». Estava desde a sua chegada a ser sujeito a inúmeras pressões para que a incursão sul-africana no Cunene fosse denunciada: «*Tenho sido fortemente assediado por responsáveis do MPLA e pelos órgãos de informação nacionais.*»¹⁹¹⁰ Os sul-africanos tinham reunido com MPLA, mas devido à ausência do comandante Onambua haveria outro encontro em breve, referiu¹⁹¹¹. Uma semana depois, o cônsul sul-africano fez saber que o batalhão estaria disposto a retirar se a tropa portuguesa ou forças de um Movimento garantissem a segurança. As conversações preliminares entre a África do Sul e o MPLA decorreriam ainda esse mês, comunicou o Almirante.¹⁹¹² No encontro também seria «tratado o problema das viaturas» levadas para a África do Sul e que o MPLA estava «interessado em ter de volta, assim como as traineiras que para lá foram, não estando algumas delas pagas», disse¹⁹¹³.

Em Cabinda, não obstante a aparente calma que reinava desde o início de Agosto (depois de o MPLA expulsar a FNLA e de provocar «a saída “voluntária” da UNITA»), o marasmo era «apenas um estado embrionário de uma situação altamente crítica», equivalente a «um ambiente de “paz podre”». O MPLA dominava «completamente no aspecto militar», mas não detinha idêntico domínio a nível político, com excepção de uma pequena zona no Norte. «*Na realidade, o povo de Cabinda mostra-se de um modo geral impermeável à acção política do MPLA. Este facto é sobejamente comprovado nas manifestações de apoio ao MPLA, em que se verifica uma afluência de povo muito reduzida.*»¹⁹¹⁴ Em Setembro, a correlação de forças no distrito era cerca de 500 elementos das FAP para 10.000 ou 15.000 das FAPLA, um número aproximado, ressaltava-se. «A euforia da vitória por parte das FAPLA» conduzia «a frequentes atitudes inconvenientes» contra às praças portuguesas «com frequentes insultos, ameaças e até agressões que as cúpulas do MPLA» não conseguiam reprimir. Mantinha-se o risco de «uma invasão do Zaire camuflado pelas forças do ELNA», assinalando com perplexidade a Coordenadora que «o poderio e a influência americana em Cabinda» eram «mais do que evidentes» sendo paradoxal a subserviência das FAPLA às suas companhias petrolíferas: «*Todos os militares sentem que as próprias forças do MPLA respeitam mais o poderio económico do imperialismo americano do que a soberania simbólica do Exército português ao serviço de um governo revolucionário.*»

As riquezas do enclave (o petróleo, a madeira, o cacau e o café) tinham transformado a cidade na «capital económica» de Angola. O porto de Cabinda talvez fosse o único que funcionava «mais regularmente.» Ainda que não fossem «franca e directamente hostilizados pelo MPLA», os brancos deveriam abandonar em breve o distrito «face à incerteza do seu futuro». Também o desejavam as tropas portuguesas que tinham uma «noção exacta da inutilidade da sua presença». Sentiam-se impotentes para resolver os problemas, denotavam uma enorme ansiedade por não saberem quando partiriam e estavam sujeitos a um «ódio rácico cada vez mais cimentado pela situação». Estavam a ser influenciados negativamente pelo que observavam ser a situação dos retornados (considerava-se) e por saberem das constantes recusas «de embarque de novos contingentes para Angola». Esta situação somada à inexistência de meios (praticamente, só tinham o armamento individual) e ao isolamento geográfico em que se encontravam – o que criava atrasos na correspondência, dificuldades de reabastecimento e a inexistência de uma «saída de emergência» se houvesse um ataque-surpresa – provocava um verdadeiro estado de motim entre a tropa: «*Situações de indisciplina exagerada e de descrédito pelos próprios chefes, acompanhados das conseqüentes manifestações com injúrias e outras atitudes francamente negativas. Os militares já se manifestaram várias vezes publicamente,*

ofendendo e exigindo dos oficiais a sua retirada imediata.» Quando lhes era perguntado qual a sua missão em Cabinda a resposta era sempre só uma: «*Não sei.*» Sabiam não haver solução para o problema, mas pelo menos que se tentasse disfarçá-lo: «*Apenas podemos propor para máscara da situação que dêem os meios suficientes para que os portugueses que ainda estão em Angola e nós próprios, militares, consigamos sair de lá ainda com o mínimo de dignidade e sem atingir o nível mais baixo de degradação moral.*»¹⁹¹⁵

Em Luanda, desde os incidentes de Junho que o Poder legislativo e executivo estavam «totalmente entregues ao MPLA», que apenas governava «nas suas zonas de influência». «*A inoperância total do CPA e da PJ era flagrante.*» Também os meios de comunicação social eram controlados pelo MPLA, «incitando muitas vezes o povo, e especialmente os luandenses, ao ódio, ao racismo e ao tribalismo», que culminara no comunicado do *Bureau* Político do MPLA com «acusações gravíssimas ao governo português, às FAP e povo português». A capital era o centro político-militar do MPLA: pretender torná-la uma cidade livre de armas era «uma utopia por razões óbvias». A cidade tornara-se uma autêntica “bomba-relógio”. As FAP apenas guardavam «os pontos sensíveis (zona portuária, aeroporto, centrais de água, electricidade, etc.)» e faziam o patrulhamento. A capacidade de acção seria «substancialmente reduzida» ou mesmo «nula» se houvesse uma confrontação entre o MPLA e a FNLA. As tropas continuavam reticentes em cumprir as directivas do MNE e do Conselho da Revolução: se o ELNA avançasse a sua «contenção» competiria «especialmente ao MPLA». Para evitar uma chacina dos brancos de Luanda poderiam «ser chamadas» a fazê-lo, mas alegavam que entrar «em litígio com a FNLA» contrariava «o princípio da neutralidade activa» e «implicava defender a cidade ao lado do MPLA: «Facto que os nossos soldados não aceitam.» «*Face ao comportamento do governo português, dos meios de comunicação social de Portugal e de Angola (MPLA), do MPLA (FAPLA e Poder Popular), as Nossas Tropas estão totalmente desmotivadas para uma confrontação directa contra qualquer Movimento*»¹⁹¹⁶.

Faltavam dois meses para a independência e calculava-se ainda «haver 300.000 portugueses para evacuar» até ao dia 2 de Novembro, temendo-se não se conseguir fazê-lo. A RFA iria transportar 5.000 pessoas; a sua congénere do lado oriental do muro disponibilizara 150 horas de voo durante quatro a seis semanas, e a URSS, o mesmo número de horas enquanto fosse necessário¹⁹¹⁷. O problema do repatriamento tinha sido «em tempo oportuno» apresentado pelas autoridades de Angola aos mais altos dignatários da Metrópole sem que tivesse havido resposta: «*Apesar das várias insistências [...] no sentido de serem mobilizados os meios necessários à evacuação dessas centenas de milhares de pessoas e seus bens, pelos mais altos responsáveis portugueses apenas foram feitas promessas, que até agora nunca foram cumpridas.*»¹⁹¹⁸ Leonel Cardoso estava satisfeito por «a ponte aérea para Portugal estar a entrar num bom ritmo»: os números iniciais» eram «elevados». Mantendo-se aquela passada, no fim de Outubro teriam «ido embora todos» os que queriam. O repatriamento implicava uma série de fases, desde «procurar a pessoa em Angola até a pôr em Portugal», pormenorizou Gonçalves Ribeiro, faltando ainda ir buscar pessoas de áreas onde não havia segurança.

Em meados de Outubro, o terminal aéreo de Nova Lisboa seria encerrado e o de Luanda iria receber 15 a 20 aviões por dia. Não havia ainda meios para evacuar até Luanda os refugiados que estavam no Lobito, Benguela e Moçâmedes. Para o Comandante Naval interino Francisco Medeiros e Câmara seria necessário «arranjar meios marítimos porque os meios aéreos» eram «insuficientes». Estavam garantidos 180.000 lugares que poderiam chegar aos 200.000 e a TAP tentava arranjar mais 40.000, apontou Gonçalves Ribeiro. A Almendra, a situação em Nova Lisboa não parecera «tão grave como lhe tinham dito»: «*O principal problema é a falta de colaboração dos deslocados.*» «Mobutu tinha oferecido o campo de Kitona para alojar pessoas», referiu o Almirante. Era uma oferta «demagógica»,

considerou Silva Barata, pois o Zaire não tinha capacidade para receber tanta gente¹⁹¹⁹. Nesse dia, Leonel Cardoso expôs a Lopo do Nascimento o caso de «muitos chefes de família» que pretendiam deixar a família em Portugal e regressar a Angola desde que lhes pudessem transferir uma pensão. Aproveitá-los ficaria «mais barato ao Estado de Angola que estar a contratar técnicos estrangeiros», realçara.

Na reunião do CCPA seguinte, Gonçalves Ribeiro aludiu aos camionistas que não tendo podido sair pelo Zaire meses antes tencionavam fazê-lo agora numa caravana com 2.000 veículos até ao Sudoeste africano, pretendendo que as viaturas fossem posteriormente embarcadas para Portugal, o que teria um custo enormíssimo para os cofres do Estado português. À comissão que fora a Lisboa falar com o Gabinete de Angola tinham sido «propostas outras soluções, como a compra pela RMA de 20 camiões que seriam militarizados, porque além de dispendioso era «impossível levar as viaturas para Portugal», considerava Ferreira de Macedo. Foi sugerido que ficassem ao serviço do Exército durante 20 dias, sendo 75 por cento do salário dos motoristas pago em Portugal e o restante, em Angola, tendo ainda direito a viajar para Portugal, o que ficaria «na ordem dos 11.000 contos»¹⁹²⁰. Dois dias depois, o problema estava em parte resolvido. O Exército comprou 130 camiões e os salários dos motoristas seriam pagos nas condições referidas. «Já pedem em vez de exigir», afirmou o membro do Gabinete de Angola. Era por outro lado necessário que Luanda fizesse «pressão diplomática» para a FNLA deixar seguir para os terminais de embarque os desalojados que se encontravam em partes isoladas no território: havia 53 pessoas nestas condições em Ambrizete, em São Salvador e Carmona, e uma lista com o nome dos que desejavam ser evacuados¹⁹²¹. Era necessário «fazer chegar às mãos da FNLA os duodécimos» a que tinha direito, lembrou Leonel Cardoso: «*Como forma de pressão e moeda de troca para que as pessoas que ainda estavam nas suas áreas de influência fossem «autorizadas a sair»*»¹⁹²².

Em Luanda, a ponte aérea prosseguia sem incidentes, mas ninguém garantia a segurança dos aviões americanos ou de outras aeronaves envolvidas na operação. O tráfego aéreo continuaria sem percalços desde que os Pára-quedistas se mantivessem nas posições-chave da cidade. Carlucci tinha recomendado que os esforços dos EUA duplicassem porque apenas eram evacuados cerca de 500 refugiados por dia: «*É do nosso interesse que regressem a Portugal tantos refugiados quanto for possível para reforçar os moderados na sua tentativa de apertar o cerco aos comunistas nos órgãos governamentais. A ira dos refugiados políticos será dirigida directamente contra a actual chefia pró-comunista do governo, embora a longo prazo este anticomunismo possa ser condicionado pela habilidade de qualquer governo em lidar com as suas necessidades.*» Quando e se os moderados chegassem ao Poder em Portugal poderiam acudir aos problemas dos deslocados. Em apoio deste argumento, Carlucci fez saber que enviara uma «mensagem indirecta» a Melo Antunes, em que salientava que transportar mais refugiados seria a melhor forma de o governo americano apoiar a oposição aos comunistas¹⁹²³. Mas para levar somente os refugiados que se encontravam no terminal de Nova Lisboa seriam necessários 18 aviões diários, o que a TAP dizia ser impossível devido «à demorada espera» a que os aviões estavam obrigados. Ter-se-ia de diminuir drasticamente «os procedimentos burocráticos relacionados com o embarque, sendo alguns impressos preenchidos na viagem ou já em Lisboa, o que exigiria uma estreita «coordenação com o IARN»»¹⁹²⁴.

Como estavam «as diligências para a formação das colunas para irem buscar populações brancas por todo o território»? perguntou o Alto-Comissário. Havia que proteger uma coluna que queria sair de Carmona¹⁹²⁵. «O apoio aos deslocados dentro de Angola passara a ser coordenado pelo Gabinete Militar do Alto-Comissário através do grupo de apoio às populações, em articulação com a Cruz Vermelha Internacional, a ACNUR e a Caritas. Essas organizações detinham «um conhecimento actualizado» sobre a confrontação entre os Movimentos, «accionando os meios à sua disposição para

socorro das vítimas» que deveriam ser deslocadas «para zonas menos afectadas ou para locais de concentração intermédios ou terminais»¹⁹²⁶. Costa Gomes ordenara que fosse «dada prioridade no transporte de retornados a mulheres e crianças»¹⁹²⁷, mas os funcionários públicos também tinham pressa: no dia 14 de Setembro fizeram «uma pequena manifestação» e na audiência com Leonel Cardoso queixaram-se de «já algum tempo não haver navios para adidos»¹⁹²⁸. Alguns queriam «ficar para o fim para poderem tratar das suas bagagens», mas era preciso «fazer sentir às pessoas» que, se não comparecessem ao embarque no dia marcado, não teriam futuramente «transporte assegurado», alertava o Alto-Comissário¹⁹²⁹.

No dia 17 de Setembro começaram as evacuações de Sá da Bandeira para Luanda¹⁹³⁰. Segundo a TAP, naquela semana seria necessário transportar no mínimo 13.500 pessoas e mais 12.500 na seguinte. Reportava ainda o Almirante para Belém que os refugiados interpretavam a demora na evacuação como uma intenção deliberada para os demover de saírem de Angola: «*Estima-se ainda haver que evacuar 150 a 200.000. [...] Caso o esforço sofra mais demoras resultará inexecutável a evacuação com consequências trágicas para os desalojados e adidos e consequências político-militares imprevisíveis, mas inevitavelmente graves. É difícil convencer os interessados que não se trata de uma acção propositada para evitar o seu regresso.*»¹⁹³¹ No dia em que afirmou que nenhum soldado português ficaria em solo angolano depois de 10 de Novembro, Leonel Cardoso proferiu um derradeiro apelo aos compatriotas que fugiam do conflito armado angolano: em Portugal iriam enfrentar outro tipo de guerra, para a qual também não estavam preparados: «*Aos portugueses que estão resolvidos a partir, não lhes pedirei que fiquem. Apenas lhes peço que pensem bem antes de abandonar uma realidade perturbada e inquietante, mas promissora, por um futuro cheio de incertezas e dificuldades; antes de deixarem o que com o vosso esforço construíram ao longo de anos para irem começar uma nova vida em condições adversas.*»¹⁹³²

¹⁶⁹⁰ Entrevista a José Valente, Murtosa, 13 de Dezembro de 2011.

¹⁶⁹¹ Heitor Almendra, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, p. 561.

¹⁶⁹² Entrevista ao general Heitor Almendra. Lisboa, 9 de Setembro de 2011.

¹⁶⁹³ Melo Antunes nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 40.

¹⁶⁹⁴ Melo Antunes, em João Medina, *ibidem*, p. 217.

¹⁶⁹⁵ «Lisbon, 04386, August 11, 1975.»

¹⁶⁹⁶ AHM.F.43.S.6.C.843. 4 de Agosto de 1975.

¹⁶⁹⁷ CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG.Confidencial. Do PR para AC interino. 6 de Agosto de 1975.

¹⁶⁹⁸ AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R. I. N.º 37. 6 de Agosto de 1975, p. 3.

¹⁶⁹⁹ Silva Cardoso nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 153.

¹⁷⁰⁰ Citação de Sá Machado (CDS). Diários da Assembleia Constituinte, 28 de Agosto de 1975. Série 1. N.º 28, p. 699. www.debates.parlamento.pt

¹⁷⁰¹ Piero Gleijeses (2011), artigo citado. CID-FAR. Doc. 5 Raúl Díaz-Argüelles to the Armed Forces minister, Raúl Castro. August 11, 1975.

¹⁷⁰² «Luanda, 1069, August 5, 1975. Confidential.»

¹⁷⁰³ Piero Gleijeses, *ibidem*, pp. 255-256.

- [1704](#) Odd Arne Westad, *ibidem*, p. 233.
- [1705](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-IV.Doc.16.Secreto.C.T. da Lunda. 4 de Agosto de 1975.
- [1706](#) AHM.F.43.S1.C.836.P.11. Resposta manuscrita no verso da folha. 6 de Agosto de 1975.
- [1707](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 75.Confidencial. Do AC interino para PR. 4 de Agosto de 1975.
- [1708](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG.nº 77. Secreto. Do AC interino para PR. 5 de Agosto de 1975.
- [1709](#) AHM.F.43.S2.C.840.P29. R.I. n.º 37. 6 de Agosto de 1975, pp. 2 e 7.
- [1710](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 78. 5 de Agosto de 1975.
- [1711](#) *Idem*. MSG n.º 79. 6 de Agosto de 1975.
- [1712](#) *Idem*. MSG n.º 82. Muito secreto. Do AC para PR. 6 de Agosto de 1975.
- [1713](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38. Secreto. Do CCFAA para PR. 5 de Agosto de 1975, pp. 1-3.
- [1714](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R. I. N.º 37. 6 de Agosto de 1975, pp. 5-8.
- [1715](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 83. Secreto. Do AC interino para PR. 7 de Agosto de 1975.
- [1716](#) FMS.P.02975.031. Actas do Conselho da Revolução. Secreto. 5 de Agosto de 1975.
- [1717](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. Secreto. Do CEMGFA para AC interino. 6 de Agosto de 1975.
- [1718](#) FMS.P. 02975.031. Secreto. 5 de Agosto de 1975.
- [1719](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P. 15. Secreto. 12 de Agosto de 1975.
- [1720](#) *Diário de Luanda*. 8 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1721](#) AHM.F.43.S2.C.840.P.29. R.I. n.º 37. 6 de Agosto de 1975, p. 8.
- [1722](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 91. Secreto. Do AC interino para PR. 11 de Agosto de 1975.
- [1723](#) *Idem*. MSG. n.º 85. Do AC para PR. 8 de Agosto de 1975.
- [1724](#) *Diário de Luanda*. 12 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1725](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 92. Secreto. Do AC Interino para PR. 11 de Agosto de 1975.
- [1726](#) *Idem*. MSG n.º 91. Secreto. Do AC interino para PR. 11 de Agosto de 1975.
- [1727](#) *Diário de Luanda*. 12 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1728](#) Entrevista ao general Heitor Almendra. Lisboa, 9 de Setembro de 2011.
- [1729](#) *Diário de Luanda*. 8 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1730](#) AHM.F.43. S.2.C.840.P.29. R. I. N.º 37. 6 de Agosto de 1975, pp. 3-4.
- [1731](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 76.Muito secreto. Do AC interino para PR. 4 de Agosto de 1975.
- [1732](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-IV.Doc.21. Situação económica. 11 de Agosto de 1975, pp. 48-51.
- [1733](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 38. 13 de Agosto de 1975, p. 1.
- [1734](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.CCPA-IV.Doc.22.Secreto.Do MNE p/AC interino.15 Agosto 1975, pp.1-2.

- [1735](#) *Diário de Luanda*. 14 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1736](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 39. 20 de Agosto de 1975, p. 1.
- [1737](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 98. Do AC interino para PR. 15 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1738](#) *Idem*. CCPA-V.Doc.5. Embaixada de Kinshasa para MNE. 18 de Agosto de 1975.
- [1739](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 94. Secreto. Do AC interino para PR. 13 de Agosto de 1975.
- [1740](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 39. 20 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1741](#) *Diário de Luanda*. 13 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1742](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 40. 27 de Agosto de 1975, pp. 4-5.
- [1743](#) *Idem*. R.I. n.º 39. 20 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1744](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-IV.Doc.21. Situação económica. 11 de Agosto de 1975, p. 46.
- [1745](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 40. 27 Agosto 1975, p. 1. Trocar um alegado bilhete premiado por moeda estrangeira era um dos expedientes usados para converter angolares em escudos, dólares ou rands.
- [1746](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 40. 27 de Agosto de 1975, pp. 4-5.
- [1747](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-IV. Doc. 21. Situação económica. 11 de Agosto de 1975, p. 47.
- [1748](#) *Idem*. CCPA-V. Doc. 5. Embaixada de Kinshasa para MNE. 18 de Agosto de 1975.
- [1749](#) *Idem*. MSG n.º 91. Do AC para PR. 11 de Agosto de 1975.
- [1750](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 38. 13 de Agosto de 1975, pp. 3-4.
- [1751](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 98. Do AC interino para PR. 15 de Agosto de 1975, p. 1.
- [1752](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 38. 13 de Agosto de 1975, p. 5.
- [1753](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 75. Confidencial. Do AC interino para PR. 4 de Agosto de 1975.
- [1754](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 37. 6 de Agosto de 1975, p. 8.
- [1755](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 78. Secreto. Do AC interino para PR. 5 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1756](#) «Luanda, 1044, August 1, 1975. Confidential.»
- [1757](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG.Confidencial. Comando de Moçâmedes. 12-13 de Agosto de 1975.
- [1758](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 96. Confidencial. Do AC interino para PR. 13 de Agosto de 1975.
- [1759](#) *Diário de Luanda*. 31 de Julho de 1975, p. 2.
- [1760](#) *Idem*. 5 de Agosto de 1975, p. 3.
- [1761](#) *Idem*. 7 de Agosto, p. 3.
- [1762](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 40. 27 de Agosto de 1975, p. 5.
- [1763](#) *Diário de Luanda*. 14 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1764](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48.CCPA. 4 de Agosto de 1975.
- [1765](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 91. Do AC interino para PR. 11 de Agosto de 1975.

- [1766](#) *Idem.* MSG n.º 89. Confidencial. Do AC interino para PR. 9 de Agosto de 1975.
- [1767](#) *Idem.* MSG n.º 93. Confidencial. Do AC interino para PR. 11 de Agosto de 1975.
- [1768](#) *Idem.* MSG n.º 96. Confidencial. Do AC interino para PR. 13 de Agosto de 1975.
- [1769](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Muito urgente. Pretória para AC. 11 de Agosto de 1975.
- [1770](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Secreto/Muito urgente. Embaixada em Pretória para MNE. 12 de Agosto de 1975.
- [1771](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 97. Secreto. Do AC interino para PR. 14 de Agosto de 1975.
- [1772](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Secreto Do CEMGFA para AC interino. 18 de Agosto de 1975.
- [1773](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 107. Secreto. Do AC interino para CEMGFA. 20 de Agosto de 1975.
- [1774](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 37. 6 de Agosto de 1975, p. 9.
- [1775](#) *Idem.* R.I. n.º 38. 13 de Agosto de 1975, p. 6.
- [1776](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 37. 6 de Agosto de 1975, p. 8.
- [1777](#) *Diário de Luanda.* 5 de Agosto de 1975, p. 3.
- [1778](#) Marques Rocha, *ibidem*, pp. 410-411.
- [1779](#) CIA.TCS.615/75. The National Intelligence Daily. Top Secret, August 11, 1975, pp. 1-2.
- [1780](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-IV. Doc. 21. Situação económica. 11 de Agosto de 1975, pp. 25-26.
- [1781](#) *Idem.* MSG n.º 98. Confidencial. Do AC interino para PR. 15 de Agosto de 1975.
- [1782](#) «Washington, 182965, August 2, 1975. Secret.». *Diário de Luanda.* 31 de Julho de 1975, p. 2.
- [1783](#) CD25A.UC.F.P.A.A25A.Belo.MSG n.º 95. Exclusivo. Reunião em Belém. P/CCPA. 13 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1784](#) AHM.F.43.S.2.C.840. P.29. R.I. n.º 38. 13 de Agosto de 1975, p. 5.
- [1785](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 101. Secreto. Do AC para PR. 17 de Agosto de 1975, pp. 1-3.
- [1786](#) *Idem.* MSG n.º 114/108. Secreto. Do AC interino para PR. 21 e 24 de Agosto de 1975.
- [1787](#) *Idem.* MSG n.º 116. Secreto. Do AC interino para PR. 25 de Agosto de 1975.
- [1788](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.6. Da Cruz Vermelha Angolana p/AC interino. 25 Agosto 1975.
- [1789](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 116. Secreto. Do AC interino para PR. 25 de Agosto de 1975.
- [1790](#) *Idem.* MSG n.º 117. Secreto. Do AC interino para PR. 27 de Agosto de 1975.
- [1791](#) *Idem.* MSG n.º 101. Secreto. Do AC para PR. 17 de Agosto de 1975, p. 3.
- [1792](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 40. 27 de Agosto de 1975, p. 4.
- [1793](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. 26 de Agosto de 1975.
- [1794](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 124. Do AC interino para PR. 29 de Agosto de 1975.
- [1795](#) *Idem.* CCPA-V.Doc.22. 27 de Agosto de 1975.
- [1796](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 98. Confidencial. Do AC interino para PR. 15 de Agosto de 1975, p. 2.

- [1797](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. 26 de Agosto de 1975.
- [1798](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 39. 20 de Agosto de 1975, p. 6.
- [1799](#) *Idem.* MSG n.º 98. Confidencial. Do AC interino para PR. 15 de Agosto de 1975.
- [1800](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. 26 de Agosto de 1975.
- [1801](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º101. Secreto. Do AC para PR. 17 de Agosto de 1975, pp. 1-2.
- [1802](#) *Idem.* MSG n.º 103. Secreto. Do AC para PR. 18 de Agosto de 1975, pp. 2-3.
- [1803](#) AHM.F.43.S.2.C.842.P.29. R.I. n.º 39. 20 de Agosto de 1975, pp. 6-8.
- [1804](#) Coronel Jorge Serro, em Manuel Amaro Bernardo, *ibidem*, pp. 186-187.
- [1805](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-V.Doc.42.Capitão Azevedo Martins. 2 de Setembro de 1975, p. 1.
- [1806](#) Entrevista ao general Passos Ramos. Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.
- [1807](#) Passos Ramos nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 172.
- [1808](#) Entrevista ao general Passos Ramos. Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.
- [1809](#) AHM. F.43.S.2.C.842.P.29. R.I. n.º 40. 27 de Agosto de 1975, p. 6.
- [1810](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 104. Secreto. Do AC para PR. 19 de Agosto de 1975.
- [1811](#) *Idem.* MSG n.º 103. Secreto. Do AC para PR. 18 de Agosto de 1975.
- [1812](#) *Idem.* MSG n.º 104. Secreto. Do AC para PR. 19 de Agosto de 1975.
- [1813](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.26. PR. Suspensão do Acordo do Alvor. 22 de Agosto de 1975.
- [1814](#) AHM. F.43.S.2.C.842.P.29. R.I. n.º 40. 27 de Agosto de 1975, p. 6.
- [1815](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-V.Doc.42.Capitão Azevedo Martins. 2 de Setembro de 1975, pp. 1-2.
- [1816](#) *Idem.* MSG n.º 108. Secreto. Do AC interino para PR. 21 de Agosto de 1975.
- [1817](#) *Idem.* MSG n.º 104. Secreto. Do AC interino para PR. 19 de Agosto de 1975.
- [1818](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. 26 de Agosto de 1975.
- [1819](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38. Do AC interino para PR. 27 de Agosto de 1975.
- [1820](#) AHM.F.43.S.2.C.840.P.29. R.I. n.º 39. 20 de Agosto de 1975, pp. 5-6.
- [1821](#) «Portuguese Africa», in *Foreign Relations*, 1969-1976. Volume XXVIII, July 2011, p. 300. Secret, August 20, 1975.
- [1822](#) «New York, 3818, August 26, 1975.»
- [1823](#) Passos Ramos nos Estudos Gerais da Arrábida. 1 de Outubro de 1998. ICS.AHS.FDP, p. 70.
- [1824](#) CIA.TCS 626/75.The National Intelligence. Top Secret. August 23, 1975, p. 1.
- [1825](#) «Lisbon, 4841, August 23, 1975. Secret, pp. 1-3.»
- [1826](#) Marques Rocha, *ibidem*, pp. 417-418.
- [1827](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 114. Secreto. Do AC interino para PR. 24 de Agosto de 1975.

[1828](#) *Diário de Luanda*. 23 de Agosto de 1975, p. 1.

[1829](#) *Idem*. 23 de Agosto de 1975, p. 3.

[1830](#) *Diário de Luanda*. 30 de Agosto de 1975, p. 6.

[1831](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 123. Secreto. Do AC interino para PR. 29 de Agosto de 1975.

[1832](#) «Washington, 207423, August 30, 1975. Secret.»

[1833](#) *Idem*.

[1834](#) «Washington, 207423, August 30, 1975. Secret.»

[1835](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG.Secreto. Do AC interino para PR. 20 de Agosto de 1975.

[1836](#) *Idem*. MSG n.º 110. Secreto. Do AC interino para PR. 22 de Agosto de 1975.

[1837](#) Odd Arne Westad, *ibidem*, p. 230.

[1838](#) Odd Arne Westad (2011) «Moscow and the angolan crisis 1974-76: a new pattern of intervention» in *Cold War International History Project Bulletin*, p. 25. Manasov, charge d'affaires, embassy Havana. 15 August 1975. Gravação da conversa entre Manasov e Oscar Cienfuegos, conselheiro de Fidel Castro que levou a mensagem presidencial à embaixada soviética. www.wilsoncenter.org

[1839](#) *Idem*. Afanasenko to Moscow, 17 August 1975,

[1840](#) Odd Arne Westad (2011), «Moscow and the angolan crisis 1974-76: a new pattern of intervention» in *Cold War International History Project Bulletin*, pp. 25-26.

[1841](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, pp. 239 e 259-261.

[1842](#) Piero Gleijeses (2011), «Havana's policy in Africa 1959-76: new evidence from cuban archives» in *Cold War International History Project Bulletin*, p. 9. www.wilsoncenter.org

[1843](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.39. Secreto. Da PR para AC. Assinado por Passos Ramos. 3 de Setembro de 1975.

[1844](#) AHM.F.43.S.2.C.842.P.29. R.I. n.º 39. 20 de Agosto de 1975, p. 3.

[1845](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 104. Exclusivo/Muito secreto. Do AC para PR. 19 de Agosto de 1975, p. 2.

[1846](#) *Idem*. MSG n.º 103. Secreto. Do AC para PR. 18 de Agosto de 1975, pp. 2-3.

[1847](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º103. Secreto. Do AC para PR. 18 Agosto de 1975, pp.2-3.

[1848](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.26. PR. Suspensão do Acordo do Alvor. Agosto de 1975.

[1849](#) *Idem*. MSG n.º 110/112. Secreto. Do AC interino para PR. 22 de Agosto de 1975 e 23 de Agosto de 1975.

[1850](#) AHM.F.43.S.1.C.837.P.12. Assinado pelo general Fontes Pereira de Melo. 24 de Agosto de 1975, pp. 1-3.

[1851](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 116. Secreto. Do AC interino para PR. 25 de Agosto de 1975.

[1852](#) *Idem*. MSG n.º 117. Secreto. Do AC interino para PR. 27 de Agosto de 1975.

[1853](#) «Washington, 203494, August 26, 1975. Secret.»

[1854](#) «Portuguese Africa» (2011), in *Foreign Relations*, 1969-1976. Volume XXVIII, pp. 314-315. «Washington, 221159, September 17, 1975. Secret.»

[1855](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, p. 268.

[1856](#) *Idem*. MSG n.º 137. Do AC para Ministério da Comunicação Social. 30 de Agosto de 1975.

- [1857](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. Da CCPA para PR. 1 de Setembro de 1975.
- [1858](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 129. Secreto. Do AC interino para PR. 2 de Setembro de 1975.
- [1859](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. C.T. de Luanda. Relatório Imediato n.º 158. 3 de Setembro de 1975, pp. 1-2.
- [1860](#) *Idem*. Comunicado do AC interino. 4 de Setembro de 1975
- [1861](#) *Idem*. Carta do AC interino para Holden Roberto. 4 de Setembro de 1975.
- [1862](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 126. Secreto. Do AC interino para PR. 30 de Agosto de 1975.
- [1863](#) *Idem*. MSG n.º 128. Secreto. Do AC interino para PR. 30 de Agosto de 1975.
- [1864](#) Entrevista ao general Heitor Almendra. Lisboa, 31 de Maio de 2011.
- [1865](#) Entrevista ao general Heitor Almendra. Lisboa, 9 de Setembro de 2011.
- [1866](#) Entrevista ao general Passos Ramos. Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.
- [1867](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, p. 266.
- [1868](#) Pizarat Correia. *ibidem*, p. 174.
- [1869](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, p. 266.
- [1870](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38. MSG n.º 134. Secreto. Do AC interino para PR. 4 de Setembro de 1975.
- [1871](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.39. MSG n.º 7 Gabinete de Angola. Secreto/Exclusivo. 10 de Setembro de 1975.
- [1872](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-V. De António Monteiro para MNE. 4 de Setembro de 1975.
- [1873](#) *Idem*. CCPA-V.Doc.42.Cap. Azevedo Martins. 2 de Setembro 1975, pp. 1-2.
- [1874](#) AHM.F.43.S.1.C.838.P.17. Do Comando de Moçâmedes para Comando de Luanda. 31 de Agosto de 1975.
- [1875](#) *Idem*. Resposta de Lopo do Nascimento a AC interino. 1 de Setembro de 1975.
- [1876](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. Da CCPA para PR. 1 de Setembro de 1975.
- [1877](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 129. Secreto. Do AC interino para PR. 2 de Setembro de 1975.
- [1878](#) *Diário de Luanda*. 30 de Agosto de 1975, p. 2.
- [1879](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. Da CCPA para PR. 1 de Setembro de 1975.
- [1880](#) *Diário de Luanda*. 18 de Setembro de 1975, p. 7.
- [1881](#) *Diário de Luanda*. 3 de Setembro de 1975, p. 7.
- [1882](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. Da CCPA para PR. 1 de Setembro de 1975.
- [1883](#) *Idem*. Comandante Martins e Silva. 5 de Setembro de 1975.
- [1884](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Recebido pelo CEMGFA em 3 de Setembro de 1975, pp. 1-4.
- [1885](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Recebido pelo CEMGFA em 3 de Setembro de 1975, pp. 9 e 13-14.
- [1886](#) AHM.F.43.S.1.C.837.P.12. Comunicado da Comissão Nacional de Descolonização, pp. 1-5.
- [1887](#) *Diário de Luanda*. 4 de Setembro de 1975, p. 7.

- [1888](#) AHM.F.43.S.1.C.837.P.12. Comunicado da Comissão Nacional de Descolonização, p. 7.
- [1889](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38. Do AC interino para PR. 27 de Agosto de 1975.
- [1890](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Do PR para AC interino. 28 de Agosto de 1975.
- [1891](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9.Proc. n.º 25.20.2 Do COPLAD para gabinete do AC. 2 de Setembro de 1975.
- [1892](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 130. Confidencial. Do AC para PR. 4 de Setembro de 1975.
- [1893](#) Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 164.
- [1894](#) Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 157.
- [1895](#) Entrevista a Heitor Almendra. Lisboa, 9 de Setembro de 2011.
- [1896](#) *Idem*.
- [1897](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1. Carta de comando de Leonel Cardoso. 30 de Agosto de 1975, pp. 1 e 4.
- [1898](#) *Diário de Luanda*. 5 de Setembro de 1975, p. 2.
- [1899](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 135. Confidencial. Do AC para PR. 8 de Setembro de 1975.
- [1900](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.39. Resumo noticioso 11 de Setembro 1975.
- [1901](#) *Idem*. Do PR para CCPA. 12 de Setembro de 1975.
- [1902](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. Major Abreu. 8 de Setembro de 1975.
- [1903](#) *Idem*. 9 de Setembro de 1975.
- [1904](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 137. Secreto. Do AC para PR. 10 de Setembro de 1975.
- [1905](#) Heitor Almendra nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 159-161.
- [1906](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 137. Secreto. Do AC para PR. 10 de Setembro de 1975.
- [1907](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 9 de Setembro de 1975, pp. 1-3.
- [1908](#) *Idem*. 10 de Setembro de 1975, pp. 1-2.
- [1909](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.47. Dossiê África do Sul. Manuscrito. CCPA.
- [1910](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 141. Secreto. Do AC para PR. 10 de Setembro de 1975.
- [1911](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 9 de Setembro de 1975, p. 3.
- [1912](#) *Idem*. 16 de Setembro de 1975.
- [1913](#) *Idem*. 18 de Setembro de 1975, p. 2.
- [1914](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-V.Doc.41. Situação político-militar em Cabinda, p. 1.
- [1915](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-V.Doc.41. Situação político-militar em Cabinda, pp. 2-3.
- [1916](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-V. Doc. 41. Situação político-militar em Cabinda, pp. 1-2.
- [1917](#) *Idem*. CCPA-V.Doc.44. Evacuação das populações civis.
- [1918](#) *Idem*. Doc. 46. Moção n.º 2 da Região Militar de Angola.

- [1919](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 10 de Setembro de 1975, pp. 2-3.
- [1920](#) *Idem.* 11 de Setembro de 1975, pp. 1-2.
- [1921](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. Conversa com Luanda. 13 de Setembro de 1975.
- [1922](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 13 de Setembro de 1975.
- [1923](#) «Washington, 214858, September 10, 195. Secret.»
- [1924](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.25. Da PR para AC. 12 de Setembro de 1975, p. 1.
- [1925](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 13 de Setembro de 1975, p. 2.
- [1926](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Do GMAC. 13 de Setembro de 1975.
- [1927](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.25. Do PR para AC. Confidencial. 15 de Setembro de 1975.
- [1928](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 15 de Setembro de 1975, p. 2.
- [1929](#) *Idem.* 16 de Setembro de 1975, p. 2.
- [1930](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. 17 de Setembro de 1975.
- [1931](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 174. Confidencial. Do AC para PR. 19 de Setembro de 1975.
- [1932](#) *Diário de Luanda.* 19 de Setembro de 1975, p. 3.

6. DE NOVO EM GUERRA

A chegada dos cubanos

Os dois últimos meses antes da independência foram marcados pela entrada em território angolano de forças militares estrangeiras de reforço às tropas nacionalistas. Cubanos e sul-africanos, coadjuvados por soldados de outras nacionalidades (incluindo portugueses), entraram no conflito, reduzindo ainda mais a influência do antigo país administrante. As chefias militares em Luanda estavam cada vez mais sós na hora do adeus, assistindo impotentes ao assalto à antiga jóia do império. Era tempo de fazer as malas e de recolher a bandeira, sem olhar para trás. Perante a evidência de uma decisão que já não lhe pertencia, Portugal limitou-se a cumprir os prazos de saída estabelecidos, com a intranquila certeza de que nada mais poderia fazer para mudar o destino de Angola. Logo após a chegada do novo Alto-Comissário Leonel Cardoso, desembarcaram em Luanda estrategos do Leste e do Caribe para ajudar o MPLA a controlar as três áreas decisivas do território – Luanda, Cabinda e Nova Lisboa – esta última devido à ligação ferroviária dos portos do Sul aos países africanos sem mar. As movimentações no terreno eram conhecidas das FAP e os diplomatas ainda na cidade comunicavam-nas às respectivas capitais para que Moscovo, Washington, Havana e Pequim orientassem o seu apoio em função dos interesses económicos e geoestratégicos em causa. Se os soviéticos pretendiam estender a sua influência (quatro anos depois entravam no Afeganistão), os americanos queriam compensar a derrota no Vietname e garantir que o petróleo do golfo de Cabinda não passaria para «o inimigo». Neste jogo era necessário ter em conta o contrato de exploração das multinacionais petrolíferas, garantindo que os futuros governantes não as lesariam: os petrodólares seriam um dos principais aliados do MPLA como foram os artilheiros sul-africanos para Savimbi no Sul, igualmente decisivos na derrota da FNLA na batalha do Quifangondo.

Rechado de Luanda, mas mantendo-se acantonado a Norte do Caxito no início de Setembro, o ELNA chegou ao Morro da Cal ficando a 24 quilómetros de Luanda, mas as FAPLA tinham tomado «as Mabubas (a central hidroeléctrica) e Sassa, localidades vizinhas da vila do Caxito que ameaçava cair mais uma vez.» Na manhã de 7 de Setembro, o MPLA «atacou em duas frentes, em Sassa e no Morro da Cal, com as tropas do Poder Popular», cercando as posições da FNLA.¹⁹³³ Nessa operação terão participado oficiais cubanos. Segundo Melo Antunes, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português só teve «conhecimento real de que os cubanos estavam a actuar em Angola quando já lá estavam em força», talvez em «fins de Agosto ou em Setembro. [...] Era natural que alguma informação, directa ou indirecta, pudesse ter aparecido revelando a ida de cubanos para Angola». Passos Ramos crê que tivessem chegado em Setembro, embora a primeira informação oficial seja do início de Outubro. «*De repente, tínhamos a internacionalização de um conflito de grau dois para grau sete ou oito com cubanos a descarregar munições e armas; um dos navios vinha carregado, quando a tropa pára-quedista chegou viu que não era armamento português mas soviético.*»¹⁹³⁴

No dia 7 de Setembro, a Nona Brigada das FAPLA chefiada pelo comandante N'Dozi atacou o Caxito, onde entrou no dia seguinte, obrigando a FNLA a recuar para as posições detidas em meados de Agosto, mas como desabafou, os revezes eram inesperados e a vitória não era certa porque «tanto podia

contar com 1.000 homens como com 100 pois desapareciam sem avisar». Quase sempre porque «queriam ir a Luanda passar o fim-de-semana».¹⁹³⁵ Dois dias depois as FAPLA chegaram aos montes Limbongos, colocando o ELNA mais distante de Luanda. No Caxito ocorrera uma «evolução a favor do MPLA», registava o major Gomes de Abreu. As fotografias aéreas mostravam o ELNA «em debandada da Barra do Dande em direcção aos Limbongos, onde se verificaram os combates»¹⁹³⁶.

No dia 10, o ministro da Informação convidou os jornalistas para uma ida ao Caxito com ele e o comandante Juju das FAPLA, durante a qual puderam observar a devastação provocada pelos confrontos. «*A vila de Caxito parece uma cidade fantasma dos filmes do Oeste... ruas desertas, meia dúzia de velhas e velhos acolhidos no antigo quartel das forças portuguesas, depois do ELNA e agora das FAPLA.*»¹⁹³⁷ De cima de um blindado N'Dozi fez-lhes o sinal de vitória com os dedos. «De óculos escuros, cachimbo na boca com tabaco ordinário e camuflado limpo mas com recentes sinais de uso», juntou-se à mesa onde estava um microfone: as FAPLA tinham atingido os montes dos Limbongos em 48 horas, capturando 103 combatentes do ELNA, para o qual o confronto passou a ser conhecido como «o desastre do Caxito»¹⁹³⁸.

Todos os dias era feito «o reconhecimento visual» aéreo da zona a norte de Luanda para se «detectar todas as movimentações no Quifangondo». A localização do ELNA era conhecida e frequentemente transmitida ao MPLA, como refere Heitor Almendra: «*Havia conviência com o MPLA, pois havia oficiais nossos que eram claramente defensores do MPLA.. [...] Assim que tinham uma notícia das fotografias ou qualquer outra, iam logo levar recado, iam dar “a dica” aos seus acólitos.*»¹⁹³⁹ Passos Ramos corrobora: «*Eram feitos os Revis e as fotos aéreas apareciam nas mãos do MPLA. Mas não sei por que mão eram levadas.*»¹⁹⁴⁰ «Todos os dias sabíamos por onde entravam em Angola as colunas da FNLA e as movimentações no terreno de cada uma das forças armadas dos Movimentos. É verdade que após os Revis as fotos estavam na mão do MPLA. Como lá apareciam, não sei, mas sei quem estava envolvido»¹⁹⁴¹, diz José Valente, comandante da 2.ª Região Aérea, que se mantinha em funções, apesar das relações tensas com a CCPA. Perante a Coordenadora, Leonel Cardoso disse ter sido informado em Lisboa que «todos os comandantes militares em Angola seriam substituídos». Ao lhe perguntarem se Valente se deveria manter, respondera que «devido à orientação da política a seguir» e como ele tinha «um rótulo de simpatia pela FNLA, não achava conveniente a sua permanência». Apesar da resposta e de Costa Gomes «lhe ter feito esta pergunta duas vezes foi novamente passada a resolução deste problema para Angola», partilhou. Julgava que Valente não deveria ficar, mas queria ouvir os presentes¹⁹⁴². Eram conhecidas as «desconfianças» da Força Aérea em relação à Coordenadora por serem transmitidas «informações do Revis diário ao MPLA», referiu Almendra. E da CCPA relativamente ao brigadeiro em causa. Se fosse substituído o rumo não mudaria, pois o seu número dois (o coronel Ferreira de Almeida) identificava-se «com a sua linha de pensamento», reagiu Valente. A sua saída teria de ser fundamentada: não bastaria dizerem que era «prejudicial ao processo de descolonização». Após uma azeda troca de palavras, Leonel Cardoso repôs a ordem: queria ouvir opiniões, não acusações mútuas. Para Alfredo Telo deveria ficar, caso fosse necessário alguém para contactar a FNLA. Não era motivo suficiente: a FNLA falaria com quem quer que fosse da Força Aérea. Era preciso contar com a posição do Gabinete de Angola lembrou Almendra: Sabino Rodrigues ameaçara demitir-se se Valente continuasse no cargo e as posições do MFA em Lisboa¹⁹⁴³ eram «irredutíveis».

Após a reunião o Almirante desabafou com Costa Gomes: lamentava que o caso tivesse assumido tais proporções (estendendo-se a outros ramos) numa ocasião «em que todos deveríamos estar mais unidos do que nunca». O problema era delicado em termos pessoais: «*Não sou da Força Aérea e sou amigo do brigadeiro Valente. Tenho a faculdade conferida pelo CEMGFA de mandar regressar a Lisboa*

qualquer oficial servindo em Angola, sem necessidade de justificação. Se mando embora o brigadeiro tenho a hostilidade de 69 em 87 oficiais da FA. Se não mando, não sigo a minha maneira de pensar e destruo a CCPA e o Gabinete de Angola em Lisboa, num momento extremamente inconveniente e inoportuno.» Necessitava «do apoio e da colaboração» do MFA, sobretudo «a escassos dois meses da independência de extrema dificuldade». Por outro lado, os oficiais da Força Aérea tinham reiterado (em plenário) «a sua confiança no brigadeiro por 69 votos a favor, nove contra e nove abstenções». Estava numa «posição bastante delicada», por «não desejar a animosidade da FA nem perder a colaboração» do MFA.¹⁹⁴⁴ Só vislumbrava uma solução: o regresso do brigadeiro a Lisboa a pedido do próprio. Iria pedir-lhe que o fizesse, mas solicitava que a ordem fosse dada por Costa Gomes. Não se tratava «de enjeitar responsabilidades», mas de evitar situações que iriam «fomentar o divisionismo» na tropa em Angola¹⁹⁴⁵. Assim foi. No dia seguinte foi dada por finda a comissão de Valente que deveria «regressar imediatamente» a Portugal¹⁹⁴⁶. A decisão deixou «o pessoal da Força Aérea agitado»¹⁹⁴⁷. No dia 12, Belém ordenou que fosse erguida a barreira defensiva à entrada do ELNA em Luanda, com «a presença de três unidades oceânicas da Armada, nomeadamente na área de segurança dos acessos a Luanda e de um dispositivo de forças terrestres no perímetro defensivo de Luanda. Reconhecimento visual diário assegurado nas áreas já seleccionadas e por meios ofensivos em estado adequado de alerta»¹⁹⁴⁸. A retracção dos 20.000 soldados portugueses ainda em Angola começaria no fim de Setembro e a evacuação deveria «estar terminada até à véspera da independência.» No comunicado sobre a saída das FAP de Angola antes do previsto no Alvor, Leonel Cardoso evocou razões aberrantemente inversas à realidade: «É tal a confiança que Portugal deposita nas boas gentes desta esperançosa terra que decidiu retirar de Angola as suas Forças Armadas antes do dia 11 de Novembro.»¹⁹⁴⁹ Proceder-se-ia à redução do dispositivo no Lobito e em Moçâmedes, em conjugação com a retirada dos desalojados que aguardavam transporte para fora do Estado. Quanto aos militares na reserva (segundo a directiva *Raio Branco*) participariam «em missões de apoio aos portugueses desalojados, na escolta a colunas organizadas para fora de Angola ou para locais de evacuação»¹⁹⁵⁰.

Na primeira semana de Setembro, os presidentes Machel e Nyerere reuniram-se no Maputo, onde «decidiram fazer uma aliança com Kaunda» que mantinha sempre «uma certa ambiguidade, no sentido de dar apoio incondicional ao MPLA». Este novo alinhamento pró-MPLA era uma posição que Machel e Nyerere «defendiam ter de ser hegemónica» por ser o único Movimento que combatia «o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo». Segundo fontes autorizadas, Maputo excluía agora «qualquer hipótese de diálogo com as outras duas formações» angolanas. O sintoma «oficial» da viragem pró-Neto fora a declaração do presidente congolês Nguoubi em Conacri: «O apoio incondicional do seu país ao MPLA» era partilhado por outros Estados africanos¹⁹⁵¹.

Em meados de Setembro, Nguoubi esteve em Havana. Por essa ocasião, os primeiros soldados cubanos partiram para Angola, desembarcando em Brazzaville e em Porto Amboim no início de Outubro¹⁹⁵². O *Vietnam Heróico*, o *Coral Island* e o *La Plata* largaram de Havana entre 16 e 20 de Setembro. A bordo levavam 430 efectivos, além de «1.000 toneladas de gasolina»¹⁹⁵³, quase 300 instrutores e material para quatro CIR¹⁹⁵⁴. «Castro estava preocupado com a reacção do governo de Lisboa à chegada dos navios, pedindo que evitassem a todo o custo o confronto armado com os portugueses, pois poderiam pensar que se tratava de uma invasão. Ao mesmo tempo dois aviões cubanos com 142 instrutores voaram para Brazzaville.»¹⁹⁵⁵ Leonel Cardoso continuava a pedir a Lisboa (em desespero de causa) pelo prometido envio das «duas companhias de Comandos e uma de Pára-quedistas», que deveriam «estar em Luanda até 15 de Outubro».¹⁹⁵⁶ Porque «vários indícios» apontavam para que o MPLA estivesse a preparar uma declaração unilateral da independência. Não era apenas «a atitude dilatória» quanto à saída dos seus militares de Luanda, mas também a preocupação

manifestada com a chegada das Tropas Especiais; a «pressão constante para incluir a PM e as FAPLA como guardas do Palácio, do aeroporto e do porto comercial e o interesse manifestado no plano final de redução» da tropa na capital. Era «imprescindível» a chegada das Tropas Especiais, como solicitara na mensagem anterior¹⁹⁵⁷.

Surgira-lhe uma ideia para a entrega do Poder; os angolanos «*fariam uma trégua e viriam delegações dos três Movimentos a Luanda*»¹⁹⁵⁸. O plano não parecia ser muito realista. Era mais plausível o de Samora Machel prevendo a criação de uma comissão constituída por 12 a 18 países africanos escolhidos pelos Movimentos e Portugal que permitisse proclamar a independência «na data prevista»¹⁹⁵⁹. Costa Gomes escrevera ao homólogo moçambicano a pedir ajuda, mas a resposta não foi a esperada: a suspensão temporária do Acordo de Alvor e a atribuição ao Alto-Comissário dos poderes do governo eram «um prémio para as manobras do inimigo» contra «as forças responsáveis» do MPLA empenhadas na «tarefa de governação de que não tinham abdicado». Machel também «discordaria de um eventual apelo às Nações Unidas» e opunha-se, sobretudo, à participação de tropas da ONU «em qualquer tipo de missão em Angola», dizia a carta entregue em mão pelo conselheiro presidencial moçambicano Sérgio Vieira Branco¹⁹⁶⁰.

Após a reunião de Lusaca – entre Machel, Kaunda, Nyerere, o primeiro-ministro congolês Henri Lopes e o presidente do Botswana – foram enviados emissários a Luanda, a Kinshasa e a Lisboa, mas, a aplicação do plano dependia do MNE português, Melo Antunes, que voltou à função no VI governo provisório. O plano previa «uma maior influência política do MPLA, com possibilidade de uma frente secreta com a UNITA», desígnio que por ser «muito vulnerável» deveria «manter-se em círculo muito restrito»¹⁹⁶¹. O Gabinete de Angola considerava ainda que a criação de uma *task-force* africana (como propunha Maputo) favoreceria «o papel de Portugal na data da independência», por se pretender «uma acção coordenada com vários países africanos», o que, em contrapartida, obrigaria as FAP a respeitarem «as implantações dos Movimentos» e a cooperarem mais com o MPLA e a UNITA. Ainda se almejava a hipótese de sair de Angola honrosamente: «*O papel de Portugal pode ser decisivo e com grandes consequências no futuro, se conseguir acompanhar toda a jogada. Por isso, é fundamental colocar nas pastas certas as pessoas certas e com receptividade africana, nomeadamente de Moçambique.*» Este plano seria como uma tábua de salvação para Portugal não ser recriminado pela forma como descolonizara esta província ultramarina. Para o Gabinete de Angola os «interesses em jogo» encarregar-se-iam de mudar ou destruir a FNLA assim que fossem dadas «garantias concretas» ao MPLA e à UNITA sobre o Caminho-de-Ferro de Benguela, a Diamang, e outros recursos económicos e interesses geoestratégicos no território. Evidentemente que toda a informação referida era estritamente sigilosa.¹⁹⁶² E era definitivamente rejeitada a intervenção da ONU: o diferendo deveria ser prioritariamente resolvido pelos «países vizinhos de Angola, de acordo com a última reunião de Lusaca», ou pela OUA¹⁹⁶³.

Em Lisboa (em escala após um périplo por alguns países da «cortina de ferro», Iko Carreira referia que só o MPLA tinha «milícias populares armadas e uma autodefesa organizada» para poder dominar as áreas urbanas em Angola. A artilharia do ELNA era chefiada por zairenses e a UNITA nem sequer a possuía¹⁹⁶⁴. O armamento que os EUA lhe enviavam também não seria de grande utilidade. Lembrava Kissinger (no Comité dos 40) que armas americanas não deveriam circular em Angola: eram para «ajudar Mobutu». Tranquilizaram-no: algumas já tinham sido enviadas, mas eram da Segunda Guerra Mundial, não se tratava de material recente pois o Congresso não autorizaria¹⁹⁶⁵. A Costa Gomes, Carlucci revelou a apreensão dos EUA com a hegemonia comunista do MPLA e por saber que em Angola a neutralidade portuguesa «não estava a ser cumprida no terreno». Continuavam a entrar no território grandes quantidades de armamento soviético, as FAPLA não tinham saído de Luanda e numa

dada operação a tropa portuguesa até ajudara as forças de Neto: «*Nenhum esforço fora feito para impedir os avanços militares do MPLA. Soubemos de uma ocasião em que as tropas portuguesas facilitaram mesmo uma manobra do MPLA.*»¹⁹⁶⁶ Washington não aceitava que Angola ficasse para o MPLA, cuja supremacia se devia a apoio militar externo. O governo português era criticado de todos os lados por causa de Angola, queixou-se Costa Gomes. Lisboa só tentava juntá-los e com esse propósito pedira ajuda aos países vizinhos, «mas era tão difícil sentar Holden e Neto à mesma mesa como juntar o PCP e o PSD no mesmo governo», perorou. Portugal continuaria a tentar encontrar um interlocutor válido a quem entregar o Poder em Novembro, quanto às armas, sabia que entravam em Angola por todos os lados e de várias proveniências, sem que o Exército português se pudesse opor. Já só restavam unidades nacionais «em Cabinda, Luanda, Nova Lisboa, Lobito e Sá da Bandeira e tinham uma capacidade muito limitada para restringir o fluxo de armas ou impedir as movimentações militares» no território.

O embaixador americano «precisava de clarificar para Washington qual era exactamente a política do governo português: se era neutral ou a favor do MPLA». Era neutral, «mas o MPLA desfrutava de maior apoio popular do que a FNLA». A questão fulcral era se Portugal continuaria a permitir a expansão do MPLA para lhe entregar o Poder? As insinuações de Carlucci ao alegado favoritismo manifestado ao MPLA pelos governos gonçalvistas levou o chefe de Estado a negar que o MPLA fosse comunista. «Como de costume» (assinalava Carlucci) Costa Gomes apresentara «um determinado número de motivos para não tomar uma posição de força». Lisboa poderia não fazer algo de significativo para alterar a situação, mesmo que quisesse, e talvez a pressão exercida pelos EUA não viesse a ter qualquer peso na solução política desejada, mas pelo menos Costa Gomes ficara a conhecer os pontos de vista de Washington, reportou¹⁹⁶⁷.

As exigências de Neto

Depois de Agostinho Neto pedir a Leonel Cardoso uma audiência privada, o Alto-Comissário perguntou a Belém o que deveria fazer se o MPLA declarasse unilateralmente a independência¹⁹⁶⁸. Portugal não a aceitaria, foi a resposta recebida no dia seguinte¹⁹⁶⁹. Nesse encontro o líder do MPLA continuou «sem dar resposta às perguntas» que o Almirante lhe fizera duas semanas antes. Apenas afirmou que «as suas tropas não saíam» de Luanda porque tinham de defender «a cidade de um ataque do ELNA». E voltou a apresentar um rol de exigências inquietante: «Disse que gostaria de ver as FAP de Luanda desarmadas, queria que o asfalto deixasse de ser patrulhado pelas Nossas Tropas e que esse serviço passasse a ser feito pelas FAPLA, visto ter havido um aumento de roubos na zona asfaltada.» Queria também que elementos das FAPLA fossem integrados na guarda ao Palácio» e fizessem a segurança do Bairro do Saneamento por os seus ministros terem «medo» de serem «guardados por tropas portuguesas»¹⁹⁷⁰. Para Leonel Cardoso alguns dos «desejos» manifestados eram «descarados»: queriam as FAP «desarmadas». «É que nem pensassem», afirmou no CCPA. A pretensão de «colaborarem na guarda da residência do Alto-Comissário e no patrulhamento do asfalto» era óbvia: «queriam, no fundo, *curto-circuitar*» a protecção da zona residencial branca pelas unidades operacionais e ter o Comandante-Chefe sob uma espécie de vigilância domiciliária¹⁹⁷¹. Leonel Cardoso só admitia que integrassem a guarda ao Palácio; patrulharem o asfalto estava fora de questão.

Neto exigira também a saída das FAP em 10 de Novembro – o MPLA estava perplexo por o prazo de retirada só ter sido anunciado dias antes, referiu Gomes de Abreu. O calendário de saída até fora antecipado, não percebia porque insistiam nesse ponto, reagiu o Almirante. O presidente do MPLA também estranhara que Leonel Cardoso tivesse dito à Imprensa estrangeira que Portugal admitia

recorrer à ONU se a situação em Angola se mantivesse e que continuava a reconhecer legitimidade aos três Movimentos. O Almirante perguntou-lhe: «*Se estivesse na posição dele que resposta daria?*» As queixas eram infundáveis: Angola estava a ser saqueada pela tropa portuguesa que enviava para Lisboa materiais preciosos e peças valiosas: o povo estava descontente com «a saída de grandes caixotes pertença de militares» e com a quantidade de automóveis, electrodomésticos e outros aparelhos levados para fora do país pelos ex-colonos. Exigiam participar na «inspecção das bagagens dos retornados»: iriam nomear alguém «para se ir inteirando» do assunto junto de Gonçalves Ribeiro e queriam conhecer «o movimento dos navios» para estarem presentes nos embarques¹⁹⁷². Estavam também «imensamente» preocupados com a chegada de reforços que pudessem ser usados para fins menos pacíficos. Se estavam «desconfiados», disse-lhes o Almirante, também ele o estava por suspeitar que se preparavam para «proclamar unilateralmente a independência», o que, ficassem desde logo cientes, Portugal não toleraria nem a ONU ou a OUA iriam aceitar.

Para Leonel Cardoso a plataforma MPLA-UNITA apadrinhada por alguns Estados africanos estava condenada ao fracasso: «*Agostinho Neto disse não admitirem qualquer entendimento com a UNITA; não respondeu à pergunta sobre a declaração unilateral e sugeriu a entrega do Poder só ao MPLA.*» Parecia-lhe que «a ideia deles» era fazer uma «golpada» (partilhou no CCPA), o que, obviamente, «não confirmaram»¹⁹⁷³. Tinham feito uma grande pressão para conhecerem o plano de entrega das instalações militares em Luanda e queixaram-se do estado lastimoso em que eram entregues devido às «depredações» que a tropa portuguesa provocava nos quartéis quando os abandonava. Poderia entregar ao CPA o armamento dos paióis do Grafanil?, perguntou em dado momento o capitão Macedo. Podia (respondeu o Almirante) mas sem as culatras porque se o MPLA fizesse um golpe essas armas poderiam «virar-se contra as Nossas Tropas». Seria melhor ficarem «no Grafanil e as culatras na Fortaleza, para evitar qualquer dissabor»¹⁹⁷⁴.

Se não fosse encontrada uma solução aceitável até 11 de Novembro deveria entregar-se a jurisdição à ONU; se esta recusasse, ficaria em Luanda, revelou Leonel Cardoso a Tom Killoran. Não acreditava, porém, que o MPLA se antecipasse, Lisboa tinha tido a inteligência de contactar Moscovo, que um mês antes fizera ver a Neto como seria politicamente inconveniente uma declaração unilateral a seis semanas da independência. Mas se o fizesse boa parte das FAP iria ripostar. Estava seriamente convicto disso devido ao antagonismo existente entre as duas partes: «*Os brancos de Angola, de um modo geral, culpam o MPLA e os seus grupos do Poder Popular pelos males que atingem o território, e apesar das tropas terem pouca utilidade para os colonos, muitas delas têm familiares e amigos e identificam-se com sua situação. Os soldados que estão há algum tempo em Angola têm uma atitude diferente dos recém-chegados de Portugal: viram no terreno o que aconteceu ao país e definitivamente não simpatizam com o MPLA. Não são pró-FNLA ou pró-UNITA, mas seguramente são anti MPLA. Em segundo lugar, a campanha vilipendiosa dos media controlados pelo MPLA contra os militares portugueses ajudou a consolidar esse sentimento. Por fim, quando a FNLA atacou o Caxito no dia 25 de Julho, o MPLA caiu tão depressa que fez aumentar a suspeição que estavam a tentar arrastar os portugueses para a batalha.*»¹⁹⁷⁵

Naquele momento apenas estavam em Angola «20.000 forças nacionais, 12.000 das quais em Luanda e dessas somente 6.000 poderiam ser classificadas como tropas de combate». Até 1 de Novembro seriam evacuadas 9.000 tropas de Luanda e as 3.000 que ficariam até à véspera da independência seriam escolhidas pela sua prontidão para combate. Como seria defendida a capital se o ELNA atacasse?, indagou Killoran. Leonel Cardoso revelou que quando chegou a Luanda disse a Neto que a tropa portuguesa só entraria na operação se as FAPLA deixassem a cidade. Neto disse que lhe diria uma data na semana seguinte, mas ainda estava à espera da resposta. Recebera instruções de Lisboa para

impedir a entrada do exército da FNLA na capital mesmo que as FAPLA lá continuassem, mas na Metrópole não entendiam que a única forma de pressão sobre o MPLA era recusar-lhe essa ajuda. Além de que «isso faria o mundo acreditar mais ainda no mito de que o governo português era aliado do MPLA.» Se alguém tinha sido favorecido fora Savimbi, a quem escrevera na semana anterior dizendo que se pensava que ele era pró-MPLA estava «completamente enganado»: *«Até o novo MNE Melo Antunes (que à Esquerda era um homem razoável), estava agradado por ver que o pêndulo balançava a favor do líder da UNITA.»* É claro que não podia garantir que, a título individual, alguns oficiais e soldados portugueses não ajudassem um ou outro Movimento, mas isso resultava do modo como cada um via a situação.

Acusavam-no de ser imparcial por estar sediado na capital, mas estar em Luanda permitia-lhe ser «um freio» às pretensões do MPLA. Aliás, assumira funções para estancar o rol de vistos pedidos pelo MPLA para «conselheiros» estrangeiros, entre os quais os de 17 técnicos cubanos. Como lhe pareceu um número excessivo suspendera temporariamente a entrada de cubanos em Angola (como Havana se queixara). Killoran quis saber se já lá estavam conselheiros russos. Nenhum passaporte soviético lhe passara pelas mãos, mas poderiam estar e não sabia quantos seriam nem era possível averiguar, pois deveriam ter passaportes falsos. Havia progressos na tentativa de juntar Neto a Savimbi? *«Ambos estão a fazer o jogo da espera. O MPLA continua a ameaçar declarar a independência unilateralmente enquanto mantém a sua ofensiva militar para forçar a UNITA a capitular antes de Novembro. A UNITA, por sua vez, tenta ganhar território suficiente para obrigar o MPLA a negociar a sua entrada no governo sem ter de se submeter às exigências de Neto.»*¹⁹⁷⁶

Comentava Killoran no fim do memorando: *«A FNLA e a UNITA não querem admitir que o seu velho adversário, o MPLA, é uma força combatente melhor do que eles os dois juntos e por isso dizem que os portugueses são os responsáveis. Quando até o Alto-Comissário mais anti MPLA que esteve em Angola, o general Silva Cardoso, considerava a FNLA um bando de imbecis corruptos que não eram capazes de encontrar o caminho do Caxito para Luanda sem um mapa e um compasso.»* Os seus compatriotas americanos só falavam com a FNLA e a UNITA, sendo-lhes por isso difícil fazer uma apreciação distanciada da realidade angolana, mas retivessem o seguinte: *«Neste momento o MPLA está mais bem organizado do que os seus adversários. Tem recebido uma enorme quantidade de armas da União Soviética e possui uma liderança capaz: os portugueses não tiveram nada que ver com as conquistas do MPLA nos últimos meses. Se quiserem saber, se não fossem os portugueses Savimbi ainda estaria aos tropeções no mato com alguns guerrilheiros.»*¹⁹⁷⁷

Se falhassem «todas as tentativas e modalidades» para a passagem do Poder, ponderava «não o entregar no dia 11 Novembro, ficando em Luanda com o ajudante de campo e três oficiais da CCPA» até ser encontrada «uma solução para o impasse», escrevia Leonel Cardoso a Costa Gomes. «Na pior das hipóteses ele e o seu *staff* seriam forçados a embarcar para Lisboa», o que constituindo «a tomada do Poder pela força» evitaria pelo menos a «confrontação armada».¹⁹⁷⁸ Killoran conhecia o Almirante há cerca de um ano e acreditava que fosse imparcial, não se devendo esquecer, porém, que a sua missão era fazer Portugal sair de Angola a 11 de Novembro. «A ideia do almirante ficar sentado na cadeira depois da independência, como Sewell Avery», era «admirável». Seria decerto levado à força pelo MPLA, sem que na Metrópole se importassem¹⁹⁷⁹, comentava, antes de concluir: *«Não confio em qualquer das partes deste drama: nem nos portugueses que não têm vontade; nem no MPLA que não tem escrúpulos; nem na FNLA que não tem juízo, nem na UNITA que não tem Poder, pelo menos até ao momento. Os factores de motivação dos três líderes dos Movimentos são negativos – ódio, ganância, ambição – e a solução final em Angola vai ser ditada pela força das armas. O resultado ocorrerá depois da independência e será sangrento.»*¹⁹⁸⁰ Todos os indícios apontavam para um tal

desfecho. Nas duas semanas seguintes ao «desastre do Caxito», o ELNA reforçou-se com um segundo grupo de soldados. Sabiam que «mais batalhões cubanos desembarcariam» em breve, levando «material pesado e tanques russos modernos». A fraca ajuda de Kinshasa consistiu em canhões antiaéreos de 20mm¹⁹⁸¹. O ELNA reconquistara o Caxito e a Barra do Dande e o MPLA retirara para Quifangondo em 22 de Setembro, informou o capitão Semedo. Era preciso intensificar «o esforço de observação» das tropas nacionalistas através dos Revis na área do Caxito, pediu Leonel Cardoso¹⁹⁸² no CCPA.

Com os cargueiros cubanos em alto-mar, no dia 25 de Setembro o comandante Xyieto das FAPLA informou Argüelles que Moscovo prometera enviar para o dia da independência cinco BM-215 (lançadores de morteiros múltiplos); 10 T-345; 25 peças de artilharia de 76mm, 10 carros blindados e dois aviões. O MPLA também necessitava que Havana lhe fornecesse homens para manobrem todo aquele material, pedido que foi aprovado em 5 de Outubro. No dia 26 a Nona Brigada das FAPLA travou o avanço do ELNA no Morro da Cal (20 quilómetros a norte do Quifangondo)¹⁹⁸³. Na véspera um Nord Atlas «com matrícula das FAP, sobre a qual foi pintada matrícula civil de Moçambique», entrara numa «operação presumivelmente ao serviço do MPLA», o que poderia levar os Movimentos a alvejar aviões das FAP do mesmo tipo», alertou o Alto-Comissário.¹⁹⁸⁴ Após o ataque ao Morro da Cal, Holden Roberto queixou-se (por carta) que as FAP vigiavam «sistematicamente as posições da FNLA na área de Quifangondo» e por isso, a partir daquela data qualquer avião que as sobrevoasse seria «inapelavelmente abatido.»¹⁹⁸⁵ Leonel Cardoso lamentou «a desconfiança» manifestada em relação Força Aérea, à qual os Movimentos tanto deviam, por transportar não só os militares nacionalistas em perigo, mas também por levar mantimentos para as zonas da FNLA, cujas vias terrestres estavam bloqueadas. De qualquer forma, não aceitava um ultimato daquele género, «sujeitando-se o ELNA a consequências» se alguma aeronave portuguesa fosse alvejada¹⁹⁸⁶.

Na sequência do novo alinhamento pró-MPLA dos Estados africanos, Costa Lobo, o novo embaixador português na ONU (Veiga Simão deixara o cargo em Junho), informou que o grupo africano reunido no dia 23 de Setembro decidira «não abordar na Assembleia Geral o problema de Angola antes da independência»: «A decisão tinha sido certamente inspirada pelos países africanos» apoiantes do MPLA, mas muitos consideravam «intimamente que a independência naquela data» poderia ser «um passo precipitado e perigoso.» O responsável pelo grupo africano dissera-lhe que o MPLA tentaria «explorar a fundo a sua actual vantagem militar, não aceitando atrasos na concessão da independência». E não era o único a defendê-lo. «A chefe de divisão de África no departamento da descolonização (colaboradora próxima do subsecretário-geral Ming-Chao, considerado fiel intérprete da política africana na China)» julgava que «a FNLA e a UNITA não estariam em condições de contra-atacar antes da partida das tropas portuguesas, insinuando assim que estas estão a favorecer claramente o MPLA.»¹⁹⁸⁷

Em Luanda, Lopo do Nascimento mandou perguntar a Leonel Cardoso quando as FMM seriam pagas e a FNLA queria receber da Petrangol os devidos direitos de exploração. Eram «pagos anualmente em Março através de Bancos estrangeiros ao governo», explicara o administrador perante a insistência do dirigente em receber os retroactivos desde Janeiro. Lopo do Nascimento estava a par do assunto, informou Leonel Cardoso. O MPLA não o aceitaria, disse João Carretas no CCPA: «Seria reconhecer a jurisdição da FNLA no Norte». O Almirante foi mais uma vez directo: se o MPLA não reconhecia o domínio da FNLA no Norte, porque deixara o governo de pagar aos funcionários públicos que ainda lá se encontravam¹⁹⁸⁸? De Lisboa apenas provinha silêncio sobre o envio das Tropas Especiais e o Almirante ainda não tinha recebido a sua carta de comando; que se insistisse nisso. Em relação às comissões paritárias, o MPLA tinha sido notificado para nomear os seus representantes; dever-se-ia pedir o mesmo aos outros dois Movimentos. Martins e Silva iria a Pretória acertar o material de guerra

a devolver aos sul-africanos e a questão das viaturas civis e traineiras – cujo leilão estava marcado para 12 de Outubro – que o governo do MPLA queria reaver.

O Almirante aludiu ainda ao último discurso de Savimbi: «*Era uma declaração de guerra ao MPLA e pouco faltava para o ser também em relação a Portugal*». Nessa alocução, o líder da UNITA disse ter assinado o Acordo do Luso (em Dezembro de 1974) por Portugal querer «afastar o MPLA da cena política angolana», só que, entretanto, Neto começou a receber «armas da União Soviética» e a preparar a guerra que já não era nenhum «segredo»: «*É a mesma, só mudou de carácter: agora são angolanos contra angolanos.*» Nos últimos meses a UNITA perdera o «Lobito, Benguela, Moçâmedes, Sá da Bandeira, Pereira d’Eça» e até poderia perder mais território já conquistado, pois as FALA não se tinham armado convenientemente: «*Se estávamos convencidos de que ganhávamos as eleições à vontade, para quê perder tempo na procura de armas?*» Mas agora tinha-as. Embora com «um certo atraso em relação ao MPLA», as suas fontes de armamento já eram «iguais ou superiores» às do rival que nas suas fileiras contava com «cubanos, russos, argelinos e moçambicanos». Ainda falavam de mais uma conferência convocada pela OUA e por Lisboa: a UNITA não participaria. Portugal portara-se mal: a UNITA tinha sido o Movimento que mais cooperara com as FAP e que menos as afrontara e, por isso, não aceitava as manobras «a favor do MPLA». Na Rádio Clube do Huambo já tinha anunciado: «*Não queremos mais nada com o governo português; [...] não tratamos com mais ninguém, nem com o novo governo, nem com o Alto-Comissário, nem com a tropa portuguesa. As nossas relações estão definitivamente cortadas.*»¹⁹⁸⁹ As FAP eram «inevitavelmente o bode expiatório» para todos os males que grassavam em Angola, escreveu-lhe, sempre assertivo, Leonel Cardoso, advertindo que «a sua paciência» e a das FAP se mantinha, mas conviria «não abusar». Rematando: «*O Dr. Savimbi já não gosta dos militares portugueses que se encontram em Angola [...] e não vê qualquer vantagem na continuação da sua presença – nem mesmo para abrigar e proteger centenas de militares e militantes da UNITA ou para conduzir a porto seguro milhares dos seus combatentes.*»¹⁹⁹⁰

Em retirada do Sul

Porque a UNITA apresara um avião da TAAG na Jamba, Silva Barata deslocou-se a Nova Lisboa para resolver a questão. Na cidade já havia «desentendimentos entre a UNITA e a FNLA» por o ELNA ter ocupado o edifício em frente do quartel do Batalhão de Cavalaria¹⁹⁹¹, como relatava David Bernardino: «*Qual a situação em Nova Lisboa? A cidade está em decomposição. Depois de a UNITA tomar a cidade, o saque fez-se e faz-se com um cunho original que lhe dá a organização: respeitam-se hierarquias. Iniciam-no os quadros mais elevados, seguem-se respeitosos os quadros médios e vêm no fim os respeitosos aderentes para os restos que sobraram nas casas saqueadas. Já a FNLA sem “rasgo” toma conta de casas e haveres, sempre relacionados com o aspecto exterior, e se ainda houver residentes enxota-os sem grande dificuldade, como se presume.*» Nova Lisboa definhava: «*A vida comercial e industrial parou. A cidade privada de toda a circulação apodrece.*» Com a saída dos desalojados «até esse coração enxertado que ainda batia» se calou, deixando-a mergulhada «num silêncio» sepulcral, reportou para Luanda. A UNITA e a FNLA competiam «nos roubos de combustível», o que era quase praticamente impossível «por tudo já estar roubado», e disputavam «a ocupação de pontos importantes da cidade». «*Possibilidades de se entenderem? Nenhuma e ainda menos com esta compita. Sem combustíveis, sem os abastecimentos necessários para alimentar a cidade que resta e com os serviços públicos moribundos.*»¹⁹⁹²

Os saques não ocorriam somente em Nova Lisboa. Em Luanda eram denunciados alguns furtos no Bairro do Saneamento¹⁹⁹³. O inquérito encontrava-se «em curso», referia o Comando em comunicado.

«Grande parte dos roubos» fora feita «por civis» e, por isso, os militares seriam «punidos por negligência no cumprimento dos deveres e não por desonestidade», mas a confirmar-se o envolvimento de tropas no saque às residências, seriam «severamente punidos». O Alto-Comissário condenava também os soldados que cobravam para transportar como sua bagagem dos portugueses. Tais exceções à regra envergonhavam as FAP de Angola: «*No que se refere ao negócio indigno que alguns militares vêm fazendo com o transporte de bagagem de desalojados, explorando a necessidade de quem se encontra em aflição, estão há muito em vigor medidas rigorosas de repressão, embora seja difícil evitar este género de infracções.*»¹⁹⁹⁴

Na reunião do CCPA, Leonel Cardoso anunciou que dever-se-ia transmitir às tropas de Nova Lisboa que poderiam sair no dia 6 de Outubro, mas só quando já não houvesse população europeia para evacuar, pois em Sá da Bandeira havia grande alvoroço entre os desalojados por correr o rumor de que a tropa se ia embora sem os levar¹⁹⁹⁵. Os civis do Lobito, Benguela, Sá da Bandeira e Moçâmedes deveriam ser evacuados durante o mês de Outubro e até 2 de Novembro «a totalidade» dos que queriam seguir para Portugal, informou (dois dias depois) Gonçalves Ribeiro¹⁹⁹⁶. Como não era possível fazer deslocações, terrestres ou aéreas, entre a faixa litoral (Lobito, Benguela, Sá da Bandeira e Moçâmedes) e Nova Lisboa, os deslocados teriam de ser todos canalizados para Luanda¹⁹⁹⁷. O congestionamento no aeroporto da capital iria agudizar-se com a chegada desses evacuados, cujo embarque era prioritário. Iria tentar-se que não saíssem da aerogare¹⁹⁹⁸. Os restantes 45.000 deslocados da zona litoral (incluindo os do Novo Redondo) seriam levados para Luanda por via marítima. Até ao momento apenas 6.000 residentes daquelas localidades tinham chegado à capital a bordo dos navios *Hermenegildo Capelo* e do *N'Gola*. Calculava-se que até 1 de Outubro se retirassem da região de Benguela/Lobito cerca de 20.000 a 25.000 pessoas e idêntico quantitativo do eixo Sá da Bandeira/Moçâmedes¹⁹⁹⁹.

Segundo o Plano *Funicular* a quase totalidade dos 250.000 deslocados estava já em locais de concentração intermédia ou nos terminais de evacuação, embora cerca de 5.000 estivessem ainda dispersos «em localidades de acesso difícil ou impossível»²⁰⁰⁰. Lisboa deveria pedir ajuda à Zâmbia «para recolher de Gago Coutinho, Muié e Alto Cuíto, directamente para Lusaca e depois para Luanda, cerca de 50 pessoas» de «pequenas povoações do Leste, cuja evacuação» era «extremamente difícil por razões de ordem vária», referiu Gonçalves Ribeiro²⁰⁰¹. Não obstante os milhares pedidos de saída registavam-se ausências nos embarques e alguns aviões tinham descolado «para Lisboa com lugares vagos». Tais «irregularidades» acarretavam «graves prejuízos», em particular, para os principais interessados. A partir de 22 de Setembro os passageiros que não comparecessem ao embarque passariam «para o fim das listas de inscrição, correndo o grave risco de não serem evacuados antes da independência». Porque se nos últimos dias uma multidão quisesse partir não haveria aviões suficientes. Os residentes na capital deveriam «aguardar o recomeço dos voos, que seriam atribuídos entre 24 de Setembro e os primeiros dias de Outubro», por terem prioridade «os evacuados do planalto central, em trânsito por Luanda.»²⁰⁰² Porque era necessário encontrar «uma área suficientemente grande» para acolher os desalojados em Luanda, Gonçalves Ribeiro propôs o campo do Grafanil ou o BCP 21, o que tivesse «melhores condições»²⁰⁰³.

Nos portos do Sul os embarques marítimos decorriam vagarosamente. Os Movimentos não viam «com bons olhos» a saída dos bens que apodavam de «sabotagem económica». Era uma nova forma de impedir que pertences pessoais fossem embarcados. Até ao momento «a reacção dos Movimentos à evacuação de pessoas e bens reflectia-se mais na dissuasão psicológica e pela aposição de inúmeras dificuldades, algumas das quais de índole puramente processual, como por exemplo a abertura de caixotes»²⁰⁰⁴. O navio *Açores* que largara de Moçâmedes para Lisboa no dia 30 de Setembro levou 10 dias a ser carregado e a estiva dos navios *Grieg* e *Papa Costas* processava-se a um ritmo «muito lento

por as FAPLA e a comissão de trabalhadores do porto estarem novamente a levantar problemas»²⁰⁰⁵. Dois dias depois ainda não tinham sido embarcadas no *Grieg* todas as viaturas. As FAPLA só permitiam que o fossem na sua presença, os trabalhadores apenas cumpriam cinco horas de trabalho diário e retiravam «parte das bagagens» do interior das viaturas²⁰⁰⁶. «*Faziam obstrução para ver o que os brancos traziam: automóveis e tudo o que tinham de melhor*». ²⁰⁰⁷ Para pôr termo à situação foi enviada «uma companhia de Pára-queda para Moçâmedes». ²⁰⁰⁸ Se não ocorressem imprevistos, a ponte aérea terminaria no dia 6 de Outubro para Nova Lisboa; no dia 15 para o Lobito e Moçâmedes e no dia 31 para os restantes locais, previa Gonçalves Ribeiro. Nas duas semanas seguintes as FAP deveriam transportar (do BCP 21 para o aeroporto) cerca de 15.000 pessoas do Sul que, em breve, chegariam a Luanda²⁰⁰⁹. Savimbi prometera enviar de Nova Lisboa para Luanda todas as bagagens de adidos e desalojados, pusera «guardas a manter a vigilância das mesmas» e assegurou que iria «evacuar todos os brancos ainda dispersos nas áreas» da UNITA «que o desejassem»²⁰¹⁰.

Ao general Almendra justificou ter criticado as autoridades portuguesas por lhe ter sido prometido no dia 9 de Junho, «na presença do ministro Melo Antunes, que seriam entregues à UNITA 5.000 armas» e apenas ter recebido 1.600. Mas também por causa da «utilização pelo MPLA dos catangueses no Leste.» Recusava uma trégua provisória para a entrega do Poder (como Leonel Cardoso equacionara) porque ia «haver uma escalada na guerra» e não fazia «acordos com o MPLA». Até compreendia que «a corrida aos armamentos pelo MPLA» tivesse sido fomentada pela da FNLA: a UNITA é que tinha sido «ingénua por acreditar que todos os Movimentos só receberiam as armas que Portugal lhes desse.» A única coisa que pedia era que Lisboa não legitimasse o MPLA. «*O importante para ele é que Portugal não reconheça a declaração unilateral de independência do MPLA, mesmo que outros países o façam.*» Da exposição feita pelo Comandante-Chefe adjunto parecia a Leonel Cardoso que talvez Savimbi se mostrasse «mais aberto» ao acordo com Neto se lhe fosse garantido o controlo do CFB e do Lobito como moeda de troca dessa «aliança táctica.» Na véspera, o Almirante soube que Holden Roberto aceitaria «a entrega do Poder ao Movimento» que estivesse Luanda à data da independência. Era natural, opinou o capitão Macedo, pois declarara ao *Expresso* que o ELNA tentaria entrar em Luanda antes dessa data²⁰¹¹.

A escassas semanas da transferência da soberania era tempo de apresentar contas e de pagar a factura: dois maiores catangueses tinham ido à capital «pedir os 15.000 contos solicitados a Lisboa na semana anterior e os Volkswagen» que lhes tinham prometido²⁰¹². O MPLA queria saber quantos aviões T6 seriam deixados em Angola: 20, mas não estavam «em condições de voar». Ser-lhes-ia dada a lista dos meios aéreos que ficariam²⁰¹³. Lopo do Nascimento estava preocupado por ter sabido que edifícios militares, navios e outros equipamentos das FAP «iriam ser divididos igualmente pelos três Movimentos»: queria que a notícia fosse desmentida²⁰¹⁴. Teriam de se entregar ao MPLA «os edifícios de Luanda», resignou-se o Alto-Comissário. O quartel do coronel Vinhas estava quase todo cedido e o Hospital Militar começava também sê-lo, informou Macedo. Os ministros do MPLA queriam saber qual o destino do dinheiro do Exército: transitaria «para a futura embaixada». A maioria dessas verbas provinha «das transferências de economias», referiu Leonel Cardoso, sem a acta especificar as economias de quem ou de que organismos. Dias depois, o capitão Macedo informou já estarem depositados numa conta do Banco de Angola 500.000 contos do Exército para a futura embaixada portuguesa²⁰¹⁵. Lisboa continuava «sem nomear as comissões paritárias mistas», assinalava novamente o Alto-Comissário.

Para Belém, Leonel Cardoso relatava que após o anunciado corte de relações tinha conseguido «amansar» Savimbi: «*A UNITA está a perder adeptos rapidamente, vendo desmoronar-se a boa imagem que tinha conseguido criar e fugir muitos brancos que a ela se agarraram como derradeira*

esperança. Esta situação, conjugada com um comunicado meu a rebater afirmações do Dr. Savimbi contra as FAP e com uma carta do meu punho que dirigi a definir-lhe claramente a minha posição, “domesticaram” o doutor. Agora diz que já não atacará mais as FAP nem Alto-Comissário e está pronto a encontrar-se comigo quando eu desejar. Agora é a vez de o MPLA estar numa posição de intransigência que estou a tentar “amaciar”.» Ambos estavam «a explorar o factor tempo» para se fortalecerem até ao final de Outubro, contava a Costa Gomes, e a FNLA ainda não respondera à proposta de encontro entre Almendra e um seu ministro feita há mais de 15 dias.

O Almirante confessava ainda que as ameaças que fazia tinham como único propósito assustar Neto: «O MPLA continua a fazer afirmações públicas de que ficará com o Poder em 11 de Novembro e eu a declarar que não o entregaremos a um só Movimento. Ultimamente comecei a falar na solução (muito britânico!), caso os Movimentos não se entendam, de continuar aqui a representar a soberania portuguesa até ser encontrada uma solução para o impasse. Caso me metam num avião, poderemos afirmar que houve uma tomada do Poder pela força – com a vantagem de não termos aqui forças e evitar-se, assim, um incidente militar, a todos os títulos inconveniente. Mas isto é parte do meu jogo político versus MPLA para os convencer de que não entregaremos mesmo o Poder a um só Movimento para tentar empurrá-los para um acordo com a UNITA.» Havia outra incógnita: Holden Roberto concordava que a soberania fosse entregue a quem estivesse na capital a 11 de Novembro por julgar que a conquistaria antes. «Será bluff? Pode muito bem ser, visto que o valor militar desta gente deixa muito a desejar, mesmo tendo eles muitos comandos portugueses.»

Se o impasse se mantivesse, Portugal ficaria numa posição «extremamente delicada.» Faltavam apenas 36 dias para a independência e queixava-se o Almirante por não ter sido informado da «posição portuguesa, no caso de todas as diligências para um entendimento falharem.»²⁰¹⁶ Todos os dias se perguntava: «A quem vamos entregar o Poder se chegarmos a 11 de Novembro nesta situação?» Pedia, por isso, a Costa Gomes uma solução, o envio das Tropas Especiais até dia 15 e a nomeação das comissões paritárias mistas: «Antes que seja demasiado tarde, visto que tarde já elas virão.» Os 30 delegados da OUA chegariam na semana seguinte a Luanda e não tinha dúvidas que quem iria «apresentar trabalho feito» seriam os militantes do MPLA, pois andavam muito «apostados nisso»²⁰¹⁷.

A quem dar o poder?

Escrevia a CCPA que Portugal continuava a reconhecer os três Movimentos, mas «apesar de conhecer esta posição, o MPLA poderia declarar unilateralmente a independência em vésperas do 11 de Novembro, o que só faria se contasse «com o reconhecimento imediato por parte de um grupo considerável de países.» Neste caso «procuraria tirar partido do «facto consumado», apresentando desde logo uma estrutura governativa e administrativa a funcionar, como procurava fazer nos últimos dois meses em todas as áreas que dominava». As diligências para se conseguir um acordo MPLA/UNITA tinham sido «infrutíferas, verificando-se até a radicalização das posições de ambos» e, como o VI Governo representava «uma certa moderação relativamente aos anteriores», não parecia «viável um acordo». «Não se espera uma viragem à Direita em Portugal antes do 11 de Novembro. Se ela se verificasse, o governo tentaria um adiamento da data da independência como último recurso para ganhar tempo e refazer alianças que reforçassem a sua posição [...]. Atitude que esbarraria, à partida, numa dificuldade que nos parece insuperável: a manutenção das FAP em Angola para lá da data da independência.» Dado o desinteresse da pouca tropa portuguesa em permanecer no território: «É conhecida a situação actual das Nossas Tropas: totalmente desmotivadas, muito mal enquadradas e, conseqüentemente, revelando uma indisciplina confrangedora. Não há viragem política que

*consiga levá-las a tomar posição no processo de descolonização.»*²⁰¹⁸

Não se transferindo a soberania em 11 de Novembro e ficando o Alto-Comissário em Luanda (sem unidades operacionais que o protegessem), o MPLA teria de tomar «uma posição de força», o que «impediria qualquer possibilidade de reconhecimento» do seu governo por parte de Portugal. A eventual participação da FNLA num executivo pós-independência só era «de admitir a título precário ou transitório», pois o MPLA não lhe conferia legitimidade. Concluía a Coordenadora (à semelhança de Killoran) que o desfecho implicaria um confronto armado a larga escala: *«Em qualquer dos casos considerados, é quase certo que a solução final do problema político angolano será encontrada por via das armas, dependendo o resultado, a médio prazo, da intensidade do empenhamento das grandes potências.»*²⁰¹⁹

Transferir a responsabilidade para a ONU ou para a OUA também levaria o MPLA a «reagir violentamente», por ser o Movimento que «mais perderia com esta solução». Tentar um entendimento entre Neto e Savimbi parecia ser a missão «da delegação da OUA» que desembarcaria em Luanda no dia 10 de Outubro. Os 30 delegados pretendiam «contactar com os três ML e observar no local a destruição que estes originaram para se implantar militarmente». O MPLA iria querer «fazer *show* da sua implantação em Luanda», alertou o Alto-Comissário. Sugeriu que fosse feito um roteiro que dificultasse esta pretensão: para que «a delegação veja o que deve ver», indo também às zonas dos outros Movimentos. Como previra, «o MPLA estabeleceu um programa para a comitiva ficar durante duas semanas em território por ele controlado. O Almirante iria «chamar de parte o chefe da delegação» para lhe pedir que não ficassem tanto tempo²⁰²⁰. Como nesse dia deveria começar a evacuação dos brancos de Ambrizete, um oficial fora a Nova Lisboa tratar do transporte da população dispersa pelo Sul, que Savimbi prometera conduzir à cidade nessa semana. O centro de acolhimento em Luanda, o BCP 21 (referiu Martins e Silva que lá tinha ido) estava «um caos», embora certas deficiências como a falta de luz e de indicações dos departamentos pudessem ser remediadas. Não havendo «nenhuma estrutura montada», os desalojados resolviam os seus problemas «à custa de esforços individuais», referiu um dos presentes²⁰²¹.

Portugal virava-se para os países da Comissão de Conciliação que poderiam ainda «vergar» Neto e Savimbi. A delegação portuguesa²⁰²² enviada a Kampala tinha sido literalmente bombardeada com perguntas, não obstante a apresentação detalhada que fizera. O Gana quis saber qual dos Movimentos receberia o Poder e porque Portugal demorara tanto a suspender o Acordo de Alvor. A Argélia pretendeu ser informada sobre o número de distritos controlados por cada grupo antes do 25 de Abril e naquele momento, se existiam «invasões estrangeiras» e se as fronteiras eram vigiadas. O Uganda perguntou se as FAP controlavam a entrada de armamento e se havia «um clima de anarquia» em Angola. A Somália assumia que sim e culpabilizou Portugal. A Nigéria entendeu «os escrúpulos» em se identificar os países que forneciam armas aos nacionalistas, mas queria saber se não se possuía sequer «uma ideia» de onde provinham. Lisboa não sabia da ajuda da Jugoslávia ao MPLA?, questionou o representante argelino. Explicou-se que o Alvor tinha sido suspenso «parcialmente» apenas em relação ao governo e logo se desviou o assunto para as «incurções» sul-africanas. «Quanto às origens do armamento» Lisboa só sabia de três casos: a expulsão do navio jugoslavo com armamento para o MPLA; as duas autometralhadoras zaienses expostas pelo MPLA e a presença de dois aviões C-130 em Silva Porto²⁰²³.

Enquanto interlocutor indigitado junto do presidente moçambicano, Vítor Crespo reportava que a reunião com Samora Machel decorrera «em ambiente de grande solidariedade» e «compreensão para com a posição portuguesa» de se «manter a data da independência, se evitar a internacionalização do problema (especialmente a nível da ONU») e restabelecer um governo em Luanda. Moçambique

oferecera-se para ajudar na conferência com os três líderes angolanos por os países africanos (reunidos em Lusaca) terem mandatado Machel para o efeito. Os pormenores e diligências seriam transmitidos pelos delegados da CCPA: Gomes de Abreu que o acompanhara e Castro Guimarães que estivera em Kampala.²⁰²⁴ Em Lusaca ficara assente que «a data deveria ser respeitada e a entrega do Poder deveria ser feita aos três ML, apesar de só se reconhecer o MPLA como verdadeiro representante do povo angolano.» A guerra deveria continuar até 20 de Outubro para os Movimentos poderem «conquistar posições de força antes de negociar». Machel considerava, porém, que a trégua «para a recepção de Poder» iria durar «um curto período para além da independência, após o qual a guerra» certamente recomeçaria²⁰²⁵.

Quanto à posição dos países a que Costa Gomes escrevera, Kaunda não queria «pressionar a UNITA para não se identificar com a CEE» e arriscar-se a «perder os laços com Moçambique». Bissau e Varsóvia compreendiam e ajudariam na solução portuguesa. Pequim também a apoiava mas sem se excluir a FNLA. O Senegal e a União Soviética defendiam que se privilegiasse o MPLA: «A URSS entende que o Poder deveria ser entregue só ao MPLA, tendo o Presidente explicado as razões desta impossibilidade; os soviéticos disseram que não estão interessados em África como fonte de matérias-primas, sendo o seu interesse em termos políticos, de combate ao bloco americano.» Se a reunião a três falhasse, o problema seria «transferido para a OUA, nunca para a ONU. Toda a tropa portuguesa deveria retirar até dia 11 de Novembro, no caso de não haver entendimento entre Neto e Savimbi. Lisboa já pedira «a juristas internacionais» que estudassem uma solução para a transferência da soberania.

Em Kampala, o presidente da OUA (Idi Amin) insistira para que a data fosse mantida mesmo sem acordo: Portugal sairia «responsabilizando» os nacionalistas. O secretário-geral da UNITA, presente na Conferência, acusara as FAP de não se oporem à entrada de armamento e ajudarem «o MPLA no Lobito, Sá da Bandeira e Pereira d'Eça»²⁰²⁶. Nesta última vila ocorrera um acto de «degradação moral» que revoltara as FALA devido às «condições mais do que cobardes» em que o comandante português entregara o aquartelamento: «Fez entrar no quartel de Pereira d'Eça elementos do MPLA» e pô-los «em posições camufladas». De seguida foi chamar as forças da UNITA para entrarem. O que sucedeu facilmente se imaginava²⁰²⁷. Segundo N'Zau Puna, a UNITA estaria «disposta a receber armas de quem quer que fosse» (mesmo da África do Sul) desde que não implicasse um «comprometimento»; quanto à ligação à FNLA justificara-a unicamente por existir «um inimigo comum: o MPLA». O Poder deveria ser transferido num «local neutro», pois Savimbi recusava ir a Luanda com a segurança a cargo do MPLA ou das FAP: «nas quais não tem confiança», disse. A guerra era inevitável e não declarariam a independência a não ser que o MPLA o fizesse primeiro²⁰²⁸.

Pretendia entregar a soberania aos três Movimentos ou à coligação MPLA/UNITA mas isso não evitaria «a vietnamização» de Angola, disse Leonel Cardoso no CCPA. Se não fosse exequível, restava saber se a OUA queria «pegar no problema.» Não julgava ser «uma solução elegante» Portugal «abandonar» simplesmente Angola até porque levaria «o MPLA a tomar o Poder pela força.» O melhor seria aguardar, faltava um mês, ainda havia tempo para pensar noutra estratégia. Deveria auscultar-se de novo o MPLA, propôs o Almirante. Depois de os reunir talvez fosse possível adiar a independência. O major Gomes de Abreu discordava: tanto em Lusaca como em Kampala todos os Estados africanos tinham dito que a data teria de ser «respeitada». Os blocos africanos eram «unânimes»: Portugal teria de deixar Angola no dia 11 de Novembro, levando Leonel Cardoso a desabafar: «Quem se vai embora são os portugueses e serão eles quem ficarão com o odioso da questão»²⁰²⁹.

Depois de discursar na Assembleia Geral da ONU, Melo Antunes foi convidado a ir à Casa Branca. O presidente Ford lembrou-lhe que Washington ajudaria de forma mais significativa na evacuação dos

refugiados se as FAP saíssem e não deixassem armamento ao MPLA. Portugal queria promover uma nova conferência com os três líderes e representantes africanos por eles escolhidos, referiu o MNE. «Este é o nosso último esforço em Angola», afirmou, mesmo crendo que a guerra entre eles continuaria. Kissinger perguntou-lhe se Neto era comunista. *«Está perto disso, apesar de ser difícil classificá-lo como um comunista ortodoxo. Estamos cientes do apoio que tem recebido da União Soviética e de outros países socialistas, mas principalmente da URSS.»* O que pensava sobre Holden Roberto e Savimbi?, perguntou Ford. O líder da FNLA não tinha uma formação política sólida, era facilmente corrompido e dependente de Mobutu. Dos três líderes, Savimbi era «o mais inteligente, o mais hábil e o mais forte politicamente». Fazia sobre qualquer situação um juízo político, apostara nos dois lados e captara apoios externos (do Zaire e da Zâmbia), enquanto Neto, por causa da sua teimosia, perdera alguns. O presidente americano quis saber se os angolanos seriam capazes de, sozinhos gerir a economia. No estado em que o país estava, o ministro português apenas vislumbrava um caos administrativo e económico²⁰³⁰. Embora Portugal persistisse numa solução tripartida em Angola, que pressupunha a partilha do Poder, para a CIA Neto não precisava de aceitar uma aliança: *«O MPLA continua em vantagem tanto política como militarmente, sem demonstrar vontade de fazer quaisquer concessões a quem quer que seja. Os seus líderes esperam que no dia 11 de Novembro Lisboa não tenha outra alternativa senão deixá-los ao comando.»*

Previa-se que nas três semanas seguintes pudessem ocorrer «sabotagens visando o funcionamento dos serviços (água, luz, transportes, etc.), actos de terrorismo, flagelações da cidade com fogos e até batalhas campais, e que as FAP fossem «deliberadamente hostilizadas por qualquer dos Movimentos durante eventuais confrontos entre si». Segundo a directiva *Despedida* (que entraria em vigor no dia 1 de Novembro), a tropa portuguesa continuaria a fazer «a segurança dos terminais de comunicações marítimas e aéreas de Luanda, do aeroporto civil e militar, do porto e da ilha do Cabo a controlar o eixo ilha do Cabo-Fortaleza-Palácio, Quartel-General. O COPLAD ocupar-se-ia das altas entidades no Palácio, das instalações do Exército e da Emissora. A companhia de Pára-quedistas e outras duas (uma de Artilharia outra de Caçadores ou duas de Comandos) constituiriam a reserva de Tropas Especiais.

Perante a relativa acalmia que há mais de dois meses se vivia em Luanda muitos europeus tencionavam permanecer na cidade além de 31 de Outubro.²⁰³¹ Embora houvesse «tremendas dificuldades de abastecimento»: *«O pão continua a faltar. Há gente que já não consegue comer “uma bucha”. As unidades de panificação que, nesta cidade, há dois anos ascendiam a mais de centena e meia estão reduzidas a menos de meia dúzia, dada a falta de pessoal treinado para trabalhar com os fornos e manuseamento das farinhas e fermentos e também à escassez destes elementos. Muitos dos restaurantes de Luanda encerraram. A onda de boatos aumenta a cada dia que passa, servindo para arrasar os nervos aos habitantes negros e brancos. Todos se olham com desconfiança.»*²⁰³² Nova Lisboa tinha sido evacuada, mas «ainda haveria bagagem de adidos e desalojados suficientes para carregar 10 DC-6»²⁰³³. Como as pessoas tinham saído no dia 4 de Outubro sem ter sido possível embarcar a bagagem acumulada no aeroporto, «para evitar saques ou desvios» das 60 toneladas de bagagem, as FALA comprometeram-se (e segundo Almendra cumpriram) a guardá-la nos hangares onde estava armazenada²⁰³⁴. Escrevia Leonel Cardoso a Costa Gomes: *«Esvaziámos Nova Lisboa, ontem – de desalojados, adidos e tropa. É uma cidade morta, onde apenas ficaram 30 brancos. Tínhamos cerca de 60.000 pessoas originárias de Nova Lisboa e de muitos outros pontos, até do Luso e de Malange.»*²⁰³⁵

A Luanda já tinham chegado todos os deslocados de Ambrizete. Em Cabinda já não restava mais pessoal das FMM para evacuar, pois uns fugiram e outros integraram-se no MPLA. A evacuação do Lobito/Benguela e Moçâmedes deveria estar concluída na terceira semana de Outubro²⁰³⁶. A quantidade

de deslocados em Luanda era já «muito superior à capacidade diária de escoamento» da ponte aérea. «*Houve que improvisar centros de acolhimento graças somente a boas vontades [...], porque na actual situação de Angola as estruturas encontram-se desmontadas, os serviços em deficiente funcionamento e as pessoas, na grande maioria preocupadas com a resolução do seu problema pessoal, reagem, por norma, em termos eminentemente egoístas.*» Os centros de acolhimento eram «três estabelecimentos de ensino e o ex-quartel do Batalhão de Pára-queda em Belas». Calculava-se que no pico da operação (entre meados de Setembro e 20 de Outubro) 15.000 pessoas teriam sido acolhidas e alimentadas: «*Um número superior à população da maior parte das cidades do interior de Portugal.*»²⁰³⁷ Reportava a CIA que encerrada a ponte aérea de Nova Lisboa, a evacuação dos civis concentrava-se agora em Luanda e nos pequenos portos da costa litoral angolana: «*Os oficiais de Lisboa estimam que 140.000 brancos tenham sido transportados do território desde o início da evacuação, nos princípios de Agosto, e que outros 140.000 ainda estejam à espera.*»²⁰³⁸

Mais de 100.000 pessoas aguardavam embarque, mas muitas não compareciam na hora prevista. Se os inscritos não se apresentavam, os meios aéreos disponíveis seriam considerados «excessivos» e haveria a curto prazo uma «redução drástica» dos mesmos, avisou Leonel Cardoso. No dia 15 de Outubro terminariam as inscrições e o embarque de viaturas ficaria «condicionado à disponibilidade de meios de transporte marítimos». Faltar ao voo implicava «o imediato cancelamento da inscrição, sem possibilidade de a repetir». A título excepcional poderiam inscrever-se os ainda não resgatados do interior de Angola que comprovassem ter chegado a Luanda depois da data referida. Em breve, seriam indicados os armazéns onde poderia ser guardada a bagagem que não fosse embarcada em Outubro²⁰³⁹. «*Apesar da perda irremediável da inscrição, as pessoas continuam agarradas à ideia de embarcar a sua bagagem e o automóvel, mostrando-se pouco dispostas a comparecer ao voo enquanto não resolverem este e outros problemas pessoais.*»²⁰⁴⁰ O Almirante esperava que todos partissem até ao fim do mês: contentores e veículos teriam de ficar. Estava «a negociar com o MPLA a saída (pelo menos das bagagens) depois da independência», disse a Costa Gomes²⁰⁴¹, por saber ser quase impossível (conhecidas as objecções colocadas à exportação de viaturas) que o governo angolano as deixasse sair depois da independência²⁰⁴². O Alto-Comissário pedira a Lisboa o envio de um cargueiro para despachar os veículos, mas a resposta foi negativa: «Estamos a três semanas do 11 de Novembro e não será fácil encontrar rapidamente um porta-automóveis que chegue a tempo», respondeu o ministro da Cooperação nove dias depois. Mesmo que chegasse a tempo «depararia em Luanda com dificuldades tremendas para a atracação» porque as comissões de trabalhadores do porto só a permitiam a um navio de cada vez. Ainda que fosse possível carregar as viaturas, as bagagens ficariam em terra, pois havia navios fundeados há três meses à espera de aportar. O ministro explicava que o transporte de automóveis em navios fretados pelo IARN era pago pelos proprietários em angolares, montante que não era canalizado para Lisboa pois destinava-se ao pagamento das despesas de deslocação dos refugiados até Luanda; à criação, manutenção e funcionamento dos centros de acolhimento, etc. «O remanescente, que se previa ser pouco, seria dado à futura embaixada de Portugal em Angola», referia Vítor Crespo²⁰⁴³. Em Luanda procurava-se um local para a bagagem que só seria carregada no final de Novembro porque (declarou o Alto-Comissário) «não gostaria de ter navios a carregar em Luanda nos 10 primeiros dias de Novembro»²⁰⁴⁴. Como indicam os arquivos russos, «os preparativos soviéticos para o transporte aéreo das tropas cubanas intensificaram-se precisamente no início de Novembro», tendo sido decidido em 5 de Novembro «enviar unidades navais para áreas ao largo da costa angolana»²⁰⁴⁵.

Os cubanos começaram a chegar nos primeiros dias de Outubro: entre os dias 1 e 3 dois aviões cubanos com instrutores para Cabinda aterraram em Brazzaville. No dia 5 de Outubro aportou o *Vietnam Heróico* e três dias depois o *Coral Island* acostou numa praia quase deserta, perto de Porto Amboim. Os dois navios levavam armas e equipamentos, incluindo 12.000 espingardas checas e camiões para o MPLA. As ordens eram que logo após o desembarque os soldados fossem levados para os CIR, e em caso de ataque deveriam juntar-se sem hesitações às FAPLA. No CIR de Cabinda ficariam 191 instrutores, quase o triplo dos 66 oficiais atribuídos aos restantes três campos de treino, situados em Luanda ou dispersos pelo território. No dia 11 de Outubro o *La Plata* aportou em Ponta Negra.²⁰⁴⁶ Dois dias antes Leonel Cardoso soube que «estavam a desembarcar em Porto Amboim soldados cubanos de dois navios». Tinham montado dois canhões para protecção do porto, estavam a patrulhar a estrada da Gabela e dispunham de dois armazéns para o seu alojamento²⁰⁴⁷. O Almirante recebera a informação de fonte segura. O civil (em quem confiava) vira os dois navios, o *Vietnam Heróico* e o *Coral Island*, e conversara com os cubanos (muitos deles negros que falavam espanhol) que tinham descarregado o armamento. Killoran pediu-lhe números aproximados, Leonel Cardoso calculou: talvez 700 homens. Duvidava que fossem tantos, embora estivesse convencido que já estava em Angola um elevado número de soldados cubanos voluntários a ajudar o MPLA²⁰⁴⁸. Segundo Westad, 500 destes cubanos integraram-se logo nas unidades das FAPLA, não sendo contudo suficientes para manterem as conquistas obtidas pelo MPLA desde Junho²⁰⁴⁹. O que mostrava o Revis a Porto Amboim?, perguntou o Almirante na manhã seguinte. Fora «detectada movimentação de tropas na região» mas era «impossível dizer se eram brancos ou pretos», foi a lacónica resposta. Lopo do Nascimento dissera-lhe que os cubanos iam «proteger as cargas e descargas no porto» e Henrique Santos dissera a Almendra «serem médicos».

Como a Rádio Clube de Luanda não noticiava o avanço da FNLA em direcção à capital, o ELNA bombardeou a estação e lançou panfletos sobre a cidade, anunciando estar a pouco mais de 20 quilómetros. No dia seguinte a estação (usando os emissores da Rádio Eclésia²⁰⁵⁰) noticiou a ocorrência nessa manhã de «violentas explosões provocadas por botijas de gás», difundindo várias vezes o aviso do Estado-Maior das FAPLA: qualquer aeronave que sobrevoasse Luanda sem autorização seria «implacavelmente abatida»²⁰⁵¹. Este órgão exigira ser informado sobre todas as aterragens e descolagens no aeroporto de Luanda e reclamava a intercepção do Cessna que lançara os panfletos. Tratava-se de «um acto político pelo qual não poderia mandar abater o avião», disse Leonel Cardoso. Preparando o assalto a Luanda, a FNLA estava a receber armamento no Ambriz: «Estão a desembarcar material, mas em menor quantidade do que aquele que está a chegar a Porto Amboim», respondeu o comandante interino da 2.ª Região Aérea, Helder Freitas.²⁰⁵²

Além de armamento, os grupos beligerantes precisavam de combustível para as deslocações aéreas e terrestres. Em meados de Setembro, o Fundo de Emergência (criado pelo governo) pedira à Gulf de Cabinda algum crude para a refinaria da capital. O administrador respondeu que precisaria de uma autorização governamental, de saber o preço de venda e de tratar da «papelada habitual» antes de efectuar a transação. O representante do Fundo foi queixar-se a Lopo do Nascimento que a Gulf estava a «arrastar os pés» para não vender o crude. Depois disso o gestor acedeu, mas precisaria de ter um interlocutor no governo, pois o secretário de Estado da Energia (com quem falara em Agosto) não estava em Angola²⁰⁵³. Algum tempo depois, Killoran falou com o chefe do recém-criado Gabinete de Relações Externas, António Garcia Neto, que lhe garantiu que a URSS não teria direitos especiais em Angola, mas não tivessem os EUA igual pretensão pois não eram um país amigo. O MPLA possuía «provas» do apoio dos EUA à FNLA: armas e equipamento de fabrico americano capturados no Norte de Angola. O diplomata estava preocupado com um eventual boicote do governo à actividade das

empresas petrolíferas americanas. Lembrou-lhe, por isso, as acções contra o domínio colonial português, como o embargo à transferência de armas para a guerra em África decretado em 1961 pela NATO, que o dirigente desdenhou. Apresentou-lhe de seguida um argumento mais convincente: *«Disse-lhe que o grande beneficiário dos 500 milhões de dólares de rendimento obtido este ano na Gulf Oil é para o MPLA e os créditos, as taxas e os impostos para a conta do Banco de Angola em Luanda.»* Qual era a posição dos EUA? Eram a favor da independência em Novembro?, perguntou Garcia Neto. O governo americano esperava ter relações próximas com Angola e reconhecia a todas as nações o direito de regular o investimento estrangeiro, respondeu-lhes. Queria saber se o MPLA não iria discriminar os Estados Unidos, pois o apoio soviético ao MPLA (e de um significativo número de nações sob sua influência) fazia temer que Angola ficasse sob influência comunista. Julgava Killoran que não abririam as portas a Moscovo: *«Não vão trocar um senhor por outro.»* Por outro lado, também sabiam que países excluídos das concessões se tornavam hostis, acabando por sujeitar o outorgante a pressões políticas e económicas. Como acontecia com o embargo a Cuba, subentendia-se. *«O MPLA não cairá nessa armadilha. Angola apenas quer a sua soberania, liberdade de acção e que os assuntos internos sejam respeitados por todos. Angola tem riqueza e não precisa de pedir ou de se tornar fantoche de ninguém.»*²⁰⁵⁴

O conflito não parecia afectar a produção da Gulf, que continuava a extrair mais de 100.000 barris de petróleo por dia²⁰⁵⁵. O pagamento das obrigações financeiras para com o Estado angolano revertia para o Banco de Angola, como o antigo gerente da sede bancária dissera a Killoran por mais de uma vez. No dia 13 de Outubro voltaram a conversar: já não era gerente pois a administração passara para mãos angolanas, mas pertencia à comissão gestora do Banco e sabia como se processavam os pagamentos: *«Os rendimentos da Gulf pertencem ao fundo cambial. O dinheiro é depositado em Nova Iorque numa conta do Banco de Angola, que actua como agente do fundo cambial. Todo esse montante está disponível para ser usado pelo governo de Luanda, ou seja, o MPLA. Nenhum desse rendimento vai para Portugal.»*²⁰⁵⁶ Nesse dia, um oficial português reportou que o MPLA pretendia renegociar o contrato de concessão da Gulf: *«Está feito um acordo com os EUA (Cabinda Gulf) com a duração de 50 anos, um acordo que o MPLA não quer concretizar.»*²⁰⁵⁷

No final de Dezembro, em resposta às questões da Gulf, Washington deixava claro que ficaria numa posição ingrata se a empresa pagasse as taxas devidas em 31 de Dezembro de 1975 e em 15 de Janeiro de 1976 (nos montantes aproximados de 95 milhões e 30 milhões de dólares, respectivamente) ao MPLA. A companhia «deveria manter esses fundos numa conta bancária para ser usada em benefício do Estado angolano», quando houvesse um reconhecimento generalizado do governo de Luanda²⁰⁵⁸. Em meados de Outubro, Killoran reportava que o responsável pelas Finanças da FNLA pedira ao administrador da Petrangol que os pagamentos fossem depositados na conta da FNLA e em caso algum qualquer crude ou quantia deveriam ser enviados para Luanda. Mas a Texaco só estava em condições de pagar as obrigações do segundo semestre de 1975 em Fevereiro de 1976. Quando recebeu «esta má notícia», o dirigente angolano exigiu um empréstimo imediato e algum produto em bruto para a refinaria de Banana, no Zaire, a ser descontado na dívida, pois a FNLA estava desesperadamente necessitada de dinheiro vivo para pagar ao seu pessoal. O consórcio não tencionava pagar nada a ninguém, o que Leonel Cardoso considerou uma óptima ideia. Em simultâneo, o MPLA exigia que as taxas das vendas ao estrangeiro fossem imediatamente transferidas para Angola e só reenviadas sob autorização. Killoran tentou falar com o secretário de Estado da Energia que o encaminhou para Lopo do Nascimento²⁰⁵⁹.

Na reunião com a Comissão de Conciliação (a que o MPLA não compareceu), as perguntas não tinham sido «muito indiscretas» registava-se mas o Alto-Comissário foi «obrigado a dar a sua opinião,

tendo afirmado ser favorável ao MPLA». O chefe da delegação perguntara se a comitiva poderia ser transportada pelas FAP até Carmona e Nova Lisboa porque alguns membros (principalmente os que apoiavam o MPLA) receavam deslocar-se a essas áreas. Poderia, mas nessas regiões o transporte seria assegurado pelo respectivo Movimento²⁰⁶⁰.

Em Gago Coutinho tinham sido apresados dois aviões da Força Aérea. Alguém teria de ir falar com Savimbi para que se resolvesse a questão²⁰⁶¹. Os dois Nord Atlas tinham ido buscar 180 desalojados, mas foram detidos por tropas de Chipenda. Era o costume, faziam «estes pedidos de socorro» e não havia muita gente para evacuar; era uma forma de atrair os aviões para os confiscarem. Acontecera o mesmo em Serpa Pinto. Os comerciantes no Leste garantiram «já não haver mais gente na área»²⁰⁶². O Alto-Comissário ponderava, por isso, que a evacuação dos «dispersos» ficasse a cargo da Cruz Vermelha²⁰⁶³, bem como o transporte dos cabo-verdianos que estavam no Luso, pois não havia «a mínima segurança» para a Força Aérea o fazer²⁰⁶⁴. A Cruz Vermelha negara-se, porém, a transportar «as populações civis ainda dispersas pelo Sul, por não ser essa a sua missão»: apenas se encarregava da troca e acompanhamento dos prisioneiros.

Sobre a visita ao Sul, Gonçalves Ribeiro referiu que a população de Moçâmedes estava «mais calma» do que a do Lobito; até aceitava ficar após a partida da tropa se tivesse transporte depois de terminado o carregamento dos caixotes e das viaturas, que estava a ser «uma desgraça» porque as FAPLA abriam-nos todos. Ao MPLA local o tenente-coronel explicara que se as bagagens não saíssem as pessoas não iriam para Luanda. Alegaram que muitas bagagens não estavam a «cumprir a lei», mas acabaram por aceitar «fazer a verificação por amostragem» e não caixote a caixote. Na área de Moçâmedes haveria 6.000 a 7.000 pessoas para evacuar e mais 2.000 na cidade. No Lobito deveriam restar 3.000 cidadãos que sairiam quando as FAP retirassem. O porto encontrava-se «praticamente parado por falta de estivadores» e quem fazia o trabalho eram os adidos e desalojados²⁰⁶⁵.

Segundo Almendra (que também foi ao Sul acompanhado pelos capitães Simões e André), em Benguela as tropas só pensavam em «sair de lá» e tinham revelado «uma grande desconfiança» por pensarem que estavam «a ser enganadas» em relação à data da partida. «*No Lobito também só têm a ideia de vir embora, pois receiam que a UNITA tome a cidade.*» Sairiam no dia 20 de Outubro. Quanto a Nova Lisboa era «uma cidade morta, não se vendo ninguém nas ruas». Ainda havia alguns brancos mas porque trabalhavam para a UNITA. Não havia «água nem luz devido ao corte efectuado pelo MPLA no Alto Catumbela»²⁰⁶⁶. «Uma cidade fantasma», referia anos depois Gonçalves Ribeiro: «*Fomos lá pelo menos duas vezes... Quando o avião passou por cima da cidade, quase que se ouvia o bater das portadas das janelas e das portas abertas. Estava tudo perfeitamente deserto.*»²⁰⁶⁷

Por sugestão de Lopo do Nascimento, o pagamento prometido aos catangueses seria feito através da dependência do Banco de Angola em Henrique de Carvalho, sendo «o dinheiro entregue por cheque»²⁰⁶⁸, mas já não havia na Vila qualquer delegação bancária. Seria preciso perguntar a Mbumba em que nome se abriria a conta na sede, em Luanda²⁰⁶⁹. Passar um cheque poderia comprometer Portugal, além de «ser perigoso entregar tanto dinheiro a um só indivíduo», alertou Martins e Silva²⁰⁷⁰. Era «bastante difícil entregar os 15.000 contos aos catangueses, sendo a via diplomática a única possível», confirmou no dia seguinte João Carretas.²⁰⁷¹ A UNITA já sabia que o MPLA tinha «cubanos e elementos do PAIGC e da Frelimo nas suas fileiras», alertou Almendra, e que os cubanos chegados a Porto Amboim eram «instrutores»²⁰⁷². No Leste, o MPLA já controlava o Luso, assinalava o cônsul americano. Um observador estrangeiro que lá estivera no dia 8 de Outubro contara-lhe ser «uma evidência» o elevado número de catangueses na cidade, não só pelas suas características físicas mas por nos uniformes estar escrito «Comando»²⁰⁷³.

«Não tinham sido ainda nomeadas as comissões paritárias nem lhe fora comunicada qualquer solução

para o problema da transferência dos poderes», queixou-se Leonel Cardoso.²⁰⁷⁴ Continuava à espera da “Bigorna” que na data-limite não chegara. Na véspera escrevera a Costa Gomes: «*Verifico com pesar que mais esta promessa não foi cumprida. Continuo a aguardar a indicação dos elementos portugueses para as comissões paritárias que a 26 dias da independência ainda não estão constituídas e o resultado do trabalho dos juristas que, em face da rica experiência deste último mês e meio, receio que chegue demasiado tarde. Todas as faltas ou atrasos no deferimento de promessas feitas ou compromissos assumidos tornam mais difícil a ingrata missão aceite, convencido que poderia contar com o apoio total dos responsáveis de Lisboa. Peço desculpa pelo desabafo, mas sou eu quem está nos “galhos do touro”.*»²⁰⁷⁵

Pressões a favor do MPLA

O parecer encomendado por Lisboa aos juristas afirmava ser «possível reconhecer o novo Estado sem o simultâneo e imediato reconhecimento de um seu governo», delegando-se o Poder «no povo de Angola»: a fórmula fora usada, em 1919, quando o Estado da Albânia foi reconhecido sem governo, registava-se em rodapé. Poderia ser a solução²⁰⁷⁶. A doutrina e a prática do Direito internacional permitiam também que Portugal declarasse Angola como Estado beligerante ou insurrecto, o que presumia a existência de dois ou mais grupos a controlarem partes do território, envolvidos em «hostilidades que, pela sua extensão, duração e intensidade» configuravam uma guerra civil. Em situações deste tipo poder-se-ia «atribuir às partes em conflito o estatuto de partes em guerra.» Esta opção obrigaria a manter «um regime de neutralidade frente às partes em conflito armado, com os correlativos deveres e direitos». Sublinhando-se no fim: «Apesar de todas as vicissitudes, Portugal nunca pôs, nem poderia pôr, em causa a data histórica de 11 de Novembro fixada para a independência de Angola» porque Portugal não teria de a outorgar mas apenas de a declarar²⁰⁷⁷.

No dia 20 de Outubro, Carlucci informava que Portugal iria «deixar que se lutasse em Angola» pois deveria transferir a soberania para o povo angolano, deixando que a guerra decidisse o vencedor²⁰⁷⁸. Nessa noite, Vítor Crespo dissera na RTP esperar que houvesse em Angola um regime «progressista» que lutasse pela «verdadeira independência nacional». Partiria por esses dias numa visita de quatro dias a Angola e a Moçambique para definir a transferência de poderes²⁰⁷⁹. Passos Ramos acompanhou-o nessa viagem até Maputo, onde falaram com o chefe de gabinete de Machel, Sérgio Vieira Branco. No Huambo foi recebido por N’Zan Puna e avistou-se em Ambrizete com Holden Roberto, pois era preciso ir «apaziguá-lo»²⁰⁸⁰. Persuadi-lo a só fazer o assalto a Luanda depois da tropa portuguesa retirar.

Para Carlucci, Portugal estava «ansioso por sair de Angola» na data prevista para poder dizer que cumprira todos os prazos. Sem capacidade para mudar o rumo dos acontecimentos, os militares portugueses sabiam que quanto mais tempo ficassem em Angola maiores seriam as probabilidades de serem responsabilizados por um desfecho que não controlavam, daí quererem sair da forma mais airosa possível²⁰⁸¹. Lisboa não queria prejudicar as relações com os Estados africanos aliados do MPLA, mas iria ser pressionada a reconhecer o governo de Neto após a independência, ficando entre duas forças contrárias: a hostilidade dos EUA para com o MPLA e a pressão dos Estados africanos a favor dele. Em Luanda, Neto anunciara que proclamaria a independência na data prevista independentemente do que até lá acontecesse²⁰⁸². O MPLA ditava as regras. Recusara que a casa do director do Banco de Angola fosse a residência do futuro embaixador de Portugal: era «um acto de má vontade e uma falta de cumprimento ao que tinha sido acordado com o Ministro das Finanças». Também conseguira que a missão da OUA só tivesse permanecido dois dias no Sul (na zona da UNITA) e outros dois no Norte (na da FNLA). Na reunião sobre a entrega do património português, o MPLA fizera «bastantes perguntas

mesquinhas e reveladoras de falta de confiança na parte portuguesa». O recheio da Fortaleza de São Miguel já fora entregue para que no dia 10 de Novembro só fosse preciso fechar a porta. Tal como Leonel Cardoso previra, o MPLA considerara «irrealista a proposta feita pelo MNE português na ONU de «uma nova conferência a quatro com a mediação e apoio de alguns países africanos dentro dos princípios do Acordo de Alvor, há muito suspensos por Portugal».²⁰⁸³

No dia 14 de Outubro a coluna zulu – «constituída por mais 1.000 africanos da FNLA e pelos Flechas que se refugiaram na Namíbia e um pequeno número de soldados sul-africanos brancos» – entrara em Angola. No dia 20 de Outubro estavam em Roçadas²⁰⁸⁴. No Caxito, a situação mantinha-se: segundo o Revis da véspera uma coluna do ELNA dirigia-se para a ponte do Piri²⁰⁸⁵ que, dias depois, estava a ser reconstruída «com bastante perfeição». A barragem das Mabubas tinha fechado as comportas e o rio levava pouca água, o que permitira fazê-lo «com mais facilidade.» Deveriam «estar ocorrer grandes combates na 1.ª RPM do MPLA», referiu o major Garcia no CCPA, o que coincidia com o pedido do ministro Kabangu para Luanda receber «cerca de 30.000 a 40.000 refugiados do Piri». Lopo do Nascimento preferiu que os bacongos «seguissem para Dalatando», a pretexto de Luanda não ficar «com mais gente desempregada»²⁰⁸⁶. No dia 18 a nova ponte do Piri estava pronta. Na reunião do CCPA era assinalado que o MPLA tomara Quibale devido aos reforços recebidos «em material e pessoal, porque os cubanos estariam a vir» para Norte, vindos de Porto Amboim, e continuava a controlar o Luso²⁰⁸⁷.

Embora na primeira quinzena de Outubro parecesse que o MPLA levava vantagem, os relatórios enviados «para Moscovo (e presumidamente para Havana) eram muito menos optimistas». Os memorandos remetidos entre 3 e 20 de Outubro pelo diplomata russo Naumov assinalavam que, «em meados de Outubro, o MPLA apenas controlava um quarto do território e estava a perder terreno»²⁰⁸⁸. Entre 18 e 20 de Outubro, os «instrutores, recrutas e equipamentos» enviados por Havana «encontravam-se em quatro CIR e prontos a começar as operações. A missão cubana tinha 480 homens (390 dos quais instrutores) e 17 técnicos da brigada médica. Na realidade eram quase 500», porque Argüelles pedira a Cuba que enviasse também pilotos «para pequenos aviões civis que o MPLA adquirira», alguns especialistas em controlo de tráfego aéreo e na estiva dos portos marítimos²⁰⁸⁹. Segundo a CIA, estariam em Angola entre 1.200 a 1.900 militares cubanos, a maioria dos quais chegados entre o fim de Setembro e o início de Outubro. A agência confirmava a presença de tropas cubanas na base de Massangano (onde eram formadas por instrutores russos) e de dois cargueiros cubanos em águas africanas. Havana dissera ter enviado para o Congo 900 militares: metade ficara na fronteira de Cabinda e a restante seguira de imediato para Angola²⁰⁹⁰. Para Westad os cubanos já estavam em Quifangondo no dia 23 de Outubro, quando a batalha se iniciou.²⁰⁹¹ Oficialmente Almendra teve conhecimento de cubanos em Angola, no Novo Redondo, onde estava «um navio ao largo e uma metralhadora montada no morro sobranceiro» à povoação. Para este general «claro que houve conivência dos nossos militares com os cubanos. Estávamos ali e não sabíamos?! Mas o que se poderia fazer? Já não tínhamos tropa em Luanda nem capacidade de reacção para aquilo. Os dados estavam mais do que lançados.»²⁰⁹²

Em meados de Outubro o MNE português encontrou-se com o homólogo soviético. Durante «a longa conversa» com Andrei Cromiko Melo Antunes insistiu na «tese nacionalista» sobre Agostinho Neto ciente «que não tinha qualquer espécie de possibilidade de vencer.» Ficou convencido de que a URSS «poria todos os seus recursos, como pôs, à disposição dessa estratégia de controlar Angola através do MPLA» e não só. «*Aquilo encheu-se de cubanos – eram a carne para canhão que andou no mato. Mas os tais conselheiros [...] que faziam a organização do Estado e que fizeram a organização da informação em Angola eram todos soviéticos. E foram de facto até ao fim; foram até às últimas consequências*»²⁰⁹³.

Estava certo. Na terceira semana de Outubro, Moscovo decidiu transportar os soldados cubanos para Angola para lá estarem antes da independência. «A equipa do KGB em Brazzaville fornecia informação vital sobre o crescente apoio americano e o secretário-geral do PC soviético (e ex-director da secreta russa), Yuri Andropov, estava convencido de que, a longo prazo, os Estados Unidos equipariam o imenso contingente de angolanos, zairenses e mercenários europeus que seriam enviados para Angola.» Nyerere não ficara totalmente desagradado com a entrada dos sul-africanos no conflito: a intervenção justificaria o auxílio estrangeiro ao MPLA, disse em 3 de Novembro ao embaixador soviético na Tanzânia. Esperava que muitos países africanos ajudassem o MPLA, sendo, contudo, prudente que não houvesse uma intervenção directa de Moscovo: a maior parte da ajuda soviética deveria ser prestada através dos governos africanos. O embaixador respondeu-lhe ser essa a intenção²⁰⁹⁴.

Em Londres, Savimbi afirmou temer que Lisboa transferisse a soberania para o MPLA. Tinha acabado de chegar de Paris, onde se encontrara com Melo Antunes e com dirigentes do PS, aos quais dissera que se Portugal reconhecesse o governo do MPLA, não só o legitimaria como reduziria a UNITA e a FNLA à condição de meros rebeldes armados. Tinha 80 por cento de certeza de que o MPLA proclamaria a independência sozinho a 11 de Novembro e garantiu não haver a mínima possibilidade de uma aliança com o MPLA, por estarem em guerra. A força do MPLA não advinha apenas do facto de controlar Luanda, mas do seu armamento, mobilidade e dos cubanos: as armas e a artilharia soviéticas tinham sido decisivas. O contra-ataque da UNITA/ FNLA começaria nas duas semanas seguintes; não contava tomar Luanda mas aproximar-se da cidade com ajuda da artilharia. A Sul investiria contra o Lobito, cujo porto era determinante para uma vitória a longo termo: se o MPLA o perdesse ficaria com pouco mais do que Luanda e Cabinda, mas para isso precisava de armas, munições e apoio logístico, que solicitara a Mobutu e a Kaunda, sem ter tido qualquer resposta²⁰⁹⁵.

Savimbi já tinha acertado com Holden Roberto a criação de um governo provisório a 11 de Novembro se o MPLA declarasse a independência. Aos EUA pediu que evitassem um golpe comunista em Portugal antes desse dia e fizessem ver à URSS que não era a única potência interessada em Angola. O ELNA e as FALA tinham reconquistado Moçâmedes e esperavam expulsar o MPLA do Lobito, o que conseguiram a 4 de Novembro. O que mais preocupava Savimbi eram os seis MIG soviéticos estacionados em Brazzaville, que iriam certamente desequilibrar as forças a favor do MPLA²⁰⁹⁶.

Em Moçâmedes o comandante da fragata *Hermenegildo Capelo* (que tinha 50 refugiados do MPLA a bordo) reportava que a cidade se encontrava «totalmente controlada pelo ELNA», que se preparava para tomar Porto Alexandre²⁰⁹⁷. A FNLA tinha «numerosos quadros portugueses e zairenses» e Chipenda alguns «brasileiros e sul-africanos». O MPLA contava com «numerosos portugueses, cubanos, além de constar ter moçambicanos e guineenses»²⁰⁹⁸. Mas os efectivos não bastavam: no dia 23 de Outubro (a pretexto da invasão sul-africana e da incursão zairense), o Estado-Maior das FAPLA decretou a mobilização geral de todos os homens entre os 18 e os 35 anos. O recrutamento abrangia todos os naturais de Angola ou lá radicados. Nesse dia foram convocados todos os estrangeiros residentes em Luanda: teriam de se apresentar nos três dias seguintes nos postos da Polícia para verificação da autenticidade dos documentos e da validade da autorização de permanência em Angola²⁰⁹⁹.

À revista *Tercer Mundo*, Rosa Coutinho afirmava que o MPLA era «o único Movimento representativo do povo»²¹⁰⁰. Dias depois (em 27 de Outubro) uma multidão protestou em frente ao Palácio contra as declarações do MNE em Nova Iorque. Numa faixa de pano lia-se: «O fascista Melo Antunes que ofereça um dos seus netos à FNLA.» Noutra: «Os portugueses que ficam exigem Angola para o MPLA. Dizemos não aos fascistas e fantoches da UPA-FNLA-UNITA. A luta continua! A

vitória é certa!»²¹⁰¹ No dia seguinte, Rosa Coutinho declarava em Lisboa: «*Só o MPLA tem capacidade para fazer de Angola um grande país e não uma Chitaca do imperialismo como os outros.*»²¹⁰² Leonel Cardoso deixou-se de pruridos e escreveu a Costa Gomes: aquelas declarações «eram justamente o que me faltava para complicar mais a já complicada fase final deste complexo e delicado processo de descolonização, acirrando os ânimos que tudo tenho feito para acalmar». Decerto iriam aumentar «as manifestações, exigindo a entrega de poderes ao MPLA», poderia até ocorrer a entrada da FNLA em Luanda antes de 11 de Novembro» para não «referir o efeito demolidor sobre as possibilidades» de ser encontrada «uma solução em Kampala». Concluindo: «*Senhor Presidente, assim não.*»²¹⁰³

Partida sem culpa

A *Associated Press* estimava que tivessem morrido em Angola 10.000 pessoas nos confrontos pelo controlo do território antes da retirada das autoridades portuguesas, segundo disse o embaixador americano numa cerimónia do Rotary Club, em Telavive²¹⁰⁴. O repórter polaco em Luanda relatava que a cidade se tornara uma imensa lixeira fétida e pestilenta, onde o calor e a humidade aceleravam a decomposição dos detritos e dos animais mortos. «*Não havia médicos nem um único hospital ou farmácia abertos.*»²¹⁰⁵ E no quartel dos bombeiros não se via vivalma; os bombeiros portugueses tinham partido no final de Setembro e os únicos 30 elementos que tinham ficado embarcariam para Portugal na primeira semana de Outubro²¹⁰⁶. Também Killoran desejava sair rapidamente de Luanda juntamente com os seus funcionários: era preferível encerrar o consulado temporariamente do que mantê-lo a funcionar até 11 de Novembro mesmo com pouco pessoal. Não seria por ficarem mais uma semana que saberiam mais sobre as intenções do MPLA ou a origem e a dimensão dos apoios que recebia. Como a autoridade portuguesa era «praticamente inexistente» e o MPLA se fortaleceria na semana seguinte, «podia prender ou raptar elementos do consulado», alertava²¹⁰⁷.

Nessa noite, para se despedir e saber o que acontecia às portas de Luanda, o cônsul americano jantou com Martins e Silva. No Quifangondo decorria um «duelo de armas pesadas». Regressado de Nova Lisboa, Almendra informou haver «confrontações na zona do Alto Catumbela e Sousa Lara». Era evidente que o cessar-fogo em Angola não estava a ser respeitado²¹⁰⁸. A informação foi transmitida a Kampala, onde até ao dia 2 de Novembro nenhum dirigente angolano chegara²¹⁰⁹. Segundo Vítor Crespo o ambiente era «pouco animador». No dia seguinte Lopo do Nascimento e José Eduardo dos Santos apareceram e Idi Amin pediu à FNLA e à UNITA que enviassem delegados, por se tratar da «última oportunidade» para encontrar uma solução. Dois dias depois, os dois Movimentos emitiram um comunicado: enviariam delegações, mas prosseguiriam «as operações de defesa das populações contra as agressões do MPLA»²¹¹⁰. A Missão nacional duvidava de que ocorressem «resultados positivos»²¹¹¹. A conferência findou a 5 de Novembro e três dias depois haveria uma reunião no Maputo para «explorar as opções de Portugal». O MPLA iria, a UNITA talvez não. O Ministro da Cooperação reafirmava que Portugal reconhecia todos os Movimentos «até à data da independência», sublinhando no final: «atenção ao até», pois a partir desse dia o Estado português poderia reconhecer o governo do MPLA²¹¹².

Segundo Washington, entre os dias 16 e 18 de Outubro aviões soviéticos tinham transportado para Brazzaville entre 800 a 1.000 soldados cubanos: uma parte ficara aquartelada no Congo até dia 20, outra partira dias depois, assinalava Kissinger. No dia 23 de Outubro 480 cubanos aterraram na base aérea congoleza de Maya Maya; no dia 26 chegaram mais 160 caribenhos que seguiram de imediato para Angola. Seis dias depois foi detectada a chegada de mais 300 cubanos e 60 pilotos angolanos treinados em Cuba. Outros, que tinham sido desembarcados em Bissau, foram transportados por terra

até Ponta Negra e de barco até Luanda. Era calculado que desde o final de Setembro teriam entrado em Angola aproximadamente 3.400 cubanos²¹¹³.

O Comando português acompanhava em Luanda as movimentações no Quifangondo. Gilberto Santos e Castro escrevera a Almendra (de quem tinha sido instrutor): «*Queria um jeitinho, para facilitarmos...*» e o comandante Barreiro do ELNA também²¹¹⁴. Segundo Almendra, o coronel planeava «uma manobra audaz»²¹¹⁵, mas foi-lhe retirado o comando e enviado para Dalatando ficando «um general zairese a comandar aquelas tropas»²¹¹⁶. Conta Pedro Silva (Comando português nas fileiras do ELNA) que «o ambiente no Ambriz tornara-se incómodo para nós: os zairenses viam-nos com indisfarçável racismo, pressionando Holden para que nos expulsasse»²¹¹⁷.

A presença cubana na batalha de Quifangondo é confirmada pelos arquivos russos. Quando em 4 de Novembro o embaixador russo em Brazzaville pediu ao congénere cubano na cidade que «Havana intensificasse os preparativos para o combate em Angola, este respondeu já estar um regimento de artilharia cubano a lutar em Luanda.»²¹¹⁸ Em simultâneo, «Cuba decidiu enviar tropas para Angola» e acertou com MPLA o plano de aterragem dos aviões em Luanda. Os 158 homens do corpo de elite das Forças Especiais cubanas embarcaram no dia 7 de Novembro e chegaram a Luanda dois dias depois.»²¹¹⁹

No dia 5 de Novembro quatro grupos de combate dos Comandos ao serviço do ELNA partiram para o Morro da Cal, onde chegaram ao amanhecer. A infantaria surgiu depois, descendo para o baixio da lagoa. Flagelados pelos mísseis, as baixas do ELNA foram significativas, sendo dada ordem de retirada. Na manhã do dia 9 chegou uma guarnição de 20 africâneres que aterrara nessa madrugada em Ambriz, com obuses e 1.200 granadas²¹²⁰. O ataque seria desferido na alvorada de 10 Novembro, dia em que as FAP saíam de Luanda. Nessa noite, um temporal abateu-se sobre a região e prosseguiu «noite fora, sem diminuir de intensidade», enquanto os 140 sul-africanos se moviam «como formigas em silêncio», posicionando-se ao lado da peça, antes da ordem de fogo que foi dada às 5h00. A 100 metros da ponte do Quifangondo um Panhard foi atingido em cheio e, mal os «dois camiões carregados de soldados zairenses cruzaram a ponte de Panguila, começaram a morrer sem defesa possível, na primeira curva. Poucos voltaram, quase todos feridos». A artilharia pesada sul-africana não avançou e abandonou «a luta sem comunicar a ninguém, rebocando os obuses para lá do Caxito»²¹²¹. Segundo Santos e Castro, os sul-africanos retiraram-se cerca das 16h30 «com todo o material, sem autorização». Deixaram os obuses sem as culatras e foram recolhidos por um helicóptero que os levou a uma embarcação na costa do Ambriz. «*A batalha de Quifangondo estava perdida.*» Quando recuou para o Morro da Cal «debaixo de cerrado bombardeamento, por volta das 18h00, estava tudo deserto»: «*A FNLA fugiu mato adentro, sem comando, e os zairenses recuaram para o Caxito.*»²¹²² No vale do Quifangondo os artilheiros cubanos que manobravam os «órgãos de Estaline» (lança-foguetes 122mm) tinham aniquilado os oponentes, deixando o caminho livre às FAPLA e às brigadas cubanas para enfrentarem as tropas sul-africanas e da UNITA que se aproximavam de Luanda pelo Sul.²¹²³

No Comité dos 40 era perguntado como se estavam a portar os sul-africanos em Angola: estavam preocupados por terem sido pressionados a retirar, deixando a tarefa aos mercenários. Preocupava-os as vítimas e a defesa aérea. Havia registo do ataque dos sul-africanos em Luanda? Ocorrera dia 10 de Novembro. O que tinham feito? Tinha atacado as unidades dos «órgãos de Estaline» e largado duas bombas de maior potência antes da retirada, mas não resultara²¹²⁴. Uma semana depois os dirigentes americanos interrogavam-se se deveriam ajudar Pretória ou aumentar o armamento às forças anti MPLA. O que queria exactamente Vorster? Retirar os seus homens e contratar mercenários; alegava não ter dinheiro e pedia-o aos EUA, referiu o director da CIA. E os portugueses? Os Comandos portaram-se bem no Norte quando foram deixados sozinhos, respondeu o número dois da Agência, Vernon

Walters²¹²⁵.

Para Pedro Silva, a ajuda sul-africana tinha sido «apenas uma máscara para encobrir a intenção de ocupar Luanda pelo Sul»²¹²⁶. Nesse dia 10 de Novembro, Savimbi reuniu secretamente com Vorster. Para a URSS, a vitória do MPLA só seria alcançada a sul com a contenção dos sul-africanos, de Chipenda e da UNITA, que eram a verdadeira ameaça. Uma semana antes da independência «grandes grupos de soldados cubanos começaram a chegar a Luanda a bordo de aviões soviéticos. Moscovo deixara claro que o principal objectivo destas forças era conter os sul-africanos ao longo da fronteira sul de Angola». Com esse fim enviaria «cerca de 60 conselheiros para se juntarem às forças cubanas no Congo». Estes e os reforços cubanos chegaram a Luanda na noite de 12 de Novembro. Para as FAPLA vencerem «teriam de começar a atacar o Sul o mais cedo possível»; foi a recomendação do encarregado de Negócios soviético em Luanda Zverev, aos seus superiores²¹²⁷.

Na véspera da saída, Costa Gomes perguntou a Leonel Cardoso se ficaria mais um dia em Luanda para o representar na cerimónia de passagem do Poder. O Almirante recusou. Como as companhias aéreas tinham decidido não voar para Luanda nos três dias anteriores à data da independência, qualquer representante português teria de ser transportado pela Força Aérea. Vítor Crespo foi o escolhido, mas à última hora o avião que o deveria transportar de Figo Maduro para Angola sofrera uma oportuna avaria²¹²⁸. Em Luanda, Leonel Cardoso chamou os membros do governo ao salão nobre, onde justificou não lhe «ser possível tomar parte em qualquer cerimónia comemorativa» pois «equivaleria da parte de Portugal a uma ingerência» na decisão dos angolanos. Assistir à proclamação significaria, simbolicamente, que Portugal transferia o Poder para o MPLA.²¹²⁹ Os Movimentos tinham feito uma «honesta autocrítica» em Nakuru, mas as culpas cabiam «muito menos aos Movimentos do que às potências» que lhes forneciam «armas mortíferas»: «*Os interesses económicos, estratégicos e ideológicos que se debatem nos bastidores da política mundial e se projectam sangrentamente no solo angolano fazem que parta altamente preocupado: não vão os velhos colonos, um tanto rudes, por vezes, mas de alma bondosa, ser substituídos por outras gentes bem diferentes e movidas por interesses bem mais ambiciosos.*» No texto da proclamação (muito mais elogioso e sucinto) enfatizou que Portugal partia «sem sentimentos de culpa e sem ter de se envergonhar»: deixava um país que estava «na vanguarda dos Estados africanos»²¹³⁰.

Na tarde de 10 de Novembro foi formada uma força composta por um pelotão de Granadeiros, outro de Pára-quedistas e um de Fuzileiros que, juntamente com os chefes militares, se deslocaram à Fortaleza. A bandeira portuguesa foi arreada «com toda a pompa e circunstância» e entregue ao Alto-Comissário²¹³¹. Os chefes militares entraram depois numa lancha que os levou ao paquete *Niassa*, onde esperaram pelo anoitecer: «*Jantámos a bordo com os navios fundeados e, quando faltava um quarto para a meia-noite, âncoras para cima e começou-se a andar.*» Em Luanda os disparos para o ar celebravam a independência, no Quifangondo a derrota infligida ao ELNA. Para Gonçalves Ribeiro era uma «imagem dantesca» a que se observava ao largo: balas tracejantes iluminando o céu de Luanda²¹³². À chegada a Lisboa no dia 23 de Novembro, Leonel Cardoso declarou: «*Deixámos Luanda com o MPLA, o Huambo com a UNITA e Carmona com a FNLA. Portanto, Angola ficou dividida em duas ou três partes [...], ficou, infelizmente, partida, a despeito de todos os nossos esforços, que foram prejudicados não tanto pelos Movimentos ou por erros cometidos, embora ninguém esteja isento de cometer erros, mas essencialmente porque entraram dois grupos tão poderosos a disputar Angola que Portugal deixou de poder controlar os acontecimentos. Saiu fora do nosso controlo.*»²¹³³

¹⁹³³ Pedro Marangoni (1998) *A Opção pela Espada*, p. 82-85.

¹⁹³⁴ Entrevista ao general Passos Ramos. Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.

- [1935](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, pp. 268-269.
- [1936](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. 9 de Setembro de 1975.
- [1937](#) *Diário de Luanda*. 10 de Setembro de 1975, p. 2.
- [1938](#) *Diário de Luanda*. 11 de Setembro de 1975, pp. 6-7.
- [1939](#) Entrevista ao general Heitor Almendra. Lisboa, de 9 de Setembro 2011.
- [1940](#) Entrevista ao general Passos Ramos. Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.
- [1941](#) Entrevista ao general José Valente. Murtosa, 23 de Dezembro de 2011.
- [1942](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 10 de Setembro de 1975, pp. 3-4.
- [1943](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 10 de Setembro de 1975, pp. 4-6.
- [1944](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1. Manuscrito do AC. 12 de Setembro de 1975, pp. 1-2.
- [1945](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38. Secreto. Do AC p/PR. 12 de Setembro de 1975.
- [1946](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.39. Secreto. Do CEMGFA p/comando-chefe de Angola. 13 de Setembro de 1975.
- [1947](#) AHM.F.43. S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 15 de Setembro de 1975.
- [1948](#) AHM.F.43.S1.C.836.P.11.Confidencial. Da PR p/AC. 12 de Setembro de 1975.
- [1949](#) *Diário de Luanda*. 19 Setembro 1975, p. 3.
- [1950](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-V.Doc.51.Secreto. Directiva «Raio Branco». 15 de Setembro de 1975.
- [1951](#) *Idem*. CCPA-VI.Doc.19. s.d., pp. 1-3.
- [1952](#) Odd Westad, *ibidem*, p. 233.
- [1953](#) Piero Gleijeses (2011) «Havana's Policy in Africa 1959-76: New Evidence from Cuban Archives» in Cold War International History Project Bulletin, p. 9. www.wilsoncenter.org.
- [1954](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, p. 261
- [1955](#) Gabriel García Márquez «Operação Carlota» in *Tricontinental*, n.º 53, 1977. Postada em 2 de Novembro de 2005. Consultado em 24 Junho 2011. <http://www.granma.cu/portugues/2005/noviembre/juev3/45carlota.html>.
- [1956](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. Do Comando da FA p/ CEMGFA. 16 de Setembro de 1975.
- [1957](#) *Idem*. MSG. Muito Secreto. Do AC p/PR. 17 de Setembro de 1975.
- [1958](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 18 de Setembro de 1975.
- [1959](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. Exclusivo/Muito Secreto. Do GA p/AC. 18 de Setembro de 1975.
- [1960](#) *Idem*. CCPA-VI.Doc.3. Carta de Samora Machel p/PR. Setembro de 1975.
- [1961](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. Exclusivo/Muito Secreto. Do GA p/AC. 18 de Setembro de 1975.
- [1962](#) *Idem*. MSG. 19 de Setembro de 1975.
- [1963](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.26. Exclusivo/Muito Secreto. Do GABANG p/AC. 19 de Setembro.
- [1964](#) *Diário de Luanda*. 20 de Setembro de 1975, pp. 3,5 e 7.

[1965](#) «Portuguese Africa» (2011) in *Foreign Relations*, 1969-1976. Volume XXVIII, pp. 305-307. «Secret, September 13, 1975».

[1966](#) *Idem*, pp. 316-318. «Lisbon, 5542, September 19, 1975».

[1967](#) «Portuguese Africa» (2011) in *Foreign Relations*, 1969-1976. Volume XXVIII, pp. 316-318. Lisbon, 5542, September 19, 1975.

[1968](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 152. Muito Secreto. Do AC p/PR. 23 de Setembro de 1975.

[1969](#) *Idem*. Muito Secreto/Relâmpago. Do PR p/AC. 24 de Setembro de 1975.

[1970](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 25 de Setembro, pp. 1-2.

[1971](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. Resumo manuscrito de reunião do AC c/A. Neto. 24 de Setembro de 1975.

[1972](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 25 Setembro, pp.1-2.

[1973](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. Resumo manuscrito de reunião do AC c/A. Neto. 24 Setembro 1975.

[1974](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 25 Setembro, p.2.

[1975](#) «Luanda, 1430, September 25, 1975».

[1976](#) «Luanda, 1430, September 25, 1975».

[1977](#) «Luanda, 1430, September 25, 1975».

[1978](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG. n.º 164. Secreto. Do AC p/PR. 30 de Setembro de 1975.

[1979](#) Sewell Avery era um multimilionário, gestor da Montgomery Ward & Company, onde os permanentes conflitos entre a administração e os trabalhadores estavam a afectar toda a economia estadual. Por decreto presidencial, o governo decidiu tomar conta da empresa e destituiu-o. Em 26 de Abril de 1944, o administrador – figura proeminente do Partido Republicano e contrário ao New Deal – foi notificado da decisão, mas recusou-se a sair: no dia seguinte voltaria ao trabalho como sempre. Dois soldados entraram então no seu gabinete e carregaram-no na posição em que estava até ao exterior. A fotografia do dia (hoje mundialmente célebre) foi captada pelo repórter Harry Hall da Associated Press. <http://iconicphotos.wordpress.com/2009/11/23/sewell-avery-thrown-out/>

[1980](#) «Luanda, 1430, September 25, 1975».

[1981](#) Pedro Marangoni (1998) *A Opção pela Espada*, pp. 89-91.

[1982](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 22 de Setembro de 1975, p. 1.

[1983](#) Piero Gleijeses, *ibidem* pp. 265-266 e 269.

[1984](#) AHM.F.43.S1.C.836.P.11. MSG n.º 156. Secreto. Do AC p/PR. 25 de Setembro de 1975.

[1985](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. Telegrama de Holden Roberto. 26 de Setembro de 1975.

[1986](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Confidencial. Do AC p/PR. 26 d Setembro de 1975.

[1987](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-VI.Doc.18. Missão Portugal na ONU. 25 de Setembro de 1975, pp. 1-2.

[1988](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 22 de Setembro 1975, p. 3.

[1989](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.CCPA-VI.Doc.9. Gabinete Análises Políticas MPLA. 21 de Setembro de 1975, pp. 1-6.

[1990](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.6. Comunicado do AC. 24 de Setembro de 1975, p. 1.

[1991](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 20 de Setembro de 1975, p. 2.

[1992](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-VI.Doc.6. 20 de Setembro de 1975, pp. 1-3.

[1993](#) AHM.F.43.S.1.C.835.P.9. 20 de Setembro de 1975.

- [1994](#) *Diário de Luanda*. 20 Setembro 1975, p. 2.
- [1995](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 20 de Setembro de 1975, pp. 2-3.
- [1996](#) *Idem*. Reuniões do CCPA. 22 de Setembro de 1975, p. 2.
- [1997](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.25. Evacuação. 22 de Setembro de 1975, p. 1.
- [1998](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 22 de Setembro de 1975, p. 2.
- [1999](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.25. Evacuação. 22 de Setembro de 1975, pp. 2-4.
- [2000](#) *Idem*. Secreto. Plano Funicular. Directiva «Raio Branco». 22 de Setembro de 1975, p. 1.
- [2001](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.25. De Gonçalves Ribeiro p/MNE, PR e GA. 24 de Setembro de 1975.
- [2002](#) *Idem*. Comunicado do AC. 22 de Setembro de 1975, pp. 1-2.
- [2003](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 23 de Setembro de 1975, pp. 4-5.
- [2004](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.25. Secreto. Plano Funicular. Directiva «Raio Branco». 22 de Setembro de 1975, p. 1.
- [2005](#) *Idem*. Do encarregado de governo em Moçâmedes p/AC. 30 de Setembro de 1975.
- [2006](#) *Idem*. Da Capitania de Mar de Moçâmedes p/Comando Naval de Luanda. 1 de Outubro de 1975.
- [2007](#) Heitor Almendra, nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 65-66.
- [2008](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 4 de Outubro de 1975, p. 1.
- [2009](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 26 de Setembro de 1975.
- [2010](#) *Idem*. 4 de Outubro de 1975, p. 1.
- [2011](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 26 de Setembro de 1975, pp. 2-4.
- [2012](#) *Idem*. 30 de Setembro de 1975.
- [2013](#) *Idem*. 3 de Outubro de 1975.
- [2014](#) *Idem*. 4 de Outubro de 1975, p. 4.
- [2015](#) *Idem*. 14 de Outubro de 1975, p. 3.
- [2016](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1. Carta de Leonel Cardoso ao PR. 5 de Outubro de 1975, pp. 1-4.
- [2017](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1. Carta de Leonel Cardoso ao PR. 5 de Outubro de 1975, p. 5.
- [2018](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30. Estudo. Situação política em Portugal e reflexos na descolonização de Angola, sem data, pp. 5 e 8.
- [2019](#) AHM.F.43.S.3.C.840.P.30. Estudo. Situação política em Portugal e reflexos na descolonização de Angola, sem data, pp. 8-11.
- [2020](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 10 de Outubro de 1975.
- [2021](#) *Idem*. 6 Outubro 1975, pp. 2-3.
- [2022](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-VI.Doc.21. Missão Portuguesa Kampala. De 30 de Setembro a 5 Outubro de 1975, p. 3. A delegação portuguesa era constituída pelo embaixador itinerante Manuel Costa Brás, o capitão Rui Castro Guimarães e o 2.º secretário de embaixada João Teixeira da Mota.
- [2023](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-VI.Doc.21. Missão Portuguesa Kampala, pp. 3-4 e 7.

- [2024](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.39.Secretó/Exclusivo. Do Ministro da Cooperação p/AC. 6 de Outubro de 1975.
- [2025](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-II.Doc.61. Relatórios. Major Abreu e capitão Guimarães. 9 de Outubro de 1975, p. 2.
- [2026](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-II. Doc.61. Relatórios. Major Abreu e capitão Guimarães. 9 de Outubro de 1975, pp. 2-4.
- [2027](#) *Idem*. CCPA-V.Doc.42. Capitão Azevedo Martins. 2 de Setembro de 1975, p. 2.
- [2028](#) *Idem*. CCPA-II. Doc.61. Relatórios. 9 de Outubro de 1975, pp. 3-4.
- [2029](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.Actas CCPA-II. Doc.61. Relatórios de major Abreu e capitão Guimarães. 9 de Outubro de 1975, pp. 4-5.
- [2030](#) Portuguese Africa (2011) in *Foreign Relations*, 1969-1976. Volume XXVIII, pp. 323-326. Memoranda of Conversations. Secret. Washington, October 10, de 1975.
- [2031](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-VI.Doc.25.Secretó. Directiva «Despedida». 13 de Outubro de 1975, pp. 1-3.
- [2032](#) *O Retornado*. 17 de Outubro de 1975, p. 12.
- [2033](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-VI.Doc.25.Secretó. Directiva «Despedida». 13 de Outubro de 1975, p. 3.
- [2034](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.25. Relatório Periódico de 25 Setembro a 5 de Outubro. 7 de Outubro de 1975, p. 4.
- [2035](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1. Carta de Leonel Cardoso ao PR. 5 de Outubro de 1975, p. 5.
- [2036](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 7 Outubro 1975,p.3.
- [2037](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.25. Relatório de 25 Setembro a 5 de Outubro. 7 de Outubro de 1975, pp. 6-7.
- [2038](#) *Outgoing message*. 00002129. October 1, 1975, p. 5.
- [2039](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Comunicado do AC. 9 de Outubro de 1975.
- [2040](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.25. Relatório Periódico. 14 de Outubro de 1975.
- [2041](#) AHM.F.43.S.1.C.834.P.1. Carta de Leonel Cardoso ao PR. 5 de Outubro de 1975, p. 5.
- [2042](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 8 de Outubro de 1975, p. 3.
- [2043](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.52. Do M. Cooperação p/AC. 17 de Outubro de 1975.
- [2044](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 8 de Outubro de 1975, p. 3.
- [2045](#) Odd Westad, *ibidem*, pp. 234-235.
- [2046](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, pp. 261 e 265.
- [2047](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 9 de Outubro de 1975, p. 1.
- [2048](#) «Washington, 242119, October 10, 1975. Secret.»
- [2049](#) Odd Westad, *ibidem*, p. 233.
- [2050](#) A emissora católica tinha sido ocupada alguns meses antes pelos trabalhadores, como sucedera em Lisboa na Rádio Renascença.
- [2051](#) Pedro Marangoni, *ibidem*, p. 120.
- [2052](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 11 de Outubro de 1975, pp. 1-2.
- [2053](#) «Luanda, 1361, September 12, 1975.»
- [2054](#) «Luanda, 1413, September 22, 1975. Confidential.»

- [2055](#) «Washington, 229489, October 1, 1975.»
- [2056](#) «Luanda, 01561, October 14, 1975. Confidential.»
- [2057](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. Manuscrito não assinado. 13 de Outubro de 1975.
- [2058](#) «Washington, 303771, December, 29, 1975.»
- [2059](#) «Luanda, 01499, October 16, 1975. Confidential.»
- [2060](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões do CCPA. 13 de Outubro de 1975, p. 1.
- [2061](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 9 de Outubro de 1975, pp. 1-2.
- [2062](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 13 de Outubro de 1975, pp. 1-2.
- [2063](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P48. Manuscrito não assinado. 13 de Outubro de 1975.
- [2064](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 14 de Outubro 1975, p. 3.
- [2065](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA, 15 de Outubro de 1975, pp. 1-3.
- [2066](#) *Idem*. 13 de Outubro de 1975, pp. 2-3.
- [2067](#) Gonçalves Ribeiro, nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 70.
- [2068](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 14 de Outubro de 1975, p. 3.
- [2069](#) *Idem*. 16 Outubro 1975, p.2.
- [2070](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 14 de Outubro de 1975, p. 3.
- [2071](#) *Idem*. 15 Outubro 1975, p.2.
- [2072](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 13 de Outubro 1975, pp. 2-3.
- [2073](#) «Luanda, 01566, October 15, 1975. Confidential.»
- [2074](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 15 de Outubro de 1975, pp. 1-2.
- [2075](#) AHM.F.43.S.5.C.842.P.38.MSG. n.º 171. Secreto. Do AC p/PR. 15 de Outubro de 1975.
- [2076](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-VI.Doc.38. Muito Secreto. Parecer jurídico s/transferência do Poder em Angola. Do gabinete do MC, pp. 7 e 18.
- [2077](#) *Idem*, pp. 18 e 24.
- [2078](#) «Washington, 248540, October 20, 1975. Confidential.»
- [2079](#) «Lisbon, 6200, October 20, 1975.»
- [2080](#) Entrevista ao general Passos Ramos. Oeiras, 13 de Dezembro de 2011.
- [2081](#) «Lisbon, 6275, October 23, 1975. Secret.»
- [2082](#) *Diário de Luanda*, 14 de Outubro de 1975, p. 2.
- [2083](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.CCPA-VI.Doc.27 *Bureau* político do MPLA. 19 de Outubro de 1975, pp. 2-4.
- [2084](#) Piero Gleijeses, *ibidem*, pp. 300-301. O autor baseia-se na obra de Ian Uys *Busman Soldiers* (1993) e Jan Breytenbach *Forged in Battle* (1986).

- [2085](#) AHM.F.43.S.4.C.841.P.33. Reuniões da CCPA. 15 de Outubro de 1975, pp. 1-2.
- [2086](#) Idem. 17 de Outubro de 1975, p. 1.
- [2087](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. Bloco de Notas. 18 de Outubro de 1975.
- [2088](#) Odd Westad, *ibidem*, p. 234 e 440. *Idem. International History Project Bulletin*, p. 31. www.wilsoncenter.org
- [2089](#) Piero Gleijeses (2011) «Havana's Policy in Africa 1959-76: New Evidence from Cuban Archives» in *Cold War International History Project Bulletin*, p. 10. www.wilsoncenter.org
- [2090](#) «Portuguese Africa» (2011) *Foreign Relations, 1969-1976*. Volume XXVIII, pp. 326-328. Washington, October 22, 1975, Secret.
- [2091](#) Odd Westad, *ibidem*, p. 234.
- [2092](#) Heitor Almendra, nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 66-67. Entrevista. Lisboa, 9 de Setembro de 2011.
- [2093](#) Melo Antunes, nos Estudos Gerais da Arrábida. 30 de Agosto 1996. ICS.AHS.FDP, pp. 56-58.
- [2094](#) Odd Westad, *ibidem*, pp. 234-236.
- [2095](#) «London, 16458, October 28, 1975. Secret.»
- [2096](#) «Lusaka, 2116, October 30, 1975. Secret.»
- [2097](#) AHM.F.43.S.1.C.839.P.25. 28 de Outubro de 1975.
- [2098](#) AHM.F.43.S.1.C.836.P.11.MSG n.º 174. Confidencial. Do AC p/PR. 31 de Outubro de 1975.
- [2099](#) *Diário de Luanda*. 24 de Outubro 1975, pp. 2-3.
- [2100](#) *O Retornado*, 24 de Outubro de 1975, p. 16.
- [2101](#) *Diário de Luanda*. 27 de Outubro de 1975, p. 3.
- [2102](#) Idem. 29 Outubro 1975, p.1.
- [2103](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG.nº173.Exclusivo/Secreto. Do AC p/PR. 30 de Outubro 1975.
- [2104](#) «Tel Aviv, 06938, November 3, 1975.»
- [2105](#) Ryszard Kapuscinski (1997) *Mais Um Dia de Vida. Angola*. Porto, Campo das Letras, pp. 26-27 e 65.
- [2106](#) *Diário de Luanda*, 1 de Outubro, p. 6.
- [2107](#) «Luanda, 1721, November 2, 1975.»
- [2108](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. Capitão Rocha (Força Aérea). 3 de Novembro de 1975.
- [2109](#) *Idem*. Notas do telefonema p/Kampala. 3 de Novembro de 1975.
- [2110](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. Do Gabinete de Angola p/AC. 5 de Novembro de 1975.
- [2111](#) CD25A.UC.F.P.A.Belo.A25A.MSG n.º 175. Do MC p/AC. 4 de Novembro de 1975.
- [2112](#) AHM.F.43.S.6.C.843.P.48. Contacto c/Kampala. 5 de Novembro de 1975.
- [2113](#) «Washington, 266239, November 20, 1975. Secret.»
- [2114](#) Entrevista ao general Almendra. Lisboa, 9 de Setembro de 2011.

- [2115](#) Heitor Almendra, nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 156.
- [2116](#) Passos Ramos, nos Estudos Gerais da Arrábida. 28 de Agosto de 1996. ICS.AHS.FDP, p. 163.
- [2117](#) Pedro Marangoni, *ibidem*, p. 122.
- [2118](#) Odd Westad, *ibidem*, p. 235.
- [2119](#) Piero Gleijeses (2011) «Havana's Policy in Africa 1959-1976: New Evidence from Cuban Archives» in *Cold War International History Project Bulletin*, p. 11. www.wilsoncenter.org
- [2120](#) Pedro Marangoni, *ibidem*, p. 123-139.
- [2121](#) Pedro Marangoni, *ibidem*, p. 123-139.
- [2122](#) Entrevista de Serguei Kolomin a Pedro Marangoni. http://www.veteranangola.ru/main/other_side/p_marangoni_port_eng
- [2123](#) Odd Westad. *International History Project Bulletin*, p. 26. www.wilsoncenter.org
- [2124](#) «Washington, November 14, 1975. Secret.»
- [2125](#) «Washington, November 21, 1975. Secret.»
- [2126](#) Pedro Marangoni, *ibidem*, p. 140.
- [2127](#) Odd Westad, *ibidem*, p. 235.
- [2128](#) Heitor Almendra, nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, pp. 170-171.
- [2129](#) ADN.F.3.S.19.C.40.P.15. Discurso do AC. 10 de Novembro de 1975, 20h00, p. 1.
- [2130](#) *Idem*, pp. 3 e 6.
- [2131](#) Heitor Almendra, nos Estudos Gerais da Arrábida. 31 de Julho de 1997. ICS.AHS.FDP, p. 167.
- [2132](#) Gonçalves Ribeiro. *Idem*, pp. 71-72.
- [2133](#) *O Retornado*. Entrevista ao almirante Leonel Cardoso, 28 de Novembro de 1975, pp. 8-9.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

- ADN – Arquivo de Defesa Nacional. Ministério da Defesa Nacional. Fundo 3. Gabinete do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
- ADN – SIPFA (Serviço de Informações Públicas das Forças Armadas)
- AHM – Arquivo Histórico Militar. Fundo 43. Comissão Coordenadora do Programa [do MFA] em Angola (CCPA)
- AHPR – Arquivo Histórico da Presidência da República
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Fundo IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais)
- APSC – Arquivo Pessoal de Silva Cardoso. General António Silva Cardoso, Alto-Comissário de Angola (Janeiro-Julho 1975)
- ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. EMA (Espólio Melo Antunes). Caixas 46, 50-52, 70. Ministro dos Negócios Estrangeiros
- Central Intelligence Agency. www.foia.cia.gov
- Centro de Documentação 25 Abril. Universidade de Coimbra. Fundo Privado António Belo. Associação 25 de Abril. Conselho Coordenador do Programa [do MFA] em Angola (CCPA)
<http://213.228.181.135/cd25a/lista02.asp?meta21=Arquivos%20Privados&meta01=Ant%F3nio%20Belo%20-%20A25A>
- Cold War International History Project Bulletin*. September 2011 (document online PDF format): Odd Arne Westad “Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976: A New Pattern of Intervention”, pp.21-37
- Piero Gleijeses (2011) “Havana’s Policy in Africa, 1959-76: New Evidence from Cuban Archives”, pp.5-20
- Diários da Assembleia Constituinte, 28 Agosto 1975. Série 1.
www.debates.parlamento.pt
- FMS – Fundação Mário Soares. Actas do Conselho da Revolução (1975)
- Gabriel García Marquéz “Operação Carlota” in *Tricontinental*, nº 53, 1977. Postada em 2 Novembro 2005. Consultado em 24 Junho 2011.
<http://www.granma.cu/portugues/2005/noviembre/juev3/45carlota.html>
http://www.veteranangola.ru/main/other_side/p_marangoni_port_eng
- Gerald Ford Library & Museum. National Security Adviser. Memoranda of Conversations, 1973-1977
http://www.fordlibrarymuseum.gov/library/guides/findingaid/Memoranda_of_Conversations.asp
- Hemeroteca Municipal de Lisboa. Periódicos: *Diário de Luanda. Província de Angola. O Retornado*
- Hoover Institution Archives of Stanford University. *Interviews and Sources for Guerrilla Prince, 1984-1989*. Register of the Georgie Anne Geyer Papers, 1944-1996. Collection 91037.Folder 47.

Interview Rosa Coutinho

<http://video.google.com/videoplay?docid=895946678208916397>

New Liberation Wars – Angola. Stornoway Productions Inc. 1987.

<http://blogdangola.blogspot.com/2010/06/os-exilados-de-cuba-e-o-reinventar-da.html> Juan Benemelis,
7 Junho de 2010, p.9

ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Arquivo de História Social. Fundo da
Descolonização Portuguesa. Estudos Gerais da Arrábida. Angola e Metrópole. [http://www.ahs-
descolonizacao.ics.ul.pt/](http://www.ahs-
descolonizacao.ics.ul.pt/)

José Milhazes, <http://darussia.blogspot.com/2011/02>

Myra F. Burton and Edward C. Keefer eds. *Southern Africa. Foreign Relations of the United States, 1969–1976*. Volume XXVIII, Washington, United States Government Printing Office, 2011. (document online PDF format) frus1969-76v28 pdf.

NARA. ADD. Central Foreign Policy Files, created 7/1/1973 - 12/31/1976, documenting the period 7/1/1973? - 12/31/1976 - *Record Group 59*. General Records of the Department of State.
<http://aad.archive.gov>

Piero Gleijeses: Diary of E.I. Afanassenko. Memorandum of Conversation with President of the MPLA. Secret. 07/04/1975. TsKhSD, f. 5, op. 68, d. 1962, ll. 157-159. Collection Cold War.
<http://www.wilsoncenter.org>

Bibliografia

ANTUNES, Ernesto Melo (1993) “A Descolonização Portuguesa: Mitos e Realidades” em João Medina *História de Portugal*, Amadora, Clube Internacional do Livro

AZEVEDO, Pinheiro de (1979) *25 de Novembro sem Máscara*, Braga, Intervenção

AVILLETZ, Maria João (1996) Soares. *Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores

AVILLETZ, Maria João (1994) *Do Fundo da Revolução*, Lisboa, Público

BENEMELIS, Juan (1986) Castro. *Subversão e Terrorismo em África*, Odivelas, Europress

BERNARDO, Manuel Amaro (2004) *Memórias da Revolução. Portugal 1974-1975*, Lisboa, Prefácio

CARDOSO, António Silva (2005) *Angola: Anatomia de uma tragédia*. Cruz Quebrada: Oficina do Livro

CARREIRA, Iko (2005) *Memórias*, Luanda, Nilza

CARREIRA, Iko (1996) *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa, D. Quixote

CERVELLÓ, Josep Sánchez (1993), *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio e Alvim

CORREIA, Pedro Pezarat (1991) *Descolonização de Angola. A jóia do Império Português*, Lisboa, Editorial Inquérito

CRUZ, Pompílio da (1976) *Angola: Os Vivos e os Mortos*, Lisboa, Intervenção

CRUZEIRO, Maria Manuela (2004) *Melo Antunes, O Sonhador Pragmático*, Lisboa, Editorial Notícias

CRUZEIRO, Maria Manuela (1998), *Costa Gomes, o Último Marechal*, Lisboa Editorial Notícias

CUNHA, Manuel Barão da (1975), *Radiografia Militar*, Lisboa, Editorial O Século

EANES, António Ramalho (2006) *Sociedade Civil e Poder Político*. Tese de Doutoramento em Filosofia Política. Universidade de Navarra, 2006. Depositada na Biblioteca Papa João Paulo II da

Universidade Católica Portuguesa (UCP)

GLEJESES, Piero (2002), *Conflicting Missions. Havana, Washington and Africa 1959-1976*, Berkeley, University of North Carolina Press

GOMES, Bernardino e SÁ, Tiago Moreira de (2008) *Carlucci versus Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Alfragide, D. Quixote

GOMES, Francisco Costa (1979), *Diálogos com Alexandre Manuel*, Lisboa, Regra do Jogo

GOMES, Francisco Costa (1976), *Discursos Políticos*, Lisboa, Ministério da Comunicação Social

GUERRA, João Paulo (2009) *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas*, Alfragide, Oficina do Livro

KAPUSCINSKI, Ryszard (1997) *Mais um Dia de Vida. Angola*. Porto, Campo das Letras

MARANGONI, Pedro (1998) *A Opção pela Espada*

MARCUM, John (1978) *The Angolan Revolution. Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, 2º vol. Cambridge, Massachusetts, The Mit Press

MARTELO, David (2001), *1974, Cessar-Fogo em África*, Lisboa, Europa-América

MILAN, Rigoberto (1984) *Farsa e farsantes da Cuba comunista*, Miami

MOURA, Paulo (2012), *Otelo, o Revolucionário*, Alfragide, D. Quixote

PIMENTA, Fernando Tavares (2010), *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*, Porto, Afrontamento

RIBEIRO, António Gonçalves (2002), *A Vertigem da Descolonização: da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, Lisboa, Editorial Inquérito

ROCHA, J. Marques (2002) *Angola. Os Mensageiros da Guerra*. Braga, Grafibraga

RODRIGUES, Luís Nuno (2010) *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros

SANTOS, António Almeida (1975) *Quinze meses no Governo ao serviço da Descolonização*, Lisboa, Representações Literárias Asa

SANTOS, António Almeida (1998), *Por favor, Preocupem-se*, Lisboa, Editorial Notícias

SANTOS, António Almeida (2006), *Quase Memórias*, 2º volume, Cruz Quebrada, Casa das Letras

SÁ, Tiago Moreira de (2007), *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL

SÁ, Tiago Moreira de (2011) *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote

SAVIMBI, Jonas (1979) *Angola: Resistência em Busca de uma Nação*, Lisboa, APR

SCHNEIDMANN, Witney (2005), *Confronto em África. Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna

SOARES, Mário (2003) *Memória viva*. Vila Nova de Famalicão, Quasi

SOARES, Mário (1976) *Portugal, Que Revolução?* Lisboa, Perspectivas e Realidades

SOARES, Mário (1975) *Democratização e Descolonização. Dez Meses no Governo Provisório*, Lisboa, Publicações D. Quixote

SOUSA, Vladimiro (1976) *Angola. A Guerra e o Crime*, s. l. Editorial Formação

SPÍNOLA, António de (1976) *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Bertrand

SPÍNOLA, António de (1978) *País sem Rumo*, SCIRE, sem local

STEELE, Jonathan (1984) *The Kremlin's Foreign Policy. Brejnev to Chernenko*, New York, Simon and Schuster

TELO, António José (2008) *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, vol.2, Lisboa, Editorial Presença

WESTAD, Odd Arne (2007) *The Global Cold War*, New York, Cambridge, Cambridge University Press

EXTRA TEXTO



Encontro de membros da Junta Governativa de Angola com Jonas Savimbi e directório da UNITA no Outono de 1974 no Leste. Da esquerda para a direita na primeira fila, os elementos da comitiva portuguesa: Ferreira de Macedo, comandante da Região Militar de Angola; António Silva Cardoso, comandante da 2.^a Região Aérea; Rosa Coutinho, presidente da Junta Governativa e Altino de Magalhães, comandante do Comando Militar de Luanda. Na segunda fila do lado direito, Pezarat Correia, coordenador do MFA de Angola.



Encontro do Luso, 18 de Dezembro de 1974. Agostinho Neto, Rosa Coutinho (atrás Lúcio Lara) e Jonas Savimbi.



Encontro de Mombaça, 5 de Janeiro de 1975. O presidente queniano Jomo Kenyatta; à esquerda Jonas Savimbi; à direita, Holden Roberto e Agostinho Neto.



Cimeira do Alvor, Janeiro de 1975. Melo Antunes, Rosa Coutinho, Agostinho Neto, Costa Gomes, Holden Roberto, Jonas Savimbi, Mário Soares, Almeida Santos.



Sessão de encerramento da Cimeira do Alvor, 15 de Janeiro de 1975. Do centro para a esquerda: Costa Gomes, Melo Antunes, Almeida Santos, Mário Soares, Silva Cardoso (atrás Pezarat Correia e Gonçalves Ribeiro).



Tomada de posse do Governo de Transição: Silva Cardoso discursa com Almeida Santos atrás (à direita). Ministros do Colégio Presidencial: Lopo do Nascimento do MPLA (à esquerda); Johnny Eduardo da FNLA (ao centro) e José N'Dele da UNITA (à direita)



Apresentação e reunião do Governo de Transição.





Refugiados abandonam Angola, Janeiro e Setembro de 1975.



Gilberto Santos e Castro conversa com Holden Roberto, 25 de Outubro de 1975.



Holden Roberto no cruzamento da Barra do Dande (local do Massacre do Caxito) a 32 km de Luanda, 31 de Agosto de 1975.



Oficial cubano fuma charuto em Angola, 23 de Fevereiro de 1976.



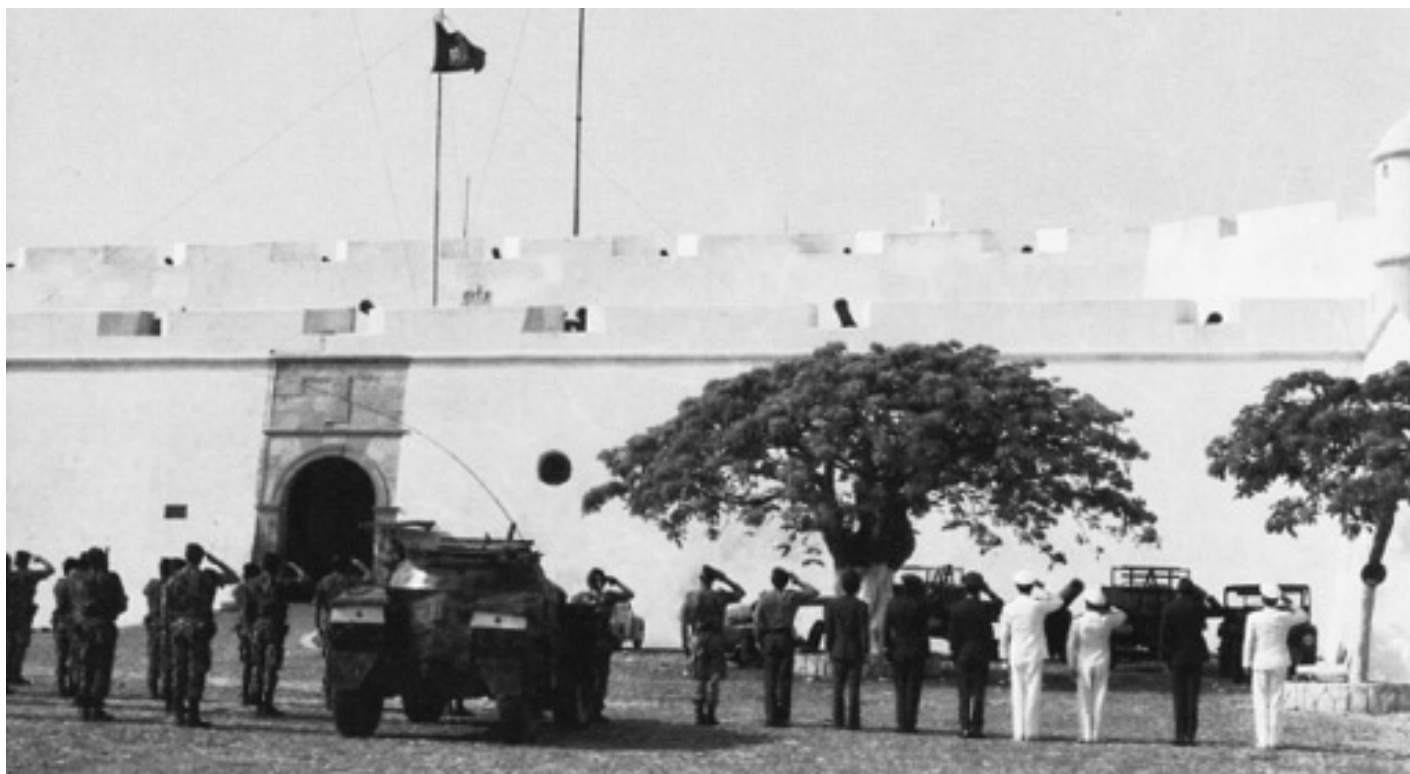
Criança engraxa botas às tropas portuguesas, 10/11 de Novembro de 1975.



Criança engraxa botas às tropas cubanas em Luanda, 6 de Junho de 1976.



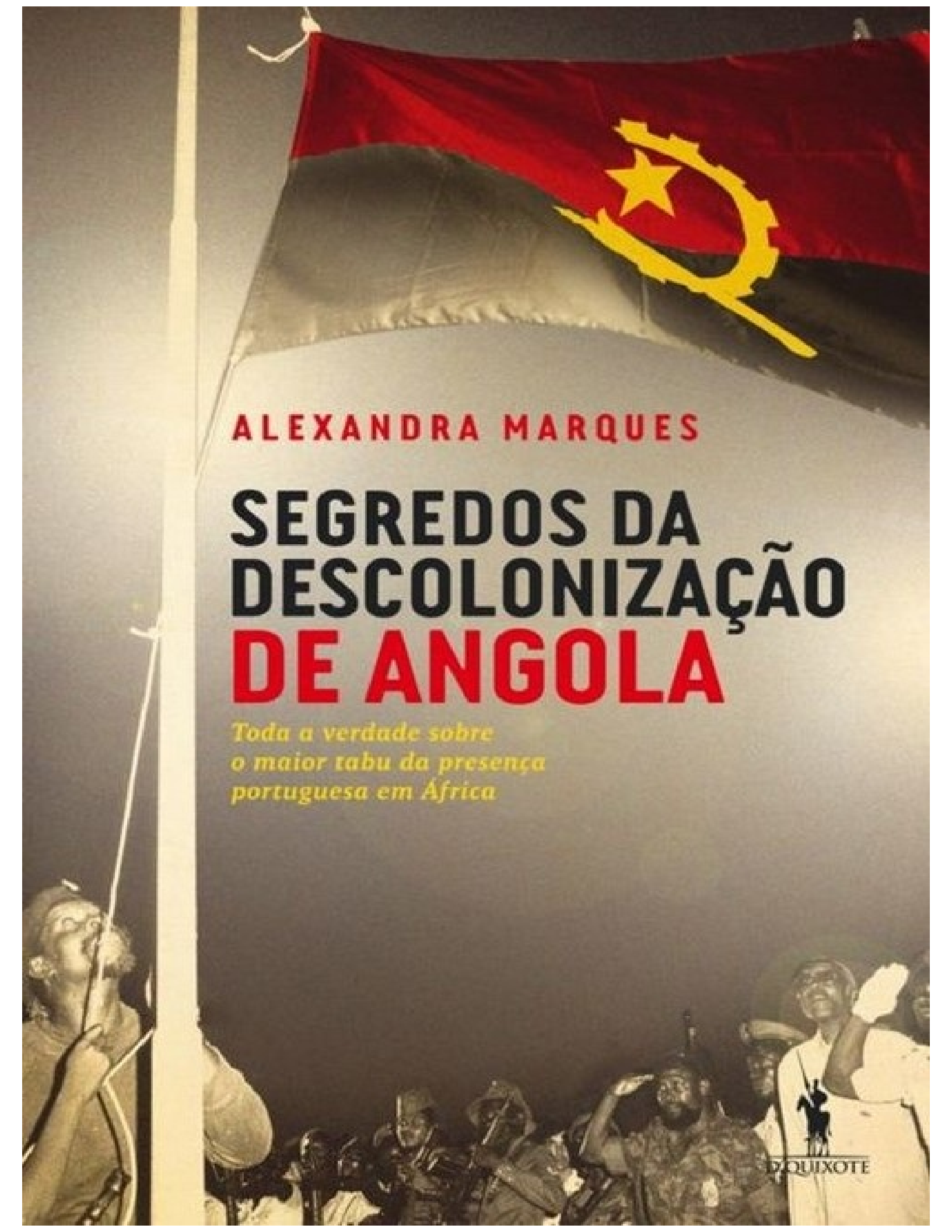
Membros do Comando-Chefe de Angola entre Setembro e Novembro de 1975 no Palácio do Governo. Da esquerda para a direita: Gonçalves Ribeiro, secretário-geral do Alto-Comissário; Martins e Silva, coordenador da CCPA; Ferreira de Almeida, comandante da 2.^a Região Aérea (sucedeu no cargo ao brigadeiro José Valente) e Heitor Almendra, comandante-chefe adjunto.



Partida. O arrear da bandeira na Fortaleza de São Miguel, quartel-general português em Luanda, 10 de Novembro de 1975.



Da esquerda para a direita: o Alto-Comissário Leonel Cardoso; o comandante-chefe adjunto Heitor Almendra; o comandante da Região Militar de Angola (RMA) Alfredo Telo; o comandante naval Francisco Medeiros e Câmara; o comandante da 2.ª Região Aérea Ferreira de Almeida; o ajudante de campo do AC Armando Lemos; o cônsul em Angola Teixeira da Mota; o secretário-geral do AC Gonçalves Ribeiro e o comandante dos pára-quedistas Ramos Gonçalves.



ALEXANDRA MARQUES

SEGREDOS DA DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA

*Toda a verdade sobre
o maior tabu da presença
portuguesa em África*


D'QUIXOTE